

**Claudia Daiane Garcia Molet  
Jonas Moreira Vargas,  
Natália Garcia Pinto (orgs.)**

---

# **HISTÓRIAS DE ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO EXTREMO SUL DO BRASIL MERIDIONAL (SÉCULO XIX)**

---



**HISTÓRIAS DE ESCRAVIDÃO E  
LIBERDADE NO EXTREMO SUL  
DO BRASIL MERIDIONAL  
(SÉCULO XIX)**



## **EQUIPE EDITORIAL**

**Capa:** Eder Monteiro

**Coordenação Editorial:** Ernesto Padovani Netto

**Diagramação:** Pablo Madeira

**Revisão** feita pelos próprios autores

**Referência da arte da capa:** Descrição - Danças de negros /Data - 1851 / Origem - Alves, Francisco das Neves & Torres, Luiz Henrique. Imagens do Brasil Meridional: as aquarelas de Hermann Rudolf Wendroth. Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas da Universidade de Lisboa / Biblioteca Rio-Grandense, 2020 / Autor: Herrmann Rudolf Wendroth.

### **Catálogo na publicação**

**Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

H673

Histórias de escravidão e liberdade no extremo sul do Brasil meridional (século XIX) / Organização e Apresentação de Claudia Daiane Molet, Jonas Moreira Vargas, Natália Garcia Pinto; Prefácio de Flávio Gomes. – Ananindeua-PA: Cabana, 2026.

Autores: Jonas Vargas, Vinicius Nunes, Paulo Moreira, Marcelo Matheus, Jonathas Caratti, Natalia G. Pinto, Marina Cardoso, Matheus B. Bom, José Ricardo Resende, Alisson Balhego, Caiuá Al-Alam, Geza Guedes, Roger Costa, Douglas Reisdorfer, Claudia Daiane Molet, Vinicius Oliveira, Ana Paula Costa.

Livro em PDF

ISBN 978-65-82718-07-6

1. Escravidão - História - Brasil. I. Molet, Claudia Daiane (Organização e Apresentação). II. Vargas, Jonas Moreira (Organização e Apresentação). III. Pinto, Natália Garcia (Organização e Apresentação). IV. Gomes, Flávio (Prefácio). V. Título..

CDD 305.896081

### **Índice para catálogo sistemático**

I. Escravidão - História - Brasil

# SUMÁRIO

EXPERIÊNCIAS AO SUL: PROCESSOS, ESPAÇOS E TEMPOS DA  
ESCRavidÃO E LIBERDADE

Flávio Gomes.....6

APRESENTAÇÃO

Claudia Daiane Molet, Jonas Moreira Vargas e Natália Garcia Pinto.....11

O TRÁFICO TRANSATLÂNTICO, AS CHARQUEADAS DE PELOTAS E O SEU  
CINTURÃO ESCRAVISTA AGROPASTORIL  
NA FRONTEIRA SUL

Jonas Vargas.....21

AS ESCRAVARIAS DE PIRATINI: ANÁLISE DA POSSE ESCRAVA COM  
BASE NOS INVENTÁRIOS POST-MORTEM (1811-1871)

Vinicius Nunes.....76

NO QUARTO A QUE CHAMAM SANZALLA: A ESCRAVIDÃO EM  
SANTA VITÓRIA DO PALMAR (RS, SÉCULO XIX)

Paulo Moreira.....104

A PECUÁRIA ESCRAVISTA VOLTADA PARA A PRODUÇÃO DE  
CHARQUE (BAGÉ, SÉCULO XIX)

Marcelo Matheus.....161

A ESCRAVIDÃO NEGRA NA FRONTEIRA SUL - AVANÇOS E  
PERSPECTIVAS DEZ ANOS DEPOIS DA PRIMEIRA EDIÇÃO DE “O  
SOLO DA LIBERDADE” (2013)

Jonathas Caratti.....199

HISTÓRIAS DE ESCRAVIDÃO, HISTÓRIAS DE LIBERDADE:  
ALFORRIAS, GÊNERO E IDENTIDADES DIASPÓRICAS NA  
SOCIEDADE OITOCENTISTA DE PELOTAS/RS

Natalia G. Pinto.....220

MULHERES ESCRAVIZADAS QUE TECEM A CONQUISTA DA  
LIBERDADE POR CARTAS DE ALFORRIAS (PELOTAS, RIO GRANDE  
DO SUL, 1871-1888)

Marina Cardoso.....243

AS MÚLTIPLAS FACES DO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO: GÊNERO, FAMÍLIA E LIBERDADE EM UMA CIDADE DE FRONTEIRA (JAGUARÃO – SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX)	
Matheus B. Bom.....	271
A PRESENÇA E A CIRCULAÇÃO DAS CRIANÇAS ESCRAVIZADAS NO EXTREMO SUL DO IMPÉRIO (SÉC. XIX)	
José Ricardo Resende Junior.....	303
AS AÇÕES DE LIBERDADE DA VILA DE CANGUÇU (1868-1887)	
Alisson Balhego.....	336
SOBRETUDO OS ESCRAVOS ONDE TEM A MOLÉSTIA FEITO MAIS TERRÍVEIS ESTRAGOS: PERFIL DOS SEPULTAMENTOS DE ESCRAVIZADOS/AS NO CEMITÉRIO EM JAGUARÃO (1855-1865)	
Caiuá Al-Alam.....	361
A “PRETA DISSOLUTA E MENTIROSA”: A REPRESENTAÇÃO DE MULHERES NEGRAS ACUSADAS DE CRIMES NOS JORNAIS PELOTENSES DO FINAL DO SÉCULO XIX	
Geza Guedes.....	394
OS CRIMES E AS LUTAS POR DIREITOS ESCRAVOS EM PELOTAS (1845-1888)	
Roger Costa.....	423
ACABOU DE MATAR DIZENDO-LHE QUE TINHA LHE ACABADO COM A CASTA: CONFLITOS ENTRE SENHORES E ESCRAVIZADOS ATRAVÉS DE AUTOS CRIMINAIS (RIO GRANDE, DÉCADA DE 1870)	
Douglas Reisdorfer.....	445
TERRITORIALIDADES QUILOMBOLAS EM SÃO JOSÉ DO NORTE, RIO GRANDE DO SUL	
Claudia Daiane Molet.....	476
O BERÇO ATLÂNTICO DO BATUQUE DE NAÇÃO: RIO GRANDE, PELOTAS E PORTO ALEGRE	
Vinicius Oliveira.....	500
SERVIDORAS DOMÉSTICAS: UM OLHAR SOBRE AS MULHERES TRABALHADORAS EM RIO GRANDE (FIM DO SÉCULO XIX)	
Ana Paula Costa.....	540
SOBRE OS AUTORES.....	561

# EXPERIÊNCIAS AO SUL

## processos, espaços e tempos da escravidão e liberdade

Flávio Gomes<sup>1</sup>

Cada vez mais é necessário refletir sobre o *estado da arte* – avanços, impactos e inflexões – da historiografia da escravidão e da pós-emancipação no Brasil. Mais difícil será escolher um único recorte cronológico para tal empreitada. Passaríamos pela primeira metade do século XX quando muitas abordagens se faziam generalizantes para diferentes universos senhoriais – com escravizados figurantes sob anomia – transformados em homogêneos e hegemônicos, entre casa-grande e senzala. Depois partiríamos para a virada teórica das décadas de 1960 a 1980 com eixos explicativos para determinar vetores de uma sociedade escravista no seu sentido mais sistêmico. Também aqui a importante esfera política do debate (não só acadêmico) ignorou em parte os escravizados e seu *mercado imperfeito*,

---

1 Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

para além da violência e exploração. As transformações das últimas décadas do século XX – ampliação dos programas de pós-graduação, redemocratização, acesso a acervos e fontes, movimentos sociais, debates públicos etc. – reorientaram a historiografia, entre temas e autorias. Percepções políticas, circulação de ideias, margens africanas e sentidos de cativo e liberdade ganharam outros enfoques.

As escalas destas mudanças merecem mais nuances analíticas. Há sempre o risco de simplificações em abordagens na história da historiografia. Aqui ou acolá podemos tornar invisíveis autores, obras e atores, com suas diferenças, ineditismo, pioneirismo, exercícios metodológicos, impactos editoriais etc. Há muitas variáveis a serem consideradas. Embora marcações regionais – a indagação importante seria: de quais *escravidades* falamos? – sejam incompletas, uma vez que perdemos de vista dimensões teóricas e formativas de dada historiografia envolvente, não há dúvida sobre o desenvolvimento extraordinário no primeiro quartel do século XXI da história e historiografia da escravidão do Brasil Meridional. Não seria novidade, para não esquecermos como a *Escola Sociológica Paulista* enquadrou Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com Octávio Ianni, Renato Jardim Moreira, Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso entre 1961 e 1967. Para o Rio Grande do Sul especificamente iria florescer depois destacados estudos de Helga Piccolo, Margareth Bakos, Mário Maestri e outros, acompanhados de farta documentação. O elenco é mais amplo: o risco de esquecer ou silenciar importantes obras e autores é grande. Mais fácil será mesmo falar das contribuições mais contemporâneas, sua força e impacto. A coletânea *Histórias de escravidão e liberdade no extremo sul do Brasil Meridional (Século XIX)* não é mais de um mesmo. Ela reafirma a consolidação da produção historiografia sobre a escravidão e liberdade no Rio Grande do Sul, convocando importantes historiadores, abordagens originais, universos empíricos inéditos e formulações teóricas finas. Ela não

oferece tão somente um *pout pourri* local ou um panorama espacial generalizante. Houve uma preocupação em reunir experiências da escravidão nas áreas mais extremas do Rio Grande, corações, paisagens e mentes das charqueadas, entre as derradeiras décadas coloniais, atravessando a consolidação escravista até seu desmanche no alvorecer do século XX. Enfim, áreas nas quais a economia da pecuária bovina misturou – como em nenhum lugar do Brasil – africanos, tráfico legal e ilegal, concentração agrária, desenvolvimento urbano, industrialização, economia de mercado, tecnologia, imigração europeia etc. Narrativas de um capitalismo histórico original se apresentam. Podemos invadir fronteiras – também metodológicas – adentrando sobre Bagé, Canguçu, Jaguarão, Pelotas, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, entre outros municípios cercados de escravidão africana atlântica e conectados com imigração estrangeira, colonização, racismo e exploração laboral. Será? E as paisagens – sempre apresentadas como exclusividades de um Brasil de suposto natural sucesso – brancas, açorianas, alemães e italianas? Não foram tornadas invisíveis nos vários estudos apresentados nesta coletânea, mas conformados diante da presença negra, majoritária e fundamentalmente invisibilizada.

Neste volume sobram abordagens que conectam a escravidão do Rio Grande com todas as margens dos mundos atlânticos, envolvendo o comércio de pessoas, as lógicas de poder e os alicerces dos lucros agropastoris. Demografias serão redesenhadas reorganizando economias envolvidas com produção de charque, de couros, de sebos e de alimentos espalhadas diante da expansão de criação bovina. Os palcos de Pelotas, por exemplo, serão divididos com aqueles de Canguçu, Jaguarão e Piratini, municípios com demandas escravistas e incorporações agrárias sem fim. As charqueadas serão também transformadas em vórtices econômicos e sociais de riqueza e desigualdades por toda a parte. Escravarias e seus padrões reaparecem

marcando diferentes espaços mercantis e agropecuários que abasteciam as charqueadas. Há regiões que vão concentrar no alvorecer do século XIX massas de escravizados que alcançavam quase 50% da população local. Juntavam-se senhores proprietários de plantéis de um a quatro escravizados com aqueles com 20 ou mais cativos, representando 1/4 da população escrava. Estruturas de posse vão reescrever narrativas de poder, controle, lucro e exploração alcançando mesmo as fronteiras do antigo Estado Oriental do Uruguai. Registros de alforrias, códices policiais, inventários post-mortem, listagens eleitorais, periódicos, processos crimes e assentos eclesiásticos (batismos, casamentos e sepultamentos) nos oferecem janelas de observação histórica. Mas com gente: rostos, emoções, personagens e biografias, entre fazendas bovinas e seus rebanhos consideráveis. Elites, riquezas, desigualdades, disciplina, exploração, lucros, investimentos, capital, trabalho e controle vão borrar as experiências. Tudo ao sul, das explicações genéricas até o senso comum.

Gênero, identidades e trajetórias vão também se encontrar, fugindo da escravidão e indo em direção a liberdade, incluindo aquelas das alforrias. Vislumbram-se mais do que escravizados genéricos, mas, sobretudo homens e mulheres africanos, seus descendentes (mesmo na condição de crianças) entre sonhos, recordações e projetos. Precariedades movediças se afirmam sob entusiasmasdas abordagens, com rigor e mobilização intelectual. Vastos acervos do judiciário – destaque para as alforrias, ações de liberdade, testamentos, libelos cíveis, processos crimes e inventários --de várias regiões do sul são auscultados com a generosidade da melhor tradição da pesquisa histórica. Taxonomias também serão reveladas. O que estas *escravidões* ao sul escondem, revelam, amplificam e descortinam sobre os Brasis escravistas? Emergem mais do que sotaques econômicos e geográficos, mas estruturas sócio-econômicas reveladoras de passados-presentes. Vida, morte, travessias e enfermidades ganham

novos focos analíticos, esquadrinhado lugares, locais e territórios, nos quais a investigação não encalha na generalização. Diferentes e convergentes sociedades – urbanas e rurais – do Rio Grande emergem nos brilhantes ensaios aqui reunidos. Aquilo que aparentemente se repete é descortinado por novos personagens, entre as suas escolhas de vida e aquelas que os historiadores localizaram em fontes primárias e secundárias. Crimes, criminalidade, direitos, legalidade, leis e legitimidade são revisitados, oferecendo importantes frestas para compreender trabalhadores e exploração.

Ao findar, a escravidão inventou liberdades. Abolicionismos negros e protagonismos escravizados, entre sociedades emancipacionistas e jornalistas têm capítulos únicos ao sul da escravidão em várias partes do Rio Grande. E depois? O que acontece na pós-emancipação: o que resta? Terra, família, trabalho, territórios, formas camponesas, atividades fabris, entidades associativas, irmandades, associações esportivas, autonomia, clubes, exclusão, estigma, racismo e opressão reproduziram vidas negras, e sua importância a partir de lógicas próprias. Não só nas comunidades remanescentes de quilombos e outros recantos rurais e semi urbanos não faltaram diferentes sons de coisas, culturas e pessoas. São histórias. Vamos acompanhar elas.

## APRESENTAÇÃO

As leitoras e os leitores têm em mãos um conjunto de textos que reúne pesquisas bastante recentes a respeito da história da escravidão de africanos e de seus descendentes no Rio Grande do Sul. Na realidade, os capítulos que compõem a presente obra estudam especificamente os municípios localizados na fronteira sul do Rio Grande do Sul, região que as organizadoras e o organizador do livro chamam de o “extremo sul da fronteira” ou, mais informalmente, de “o sul do Sul”. No final do período monárquico, essa região era composta pelo município de Rio Grande, cuja sede da vila havia sido fundada em 1737, e os de Pelotas, Jaguarão, Canguçu, Piratini, São José do Norte, Arroio Grande, Santa Vitória do Palmar e Bagé, todos eles desmembrados do primeiro. Rica em pastagens e vias fluviais, a região ligava-se ao Atlântico por meio do canal do São Gonçalo, rio que se tornou fundamental para a exportação e importação de mercadorias e a entrada e saída de pessoas.

Mas qual a justificativa para a publicação de uma obra trazendo textos específicos sobre essa região? Ao longo das páginas do presente livro pretendemos demonstrar que tal território constituiu-se em uma das áreas mais escravistas de todo o Brasil. Apenas para darmos um exemplo, cerca de 51% da população de Pelotas em 1833 era escravizada. Esse índice se repetia em outros municípios.

Em Bagé, quase 30% da população recenseada em 1846 era cativa. Em 1814, esse índice atingiu os 41% em Piratini, enquanto que em Jaguarão, em 1833, ele ultrapassou os 46%. Tal percentual de pessoas negras escravizadas frente à população total era comparável ao de outros municípios brasileiros que produziam açúcar e café e que são tradicionalmente conhecidas como os mais escravistas do Brasil. Em Pelotas, no mesmo mapa populacional de 1833, apenas 35% da população foi classificada como branca. Entre os escravizados, cerca de 2/3 eram africanos, evidenciando a dependência do tráfico de africanos escravizados para a região.<sup>2</sup> Portanto, é sobre esses territórios que o presente livro trata e estudá-los de forma mais aprofundada também é estudar a escravidão no mundo atlântico.

A principal causa da forte presença da escravidão nessa região foi o impacto que as charqueadas de Pelotas causaram na economia daquela fronteira. Elas surgiram no final do século XVIII e provocaram uma grande transformação no Rio Grande do Sul. Abatendo centenas de milhares de bovinos por safra, elas exigiam um contínuo abastecimento de gado. Como a pecuária que se alastrou pela região da campanha necessitava da mão de obra cativa, milhares de pessoas escravizadas foram levadas para essas regiões para trabalharem na lida com o gado. Nesse sentido, escravizados eram os trabalhadores que lidavam com os animais nos municípios pecuaristas e os que fabricavam a carne-seca nas charqueadas. Também eram escravizados os tropeiros que conduziam o gado e os marinheiros que carregavam e descarregavam charque, couro e sebo nos navios. Se por um lado os homens estavam empregados em todas essas atividades, por outro, aquela sociedade não se movia sem o trabalho das mulheres escravizadas. Elas estavam presentes em praticamente todas as lavouras e

---

<sup>2</sup> VARGAS, Jonas M. *Os barões do charque e suas fortunas: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

nas casas senhoriais, como cozinheiras, lavadeiras e realizando todo o tipo de serviço doméstico.

O primeiro capítulo do livro, de autoria de Jonas Vargas, trata da formação histórica da mencionada região e de como ela estava econômica e socialmente integrada. Chamada de *cinturão escravista agropastoril das charqueadas*, ela conectava a produção de gêneros agrícolas e de gado bovino para o abastecimento das fábricas de charque em Pelotas e a escoação da produção pelo porto de Rio Grande. Além disso, os municípios que circundavam esse complexo porto-charqueada abasteciam essas cidades com alimentos, madeira e víveres, possibilitando a expansão do setor fabril das carnes e o crescimento econômico regional. Nesse sentido, a escravidão foi fator estrutural em todos os espaços econômicos considerados e a riqueza da província estava diretamente relacionada à exploração dessa mão de obra escravizada.

O período escravista foi tão importante para a história dessa região que até hoje algumas de suas características socioculturais apresentam uma relação direta e indireta com o fenômeno da escravidão negra. Nesse sentido, podemos citar dois exemplos. O primeiro deles é a significativa presença de praticantes de religiões de matriz africana na metade sul do estado. De acordo com as categorias do Censo de 2022, o Rio Grande do Sul apresentou a maior concentração de umbandistas e candomblecistas do Brasil, sendo que a fronteira sul do estado, espaço geográfico do qual trata o presente livro, tende a concentrar a presença dessa religiosidade.<sup>3</sup> Um dos capítulos dessa história diz respeito às origens do batuque no Rio Grande do Sul, tema abordado na nossa coletânea por Vinícius Pereira de Oliveira. Segundo o autor, Pelotas e Rio Grande, ao lado de Porto Alegre, eram os berços do batuque. Conectadas ao tráfico negreiro, as cidades

---

3 René Somain. Religiões no Brasil em 2010. *Confins* [Online], n. 15, 2012.

portuárias não apenas facilitaram a conexão mercantil da província com o mundo atlântico, como também integraram a região à diáspora africana que caracterizou o período.

O segundo exemplo, conforme dados do mesmo Censo de 2022, é a forte presença de comunidades remanescentes de quilombos na região sul do estado.<sup>4</sup> Embora não se explique apenas por isso, tal fenômeno certamente está relacionado com a forte presença da escravidão negra na região, conforme mencionamos acima. Especialista no tema, Cláudia Daiane Molet, que também contribui com um capítulo na presente coletânea, pesquisou um desses territórios negros, realizando uma análise de algumas das primeiras famílias escravizadas de São José do Norte e de como elas tiveram acesso à terra em uma condição pós-cativeiro. De acordo com a autora, os muitos quilombos desse município e a rede de contatos entre eles acabaram conformando o que ela chama de “litoral negro”.

A partir desses exemplos, a consagrada imagem de um Rio Grande do Sul branco e europeu, forjada por alguns memorialistas e escritores desde o século XIX, não se sustenta.<sup>5</sup> Já fazem muitas décadas que historiadores da academia, intelectuais negros e diversos pesquisadores engajados na luta antirracista têm desconstruído essa memória regional, ainda muito forte no nosso senso comum. Desde então, novos estudos vêm colaborando para compreendermos melhor quais eram as condições de trabalho, de vivência e de sobrevivência da população negra escravizada, liberta e livre no Rio Grande do Sul. No entanto, diversas localidades do estado ainda carecem de estudos mais aprofundados. Em alguns municípios, por exemplo, o ensino de

---

4 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico de 2022*. Brasília: IBGE, 2022.

5 Para uma análise, ver ROSA, Marcus Vinícius F. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)*. Tese de Doutorado, PPG-História Unicamp, 2014, p. 29-64.

história e a memória das comunidades locais ainda são informados pela tradicional imagem que invisibiliza a presença negra e indígena de nossa história. Nesse sentido, os capítulos da coletânea também buscam dar conta de algumas dessas localidades.

O município de Canguçu, por exemplo, foi estudado por Alison Balhego, que investigou a luta dos escravizados para alcançar a sua alforria pela via judicial. As chamadas “ações de liberdade” são documentos raros nos arquivos do Rio Grande do Sul e o caso de Canguçu nos ajuda a entender melhor como os escravizados enfrentavam os tribunais da província para livrarem-se do cativeiro. Vinícius C. Nunes pesquisou os dados contidos nos inventários *post-mortem* de Piratini para analisar a forte presença escrava no município. Seu estudo nos permite perceber que a maioria dos senhores era formada por pequenos proprietários, evidenciando que a posse cativa estava disseminada por toda sociedade. Paulo Moreira, por sua vez, nos brinda com um texto a respeito da escravidão em Santa Vitória do Palmar, o mais meridional dos municípios do Império. Usando um repertório variado de fontes documentais, o autor nos mostra o quanto a instituição da escravidão foi forte em todo o Brasil, pois o local em foco, na fronteira com o Chuí, tratava-se de território inóspito e de difícil acesso, o que não impediu a prática de uma pecuária escravista de médio porte. O capítulo de Marcelo Matheus trata da escravidão em Bagé, outro município com pouquíssimos estudos sobre o tema. Bagé era um dos locais com as melhores pastagens da fronteira, concentrando enormes rebanhos vacuns. Pesquisando inventários e censos da época, o autor nos mostra como a pecuária escravista local foi fundamental no abastecimento das charqueadas pelotenses.

Pelotas, Jaguarão e Rio Grande foram alvo da maior parte dos estudos da presente coletânea. Natália Garcia Pinto, por exemplo, tomou Pelotas como *locus* de estudo para analisar as experiências de liberdade, de cativeiro e emancipação do grupo de afro-ocidentais,

sem desassociar essas categorias. Segundo a autora, a partir da análise de algumas trajetórias, é possível observá-las como práticas e significados que só podem ser apreciadas e compreendidas através de uma análise relacional. Estudando as alforrias em Pelotas, Marina Ribeiro Cardoso tratou da agência das mulheres escravizadas para viabilizar a conquista da liberdade. A autora nos traz casos de cativas que, usando dos seus próprios ofícios de cozinheira, lavadeira e domésticas, também conseguiram angariar recursos para libertar seus filhos. Também tomando como foco o trabalho doméstico feminino, Ana Paula Costa examinou as tentativas de controle das autoridades municipais de Rio Grande sobre as trabalhadoras negras em um contexto de crise da escravidão e imediato pós-abolição.

Voltando igualmente o seu olhar para as relações de gênero, Matheus Batalha Bom analisou alguns casos em Jaguarão no qual percebeu o protagonismo de mulheres negras no interior de seus projetos familiares. Segundo o autor, elas se utilizavam de inúmeros valores, conservadores ou autônomos, para darem conta dos desafios da estrutura econômica, social, racial e de gênero da época. Geza Guedes contribui com um capítulo em que analisa a forma como a imprensa pelotense representava as mulheres negras envolvidas em crimes noticiados nos jornais. Segundo a autora, a historiografia ainda tangencia categorias utilizadas genericamente para descrever os termos “escravo” e “liberto”, como uma condição universal, e não algo atravessado pelo conceito de gênero. José Ricardo Resende Jr., por sua vez, observou a infância no interior do cativeiro, revelando que desde muito pequenos os infantes já eram empregados em diferentes tarefas. Analisando casos de violência contra crianças cativas entre 8 e 14 anos, o autor nos revela uma das faces mais cruéis da instituição escravista.

Outros trabalhos problematizaram as diferentes formas de violência a que os cativos estavam sujeitos e suas múltiplas formas de

resistência. Jonathas Caratti revisita o seu livro “O solo da liberdade”, no qual investigou dois casos de pessoas negras livres que foram submetidas à escravização ilegal em Jaguarão, algo não raro na fronteira Brasil-Uruguai. Nesse sentido, o autor traça um panorama histórico-gráfico sobre o tema nos últimos anos. A partir da análise de alguns assassinatos cometidos por escravizados contra os patrões dos iates, Roger Costa busca compreender a luta dos escravizados por direitos. Segundo o autor, havia uma noção de direitos costumeiros entre os cativos de Pelotas, defendidos através da perpetração de crimes, sempre que essas normas fossem violadas por seus senhores. Tendo Rio Grande como foco de análise, Douglas Reisdorfer analisou os padrões de ocorrência de crimes e o perfil de réus e vítimas em Rio Grande e os conflitos entre cativos e seus senhores. O autor percebeu o aumento de crimes contra senhores, capatazes ou integrantes da família senhorial durante a década de 1870, o que pode nos ajudar a entender uma das faces mais radicais do processo abolicionista que então se iniciava. Por fim, Caiuá Al-Alam analisa o livro de sepultamentos do cemitério de Jaguarão, entre 1855 e 1865, conjuntura que marcou a chegada da pandemia de cólera. A fonte revela tanto a precariedade das condições materiais de vida dos cativos, quanto as agências que suas redes de protagonismo eram capazes de realizar para garantir o seu enterro em campo santo.

Os mencionados textos reúnem casos que buscam dar conta da complexidade da história da escravidão na região e da diversidade de temas e abordagens possíveis, escritos por autores e autoras com distintas trajetórias de pesquisa e experiência em análises de diferentes documentações. No entanto, apesar dessas diferenças de interesses de pesquisa, os leitores e leitoras mais versados na historiografia sobre a escravidão no Brasil perceberão que a maior parte dos capítulos estão mais vinculados à corrente historiográfica que se convencionou denominar como *História Social da Escravidão*,

perspectiva que causou forte impacto na historiografia brasileira nos anos 1980 e 1990. Ela se opunha tanto às interpretações que suavizavam o passado escravista brasileiro, consagrando uma imagem de docilidade e harmonia entre as raças, quanto àquelas que apenas vitimavam e coisificavam os escravizados, relegando a sua existência a uma profunda anomia social. A partir da noção de “agência”, tais obras reivindicavam uma ação individual e coletiva dos cativos que consistia em uma negociação cotidiana com o fim de melhorarem as suas condições de existência. A partir desse novo olhar, a ideia de resistência deixava de ser encarada apenas como fuga e formação de quilombos, para outra que tensionava as bases do escravismo no próprio dia-a-dia. Assim sendo, foram valorizadas outras experiências como a conquista de autonomia no interior do cativo, a luta pela formação e manutenção de famílias, a busca pela liberdade por meio das cartas de alforrias, o direito à roça própria e festejos, entre outros, que, por meio de estratégica negociação com seus senhores, tornam a escravidão um fenômeno mais complexo.<sup>6</sup>

No Rio Grande do Sul, cabe um destaque aos estudos de Paulo Moreira, que desde os anos 1990 tem se vinculado à mencionada perspectiva historiográfica. Além disso, o autor participou de bancas de defesa de mestrado e doutorado e orientou muitas das autoras

---

6 Diversas obras podem ser citadas como paradigmáticas dessa nova forma de pensar a escravidão. Ver, por exemplo, REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito*. São Paulo: Cia das Letras, 1988; CHALHOUN, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990; GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988; SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil. Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

e dos autores presentes nessa coletânea.<sup>7</sup> Outra menção especial deve ser feita a Beatriz Loner, que embora tenha se destacado com seus estudos sobre o movimento operário gaúcho, também trouxe contribuição na área dos estudos da escravidão, tendo sido pessoa importante na formação de alguns autores e autoras também aqui presentes.<sup>8</sup> Atualmente, essa vertente historiográfica vem se renovando em termos geracionais, temáticos e teórico-metodológicos e muitos dos capítulos aqui presentes atestam essas mudanças.

Além disso, é necessário dizer que boa parte das autoras e autores tiveram ou têm relação direta com o curso de História e o Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, evidenciando a importância da instituição para a produção historiográfica regional. Não foi por acaso que em setembro de 2023 o 11º *Encontro Escravidão e Liberdade do Brasil Meridional* foi sediado nas dependências da instituição, constituindo-se em importante espaço de debates historiográficos a respeito da temática. Contudo, somam-se a UFPel outros dois cursos de História da região sul, sediados na Fundação Universidade de Rio Grande (FURG) e na Universidade Federal do Pampa (Unipampa) – Campus Jaguarão. Essas instituições também são ou foram espaço de atuação acadêmica discente e docente de alguns autores e autoras da presente coletânea, sendo palco de importantes projetos de pesquisa, ensino e extensão.

Nesse sentido, essas relações institucionais devem ser destacadas, pois o presente livro também pode ser lido como o resultado de pesquisas e reflexões históricas de historiadores e historiadoras

---

<sup>7</sup> MOREIRA, Paulo R. S. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre (1868-1888)*. Dissertação de Mestrado. PPG-História da UFRGS, 1993; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST, 2003.

<sup>8</sup> Alguns desses textos podem ser encontrados em GILL, Lorena A.; KOSCHIER, Paulo Luiz (Org.). *A família Silva Santos e outros escritos: escravidão e pós-abolição ao sul do Brasil*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2019.

pertencentes à própria localidade aqui estudada. Ele é fruto de muitos diálogos, reuniões de grupos de estudo, discussões em disciplinas de pós-graduação, cursos de extensão, trocas cotidianas com as comunidades locais, entre outras atividades acadêmicas e não acadêmicas. Em suma, os capítulos trazem um olhar regional e fronteiro para um dos aspectos mais importantes da história da sociedade brasileira.

Por todas essas questões, o organizador e as organizadoras desejam a tod@s uma ótima leitura!

Cláudia Daiane Garcia Molet  
Jonas Moreira Vargas  
Natália Garcia Pinto

# O TRÁFICO TRANSATLÂNTICO, AS CHARQUEADAS DE PELOTAS E O SEU CINTURÃO ESCRAVISTA AGROPASTORIL NA FRONTEIRA SUL

Jonas M. Vargas<sup>1</sup>

Os produtos derivados da pecuária bovina foram o carro-chefe das exportações rio-grandenses ao longo de quase todo o século XIX. Enquanto os couros secos e salgados tinham na Europa Ocidental e nos Estados Unidos os seus principais mercados, o charque era exportado principalmente para o Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, onde era consumido ou redistribuído para outras localidades. Juntas, as duas mercadorias quase sempre apresentaram mais de 70% dos valores exportados pela província.<sup>2</sup> Em alguns anos, os couros

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Departamento de História e do Pós-graduação em História da UFPel.

<sup>2</sup> Esse percentual tendeu a diminuir na década de 1870 e 1880, mas quase sempre se manteve acima dos 60%. Ver DALMAZO, Renato A. *As relações de comércio do Rio Grande do Sul: do século XIX a 1930*. Porto Alegre: FEE, 2004, p. 63-64.

superavam o charque nos valores negociados, enquanto em outros ocorria o inverso. Portanto, mercado interno e externo consumiam essas duas mercadorias sulinas e o mesmo valia para outros derivados bovinos de menor valor. Enquanto sebo e graxa tinham no Rio de Janeiro e na Bahia seus principais compradores, os cabelos, as cinzas de ossos e os chifres tinham no Atlântico Norte o seu destino. Dessa forma, tratava-se de uma economia que dependia de diferentes rotas mercantis atlânticas, o que inviabiliza uma leitura que trate apenas do vínculo da pecuária com o abastecimento do mercado interno.<sup>3</sup>

Para que essas mercadorias chegassem aos seus destinos, uma cadeia de atividades econômicas precisava estar bem integrada, desde a criação do gado na fronteira até o embarque desses produtos no porto de Rio Grande ou em São José do Norte. Em todas as suas etapas, a escravidão dos africanos e de seus descendentes esteve presente, sendo mais importante que o trabalho livre. Escravizados eram os braços empregados na pecuária e, posteriormente, na condução das tropas até os locais de abate, como as charqueadas. Nesses estabelecimentos, a presença do trabalhador cativo era ainda mais forte, fazendo de seus donos os possuidores das maiores escravarias da região. Cativos também eram os marinheiros dos iates que levavam charque, couros e derivados até Rio Grande e os estivadores que carregavam diariamente as embarcações marítimas. Os escravizados também estavam presentes nos navios que zarpavam rumo aos portos atlânticos, descarregando parte dessas mercadorias. Por fim, cativos também eram grande parte dos trabalhadores que consumiam o charque, seja nas *plantations* cafeeiras e açucareiras, seja nas cidades litorâneas. Parte

---

3 Tantas as ideias quanto os dados a respeito das exportações dessas mercadorias estão sendo desenvolvidas no projeto “Capitalismo, *commodities* platinas e mercado mundial: a produção, a circulação e o consumo de mercadorias de origem pecuária (Buenos Aires, Montevideo e Rio Grande do Sul, séculos XVIII-XIX)”, a partir de um Pós-Doutorado desenvolvido junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

do charque ainda era embarcado nos navios negreiros que partiam dos portos brasileiros para os da costa da África e de lá retornavam com mais africanos escravizados.<sup>4</sup>

A organização do comércio negro para as Américas sempre dependeu de investidores, mercadorias ancilares para a troca por cativos e de mantimentos para o abastecimento da tripulação.<sup>5</sup> Segundo Manolo Florentino, uma carga de viagem bem administrada era fundamental para a efetivação dos negócios e a diminuição da mortalidade cativa no retorno da África.<sup>6</sup> Não é coincidência que a arrancada da produção de carnes salgadas irlandesas convergiu com o auge dos britânicos no tráfico, entre as décadas de 1750 e 1790, e que a montagem das fábricas de carne-seca no norte da América portuguesa foi concomitante à maior participação de Pernambuco no tráfico.<sup>7</sup>

- 
- 4 Para uma análise aprofundada de toda a cadeia de negociações que envolviam as charqueadas de Pelotas, ver VARGAS, Jonas M. *Os barões do charque e suas fortunas: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2016. Sobre a história das charqueadas ver também os trabalhos pioneiros de CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1983; GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.
  - 5 ELTIS, David. *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*. New York: Oxford University, 1987; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
  - 6 FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
  - 7 VARGAS, Jonas M. *Tasajo/Salt Cured Beef as an Atlantic Commodity: Slavery and Capitalism in the 18th and 19th Century*. In: *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. New York: Oxford University Press, 2023a; NOGUEIRA, Gabriel Parente. *Às margens do Império: a pecuária das carnes salgadas e o comércio nos portos da porção oriental da costa leste-oeste da América Portuguesa nas dinâmicas de um Império em movimento (Século XVIII)*. Tese de Doutorado. PPG-História da Universidade Federal do Ceará, 2021.

Tratavam-se de setores economicamente interdependentes. Nesse mesmo processo, o início do “ciclo” do charque na Fronteira Platina (Montevideo, Buenos Aires e Rio Grande do Sul) convergiu com a grande expansão açucareira em antigas e novas áreas de cultivo no Brasil, mas também em Cuba, que lentamente iria se tornar a maior produtora do Atlântico. Soma-se a esse processo, o crescimento da cafeicultura no sudeste do Império, marcando o auge dos traficantes cariocas e a maior entrada de africanos cativos nas Américas ao longo de toda a história.<sup>8</sup> Portanto, ao ajudar a suprir as cargas de viagem dos navios negreiros, o charque contribuía para viabilizar o abastecimento de mão de obra em todo o Brasil, incluindo aqui as próprias estâncias, roças e charqueadas do Rio Grande do Sul, pois, por intermédio do tráfico, mais de 50 mil seres humanos escravizados foram desembarcados na província entre 1790 e 1850.<sup>9</sup>

- 
- <sup>8</sup> FRAGOSO, João L. R.; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (c. 1750-1840)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; SLUYTER, Andrew. The Hispanic Atlantic's Tasajo Trail. *Latin American Research Review*, v. 45, n. 1, 2010, p. 98-120; VARGAS, Jonas M. A produção, o comércio e consumo do charque/tasajo no Atlântico escravista: Buenos Aires, Montevideu e Rio Grande do Sul (1780-1900). In: MARQUES, Leonardo; GEBARA, Alexsander. (Org.). *História das Mercadorias: trabalho, meio ambiente e capitalismo mundial (séc. XVI-XIX)*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2023b, v. 1, p. 235-270.
- <sup>9</sup> Sobre esse processo histórico, ver OSÓRIO, Helen. O império português no sul da fronteira: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: UFRGS, 2007; BERUTE, Gabriel S. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790- c. 1825*. Dissertação de Mestrado. PPG-História da UFRGS, 2006; ALADREN, Gabriel. *Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e Guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777- 1835)*. Tese de Doutorado. PPG-História UFF, 2012; MATHEUS, Marcelo. Os africanos minas no sul do Brasil: tráfico, liberdade e produção identitária na diáspora (Rio Grande do Sul, século XIX). In: RODRIGUES, Aldair; LIMA, Ivana S.; MARQUES, Juliana B. (Org.). *A diáspora mina: africanos entre o Golfo de Benin e o Brasil*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2020, p. 279-319.

Portanto, a história das charqueadas sulinas está diretamente relacionada a esse processo de expansão dessas lavouras e estâncias e do próprio tráfico transatlântico, uma vez que ela garantia o fornecimento de uma proteína a preços acessíveis. Na fronteira mais meridional do Rio Grande do Sul existiram charqueadas escravistas em diferentes localidades. Rio Grande, Jaguarão e Santa Vitória do Palmar, por exemplo, apresentaram alguns desses estabelecimentos, mas o principal núcleo charqueador foi o município de Pelotas, que possuía cerca de 18 charqueadas em 1822, número que saltou para 33 em 1833. No meado do século XIX, só em Pelotas se abatia cerca de 300 a 400 mil cabeças de gado por safra, sendo provável que ela produzisse mais de  $\frac{3}{4}$  de todo o charque rio-grandense. Portanto, as charqueadas escravistas acabaram se tornando a principal peça de uma engrenagem que movimentava as atividades econômicas mais importantes da Fronteira Sul. O seu pleno funcionamento garantia aos grandes, médios e pequenos criadores a compra anual do seu gado, estimulando a expansão da pecuária e da apropriação de terras rumo ao sudoeste da Província.<sup>10</sup> Para viabilizar esse processo, como será visto adiante, incorporou-se mais mão de obra cativa, tornando a região aqui estudada uma das áreas de maior concentração de trabalhadores escravizados frente à população livre de todo o Império.

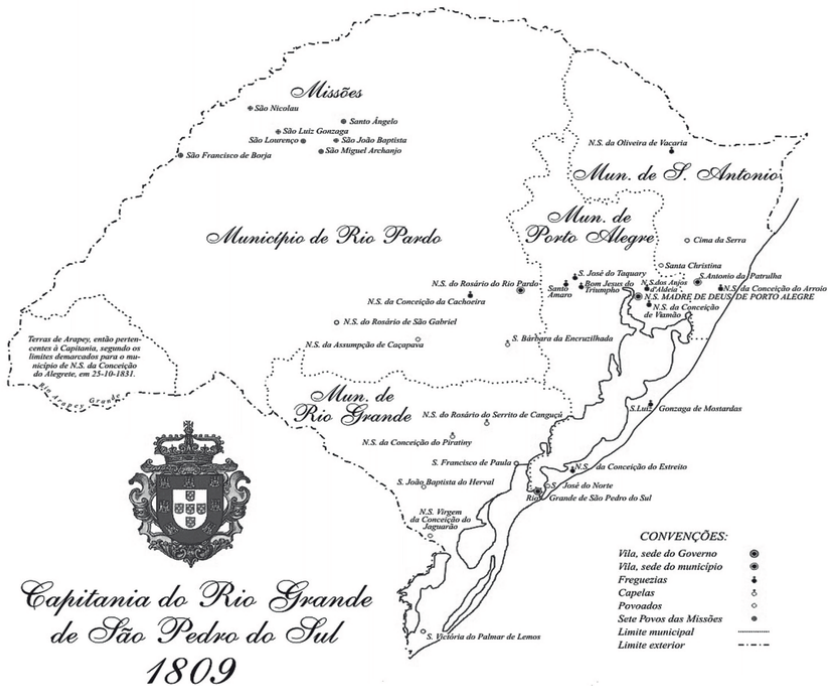
Embora a mencionada expansão da pecuária escravista na fronteira tenha sido estudada por diferentes autores, a proposta do capítulo busca uma análise mais circunscrita em uma região específica, fortemente impactada pela demanda atlântica por carnes salgadas e couros, mas que também produzia gêneros da agricultura de abastecimento. Com a expulsão dos espanhóis da Fronteira do

---

<sup>10</sup> VARGAS, Jonas. Op. cit. 2016. As poucas informações sobre as demais charqueadas dessa fronteira sul podem ser vistas em MARQUES, Alvarino da F. *Episódios do Ciclo do Charque*. Porto Alegre: Edigal, 1987.

Rio Grande, em 1776, iniciou-se um processo de ocupação territorial que, partindo da vila de Rio Grande, estendeu-se lentamente e não de forma concomitante, até o rio Camaquã, ao norte, e o rio Jaguarão, ao sul. Esse processo manteve-se ao longo das primeiras décadas do século XIX, incorporando uma paisagem agrária bastante diversa, que reunia desde terrenos arenosos na parte mais litorânea, matos e campos com árvores na serra dos Tapes até as vastas pastagens que se estendiam pela fronteira ainda imprecisa entre o Rio Grande do Sul e a Banda Oriental. Favorecida por um rico sistema fluvial, a região conectava-se ao Atlântico, à capital da província e ao território Oriental, por intermédio dos arroios Pelotas e Quebraxo, rios Piratini, Jaguarão, Negro e São Gonçalo, e as lagoas Mirim e dos Patos. Portanto, o presente capítulo trata da presença da escravidão dos africanos e seus descendentes nessa região, que chamo aqui de *cinturão escravista agropastoril das charqueadas*. O mencionado território e sua área compunha o antigo município de Rio Grande, originalmente demarcado quando foi realizada a primeira divisão municipal da Capitania, em 1809 (Figura 1).

**Figura 1 – Mapa da Capitania de Rio Grande de São Pedro (1809)**



Fonte: SCOTT, Dário. A população do Rio Grande de São Pedro pelos mapas populacionais de 1780 a 1810. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Belo Horizonte, v. 34, n. 3, set./dez., 2017, p. 620.

Trata-se de uma região economicamente bastante integrada ao complexo porto-charqueada, que tinha em Rio Grande e Pelotas o seu centro mais dinâmico. Enquanto Piratini, Jaguarão e Bagé reuniam muitas estâncias que abasteciam as charqueadas pelotenses com seus novilhos, Canguçu e a zona rural de Pelotas, na Serra dos Tapes, tiveram importante produção agrícola. As terras arenosas de Santa Vitória, Rio Grande e São José do Norte também foram espaço de criação e lavouras, completando essa zona de atividades econômicas

interdependentes. Ao mesmo tempo em que essas regiões foram fundamentais para o crescimento da economia charqueadora, elas também se desenvolveram por conta da proximidade com o complexo porto-charqueador, pois abasteciam essas duas grandes cidades com gado, gêneros agrícolas e outras mercadorias. Como demonstrarei ao longo do texto, a localidade aqui estudada apresentou a maior concentração de cativos da província no início década de 1870, ou seja, quando a escravidão já estava em declínio em diversas regiões. Somado a isso, ela também possuiu a maior presença de pessoas classificadas no Censo de 1872 como “pretas” e “pardas”, tanto livres quanto escravizadas. Esse fenômeno evidencia não apenas a forte conexão da região com o tráfico transatlântico de africanos escravizados na primeira metade do século<sup>11</sup>, como a força da reprodução natural das escravarias e uma economia agropecuária bastante dinâmica ao ponto de suportar diversas crises, assim como os reveses provocados pela Guerra dos Farrapos (1835-1845) e a Guerra do Paraguai (1865-1870), que assolaram diretamente a escravaria da região. Essa permanência estrutural tanto da população cativa quanto da população negra livre e liberta justifica não apenas o recorte geográfico da presente coletânea de textos, que reúne estudos mais focados em cada município dessa região, como uma análise mais circunscrita e comparada dos dados populacionais da mesma.

Portanto, na primeira parte do capítulo trato da formação do que chamo de *cinturão escravista e agropastoril das charqueadas*, analisando a entrada de africanos cativos para a região, a matriz produtiva, divisão territorial e crescimento populacional. Mesmo com os percalços da Guerra dos Farrapos (1835-1845), a população cativa manteve-se em crescimento e o meado do século vai encontrar

---

11 Para uma análise, ver MATHEUS, Marcelo. Cativo e compadrio em um porto atlântico (Rio Grande, 1780-1850), *Revista Tempo*, Niterói, v. 27, n. 2, Mai/Ago, 2021, p. 383-404.

a região com uma economia agropecuária bastante robusta. Nem mesmo o fim do tráfico impediu a continuidade desse processo, evidenciando a importância da reprodução natural nesse novo contexto. A segunda parte do capítulo enfatiza a força da escravidão na região, destacando a permanência de altos índices percentuais de cativos frente à população total, assim como da presença negra livre e liberta. Nosso argumento é que o cinturão escravista agropastoril foi fundamental para a manutenção das charqueadas escravistas de Pelotas como um dos polos mais dinâmicos da economia regional, concentrando a riqueza nas mãos de uma minoria, em detrimento da escravização de milhares de pessoas.

### **O comércio atlântico e a formação do cinturão escravista agropastoril das charqueadas**

O Rio Grande do Sul já produzia charque, couros, sebo e outros derivados da pecuária bovina muito antes do surgimento das charqueadas escravistas de Pelotas. No entanto, com exceção dos couros, que já movimentavam um comércio considerável e eram contrabandeados e procurados por changadores e negociantes<sup>12</sup>, as demais mercadorias não apresentavam o mesmo vigor nas exportações, sendo que o charque servia principalmente para o autoconsumo local ou o abastecimento da tripulação de algumas embarcações marítimas. Nesse sentido, a década de 1790 marcou uma grande virada. As primeiras charqueadas nas margens do arroio Pelotas e do rio São Gonçalo datam da década de 1780. Em 1787, quando o Rio Grande

---

<sup>12</sup> HAMEISTER, Martha D. *O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c. 1727 – c. 1763)*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2002; GIL, Tiago L. Elites locais e changadores no mercado atlântico de couros (Rio Grande e Soriano, 1780-1810). *História Unisinos*, v. 18, n. 2, 2014, p. 287-300.

do Sul exportava charque somente para o Rio de Janeiro, foram comercializadas 1,3 mil toneladas do produto. No entanto, a partir da década de 1790, quando Bahia e Pernambuco já estavam recebendo a mercadoria sulina, as exportações saltaram para 5,7 mil toneladas e, na década de 1800, a média anual das exportações atingiu 9,4 mil toneladas.<sup>13</sup> Apenas como nível de comparação, na década de 1840, a média ultrapassou as 23 mil toneladas, evidenciando o crescimento do setor, relacionado à expansão do tráfico transatlântico e à ampliação das *plantations* açucareiras e cafeeiras.<sup>14</sup>

Fatores internos e externos, não apenas de ordem econômica, colaboraram para o grande arranque inicial do setor charqueador. O início da década de 1790 marca dois acontecimentos bastante importantes nesse processo. O primeiro deles foi a Revolução liderada pelos escravizados de Santo Domingo e os consequentes prejuízos que a mesma ocasionou ao setor açucareiro da Ilha, que era a maior produtora de açúcar do mundo. Diante dessa conjuntura, outras regiões do Atlântico aproveitaram a nova oportunidade no mercado.<sup>15</sup> Uma delas foi o nordeste do Brasil, que já produzia açúcar desde o século XVI, mas expandiu a sua produção e o número de engenhos com uma velocidade impressionante, e a outra foi o norte do Rio de Janeiro, que também ampliou as suas exportações do produto. Como resultado disso, houve um grande ingresso de africanos escravizados para essas regiões e como o charque supria tanto as *plantations* como os navios negreiros, a demanda por essa mercadoria também aumentou.<sup>16</sup>

---

13 OSÓRIO, Helen. Op. cit.

14 VARGAS, Jonas. Op. cit., 2023.

15 SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 343.

16 VARGAS, Jonas. Op. cit. 2016. Na realidade, em uma perspectiva mais global, o impacto foi maior ainda, tornando Cuba a maior produtora de açúcar do mundo,

O segundo fator que favoreceu a montagem do complexo charqueador em Pelotas foi a seca que assolou o Piauí e o Ceará em 1791-1792, trazendo forte prejuízo ao setor produtor de carne-seca dessas capitânicas. Documentos da época demonstram a dificuldade de retomada dos negócios na região e como os comerciantes de Recife e Salvador protagonizaram iniciativas para a compra das carnes produzidas no Rio Grande do Sul, visto a necessidade de abastecer os engenhos de açúcar. Esse fenômeno climático, aliado a um maior interesse das elites agrárias no Ceará em investir no plantio do algodão ao invés da pecuária e às proibições de abate de gado no sertão, com fins de retomar o crescimento do rebanho, garantiram a proeminência mercantil das carnes rio-grandenses. Nesse sentido, redes mercantis envolvendo mercadores de diferentes partes do Atlântico Sul foram acionadas, com destaque para os comerciantes de grosso trato do Rio de Janeiro que eram os principais parceiros dos negociantes rio-grandenses.<sup>17</sup>

Somado a isso, a qualidade das pastagens no bioma pampa, aliada aos baixos preços do gado e das terras, favoreceram o desenvolvimento do setor charqueador no território que viria a se tornar o município de Pelotas. Próximo tanto da região da campanha, na fronteira sudoeste da Capitania, quanto do porto de Rio Grande, e com vias fluviais que a ligavam a esses dois pontos, Pelotas atraiu muitos negociantes prontos a investir no setor. Mesmo que as primeiras charqueadas pelotenses pudessem ser erigidas em terras arrendadas, diminuindo os custos da montagem, esse processo exigiu a importação de mão de obra cativa e de equipamentos para a construção dos primeiros

---

processo que esteve economicamente articulado à expansão dos *saladeros* no Rio da Prata, que eram os maiores fornecedores de carne-seca da Ilha. Ver, entre outros, SLUYTER, Andrew. Op. cit.

<sup>17</sup> NOGUEIRA, Gabriel P. Op.cit.; VARGAS, Jonas. Op. cit. 2016; OSÓRIO, Helen. Op. cit.

estabelecimentos, exigindo um montante de capital que somente comerciantes e estancieiros abastados poderiam desembolsar. Nesse sentido, foi comum nessa época a figura do comerciante-charqueador, conforme a denominação de Helen Osório, que eram comerciantes que, apesar de terem erigido a sua charqueada escravista, continuavam atuando no comércio atlântico.<sup>18</sup>

Nesse sentido, os recursos que financiaram a montagem do complexo charqueador provavelmente eram oriundos das mercadorias negociadas pelos comerciantes locais e de suas redes de crédito com os comerciantes do Rio de Janeiro. Antes da grande expansão do setor charqueador, no final do século XVIII, a principal mercadoria exportada pelo porto de Rio Grande eram os couros, que chegavam até as zonas manufatureiras da Europa Ocidental, após serem comprados por comerciantes luso-brasileiros. Na década de 1790, a média anual das remessas foi de cerca de 150 mil couros anuais, ultrapassando as 300 mil na década de 1800. Com a abertura comercial dos portos da América portuguesa, em 1808, as cifras aumentaram, atingindo seu ápice em 1814, com mais 423 mil couros.<sup>19</sup> Portanto, como boa parte dos couros também era produzida nas charqueadas, esse circuito estabelecia um vínculo das mesmas com o mercado europeu, tanto indiretamente, no que diz respeito aos ganhos mercantis oriundos do comércio atlântico e que estavam por trás do financiamento e montagem dos primeiros estabelecimentos fabris, quanto diretamente, na preparação dos couros exportados.<sup>20</sup> A importância de outros espaços consumidores para além da América Lusa também deve ser considerado no que diz respeito às exportações de charque. Como

---

18 OSÓRIO, Helen. *Op. cit.*; VARGAS, Jonas. *Op. cit.* 2016. Sobre a fase inicial das charqueadas ver também CORSETTI, Berenice. *Op. cit.* e GUTIERREZ, Ester. *Op. cit.*

19 OSÓRIO, Helen. *Op. cit.*, p. 204-207.

20 Com o tempo, os couros também passaram a ter os Estados Unidos como um dos seus principais compradores.

foi dito, quando essa mercadoria começou a ser produzida em larga escala, uma parte também tinha como destino a costa da África, sendo embarcada nos navios negreiros, enquanto outra pequena parcela era exportada para Cuba, Portugal e Estados Unidos.<sup>21</sup>

Além disso, as exportações de trigo também movimentavam o capital mercantil de comerciantes envolvidos com charque e couros, evidenciando como a lavoura escravista rendia lucros aos intermediários. Em 1818, as contas do inventário do comerciante-charqueador Domingos Rodrigues revelaram que suas embarcações carregavam trigo, graxa e sebo para o Rio de Janeiro, local em que eram recebidos pelo seu filho João Rodrigues Ribas.<sup>22</sup> Ribas atuava como negociante no Rio e seu nome consta em uma listagem de traficantes de africanos escravizados organizada por Manolo Florentino.<sup>23</sup> Nesse sentido, comerciantes-charqueadores estabelecidos em Rio Grande podiam consignar, por meio de suas redes mercantis, a vinda de cativos para a província no retorno dos mesmos navios que partiam carregados de charque, couros e trigo.<sup>24</sup> Nesse sentido, os próprios charqueadores, associados às suas redes mercantis e de relações de parentesco, também agiram no sentido de ampliar e estender o tráfico de africanos para as áreas mais fronteiriças do cinturão escravista agropastoril.<sup>25</sup>

---

21 OSÓRIO, Helen. Op. cit.

22 Inventário de Domingues Rodrigues, n. 32, m. 2, Pelotas, cartório de Órfãos e Provedoria, 1818 (APERS)

23 FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 256.

24 OSÓRIO, Helen. Op. cit.; BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790- c. 1825*. Dissertação de Mestrado, PPG-História da UFRGS, 2006.

25 VARGAS, Jonas M. Escravidão e tráfico ilegal na fronteira sul do Brasil: o caso dos charqueadores rio-grandenses, dos *saladeristas* uruguaios e de suas redes mercantis (c. 1830-1850). Florianópolis, *Esboços*, v. 30, n. 54, 2023c, p. 211-236.

Uma das consequências do deslocamento populacional para as áreas de fronteira foi o impacto demográfico na região. Comparando dados populacionais de três grandes regiões da capitania (Rio Grande, Rio Pardo e Porto Alegre e suas respectivas freguesias vizinhas, que eram menores) entre 1780 e 1802, Luciano Gomes percebeu que a população da região da fronteira de Rio Grande cresceu em taxas maiores (3,9%) que Porto Alegre (1,6%) e Rio Pardo (3,1%).<sup>26</sup> Calculando somente o crescimento da população cativa, o autor percebeu que a taxa foi ainda maior, tendo a região de Rio Grande ficado com 6,5% contra 4% de Rio Pardo e 3,1% de Porto Alegre. Segundo o autor, com uma taxa de 6,5%, a população cativa era capaz de dobrar em apenas 11 anos. Observando a população cativa de cada freguesia, Costa verificou que na de Rio Grande (que incluía as charqueadas) esse índice aumentava mais ainda, atingindo 7,9%.<sup>27</sup> Apesar da importância do setor tritícola na região, tal índice devia-se principalmente ao impacto direto das charqueadas e da sua necessidade de mão de obra tanto nos novos estabelecimentos, quanto nas novas áreas de criação que iam se expandindo para a fronteira.

Um mapa populacional realizado em 1805 ajuda a observar os ritmos desse crescimento até aquele momento. A população total da capitania foi medida em 41.033 pessoas (excetuando aqui os 1.999 recém nascidos). Dessa população, 13.800 eram escravizados, somando 33,6% do total. Entre os cativos, 758 foram classificados como sendo pardos, 664 como pardas, 7.742 como pretos e 4.636 como pretas. Dos 7.742 cativos pretos de toda a capitania, 2.280 estavam localizados

---

<sup>26</sup> GOMES, Luciano C. Escravidão e agricultura no Rio Grande de São Pedro, período colonial: sugestão de um modelo de interpretação. *Revista Latino-Americana de História*, v. 3, n. 10, Ago-2014, p. 99. Nessa época, a mencionada região da fronteira de Rio Grande incluía as freguesias de Rio Grande, fundada em 1738, Estreito, em 1761, e Mostardas, em 1773, e a sua área abarcava praticamente todos os municípios analisados no presente estudo na época em que eles eram simples povoados e distritos.

<sup>27</sup> GOMES, Luciano C. Op. cit.

na freguesia de Rio Grande, ou seja, 30% deles! Aliás, Rio Grande era a única freguesia que apresentou um número acima de 1.000 escravizados pretos, evidenciando uma forte concentração deles em seu território. Entre os cativos pardos, Rio Grande era a segunda maior, apresentando 125, enquanto Cachoeira tinha 152.<sup>28</sup> Tendo em vista que a razão de sexo entre os pretos era muito maior do que entre os pardos, é bastante evidente que esses números eram reflexo do recente tráfico transatlântico para toda a região, com destaque para aquela freguesia em que estavam localizadas as charqueadas. O trabalho nesses estabelecimentos era realizado majoritariamente por homens, tendência semelhante na lida com o gado nas estâncias.<sup>29</sup> Nesse sentido, pode-se deduzir que a maior parte dos classificados como “pretos” provavelmente eram africanos, visto que o tráfico transatlântico precisava ser mais acessado nas regiões de ocupação recente e que careciam de mais mão de obra.

Na década de 1810, a população cativa continuou em franco crescimento. Em 1814, a recém criada freguesia de São Francisco de Paula de Pelotas possuía 2.419 habitantes, sendo que 1.226 eram cativos, ou seja, 50,7% da população. Em Piratini, nesse mesmo ano, 41% da população era cativa. Na década de 1820, os negócios com o charque se ampliaram mais ainda e Pelotas saltou de 18 charqueadas, em 1822, para 33, em 1833. Todo esse processo favoreceu a expansão da pecuária na fronteira e o crescimento da população escravizada. Em 1833, 46% da população de Jaguarão era cativa. Em Pelotas, nesse

---

<sup>28</sup> “Mapa de toda a população existente na Capitania do Rio Grande de São Pedro no ano de 1805” In: MIRANDA, Márcia Eckert. *A Estalagem e o Império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2009, p. 285.

<sup>29</sup> Para uma síntese sobre o trabalho nas charqueadas, ver VARGAS, Jonas; MOREIRA, Paulo. Charqueada escravista. In: GOMES, Flávio; SCHWARCZ, Lília (Org.). *Dicionário Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2018, p. 149-155.

mesmo ano, os escravizados somavam 51,7% dos seus habitantes, sendo que 67,4% dos cativos eram africanos. Tratam-se de percentuais comparáveis às regiões cafeeiras e açucareiras do Brasil e tais índices só foram possíveis de serem atingidos pela intensificação do comércio negreiro para a região.<sup>30</sup> Segundo Florentino, o período de 1809 a 1825 apresentou uma grande expansão do tráfico no Rio de Janeiro, que era o principal fornecedor de cativos do Rio Grande do Sul.<sup>31</sup> De acordo com um charqueador da época, entre 1814 e 1822, entraram mais de 15 mil africanos escravizados na capitania sulina.<sup>32</sup>

Somam-se a essa conjuntura a política joanina de intervenção militar na Banda Oriental e a consequente expansão agrária que acabou incorporando mais terras e gado bovino naquela fronteira.<sup>33</sup> Conforme Helen Osório, a década de 1810 foi marcada por forte concessão de sesmarias. Se entre 1738 e 1809 ocorreram 502 concessões em toda a Capitania, marcando uma média aproximada de 7 por ano, entre 1810 e 1822 ocorreram 1.119 concessões, com uma média de 86. Estudando a fronteira de Rio Grande de forma mais aprofundada e em um recorte temporal menor, Edsiana Aita percebeu que, entre 1808 e 1816, a Câmara de Rio Grande recebeu 350 requerimentos de sesmarias para essa região, sendo que 30% delas foi solicitando terras no “antigo núcleo” formado por Rio Grande, Povo

---

<sup>30</sup> VARGAS, Jonas M. Op. cit., 2016, Capítulo 1.

<sup>31</sup> FLORENTINO, Manolo. Op. cit., p. 41-50. BERUTE, Gabriel Santos. Op. cit.

<sup>32</sup> CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004, p. 168.

<sup>33</sup> O comerciante Mateus da Cunha Telles disse ao naturalista Auguste de Saint-Hilaire que, até 1821, os rio-grandenses tinham roubado um milhão de cabeças de gado da Banda Oriental (SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado federal, 2002, p. 108). Contudo, escrevendo em 1833, Arsene Isabelle considerou que a ocupação brasileira na região foi responsável por tomar mais de 4 milhões de bovinos, transferidos para as estâncias rio-grandenses (ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senador Federal, 2006, p. 300).

Novo, Taim e Pelotas e 47% para os povoados e freguesias de Piratini, Jaguarão, Canguçu, Arroio Grande e São Lourenço. Cerca de 15% requeriam terras na denominação genérica de “Serra dos Tapes” e 8% não tinham referências.<sup>34</sup> Com o núcleo porto-charqueador mais povoado e com moradores estabelecidos a mais de uma geração, a corrida migratória deu-se para a Serra dos Tapes e as áreas de pastagens mais próximas aos rios Piratini e Jaguarão, ainda com poucas concessões. A escravidão de africanos e seus descendentes foi fator fundamental na ampliação das atividades econômicas desde o início da ocupação desse território e para onde os novos proprietários se dirigiam, levavam consigo a escravidão. Se esses novos proprietários de terra produziam para atender à crescente demanda atlântica por alimentos, gado e couro, os negociantes negreiros vinham a suprir o aumento da procura por mão de obra nessa nova fronteira.

Portanto, sem desconsiderar a importância da triticultura e da capacidade dos lavradores em comprarem cativos, a montagem das primeiras charqueadas nas margens do Pelotas e do São Gonçalo e o aumento das exportações na década de 1790 provocou aquela que foi a grande transformação econômica regional do período. Conforme a população ia se espalhando pela fronteira e se concentrando próxima aos rios que cortavam a região, novas capelas iam sendo criadas, dando origem a novas freguesias. Em 1810 foi criada a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Piratini, em 1812 foi criada a de São Francisco de Paula de Pelotas, mesmo ano da criação da Espírito Santo de Jaguarão e a de Nossa Senhora da Conceição de Canguçu, que já tinha uma capela desde 1800. A migração rumo à fronteira sudoeste foi crescendo e, em 1815, foi criada uma capela curada em São Sebastião de Bagé, território que, em 1811, já havia sido palco de

---

<sup>34</sup> AITA, Edsiana. *Ocupação de terras, produção e circulação de bens na Fronteira de Rio Grande, 1776-1850*. Tese de Doutorado. PPG-História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020, p. 108

um acampamento do exército luso-brasileiro reunido naquela fronteira para auxiliar os realistas de Montevideú.<sup>35</sup> Nesse sentido, a rápida fundação de freguesias não se deve somente aos aspectos de ordem econômica até aqui mencionados. A defesa da fronteira sul frente às pretensões hispano platinas e, posteriormente, artiguistas, também esteve por trás das motivações que contribuíram para a ocupação do território.<sup>36</sup> No entanto, até nesse caso a formação de um cinturão escravista agropastoril foi necessária e integrou-se perfeitamente à lógica militar, pois ela abastecia as tropas com trigo e carne, ao mesmo tempo em que colaborava com a proteção da fronteira e das próprias charqueadas, repletas de trabalhadores escravizados.<sup>37</sup>

Assim sendo, as mencionadas freguesias configuravam o território que formava o cinturão escravista agropastoril. Ele era formado pelas terras entre os rios Camaquã ao norte, Jaguarão ao sul e Santa Maria ao oeste, sendo cortado por diferentes rios e arroios, o que favorecia o transporte de mercadorias, com destaque para os rios Piratini, São Gonçalo, Camaquã e demais arroios, como o Quilombo e o Canaleiras, que se juntavam ao Pelotas, por exemplo. Ambos chegavam até a Serra dos Tapes, tornando as áreas rurais de Pelotas, Canguçu e parte de Piratini importantes produtoras de gêneros para o abastecimento das cidades, além de fornecedoras de madeiras e barro, úteis na construção civil.<sup>38</sup> Além disso, a existência

---

35 MATHEUS, Marcelo. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (c. 1820-1870)*. São Leopoldo: Oikos, 2021. Ver, em especial, o capítulo 1.

36 ALADRÉN, Gabriel. Op. cit.

37 Essa questão é importante, pois era comum o receio de que os castelhanos recrutassem escravos das charqueadas rio-grandenses para incorporá-los em seus exércitos. Ver, por exemplo, LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979; ALADRÉN, Gabriel. Op. cit.

38 Em 1868, o engenheiro Antonio Eleuthério de Camargo, empregado da Estatística Provincial, reuniu relatórios técnicos sobre a região, destacando o “barro excelente para louça”, de Encruzilhada e Dores, o “Barro que se faz excelente telha e

de algumas charqueadas em Jaguarão, Rio Grande e Santa Vitória também favorecia transações mercantis na parte mais meridional desse cinturão, que estava em contato direto com o Uruguai, possibilitando um importante comércio legal (e ilegal) por meio da Lagoa Mirim e das próprias vias fluviais da fronteira.

Nos anos 1830, essas freguesias começaram a se emancipar da vila de Rio Grande. Criada em 1830, Pelotas teve a sua vila instalada em 1832, mesmo ano de Jaguarão, São José do Norte e Piratini. Bagé teve que esperar até 1846 para emancipar-se de Piratini, enquanto Canguçu tornou-se vila em 1857. Santa Vitória do Palmar, Dom Pedrito e Arroio Grande foram alçadas à condição de vila somente na década de 1870. Nesse meio tempo, a escravidão continuou crescendo e se ampliando para as fronteiras do território analisado. No entanto, um dos principais reveses para a economia rio-grandense na primeira metade do século foi a Guerra dos Farrapos (1835-1845). Consumindo rebanhos e deslocando mão de obra para as fileiras militares, ela fez diminuir as exportações de charque e couros. Proprietários escravistas migraram para Rio Grande – única vila que não havia sido tomada pelos rebeldes –, Rio de Janeiro e Montevideú, mas outros senhores, sobretudo os que se opunham ao movimento, tiveram terras, gado e cativos confiscados pelos farroupilhas.

Parte dos escravizados que caíam em mãos dos rebeldes foram vendidos, alugados ou colocados para trabalhos nos estabelecimentos da República. No entanto, outros foram libertados e, posteriormente, recrutados para o Exército Farroupilha, formando o corpo dos

---

tijolos”, de Jaguarão, e o que chamou de “Barro finíssimo”, de Candiota e Piratini, além de diferentes tipos de argila na região (CAMARGO, Antonio E. de. *Quadro Estatístico e Geographico da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typographia do Jornal do Commercio, 1868, p. 58-60).

Lanceiros Negros.<sup>39</sup> Segundo Daniela Carvalho e Vinícius Oliveira, eles “eram na sua maioria recrutados entre os negros campeiros e domadores da região sul do Estado, especialmente nas proximidades da Serra dos Tapes e do Herval, e nas localidades de Piratini, Caçapava do Sul, Encruzilhada do Sul, Arroio Grande e Canguçu”.<sup>40</sup> Portanto, a Guerra causou forte impacto sobre a população cativa da região, tirando a vida de muitos homens e deslocando outros para regiões longínquas, o que causou a separação de famílias e aprofundou a violência do cativo. A economia da província só começou a retomar altos índices de exportação na década de 1840 e é importante mencionar que tal recuperação só foi possível porque contou com a manutenção do tráfico ilegal de africanos cativos, pois desde 1831 o comércio negreiro estava proibido.<sup>41</sup>

### **A força da escravidão: a economia agropecuária e a população negra nos censos da década de 1870**

A pecuária foi a principal matriz econômica em boa parte do território aqui estudado e o uso da mão de obra cativa nessa atividade produtiva foi estrutural. Um dos documentos que ajudam a avaliar as dimensões do rebanho vacum no Rio Grande do Sul é o “Mapa

---

<sup>39</sup> LEITMAN, Spencer. The black ragamuffins: racial hypocrisy in nineteenth century Southern Brazil. *The Americas*, v. 33, n. 3, 1977, p. 504-518; CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Fronteira da liberdade: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão (Rio Grande de São Pedro, c.1835-1850)*. Tese de Doutorado. PPGHIS-UFRJ, 2013.

<sup>40</sup> CARVALHO, Daniela V.; OLIVEIRA, Vinícius P. Os lanceiros Francisco Cabinda, João Aleijado, preto Antonio e outros personagens negros na guerra dos Farrapos. In: SILVA, Gilberto F.; SANTOS, José A (Org.). *RS: Negro – Cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 63-81.

<sup>41</sup> Sobre a proibição do tráfico transatlântico em 1831, ver MAMIGONIAN, Beatriz. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

numérico das Estâncias existentes nos diferentes municípios da Província”, de 1858. Nessa fonte foram listados o número de estâncias por município, os tipos de animais que possuíam, as crias por ano e se empregavam capatazes, peões livres e escravizados. O Mapa é resultado de uma solicitação da presidência da Província às câmaras municipais, mas somente 15 delas responderam e, mesmo assim, com dados bastante incompletos. Rio Grande, por exemplo, disse possuir 89 estâncias com 229.000 animais vacuns, sem arrolar os cavaleiros, muare e lanígeros. Também disse possuir 73 capatazes e 15 peões livres, não mencionando nenhum peão escravizado. O documento inclui uma coluna de observações que alertam para essas lacunas, colocando a responsabilidade nas autoridades municipais. São José do Norte, por sua vez, apresentou 57 estâncias com 110.400 vacuns, 18 capatazes e 174 peões cativos, mas não mencionou nenhum livre. Piratini apresentou dados somente do 1º distrito, onde possuía 63 estâncias e 35.210 reses, 4.870 cavalos e 10.960 ovelhas, com 68 peões livres e 130 escravizados. Canguçu informou ter 67.129 reses em 51 estâncias, 25 capatazes e 4 peões livres, mas não apresentou dados de três dos seus cinco distritos. Jaguarão apresentou dados de todos os distritos, disse possuir 385.800 reses em 239 estâncias, com 107 capatazes e 243 peões cativos. Pelotas não informou dados do 2º distrito e apenas uma parte das informações do 3º e do 4º, mas declarou ter 44 estâncias com 59.600 vacuns, 24 capatazes e 11 peões livres. Por último, Bagé informou ter 260 estâncias com 531.640 bovinos, mas conforme as observações, apresentou dados bem incompletos sobre os trabalhadores: 96 capatazes e 41 peões livres.<sup>42</sup>

---

<sup>42</sup> “Mapa numérico das estâncias existentes dos diferentes municípios da província, de que até agora se tem conhecimento oficial, com declaração dos animais que possuem e criam, por ano, e do número de pessoas empregadas no seu custeio” - Fundo *Estatística*, maço 02, Arquivo Histórico do Rio G. do Sul (AHRS).

Esses 7 municípios reuniam 40% do rebanho vacum total declarado pelos 15 que responderam a solicitação. As respostas evidenciam que o esforço das câmaras se deu, principalmente, na apresentação de uma estimativa do rebanho bovino, desconsiderando tanto os demais tipos de animais criados, quanto o total da mão de obra empregada em tais atividades. Além disso, o documento contabilizou as “Estâncias” de cada município, mas é provável que tenha incluído aí o gado de médias e pequenas propriedades ou mesmo de pessoas que criavam em terras de terceiros, incluindo aqui os agregados. Tal prática era muito comum em toda a província. Pesquisando os inventários *post mortem* de Alegrete, nas décadas de 1830 e 1840, Graciela Garcia percebeu que 40% dos criadores eram agregados.<sup>43</sup> Em uma “Relação de Fazendas” de gado de Piratini, que reuniu um total de 129 pessoas no seu 3º distrito em 1858, cerca de 33 deles (25,5%) eram agregados.<sup>44</sup> Algumas vezes os agregados eram filhos dos proprietários. Além deles, o arrendamento dos campos também era algo recorrente, favorecendo a existência de uma complexa hierarquia social em toda a paisagem rural analisada.

Além disso, a região aqui estudada, assim como em todo o território brasileiro, apresentou uma profunda desigualdade social. Analisando todos os inventários *post-mortem* de Bagé entre 1820 e 1870, Marcelo Matheus percebeu que quase 80% deles eram de criadores de gado. Entre esses, 25% eram pecuaristas com mais de 1.000 cabeças de gado vacum. Esse grupo dos mais ricos concentrava 76,5% de todo o rebanho do município. Na base, os criadores com 100 reses ou menos reuniam 25% dos inventários, mas detinham

---

43 GARCIA, Graciela. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista*. Dissertação de Mestrado. PPG-História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

44 Relatório da Câmara Municipal de Piratini ao Presidente da Província, 1858, Fundo *Câmaras Municipais* (AHRS).

somente 1,5% do gado.<sup>45</sup> A mão de obra escravizada esteve presente em 82% dos inventários, desde pequenos, médios e grandes criadores. No entanto, ela também estava bastante concentrada. Entre 1820 e 1850, por exemplo, os possuidores de 1 a 4 cativos reuniam 31% dos escravistas, mas detinham apenas 7% dessa mão de obra, enquanto os mais ricos, com 20 ou mais cativos, representavam 11,5% dos criadores, mas concentravam 36% da escravaria.<sup>46</sup> Esse mesmo padrão de estrutura de posse cativa era verificável em municípios mais pecuaristas, como Piratini e Jaguarão, mas também nos mais urbanos, como Pelotas e Rio Grande.<sup>47</sup> Portanto, se alguns poucos ricos concentravam um maior número de cativos e cabeças de gado, na base dessa hierarquia social havia uma ampla maioria de pequenos escravistas, com 1 a 4 cativos – um traço marcante da escravidão brasileira. Eles não eram os mais pobres, uma vez que os despossuídos qualquer outro patrimônio ocupavam um lugar mais inferior nessa hierarquia social.

Outro aspecto a ser destacado a partir do “Mapa numérico de estâncias” é a grande presença de gado *vacum* em Rio Grande e São José do Norte, pois existe uma ideia em associar a forte presença de rebanhos *vacuns* somente à região da campanha. Nesse caso, Rio

---

<sup>45</sup> MATHEUS, Marcelo. Op. cit., 2021, p. 184.

<sup>46</sup> MATHEUS, Marcelo. Op. cit., 2021, p. 211-212.

<sup>47</sup> Para Jaguarão, ver GULARTE, Gustavo. Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço, 1801-1835. Dissertação de Mestrado. PPG-História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. Para Pelotas, ver PESSI, Bruno. *Entre o fim do tráfico e a abolição: a manutenção da escravidão em Pelotas, RS, na segunda metade do século XIX (1850-1884)*. Dissertação de Mestrado. PPG-História da Universidade de São Paulo, 2012. Para Rio Grande, ver SCHERER, Jovani. *Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX*. Dissertação de Mestrado. PPG-História da Unisinos, 2008. Para Piratini, dados semelhantes estão sendo compilados por Vinícius Nunes Cardoso, em Tese de Doutorado ainda inédita, que tem como tema a história da escravidão no município entre 1810 e 1870.

Grande incluía também os campos de criação no Taim, Povo Novo e Santa Vitória do Palmar, enquanto São José do Norte reunia criadores das freguesias de Estreito e Mostardas. Toda essa região apresentou uma importante população cativa, que estava alocada tanto na agricultura de alimentos quanto na criação de gado. Em 1858, por exemplo, o distrito de Povo Novo possuía 2.066 habitantes, dos quais 34,8% eram cativos. No Taim, 40% dos 3.331 moradores eram escravizados. No Estreito, esse índice chegava a 36,8% e, em Mostardas, 32,7% dos 2.378 habitantes eram cativos.<sup>48</sup> Cada distrito possuía as suas singularidades geográficas e econômicas. De acordo com Edsiana Aita, Santa Vitória do Palmar, no meado do século, apresentava uma paisagem agrária com uma pecuária de pequeno porte, tendo uma média de pouco mais que 430 animais por proprietário. A presença considerável desses rebanhos nessas localidades também evidencia a força da demanda por gado provocada pelas charqueadas, capaz de incentivar a pecuária em áreas com terras arenosas e pastagens de qualidade inferior.

Contudo, apesar de o auge das exportações de charque ter acontecido na década de 1860, durante muito tempo se acreditou que essa foi um período muito crítico para a economia regional. A comparação da população escravizada em 1863 com a do Censo Geral de 1872 indicava uma queda do número de cativos (de 77.419 para 67.791), sugerindo uma crise geral da pecuária e da charqueada nos anos 1860.<sup>49</sup> Tal crise, se existiu, não foi por conta da diminuição da mão

---

<sup>48</sup> FUNDAÇÃO DE ECONOMIA ESTATÍSTICA. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: Censos do RS, 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1981, p. 66. Essa densidade populacional de cativos nessa localidade e a permanência de seus descendentes ao longo do século XX fizeram com que Claudia Daiane Molet denominasse a região como “Litoral Negro”. (MOLET, Claudia Daiane G. *O Litoral Negro do Rio Grande do sul: campesinato negro, parentescos, solidariedades e práticas culturais (do século XIX ao Tempo Presente)*. São Leopoldo: OIKOS, 2020).

<sup>49</sup> Um exemplo pode ser visto em CORSETTI, Berenice. Op. cit.

de obra escravizada. Estudos posteriores evidenciaram os problemas dos dados populacionais dos escravizados rio-grandenses no Censo de 1872 e, utilizando os relatórios da Diretoria Geral de Estatística do Império e os dados das matrículas dos cativos realizados após a Lei do Ventre Livre de 1871, tal questão foi reavaliada.<sup>50</sup> Ambos os documentos calcularam a população escravizada em 1872, sendo que o Relatório foi finalizado somente em 1876. Comparando o Censo de 1872 com o Relatório de 1876 foi possível corrigir os indicadores populacionais do primeiro documento, evidenciando que, na verdade, a população cativa teria aumentado, alcançando 84.569 pessoas em 1872.<sup>51</sup> No caso dos municípios pertencentes ao cinturão escravista agropastoril das charqueadas, a Tabela 1 mostra que o Censo subestimou bastante a sua população cativa. Se pelo Censo temos 21.163 cativos na região, no Relatório esse número teria atingido 30.885 pessoas, ou seja, quase 10 mil a mais.

---

<sup>50</sup> Ver, por exemplo, MATHEUS, Marcelo. A lista de classificação dos escravos de Alegrete: notas de pesquisa. In: Anais do 5º Encontro Escravidão & Liberdade no Brasil Meridional. Porto Alegre: UFRGS, 2011; ARAÚJO, Thiago. Novos dados sobre a escravidão na Província de São Pedro. In: Anais do 5º Encontro Escravidão & Liberdade no Brasil Meridional. Porto Alegre: UFRGS, 2011, p. 229-254; VARGAS, Jonas M. Das charqueadas para os cafezais? O tráfico inter-provincial de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. In: XAVIER, Regina L. (Org.). Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise. São Paulo: Alameda, 2012, p. 275-302.

<sup>51</sup> *Recenseamento Geral do Império do Brasil, 1872* (disponível em: <http://www.ibge.gov.br>). *Relatório da Diretoria Geral de Estatística apresentado pelo conselheiro Manoel Francisco Correia ao Ministério do Império em 31 de dezembro de 1876*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto, 1877, Anexos.

**Tabela 1 – População escravizada nos municípios do cinturão escravista agropastoril a partir do Censo Geral de 1872 e do Relatório da DGE de 1876**

Município	Censo Geral	Relatório da DGE
Bagé	4.809	4.843
Canguçu	2.790	2.956
Jaguarão	3.244	4.592
Pelotas	3.575	8.141
Piratini	1.382	3.577
Rio Grande	4.282	5.417
São José do Norte	1.081	1.359
Total	21.163	30.885

Fonte: *Recenseamento Geral do Império do Brasil, 1872; Relatório da Diretoria Geral de Estatística apresentado pelo conselheiro Manoel Francisco Correia ao Ministério do Império em 31 de dezembro de 1876*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto, 1877, Anexos.

Esses números ajudam a corrigir uma sub-representação bastante considerável do Censo. Um dos municípios em que tal problema é mais visível foi Pelotas, que nos dados do Relatório mais do que dobrou a sua população cativa. A antiga cifra de 3.575 cativos publicada pelo Censo de 1872 colaborou para que estimativas historiográficas considerassem que as charqueadas também estavam em decadência nos anos 1860.<sup>52</sup> No entanto, estamos diante de uma economia que não parecia estar enfrentando uma crise geral, pois além da população cativa continuar crescendo, as exportações de charque, como eu já

<sup>52</sup> CORSETTI, Berenice. Op. cit.; MONASTÉRIO, Leonardo M. FHC errou? A economia da escravidão no Brasil meridional. *História e Economia Revista Interdisciplinar da Brazilian Business School*. São Paulo, Terra Comunicação Editorial, v.1, n. 1, 2005, p. 13-28.

disse, atingiram o seu auge na mesma década.<sup>53</sup> Além disso, se comparadas às outras regiões do Rio Grande do Sul, algo que busquei fazer na Figura 2, o cinturão agropastoril concentrava parte dos maiores percentuais de cativos frente à população livre de toda a província.

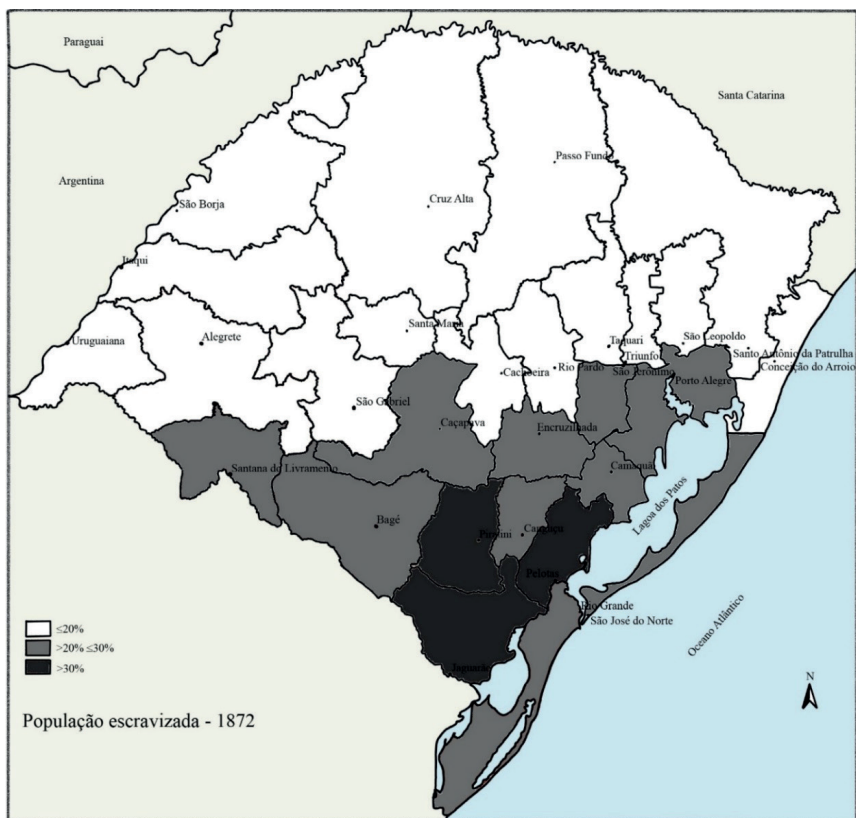
De acordo com os dados do Censo de 1872, o território do cinturão agropastoril aqui estudado reunia 23,2% da população total do Rio Grande do Sul. Analisando somente a população cativa, é possível verificar que a mesma região reunia 31,5% de todos os escravizados da província. No entanto, como os dados da população cativa no Censo estão bastante subestimados, realizei esse mesmo cálculo a partir do Relatório da DGE. Com isso, o índice salta de 31,5% para 36,5%, demonstrando que o cinturão agropastoril, apesar de reunir apenas 7 dos 28 municípios da Província, concentrava mais de 36% de toda a mão de obra escravizada. Se pegarmos os municípios e freguesias da região do cinturão agropastoril em um recenseamento provincial de 1858, baseado nos mapas de famílias, teremos 23.758 cativos em uma população escravizada total de 71.911 pessoas.<sup>54</sup> Portanto, a população escravizada da região do cinturão agropastoril cresceu 30% de 1858 para 1872. Esse crescimento ocorreu com ritmos mais intensos se comparados ao restante da província, mesmo após o fim do tráfico. Na realidade, o seu percentual foi aumentando ao longo de todo o século, pois, em 1805, essa mesma região reunia 31,5% de toda a escravaria do Rio Grande do Sul, em 1858, ela era de 33% e, em 1872, atingiu 36,5%. Note-se que o crescimento foi maior no período posterior à Lei Eusébio de Queiroz (1850) do que na primeira metade do Oitocentos, evidenciando a importância da reprodução natural das escravarias.

---

<sup>53</sup> Analisei esses aspectos de forma mais aprofundada em VARGAS, Jonas. Op. cit., 2012.

<sup>54</sup> FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Op. Cit., p. 66.

**Figura 2 – Municípios com os maiores percentuais da população escravizada do Rio Grande do Sul (1872)**



**Fonte:** Os percentuais foram calculados a partir da correção dos dados do Censo de 1872 com os do Relatório da DGE de 1876. O Mapa foi adaptado por Isabelle Chaves a partir do Atlas Socio Econômico do Rio Grande do Sul, disponível em <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/upload/arquivos/201609/29094553-muni-1872-1.pdf>

Analisando o percentual da população cativa frente aos livres em todas as comarcas do Brasil a partir do Censo de 1872, Luiz Fernando Saraiva e Rita Almico perceberam que a região mais meridional da província do Rio Grande do Sul, muito equivalente à que analiso nesse capítulo, era uma das mais escravistas do Império.

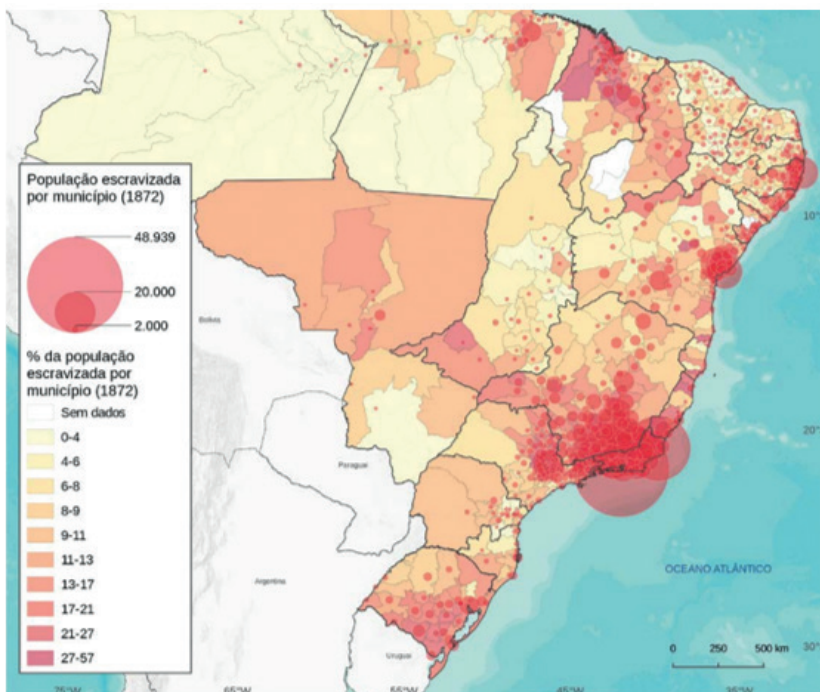
Mesmo com os dados do Censo, que como vimos subestimam o número de escravizados no Rio Grande do Sul, os percentuais de 15% a 30% da população cativa por comarcas para a década de 1870 revelam índices semelhantes aos do Recôncavo Baiano e da região cafeeira do Sudeste do Brasil, além de outros bolsões escravistas do território nacional.<sup>55</sup> Em um Atlas recente, que aperfeiçoa os dados da pesquisa mencionada, podemos perceber que, apesar de não apresentar um contingente populacional de escravizados comparável às grandes áreas cafeeiras, em termos percentuais a presença dos trabalhadores cativos frente aos livres mantém-se alto, dando certo destaque ao sul da Província no mapa – quase próximo ao das áreas açucareiras e algodoeiras, que já enfrentavam uma crise da escravidão (Figura 3). Se fossem utilizados os dados do Relatório da DGE, Pelotas, Jaguarão e Piratini mudariam de cor, pois eram os únicos municípios rio-grandenses que tinham mais de 27% da população cativa.<sup>56</sup>

---

<sup>55</sup> ALMICO, Rita; SARAIVA, Luiz F. Op. cit.

<sup>56</sup> SARAIVA, Luiz F.; NABARRO, Wagner; GOLDFEDER, Pérola (Org.). *Atlas histórico e econômico do Brasil no século XIX*. Brasília: Senado Federal/Niterói: EdUFF, 2024, p. 27. Canguçu fica no limite desse índice, pois 26,7% da sua população era escravizada.

**Figura 3 - População escravizada segundo os dados do Censo Geral do Império Brasileiro, 1872**



Fonte: SARAIVA, Luiz F.; NABARRO, Wagner; GOLDFEDER, Pérola (Org.). *Atlas histórico e econômico do Brasil no século XIX*. Brasília: Senado Federal/Niterói: EdUFF, 2024, p. 27.

É interessante esse tipo de comparação, pois, em outra pesquisa, identifiquei que um pequeno grupo de famílias charqueadoras de Pelotas possuía uma riqueza tão grande que era comparável a maior parte dos negociantes das principais cidades litorâneas do Império, dos fazendeiros de café do sudeste e dos senhores de engenhos do nordeste. Ou seja, as fortunas acumuladas nesses grandes centros regionais de atividade agroexportadora não eram resultado somente da exploração da escravidão nas suas unidades produtivas, mas também da capacidade de ampliar as suas zonas de influência econômica, incorporando municípios vizinhos na dinâmica mercantil, configurando um espaço

escravista e agropecuário mais amplo. Essas franjas ou cinturões abasteciam de alimento as cidades maiores, forneciam fontes de energia e matéria-prima para os mesmos centros e também tiveram suas escravarias e parte de sua riqueza drenadas pelos núcleos mais ricos.<sup>57</sup> No caso da Fronteira Sul, a expansão produtiva das charqueadas foi acompanhada por um crescimento da população cativa nos outros municípios do cinturão agropastoril. Contudo, com a necessidade de mais mão de obra, municípios como Canguçu, Piratini e Jaguarão perderam cativos para Pelotas, como analiso a seguir.

### **Tráfico interno e resistência cativa no cinturão escravista agropastoril**

O auge da produção charqueadora e a ampliação dos padrões de acumulação de riquezas entre as elites pecuaristas e mercantis do século XIX não podem ser explicados sem que se leve em consideração a grande capacidade de reprodução das escravarias, seja via tráfico, seja via reprodução natural. Tal fenômeno ocorreu mesmo diante das dificuldades impostas pela Lei Eusébio de Queiroz (1850), que pôs fim

---

57 VARGAS, Jonas. Op. cit., 2016. Parte dessas reflexões foram inspiradas em análises que buscaram pensar esses espaços econômicos para além do âmbito local, articulando-os, de forma comparada ou integrada, com outras regiões do Brasil, com ênfase no mercado interno, à economia mundial capitalista. Ver, por exemplo, FRAGOSO, João L. R. O império escravista e a República dos plantadores: Economia brasileira no século XIX, mais do que uma plantation escravista-exportadora. In: LINHARES, Maria Yedda (Org). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990; BARICKMAN, Bert. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; MARCONDES, Renato. *Diverso e desigual: o Brasil escravista na década de 1870*. Ribeirão Preto: Funpec, 2009; ALADRÉN, Gabriel. Comentário: Segunda Escravidão, espaços econômicos e diversificação regional no Brasil Imperial. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo. *A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em Perspectiva Histórica*. São Leopoldo. Casa de Leira. 2020, p. 145-171; ALMICO, Rita; SARAIVA, Luiz Fernando. Op. cit.

ao tráfico transatlântico de africanos escravizados. As consequências mais evidentes da proibição foram o aumento do preço dos cativos diante da escassez da oferta de mão de obra, o aumento da dependência da reprodução natural para a ampliação das escravarias e a transferência de cativos das regiões menos ricas ou com economias menos dinâmicas para as mais ricas. Nesse processo, é bastante conhecida a venda em larga escala de cativos do nordeste para o sudeste do país, o que caracterizou o principal fluxo de transações ocorridas no auge do tráfico interprovincial de trabalhadores escravizados.<sup>58</sup>

No entanto, ao contrário do que se acreditou por muito tempo, as charqueadas de Pelotas não foram grandes perdedoras de cativos. Na realidade, elas constituíram-se em compradoras de escravizados do interior da própria Província, colaborando com a perda de cativos em alguns municípios do próprio cinturão agropastoril.<sup>59</sup> No dia 7 março de 1863, por exemplo, Antônio Luiz Espinel e Maria Bernarda de Quadros, moradores da freguesia do Cerrito de Canguçu, passaram uma procuração em Pelotas para que seu filho José Maria de Quadros vendesse o cativo Desidério, preto, servente, solteiro, de 25 anos de idade. Em 1º de maio do mesmo ano, Henrique da Cunha Ribeiro, morador de Bagé, passou uma procuração para que vendessem em Pelotas a escravizada Felicidade, de 26 anos.<sup>60</sup> Em 7 de julho de 1876, Franklin Barcellos, de Jaguarão, passou procuração para Candido A. Barcellos, em Pelotas, vender o jovem Mário, cor parda, 16 anos, campeiro.<sup>61</sup> Os livros notariais de registros diversos

---

58 CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil - 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, n. 27, 2002, p. 121-160.

59 VARGAS, Jonas. Op. cit., 2012.

60 Registros Diversos, 2º Tabelionato de Pelotas, Livro 6 (APERS)

61 Registro de Procurações, 2º Tabelionato de Pelotas, Livro 3 (APERS).

e de procurações estão repletos de documentos como esses e ajudam a capturar um pouco do tráfico interno que caracterizou a região. Das 382 procurações registradas em Pelotas, que localizei entre 1874 e 1880, 83 vinham de proprietários de municípios vizinhos. Os mais representativos foram Canguçu, com 22, e Piratini, com 17.<sup>62</sup> Em 1874, o percentual de cativos entre 14 e 40 anos em Pelotas somava 48,5%, sendo superior aos 42,7% do total dos municípios vizinhos do cinturão agropastoril, excluindo Rio Grande. Tal diferença talvez evidencie a força desse tráfico intra-regional na qual Pelotas e Rio Grande drenavam parte dos cativos adultos e sadios das pequenas escravarias do restante da região aqui estudada.<sup>63</sup>

A escravidão configurou-se como fator estruturante da sociedade no cinturão agropastoril, integrando esse espaço econômico não apenas por conta da demanda por gado bovino provocada pelas charqueadas e pelo tráfico interno que drenava a escravaria dos municípios menos ricos para Pelotas. Como destacaram Matheus e Moreira, após a Lei que aboliu o tráfico transatlântico em 1831, as praias de São José do Norte tornaram-se ponto clandestino de desembarque de cativos. A venda dos mesmos era realizada em Rio Grande e tinha em charqueadores de Pelotas importantes intermediários que atuavam no tráfico, mas também negociavam esses cativos para o interior.<sup>64</sup>

---

62 VARGAS, Jonas. Op. cit., 2012. É importante considerar que boa parte deles podem ter sido encaminhados para agentes mercantis em Pelotas, mas vendidos para o Rio de Janeiro, pois muitas procurações solicitavam essa venda fora da Província.

63 *Relatório da Diretoria Geral de Estatística apresentado pelo conselheiro Manoel Francisco Correia ao Ministério do Império em 1874*. Rio de Janeiro: Tipografia Franco-Americana, 1874, Anexos.

64 MATHEUS, Marcelo; MOREIRA, Paulo. O tráfico ilegal de africanos escravizados para o Rio Grande do Sul (c. 1831-1850), 2024, no prelo.; MOREIRA, Paulo. Qualificados novos por estarem a dois meses no território do Brasil e não saberem falar nada a língua portuguesa: Charqueadas e tráfico ilegal de africanos (Bahia-Pelotas - Brasil meridional, 1834). *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, v. 11, n. 22, p. 133- 161, 2019; VARGAS, Jonas. Op. cit., 2023c.

Com a efetiva abolição do tráfico em 1850, dessa vez o crime de escravizar pessoas ilegalmente alternou a sua rota. Jonathas Caratti percebeu que Jaguarão foi a porta de entrada de pessoas negras livres que eram sequestradas e vendidas como cativas para Pelotas e Rio Grande.<sup>65</sup> Tratavam-se de negócios distintos, mas, de qualquer forma, a persistência em escravizar pessoas ilegalmente sedimentava mais ainda as relações econômicas e escravistas entre os municípios do cinturão agropastoril, sempre tendo Pelotas como principal centro econômico, associada ao porto marítimo de Rio Grande.

No entanto, se os vínculos socioeconômicos entre as localidades do cinturão viabilizaram o tráfico interno e o comércio clandestino, eles também possibilitaram a resistência coletiva dos escravizados. A possibilidade de ter um parceiro de senzala ou um familiar vendido para um lugar distante colaborava mais ainda com potenciais embates entre cativos e senhores, o que tornava o cativo ainda mais tenso, sem contar os demais conflitos e violências que ocorriam no cotidiano. É importante considerar essas tensões para eliminar uma ideia de que todo esse crescimento da população cativa analisado anteriormente tenha ocorrido de maneira tranquila para os proprietários. A documentação pesquisada por diversos historiadores evidencia justamente o contrário. Desde o início do Oitocentos, a região foi marcada pela presença de quilombos na serra dos Tapes, como o do preto Cafuncho, que causou grande temor entre os proprietários de Canguçu e Piratini, entre 1817 e 1823, saqueando fazendas e conectando uma rede de quilombos de toda a região.<sup>66</sup> Em Pelotas, no

---

65 CARATTI, Jônatas Marques. *O solo da liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862)*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013.

66 ALADREN, Gabriel. *Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e Guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)*. Tese de Doutorado. PPG-História da Universidade Federal Fluminense, 2012, p. 303-321.

início da década de 1830, o Quilombo do Manuel Padeiro também causou forte apreensão entre as elites locais. Presos pela polícia, parte de seus líderes disseram que os quilombolas sabiam de tudo o que se passava na casa dos senhores, pois estavam em contato com os cativos das charqueadas.<sup>67</sup>

Desde o início do século XIX, alguns escravistas da região pareciam temer uma possível revolta. Em 1817, Antônio José Gonçalves Chaves, que era um dos mais ricos charqueadores do seu tempo, deixou escrito que se a entrada de africanos cativos via tráfico não fosse proibida, a superioridade dos negros frente aos brancos continuaria aumentando, o que poderia causar uma grande rebelião dos escravizados, como a que aconteceu no Haiti, em 1791.<sup>68</sup> Como sabemos, o tráfico não cessou nesse momento e o ingresso de pessoas escravizadas na província seguiu forte. Uma das formas mercantis desse comércio de almas foi o tráfico interno. A partir da década de 1830, a entrada de africanos vindos da Bahia após a Revolta dos Malês (1835) apresentou um notável crescimento. Em sua grande maioria, tratavam-se de cativos da África Ocidental, identificados como pertencentes à nação mina e/ou nagô.<sup>69</sup> A sua presença tornou-se tão forte que, em 1848, uma parte deles organizou uma insurreição em Pelotas que, caso se concretizasse, buscaria a morte dos seus proprietários, seguido de

---

<sup>67</sup> MOREIRA, Paulo R.; AL-ALAM, Caiuá C.; PINTO, Natália G. *Os calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas quilombolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835)*. São Leopoldo: Oikos, 2ª edição ver. e amp., 2020.

<sup>68</sup> CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil*. Porto Alegre, Cia. União de Seguros Gerais, 1978.

<sup>69</sup> Para uma análise, ver SCHERER, Jovani de Souza. *Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX*. Dissertação de Mestrado. PPG-História da Unisinos, 2008; MATHEUS, Marcelo. Os passaportes de escravos emitidos na praça de Salvador: características do tráfico interno da Bahia para o Rio Grande do Sul (década de 1840). In: MATHEUS, Marcelo; MUGGE, Miqueias (Org.). *Africanos minas-nagôs no Rio Grande do Sul (séculos XVIII, XIX e XX)*. São Leopoldo: Oikos, 2024, p. 53-76.

uma planejada fuga para o Uruguai. Eles foram identificados pelas autoridades policiais como os “nucas raspadas”, evidenciando uma das formas que os mesmos escolheram para identificarem-se em meio ao levante. A revolta acabou não acontecendo, mas a apreensão das autoridades fez com que ela fosse noticiada no Rio de Janeiro e até mesmo no Uruguai.<sup>70</sup>

Como evidenciou Paulo Moreira, na segunda metade do século o potencial de rebeldia cativa na província foi crescente.<sup>71</sup> Em 1865, por exemplo, um grupo de cativos que planejavam uma revolta foi descoberto em Piratini. Levados à Polícia, os réus confessaram o plano de rebelar-se, de raptar mulheres brancas e fugir para o Uruguai. Rastreando a trajetória dos seus líderes em diferentes fontes, Vinicius Cardoso percebeu que embora a paternidade dos mesmos não fosse anotada pelo padre em seus registros de batismo, alguns deles mencionaram o nome do seu pai nos depoimentos dados à polícia. Tal questão pode demonstrar que muitos deles guardavam na memória a figura paterna, mesmo que a Igreja católica não reconhecesse esses laços afetivos. É importante considerar que cerca de 30 anos antes a mesma região de Piratini (e municípios vizinhos) foi

---

<sup>70</sup> Sobre a conspiração, ver MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre: EST/UCS, 1984. O autor escreveu outros textos sobre o episódio, que foi posteriormente revisitada por outros autores. Sobre a notícia da conspiração no Rio, ver ARAÚJO, Thiago L de. *Desafiando a escravidão: fugitivos e insurgentes negros e a política da liberdade nas fronteiras do Rio da Prata (Brasil e Uruguai, 1842-1865)*. Tese de Doutorado. PPG-História, Unicamp, 2016. Sobre a notícia na imprensa uruguaia e a sua contextualização local, ver VARGAS, Jonas. “*Os implicados naquela Insurreição*”: africanos minas, escravidão e revolta nas charqueadas de Pelotas (1790-1850). In: MATHEUS, Marcelo; MUGGE, Miqueias (Org.). *Africanos minas-nagôs no Rio Grande do Sul (séculos XVIII, XIX e XX)*. São Leopoldo: Oikos, 2024, p. 77-110.

<sup>71</sup> MOREIRA, Paulo. Porque os brancos eram uns pelos outros, por isso os negros também deviam fazer o mesmo: revoltas escravas no Rio Grande do Sul na segunda metade do oitocentos. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Revoltas Escravas no Brasil*. São Paulo: Cia. da Letras, 2021, p. 413-457.

palco do recrutamento de cativos para a formação do Corpo de Lanceiros Negros do Exército Farroupilha. Cardoso verificou uma queda brusca do número de homens cativos nos inventários *post-mortem* de Piratini nos anos 1830-1840.<sup>72</sup> São indícios de como a guerra pode ter separado famílias e recrutado muitos pais de crianças cativas da região, podendo, igualmente, ter dado um triste fim aos mesmos no Massacre de Porongos.

Se uma insurreição não chegou a se concretizar, a resistência cotidiana dos cativos, nas suas mais diversas expressões, está muito bem documentada e graças às pesquisas de diversos historiadores podemos conhecer um pouco mais a respeito dela.<sup>73</sup> Tensionando as relações cotidianas com seus proprietários, os cativos buscavam ampliar os seus espaços de autonomia, buscando uma maior ingerência sobre o seu trabalho, os momentos de lazer e a formação de famílias. Natália Pinto demonstrou as diversas faces da agência dos escravizados na conquista da liberdade em Pelotas, assim como Marcelo Matheus, em Bagé, e Matheus Bom, em Jaguarão.<sup>74</sup> Nas charqueadas, nos anos 1870, houve uma inflação do preço das alforrias, visto a grande capacidade dos carneadores em juntar pecúlio e ajudar na libertação dos companheiros e companheiras de cativeiro.<sup>75</sup> Fora das charqueadas, mães cativas e libertas juntavam pecúlio para conquistar

---

72 CARDOSO, Vinícius N. Tese de Doutorado ainda inédita e desenvolvida junto ao PPG em História da UFPel.

73 Sobre as muitas expressões a respeito da resistência cotidiana dos cativos, ver MOREIRA, Paulo R. S. Justicando o cativo: a cultura de resistência escrava. In: PICCOLO, Helga; PADOIN, Maria M. (Org.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, v. 2, 2006, p. 215-231.

74 PINTO, Natália Garcia. *Gerações de senzalas, gerações de liberdade: experiências de liberdade em Pelotas/RS, 1850/1888*. Tese de Doutorado em História. PPG-História da UFRGS, 2018; MATHEUS, Marcelo. Op. cit., 2021; BOM, Matheus Batalha. *Liberdades Racializadas: gênero, trabalho e crime na fronteira meridional (Jaguarão, 1870-1905)*. Tese de Doutorado em História. PPG-História da UNISINOS, 2022.

75 VARGAS, Jonas. Op. cit., 2016.

a liberdade de seus filhos e filhas. A luta pela conquista da liberdade foi central nessas estratégias cativas, envolvendo projetos familiares com importante protagonismo feminino. Em Pelotas, cozinheiras, domésticas, lavadeiras, serventes, cada vez mais destacavam-se na negociação e compra de suas alforrias.<sup>76</sup> Em Canguçu, diversos cativos conseguiram alcançar a liberdade por via judicial, acionando os tribunais do Império contra os seus senhores.<sup>77</sup>

A escravidão exigiu um aparato repressor bastante forte, tanto na cidade quanto no campo.<sup>78</sup> Muitas vezes, quando as negociações entre cativos e seus senhores não eram suficientes para mediar os conflitos diários, a violência constituía-se em uma das respostas possíveis. O aumento dos crimes contra capatazes e senhores na década de 1870, por exemplo, demonstra uma crescente insubordinação que pode ser tomada como uma das expressões mais radicais do abolicionismo da época.<sup>79</sup> Nas charqueadas, os crimes contra capatazes também

---

<sup>76</sup> Ver, por exemplo, CARDOSO, Marina R. *O que revelam as cartas de Alforrias de mulheres escravizadas? Uma análise dos ofícios constados nas manumissões* (Pelotas, 1871-1888). Trabalho de Conclusão de Curso. Pelotas: UFPel, 2022; RESENDE JR., José Ricardo. *Infâncias de sal e areia: uma história das crianças escravizadas em Pelotas e Rio Grande (182-1870)*. Porto Alegre: Mundo Acadêmico, 2023; PINTO, Natália G. Op. cit.

<sup>77</sup> BALHEGO, Alisson B. *Para o bem e fielmente, sem dolo, nem malícia: ações de liberdade em Canguçu (1868-1887)*. Dissertação de Mestrado. PPG-História da UFPel, 2020.

<sup>78</sup> AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A negra força da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*. Pelotas: Sebo Içaria/ Edição do autor, 2008; AL-ALAM, Caiuá. *O palácio das misérias: populares, delegados e carcereiros em Pelotas (1869-1889)*. São Leopoldo: Oikos, 2016; MOLET, Claudia Daiane. *Entre o trabalho e a correção: escravas e forras na cadeia de Rio Grande (1864-1875)*. Dissertação de Mestrado. PPG-Ciências Sociais da UFPel, 2011; SIMÃO, Ana R. Falkemback. *Resistência e acomodação: a escravidão urbana em Pelotas, RS (1812-1850)*. Passo Fundo: Editora UPF, 2002.

<sup>79</sup> REISDORFER, Douglas. *Um porto negro ao sul do Império: estudo sobre escravidão e criminalidade em Rio Grande (1850-1888)*. Dissertação de Mestrado. PPG-História da UFPel, 2024. Sobre aumento da criminalidade em Pelotas durante a crise da escravidão, ver ASSUMPCÃO, Jorge Euzébio. Pelotas: escravidão e charqueadas

aumentaram, assim como os violentos conflitos entre os próprios escravizados e a denúncia de senhores por excesso de castigos. Tudo isso configurou um contexto de bastante tensão no ambiente de trabalho nas charqueadas. Diante do fim do tráfico, do aumento do preço dos cativos, da liberdade do ventre e do envelhecimento das escravarias, os charqueadores parecem ter orientado seus capatazes a imprimir um maior ritmo de trabalho, pagando inclusive prêmios em dinheiro para os cativos que aumentassem a sua produção.<sup>80</sup> Diante da força do movimento abolicionista, que também contou com a participação de cativos, libertos e negros livres, a saída dos senhores foi apelar para as alforrias condicionais. Em Pelotas, elas dispararam na década de 1880 se comparada às anteriores, ultrapassando de longe as alforrias pagas e as gratuitas.<sup>81</sup> Em 1887, um motim dos cativos de uma charqueada simbolizou as tentativas de resistência coletiva dos trabalhadores, finalizando uma década de forte crise do setor.<sup>82</sup> Se em 1880 existiam 38 charqueadas em Pelotas, em 1890, dois anos após a abolição do cativo, esse número havia caído para 11 estabelecimentos.

A necessidade do braço cativo na economia local e o apego à escravidão tornou o complexo charqueador pelotense a localidade

---

(1780-1888). Porto Alegre, PPGH/PUC-RS, Dissertação de Mestrado, 1995; SILVA, Roger Costa da. Crimes e direitos: lutas escravas em Pelotas (1845-1888). Tese de doutorado. PPG-História da UFRGS, 2015; RAMOS, Amanda Ciarlo. Cruzando a linha em tempos de incerteza: crimes de cativos em Pelotas no contexto de intensificação do tráfico interno (segunda metade do século XIX). Dissertação de Mestrado. PPG-História da UFRGS, 2018.

<sup>80</sup> VARGAS, Jonas. Op. cit. 2016. Sobre o envelhecimento das escravarias em Pelotas, ver BITTENCOURT, Laís Neves. *Cativos do tempo: velhice e escravidão em Pelotas (18850-1889)*. Trabalho de Conclusão de Curso. Pelotas: UFPel, 2023.

<sup>81</sup> PINTO, Natália G. Op. cit., p. 87.

<sup>82</sup> LONER, Beatriz. 1887: A Revolta que oficialmente não houve ou de como abolicionistas se tornaram zeladores da ordem escravocrata. *História em Revista*, Pelotas, v. 3, 1997.

com a maior concentração de cativos do sul do Brasil, pois os estabelecimentos ficavam muito perto uns dos outros. Se cada charqueada possuía em média entre 60 e 70 cativos, é provável que somente elas já reunissem mais de 2.400 trabalhadores, número maior que o da escravaria total de 12 dos 28 municípios rio-grandenses da época. Contudo, a concentração dessa escravaria devia ser ainda maior, os próprios distritos no qual as charqueadas estavam localizadas estavam cercadas por pequenos produtores escravistas que também configuravam o cinturão agropastoril aqui estudado. Nesse sentido, um outro aspecto precisa ser considerado. Se menos de 1/3 dos escravizados em Pelotas estavam nas charqueadas, em que atividades econômicas os demais estavam empregados? É verdade que a escravidão urbana foi bastante importante, no entanto, no interior do município, diversos pequenos e médios produtores plantavam e criavam animais, utilizando-se da mão de obra escravizada em suas terras, isso quando não eram agregados em terras de terceiros. Esse questionamento serve para os demais municípios da região aqui estudada, o que me leva a analisar um pouco mais a agricultura e a escravidão no tópico a seguir.

### **A face agrícola do cinturão escravista agropastoril das charqueadas**

As charqueadas foram o centro dinâmico que transformou a economia da Fronteira Sul. Nesse sentido, elas contribuíram com a expansão da pecuária e da escravidão na região, provocando outros impactos na paisagem agrária considerada. Em uma viagem pelo sul do Brasil, em 1880, o naturalista Herbert Smith deixou registrado diversas passagens a respeito dos municípios do Rio Grande do Sul. Ao conhecer um deles, ele anotou: “Piratini é o centro de importante zona de criação. Diz-se que antigamente se colhia bastante trigo na

vizinhança, porém este e outros gêneros de agricultura estão abandonados”.<sup>83</sup> Ao estudar as atividades produtivas do Rio Grande do Sul no período colonial, Helen Osório analisou a “Relação de moradores que tem campos e animais no Continente”, de 1784, percebendo que 52,2% dos 1.564 possuidores de terra foram classificados como “lavradores”. Além disso, 4,5% eram “mais lavoura do que criação” e outros 8,4% estavam na categoria “criador e lavrador”.<sup>84</sup> Tais índices evidenciam a importância da agricultura no final do Setecentos. Nessa época, as exportações de trigo rivalizavam com as de couro – padrão que se manteve até a década de 1810.<sup>85</sup> Depois disso, a crise da triticultura e a expansão da pecuária colocaram couros e charque na dianteira por todo o século.

Se a noção de “abandono”, utilizada por Smith, se referia a esse passado longínquo, no qual o parâmetro era o alto percentual das exportações de trigo, ele possuía um pouco de razão.<sup>86</sup> No entanto, partimos da ideia de que a noção de “abandono” é, na verdade, um exagero do viajante, o que nos exige investigar melhor a existência da agricultura nos municípios da região estudada ou, em outras palavras, o seu “não abandono”. Nesse caso, a pesquisa de Osório pode novamente servir como ponto de partida. Analisando indícios de prática da agricultura (instrumentos agrícolas, equipamentos e bois mansos) em uma amostra de 185 inventários *post-mortem* de todo o Rio Grande do Sul, entre 1765 e 1825, a autora percebeu que mais de

---

83 SMITH, Herbert. *Do Rio de Janeiro à Cuiabá*. São Paulo: Melhoramento, 1922, p. 161.

84 OSÓRIO, Helen. Estancieiros que plantam, lavradores que criam e comerciantes que charqueiam: Rio Grande de São Pedro (1760-1825). In GRIJÓ, Luiz Alberto et. ali (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 78.

85 OSÓRIO, Helen. Op. cit., 2007, p. 193.

86 Em 1822, Chaves disse que a principal riqueza de Piratini consistia no plantio do trigo (CHAVES, Antônio J. G. Op. cit., p. 179-180).

80% possuíam bois mansos, mais de 60% possuíam enxadas, mais de 50% tinham carretas, mais de 30% tinham foices de trigo e arado e mais de 20% tinham lavouras e moinhos.<sup>87</sup>

Seguindo o mesmo método de análise dos inventários *post-mortem*, mas direcionando o olhar para alguns locais mais circunscritos, outros autores também verificaram a forte prática da agricultura na região. Gustavo Gularte, por exemplo, analisou todos os inventários de Jaguarão entre 1800 e 1835 e percebeu que cerca de 47% a 54% das pequenas, médias e grandes estâncias apresentaram dois ou mais instrumentos agrícolas entre seus bens.<sup>88</sup> Em Bagé, Marcelo Matheus verificou que em 43% dos 314 inventários analisados entre 1820 a 1870, existiam indícios da prática da agricultura. No entanto, tais indicadores também tenderam a cair ao longo do tempo. Entre 1841 e 1850, 63,5% dos inventários possuíam pelo menos um instrumento (atafona, arados, machados, enxadas, foices), índice que caiu para 45% na década de 1850 e 37,5% na de 1860.<sup>89</sup> Analisando todos os inventários *post-mortem* de Pelotas, entre 1800 e 1830, também percebi o mesmo fenômeno. Dos 110 inventários com bens rurais, 48% possuíam três ou mais instrumentos agrícolas. No entanto, dividindo a análise desses dados por períodos de cinco anos é possível perceber que esse índice declinou ao longo do tempo. Se no quinquênio 1811-1815 ele atingiu 73%, em 1816-1820 ele caiu para 57%, em 1821-1825 atingiu 43% e, entre 1826-1830, chegou a 38% – quase a metade do que havia sido no primeiro período.<sup>90</sup> Tais dados acompanham a crise da produção tritícola da época, o que pode ter afetado a vida de muitos pequenos produtores pelotenses.

---

<sup>87</sup> OSÓRIO, Helen. Op. cit., p. 161.

<sup>88</sup> GULARTE, Gustavo. Op. cit.

<sup>89</sup> MATHEUS, Marcelo. Op. cit., 2021, p. 156-158.

<sup>90</sup> Inventários *post-mortem* dos cartórios de Pelotas, 1800-1830 (APERS).

Nesse sentido, a expansão da pecuária para a atender a voraz demanda das charqueadas foi tão forte que as áreas de cultivo parecem ter sido cada vez mais alocadas para a criação de animais. Muito embora seja possível que alguns instrumentos agrícolas tenham se tornado comuns em algumas regiões deixando de serem avaliados nos inventários, o cruzamento de fontes sugere que, de fato, houve um declínio da lavoura frente a expansão da pecuária.<sup>91</sup> Contudo, isso não significa dizer que a agricultura foi abandonada, pois ela continuou sendo praticada em toda a região aqui estudada, muito embora em algumas localidades ela estivesse mais presente do que em outras. Assim sendo, é muito provável que qualidade do solo, efeitos climáticos, pragas, guerras e crises econômicas afetassem o plantio e a colheita, alternando bons e maus momentos.<sup>92</sup> As próprias autoridades administrativas perceberam esses problemas e buscaram incentivar as atividades agrícolas, promovendo a importação de sementes, a fundação de colônias e demais incentivos para que o setor retomasse a sua produção. Em 1858, o presidente da Província dizia:

“De feito, os documentos dos anos anteriores a essa época demonstram que esta província recebia de diferentes portos

---

91 Para a Alegrete e São Borja, por exemplo, o declínio é evidente. Ver FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010; FONTELLA, Leandro G. *Sobre às Ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no espaço oriental missionário (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, c. 1828-1860)*. Dissertação de Mestrado. PPG-História da UFRGS, 2013.

92 Os efeitos negativos da praga da ferrugem sobre a produção tritícola rio-grandense são bastante conhecidos. Contudo, a concorrência com o trigo norte-americano, a atração econômica provocada pela pecuária e os efeitos das guerras platinas sobre a mão de obra e a alimentação das tropas, entre outros aspectos, também atingiram o setor. Ver, por exemplo, LEITMAN, Spencer. Op. cit.; GOMES, Luciano C. *Camponeses e pequenos escravistas: estrutura econômica, reprodução social e vínculos extradomiciliares de produtores rurais em Porto Alegre e Viamão, décadas finais do século XVIII*. Tese de Doutorado. PPG-História da UFRGS, 2018. Sobre o possível papel dos efeitos climáticos, ver AITA, Edsiana. Op. cit., 2020, p. 153-156.

como sejam os do Rio de Janeiro, da Bahia, de Santa Catarina e de Paranaguá diversos cereais, e principalmente a farinha de mandioca, cuja importação anual dos 7 anos decorridos de 1816 a 1822 regulou termo médio 143,295 alqueires.

Em menos de 9 anos conseguiu a colonização, como o referido meu antecessor o previu, colocar-nos em uma posição contrária.

Hoje esta província é essencialmente agrícola. Além dos diferentes produtos com que são abastecidos nossos mercados, anualmente exporta uma não mesquinha quantidade de cereais para diferentes portos do Império”.<sup>93</sup>

Depois de algumas considerações, ele expôs dados sobre a exportação de alguns produtos da lavoura rio-grandense, como milho, feijão e farinha de mandioca, mas somente para o trigo foram discriminadas a colheita do último ano em cada um dos treze municípios que enviaram números de sua produção. É interessante perceber que Canguçu, com 8.990 alqueires, e Piratini, com 8.662, só ficaram atrás de Encruzilhada, com 12.585 e Santo Antônio da Patrulha, com 10.833. É bem verdade que esses indicadores deviam mudar de ano a ano, mas a presença de Piratini entre as melhores colheitas daquela safra deve ser destacada, diante do relato de “abandono” realizado por Smith cerca de 20 anos depois. O relatório inteiro merece ser lido, mas escolhi o trecho acima por dois motivos. O primeiro deles diz respeito à afirmação de que a província, em 1858, era “essencialmente agrícola”. Trata-se de um evidente exagero e que parece ocupar o polo oposto ao da ideia de um “abandono” da agricultura. O segundo motivo relaciona-se com essa questão. O exagero na ênfase a respeito da produção agrícola parecia estar relacionado à defesa apaixonada da imigração europeia e dos possíveis benefícios da colonização para a economia provincial.

---

<sup>93</sup> *Relatório do Presidente da Província Angelo Muniz Ferraz apresentado à Assembleia Legislativa Provincial*. Porto Alegre: Typographia do Correio Mercantil, 1858, p. 32.

De fato, as novas colônias vinham contribuindo com o aumento da produção de alimentos.<sup>94</sup> As principais colônias do cinturão escravista agropastoril, nesse momento, eram a D. Pedro II, fundada em 1850, e a São Lourenço, fundada nesse mesmo ano de 1858, e que acabou sendo a mais próspera nas décadas posteriores. Nesse caso, tratava-se de uma colônia particular, em que os produtores receberam auxílios e encontraram nas cidades locais os seus mercados consumidores. Em 1867, essa colônia já possuía cerca de 340 famílias se dedicava ao “cultivo do trigo, centeio, cevada, milho, feijão e batatas, que exportam para as cidades do Rio Grande e Pelotas”.<sup>95</sup> No entanto, no meado do Oitocentos, a maior parte dos municípios não possuía colônias agrícolas. A boa colheita em Piratini mencionada anteriormente não tinha relação com a colonização de imigrantes europeus, que é importante ressaltar, também usavam mão de obra cativa. Na ausência de censos agrários, tomei uso de um outro documento para avaliar a presença de lavradores nacionais no município. A partir de uma análise da Lista de Qualificação da Guarda Nacional de Piratini, de 1869, foi possível verificar a atividade econômica de 1.075 homens livres entre 21 e 60 anos, que foram listados tanto na Ativa quanto na Reserva.<sup>96</sup> Desse total, 562 foram identificados como criadores

---

<sup>94</sup> Os próprios relatórios dos presidentes da província evidenciam isso com dados exaustivos. Para uma análise a respeito, ver também ZARTH, Paulo. *O Rio Grande do Sul agrário no século XIX*. Ijuí: Editora Unijuí, 2002; MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

<sup>95</sup> KOSERITZ, Carlos Von. *Relatório da Administração Central das Colônias da Província ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typographia do Jornal do Comercio, 1867, p. 13. O aumento populacional de ambas as cidades exigia a importação de trigo até mesmo de municípios mais distantes, como Taquari (*Relatório do Presidente da Província João Lins C. de Sinimbu encaminhado à Assembleia Legislativa Provincial em 1854*. Porto Alegre: Typographia do Mercantil Rua da Praia, 1854, p. 49).

<sup>96</sup> No Censo de 1872, Piratini possuía 1.437 homens livres entre 21 e 60 anos. A Lista da Guarda Nacional, por sua vez, possui 1.146 homens livres maiores de 18 anos. Para calcular a representatividade dessa fonte, excluí os 62 jovens com 18, 19 ou

de gado, evidenciando a força da pecuária no município. Contudo, outros 418 foram arrolados como lavradores, perfazendo 39% desses homens. Desses, 173 eram casados, sendo que 129 deles tinham filhos, ou seja, tratavam-se de famílias de lavradores.<sup>97</sup> Esses lavradores nacionais foram invisibilizados diante do discurso imigrantista do Presidente e o mesmo pode servir para outras localidades em que não existiam colônias.<sup>98</sup>

Assim sendo, as Listas de Qualificação de Votantes também podem servir para o estudo da presença de lavradores em outras freguesias e municípios da região. Em algumas delas os lavradores estão presentes em grande número, como na freguesia do Estreito que, em 1851, teve 96 homens livres qualificados como lavradores em um total de 101 votantes. Em Cerrito do Canguçu, em 1865, dos 345 votantes, 242 eram lavradores (159 eram casados), 26 eram criadores e 16 fazendeiros. Em outros municípios ocorria o inverso. Na Lista de Jaguarão de 1864 somente 19 votantes dos 836 foram classificados como lavradores, sendo que os criadores somavam 459 homens. Em Dom Pedrito, que era distrito de Bagé, dos 840 votantes somente 2 foram classificados como lavradores. Os criadores somavam 663 indivíduos.<sup>99</sup> As Listas refletem, em parte, aquilo que outras pesquisas

---

20 anos e os 9 idosos com 61 anos ou mais. Assim sendo, os 1.075 guardas nacionais entre 21 e 60 anos reuniam 74,8% dos homens livres da mesma faixa etária em Piratini, o que fazem da Lista uma boa amostra dessa população. Agradeço a Miqueias Mugge por disponibilizar a Lista já transcrita e tabulada em *Excel for Windows*. O documento original encontra-se no Fundo Guarda Nacional (AHRS).

<sup>97</sup> Isso não significa que os solteiros não estivessem inseridos em malhas parentais locais, pois algum tipo de relação de parentesco eles certamente possuíam. Alguns era capatazes de seus pais e podiam ter suas famílias não sendo reconhecidas pela Igreja Católica.

<sup>98</sup> Para uma discussão ver ZARTH, Paulo. Op. cit.

<sup>99</sup> Agradeço a Paulo Moreira por disponibilizar as Listas já transcritas e tabuladas em *Excel for Windows*. Essa documentação encontra-se disponível no Fundo Eleições (AHRS).

e indicadores já evidenciaram: a agricultura era importante atividade econômica em algumas regiões do cinturão escravista agropastoril, como a Serra dos Tapes e a faixa litorânea de São José do Norte e Rio Grande, enquanto a pecuária foi mais forte nas áreas de vastas pastagens mais próximas à região da campanha.

Contudo, o exemplo de Santa Vitória nos serve para relativizar um pouco a forma de lermos os indicadores acima. Por meio da Lista de Votantes de 1865, essa freguesia tinha 405 votantes, dos quais haviam 159 criadores, 64 fazendeiros, 18 estancieiros e 51 lavradores. Contudo, analisando mapas sobre a produção agropecuária de Santa Vitória, entre 1869 e 1871, Aita percebeu que existiam 230 propriedades de criação de gado e nenhum estabelecimento de produção exclusivamente agrícola. Contudo, segundo a autora, todas as fazendas produziam gêneros alimentícios para a subsistência, como feijão, milho, trigo e a batata. Além disso, nas freguesias menores como Taim e Povo Novo, antigas áreas de produção trigueira, prevaleciam as pequenas propriedades agrícolas. Povo Novo, por exemplo, contava com 268 estabelecimentos agrícolas e 53 fazendas de criação de gado.<sup>100</sup> Portanto, o número real de unidades produtivas que praticavam a agricultura é difícil de ser medido somente a partir da presença de lavradores, sendo provável que a agricultura fosse muito mais disseminada.<sup>101</sup>

Analisando os relatórios oficiais da época, busquei outros indicadores a respeito da agricultura nessa região. Antônio Eleutério de Camargo, que foi funcionário da Estatística Provincial nos anos

---

<sup>100</sup> AITA, Edsiana. *Entre a lagoa e o mar: propriedade e mercado de terras em Santa Vitória do Palmar (1858-1888)*. Dissertação de Mestrado. PPG-História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014, p. 27-28.

<sup>101</sup> Portanto, é provável que muitos dos criadores também plantassem gêneros agrícolas, sendo difícil saber a dimensão dessa produção. Para uma realidade semelhante, em um período anterior, ver OSÓRIO, Helen. Op. cit. 2007.

1860, compilou uma série de dados a respeito disso. Embora fossem esparsos e fragmentados, eles fornecem algumas informações importantes. Um mapa com a produção agrícola de 1858-1859, por exemplo, informava que Piratini, Jaguarão, Rio Grande e São José do Norte haviam, juntas, colhido algo próximo de 54 mil alqueires de milho, 26 mil de feijão, 18 mil de trigo, 8,5 mil de centeio e 12 mil de cevada.<sup>102</sup> É bem verdade que a quantidade e a produtividade eram inferiores às de municípios como São Leopoldo, Taquari e Rio Pardo, mas as lavouras de alimentos estavam longe de apresentar um estado de “abandono”. Além disso, municípios como Canguçu e Pelotas não enviaram seus indicadores, o que poderia aumentar mais ainda os dados sobre a produção na região, pois Canguçu foi uma das principais produtoras agrícolas da Serra dos Tapes, assim como a zona rural de Pelotas.

No Mapa estatístico dos cereais colhidos na Província, no ano financeiro de 1862-1863, Jaguarão, Canguçu, Rio Grande e São José do Norte apresentaram quase 20 mil alqueires de trigo, mais de 21 mil de feijão e 22 mil de milho. No entanto, um dado importante foi o do município de Rio Grande, sendo relacionado como o único que produziu cebolas, totalizando 400 mil réstias.<sup>103</sup> Esse dado é interessante, porque, de acordo com Aita, o cultivo de cebolas era favorecido justamente em áreas com excesso de areia espessa e São José do Norte também se constituía em importante produtora.<sup>104</sup> Um outro Mapa estatístico da década de 1860, mais subjetivo que os anteriores, não mencionava dados sobre a colheita, mas sim, se elas tinham “poucas”, “algumas” ou “várias” lavouras. Sobre Rio

---

<sup>102</sup> CAMARGO, Antonio Eleuterio. Op. cit. p. 207

<sup>103</sup> CAMARGO, Antonio Eleuterio. Op. cit., p. 208

<sup>104</sup> AITA, Edsiana. Op. cit., 2020, p. 43. Na década de 1870, a produção de cebolas parece ter sido bastante importante, ao ponto de começar a aparecer na pauta das exportações provinciais (DALMAZO, Renato. Op. cit., p. 65).

Grande foi registrado poucos lavradores de feijão e alguns de milho. Pelotas, por sua vez, tinha alguns de feijão e mandioca e poucos de fumo e milho. Contudo, São José do Norte apresentou poucos de feijão, vários de mandioca e no item “outras plantações”, foi anotado “cevada, centeio e outras”.<sup>105</sup>

Portanto, mesmo com altos e baixos nos preços dos gêneros alimentícios, com as guerras que desviavam mão de obra, os reveses climáticos e as pragas rotineiras, a agricultura seguiu sendo praticada, principalmente na Serra dos Tapes, repleta de roças e sítios, e na região do Taim e Povo Novo, que desde o período colonial apresentava importante produção. É provável que o produto dessas lavouras fosse basicamente para o abastecimento das cidades locais, com destaque para Pelotas e Rio Grande. Nesse sentido, tornam-se ainda mais importantes os rios navegáveis, assim como a construção de pontes e estradas, fundamentais na integração econômica regional. Os Relatórios dos Presidentes da Província estão repletos de informações sobre a realização dessas obras públicas e buscavam acompanhar o seu desfecho, assim como dar conta dos incentivos e investimentos do Estado para a melhoria dos meios de transporte e comunicação. Além disso, o fato de a produção agrícola estar abastecendo o mercado local, não compondo os índices de exportação da província, também pode ter colaborado com as estimativas negativas das autoridades públicas a respeito da importância da agricultura na província.

Desde o período colonial os cativos estavam presentes nas lavouras de subsistência e no cultivo do trigo voltado para a exportação e essas atividades econômicas foram centrais na busca pela liberdade e nos seus projetos de vida pós-cativeiro. Luciano Gomes encontrou cativos que compraram sua alforria entregando a sua produção de trigo, realizada com o consentimento senhorial. Em outro caso

---

<sup>105</sup> CAMARGO, Antonio Eleuterio. Op. cit., p. 209.

analisado pelo autor, um liberto teve acesso às sementes de trigo a partir de uma transação com um negociante local.<sup>106</sup> Tornar-se um pequeno produtor após livrar-se do cativeiro era uma realidade possível desde o final do século XVIII. Na Relação de moradores de 1784, por exemplo, Helen Osório localizou “José Gonçalves, pardo forro [...] vive pobremente de algumas lavouras, gado vacum 20, cavalos 3, éguas 25 e potros 6; José do Prado, pardo forro [...] vive pobremente de algumas lavouras, gado vacum 30, cavalos 4, éguas 42 e potros 8”.<sup>107</sup> Por meio da análise de processos criminais, a autora percebeu que os homens negros, na sua juventude, eram comumente classificados como peões de estância nas fontes, mas em idade mais avançada era possível encontrá-los como roceiros, evidenciando uma possibilidade de ascensão social por conta do acesso à terra e da relativa autonomia que isso podia representar.<sup>108</sup>

Nesse sentido, a agricultura pode ter sido uma das melhores alternativas para os libertos da região estudada. Segundo Gomes, o acesso às terras poderia ser realizado de maneiras informais, quando se tornavam agregados ou ocupavam terrenos devolutos, ou formais, quando recebiam uma data por meio do testamento de um antigo senhor, quando tinham o reconhecimento público e legal de uma ocupação ou por compra. Embora fossem distintas, tanto os meios informais quanto os formais “poderiam exigir o estabelecimento de

---

<sup>106</sup> GOMES, Luciano C. População negra e o acesso à terra no Rio Grande do Sul durante o período escravista. *Revista Identidade*, São Leopoldo, v. 21, n. 2, jul.-dez., 2016, p. 188-194.

<sup>107</sup> OSÓRIO, Helen. Op. cit., 2004, p. 80.

<sup>108</sup> OSÓRIO, Helen. Trabalhadores da pecuária: peões e gaudérios na fronteira do Império Português. *XX Jornada de História Econômica*. Buenos Aires, 2006. Estudando Alegrete, entre 1830 e 1870, Farinatti percebeu a mesma lógica para os peões de estância que, ao envelhecerem, procuravam uma vida mais estável com uma pequena lavoura, algo que não estava ao alcance de todos (FARINATTI, Luis A. Peões de estância e produção familiar na fronteira sul do Brasil (1845-1865). *Anos 90*, v. 15, n. 27, jul. 2008, p. 359-383).

relações de clientela com potentados locais, relações de solidariedade com vizinhos ou a formação de família”. Tudo isso possibilitava a pequena agricultura de forma relativamente autônoma, mas “fica evidente o caráter instável que o acesso informal apresentava para a maioria dos pretos e pardos forros ou livres sem maiores recursos econômicos e sociais”.<sup>109</sup> Assim sendo, a lavoura de subsistência, geralmente aliada à pequena criação, também se utilizava do trabalho familiar, favorecendo a permanência dos parentes junto à terra. Com a ampliação da prática das alforrias após a década de 1850, os projetos de vida coletivos dos egressos da escravidão podiam concretizar-se cada vez mais, incluindo, nesse aspecto, familiares que ainda permaneciam no cativeiro e que tinham a esperança de juntar-se aos livres. Soma-se a isso, as migrações realizadas pelos libertos da região em busca de uma vida melhor, algo que Marcelo Matheus investigou de forma meticulosa, percebendo um deslocamento entre Bagé e Pelotas, por exemplo.<sup>110</sup>

Como vimos anteriormente, o cinturão escravista agropastoril era uma das áreas de maior concentração de população escravizada do Brasil. Contudo, se mudarmos agora o foco de análise para as classificações referentes à cor da pele, essa mesma concentração se mantém. Apesar dos problemas já apontados a respeito do Censo de 1872, os seus dados ajudam a demonstrar essa presença negra na região, arrolada como pessoas “pretas” e “pardas”, conforme as classificações do documento. Como o Censo não apresenta o número de libertos em cada município, mas somente as categorias “Livres” e “Escravos”, os recenseadores incluíram os libertos entre os “Livres”. Portanto, não é possível saber quantas pessoas “pretas” e “pardas” eram libertas e quantas eram nascidas livres. Sendo assim, o cálculo possível de ser

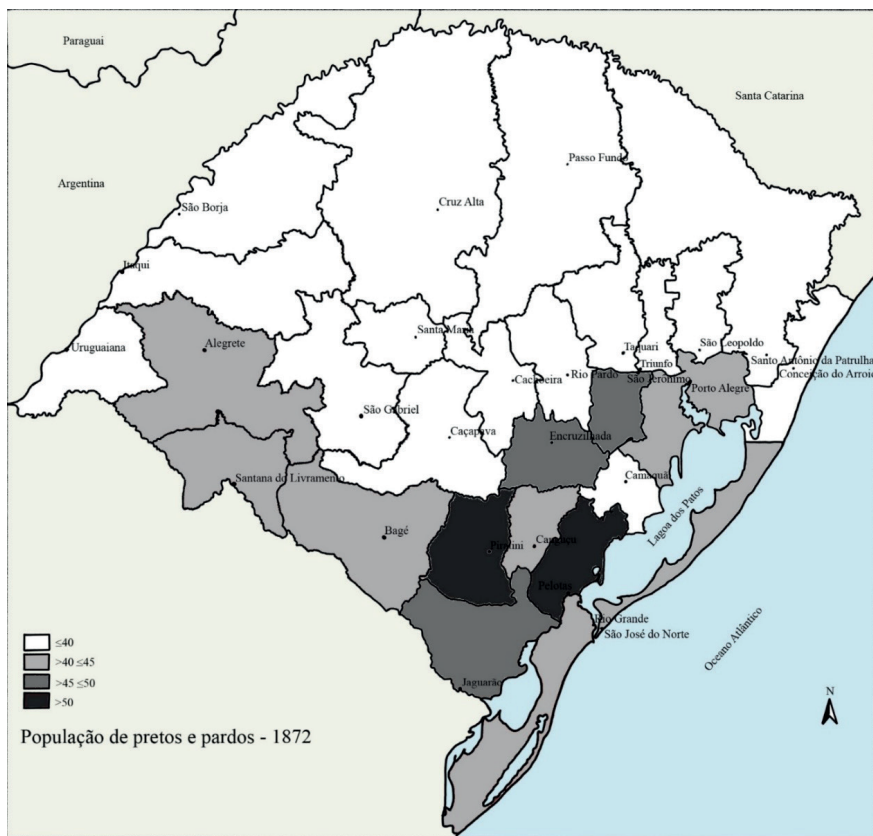
---

<sup>109</sup> GOMES, Luciano. Op. cit., 2016, p. 188-194.

<sup>110</sup> MATHEUS, Marcelo. Op.cit., 2021, P. 275-286.

feito é o da quantidade de pessoas pretas e pardas dentro e fora do cativeiro. Pelo Censo de 1872, os 7 municípios que compunham a região aqui estudada reuniam 40.787 pessoas pretas e pardas, sendo que 21.163 eram cativas, ou seja, 51,8%. Contudo, como já mencionei anteriormente, os dados do Censo estão subestimados e precisam ser corrigidos com os do Relatório da DGE. Portanto, acrescentando mais 9.722 cativos à região (que são as pessoas escravizadas adicionais arroladas no Relatório), temos um total de 50.509 pessoas pretas e pardas, sendo que 30.885 eram escravizadas, aumentando esse índice para 61,1%. Para completar a análise, incorporei os dados sobre os cativos do Relatório em todos os outros municípios da Província com a finalidade de comparar a população “preta” e “parda” de todas as localidades. O resultado foi a Figura 4, que mostra uma forte concentração da população negra (“preta” e “parda”) na Fronteira Sul, se comparada ao resto da província. O cinturão escravista agropastoril se destaca, pois todos os seus municípios estão grifados em cores mais escuras, com destaque para Jaguarão, Piratini e Pelotas, que tinham as maiores concentrações.

**Figura 4 – Percentual da população classificada como preta e parda em 1872**



Fonte: Os percentuais foram calculados a partir da correção dos dados do Censo de 1872 com os do Relatório da DGE de 1876. O Mapa foi adaptado por Isabelle Chaves a partir do Atlas Socio Econômico do Rio Grande do Sul, disponível em <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/upload/arquivos/201609/29094553-muni-1872-1.pdf>

Nos anos 1870, quase 40% da população preta e parda da região aqui estudada era livre, número um pouco inferior ao total da população brasileira, que chegava a 42,75%. Essas pessoas eram filhas de mulheres libertas, mas também é possível que muitas fossem filhas de

mulheres já nascidas livres, possibilitando pensar que se tratavam de uma segunda geração de pessoas negras nascidas livres. Afirmo isso, pois a quantidade de libertos existentes na região desde o início do século era bastante significativa. Na fronteira do Rio Grande, já em 1805, por exemplo, existiam 522 libertos (pretos e pardos de ambos os sexos) em uma população total de 12.959 pessoas, das quais 4.357 eram cativas. Portanto, os libertos compunham 4% da população. Em 1858, reunindo os dados da mesma região, temos 1.671 libertos que perfaziam 2,3% da população total. Portanto, entre 1805 e 1858, o percentual de libertos na região caiu quase pela metade, apesar do crescimento do seu número absoluto. Tendo em vista que o número de alforrias aumentou na década de 1860, se mantivermos esse índice de 4% de libertos para a população da região aqui estudada em 1872, teremos pouco mais de 2 mil pessoas.<sup>111</sup> É possível que esse percentual fosse um pouco maior, visto os sub-registros do Censo. Contudo, isso evidencia que dos 50.509 habitantes pretos e pardos da região, 30.885 eram cativos e talvez mais de 16 mil fossem pessoas negras já nascidas livres.

Concluindo, parte considerável da produção agrícola do cinturão agropastoril deve ter sido realizada por lavradores nacionais, entre eles, muitos libertos e negros livres, incluindo aqui famílias com pequenas posses, em suas próprias terras ou de terceiros, sendo difícil medir o quanto de sua produção era voltada para o consumo próprio ou o abastecimento do mercado local. Esses lavradores e roceiros eram somente uma parte da população negra presente na região há muito tempo. Tratavam-se de trabalhadores e de famílias estabelecidas desde o final do século XVIII, que conviviam com africanos e africanas recém-chegados da travessia atlântica, com

---

<sup>111</sup> No entanto, em alguns municípios, o índice podia ser maior que os 5%, dependendo da época. Em Pelotas, por exemplo, em 1833, dos 10.873 habitantes, 1.137 eram libertos (10,4%).

carneadores, campeiros e roceiros cativos, com antigos sobreviventes negros das guerras que afetaram a região e/ou com seus filhos, com mães escravizadas que juntavam pecúlio para libertar suas crianças, com lavadeiras, cozinheiras e domésticas, com mulheres e homens libertos cujas histórias são indissociáveis dos efeitos globais do comércio de mercadorias por todo o Atlântico e da expansão capitalista que marcou o período, do surgimento das charqueadas escravistas e da consequente diáspora africana para as Américas.

Não é exagero considerar que o surgimento das charqueadas pelotenses provocou o maior impacto social e econômico da história da região, sem contar os aspectos ambientais, culturais e políticos decorrentes das atividades de criação, produção e comércio que incorporavam uma área muito superior à do município de Pelotas. A força da escravidão não dizia respeito somente à sociedade pelotense, mas a toda a região sul da província, integrada economicamente e socialmente ao complexo porto-charqueada, que tinha em Rio Grande e Pelotas seus principais centros. O charque também abasteceu os navios negreiros que partiam para o continente africano e esteve presente na dieta dos escravizados desde a travessia do Atlântico. Muitos deles foram traficados para o extremo sul do Brasil. Todo esse processo histórico tornou a região aqui estudada uma das mais escravistas de todo o Brasil. Estudar como essa sociedade se constituiu historicamente sem mencionar a exploração da mão de obra escravizada é silenciar sobre as raízes de muitos problemas atuais, como a forte desigualdade social, concentração de renda e de terras e as suas profundas relações com o racismo estrutural.

# AS ESCRAVARIAS DE PIRATINI

## análise da posse escrava com base nos inventários *post-mortem* (1811-1871)

Vinicius Cardoso Nunes<sup>1</sup>

Em um 13 de outubro de 1856, na Vila de Piratini, a viúva de Ambrósio Carlos da Costa, Francisca Maria da Costa e seu filho Francisco Carlos da Costa, na condição de procurador de sua mãe, foram até o Juiz de Órfãos Manoel Rodrigues Villares iniciarem o processo de inventário dos bens de Ambrósio. Ambrósio Carlos da Costa faleceu no dia 26 de junho de 1855, possivelmente um frio intenso de inverno naquela região ao sul do Império brasileiro. Ambrósio, segundo sua esposa e seu filho, tinha em sua escravaria a posse de 14 cativos.

Na mesma ocasião, Francisca Maria da Costa informou que deveriam “avaliar quatro mulatinhas nascidas depois de ter tido andamento o

---

<sup>1</sup> Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Pelotas no ano de 2017 (PPGH-UFPel). Doutor em História no Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Pelotas no ano de 2024 (PPGH-UFPel).

respectivo inventário e a avaliação dos mais bens”.<sup>2</sup> Após todo o processo de arrolar os bens do casal, e a parte que caberia aos herdeiros, em 26 de abril de 1863, Francisca retornou ao Juiz para fazer um adendo, ou corrigir um equívoco: a família havia “esquecido” de listar no documento mais alguns escravizados da posse de seu marido. Ao que parece, no inventário de Ambrósio “tinham ficado número de escravos, que não foram descritos, os tendo o finado marido da suplicante em sua vida repartado a alguns de seus herdeiros, escravos que usufruíram durante sua vida os serviços, que eles lhe pudessem prestar a estes herdeiros depois de falecido o marido da suplicante”.<sup>3</sup> Os filhos de Francisca e Ambrósio, em mais de uma ocasião, afirmavam que o seu pai havia doado os escravizados em suas posses conforme a lei da época.

Francisca, ao que parece, pode ter sido ludibriada pelos filhos, ou talvez sabendo da falta que cometeram tentou “remendar” o equívoco. Os escravizados foram “emprestados” por Ambrósio a seus filhos para que lhes auxiliassem nas tarefas diárias, mas como destaca o relato de Francisca havia sido um empréstimo e não doações, logo, estes escravizados que não foram inventariados aumentariam o valor da partilha entre os herdeiros, e estes “iludiram a boa fé da suplicante, e desta maneira só [ilegível] com os bens que lhes não pertenciam e prejudicaram os demais herdeiros”<sup>4</sup>, houve uma subpartilha dos escravizados não arrolados em um primeiro momento. Nessa primeira fase, foram arrolados 43 escravizados, o que já colocaria Ambrósio como um dos escravistas com mais cativos inventariados no município. Destes, 14 estavam com Ambrósio e Francisca e 29 com

---

2 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: Juízo de Órfãos da Vila de Piratini e seu termo - Inventário de Ambrósio Carlos da Costa - 1856 - pg. 30 frente.

3 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: Juízo de Órfãos da Vila de Piratini e seu termo - Inventário de Ambrósio Carlos da Costa - 1856 - pg. 53 frente.

4 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: Juízo de Órfãos da Vila de Piratini e seu termo - Inventário de Ambrósio Carlos da Costa - 1856 - pg. 53 frente.

seus herdeiros. Contudo, após o adendo feito por Francisca, foram arroladas mais 41 pessoas escravizadas que estavam na posse dos herdeiros do casal. No final das contas, Ambrósio Carlos da Costa tinha em sua posse 80 pessoas escravizadas, ou seja, era o escravista com a maior posse cativa da localidade de Piratini e certamente um dos maiores de toda aquela região sul.

Contudo, Ambrósio era mais exceção do que regra em Piratini? Como se caracterizava a posse escravizada na localidade? Havia concentração de pessoas escravizadas entre os grandes proprietários? A posse escrava estava disseminada pela sociedade piratinense do século XIX? Nesse capítulo vou analisar a posse escravizada de Piratini tendo como fontes os inventários *post-mortem*. Na falta de recenseamentos mais detalhados a respeito da escravidão entre os moradores do município, esses documentos nos auxiliam a responder essas perguntas. O objetivo do capítulo é demonstrar a forte presença da escravidão em Piratini e o perfil dessa posse cativa.

### **As escravarias em Piratini (1811-1871)**

Piratini<sup>5</sup> é uma cidade que está localizada a 98,2 km de Pelotas, principal cidade da região sul do estado e que no século XIX sediava a maior parte das charqueadas, e a 344,2 Km de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Do ponto de vista hidrográfico é banhada pelos rios Piratini e Camaquã, o município tem um território de aproximadamente 3.539,688 km<sup>2</sup>, e uma população atual, segundo

---

5 Nossa Senhora da Conceição de Piratini, que pertencia à Diocese de Pelotas, em 1810. A partir do Decreto Imperial de 15 de dezembro do ano de 1830 passou a ser Vila e sede de Município (FORTES, Armyr Borges; WAGNER, João Baptista Santiago. *História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Editor: Porto Alegre: Globo, 1963, pg.324).

o IBGE, de 20.757 habitantes<sup>6</sup>. Situada na Serra do Sudeste do estado, região denominada como Escudo Rio-Grandense, Piratini está a 349 metros de altitude e ali fica o serro mais alto da região o Cerro do Sandim, que possui 510 metros de altura. Em algumas regiões como o terceiro distrito de Piratini, estes serros fazem com que o solo também seja precário em alguns casos. A parte mais ao sul/sudoeste do município possui paisagem agrária próxima à da região da campanha rio-grandense, contando com estâncias e áreas de pastagem. Nas figuras 1 e 2 mostro a localização atual da cidade e sua divisão por Distritos.

**Figura 1 – Localização da atual cidade de Piratini**



Fonte: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/piratini.html>

<sup>6</sup> Dados atuais de Piratini. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431460> Acessado em: 20/03/2017.

**Figura 2 - Divisão por Distritos em Piratini**



Fonte: ALMEIDA, Davi. **História do município de Piratini: roteiro histórico e sentimental**. 2.ed. Piratini: Gráfica C.E.A.J., 1997, pg 96. APOUD: Silva, Darlene Rosa da. **Aspectos socioeconômicos e de (não) escolaridade dos moradores do Paredão e da Costa Bica (Piratini, RS)**. Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2010, pg 24.

A fonte escolhida para análise das escravarias são os inventários *post-mortem* da localidade de Piratini. Diferentemente de outras fontes como os registros paroquiais de batismos de escravizados, os inventários nos trazem menos senhores de cativos, pois temos apenas um extrato da sociedade, aquela que deixou escravizados em seus

bens no momento de sua morte.<sup>7</sup> Conforme Luís Augusto Farinatti, mesmo existindo limites:

os inventários são fontes importantes para estudo da escravidão nos estabelecimentos pecuários da região. Somente eles permitem um acesso direto à relação entre a população escrava e as unidades produtivas, além de reunirem uma amostra tanto dos escravos que nasceram no local, como daqueles trazidos de outras paragens (o que não acontece de forma tão regular nos registros de batismo e casamento, por exemplo). Além do mais, como veremos, o principal montante de escravos encontrava-se exatamente nas mãos dos proprietários mais afortunados, que tendem a formar a camada melhor representada nesse tipo de fonte.<sup>8</sup>

Os inventários são bastante utilizados pela historiografia rio-grandense para a análise das escravarias e da estrutura fundiária do Rio Grande do Sul no período<sup>9</sup>, mas aqui utilizamos os dados extraídos dessa fonte apenas para uma análise da estrutura de posses

- 
- 7 Em nossa Tese de Doutorado realizamos tanto a análise da estrutura de posse de escravizados pelos inventários quanto pelos registros de batismos de Piratini. Ver: NUNES, Vinicius Cardoso. *Escravidão, Família e Criminalidade no sul do Brasil (Piratini-RS, 1810-1871)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Pelotas (PPGH/UFPel). Pelotas, 2024.
  - 8 FARINATTI, Luís Augusto E. Escravos do Pastoreio: Pecuária e escravidão na fronteira meridional do Brasil (Alegrete, 1831-1850). *Ciência e Ambiente* – UFSM, n. 33, jul-dez 2006. Santa Maria, p. 140.
  - 9 Ver, por exemplo, ALADRÉN, Gabriel. “Sem respeitar nem tratados”: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777 - 1835). Niterói: PPGH/UFF, 2012. (Tese de Doutorado); FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado – PPGHIS-UFRJ, Rio de Janeiro, 2007; MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2016; VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: 2013.

da localidade.<sup>10</sup> Partindo destas informações descritas nos inventários analisarei as características das escravarias de Piratini sobre o prisma e as possibilidades que este tipo de fonte possibilita. O recorte temporal estabelecido entre 1811 e 1871 deve-se ao fato de que em 1811 foi registrado o primeiro inventário em Piratini e, em 1871, foi instituída a Lei do Ventre Livre, afetando de diferentes formas as relações entre senhores e escravizados. No recorte temporal dos 60 anos havia 296 inventários com cativos avaliados entre os bens dos proprietários. No geral, foram arroladas e avaliadas 1960 pessoas escravizadas nesses documentos.

---

<sup>10</sup> Os inventários post-mortem originais foram estudados somente para alguns casos, devidamente analisados em NUNES, Vinícius. Op. cit., 2024. Para a análise total dos cativos presentes nos inventários *post-mortem* utilizamos o catálogo organizado pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Ver: APERS. Inventários: o escravo deixado como herança (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

**Tabela 1 - Escravos por período e sexo nos inventários  
(Piratini, 1811–1871)**

	1811-1830	1831-1850	1851-1871	Total
Inventários	37	98	161	296
Escravos	235	604	1121	1960
Média por inventário	6,35	6,16	6,96	6,62
Homens	164 (70%)	320 (53%)	565 (50,40%)	1049 (53,52%)
Mulheres	71 (30%)	281 (46,5%)	542 (48,35%)	894 (45,61%)
Não foi informado o sexo	0	3 (0,5%)	14 (1,25%)	17 (0,87%)
Razão de sexo	231	114	104	117

Fonte: APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Subfundo: Vara de Família. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). V. 1. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

Ao observar a Tabela 1 é possível analisar que a média foi de 6 escravizados por inventário, com pequena variação ao longo do tempo. O percentual de homens e mulheres variou conforme o período. Em

um primeiro momento, a média do número de homens era muito superior ao de mulheres, mas nos períodos seguintes os números ficaram mais próximos. Podemos pensar em distintos fatores para explicar essa diferença, mas antes é importante considerar que o percentual de mulheres alcança o dos homens após 1830, não porque o número de homens diminuiu (ele aumenta do primeiro para o segundo período), mas por conta do grande aumento do número de mulheres. Talvez os ritmos de crescimento da escravaria estivessem sendo mais afetados pela reprodução natural do que pelo tráfico negreiro, como apontarei mais adiante. Outro ponto importante, é que o número de homens talvez não tenha acompanhado o mesmo ritmo de crescimento do número de mulheres por causa da Guerra dos Farrapos (1835-1845), que recrutou muitos cativos da região para o corpo de lanceiros negros, por exemplo, sem contar as outras formas que os conflitos bélicos podiam afetar essa escravaria.<sup>11</sup>

Para o período após 1850, uma das razões possivelmente também tenha sido a necessidade de outras localidades, como Pelotas, de acessar essa mão de obra masculina para as charqueadas, o que pode ter feito com que uma quantidade significativa de homens em idade produtiva tenha sido vendida. Ao investigar os impactos das leis de 1850 e 1871 nas charqueadas de Pelotas, Jonas Vargas aponta que os grandes charqueadores pelotenses não eram os que vendiam escravizados para o sudeste cafeeiro, e que muitos destes charqueadores aumentaram suas escravarias comprando escravizados de outras localidades próximas, como Piratini, Canguçu e Jaguarão, por exemplo.<sup>12</sup>

É visível também a diferença observando a razão de sexo. Em 1811-1830 a razão de sexo era de 231 homens para 100 mulheres. Essa

---

<sup>11</sup> Para maiores detalhes, ver: NUNES, Vinicius Cardoso. Op. cit., 2024.

<sup>12</sup> VARGAS, Jonas Moreira. Op. cit., 2013. pg. 229-231. Ver também o primeiro capítulo do presente livro.

taxa diminuiu de maneira acentuada, como apresentada na Tabela 1, para 114 homens para 100 mulheres no período de 1831-1850 e nos anos de 1851-1871 a razão de sexo foi de 104 homens para 100 mulheres. A título de comparação, em Alegrete, para os anos de 1831-1850, destaca Luís Augusto Farinatti, que “a relação entre os sexos se apresentava bastante desequilibrada entre os cativos, com uma média de mais de 177 homens para cada 100 mulheres escravas (razão de masculinidade de 177,6; com uma proporção de apenas 36% de cativas mulheres no universo total analisado).<sup>13</sup>

Segundo André Corrêa, em sua pesquisa sobre Caçapava:

Mais uma vez os dados nos apontam para a década de 1840 com maior número de escravos, conseqüentemente as suas médias também foram mais elevadas. Como percebe-se no [...], a média de homens sempre foi superior a das mulheres, nunca baixando de quatro escravos, e atingindo o máximo de cinco cativos do sexo masculino. As mulheres por sua vez, tiveram um aumento gradativo de suas médias no decorrer das décadas. O elemento central para analisar esses dados é o tráfico de cativos, pois a quantidade superior de homens sempre foi uma necessidade das localidades. Conforme o tráfico vai diminuindo sua intensidade, a paridade entre os sexos tende a ser semelhante [...]<sup>14</sup>.

Nesse sentido, como os homens eram mais vítimas do tráfico negreiro do que as mulheres, a maior presença masculina evidencia uma maior conexão de Piratini com o tráfico ao longo dos primeiros anos, tendência que também se repete em outras localidades. Analisando o período de 1851-1871, quando o comércio negreiro já

---

13 FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado – PPGHIS-UFRJ, Rio de Janeiro, 2007, Pg. 299.

14 CORRÊA, André do Nascimento. *Ao sul do Brasil oitocentista: escravidão e estrutura agrária em Caçapava, 1821-1850*. Dissertação de Mestrado. Santa Maria: UFSM/PPGH, 2013, pg. 80.

estava abolido por conta de Lei Eusébio de Queiroz (1850), a razão de sexo diminui de forma mais efetiva. A partir desse momento, os senhores de cativos irão precisar cada vez mais da reprodução natural para ampliar as suas escravarias, ou seja, as mulheres passam a se tornar ainda mais importantes no cativeiro, pois era de seu ventre que nasciam novos escravizados.<sup>15</sup>

Quanto ao tamanho das escravarias em Piratini, os pequenos escravistas, com 1 a 9 cativos, somavam 240 inventários e reuniam 951 escravos, enquanto os médios proprietários, com 10 a 19 escravizados, somavam 40 inventários, mas detinham 511 cativos arrolados entre seus bens. Os grandes escravistas, com 20 cativos ou mais, estavam presentes em somente 16 inventários (5% do total), mas concentravam 498 dos escravizados (25% do total). Portanto, em Piratini, assim como ocorria em todo território do Império brasileiro, a maioria dos senhores era formada por pequenos escravistas.

**Tabela 2 - Perfil das escravarias de Piratini (1811 – 1871)**

<b>Tamanho da Escravaria</b>	<b>Nº de inventários</b>	<b>% de inventários</b>	<b>Nº de escravos</b>	<b>% de escravos</b>
1-4 escravos	148	50%	334	17%
5-9 escravos	92	31%	617	31,50%
10-19 escravos	40	14%	511	26,10%
20 escravos para mais	16	5%	498	25,40%
Total	296	100%	1960	100%

Fonte: APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Subfundo: Vara de Família. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). V. 1. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

<sup>15</sup> NUNES, Vinicius Cardoso. Op. cit., 2024.

João José Reis, ao analisar a distribuição da riqueza na Bahia do século XIX, destaca que a posse de “escravos não era coisa apenas de gente rica. Só os muito pobres não tinham escravo algum<sup>16</sup>, ou seja, mostra a disseminação da posse escrava em todos os extratos da sociedade. Reis pontua ainda sobre a distribuição da mão de obra escravizada para um grupo de 395 cidadãos baianos do século XIX, que apenas 13% destes não tinha sobre a sua posse um escravizado.<sup>17</sup>

Assim como o padrão de perfil das escravarias baianas, no Rio Grande do Sul do início do século XIX, a estrutura da posse cativa não era tão diferente assim. Jonas Vargas ao analisar Pelotas no século XIX, demonstra que naquela localidade se apresentava o mesmo padrão das demais regiões brasileiras sobre a posse escrava, ou seja, que apesar da escravidão estar disseminada em todos os setores da sociedade existia uma concentração de cativos e cativas, nas mãos de poucos escravistas.<sup>18</sup> Analisando diferentes regiões do Rio Grande do Sul, Marcelo Matheus e Leandro Fontella verificaram

---

16 REIS, João José. Sociedade, Economia, Rebeliões na época dos malês. In: *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pg. 31.

17 Segundo João José Reis: “A maioria, ou 65% das pessoas aqui consideradas, era proprietária de até dez escravos. Todos os artesãos, sem exceção, tinham pelo menos um escravo; e dois deles, bem mais prósperos, chegaram a senhorear mais de dez. Padres, militares, funcionários públicos, boticários, taverneiros, lavradores, além de senhores de engenho, grandes negociantes, locadores de escravos, todos investiam na escravidão. Até os ex -escravos africanos: dos 25 da amostra apenas quatro não eram senhores. É provável que os escravos de Salvador estivessem na sua maioria em suas mãos pequenos escravistas, pessoas com até 10 escravos no máximo (REIS, João José. Sociedade, Economia, Rebeliões na época dos malês. In: *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pg. 32).

18 VARGAS, Jonas Moreira. Op. cit., 2013.

um padrão semelhante.<sup>19</sup> Como foi dito, esse mesmo padrão estava presente em outras regiões do Brasil.<sup>20</sup>

Ao estudar a região da Campanha rio-grandense onde prevalecia a criação de gado nas estâncias, Farinatti aponta que para o período de 1831-1850:

Nos deteremos nas duas décadas que se estendem de 1831 a 1850. No início desse período, a criação de gado organizada nas estâncias já era dominante na Campanha e é lícito supor que o quadro do trabalho escravo tenha sofrido alterações importantes após a cessação do tráfico atlântico, em 1850. Nas duas décadas que nos interessam diretamente, a exportação de charque para outras províncias brasileiras era a principal atividade econômica da província.<sup>21</sup>

Partindo do que discorre Farinatti sobre alterações sofridas nos quadros de trabalho pós fim do tráfico atlântico de 1850<sup>22</sup>, irei abordar como se configurava a posse escrava antes das leis que acarretariam

---

19 MATHEUS, Marcelo Santos. FONTELLA, Leandro Goya. Estrutura de posse escrava na província do Rio Grande de São Pedro: um apanhado historiográfico (c. 1820 – c. 1870). *Revista Latino-Americana de História* Vol. 2, nº. 9 – Dezembro de 2013, pg. 71-96.

20 MARCONDES, Renato Leite. Desigualdades regionais brasileiras: comércio marítimo e posse de cativos na década de 1870. Tese (Livre-docência), Ribeirão Preto, USP, 2005.

21 FARINATTI, Luís Augusto E. Escravos do Pastoreio: Pecuária e escravidão na fronteira meridional do Brasil (Alegrete, 1831-1850). *Ciência e Ambiente* – UFSM, n. 33, jul-dez 2006, pg. 139.

22 Sobre as mudanças no perfil dos escravizados antes e pós leis de 1831 e 1850. “Essa configuração por certo também sofreu a influência do fato de que a colonização estável da ‘Campanha’ era relativamente recente, tendo começado nas duas primeiras décadas do Oitocentos. Assim, se estaria observando ali um fenômeno recorrente em diversas outras regiões do Brasil escravista. Unidades produtivas recentemente instaladas tendiam a apresentar um percentual maior de homens adultos e de africanos, pois grande parte de sua mão-de-obra teria sido adquirida havia pouco tempo” (FARINATTI, Luís Augusto E. Op. cit., 2006, pg. 141).

com o fim do tráfico atlântico de pessoas escravizadas, e como foi sua configuração após estas leis.<sup>23</sup>

Entre 1811 e 1830 temos um total de 37 inventários, onde foram arrolados 235 escravizados. Posso afirmar que os senhores de poucos escravizados, de 1 a 9 cativos, que eram 29 inventariados (78%) tinham a posse de 116 escravizados (49%), e os 8 inventários (22%) com mais de 10 escravizados, concentravam 119 cativos (51%). Destes 235 escravizados neste período, os africanos de ambos os sexos eram de 121 (51,5%) e os crioulos de ambos os sexos eram 95 (40,4%). Não consta a origem de ambos os sexos para 19 escravizados (8,1%). Portanto, o índice de africanidade nas escravarias de Piratini, antes de 1831, era bastante alto, revelando a integração da localidade ao tráfico transatlântico de africanos e de como as charqueadas de Pelotas influíram fortemente na estrutura produtiva das freguesias vizinhas.

A necessidade de mais gado bovino para ser abatido nas charqueadas, contribuiu com o aumento da demanda por novilhos, o que estimulou a criação de animais vacuns na região. Como o trabalho nas estâncias de criação era majoritariamente masculino e os homens africanos eram mais traficados do que as mulheres, não causa

---

23 Sobre o processo de findar com o tráfico Atlântico de pessoas escravizadas em 1810, por exemplo, já havia uma lei que procurava evitar essa prática na parte norte da Linha do Equador (PARÉS, Luís Nicolau. Africanos ocidentais. In: *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. Orgs.: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras. 2018, pg. 83), a Lei de 1831 foi uma resposta as premissas inglesas de cessar o tráfico, mas, como explica Chalhoub, essa prática que avolumava escravizados no Vale do Paraíba paulista e fluminense burlava as leis, fazendo com que de forma definitiva em 1850 fosse aprovada a lei que de fato cessasse o contrabando de pessoas a partir daquele (ver CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pg. 124-128), sendo o último navio que aportasse no Brasil com africanos escravizados pós 1831, em 1856 (SLENES, Robert. Africanos Centrais. In: *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. Orgs.: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras. 2018, pg. 64).

surpresa o desequilíbrio entre os sexos nesse primeiro momento de estabelecimento das fazendas em Piratini. Entre os escravizados originários do continente africano, os homens representavam 43% do total dos escravizados, crioulos homens 23% do total dos escravizados no período e os homens que não consta a origem eram 5% do total, sendo um número respectivamente de homens 100, 53 e 11. Entre as mulheres, as africanas eram 9% do total, as crioulas 18% e as mulheres que não consta a origem 3%, em números respectivamente essas eram 21, 42 e 8. Os africanos homens eram um número maior do que a de africanas, sendo que na idade produtiva de 15 a 49 anos, os homens eram 87 homens, enquanto no mesmo período o número de crioulos homens em idade produtiva de 15 a 49 anos, eram 14. Portanto, é possível considerar que as atividades agropecuárias em Piratini, nas primeiras décadas da freguesia, foram estruturalmente dependentes do tráfico transatlântico.

Para o período de 1830-1850, em Pelotas, Natália Pinto Garcia aponta que:

Um elevado número de pequenos senhores de escravos que, no entanto, no computo final não detinham um patrimônio acumulativo de cativos sobretudo em relação aos que possuíam até 4 escravos. Por outro lado, analisando o extremo da realidade apresentada, os inventariados com um plantel de mais de cinquenta escravos, representavam pouco mais de 5% da mostra e detentores de uma expressiva presença de mão de obra escrava em suas escravarias [...].<sup>24</sup>

Marcelo Matheus e Leandro Fontella apontam que na região das Missões entre 1828-1850 os “pequenos escravistas representavam 77% dos proprietários e detinham 45% dos cativos. Por sua vez, médios

---

<sup>24</sup> PINTO, Natália Garcia. A dinâmica socioeconômica escravista pelotense. In: *A benção compadre: experiências de parentesco, escravidão e liberdade em Pelotas, 1830/1850*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: 2012, pg. 47-48.

e grandes escravistas compunham 23% do universo dos senhores, concentrando cerca de 55% dos escravos”.<sup>25</sup> Marcelo Matheus destaca que Alegrete, entre 1829-1849, seguia o mesmo padrão que os demais locais da Província de São Pedro onde:

a grande maioria dos senhores – 70,5% – detinha pequenos plantéis. Por outro lado, apenas 31% dos escravos estavam nestas escravarias, enquanto os 29,5% de médios e grandes proprietários eram senhores de quase 70% dos cativos. Esse predomínio de pequenos senhores está de acordo com números revelados por trabalhos que enfocaram outros municípios da província, mesmo com algumas diferenças econômicas e sociais entre eles.<sup>26</sup>

Observando o período entre 1831-1850, em Piratini, temos 604 escravizados, sendo 320 homens (52,8%), 281 mulheres (46,7%) e 3 (0,50%) em que não consta a informação sobre o sexo destas pessoas. Os inventários de senhores com escravizados de 1 a 9 somavam 305 cativos em 80 inventários, já os de senhores com mais de 10 cativos eram 299 arrolados em 18 inventários. Os africanos nesse período entre 1831-1850 eram um total de 195 escravizados de ambos os sexos, ou seja, 32% dos cativos, já os crioulos de ambos os sexos eram um total de 292 (48%) e aqueles que não consta a origem eram 117 cativos (19%).

É importante ressaltar o número de escravizados comparando os períodos. Mesmo com a proibição do tráfico de escravizados, o número dos mesmos salta de 235 entre os anos 1811-30, para 604, em 1831-50, ou seja, multiplica em algo próximo de 2,57 vezes. Comparando 1831-50 com o outro recorte temporal entre 1851-71 o aumento de escravizados inventariados foi próximo de 1,85 vezes.

---

<sup>25</sup> MATHEUS, Marcelo Santos.; FONTELLA, Leandro Goya. Op. cit., 2013, pg. 85.

<sup>26</sup> MATHEUS, Marcelo Santos. A escravidão nas margens do Império – Alegrete, século XIX. In: *Fronteiras da Liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império brasileiro (província do Rio Grande de São Pedro, Alegrete, 1829-1888)*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: 2012, pg. 59.

Ou seja, Piratini resistiu às guerras que marcaram o período, às leis abolicionistas do tráfico e possíveis conjunturas econômicas desfavoráveis, mantendo um padrão de composição e recomposição de mão de obra cativa constante.

Teria a guerra civil Farrroupilha afetado esses números? Não vou me deter aqui sobre a história do movimento, e sim, como ele pode ter impactado as escravarias neste período. A guerra foi um conflito liderado principalmente por estancieiros rio-grandenses que cobravam mais autonomia política para a província e a redução dos impostos que favorecessem a exportação do charque sulino. A essa época foram arrolados 24 inventários durante os anos de 1836-45. De 1836-1840 foram registrados 13 inventários, com 67 pessoas escravizadas, 35 homens e 32 mulheres, dos 13 inventários, 11 eram de senhores com escravarias de 1-9 e 2 com mais de cativos por inventário. Os 11 escravistas com 1-9 cativos por inventário tinham a posse de 40 escravizados sendo 21 homens e 19 mulheres, ao passo que os escravistas com mais de cativo por inventário tinham em suas posses um total de 27 escravizados (14 homens e 13 mulheres).<sup>27</sup>

Dos 97 escravizados, nos primeiros 5 anos da década de 1841-50, se inverte quais escravistas possuíam mais escravizados, aqui se reproduz a lógica do Brasil Império, onde aqueles escravagistas que estão no grupo de mais de 10 cativos por inventário tem maior concentração deste grupo de pessoas que o de menor posse de escravos por inventários (1 a 9). As mulheres neste quadro de observação eram maioria, 49 escravizadas, ao passo que os homens eram 45. Embora não fosse uma diferença muito grande, pode-se levar em conta o fato de muitos escravizados possivelmente terem sido incorporados ao exército farrroupilha no Batalhão dos Lanceiros Negros, isto porque

---

<sup>27</sup> Observação: Este grupo de escravistas com mais de 10 escravizado por inventários eram: 1 homem com 12 cativos, e uma mulher com 15 escravizados.

neste período muitos foram recrutados. Nos inventários não encontrei nenhum registro sobre este fato, mas durante os anos de 1838 foram criados alguns decretos com a finalidade de convocar negros e índios, a fim de se incorporados as tropas, como consta no artigo 28 parágrafo 3º que “Fará igual escolha dentre os índios e pretos libertos, fazendo seleção dos mais ágeis e capazes para o Corpo de Lanceiros da 1ª Linha, destinando os outros para os Corpos de Infantaria e Caçadores<sup>28</sup>.” Aos 25 dias do mês de agosto de 1841, Antônio de Souza Netto, ordenava ao então Chefe de Polícia Ignácio José de Oliveira Guimarães fossem presos “todos os homens vagos, e agarrar os desertores do Exército realista, e escravos dos dissidentes para sentarem praça na Infantaria, os quais me enviará pelo [...] Major Urbano”.<sup>29</sup> Na década de 1841-1850, entre os 43 inventários foram arrolados 331 escravizados de ambos os sexos, sendo 163 homens, 165 mulheres e 3 não identificados.

Conforme Matheus, até a década de 1850 houve uma certa estabilidade na aquisição de escravos por senhores com até 10 escravos, mas isto se alternou nas duas décadas seguintes.

Da virada da primeira metade do século para a década de 1850, os percentuais não se alteram muito, mostrando certa estabilidade das escravarias. O pequeno aumento no número de senhores com cinco e até nove escravos e de proprietários com mais de dez cativos pode advir desta mesma estabilidade das relações escravistas na localidade (e, quiçá, no Brasil), com os plantéis crescendo naturalmente, com vimos no segundo capítulo – mas não só por isso, é claro, já que senhores mais aquinhoados provavelmente estavam em melhores condições de comprar escravos de outros proprietários locais ou regionais.<sup>30</sup>

---

28 Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul Anais. Conteúdo — 5. Coleção de Alfredo Varela; correspondência ativa; documentos CV-2785 a CV-3199. Porto Alegre, 1981, pg. 59.

29 Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul Anais. Volume 13. CV-6249. Porto Alegre, 2004, pg. 58.

30 MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2016, pg.194.

Em Piratini, neste período, os senhores de 1 a 4 foram os que mais cresceram, seguidos pelos senhores com 5 a 9 escravizados. E aqueles com 10 a mais escravizados, principalmente até 19 cativos, que em 1811 era 0,74% subiram 3,26% ao final da primeira metade do século XIX.

No terceiro recorte temporal para analisar o perfil das escravarias em Piratini irei abranger o período de 1851-1871. Aqui os senhores com inventários de 1 a 9 escravizados se mantém como maioria sendo agora 81,4%, enquanto os senhores com mais de 10 cativos eram um total de 18,6% dos inventariados. Os senhores de 1 a 9 cativos possuíam 47% dos escravizados, ao passo que inventariados de acima de 10 escravizados tinham a posse de 53% dos cativos de Piratini. Ao todo foram arrolados nos inventários neste recorte temporal 1121 escravizados de ambos os sexos, e eram 161 escravagistas.

Posso afirmar então que em Piratini se reproduzia um *modus operandi*, que ocorria em todo o Império brasileiro, havia senhores de poucos escravos, que foram os mais inventariados ao longo do recorte temporal estabelecido na pesquisa.

### **Faixa etária e sexo dos escravizados em Piratini (1810-1871)**

O sexo e as faixas etárias dos escravizados em Piratini foi acompanhando o processo de crescimento das escravarias na localidade, em um primeiro recorte temporal de 1810-1830 o número total de crianças era de 69, com idade de 0-14 anos, sendo as crianças do grupo A (0-7 anos) de ambos os sexos 52, 31 meninos e 21 meninas. As crianças do grupo B (8-14 anos) totalizavam nos anos de 1810-1830, 17 crianças, sendo 9 meninos e 8 meninas. No mesmo período o número de adultos em idade produtiva 15-49 anos, eram 61% dos escravizados de ambos os sexos, já os idosos eram 8% e aqueles que não foram informadas as idades correspondiam a 2% dos escravizados.

**Tabela 3 – Faixa etária e sexo dos escravizados em Piratini (1810-1871)**

Adultos de 15-49 anos	Sexo	1810-1830	1831-1850	1851-1871
	M	105	151	243
F	38	135	247	
Média por inventário		3,86	2,9	3,04
Razão de sexo		276	112	98,4
Subtotal		143	286	490
Crianças A 0 - 7 anos	M	31	65	143
	F	21	66	128
	Não consta o sexo	0	0	11
Crianças B 8 - 14 anos	M	9	46	94
	F	8	43	120
Subtotal		69	220	496
Idosos acima de 50 anos	M	17	39	68
	F	1	19	45
Subtotal		18	58	113
Não Consta Idade	M	2	19	10
	F	3	17	9
Subtotal		5	36	19
Não Consta sexo		0	4	3
Total		235	604	1121

Fonte: APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Subfundo: Vara de Família. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). V. 1. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010,

Dos escravizados em idade produtiva, entre o período de 1811-1830, havia um total de 134, sendo 99 escravizados e 35 escravizadas, os homens africanos que estavam na posse dos escravistas com 1

a 9 cativos eram 48, neste mesmo grupo de pequenas escravarias havia 10 homens crioulos; entre as mulheres, nesta faixa etária 11 africanas e 6 crioulas estavam nas posses dos pequenos escravistas. Os escravistas com 10 ou mais cativos tinham em suas posses 37 homens africanos, 4 crioulos; as mulheres africanas nas posses dos escravistas com maiores escravarias eram 7 africanas e 11 crioulas. Entre os escravizados idosos com mais de 50 anos os africanos eram um total de 14 sendo 13 homens e 1 mulher, 6 homens africanos pertenciam aos senhores com 1 a 9 escravizados e 7 destes homens pertenciam a senhores com mais de 10 escravizados. A única mulher com 50 anos ou mais, era africana e pertencia ao escravista no grupo de mais de 10 escravizados.

Para o período de 1831-1850 os adultos em idade produtiva ainda foram superiores às crianças, embora, esses por sua vez tenham aumentado substancialmente, crescente essa que se apresenta entre os anos de 1851-1871. Em 1831-50, as crianças no total representavam 36% da mão de obra cativa de Piratini, sendo que as crianças do grupo B, aqueles que já estavam inseridos em trabalhos como campeiros, por exemplo, no caso dos meninos eram 7,6% dos cativos do período. Os escravizados adultos de ambos os sexos eram 47% dos cativos do período sendo os homens 25% e as mulheres 22% no grupo de adultos de 15-49 anos, aqueles com mais de 50 anos eram 10% da população escravizada descrita nos inventários, sendo os homens 6% e as mulheres 4%.

O recorte temporal de 1851-1871 apresenta um quadro diferente no que se refere a razão de sexo entre homens e mulheres em idade produtiva, como demonstrado na tabela acima, o número de mulheres e homens não foi tão díspar quanto em outros períodos. Os escravizados considerados idosos acima de 50 anos representavam para o período 10,1% da escravaria de Piratini. Os adultos em idade produtiva eram 43,7% da escravaria de Piratini, sendo as mulheres

22% deste total (247 mulheres) e os homens 21,7% (243 homens). Entre as crianças escravizadas de ambos os sexos, o aumento foi substancial, se no período anterior esse grupo era menor do que os adultos em idade produtiva, nesse as crianças escravizadas representavam 44,2% dos cativos, evidenciando a força da reprodução natural para as últimas décadas do escravismo em Piratini. Já que o valor do escravizado adulto neste período era elevado, possivelmente se criou na localidade estratégias para ainda ter uma abundante mão de obra cativa, quando se aumentou por parte do Estado imperial brasileiro para a extinção do tráfico africano de pessoas escravizadas.

Sobre a presença de crianças escravizadas em Vilas mais voltadas a subsistência e economia interna do Império, chama a atenção a relação economia e escravidão como apontam Carlos Bacellar e Ana Silvia Scott (1990)<sup>31</sup>. Cruzando os dados da Tabela 3 com a Tabela 4 podemos observar outra mudança que ocorreram em Piratini no decorrer dos anos estudados, pois houve um aumento dos crioulos em relação ao de africanos. Entre 1810-130 a africanidade das escravarias foi de 56%, ao passo que nos anos de 1810-1830 os africanos representavam 40% da mão de obra cativa nas escravarias de Piratini e em 1851-1871 eram 14%, evidenciando os efeitos do fim do tráfico negreiro, mas também a força da reprodução natural das escravarias.

---

<sup>31</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida, & SCOTT, Ana Silvia Volpi. — Sobreviver Na senzala: estudo da composição e continuidade das grandes escravarias paulistas, 1798-1818.— In: Nadalin, Sérgio Odilon, et. Alii (coord.). *História e população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 1990, p. 214. APOUD: FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista*. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciência Humanas: Campinas, SP, 2009, pg. 93.

**Tabela 4 - Africanidade e sexo nas escravarias de Piratini (1810-1871)**

Africanos	1810-1830		1831-1850		1851-1871	
	121		195		119	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	100	21	129	66	80	39
Crioulos	95		292		723	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	53	42	136	156	345	378
Africanidade	56%		40%		14%	
Não Consta Origem	19		117*		279*	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	11	8	55	59	133	132
Totais	235		604		1121	

Fonte: APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Subfundo: Vara de Família. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). V. 1. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

Analisando a escravaria de charqueadores em Pelotas, Vargas a africanidade, entre 1831 e 1850, era de 67,8%, índice que cai para 62,2% entre 1851 e 1865, e para 45,7%, entre 1866 e 1885.<sup>32</sup> Para Caçapava, Corrêa destaca que encontrou entre 1821-1850 “um percentual de africanidade baixo, chegando a 31% como média das três décadas estudadas”.<sup>33</sup>

Portanto, em um sentido oposto a diminuição da africanidade dos escravizados em Piratini, ocorria um crescimento dos crioulos de ambos os sexos na localidade, em especial das mulheres, que

<sup>32</sup> VARGAS, Jonas Moreira. Op. cit., 2013, pg. 219

<sup>33</sup> CORRÊA, André do Nascimento. *Ao sul do Brasil oitocentista: escravidão e estrutura agrária em Caçapava, 1821-1850*. Dissertação de Mestrado. Santa Maria: UFSM/PPGH, 2013, pg. 74.

nos períodos de 1831-50 e 1851-71 foram superiores aos crioulos do sexo masculino.

No que se refere ao número de homens e população africana de escravizados há uma aproximação aos números apresentados para Alegrete, por exemplo, pela pesquisa de Farinatti, sobre o número de africanos para o período entre 1831-1850, segundo o historiador, “42,4% daquela população. Esses dados costumam estar intimamente relacionados entre si, e não foi diferente em Alegrete<sup>34</sup>”. Na comparação em Piratini, os africanos de ambos os sexos eram 40% dos cativos, sobre a superioridade numérica de africanos homens sobre as mulheres, os números de Piratini vão igualmente ao encontro dos de Alegrete, onde o referido historiador aponta que em Alegrete, o número de homens africanos era maior do que o de mulheres africanas.

Entre os cativos e cativas originários da África em Piratini, entre 1811-1830, dos 121, 100 eram homens, dos quais 85 tinham entre 15-49 anos, destes 48 africanos estavam nas escravarias de senhores entre 1-9 cativos, e 37 nas posses de senhores com mais de 10 escravizados. Os africanos acima de 50 anos, homens eram um total de 13, destes, 5 constavam nos senhores com posse escrava de 1-9 cativos, e 8 com os senhores de médias e grandes escravarias. E entre aqueles que não consta a idade eram 3 e estavam na posse dos senhores com escravarias entre 1-9 escravizados. As 21 mulheres africanas, as quais, 18, tinham entre 15-49 anos, 11 estavam inventariadas em posse dos senhores de 1-9 escravizados, e 7 mulheres estavam na posse dos senhores com mais de 10 escravizados. A única escravizada com idade de 50 anos para mais, estava na posse de um senhor que pertencia ao grupo de escravistas com mais de 10 cativos; e 2 que a idade não foi informada pertenciam a senhores com escravarias de 1-9 cativos.

---

<sup>34</sup> FARINATTI, Luís Augusto E. Escravos do Pastoreio: Pecuária e escravidão na fronteira meridional do Brasil (Alegrete, 1831-1850). *Ciência e Ambiente* – UFSM, n. 33, jul-dez 2006. Santa Maria, pg. 141.

**Tabela 5 - Africanidade e sexo entre os escravizados adultos e idosos em Piratini (1810-1871)**

	Sexo	1810-1830	1831-1850	1851-1871
Africanos adultos de 15-49 anos	M	85	90	31
	F	28	50	18
Subtotal		113	140	49
Crioulos adultos de 15-49 anos	M	14	42	157
	F	17	62	176
Subtotal		31	104	333
Africanidade adultos		78%	58%	13%
Africanos idosos acima de 50 anos	M	13	32	47
	F	1	15	21
Subtotal		14	47	68
Crioulos idosos acima de 50 anos	M	2	1	13
	F	0	3	19
Subtotal		2	53	32
Africanidade idosos		88%	90%	68%
Total		160	295	482

Fonte: APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Subfundo: Vara de Família. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). V. 1. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010,

Sobre os crioulos o número de homens era levemente menor do que o de mulheres entre 1831-1850. As crioulas eram um total de 156 escravizadas (25,8%) e os crioulos 136 (22,5%); entre os cativos que não consta a informação de origem há também um número superior ao de mulheres do que de homens. As mulheres sem origem declarada representavam 9,8% do total, em números reais isso era 59 escravizadas, já os homens representavam 9,1% do total, ou seja, eram 55 homens escravizados sem origem definida. Enquanto

Alegrete possuía 36% de mulheres do total, para a pesquisa de Piratini, a Vila durante o período estudado, as mulheres escravizadas representavam 46,7% do total dos cativos, enquanto os homens eram 52,8% e aqueles sem o sexo descrito eram 0,5%. Em pesquisa realizada sobre Bagé, Marcelo Matheus aponta que nas décadas de 1840-1850, no que tange a questão do sexo dos escravizados “os percentuais equivalem-se (por volta de 54% de homens e 46% de mulheres)<sup>35</sup>.” Farinatti afirma que no período entre 1831-50 as crianças eram cerca de 21% das escravarias de Alegrete, enquanto em Piratini 36% das escravarias eram compostas por crianças entre 0-14 anos de idade, dos quais 18% eram meninos, logo, não devemos desprezar segundo Farinatti “a influência da reprodução endógena desses cativos.<sup>36</sup>”

No período de 1851-1871, dos 31 africanos que se encontravam no grupo em idade produtiva entre 15-49 anos, 20 estavam na posse de senhores com 1 a 9 escravizados; já os escravizados africanos acima de 50 anos, eram 47 cativos homens, destes 24 estavam na posse dos pequenos escravistas e 23 naqueles com maiores escravarias. Por sua vez, os crioulos em idade produtiva de 15-49 anos totalizavam 157 escravizados, com um valor em média de 900\$ mil réis, os mais valiosos no período, sendo que destes 77 estavam nas mãos dos senhores de 1-9 cativos, e 80 estavam concentrados nas mãos dos senhores com mais de 10 escravizados. Já os escravizados crioulos, acima de 50 anos de idade eram um total de 13, sendo que 6 estavam nas posses dos senhores de 1 a 9 cativos, os 7 escravizados crioulos idosos, estavam nas mãos dos senhores com a posse de mais de 10 cativos.

No caso das mulheres é importante analisar a presença das mulheres escravizadas no período entre 1851-1871, as mulheres em idade produtiva de 15-49 anos, eram 18 cativas africanas, 9 estavam

---

<sup>35</sup> MATHEUS, Marcelo Santos. Op. cit., 2016, pg.186-187.

<sup>36</sup> FARINATTI, Luís Augusto E. Op. cit., 2007, pg. 300.

na posse do senhores de 1-9 escravizadas e 9 na posse dos senhores com mais de 10 escravizados; as escravizadas acima de 50 anos, totalizavam 21, estas estavam divididas da seguinte forma: 16 escravizadas africanas estavam sob o domínio de senhores no grupo de 1 a 9 escravizados, e 5 escravizadas estavam arroladas nos inventários de senhores com mais de 10 cativos.

Assim como ocorreu com os crioulos homens, as mulheres também eram mais numerosas: 378 no total, sendo 176 estavam em idade produtiva. Dessas, 87 estavam arroladas nos inventários de senhores no grupo de 1-9 escravizados, e 89 com os senhores de mais de 10 cativos; as escravizadas crioulas acima de 50 anos, das 19, onde 13 pertenciam aos senhores de 1-9 escravos, e 6 aos senhores com mais de 10 escravizados.

## **Conclusão**

A escravidão de africanos e seus descendentes foi fator estrutural na economia agropecuária de Piratini e os dados trazidos são fundamentais para uma história a respeito da localidade. Muitos outros aspectos poderiam estar presentes no capítulo, mas privilegiou-se uma análise da estrutura de posses a partir dos inventários e do perfil de gênero, faixa etária e origem dos cativos. Piratini apresentou entre 1810-1850 uma diminuição do número de escravizados africanos, um índice que era elevado nas primeiras décadas foi decaindo, e conseqüentemente houve um aumento do número de crioulos nas escravarias. Importante destacar que a partir de 1830, houve um equilíbrio entre os sexos dos escravizados, principalmente dos crioulos e crioulas, uma conseqüência da Lei de 1831, mas também algo que pode ter reflexo da Revolução Farroupilha (1835-1845). Outra questão importante foi o crescimento/reprodução natural, de escravizados pós 1850, onde muitos escravizados compuseram parcela significativa

das escravarias de Piratini. Referente as profissões destaco o elevado número de escravizados campeiros, e que desenvolviam essa e outra atividade, mostrando que Piratini era uma localidade que dependia deste tipo de função tendo em vista a prática da pecuária. Os preços dos escravizados aumentaram durante o período estudado, influenciaram diretamente nesse processo as leis que restringiam o tráfico atlântico de pessoas escravizadas, principalmente a de 1850.

# NO QUARTO A QUE CHAMAM SANZALLA

A escravidão em Santa Vitória do  
Palmar (RS, século XIX)

Paulo Roberto Staudt Moreira<sup>1</sup>

Mas os anos me ensinaram que não há nada que não se possa conhecer quando criamos atenção para o mundo, quando deixamos o tempo contar as histórias do seu jeito. Só assim nós somos capazes de perceber o que existe no coração dos outros.<sup>2</sup>

A tranquilidade da vila de Santa Vitória do Palmar, situada no extremo sul da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, encostada na fronteira e se misturando com o Estado Oriental do Uruguai, foi abalada no amanhecer do dia 1º de março de 1873. *Avulsos* foram

---

<sup>1</sup> Doutor em história – UFRGS. Professor visitante da Universidade Federal de Rio Grande (FURG) e da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Contato: staudt-moreira315@gmail.com

<sup>2</sup> VIEIRA JÚNIOR, Itamar. *Salvar o Fogo*. São Paulo, Todavia, 2023: p. 176.

afixados nas esquinas, denunciando que a escravizada Fé, sepultada no dia 27 do mês passado, sucumbira não de morte natural, mas de envenenamento. Essa denúncia pública não pôde ser desprezada pelas autoridades e o 2º suplente em exercício da subdelegacia de polícia, Sebastião Cristino de Carvalho, ordenou a exumação do cadáver.<sup>3</sup>

Naquele mesmo dia, o subdelegado foi até o cemitério, sendo acompanhado do escrivão Marcos Rodrigues de Lima e dos médicos Marcolino Adolfo Cassiano Maia e Francisco Palombo (35 anos, solteiro, da Itália)<sup>4</sup> e ordenou ao sacristão pernambucano José da Silva Amaral (56 anos, viúvo) que indicasse a sepultura em que repousava Fé, sendo-lhe mostrado uma recente, no fundo do campo santo, da qual “foi exumado um cadáver em estado perfeito, o qual estava metido em um caixão forrado de fazenda preta e agaloada”. O cadáver de Fé foi colocado no chão, ao lado da cova, mas os peritos que o examinaram não puderam “conscienciosamente certificar” que ocorrera crime, mas mesmo assim extraíram o estômago e o entregaram ao juiz, “para mandá-lo submeter a uma análise química”, por não terem ali “os aparelhos e reagentes indispensáveis a tais exames”. Segundo o seu registro de óbito, a crioula Fé tinha 21 anos quando morrera em 26 de fevereiro daquele ano de 1873, não sendo fornecida a causa de sua morte, como aliás era padrão nos registros eclesiásticos locais. Ela era filha natural (FN) de Jesuína, ambas escravizadas de Amélia Correia de Azambuja e seu sepultamento foi acompanhado de missa de corpo presente.<sup>5</sup>

---

3 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) – Juízo Municipal do Rio Grande, Inquérito, auto nº 1336, 1873, maço 52.

4 O médico Francisco Palombo foi o primeiro presidente da Societá Italiana Benevolenza, sociedade recreativa e beneficente fundada em Santa Vitória do Palmar em 14.12.1879 (AZAMBUJA, Pérciles. *Histórias das Terras e Mares do Chuí*. Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre, Escola Superior de São Lourenço de Brindes – EST, 1978: p. 121).

5 Site *familysearch.org* - Livro nº 1 de óbitos de escravos de Santa Vitória do Palmar (1858/1887), p. 54v.

O capitão e comerciante Jacinto de Brum Amaral (39 anos, casado, natural do RS) contou que às 2 horas da tarde do dia 26 ele foi chamado pelo doutor Carlos Fernandes Henrique (36 anos, natural desta província, casado), que disse que a *sua* escravizada Fé caíra doente naquela manhã, “e que estava em um estado muito ruim e que atribui que, pela falta que achou de um vidro com láudano, tivesse ela tomado deste líquido pela grande sonolência em que ela se achava, e que também atribuía que fosse uma congestão pulmonar”. Foi então chamado o doutor Palombo, que acompanhou Fé até ela expirar, às 23 horas. O capitão Amaral depôs que Fé era bem tratada e que os pasquins ele atribuía a “intrigas e vinganças de inimigos”.

Infelizmente não foi anexada ao processo uma cópia sequer dos avulsos que fizeram as autoridades locais abandonarem a pasmaceira. Não sabemos nada do texto daquela denúncia, nem do suporte em que estava escrito, apenas supomos que era anônimo. Não podemos, assim, avaliar o grau de letramento do seu autor ou autora. Antonio Castillho Gómez, manejando o conceito de Armando Petrucci de “escrituras expostas”, as descreve como “cualquier tipo de escritura concebido en espacios abiertos o cerrados, para permitir la lectura plural (en grupo, masiva) y a distancia de un texto escrito sobre una superficie expuesta”. Esse tipo de exposição pública era, geralmente, efêmero, principalmente em casos como esse, em que as autoridades eram admoestadas a prestar contas sobre um suposto crime não investigado ou acobertado.<sup>6</sup> Em uma sociedade como a brasileira oitocentista, caracterizada por elevados graus de analfabetismo, sabemos que a leitura era costumeiramente coletivizada, ou seja, alguém lia em voz alta ampliando a dimensão dos ouvintes,

---

<sup>6</sup> GÓMEZ, Antonio Castillo. Escritura en las Calles: Textos efimeros y espacio público em la temprana edad moderna hispana. In: LYONS, Martyn; MARQUILHAS, Rita (Orgs.). *Un Mundo de Escrituras*. Aportes a la historia de la cultura escrita. Buenos Aires: Ampersand, 2018: p. 100.

os quais por sua vez espriavam o escrito em comentários e fofocas. Escritas como desses *avulsos*, que pediam atenção para a morte de Fé, podem ser encarados como formas de resistência, como repúdio a forma descuidada, relapsa, como eram tratadas as mortes negras, principalmente de escravizados e escravizadas. A afixação pública nas esquinas ao amanhecer aumentava a sua eficácia política, prorrogando a sua exposição, gerando aglomerações de gente, leitura em voz alta, comentários e burburinhos.<sup>7</sup>

Após uma breve e involuntária investigação, as autoridades julgaram que não havia provas de crime e o processo foi considerado improcedente. O cadáver da jovem Fé foi novamente depositado no “caixão forrado de fazenda preta e agaloada” e ali repousou até 1889, quando um novo cemitério foi criado na Coxilha do Litígio, ponto mais alto da então cidade, sendo para lá os restos mortais – hipoteticamente - transferidos.<sup>8</sup>

O desinteresse demonstrado por aquelas autoridades ao falecimento da jovem negra Fé, mesmo provocadas pelo clamor público denunciando o seu suposto assassinato ou suicídio, pode ser visto como uma metáfora da forma como a histórica presença negra foi tratada no Rio Grande do Sul. Miasmas identitários turvam a pluralidade étnico-racial da população sulina, dando realce para a imigração europeia e suas contribuições para a *civilização* meridional. Os movimentos negros e quilombolas contemporâneos, entretanto,

---

7 GÓMEZ, Antonio Castillo. *Grafias no Cotidiano*. Escrita e Sociedade na História (séculos XVI a XX). Rio de Janeiro: Eduerj; Niterói: Eduff, 2020: p. 278.

8 SCHWAB, C. B. & PEREIRA, L. A. Turismo Cemiterial: proposta de roteirização a partir das potencialidades turísticas impressas no cemitério civil de Santa Vitória do Palmar, RS, Brasil. *Applied Tourism*, 2(2), 2017, p. 180-197. Independente de ter havido crime nesse falecimento da escravizada Fé, alguém se preocupou com os rituais de sua morte. Seu cadáver estava acondicionado em um caixão, o qual parece ser de boa qualidade, e se ela cometeu suicídio, a omissão desta causa morte na anotação eclesiástica de seu óbito permitiu que ela fosse enterrada em campo santo.

auxiliados por pesquisas acadêmicas recentes, tem exumado a presença histórica negra gaúcha, tentando denodadamente dissipar os miasmas identitários eurocêntricos e racistas que nos assombram até hoje. Nossa intenção nesse texto é costurar indícios documentais sobre a presença negra – principalmente escravizada – em Santa Vitória do Palmar, local que carrega em sua formação variáveis interessantes para a sua pesquisa e que até o momento pouca atenção recebeu da investigação acadêmica.

Como já dissemos, Santa Vitória do Palmar fica encostada na fronteira com o Uruguai, espremida entre o oceano Atlântico e duas lagoas, a Mangueira ao leste e a Mirim a oeste. O seu território remete ao Tratado de Santo Ildefonso que, em 1777, fundou os campos neutrais, espaço supostamente *sem dono* localizado do Taim ao arroio Chuí, com o oceano Atlântico à leste e a Lagoa Mirim ao oeste<sup>9</sup>. Essa imprecisão entre a posse portuguesa e espanhola e, posteriormente, brasileira e uruguaia, moldou as experiências sociais da plural população ali instalada, a qual vivia de intranquilidades e intercâmbios, em uma fronteira manejada de variadas maneiras.<sup>10</sup>

---

9 “[...] de sorte ‘que nem os portugueses passem o Arroio do Taim, nem os espanhóis o Arroio Chuí e o de São Miguel’. Não podendo do mesmo modo, ‘edificar povoações, nem construir fortalezas, guardas ou postos de tropas, de modo que tais espaços sejam neutros’” (ARRIADA, Eduardo. *Da Coxilha do Palmar de Lemos à Cidade de Santa Vitória do Palmar*. Porto Alegre, Pacartes, 2015: p. 24). Essa situação imprecisa durou até a administração do governador Dom Diogo de Souza (1809-1814) (KÜHN, Fábio. Una frontera en convulsión: Rio Grande de São Pedro y la Banda Oriental durante el gobierno de don Diogo de Souza (1809-1814). *Cuadernos del CILHA*, v. 14, p. 127-139, 2013).

10 Sobre fronteira manejada, ver: THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. *Crimes de Fronteira*. A criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). Tese (Doutorado em História) – PPGH / PUCRS, Porto Alegre, 2012 (capítulo 2) e THOMPSON FLORES, Mariana F. da C.; FARINATTI, Luiz Augusto. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flavio. *Experiências Nacionais, Temas Transversais*. Subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo, Oikos, 2009.

O império criou a capela de Santo Antônio do Palmar de Lemos em 19.07.1849 (lei nº 176), “na costa do mesmo nome, no distrito de Taim, município de Rio Grande”, que foi construída somente em 1857.<sup>11</sup> No ano seguinte ocorreu a elevação da região a categoria de freguesia (lei nº 417, de 06.12.1858), como 3º distrito de Rio Grande, sendo criada a vila de Santa Vitória do Palmar pela lei nº 308, de 30.10.1872,<sup>12</sup> instalada apenas em 07.09.1874.<sup>13</sup> Santa Vitória permaneceu sob a circunscrição judiciária de Rio Grande, até que em 7 de maio de 1878 a lei nº 1.144 estabeleceu uma comarca própria. Finalmente, a lei 1736, promulgada pela presidência da província em 24.12.1888, promoveu a povoação à categoria de cidade.

Como podemos perceber nas pesquisas da historiadora Edsiana Aita, aquela região foi marcada pelo isolamento, estando a 242 quilômetros de Rio Grande e 165 de Jaguarão, enquanto Rocha, no Uruguai, fica a 195 quilômetros distante. Analisando inventários post-mortem e mapas estatísticos e geográficos, a autora concluiu:

[...] pode se perceber que a produção econômica de Santa Vitória do Palmar era a típica produção da metade sul no século XIX, a pecuária baseada no latifúndio e na escravidão. Segundo os cálculos do fiscal da freguesia, o responsável pelos Mapas, havia na região 230 fazendas de criação de gado e nenhum

- 
- 11 O Bispo Dom Sebastião Laranjeira aprovou em 10.01.1884 (confirmado pela lei provincial nº 474, de 07.11.1885), o compromisso da irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Santa Vitória do Palmar, criada pela elite *branca* local (LOPES, Vicente Zeferino Dias. *Nótulas sobre a história eclesiástica do Rio Grande do Sul – 1737-1891*. Cachoeira do Sul, 1891: p. 191). Ver detalhes no jornal O Povo, órgão do Partido Conservador, ano II, 17.10.1883, nº 80, anexado ao processo: APERS – Juízo de Direito da Comarca de Santa Vitória do Palmar, auto de responsabilidade nº 388, autora: a Justiça, réu: Laurentino Pinto de Araújo Correia, 1884, maçõ 36.
- 12 FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João Baptista Santiago. *História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1963: p. 363.
- 13 AZAMBUJA, Péricles. *Histórias das Terras e Mares do Chuí*. Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre, Escola Superior de São Lourenço de Brindes – EST, 1978: p. 64.

estabelecimento de produção exclusivamente agrícola, ao passo que nas freguesias adjacentes e menores como Taim e Povo Novo, antigas áreas de produção trigueira, prevaleciam os pequenos estabelecimentos agrícolas. Povo Novo, por exemplo, contava com 268 estabelecimentos agrícolas e 53 fazendas de criação de gado. Os mapas de 1869 e 1871 deixam claro que embora não houvesse expressividade na produção agrícola, todas as fazendas produziam gêneros alimentícios para a subsistência, como feijão, milho, trigo e a batata, utilizando-se, principalmente, do arado, das enxadas, pás e dos animais vacuns e cavалares. Notoriamente, os dados apresentados pelo fiscal são bastante imprecisos, de modo que segundo o mapa, havia cem mil animais vacuns e cavалares e outros cem mil animais lanígeros na região.<sup>14</sup>

Pesquisando 160 inventários post-mortem depositados no APERS, Aita atesta a presença escravizada naquela *isolada* fronteira meridional:

**Quadro 1 - Presença e média de escravizados nos inventários de Santa Vitória do Palmar, 1858-1888:**

	Total de Inventários	c/escravizados	%	Total de Escravizados	% em relação ao total de escravizados	Média por inv.
1858-1868	29	25	86%	173	38%	6,92
1869-1878	49	33	67%	158	34%	4,78
1879-1888	82	37	45%	129	28%	3,48

Fonte: AITA, Edsiana de Belgrado. “*Entre a lagoa e o mar*”: Propriedade e mercado de terras em Santa Vitória do Palmar (1858-1888). Dissertação (Mestrado em História) – Porto Alegre, PPGH / UFRGS, 2014: p. 34.

<sup>14</sup> AITA, Edsiana de Belgrado. “*Entre a lagoa e o mar*”: Propriedade e mercado de terras em Santa Vitória do Palmar (1858-1888). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014, p. 27/28.

Considerando os dados do censo de 1872, temos uma população total em Santa Vitória do Palmar de 4.486 habitantes, sendo 1.363 cativos (778 homens / 57,08% e 585 mulheres / 42,92 %) e 3.123 livres (1.749 homens e 1.374 mulheres), ou seja, 30,38 % dos moradores daquela vila eram cativos.<sup>15</sup> Quanto as *cores* dos seus moradores, temos:

**Quadro 2 - Das Cores: Santa Vitória do Palmar, censo de 1872:**

		Branco	Pardo	Pretos	Caboclos
Homens	Livres	1.212	250	207	80
	Escravizados	XX	304	474	XX
Mulheres	Livres	952	170	154	98
	Escravizadas	XX	213	372	XX
Subtotal		<b>2.164</b>	<b>937</b>	<b>1.207</b>	<b>178</b>
Total		<b>4.486</b>			

Fonte: Censo Geral do Brasil de 1872 (Site do IBGE)

Dos 4.486 habitantes, segundo os dados acima, 48,24 % eram *brancos* e 51,76% eram *não-brancos*, compondo o total de pardos e pretos, 47,79 % do total da população, sendo 781 já forros ou livres. Ou seja, 36,43% do total da população *negra* de Santa Vitória do Palmar, em 1872, era livre ou forra, deixando de fora a constatação óbvia de que muitos indivíduos *brancos* eram também mestiços.<sup>16</sup>

15 Citando um “mapa da população” de Rio Grande de 1870, Eduardo Arriada menciona uma população de 4.818 pessoas, distribuídas nas então freguesias do Taíme e Santa Vitória do Palmar. O Taíme teria uma população de 1.666 pessoas, com 1.265 livres e 401 escravizados (24,07%), enquanto Santa Vitória concentraria mais escravizados, com um total de 3.152 pessoas, sendo 2.102 livres e 1.050 escravizados (33,31%) (ARRIADA, Eduardo. Op. cit., p. 132).

16 CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão*. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Seguindo pelo censo de 1872, percebemos que os dados sobre inserções laborais dos cativos são frustrantes, com 576 homens (74 % do total) e 488 mulheres (83,42%) aparecendo como “sem profissão”. Do restante das mulheres escravizadas, 50 eram costureiras e 45 exerciam ocupações dentro do serviço doméstico. Já os escravizados eram operários (27 - de meias, madeiras, edificações e calçados), lavradores (112), criados e jornaleiros (46) e do serviço doméstico (17). Noventa e dois africanos aparecem neste importante censo de 1872, sendo 45 ainda escravizados e 47 já forros:

**Quadro 3 - Africanos: Santa Vitória do Palmar, censo de 1872:**

	Escravizados		Forros	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Solteiros	30	9	30	9
Casados	4	1	6	1
Viúvos	1	-	1	-
Subtotal	35	10	37	10
Total	45 (48,91%)		47 (51,09%)	

Fonte: Censo Geral do Brasil de 1872 (Site do IBGE)

Sabe-se que, entre 1810 e 1828, com as lutas intestinas na região platina, com a conformação dos estados nacionais que surgiam do domínio espanhol, o charque gaúcho foi beneficiado pela desorganização produtiva dos vizinhos. Tal desorganização ocasionou a incorporação do Estado Oriental ao Império brasileiro como Província Cisplatina, de 1821 a 1825, quando então o Estado Oriental do Uruguai tornou-se um país independente. A independência oriental, entretanto, não retirou de seu território os proprietários sul-rio-grandenses que ali estavam instalados com invernadas para a engorda de gado. Para esses proprietários era essencial o controle

da passagem pela fronteira, pois poderiam negociar seus produtos tanto de um lado como do outro, conforme as oscilantes vantagens e desvantagens mercantis. Além disso, destaque-se que esse livre trânsito de gado pela fronteira também visava o abastecimento das charqueadas rio-grandenses, principalmente da região de Pelotas.<sup>17</sup> Aliás, o controle da fronteira meridional do Império foi um dos motes da revolta dos sul-rio-grandenses que originou a guerra civil farroupilha. Na verdade, tanto a campanha da Cisplatina (1825 a 1828), quanto a guerra civil farroupilha (1835/1845) e a guerra contra a Aliança Oribe-Rosas (1851/1852) giravam em torno destes pontos.

Em 1851, o Império, auxiliado pelos fazendeiros escravistas gaúchos, derrubou do poder o presidente uruguaio Manuel Oribe, ligado ao Partido Blanco e aliado do governador de Buenos Aires Juan Manoel de Rosas, em conflito que se prolongou até o ano seguinte. Nesse período, estima-se que 30 % do território uruguaio estivesse nas mãos de sul-rio-grandenses<sup>18</sup> sendo, portanto, fundamental o livre trânsito de gado e tropeiros pela fronteira e outras questões também tão importantes, entre elas a questão da escravidão. Não podemos

---

17 VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas Margens do Atlântico*. Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado em História) - UFRJ/PPG em História Social, Rio de Janeiro, 2013; CARATTI, Jônatas Marques. *O solo da liberdade*. As trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacléto pela fronteira rio-grandense em tempos de processo abolicionista uruguaio (1842-1862). Dissertação (Mestrado em História). PPGH / Unisinos, São Leopoldo, 2010; SOUZA, Susana Bleil de e PRADO, Fabrício. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no Século XIX. In: GRIJÓ, Luiz Alberto [et al]. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004; ZABIELA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os tratados de 1851 de comércio e navegação, de extradição e de limites*. Dissertação (Mestrado em História). PPGH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002; THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. *Contrabando e Contrabandistas na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. Dissertação (Mestrado em História) – Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

18 ZABIELA, Eliane. Op. cit.

esquecer que Argentina e Uruguai também desenvolveram sociedades escravistas, mas os processos conflituosos de suas independências acabaram provocando a antecipada proclamação da abolição da escravatura nestes países.<sup>19</sup> No caso do Uruguai, a guerra civil que assolou aquele território, de 1831 a 1851, gerou o fim da escravidão por dois dispositivos legais, um em 1842 e outro em 1846.<sup>20</sup> Assim, constituiu-se um território vizinho, onde a escravidão não mais existia e onde fazendeiros escravistas gaúchos tinham terras. A invasão do Uruguai nos anos de 1851 e 1852 permitiu que o Império brasileiro impusesse tratados prejudiciais ao país vizinho, sendo o que mais

---

19 ANDREWS, George R. *Los afroargentinos de Buenos Aires*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1989; SECRETO, Maria Verónica; GOMES, Flávio dos Santos. *Territórios ao sul*. Escravidão, escritas e fronteiras coloniais e pós-coloniais na América. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017; BORUCKI, Alex, CHAGAS, Karla e STALLA, Natália. *Escravidão e trabalho*. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya (1835-1855). Montevideo: Púlpito Ediciones, 2004; FREGA, Ana; BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla e STALLA, Natália. *Escravidão e abolição em el Río de la Plata em tiempos de revolución y república*. In: *La ruta del esclavo en el Río de la Plata – se historia y sus consecuencias*. Unesco, 2007.

20 ZUBARAN, Maria Angélica. *Escravidão e liberdade nas fronteiras do Rio Grande do Sul (1860-1880): o caso da Lei de 1831*. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXII, nº. 2, p.119-132, 2006; PETIZ, Silmei Sant’Ana. *Buscando a liberdade*. As fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira (1815-1851). Dissertação (Mestrado em História). PPGH / UFRGS, 2001; LIMA, Rafael Peter de. *A Nefanda Pirataria de Carne Humana*. Escravidões ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868). Dissertação (Mestrado em História). PPGH / UFRGS, Grande do Sul, Porto Alegre, 2010; LIMA, Rafael Peter de. *Andrés Bello e a atuação da Legação Oriental na Corte imperial brasileira: escravidão e relações internacionais (1847-1869)*. Tese (Doutorado em História). PPGH, UFRGS, Porto Alegre, 2016; GRINBERG, Keila. *Escravidão, alforria e direito no Brasil oitocentista: reflexões sobre a lei de 1831 e o “princípio da liberdade” na fronteira sul do Império brasileiro*. In: CARVALHO, José M. (org.). *Nação e cidadania no Império*. Novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 267-285; GRINBERG, Keila. *As fronteiras da escravidão e da liberdade no sul da América*. Rio de Janeiro, 7Letras, 2013; GRINBERG, Keila. *“Esse Tráfico de Nova Espécie”*: Escravidão ilegal e relações internacionais na fronteira sul do Império do Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia M.; MACHADO, Maria Helena P. T. *Emanipação, Inclusão e Exclusão*. Desafios do Passado e do Presente. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

nos interessa é aquele que tratava da questão da extradição, tanto no que se referia a devolução de criminosos que fugiam para o outro lado da fronteira, quanto de escravizados.

\*\*\*\*\*

Evidentemente, a vida da jovem negra Fé não se resumiu a sua morte, nem ao seu sepultamento, lá em 1873. Ler os arquivos da escravidão é uma experiência que requer paixão, técnica e comprometimento, e deles não se sai incólume.<sup>21</sup> As violências, resistências e resiliências ali contidas ecoam e respingam no presente, principalmente em uma contemporaneidade marcada pelo preconceito, pelo negacionismo. Entre os arquivos da escravidão, os documentos eclesiásticos são responsáveis pela preservação de milhares de nomes e tem sido nodais na renovação da história social nas últimas décadas.<sup>22</sup>

Os registros eclesiásticos de Santa Vitória do Palmar que acessamos foram encontrados no site *Family Search*, maravilhosa ferramenta de pesquisa mantido pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias.<sup>23</sup> Sabemos como são ainda pouco conhecidos os agentes responsáveis pela coleta dos dados e da escrita dos documentos históricos que usamos cotidianamente em nossas investigações. No caso específico de Santa Vitória do Palmar, um dos nomes que mais

---

21 HARTMAN, Saidiya. *Perder a mãe*. Uma jornada pela rota atlântica da escravidão. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2021; \_\_\_\_\_. *Vidas rebeldes, belos experimentos*. Histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais. São Paulo: Fósforo, 2022.

22 FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá (org.). *Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa*. Métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um *corpus* documental. Rio de Janeiro, Mauad X, 2014.

23 Também pesquisamos no arquivo da Cúria Diocesana de Rio Grande, que custodia os códices eclesiásticos originais.

aparece na esfera eclesiástica é do padre José Vasques Gonçalves, eclesiástico de origem portuguesa e personalidade forte.

Na Lista Geral dos Cidadãos Votantes da freguesia de Santa Vitória do Palmar de 15.01.1865<sup>24</sup>, este vigário aparece arrolado com o número 281, com 49 anos de idade, residindo no 10º Quarteirão. Em 1871, o padre José Vasques Gonçalves foi processado por ter casado uma menor, sem prévia autorização do juiz de órfãos. Na sua qualificação ele se apresentou como filho legítimo de José Vasques e Joaquina Gonçalves, com 55 anos, solteiro, vigário de Santa Vitória do Palmar, natural de Portugal (Trás dos Montes), mas naturalizado cidadão brasileiro, alfabetizado. Em 1874, esse padre foi preso pelo subdelegado José Pedro de Oliveira por se recusar “a entregar a chave da torre da Igreja para se dar o toque de silêncio, como era de costume” e ainda dirigindo-lhe palavras injuriosas, “como fossem de passador de notas falsas, caloteiro e velhaco”.<sup>25</sup>

No livro 1 de óbitos de escravizados e escravizadas de Santa Vitória do Palmar encontramos 466 mortes anotadas, abrangendo os anos de 1868 a 1887, sendo 214 do sexo feminino (45,92%) e 252 do masculino (54,98%). O padre José Vasques Gonçalves não costumava lançar a causa morte dos defuntos, informação que não consta em 447 dos óbitos, sendo que nos poucos restantes, temos: 5 afogados, 1 por apoplexia, 2 assassinados, 1 por contusão pulmonar, 1 por tubérculos pulmonares, 1 no parto, 1 por enforcamento, 1 morte natural, 5 mortes repentinas e uma violenta. Em 21.01.1873, por exemplo, morreu Castorina, crioula com 24 anos de idade, escravizada de Isaias Faustino Correia e Maria Luiza Dias de Oliveira, que se suicidou

---

24 Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) – Fundo Eleições, maço 3.

25 APERS – Juízo de Direito da Comarca de Rio Grande, auto de responsabilidade nº 276, autora: a justiça, réu: Padre José Vasques Gonçalves, 1871; APERS – Juiz Municipal, Rio Grande, inquérito policial nº 154, 1874.

afofando-se em uma cacimba, sendo enterrada “extra-cemitério” por ter tirado a própria vida.<sup>26</sup>

Em alguns casos o padre José Vasques Gonçalves anotava a sua contrariedade pelos hábitos empedernidos de alguns paroquianos de não trazer seus mortos para o cemitério da vila. Em 1863 ele anotou o óbito da escravizada Maria, com 1 ano de idade, nascida em 05.06.1862, cadáver sepultado “sub-repticiamente” no campo, denominado cemitério do Combá.<sup>27</sup> Temos 19 enterros no Combá<sup>28</sup>, 8 no cemitério do Chuí, 1 nos Provedores, 1 no lugar denominado São Tiago e 3 no campo, e o restante foi efetivamente enterrado no cemitério de Santa Vitória do Palmar. Quanto as naturalidades daqueles que morreram escravizados, temos:

**Quadro nº 4 – Origem dos óbitos de escravizados/as em Santa Vitória do Palmar (1858/1887):**

African@s	48	África	19
Mina De nação Congo Angola Benguela Cabinda		Costa da África	20
		01	
		04	
		01	
		01	
		01	
Crioul@s (outras províncias)	03	Bahia	02
		Minas Gerais	01

<sup>26</sup> Livro nº 1 de óbitos de escravos (1858/1887) - Santa Vitória do Palmar, p. 54v.

<sup>27</sup> Livro nº 1 de óbitos de escravos (1858/1887) - Santa Vitória do Palmar, p. 17.

<sup>28</sup> Não temos a certeza da grafia do nome deste cemitério *alternativo*.

Crioul@s	399	
Não consta	16	
<b>TOTAL</b>		<b>466</b>

Fonte: Livro nº 1 de óbitos de escravos (1858/1887) - Santa Vitória do Palmar

Com a promulgação da lei do ventre livre, em 28 de setembro de 1871, os párocos tiveram que abrir novos códices para a anotação dos batismos dos agora *crioulos livres*, os ingênuos. No ano seguinte, o decreto 5135, de 13 de novembro, regulamentou a Lei do Ventre Livre, versando seus artigos 2º, 3º e 4º justamente sobre o ato do batismo, responsabilizando os párocos e senhores por eventuais erros nos assentamentos. O pároco de Santa Vitória do Palmar abriu, como era sua obrigação, um livro específico para os óbitos dos ingênuos, abrangendo de 1872 a 1887, com 168 óbitos, sendo 98 do sexo feminino (58,34 %) e 70 do masculino (41,66%), todos filhos naturais, aparecendo a causa morte em apenas duas mortes, uma delas de bronquite capelo<sup>29</sup> e outra vagamente mencionada como “morte natural”. Em 22 casos não constava a idade do falecido, 108 morreram com até um ano de vida e 38 com mais de um ano a 4 anos de vida. O padre José Vasques Gonçalves era bastante ativo e realizou ofícios de corpo presente em 166 dessas mortes de ingênuos, excetuando um enterro no cemitério do Combá e o da *crioula livre* Júlia, filha natural de Silvana, que morreu com apenas 27 dias de vida em 17.11.1874. Como Júlia faleceu sem ter sido batizada, foi sepultada no dia seguinte, extra-muros do cemitério<sup>30</sup>.

<sup>29</sup> Talvez a causa morte tenha sido a “bronquite capilar” (LANGAARD, Theodoro J. H. *Dicionário de Medicina Doméstica e Popular*. Volume I. 2ª ed., Rio de Janeiro, Laemmert & Cia., 1872: p. 306).

<sup>30</sup> Silvana era escravizada de Lauriano Dias de Oliveira e Luiza Terra (Livro de óbitos de crioulos livres - Santa Vitória do Palmar, folha 7).

Se temos o registro de 168 mortes de ingênuos, o livro de batismos dos *crioulos livres* aponta 475 indivíduos recebendo os santos óleos do ingresso na cristandade, sendo 231 do sexo feminino (48,63%) e 244 do masculino (51,37%)<sup>31</sup>. Apenas Avelina Lázara, batizada em 03.07.1872, nascida em 05.01.1872 e que faleceu em julho daquele mesmo ano, consta como filha legítima, os demais registros são de filhos naturais, rebentos produtos de abuso senhorial, de maternidades solo ou de relações afetivas consensuais, não consagradas na igreja católica. Entretanto, mesmo no caso de Avelina, pode tratar-se de um erro do registro, pois o pai não é mencionado. Aliás, outro erro pode ter acontecido no batismo realizado em 10.07.1881, de Joana, nascida em 09.04 daquele ano, pois consta que ela era filha natural de Maria Jacinta Correia, não constando o nome dos senhores e sim o do pai, Adão Vicente, acompanhado dos padrinhos Virgínio Moreno e Graciana Frutuosa. Talvez Joana fosse filha de uma família negra livre ou forra. Os padres, assim como os historiadores, são humanos e cometem erros...

Quiçá em alguns casos não estejamos tratando com enganos dos párocos, mas com a complexidade daquela realidade escravista, onde as condições/status em muitos casos eram realmente ambíguas e mesmo ambivalentes. No dia 29 de dezembro de 1873 foi a vez de Mônica receber os santos óleos do batismo, tendo essa menina nascido naquele mesmo ano, em 4 de março. Mônica também era filha natural, mas o pároco registra que sua mãe Delfina era *agregada* da viúva Comba Rodrigues Correia. Discutiremos isso um pouco mais no caso da preta Generosa, mas nos parece que são indícios de status ou condições plasmadas na fronteira entre liberdade, escravidão, dependência.<sup>32</sup>

---

31 As fotos do livro de batismo de ingênuos no site Family Search vão até a página 96, mas conseguimos acessar os registros restantes direto no livro original, custodiado no arquivo da Cúria Diocesana de Rio Grande.

32 As mães de duas crianças ingênuas foram descritas como “contratadas”, o que presuppõe que fossem libertandas ainda presas a determinadas condições (prestação de

Em 48 casos o pároco anotou o nome das avós maternas, mostrando a preservação de memórias genealógicas, mas também que muito provavelmente estas mulheres estivessem ali presentes, acompanhando suas filhas e netas, algumas delas, inclusive, amadrinhando seus descendentes. O curioso é que esse padrão não é o mesmo dos códices de batismos de escravizados, onde apenas uma vó materna é anotada. Talvez essas avós comparecessem nos batismos de seus netos e netas ingênuas para procurar evitar, com as suas presenças, anotações *errôneas* dos párocos, que os excluíssem da condição de ventre livre. Dessas avós maternas seis eram africanas (5 da costa da África e 1 angolana), 22 eram naturais de Santa Vitória do Palmar, 3 de Rio Grande, 3 do Taim, 3 de outras províncias (uma da Bahia, uma do Rio de Janeiro e outra das províncias do norte) e duas nasceram em Rocha, no Estado Oriental do Uruguai.

Quanto ao batismo de escravizados temos dois códices: o livro 2, que engloba de 1865 a 1869 e que mistura escravizados e livres, e um apenas de cativos batizados entre 1858 e 1868. Coletando informações de ambos códices, chegamos a 443 indivíduos que adentraram as portas da Igreja Católica, mesmo destituídos de suas liberdades *naturais*, considerando 217 do sexo feminino (48,98%) e 226 do masculino (51,02%). Novamente o domínio absoluto da ilegitimidade, com 430 batismos constando como sendo os rebentos filhos naturais.<sup>33</sup>

---

serviços, por exemplo) estipuladas em suas cartas de alforria. Mas não encontramos esses documentos de liberdade no catálogo de cartas de alforria do APERS, podendo tratar-se de acordos orais entre as cativas e suas senhoras. Eram elas Silvana (contratada de Laurinda Dias de Oliveira), mãe de Joaquina, nascida em 5 de maio de 1887 e batizada no dia 13 do mesmo ano e mês; e Cristina (contratada de Margarida Pereira de Ávila), mãe de Leocádio, que nasceu em 9 de dezembro de 1887 e recebeu os santos óleos do batismo católico em 19 de março do ano seguinte (Livro 1 de batismos de ingênuos - Santa Vitória do Palmar - (1872/1888): pp. 97v e 100v).

<sup>33</sup> Provavelmente os 13 casos restantes deveriam também ser inseridos entre os filhos naturais, configurando assim 100% de ilegitimidade, mas neles não consta a menção a serem filhos naturais, mesmo que os nomes dos pais não apareçam.

Mesmo sendo filhos naturais, em 3 anotações o padre escreveu os nomes dos pais. Apenas uma mãe consta como africana, foi o caso da cabinda Maria, que levou sua filha Inácia, em 10.02.1859, para receber o batismo católico, apenas 9 dias após o seu nascimento<sup>34</sup>.

Manejaremos várias tipologias documentais ao longo deste texto – cartas de alforria, documentos eclesiásticos de óbito e batismo –, e poderemos perceber a pungente presença escravizada neste ponto extremo do império brasileiro. Mas seguindo na toada da breve narrativa que fizemos sobre a morte da jovem Fé, vamos dar nomes e cores a alguns dos habitantes de Santa Vitória do Palmar, tentando esboçar um pouco mais esmiuçadamente as experiências daquela fronteira meridional isolada e fortemente marcada pela violência escravista.

### **“Que dela havia de tomar vingança”: a cozinheira baiana e forra Cipriana e o italiano Antônio Verdureiro**

A propriedade do lavrador italiano Cataldo Levito ficava nos subúrbios da vila de Santa Vitória do Palmar, onde ele morava amasiado com a *lavadeira* oriental Angelita Pires, ambos analfabetos. Foi lá que às 9 horas da manhã do dia 12.12.1877, uma quarta-feira, o alferes e delegado de polícia 1º suplente em exercício Sebastião Cristino de Carvalho reuniu o doutor Fernando Suzine e o farmacêutico José Maria da Silva Marques para um auto de corpo de delito na *parda liberta* Cipriana. O delegado agiu rápido, reagindo a um ofício daquele mesmo dia do inspetor do 1º quartelão João Farias dos Santos, informando que às 7 horas da manhã fora encontrada, em uma vala nos fundos da chácara de João Vladislau Correia, a *parda velha* Cipriana com dois graves ferimentos e “dizem que foi seu ofensor o italiano Antônio Verdureiro, que desapareceu”. O auto

---

34 Livro de Batismos de escravos de Santa Vitória do Palmar, folha 2v.

de corpo de delito reconheceu a existência de um ferimento na cabeça de Cipriana, próximo à coluna cerebral, com 2,5 polegadas “e com a profundidade de todo o couro cabeludo; uma ferida na parte superior da orelha direita, tendo sido cortada dela a cartilagem superior”, estimando os peritos que o machucado não era mortal, feito com instrumento cortante, sendo o *dano* arbitrado em 400 mil réis.<sup>35</sup>

Oito dias depois, o promotor público Aristides E. de Arruda oficiou ao juiz municipal denunciando o italiano verdureiro Antônio Cúrcio pelos *graves ferimentos* feitos na *parda sexagenária e inerme* Cipriana, o qual “levado de maus instintos, animado de brutais desejos de vingança”, na noite de 11.12.1877, encontrou sua desafeta nos fundos da chácara de João Vladislau Correia, de quem era empregado, e:

[...] aproveitando as tardas horas e o lugar distante e ermo, consumou seu intento, cumprindo assim a promessa feita à Cipriana, que dela havia de tomar vingança! Dois graves ferimentos prostam a vítima e o brutal ofensor, na manhã de 12 do corrente, recolhe o instrumento do crime, um cano de espingarda, e o oculta no poço da casa da referida chácara, dizendo que ali aguardava a autoridade policial.<sup>36</sup>

Foi exagero do delegado afirmar que o réu havia *desaparecido*, já que ele foi preso no mesmo dia da denúncia, 12 de dezembro, escondido no forro da casa da chácara em que trabalhava, dizendo que lá estava “por reçar as espadas dos soldados e que aguardava a autoridade policial”. Naquele mesmo dia, na Casa da Câmara Municipal, ele foi interrogado pela primeira vez, apresentando-se como

---

35 APERS – Cartório do Civil e Crime de Santa Vitória do Palmar, Sumário Crime, auto nº 989, maço 36, autora: a Justiça, réu: Antônio Curcio, 1877.

36 O promotor pedia que o delinquente fosse incurso nas penas do artigo 205 do Código Criminal que determinava que “se o mal corpóreo resultante do ferimento ou da ofensa física produzir grave incômodo de saúde ou inabilitação de serviço por mais de um mês”, caberiam penas de prisão com trabalho por um a oito anos e de multa correspondente a metade do tempo.

Antônio Curcio, de 35 a 36 anos de idade, solteiro, filho de Pascoal Cúrcio, lavrador, italiano, analfabeto e morador nos subúrbios da vila.

Cúrcio assumiu como seus o cabo de espingarda e a faca que lhe apresentaram e afirmou que conhecia a *mulata* Cipriana, mas que entre eles nada de *extraordinário* ocorrera. Foi então perguntado se na noite anterior, 11 de dezembro, na casa do italiano Cataldo Levito, ele não afirmara que havia de matar a *parda* Cipriana, a qual inclusive estava presente naquele momento, mas ele negou terminantemente. A autoridade insistiu e apresentou uma primeira motivação do crime, indagando se não era certo que ele e outros *companheiros italianos* não combinaram envenenar um oriental que morava em casa de Floriano Joaquim Correia, “porque com este se amasiou uma mulata que antes estava com ele e os mesmos companheiros, e que ele se descartou assim de Cipriana, porque ela havia descoberto tal segredo”? Antônio Verdureiro insistiu dizendo que nada tinha com Cipriana e que, quando com ela se encontra, “apenas lhe dá as boas tardes ou bons dias”.

Confessamos nossa surpresa em encontrar, durante a investigação em processos criminais, vários italianos residindo e trabalhando em Santa Vitória do Palmar. Nesse processo de 1877 temos três indivíduos do Reino da Itália: o réu Antônio Cúrcio, o lavrador Cataldo Levito e o negociante viúvo Salvador Gentil. O censo de 1872 aponta 211 estrangeiros vivendo naquela freguesia, sendo 1 alemão, 5 espanhóis, 3 italianos, 88 orientais (uruguaios), 1 paraguaio, 21 portugueses e 92 africanos. Seria muita coincidência que os três italianos apontados no censo de 1872 fossem esses mesmos anotados no processo de 1877. É de supor que o número de italianos tenha crescido entre esses anos e que muitos deles tenham vindo pelo Uruguai e não pelas vias oficiais brasileiras.<sup>37</sup> Esses imigrantes europeus certamente encontraram nessas

---

<sup>37</sup> Segundo Antônio Ruggiero, considerar a data de 1875 “como o início oficial da imigração italiana no Brasil é enganosa se consideramos que existe uma imigração urbana precoce”. Quanto a Santa Vitória do Palmar, esse pesquisador informa que lá:

mulheres negras condições de lhes facilitar a sedentarização, pois elas já estavam ali enraizadas, possuindo parentes e amigos, conhecendo a fronteira e como manejá-la. Era um entrecruzamento de diásporas de diversos matizes, com esses italianos percebendo vantagens em entreter relações com essas mulheres, profundas conhecedoras daqueles contextos fronteiriços e mediadoras de relações sociais diversas.<sup>38</sup>

No auto de qualificação realizado na véspera do natal de 1877, perante o juiz municipal suplente José Soares de Azambuja, o réu se apresentou

---

“existia um grupo de peninsulares originários, em grande parte, do Sul da Itália. [...] As décadas de 1870 e 1890 representaram o período de maior mobilidade de italianos no município. A grande maioria dos pioneiros que chegaram ao local eram calabreses que se deslocaram inicialmente para Montevidéu ou Rio Grande e ‘fizeram a América’ começando como mascates”, sendo lá fundada, já em 1880, a Società Benevolenza” (DE RUGGIERO, Antônio. Os italianos nos contextos urbanos do RS: perspectivas de pesquisa. In: VENDRAME, Maira Ines (org. e outros). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Editora Oikos, 2015, p. 162-181: pp. 164, 172 e 175). Péricles Azambuja aponta o ano de 1868 para o começo da chegada naquela *fronteira-extrema*, vindos de Montevidéu, os primeiros imigrantes “quase todos artífices e comerciantes”, inclusive citando os Cúrcios entre as famílias calabresas. Destaque-se que existe um jazigo da família Cúrcio na parte antiga do cemitério de Santa Vitória do Palmar (AZAMBUJA, Péricles. *Histórias das Terras e Mares do Chuí*. Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre, Escola Superior de São Lourenço de Brindes – EST, 1978: p. 119). Ver: AMARAL, Anselmo Francisco do. *Santa Vitória do Palmar: 150 anos*. Santa Vitória do Palmar: Liberal, 2006; BORGES, Stella. Imigração italiana em região de fronteira: Dom Pedrito e Santa Vitória do Palmar. In: SULIANI, Antônio (Org.). *Etnias & carisma*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 1.057-1.065; FRANCO, Sérgio da Costa. “Imigração italiana na fronteira Rio-Grandense”. *Boletim da Biblioteca Pública do Estado*, Porto Alegre, n. 1, v. 2, 1975; PADOIN, Maria Medianeira. Imigrantes italianos na Região Fronteiriço Platino. *Travesia, Suplemento*. VII Reunión del Comité Académico de Historia, Regiones y Fronteras - AUGM (2016), pp. 65-76; FIGUEIREDO, Antonio Marçal Bonorino. *Italianos e Descendentes Via Rio da Prata*. São Borja, Itaqui e Uruguaiana, RS [1834 - 1968]. Dissertação (Mestrado em História) –PPGH / Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011; PACIELLO, Juan Eduardo. La Sociedad Italiana de Rocha: Una Historia que se Escribe desde 1876. *Revista Historica Rochense*. Número 10. <https://www.revistahistoricarochense.com.uy/rhr-no-10/la-sociedad-italiana-de-rocha-una-historia-que-se-escribe-desde-1876/>.

38 VARGAS, Jonas. O percurso intelectual de um conceito entre a Antropologia e a História: o broker (mediador) e as suas relações com a micro-história italiana. In: VENDRAME, Máira; KARSBURG, Alexandre. (Org.). *Territórios da história: o micro, o local e o global*. São Paulo: Alameda, 2023, p. 385-414.

como filho de Pascoal Curcio e Maria Garonna, com 40 anos de idade, solteiro, jornalista, natural de Buena Viterbo, na província de Salerno, sul da Itália. Em interrogatório de 8 de janeiro de 1878, Cúrcio acrescentou que morava nos subúrbios de Santa Vitoria do Palmar há 5 anos.

Os autos do processo apresentam Cipriana como parda ou mulata, livre ou liberta, mas as autoridades insistem em registrar que ela fora escravizada do capitão Bernardo Rodrigues Correia, informação que não é mencionada por nenhuma das testemunhas. Segundo a amásia de Cataldo, Angelita Pires, de 24 anos, Cipriana morava em companhia do preto Joaquim Araújo. Mesmo quando interrogada, Cipriana foi mencionada apenas pelo prenome, o que demonstra que ainda era vista como habitando o mundo da escravidão ou pelo menos em um limbo entre o cativo e a liberdade.

Os documentos gerados pelas qualificações eleitorais ao longo do período imperial são de grande importância para a pesquisa histórica, seja no campo dos estudos sobre cidadania, hierarquias sociais, história do trabalho ou mesmo fornecendo informações qualitativas sobre os indivíduos listados.<sup>39</sup> Na Lista Geral dos Cidadãos Votantes da Freguesia de Santa Vitória do Palmar, de 15 de janeiro de 1865, infelizmente não encontramos as rendas dos votantes, requisito

---

<sup>39</sup> COSTA, Miguel Ângelo Silva da. *Entre a “Flor da Sociedade” e a “Escória da População”*. A Experiência de Homens Livres Pobres no Eleitorado de Rio Pardo (1850-1880). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH / Unisinos, São Leopoldo, 2006; DIAS, Maria Odila Leite da. *Sociabilidades sem História: Votantes pobres no Império, 1824 - 1881*. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo, Contexto, 1998; KLEIN, Herbert S. *A Participação Política no Brasil do Século XIX: os votantes de São Paulo em 1880. Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vol. 38, nº 3, 1995, pp. 527 – 544; VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte*. Uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH / UFRGS, Porto Alegre, 2007; MOREIRA, P. R. S.; VARGAS, Jonas M.; SANTOS, Sherol dos; GUERRA, Sara C. *Qualificando Votantes: o alistamento eleitoral no século XIX no litoral norte gaúcho. Teatro ou prática política cotidiana?* In: BARROSO, Vera (Org.). *Raízes de Capão da Canoa*. Porto Alegre: EST, 2004, p. 32/45.

essencial para a qualificação eleitoral oitocentista. Mesmo assim, são 372 indivíduos arrolados, dos quais temos a idade, estado civil, profissão e residência, um retrato ou observatório privilegiado daquela freguesia localizada nos confins do império brasileiro.<sup>40</sup>

Junto com essa lista eleitoral temos uma “Ata especial dos cidadãos incluídos e excluídos na lista geral da qualificação”, elaborada em 24 de janeiro de 1865, na qual constam 79 nomes, sendo 46 de excluídos e 33 de incluídos. Dos excluídos, 1 foi preso e sentenciado<sup>41</sup>, seis faleceram, mas a grande maioria mudou-se para fora da vila, mostrando como a mobilidade territorial era uma variável constante naquele território fronteiriço. Nove exclusões apenas se referem vagamente a mudança de distrito ou residência, mas 2 pessoas foram para Jaguarão, 2 para o Povo Novo, 4 para Rio Grande, 4 para o Taím, mas a grande maioria – 18 - se transferiram para o Estado Oriental. Entre os incluídos, 6 tornaram-se votantes por terem atingido “a idade da lei”, 5 mudaram-se para Santa Vitória em função de seus empregos (destacamento do 3º Batalhão, para a Guarda da Mesa de Rendas Gerais<sup>42</sup>, Administrador da Mesa de Rendas Gerais, Escrivão da Mesa de Rendas Gerais e Escrivão da Mesa de Rendas Provinciais), 10 vieram residir no distrito sem especificação do local de origem ou motivo da mudança e 12 deslocaram-se do Estado Oriental. Entre os incluídos por terem vindo do Estado Oriental, temos apenas representantes do universo rural, sendo um campeiro, 3 criadores, 7 fazendeiros e 1 lavrador. Portanto, o que os fazia *manejar* a fronteira, passando de um lado para outro, eram afazeres e negócios ligados a atividades agropecuárias.

---

40 AHRS – Fundo Eleições, maço 3. A lista foi assinada pela comissão eleitoral formada por Manoel Jacinto Dias de Oliveira (2º Juiz de Paz Presidente), José Antônio Fontes, Abel Correia de Mirapalmete, José Antônio Tapia, Rochael Alves de Macedo e Marcos Rodrigues de Lima.

41 Trata-se de José Teodoro Alves Nunes.

42 A Mesa de Rendas Gerais de Santa Vitória do Palmar foi criada pelo decreto 2.486, de 29.09.1859 (MELLO, Tancredo Fernandes de. *O município de Santa Vitória do Palmar*. Estudo histórico, físico e político. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1992: p. 167).

**Quadro nº 5 – Votantes por Ocupações  
(Santa Vitória do Palmar, 1865)**

Ocupações	Nº	%		Ocupações	Nº	%	
<b>Cargos Públicos</b>	12	3,22		<b>Comércio em Geral</b>	21	5,65	
Empregados públicos	10			Agências	06		
Militares	02			Boticário	01		
<b>Agropecuária</b>	<b>315</b>	84,68		Caixeiros	02	6,45	
Agregados	04			Farmacêutico	01		
Campeiros	15			Negociantes/negócio	11		
Capatazes	16			<b>Prestação de Serviço</b>	<b>24</b>		
Criadores	154			Alfaiates	04		
Estancieiros	18			Carpinteiros	06		
Fazendeiros	56			Jornaleiro	01		
Lavradores	49			Marítimos	04		
Proprietários	03			Ourives	01		
				Sapateiros	Pedreiros		02
					05		
			Vigário	01			
<b>Total: 372</b>							

Estabelecer classificações profissionais demanda muito esforço, sendo certo que dúvidas permanecerão, já que algumas definições são dúbias, podendo referir-se a ofícios e atividades amplas, ou mesmo condições laborais passageiras. Assim, assumimos os riscos inerentes e tomamos opções passíveis de questionamento. Por exemplo, inserimos os *proprietários* no universo agropecuário, mesmo sabendo que muitos deles deveriam ser donos de imóveis urbanos, vivendo dos

aluguéis cobrados dos respectivos inquilinos. Outra opção foi colocar os ocupados em *agências* no “comércio em geral”, pensando-os como envolvidos em agenciamentos mercantis, mas sabemos que esse rótulo é confuso, englobando em muitos casos trabalhadores manuais sem especialização, algo próximo dos jornaleiros, grupo laboral que dificilmente teria renda para participar da eleição como votante.<sup>43</sup>

O cruzamento ou diálogo entre tipologias documentais variadas é uma metodologia muito recomendada e tem favorecido enormemente o avanço da história social. Se voltarmos ao nosso fichamento do processo de 1877, veremos que o réu é citado por autoridades e por testemunhas como Antônio Verdureiro, mas na polícia se apresentou como lavrador e na justiça como jornaleiro. Esse italiano vivia e era empregado em uma chácara, mas foi visto por testemunhas ajudando seu patrício Cataldo em suas roças, *preparando terras para plantar* ou *cavando terra*. O uso comunitário da denominação *Verdureiro* talvez indique que ele possuía ou tinha tido horta própria em terras alheias ou que vendia produtos cultivados por outros, mas como era empregado em uma chácara e ajudava ocasionalmente seu vizinho italiano, notamos que ele era um trabalhador versátil que agregava na sua rotina laboral o trabalho por jornada.

Não localizamos o inventário post-mortem do capitão Bernardo Rodrigues Correia, nem de sua esposa Higina Dorotéia de Souza, a família escravizadora de Cipriana mas, segundo Schwab & Pereira,<sup>44</sup> o atual cemitério de Santa Vitória do Palmar foi fundado em 1889 em um

---

43 Ver: MAUCH, Cláudia. *Dizendo-se autoridade*. Polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929. Porto Alegre, PPGH/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011; SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos*. Estratégias privadas e públicas (estudo centrado no RS – Brasil, 1854-1940). Tese (Doutorado em História) –PPGH / PUC-RS, Porto Alegre, 2004.

44 SCHWAB, C. B. & PEREIRA, L. A. Turismo Cemiterial: proposta de roteirização a partir das potencialidades turísticas impressas no cemitério civil de Santa Vitória do Palmar, RS, Brasil. *Applied Tourism*, 2(2), 2017, p. 180-197: pp. 181/182.

terreno pertencente a este casal. Na lista dos votantes de 1865, Bernardo aparece com 39 anos, casado, criador e morador no 9º quarteirão. Podemos, entretanto, recorrer aos documentos eclesiásticos para entender a escravaria desse criador. Encontramos 5 batismos de escravizados pertencentes a Bernardo Rodrigues Correia e sua esposa Higina Dorotéia de Souza, gerados pelos ventres de duas escravizadas, Joana e a preta Silvana, parecendo, assim, tratar-se de uma média escravaria.<sup>45</sup> Mas esse casal não apreciava a emissão de alforrias como política senhorial, já que encontramos apenas um documento de liberdade de sua lavra no cartório de Santa Vitória do Palmar. Foi justamente a preta ou parda Cipriana que conseguiu escapar de seus algozes no mesmo ano em que se meteu naquela contenda nos subúrbios da freguesia de Santa Vitória. No documento expedido em 18 de junho daquele ano de 1877, Bernardo Rodrigues Correia descreve Cipriana como natural da Bahia, com 50 anos de idade e cozinheira. Mas aquela trabalhadora negra descrita pelas autoridades como *parda velha e sexagenária* não foi alforriada gratuitamente, em retribuição aos anos de serviços prestados, pois teve que indenizar seus senhores com a substancial quantia de 500 mil réis.<sup>46</sup>

Tendo como base o maravilhoso trabalho realizado pelo APERS sobre os Documentos da Escravidão, acessamos 85 documentos de liberdade registrados em cartório e emitidos em Santa Vitória do Palmar, considerando o período de 1859 a 1886, sendo beneficiados 47 mulheres (55,29%) e 38 homens (44,71%). A imensa maioria desses documentos foram expedidos na década de 1870 (57) e 1880

---

45 Marcelino (batizado em 04.08.1864) e Pedro (04.04.1864), filhos naturais de Joana; e Liberata Margarida (batizada em 05.12.1858), Francisca Vitória (16.04.1860) e Saturnino (22.03.1867), filhos também naturais da preta Silvana. Joana enterrou um recém-nascido (Manoel) em 27.10.1865 e Silvana sentiu o luto da morte de sua filha Francisca Vitória, aos 8 meses de idade, em 12.08.1860. Além desses registros, temos um indivíduo do sexo masculino, sem nome, enterrado em 23.09.1868.

46 APERS – Tabelionato de Santa Vitória do Palmar, Livro 1: p. 3, 18.06.1877.

(19), com apenas 2 registrados na de 1850 e 7 na de 1860.<sup>47</sup> Quanto aos tipos de alforrias, temos 15 condicionais (6 mediante prestação de anos de serviço, uma ao serviço no exército como substituto e 8 com trabalho até a morte do senhor ou senhora), 15 pagas<sup>48</sup> e 51 sem ônus ou condição. Aos 33 anos o pardo Eleutério Gregório recebeu de seu senhor Manoel Miguel de Siqueira a concessão de um *contrato de liberdade*, que estipulava que devia servi-lo:

[...] pelo espaço de 7 anos e com a obrigação por parte dele outorgante de o alimentar e vestir, ficando assim o outorgante, concluído o prazo dos 7 anos a correr da data desta, satisfeito e pago da quantia de 700\$, em que arbitrou a indenização da liberdade do mesmo seu escravo e que pagará ele com seus serviços pelo espaço de 7 anos, acompanhando ao outorgante por toda a parte e assim o servindo em tudo quanto puder e estiver em suas forças e saúde (APERS. *Documentos da escravidão*. Catálogo seletivo de cartas de liberdade acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Volume 2. Porto Alegre, CORAG, 2006: pp. 739, 902/906 - Coordenação: Jovani de Souza Scherer e Marcia Medeiros da Rocha).

---

<sup>47</sup> Adicionamos ao número das alforrias cartoriais cinco concedidas quando do batismo: (01) – 08.05.1864 (carta de alforria da mesma data), Ezequiel, FN de Procópio, neto materno de Geralda, nascido em 10.04.1864, senhor: Antônio José Rodrigues (viúvo), padrinhos: Cecílio e Cecília, escravizados de Joaquim Faustino Correia – faleceu em 18.08.1864; (02) - 10.09.1868 - João Tiago, FN de Maria Firmina, nascido em 21.07.1867, senhor: Comba Maria Rodrigues Correia; (03) - 30.09.1868 - Leandro Clotildo, FN de Marcolina, nascido em 28.02.1868, senhor: Francisco José Cardoso; (04) - 28.02.1869 – Marcelina, FN de Rosa, nascida em 06.04.1868, senhores: José de Souza Gomes e Josefa Rodrigues de Lima; (05) - 20.06.1869 – Emiliana, FN de Joana, senhor: Miguel Rodrigues Correia (solteiro) (Livro 2 de Batismos de Livres e escravos – 1865/1869, p. 64, 70, 80 e 90; Livro 1 de batismos de livres – 1858/1871, folha 110; livro 1 de óbitos de escravizados - 1858/1871, folha 34v). Existem outras alforrias passadas na pia batismal, sendo as crianças batizadas como libertas, mas nesses casos a expedição de cartas de alforria precedeu o ato do batismo, sendo depois registradas em cartório.

<sup>48</sup> O africano mina Guilherme, por exemplo, aos 60 anos de idade, ainda teve que *indenizar* seu escravizador Manoel Antônio Lopes com um conto de réis para que readquirisse a sua liberdade, isso em 8 de maio de 1878.

As necessidades de recrutamento geradas pela guerra contra o Paraguai provocaram temores entre as elites, premidas entre o receio do recrutamento de membros de suas famílias e pela obrigação que sentiam de apoiar a causa imperial.<sup>49</sup> Nesse sentido, o recurso à alforria de escravizados com a condição de substituir membros da família senhorial na guerra foi extensamente usado.<sup>50</sup> O pardo Fortunato, por exemplo, natural desta província, foi libertado por seu escravizador Jacinto Dias de Oliveira em 23.07.1867, sendo o documento anotado em cartório em 17.12 daquele mesmo ano, com a condição dele substituir o neto do senhor, Antônio Maria Dias de Oliveira, no Exército.

Existem três versões para aquele evento sanguinolento de 1877 nos autos do processo. A primeira é a aceita pelas autoridades, que aponta que Cipriana teria descoberto uma conspiração de italianos para envenenar um oriental que morava na casa do criador Floriano Joaquim Correia,<sup>51</sup> o qual se amasiara com uma *mulata* e fora por ela abandonado. A segunda versão é a do réu, que insistiu em todos os depoimentos que nada havia ocorrido entre ele e a vítima, a qual ele conhecia superficialmente. Mas aparece nos autos uma terceira narrativa, sustentada pela oriental lavadeira Angelita e pela própria vítima.

---

49 DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra – Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

50 SCHERER, Jovani de S. *Experiências de busca da liberdade*. Alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX. Dissertação (Mestrado em História) – São Leopoldo, PPGH / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008; PINTO, Natália Garcia. *Gerações de senzalas, Gerações de Liberdade*. Experiências de liberdade em Pelotas/RS, 1850/1888. Tese (Doutorado em História) – Porto Alegre, Programa de Pós-graduação em História / UFRGS, 2018; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano: Porto Alegre 1858-1888*. Porto Alegre: EST, 2003; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiani. *Que com seu Trabalho nos Sustenta: As Cartas de Alforria de Porto Alegre (1748/1888)*. Porto Alegre: EST, 2007.

51 Na lista eleitoral de 1865 Floriano Joaquim Corrêa aparece com 32 anos, casado, criador e morador no 11º Quarteirão.

Para o delegado Carvalho o crime estava suficientemente provado, alertando que a mulata liberta Cipriana podia ainda falecer, “em consequência de convulsões cerebrais”. Alguns dias depois, em 17 de dezembro, o promotor público Arruda, constatando que a vítima já podia falar, ordenou que ela fosse interrogada. A baiana Cipriana convalescia na casa dos seus vizinhos Cataldo e Angelita e foi lá que se apresentou apenas pelo prenome, dizendo ter 60 anos mais ou menos, solteira e lavadeira. Ela narrou que por volta das 8 horas da noite do dia 11 de dezembro ela foi a venda de Salvador Gentil<sup>52</sup> buscar um dinheiro que este lhe devia de lavagens de roupas e comprar sabão, e no regresso encontrou Curcio, que lhe exigiu o dinheiro, e como ela se negasse: “o mesmo [...] atirou-a no chão e botando-lhe um pé no pescoço deu-lhe uma bordoadada na cabeça com um pedaço de ferro, que lhe parecia ser cabo de arreador”. Ela ainda contou que, quando acordou, o dinheiro havia sumido, mas não sabia se aquele europeu a havia roubado.<sup>53</sup> Configura-se aí uma versão plausível tratando de microfinanças populares,

---

<sup>52</sup> O negociante Salvador foi interrogado como “testemunha referida” e disse ser viúvo, natural da Itália, ter 28 anos de idade, assinando o seu depoimento. Dois anos depois, em 03.11.1879, o escravizado Maximiano da Costa Chaves buscava, a mando de seu *patrão*, uns cavalos que pastavam no campo do tenente Felicíssimo José Rodrigues, quando por umas 11 horas da manhã se defrontou com Zeferino dos Santos Cruz montado em um zaino malacara, o qual “instigado pelo malévolo instinto do crime, sem a menor ofensa ou provocação do infeliz crioulo”, empunhou uma pistola e desfechou-lhe um tiro, do qual morreu no dia seguinte. Maximiano era escravizado de Felizarda da Costa Chaves, mas o seu patrão era o italiano Salvador Gentil, para quem trabalhava alugado como peão (APERS – Cartório do Civil e Crime de Santa Vitória do Palmar, sumário crime, auto nº 1002, autora: a Justiça, réu: Zeferino dos Santos Cruz, 1879, maço 36).

<sup>53</sup> Em um de seus depoimentos, Curcio disse que dormiu na casa de Salvador e que dali saiu ao sair do sol e viu a parda Cipriana caída, mas que passou por ela a uma quadra de distância, mais ou menos, mas a reconheceu “por causa dos capoxos” dela. Vasculhamos dicionários de época e consultamos pesquisadores da imigração italiana, mas nada conseguimos encontrar sobre essa palavra. Pode ser uma grafia alterada de “capuchos” e se referir a algum capuz ou toca, mas nos alertaram que podia ser algum dialeto italiano e fazer referência aos cabelos de Cipriana, ou seja, uma forma de racialização estética.

que gerou um embate entre os rendimentos do trabalho de uma negra forra baiana e do anseio delituoso daquele italiano meridional. Após mais um auto de sanidade feito em janeiro de 1878 (feito ainda na casa de Cataldo e Angelita), o juiz municipal Arruda condenou o réu nas penas do artigo 205, determinando uma fiança de 2 contos e 500 mil, sentença que é confirmada pelo juiz de direito Domingos Antônio Alves Ribeiro.

No ano seguinte encontramos um processo criminal no qual personagens deste processo reaparecem e não resistimos a mencioná-lo. Na noite de uma terça-feira, 27 de agosto de 1878, várias pessoas pousavam em um rancho nos subúrbios de Santa Vitória, de propriedade do preto da costa da África Joaquim Araújo (proprietário/trabalhador, com 40 a 45 anos de idade, casado). Esse africano foi apontado por Angelita Pires, no processo de 1877, como o indivíduo com quem a baiana Cipriana morava, talvez seu amásio. Cipriana, entretanto, não é citada nesse documento judiciário de 1878. Naquele rancho pousavam o italiano Antônio Cataldo Levito e quatro orientais: o pardo Gregório Cortez, Angelita Pires, o *branco* jornaleiro Manoel Silva (solteiro, com 35 anos de idade) e o também jornaleiro João da Rosa (solteiro, com 25 anos de idade).<sup>54</sup>

Levito chegou no rancho do africano Joaquim tarde da noite, vindo do Chuí, acompanhado de seu *companheiro de trabalho de agricultura* João da Rosa. Levito e Angelita continuavam amasiados, mas na sua ausência essa uruguaia iniciou um *affair* com o pardo Gregório, com o qual estava, naquele exato momento, deitada na sala. O italiano bateu e entrou na casa, fugindo Angelita imediatamente para o quarto, enquanto seu amásio e o amante travavam furiosa e rápida peleja, saindo o italiano gravemente ferido. Gregório fugiu provavelmente atravessando a fronteira e o promotor público Aristides de Arruda pediu a sua pronúncia nas penas do grau máximo do artigo 205 do Código Criminal.

---

<sup>54</sup> APERS – Cartório do Civil e Crime de Santa Vitória do Palmar, auto nº 998, maço 36, autora: a Justiça, réu: Gregório Cortez, 1878.

Aquele insignificante rancho de propriedade, posse ou gerência do africano da costa da mina Joaquim Araújo, certamente um liberto, era um ponto nodal, certamente não único, daquelas sociabilidades populares fronteiriças. Orientais, brasileiros, um italiano, um africano forro, manejavam as suas condições de sobrevivência naquele meio rural fronteiriço, contando uns com os outros, mesmo que paixões eclodissem em miúdos embates.

Todos os documentos por nós acessados neste breve estudo sobre a escravidão em Santa Vitória do Palmar evidenciam a porosidade daquela fronteira-extrema,<sup>55</sup> configurando um lócus pluriétnico e com dimensões transnacionais. Fizemos um exercício junto ao livro 1 de batismos de livres de Santa Vitória do Palmar, que abrange os anos de 1858 a 1864 e que possui 142 páginas (frente e verso), com aproximadamente 919 registros. Encontramos entre os batizados 172 em que as mães aparecem como uruguaias, 93 em que os pais são orientais<sup>56</sup> e 94 em que ambos progenitores eram naturais do Estado Oriental (sendo 4 casos em que os pais eram argentinos). Somamos, assim, 359 casos de batizados umbilicalmente ligados ao país vizinho, configurando 39,06% do total. Obviamente em muitos batismos a origem dos pais não aparecia e também optamos em não considerar a naturalidade dos avós paternos e maternos, o que aumentaria consideravelmente o número de *estrangeiros* ali residentes ou que naquela capela batizavam filhos, estando na freguesia provisoriamente ou de passagem. Naturalmente a imensa maioria aparecia como sendo de Rocha, mas temos também de Montevideú, Minas, Maldonado, Serro Largo, São Carlos.

---

55 BOM, Matheus Batalha. *Porosas Fronteiras*. Experiências de Escravidão e Liberdade nos Limites do Império (Jaguarão - Segunda Metade do Século XIX). Dissertação (Mestrado em História) – São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2017.

56 Incluímos entre estes, 6 pais argentinos e 1 mexicano, para dar conta da circulação de pessoas naquela zona fronteiriça.

**“Para experimentar se era bastante para matar”:  
a preta livre cozinheira Generosa**

Mesmo representando 70 anos de idade, a africana Mariana Terra era quem cozinhava para seus parceiros naquela manhã de sexta-feira, 6 de julho de 1876, na estância ou fazenda de criar dos Afogados, no 2º distrito de Santa Vitória do Palmar. Ela preparava a comida para seis ou sete pessoas e após achar que a comida estava praticamente pronta, ainda foi até a fonte ou arroio lavar roupa com a sua neta Gregória. Não se sabe se antes de ir para a fonte ou voltando após a lavagem de roupa, Mariana encontrou dois parceiros que voltaram do serviço comendo, o africano lavrador Felipe, com a mesma idade de Mariana, e o peão Fermino.<sup>57</sup>

A escravizada Mariana cozinhou feijão e charque em uma panela ou caldeirão e como provavelmente cada trabalhador e trabalhadora chegava em horários próprios para se alimentar, eles individualmente se serviam. Fermino comia e chegou depois Felipe, o qual talvez por não apreciar condimentos, por sentir gosto ou aroma diferente da comida ou ter alguma restrição alimentar, indagou da cozinheira Mariana se ela colocara pimenta na comida, “ao que ela respondeu que nunca fizera uso de pimenta para preparar a comida”. Depois da refeição, mais próximo do escurecer, ambos parceiros começaram a sentir fortes dores abdominais, sendo que Fermino acabou sucumbindo.

O recinto em que a comida estava sendo preparada era certamente um espaço de livre circulação entre os trabalhadores e trabalhadoras escravizadas, e a cozinheira Mariana, pelas múltiplas atividades que desempenhava apesar de sua avançada idade, não mantinha vigilância frequente ao caldeirão. Ela mesma admite em seus dois depoimentos

---

<sup>57</sup> APERS – Cartório do Civil e Crime de Santa Vitória do Palmar, Sumário Crime, auto nº 993, autora: a Justiça, ré: a preta Generosa, 1877, março 36.

como testemunha informante<sup>58</sup>, que foi ela que cozinhou naquele dia, mas outra parceira, a preta Generosa, “também pôs toucinho na panela e linguiça”.

A estância dos Afogados pertencia a dona Felicidade Faustina Correia, a qual em uma oportunidade apenas ao longo do documento judiciário é chamada de Felicidade Correia Terra pelo Inspetor de Quarteirão José Maria do Amaral. A confusão nominativa se explica, porque ela era viúva de Joaquim Francisco Terra, com quem casou em 22 de janeiro de 1816, em Rio Grande. Seu esposo Joaquim nasceu em 12.04.1795 em Rio Grande e faleceu em 08.01.1870 em Santa Vitória do Palmar, mas não localizamos seu inventário post-mortem.<sup>59</sup> Dona Felicidade nasceu em 1801, tendo, portanto, por volta de 15 anos quando casou com Joaquim.<sup>60</sup>

Felicidade faleceu em 07.05.1896 em seu sobrado localizado na rua general Osório, na cidade de Rio Grande<sup>61</sup>. O inventário de seus bens foi feito pelo genro João Vladislau Correia, casado com sua filha Martiniana Terra Correia, somando o monte-mor em 104:885\$ réis<sup>62</sup>. Não existe gado arrolado entre os bens, mas ela ainda possuía

---

58 O Código do Processo Criminal, aprovado pela lei de 29.11.1832, estipula em seu artigo 89 que os escravizados não podiam ser testemunhas, mas o juiz poderia informar-se com eles “sobre o objeto da queixa, ou denuncia, e reduzir a termo a informação, que será assinada pelos informantes, a quem se não deferirá juramento”.

59 Filho de Manoel Francisco da Terra e Vitória Correia, neto materno de Faustino Correia e Isabel de Brum, e paterno de Francisco da Terra e Catarina Maria. Joaquim consta com 70 anos no registro de óbito, sendo confessado, ungido e enterrado no cemitério local, com missa e ofício de corpo presente (Livro 1 de Óbitos de Santa Vitória do Palmar, p. 76v/77).

60 Filha de João Correia e Agueda Dias, neta materna de Manoel Dias e Maria Vieira.

61 APERS – 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Rio Grande, inventário nº 1547, inventariada: Felicidade Faustina Correa, inventariante: João Vladislau Correa, 1896.

62 Em 06.08.1859 nasceu Alípio Santiago, filho de João Ladislau Correia e neto paterno de Ladislau Faustino Correia e Joaquina Francisca Terra, sendo seus padrinhos de batismos os avós maternos Joaquim e Felicidade (Livro de Batismos de Livres – 1858/1865, folha 18).

um quinhão de campos nos Provedores, de 739 braças de légua, dividindo pelo norte com seu genro-inventariante, pelo sul com o arroio dos Provedores, pelo leste com José Bernardes Ferreira e pelo oeste com a lagoa mirim. Talvez por seus bens serem arrolados após 1888, nenhuma das casas da estância é descrita como senzala, mas além da sede (feita de tijolo e coberta de telha) e da casa de atafona de roda, existia um galpão com 2 quartos no fundo, uma casa de tijolo coberta de capim e uma outra com sala e quarto, de adobe, coberta de telha.

Podemos procurar entender esta escravaria de Felicidade & Joaquim através de registros eclesiásticos e cartoriais, especulando sobre a sua dimensão. O padre José Vasques Gonçalves pôs os santos óleos do batismo em 16 crianças na pia batismal da capela de Santa Vitória do Palmar escravizadas por esta família senhorial, todas filhas naturais e sem menção dos pais. Esses rebentos eram frutos dos ventres de 9 mulheres escravizadas: Rita (mãe de Maria, batizada em 31.07.1859), Segunda (Lídia, 01.04.1861; Josefa, 15.12.1864, Fausto Luiz, 23.12.1867), Manoela (Custódio, 03.12.1861), Tereza (Justina, 09.04.1863; Salustiano, 24.01.1866, Isidora, 06.01.1868), Alexandrina (Albino, 09.12.1863; Zeferino, 24.01.1866), Gregória (Raimundo, 24.01.1866), Merciana (Pio, 21.08.1867), Virgilina (Leopoldina, 15.07.1868) e Maria Rosária (Antônio, 20.11.1877; Damião, 23.08.1881; Tiago, 01.10.1882).<sup>63</sup>

---

<sup>63</sup> Livro 2 de batismos de livres, libertos e escravos (1865/1869), folha 64; Livro de batismos de escravos (1858/1868), folhas 5v, 16v, 20v, 29, 32, 41v, 48, 61v, 64v; Livro de batismos de ingênuos de Santa Vitória do Palmar (1872/1888), folhas 40, 75, 68v. Nove foram os sepultamentos que encontramos de escravizados e escravizadas desta família senhorial: Leopoldina (faleceu em 17.02.1863), Ezequiela (03.09.1865), Josefa (08.01.1866), Alexandrina (15.03.1866, 16 anos de idade), João (20.06.1866, 30 anos), Rosa (28.01.1870, assassinada), Antônio (26.02.1870, 60 anos), Venâncio (18.01.1872) e o ingênuo Antônio (02.07.1880) (Livro de óbitos de escravos de Santa Vitória do Palmar (1858/1887), 17v, 26v, 28v, 29v, 43v, 44v, 51v; Livro de óbitos de ingênuos / crioulos livres de Santa Vitória do Palmar, folha 21).

Se recorrermos aos documentos de liberdade encontramos dois registros em cartório passados por Felicidade Faustina Correia, já em estado de viuvez, feitos ambos em 22.07.1876 alforriando, aparentemente sem ônus, Marciana e Felisberto, para que daquela data em diante pudessem gozar “de todos os direitos e regalias”. Analfabeta, dona Felicidade pediu que Floriano Joaquim Correia assinasse as cartas a seu rogo.<sup>64</sup>

Anos antes, o casal Joaquim e Felicidade alforriou na pia baptismal de Santa Vitória do Palmar a Maria Leopoldina, filha natural de Maria Jacinta, que o padre descreveu como agregada e residente na casa dos ex-senhores. Maria Leopoldina nasceu em 02.07.1862 e recebeu os santos óleos do batismo em 26.12 do mesmo ano, sendo anotado pelo padre que os senhores declararam “que era sua livre vontade mandar batizar aquela criança como livre e que igual graça tinham concedido a sua mãe, de quem eram padrinhos”.<sup>65</sup> Naquele ano de 1862, quem apadrinhou Maria Leopoldina, tornando-se comadre de Maria Jacinta foi Jesuína, que tinha ao lado Joaquim Vicente. Não encontramos o batismo e nem a alforria de Maria Jacinta, mas pelo texto do batismo ela depois de alforriada continuou, talvez na estância dos Afogados, como agregada.<sup>66</sup>

É provável que Jesuína fosse avó materna de Maria Leopoldina, pelo menos é o que nos revela um outro batismo, ocorrido anos depois. Em 06.01.1863 nasceu a *liberta* Benvinda, filha de pai incógnito e de Jacinta, neta pela parte materna de Jesuína e residente em casa

---

64 APERS. *Documentos da escravidão*. Catálogo seletivo de cartas de liberdade acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Volume 2. Porto Alegre, CORAG, 2006: p. 903.

65 Livro 1 de óbitos de livres de Santa Vitória do Palmar (1858/1871), p. 58v.

66 Sobre os agregados: LEIPNITZ, Guinter Tlajja. *Vida Independente, ainda que Modesta*. Dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (c. 1884 – c. 1920). São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre, ANPUH/RS, 2018.

de Joaquim Francisco Terra e Felicidade Faustina Correia, batizada em 09.04 daquele mesmo ano, apadrinhada por Romão Graçarena e Benvinda. Esses registros eclesiásticos e o processo que analisamos, de 1876, indicam que essa família senhorial investia na produção de dependentes, procurando manter ex-escravizados e seus familiares por perto, assegurando assim trabalhadores e trabalhadoras que deveriam estar envolvidos em relações de trabalho similares à escravidão, talvez negociando com isso proteção, algum acesso a lotes de terra ou cabeças de gado.<sup>67</sup>

No dia seguinte ao evento de 1876, o já citado inspetor de quartirão Amaral passou um atestado de que o peão preto Fermino falecera de *morte natural*. Mas horas depois da emissão desse documento, que permitia o enterro do cadáver no cemitério, ele recebeu informações de que o falecimento fora obra de um envenenamento:

[...] aplicado para mais de uma pessoa, visto que a substância venenosa foi lançada em uma panela que continha comida para seis ou sete pessoas. Fermino e Felipe, chegando do serviço, se serviram da comida envenenada que continha a referida panela; sentindo os dois, momentos depois de terem comido, grandes dores sobre o umbigo, a qual aumentava a ponto de os prostrar em terríveis agonias e contrações. Falecendo Fermino, apesar de todos os remédios caseiros que de momento foram lembrados, Felipe tendo comido menos que o outro pôde resistir e deu tempo que o capataz da mesma estância, Jacinto Terra, irmão do falecido, fosse a uma casa de negócio e trouxesse uma garrafa de azeite doce, o que efetivamente aplicou ao dito Felipe, sentindo este grandes melhoras depois de ter lançado e evacuado extraordinariamente.

O inspetor explicou que recaiam “todos os indícios, senão certeza”, da culpa ser da preta livre “domiciliada na estância” de nome

---

67 Livro 1 de óbitos de livres de Santa Vitória do Palmar (1858/1871), p. 86.

Generosa, que inicialmente negou, mas depois acabou confessando, contando que adquirira aquela substância *fraudulentamente*, retirando-a de um barril depositado em um quarto da casa de comércio de Mendonça & Companhia, da qual “fazem uso para envenenar couros”. O inspetor acrescenta que os dois pretos intoxicados vomitaram enormes quantidades, que foram comidas por “alguns animais, como sejam porcos, galinhas e cachorro, que morreram horas depois”, tal a letalidade do veneno empregado.

No dia 11 de julho de 1876 a preta Generosa foi enviada para Santa Vitória do Palmar escoltada por dois guardas nacionais e junto com ela, como indícios do crime, foi remetida a panela onde foi feita a comida, e mais “uma tampa de folha que contém a substância venenosa e uma garrafa que contém o liquido [...] encontrado na referida panela”. O delegado tenente Felicíssimo José Rodrigues Correia só conseguiu efetuar o *auto de exame* quatro dias depois, reunindo o médico Marcolino Adolfo Cassiano Maia e o boticário/farmacêutico José Maria da Silva Marques, os quais examinaram o conteúdo de uma garrafa, um pouco de feijão e uma pequena quantidade de massa esbranquiçada, matérias que foram submetidas a ação de “reagentes químicos que puderam obter”, tais como sulfato de cobre, nitrato de prata, água de cal, etc., e “pelos resultados obtidos são levados a crer a existência de não pequena quantidade de arsênico”.

No dia seguinte ao seu encarceramento na cadeia de Santa Vitória, a *preta* Generosa foi interrogada oficialmente pela primeira vez, contando ao delegado que ignorava a sua idade (representava ter 45 anos de idade), ser solteira, de condição livre, natural desta província e analfabeta. Ela contou que Fermino faleceu de envenenamento aplicado por ela, por ter ele “brigado com ela e lhe dado umas bordoadas” no dia anterior ao acontecimento e que ao ministrar o veneno na comida não queria que ninguém mais fosse atingido, a não ser o seu desafeto. Quanto a substância venenosa, Generosa disse

que obtivera na venda de Maneca, a qual estava em um barril, “e dele retirou uma porção, sabendo que era veneno, por saber que com ele envenenavam couros”. A versão apresentada por Generosa se alterou durante o processo, porém as autoridades se sentiram suficientemente convencidas a dar andamento a uma ação judiciária, cujo dossiê hoje repousa nas prateleiras do APERS, em cuja capa está preservada a forma como aquela sociedade branca e sua face judiciária a viam – Autora: a justiça, Ré: *A preta Generosa*, qualificada pela cor e sem sobrenome, mesmo que livre.

Curiosa esta sociedade rural e fronteiraça que analisamos. Frequentemente aparecem escravizados e escravizadas com nome e sobrenome, às vezes seguindo a alcunha senhorial e outras vezes não. Ficamos com a impressão de que aquela porosidade fronteiraça exigia lugares e localizações sociais mais densas do que o normal. Mas às vezes aparecem personagens como Generosa, tratada apenas pelo prenome e pela cor, nascida de condição livre, mas que circulava por senzalas, tendo parceiros escravizados como seus entes mais próximos. O inspetor de quartirão a descreve como preta livre *domiciliada* naquela estância. Apesar de ter estado alugada na venda de Manoel (Maneca) José da Costa Bezerra, tinha um quarto na senzala da estância dos Afogados, onde dizia residir *há muito tempo* ou *muitos anos*. Em nenhum depoimento, auto de qualificação ou de prisão ela soube dizer a idade (representava 40 ou 50 e tantos anos), nunca disse o local específico de seu nascimento (apenas que era natural desta província) e se ocupava como cozinheira, no serviço doméstico ou jornaleira. Apenas no ano seguinte, em depoimento dado no mês de maio de 1877, ela ensaia se apresentar como Generosa Faustina Correia, compondo-se nominalmente como inserida naquela família senhorial e seus escravizados, mas isso não tem continuidade e logo em seguida a sua cor e prenome voltam a prevalecer. Sua cor preta assinala ser fruto de um ventre afro-diaspórico, mas sua liberdade não

parece muito consistente. Aliás, a sua vulnerabilidade social chama a atenção, ninguém a protege, nenhum indivíduo reivindica parentesco com ela; ninguém contesta a sua condição de livre, mas com isso ela não contava com a proteção senhorial e nem dos habitantes daquela senzala. Generosa era juridicamente livre, mas suas experiências de liberdade possuíam muitas analogias com a escravidão, situação que era acentuada por sua cor negra ou *preta*. Outro detalhe interessante é que se ela tinha 45 anos, conforme aparentava, teria nascido em 1831, mesmo ano da Lei Feijó, e ficamos pensando se essa *coincidência* não sugeria ser ela uma africana ilegalmente escravizada.

Quem mudou a opinião do inspetor de quartirão Amaral sobre a morte de Fermino não ser *natural*, foi o comerciante português Maneca, de 40/41 anos de idade, casado e morador nos Provedores. A casa de comércio ou venda de Bezerra distava 16 quadras do local do crime e lá esteve alugada a ré, não sabemos se por conta própria ou a mando de seus *amos* ou senhores disfarçados, sendo despedida quinze dias antes do crime. Ele tinha consciência de que Generosa tinha subtraído o veneno usado de sua casa, “porquanto estando a ré em sua casa alugada, no quarto em que dormia havia um barril de veneno para envenenar couros” e ele vira no barril “os sinais dos dedos”. Ou seja, a *preta-livre* Generosa dormia em uma dependência insalubre, que servia de depósito de venenos usados para curtir couros. Maneca contou para as autoridades que Generosa lhe confessara o crime e que ela sabia que a substância era *poderoso* veneno, “porque [ela] viu André Couto fazer a aplicação dessa substância para envenenar couros”. Mostrando como as vendas e seus proprietários eram nodais na sociabilidade de seus arredores, Bezerra conta que foram até a sua casa pedir socorro para o envenenamento e ele forneceu uma garrafa de azeite para a cura, instrumentalizado como laxante ou vomitório.

Eduardo Arriada, baseado nas pesquisas de Horacio Giberti sobre a *ganaderia argentina*, fala do aproveitamento dos couros vacuns

pelos saladeiros/charqueadores, comercializados em grande parte via lagoa Mirim e que por volta de 1816, “se adotou o envenenamento com arsênico dos couros secos para combater o caruncho”.<sup>68</sup>

No auto de perguntas que respondeu o africano septuagenário Felipe (outro idoso plenamente inserido nas rotinas laborais), ele narrou que *em um dia*, voltando do trabalho com seu parceiro Fermino, enquanto este foi direto se servir de feijão em uma panela em que “se preparava comida para os trabalhadores”, ele foi para seu quarto e comeu duas laranjas. Depois é que fora *procurar comida para si*, logo sentindo um gosto diferente e perguntara a cozinheira Mariana se ela colocara pimenta, a qual negou. Logo sentiu “grandes contorções no ventre e principiou a vomitar; dois cães que acompanhavam ele respondente comeram aquele vômito e morreram”, mas ele ainda teve forças para ir para seu quarto, onde lhe deram azeite, “que felizmente tranquilizou mais as dores, depois de fazê-lo vomitar” ainda mais.<sup>69</sup>

Quem foi buscar azeite na venda de Maneca foi o capataz da estância, o pardo campeiro Jacinto Terra, de 38 anos e solteiro. Segundo Jacinto, Fermino sucumbiu três horas depois de comer, apesar do cuidado que ele informante prestou, “dando-lhe remédios caseiros”. Já o sobrevivente Felipe também sentiu dores, mas ingeriu azeite e vomitou “grande porção de um líquido verde, ficando mais aliviado das contorções”. A testemunha informante Jacinto contou que foi a uma venda próxima do local do crime e o dono lhe disse que a morte só podia ter sido produzida por veneno e levou-o “para ver uma barrica, que continha um pó branco, mostrou-lhe a impressão de 5 dedos sobre aquele pó e disse que aquele veneno devia ter sido

---

68 ARRIADA, Eduardo. *Da Coxilha do Palmar de Lemos à Cidade de Santa Vitória do Palmar*. Porto Alegre, Pacartes, 2015: p. 94.

69 Difícil concluir qualquer coisa, mas quem sabe a ingestão de duas laranjas antes de comer a comida envenenada, tenha facilitado que o organismo de Felipe se recuperasse da intoxicação.

roubado pela preta Generosa”, o que foi denunciado para o inspetor de quartirão. O inspetor então revistou o quarto onde dormia Generosa e “encontrou debaixo da cama, uma lata com graxa, misturada na qual estava o veneno de que falara”. Confrontada com essa versão, a ré então teria confessado, dizendo que fora ela que colocara a porção de veneno no feijão, “para experimentar se era bastante para matar”.

O pardo Jacinto Terra, capataz da estância dos Provedores e irmão do falecido Fermino, foi escravizado daquela família senhorial. Não localizamos a sua carta de alforria, mas ele aparece, ainda escravizado, apadrinhando três crianças (31.07.1859, 01.04.1861 e 03.12.1861) e sendo identificado como cativo de Joaquim Francisco Terra. Em 1885 foi alforriada a parda Vitória, filha de Serafina e Jacinto Terra, tendo sua senhora Eleutéria Bernarda de Mendonça Terra recebido 384 mil réis para libertá-la, recursos cujo acúmulo deve ter contato com a iniciativa dos pais daquela liberta.<sup>70</sup>

A neta da cozinheira africana Mariana, a jornaleira livre Gregória Terra, de 16 anos, contou que voltou da lavagem de roupa umas duas horas da tarde e se servira de feijão, mas na “ocasião em que ia principiar a comer, entrara em seu quarto Fermino, que morava com

---

<sup>70</sup> Analfabeta, a senhora Eleutéria pediu que seu irmão Antônio Bernardo de Mendonça redigisse a carta (APERS. *Documentos da escravidão*. Catálogo seletivo de cartas de liberdade acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Volume 2. Porto Alegre, CORAG, 2006: p. 906). Eleutéria Mendonça Terra foi casada com José Francisco Terra (irmão de Joaquim Francisco Terra) e enviuvou em 26.09.1872, apontando o seu inventário post-mortem (1875) um monte-mor de 67:393\$000 réis, com 2.000 braças de campos no lugar denominado Santiago. O casal possuía uma escravaria de 16 indivíduos, avaliada em 11:700\$ réis (16,36% do total patrimonial), com 9 mulheres e 7 homens, sendo 8 de 4 a 14 anos de idade. A parda Serafina era a mais velha daquela escravaria, com 40 anos e sua filha Vitória, também descrita como parda, tinha 13 anos de idade (ambas foram avaliadas pelo mesmo valor, 600 mil réis). (APERS – 1º Cartório do Civil de Rio Grande, inventário nº 248, inventariado: José Francisco Terra, inventariante: Eleuteria Mendonça Terra, 1875).

ela testemunha, tonto e pedindo-lhe que o sustentasse, pois que não tinha forças para estar de pé, o que ela testemunha dissera que - se bem não tivesse forças para sustenta-lo, contudo ia ajuda-lo para ir para a cama”. Ela então chamou a sua avó e Jacinto, que trouxe uma xicara de chá, a qual sorvendo Fermino “um gole, expirou imediatamente”. Depois de ter o quarto revistado, Generosa assumiu ter colocado o veneno na comida, “para fazer uma experiência”. Quanto a Felipe, não morreu porque em tempo lhe deram chá de marcela e azeite, “em consequência do que vomitou até a meia-noite”.

Generosa contestou verbalmente praticamente todos os depoimentos, insistindo que não colocara veneno no caldeirão de comida dos trabalhadores e que se inicialmente confessara, é porque fora *insinuada* pelo pardo Jacinto, irmão do falecido, que a embriagara. Ou que era uma bêbada e nada lembrava, ou que tinha sido embriagada pelo inspetor de quartirão. Ela admite ter tido uma questão com o falecido, na qual recebera umas *bordoadas*, “mas que já estava bem” e que nada tinha sido encontrado na busca em seu quarto, “e que disso está bem certa, porque estava acostumada a varrer todos os dias o seu quarto”. E que quando da busca ela ficara na sala e o inspetor “foi ao seu quarto de dormir, *que ficava na senzala*, afim de proceder ao dito exame”.

O processo se arrastou durante meses ao longo do ano de 1877 e o juiz municipal José Soares de Azambuja teve que explicar que não pôde concluí-lo no prazo legal - “pela dificuldade de serem intimadas as testemunhas, das quais a maior parte se achava no Estado Oriental” -, novamente aparecendo a fluidez da fronteira nos documentos. A audiência finalmente ocorreu às 11 horas da manhã de 25 de agosto de 1877, na casa da Câmara Municipal de Santa Vitória do Palmar, presentes o promotor José Francisco de Carvalho Nobre e o juiz de direito José Antônio da Rocha, quando o oficial de justiça Manoel Joaquim Caetano da Costa, servindo de porteiro, abriu os trabalhos

tocando a campainha. Foi nomeado curador da ré o doutor Emílio Valentim Barrios, mas de nada adiantou porque o juiz Rocha, em 28 de agosto, condenou Generosa no grau mínimo do artigo 192, tendo como circunstância atenuante ter sido ela agredida pela vítima dias antes, com uma pena de 20 anos com trabalho, sendo as custas pagas pela municipalidade, por ser a ré pessoa miserável.<sup>71</sup>

Talvez a liberdade de Generosa não fosse, realmente, sólida, mas ela respondeu drasticamente a ter sido agredida fisicamente como a um animal. Replicar a agressão física daquele escravizado foi uma afirmação de sua liberdade. As pessoas envolvidas no processo, se não a protegeram efetivamente, não parecem estranhar a sua presença ou trata-la como uma *outsider*. Seus vínculos sociais e comunitários existiam, mas parecem tênues, frágeis. Isso pelo menos é o que podemos vislumbrar pelos vidros embaçados daquele documento judiciário.

### **“Por haver dito que ele réu era impostor e adulão”: o campeiro-carneador cearense Antônio, o campeiro-salgador Joaquim e o *gira* Guilherme**

A tarde iniciava tranquila na charqueada do português José Simões Braga, nos Afogados, aos 30 dias do mês de novembro de 1881. “Uma hora depois do meio-dia, no quarto a que chamam sanzalla”, dois escravizados tranquilamente conversavam. Um deles, o campeiro e salgador Joaquim José de Santana, já sexagenário, solteiro, costurava (não sabemos o que) e ao mesmo tempo trocava ideias com o preto

---

71 Como a cadeia de Santa Vitória do Palmar não tinha as condições de segurança necessárias, Generosa cumpriu sua pena em Porto Alegre, onde em 2 de junho de 1886 a encontramos solicitando o traslado de seu processo para instruir uma petição de graça ao Poder Moderador (AHRS – Fundo Polícia, códices 102 e 104, ofícios 671 e 436 - AHRS. *Registros da presença negra no Arquivo Histórico do RS*. Fundo Polícia – Códices, 1842/1888. São Leopoldo: Oikos, 2024: pp. 142 e 148).

Guilherme, seu parceiro.<sup>72</sup> Nisto chegou da estância de Curral de Arroios, pertencente ao mesmo charqueador, o preto Antônio, com uma carroça de couros, o qual depois de descarrega-la foi também para a senzala (ou sanzalha, como parece predominar na oralidade oitocentista). No seu primeiro depoimento, o campeiro e salgador Joaquim José de Santana, única testemunha ocular do crime que se seguiu, relatou que gratuitamente Guilherme dirigiu palavras *injuriosas e provocantes* para Antônio, mas depois a sua versão se tornou mais interessante, detalhando as relações internas daquela escravaria e quiçá diferentes visões do cativo e do domínio senhorial.<sup>73</sup>

Segundo Joaquim, Antônio ficou extremamente irritado e ameaçou Guilherme com um pedaço de pau, o qual saiu do *quarto a que chamam sanzalla* tranquilamente, com um arreador no ombro. Antônio perseguiu seu parceiro para o lado de fora e Joaquim o escutou dizer: “queres ver como te dou um tiro” e daí se ouviu uma detonação. Joaquim saiu da senzala e viu Guilherme deitado no chão já morto e “Antônio chegou-se ao corpo, que estava de bruços, e virou-o, e saindo encilhou um cavalo e disse que vinha ter com o seu *amo* e antes disso fazer tornou a virar o corpo de bruços”. Joaquim

---

72 APERS – Cartório do Civil e Crime de Santa Vitória do Palmar, Sumário Crime, auto nº 1014, maço 37, autora: a Justiça, réu: Antônio, escravizado de Manoel Antônio Lopes, 1881.

73 Afogados e Curral de Arroios são lugares e também arroios tributários da Lagoa Mirim (FARIA, Octavio Augusto de. *Diccionario Geographico, Historico e Estatistico do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1914: pp. 3 e 116; MELLO, Tancredo Fernandes de. *O município de Santa Vitória do Palmar*. Estudo histórico, físico e político. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1992: p. 167; p. 74). Em documentos judiciais e policiais de 1887/1888, a fazenda Curral de Arroio aparece pertencendo ao caudilho Gomercindo Saraiva, que teria aí se homiziado em 1883, fugindo da justiça uruguaia (AZAMBUJA, Péricles. *Histórias das Terras e Mares do Chuí*. Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre, Escola Superior de São Lourenço de Brindes – EST, 1978: p. 113; APERS – Juízo municipal do termo de Santa Vitória do Palmar, sumário crime, auto nº 1090, maço 40, autor: a Justiça, réu: Modesto Terra, 1887; AHRS – Fundo Polícia, código 112, ofício nº 440, 01.06.1888).

disse que há muitos anos ele e Antônio viviam “juntos debaixo do mesmo cativo e que [ele] sempre foi um preto obediente e bom escravo, e que Guilherme há 3 anos que se achava idiota”.

O cadáver do preto Guilherme foi então transferido para o quartel de polícia de Santa Vitória do Palmar, onde um auto de corpo de delito foi feito na presença do delegado Firmiano Hilário de Mendonça e dos peritos, o médico Marcolino Adolfo Cassiano Maia e do boticário/farmacêutico João Antunes da Silva Júnior, os quais constataram um ferimento com arma de fogo na região do estômago como causa da morte. Não sabemos onde Guilherme foi sepultado, pois ele não consta nos registros de óbito de escravizados daquela paróquia, talvez seu cadáver tenha sido removido de volta para a estância, onde seus parceiros lhe proveram de adequado sepultamento.

O réu Antônio se apresentou nos autos de qualificação e interrogatórios como carneador e campeiro, filho da preta Juliana, com 40 anos de idade, solteiro, analfabeto e natural do Ceará (mas na justiça corrigiu seu depoimento, dizendo que era de Pernambuco). Quanto ao homicídio, Antônio alegou que cometeu o crime em sua defesa, pois uma parede lhe impedia a fuga e serviu-se de uma arma que estava encostada na parede de fora da senzala.

O dono da charqueada e da estância não era o senhor de nenhum desses três trabalhadores rurais escravizados, os quais ele alugava de Manoel Antônio Lopes. Guilherme, como se viu, estava com um arreador no ombro, que vem a ser um “relho de açoiteira comprida, com que o tropeiro toca os animais”.<sup>74</sup> Esse instrumento de trabalho era feito de couro trançado e podia certamente se metamorfosear em perigosa arma de ataque ou defesa, mas Antônio relata que temeu ser esfaqueado, pois seu desafeto parceiro portaria uma faca.

---

<sup>74</sup> NUNES, Zeno Cardoso; NUNES, Rui Cardoso. *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1992: p. 40; BOSSLE, João Batista Alves. *Dicionário Gaúcho Brasileiro*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 2003: p. 48.

Além destes três escravizados, temos também o campeiro João Augusto Lopes, com 26 anos, solteiro, também escravizado de Manoel Antônio Lopes e na época alugado a José Simões Braga<sup>75</sup>. O capataz da estância do Curral de Arroios, distante 4 a 5 léguas do local do conflito, era um homem livre chamado André Correia, brasileiro, com 42 ou 46 anos de idade. Na ânsia de chamar o número necessário de testemunhas, muitas pessoas são interrogadas sem ter muito o que dizer. O capataz André disse que estava em sua casa doente e que ouvira dizer que o réu “tinha dado a morte a Guilherme” e uns *rapazinhos* na estância comentaram que ele fora ameaçado com uma faca. O boleiro crioulo José da Conceição (com 32 anos) também estava na estância e nada viu, mas testemunhou que os pretos envolvidos na contenda não eram rixosos. O jornaleiro oriental Gomessindo Silva (42 anos, casado) disse que a *voz pública* era uníssona na versão do réu ter sido agredido ou ameaçado com uma faca. O trabalhador português José Grande (antonomásia de José Ferreira dos Santos) contou que estava na estância do Curral de Arroios e ouvira que a morte teria sido em defesa própria, pelo réu ser agredido “a laçassos e com uma faca”. Duas mulheres foram arroladas como testemunhas

---

75 Esse Manoel Antônio Lopes - Júnior - era o primogênito do casal formado pelo português de Oeiras Manoel Antônio Lopes e da rio-grandina Joaquina Correia Mirapalhete e atuou como inventariante dos bens de sua mãe, em 1859. Segundo os inventários post-mortem encontrados, seus pais possuíam imóveis em Rio Grande (incluindo um armazém), embarcações (um iate e uma lancha), dinheiro, objetos em prata e 27 escravizados (entre os quais não aparece nenhum dos envolvidos nesta contenda de 1881). Só encontramos um documento de liberdade registrado em cartório por Manoel Antônio Lopes, foi o do mina Guilherme, que aos 60 anos de idade, em 08.05.1878, teve ainda que desembolsar um conto de réis para readquirir a sua liberdade. Manoel Antônio Lopes, nesse documento, diz que assim agia como tutor de suas filhas menores. (APERS – 2º cartório do civil de Rio Grande, inventário nº 109, inventariada: Joaquina Correa Mirapalhete, inventariante: Manoel Antônio Lopes, 1859; APERS – 1º cartório do civil de Rio Grande, inventário nº 124, inventariada: Joaquina Correa Mirapalhete, inventariante: Manoel Antônio Lopes, 1859; APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Diversos, livro 17, p. 17, 09.05.1878 - Catalogo das alforrias do APERS, volume 2, p. 739, 902/906).

referidas, sem que seus ofícios fossem anotados pelo escrivão, ambas brasileiras e solteiras: Inácia Olímpia (19 anos) e Maurícia Correia (mesmo sobrenome do capataz da estância, com 20 anos de idade). As duas moravam na estância e disseram que nada sabiam do crime, nem tinham ouvido falar, *pois não saiam do Curral de Arroio*.

Nos seus dois depoimentos, o português José Simões Braga se apresentou como charqueador, casado, com 52 anos de idade e *amo* dos escravizados Antônio e Guilherme. Ele estava na Estância de Curral de Arroios quando chegou o réu dizendo que matara seu parceiro Guilherme “e que vinha se apresentar à autoridade”. O assassinato teria sido em defesa própria, por Antônio ter sido ameaçado por uma faca, se servindo de uma espingarda, “que um companheiro deles havia deixado junto a senzala”. Antônio estava alugado na charqueada há 4 para 5 anos, sendo considerado por seu amo como um “bom escravo, pacífico e cumpridor de seus deveres, quanto a Guilherme, que há 4 anos se achava idiota, por cujo motivo não pagava ele aluguel, pois que havia dias que não queria trabalhar”. O charqueador Braga tinha razão em julgar o campeiro e carneador Antônio um *bom escravo*, pois com sua autorização ele foi até a vila e se apresentou ao delegado Firmiano, contando que matara seu parceiro em defesa própria e pedindo para ser preso. Não fica muito claro, mas talvez o crioulo José da Conceição tenha ido em sua companhia.

O charqueador José Simões Braga morreu no dia seguinte ao natal de 1894, em Santa Vitória do Palmar, sem legar-nos um testamento e já sem possuir o estabelecimento saladeril.<sup>76</sup> A partilha amigável de seus bens foi organizada por sua viúva Andreza da Costa Bezerra Braga e o monte-mor de seus bens atingiu a soma de 11:607\$676 réis, abrangendo um patrimônio composto de um sobrado

---

76 APERS – 1º cartório do civil de Rio Grande, inventário nº 369, inventariado: José Simões Braga, inventariante: Andreza da Costa Bezerra Braga, 1896, Rio Grande.

na rua do Riachuelo nº 58, com duas portas de frente ao norte e um armazém na parte de baixo (8:972\$744), o produto da venda de 800 ovelhas de criar (2 contos de réis), móveis (mesa, guarda-roupa, cadeira de balanço, trem de cozinha) e uma dívida ativa (518\$932 réis). A herança era onerada por uma dívida com João Vladislau Correia, de 5 contos de réis, relativa a dinheiro suprido ao falecido (1:500\$) e ao aluguel (25\$ mensais) de uma casa em Santa Vitoria do Palmar, onde o falecido residiu a partir de 01.06.1883.

Como já dissemos, houve apenas uma testemunha ocular daquela contenda entre os parceiros Antônio e Guilherme, assim, voltemos ao *quarto a que chamam sanzalla*, naquele início de tarde provavelmente quente do dia 30 de novembro de 1881, através das memórias e versões do campeiro/carneador Joaquim José de Santana. Como vimos, Joaquim costurava e conversava com seu parceiro Guilherme quando chegou Antônio, que recém descarregara uma carroça de couros trazidos da estância do Curral de Arroios. Antônio logo comentou com seus dois parceiros, na senzala, que o *patrão* Simões estava muito zangado por ter o peão Marcelino saído da charqueada para a casa de Manoel Maria, ao que Guilherme retrucou (talvez ironicamente) que ele Antônio era *muito adulator*. Obviamente que se esperava que os escravizados e escravizadas mantivessem pelo menos aparente respeito pelos senhores e amos, e suas vontades, mas tais teatros cotidianos da *hegemonia de classe*<sup>77</sup> não eram esperados em espaços de relativa autonomia dos subalternizados, como as senzalas. Tentando captar em indícios encontrados em documentos gerados pelo controle social os *sentidos políticos das atitudes* dos escravizados e escravizadas, parece que o embate entre esses dois parceiros traz mais do que atritos envolvendo masculinidade e cansaço pelo trabalho

---

77 CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

desempenhado. Logo que acusou seu parceiro de *impostor e adulão*, Guilherme saiu da senzala trazendo – como costumava – o arreador ao ombro. Óbvio que estamos complementando detalhes dessa história como a nossa imaginação histórica ou controlada<sup>78</sup>, mas o gesto de Guilherme dando as costas ao seu parceiro e retirando-se da senzala, após chama-lo de puxa-saco do senhor, contém um conteúdo provocador indisfarçável. Antônio imediatamente armou-se com um pau e saiu atrás de seu parceiro gritando - “que lhe quebraria a cabeça”! Joaquim contou para as autoridades que viu tudo de dentro da senzala, já que a porta estava aberta. A cena final foi Antônio pegando uma espingarda, que estava encostada na parede externa da senzala, e ameaçando atirar em Guilherme, o qual avançou contra ele recebendo um tiro. Os últimos passos de Guilherme Louco foram em direção ao seu parceiro Joaquim, talvez pedindo socorro, com as “mãos sobre o estômago”, caindo logo em seguida já morto.

O escravizado Joaquim José de Santana teimou que Guilherme não trazia uma faca na mão ou na cintura, mas face a insistência das perguntas a respeito, acabou mencionando que ele *costumava usar*, mas que com certeza apenas vira a vítima com o “arreador trançado no pescoço” e que o disparo foi dado apenas “por haver Guilherme dito que o réu era impostor e adulão”. A opinião de Joaquim sobre os seus parceiros segue a das demais testemunhas: o réu Antônio não era desordeiro e sempre se comportava como bom trabalhador, já a vítima, Guilherme, era *gira*. A misteriosa arma que se encontrava encostada na parede da senzala, ainda segundo Joaquim, pertencia ao crioulo peão José da Conceição, que a deixara nas mãos de uma preta.

---

<sup>78</sup> LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.90, p. 90; CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte. São Paulo, Companhia das Letras, 1990: p. 18.

Em seu último depoimento, como sexta testemunha a depor na justiça, Joaquim Santana nos fornece uma derradeira informação preciosa, que nos abre uma vereda reflexiva. Ao comentar sobre a saída do peão Marcelino da charqueada, sem autorização do patrão Simões Braga, em direção a casa de Manoel Maria, Joaquim acrescenta que essa residência era um *zungú*. Tal como um antropólogo que anota em seu diário de campo uma palavra ou expressão que necessitará posteriormente de maior reflexão, o escrivão Antônio Tomás Correia Viana escreve a palavra *Zungú* e a sublinha.

Em sua Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana, Nei Lopes conceitua *zungú* como “cortiço, caloji, habitação de negros pobres”.<sup>79</sup> Nas novas Posturas Municipais de Porto Alegre, aprovadas em 1858, no item “Vozerias, Injúrias e Obscenidades”, estava registrada a proibição de “zungús e batuques”, referindo-se, ao que parece, a festas de pretos, fossem religiosas ou profanas. Apolinário Porto Alegre, em seu *Popularium Sul-rio-grandense*, ao analisar a palavra *Zungu*, nos explica que tinha dupla conotação, abrangendo “falatório, rixa de negros” e também moquiço ou cortiço, “reunião de casebres em torno de uma área murada, tendo de ordinário uma só comunicação com o exterior”.<sup>80</sup> De acordo com os batuqueiros-historiadores Vinicius Oliveira, Jovani Scherer e Denis Gomes,<sup>81</sup> “Zungus eram redutos que serviam de moradia ou local de refeição coletiva, para onde convergiam grupos populares diversos em busca de alimento, repouso, solidariedade, vida lúdica ou práticas religiosas”. Ou seja, a concentração de negros nestes locais fez com que os sentidos se

---

79 LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004: p. 698.

80 PORTO ALEGRE, Apolinário. *Popularium sul-rio-grandense (estudo de filologia e folclore)*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS; Instituto Estadual do Livro, 1980: p. 48.

81 OLIVEIRA, Vinicius Pereira de; GOMES, Denis Pereira; SCHERER, Jovani de Souza. *Histórias de batuques e batuqueiros*: Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre. Pelotas: Ed. dos Autores, 2021: p. 33.

misturassem, significando ao mesmo tempo uma forma de habitação e uma reunião indevida de pretos.<sup>82</sup>

A irritação do charqueador com a frequência de um seu peão no zungú de Manoel Maria, toma outros sentidos, políticos e religiosos. Supomos que Manoel Maria fosse um homem negro, livre ou forro, que gerenciava um espaço com conotações lúdicas e talvez religiosas, quiçá um líder espiritual e curandeiro. A existência de um local desses, próximo de uma charqueada e não longe da fronteira com o Uruguai, representava uma ameaça aos poderes senhoriais. O *gira, idiota* ou *mentecapto* Guilherme, ao ofender publicamente seu parceiro Antônio, em plena senzala, de *impostor e adulão*, atingiu-o duramente. Provavelmente a impostura de Antônio seria com relação aos seus parceiros de senzala, já que assumiu a irritação senhorial como sua, desvalorizando a frequência dos parceiros naquele zungú. Adular o senhor quando esse ou outros brancos estavam presentes era aceitável, por fazer parte daquele cotidiano desigual escravista, mas no espaço da senzala e entre parceiros, assumir a opinião do patrão ou amo como sua, era inaceitável, principalmente na década de 1880 e tratando-se de matéria de potencial conteúdo espiritual. Difícil, senão impossível, avaliar a sanidade mental do assassinado, mas segundo o charqueador Simões Braga ele há 4 anos “se achava idiota, por cujo motivo não pagava ele aluguel, pois que havia dias que não queria trabalhar”. Ou seja, Guilherme estava há anos escolhendo quando exercer o seu ofício...

Na sessão do júri de 18 de fevereiro de 1882 o promotor público Marcos Cesar de Barros, em seu libelo acusatório, diz que se

---

82 Ver: SCHERER, Jovani de S. *Experiências de busca da liberdade*. Alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX. Dissertação (Mestrado em História) – São Leopoldo, PPGH / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008: p. 164; SOARES, Carlos Eugênio L. *Zungú*. Rumor de muitas vozes. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998: p. 48.

houve a ameaça com faca por parte do preto Antônio, ela foi *frívola*, pois o ofendido era *mentecapto* e o réu tinha *superioridade mental* com relação ao morto: “Que o crime serviu de desrespeito e mau precedente futuro, visto como foi cometido na casa de seu patrono”. Mas a boa índole do réu não “depõe em seu favor, visto como não foi compelido por motivo provado de justa defesa”. Acresce a isso que, depois de morto Guilherme, o réu por duas vezes virara o seu corpo, “denotando requinte de homem sanguinário e indiferente que, sem remorsos, ousa ainda, com sacrílegas mãos, tocar na própria vítima!”. O réu confessou o crime, mas não se mostrou arrependido, isso exprimindo “ser o réu velhaco e bem conhecedor do injusto mal que cometera”. Guilherme, como idiota, seria digno de caridade!

Já o curador do réu, Júlio de Mendonça Moreira, insistiu na tese de defesa própria, estando o ofendido armado com uma faca, e encerrou eloquente: “Para terminar, acrescentarei ainda que um excelente escravo, morigerado como o acusado, não assassinaria a um seu parceiro se não fosse a isso levado pela necessidade de defender a sua própria vida”.

Cinco dias depois, o juiz de direito doutor Francisco de Paula Araújo e Silva pronunciou o réu Antônio como incurso no grau médio do artigo 193 (homicídio), tendo como circunstância agravante “haver no delinquente superioridade em sexo, forças ou armas, de maneira que o ofendido não pudesse defender-se com probabilidade de repelir a ofensa”, e atenuante ter ocorrido *provocação* da vítima ao delinquente. Antônio foi, então, condenado a receber 200 açoites (atenta a sua idade e o aviso 365, de 10.06.1861) e trazer ferro ao pescoço durante um ano, pagando seu senhor as custas do processo.<sup>83</sup>

---

<sup>83</sup> Aviso nº 365 de 10 de Junho de 1861 - “Sendo mister, para conciliar o rigor da lei com os princípios da humanidade, que a imposição da pena de açoites aos réus escravos tenha por fim somente a necessária punição do delito, sem o perigo da vida ou prolongado e grave detrimento da saúde do paciente: Ha Sua Majestade

Os açoites devem ter sido aplicados ao corpo de Antônio em doses diárias de no máximo 30 a 50, lanhando-lhe a carne e produzindo cicatrizes provisórias e permanentes da justiça senhorial, mas sem mata-lo, o que geraria demasiado prejuízo ao seu senhor. Depois de cuidado por suas parceiras,<sup>84</sup> quando seu corpo estava parcialmente recuperado, as autoridades lhe colocaram ao pescoço uma pesada peça de ferro, que por um ano transformou sua vida em uma tortura cotidiana, o impedindo de atuar em seus ofícios de campeiro e carneador, sendo sua rotina laboral adaptada para exercer tarefas possíveis, dentro de suas limitações.

Infelizmente, este processo criminal de 1881 não nos forneceu informações pessoais sobre o assassinado, a não ser sua qualidade de *preto*, que pode remeter a ser ele africano ou filho de ventre afro-diaspórico. Os dados apareceriam em seu registro de óbito, mas, como já informamos, essa fonte não foi encontrada.<sup>85</sup> É bom para a pesquisa quando um sujeito é chamado mais de uma vez para depor, mesmo que como testemunha informante. Assim aumentam as chances desse informante fugir ou se desviar das lógicas das narrativas judiciais,

---

Imperial por bem que V. Ex. recomende aos juizes de direito dessa provincia a maior cautela a semelhante respeito, advertindo-lhes que devem graduar a pena conforme a idade e robustez do réu, na intelligência de que, segundo afirmam os facultativos, todas as vezes que o número de açoites exceder a duzentos é sempre seguido de funestas consequências; e que deve suspender-se a applicação do castigo, logo que o paciente, a juízo do médico, não o puder mais suportar sem perigo” (TINOCO, Antonio Luiz. *Código Criminal do Império do Brazil anotado*. Ed. Fac- sim. Brasília: Senado Federal, 2003: p. 97).

84 DAMASCENO, Karine Teixeira. *Para serem donas de si*. Mulheres negras lutando em família (Feira de Santana, Bahia, 1871-1888). Doutorado (Tese em História) – Salvador, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2019.

85 Também não localizamos a anotação do óbito e sepultamento de Fermino, envenenado por Generosa em 1876, o que evidencia a existência de pequenos cemitérios nos campos e no interior das fazendas, na maioria dos casos sem o registro dos cadáveres ali sepultados.

introduzindo detalhes fortuitos que os escravões gentilmente anotavam. Foi o caso do escravizado Joaquim José de Santana, campeiro e salgador, que nos trouxe duas preciosas informações: de que a casa de Manoel Maria era um zungú e que o defunto, o preto Guilherme, era *gira*.

Nos dicionários da época, mesmo os de medicina, *gira* não aparece como sinônimo de louco, mentecapto, insano. Será que essa menção feita por Joaquim a respeito de seu parceiro não extrapola a questão da insanidade, associando-o as cerimônias que ocorriam no zungu de Manoel Maria? O historiador Jovani Scherer, em suas pesquisas sobre o batuque no Rio Grande do Sul, menciona que vários escravizados aparecem nos documentos tendo ao lado a palavra – *gira* - e especula que isso pode ser um diminutivo de bonbonjira e uma associação com praticantes de danças e cerimônias rituais. O pesquisador Nei Lopes explica a palavra *gira* como “sessão umbandista; roda ritual para cultuar as entidades”.<sup>86</sup> O preto Guilherme, que circulava pela senzala com arreador ao ombro e que, segundo seu *amo*, “há 4 anos se achava idiota, por cujo motivo não pagava ele aluguel, pois que havia dias que não queria trabalhar”, reconfigura-se, portanto, numa disruptiva e incômoda presença.<sup>87</sup> Pelo jeito a opinião dos parceiros contava bastante para o campeiro-carneador cearense-pernambucano Antônio, levando-o a matar um de seus parceiros. Chamá-lo de adúlão e impostor foi demais, pois poderia inimizá-lo com os frequentadores do zungu, do qual talvez ele também fosse assíduo.

Zungu seria uma habitação gerenciada por um negro ou negra livres ou forros, que operava como potencial instrumento de resistência,

---

<sup>86</sup> LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004: p. 299.

<sup>87</sup> Estas ideias foram inspiradas pela pesquisa de doutoramento do historiador, batuqueiro e capoeirista Jovani de Souza Scherer, desenvolvida na UFRGS, com o título provisório de “A Formação do Batuque no Rio Grande do Sul: Religião, tradições e identidades africanas – século XIX”.

acoutando escravizados fugidos, intermediando objetos desviados das produções senhoriais, ou de sobrevivência, fornecendo aos cativos e forros momentos de descanso, reflexão coletiva, reciprocidades afetivas, espirituais e materiais diversas.<sup>88</sup> Zungus, nesse sentido, eram fundamentalmente *espaços de convívio*, onde se entrecruzavam astúcias que forjavam autonomias relativas e que quando percebidos pelos senhores e autoridades públicas, recebiam dura repressão e vigilância, sendo por isso dotados de mobilidade estratégica, como os quilombos<sup>89</sup>. Quicá também não fosse um zungú o rancho do mina Joaquim Araújo, tratado no item anterior.

Uma senzala com as portas abertas, trabalhadores escravizados *armados* com facas e uma espingarda encostada na porta da senzala, tempos atrás estes elementos provocariam horror aos pesquisadores e talvez fossem desprezados como contraditórios com o que se pensava ser a escravidão, principalmente em sua faceta fronteiriça. Mas era nesse cenário complexo que Guilherme, Joaquim e Antônio viviam.

\*\*\*\*\*

Analisando a “A Relação e descrição dos escravos (por proprietários) fugidos da província para Entre-Rios, Corrientes, Estado Oriental, República do Paraguai e outras províncias brasileiras”, que “abrange escravos fugidos desde 1827 até 1850, mas principalmente após 1835, relacionando, portanto, muitos escravos que fugiram

---

<sup>88</sup> Ver: Elione Guimarães. *Múltiplos Viveres de Afrodescendentes na Escravidão e no Pós-Emancipação*. Família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora - MG, 1828-1928). São Paulo, Juiz de Fora: Annablume, FUNALFA Edições, 2006: p. 47.

<sup>89</sup> GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas*. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995; \_\_\_\_\_. *A hidra e os pântanos*. Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII – XIX). São Paulo, Editora UNESP e Ed. Polis, 2005; AL-ALAM, C. C.; PINTO, N. G.; MOREIRA, P. R. S. *Os Calhambolas do General Manoel Padeiro*. Práticas quilombolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835). 2. ed., rev. e ampl., e-book. São Leopoldo - RS: Oikos, 2020.

durante a guerra civil”, o historiador Thiago Araújo, encontra 29 escravizados que escaparam de senhores do Taím e 8 de Santa Vitória do Palmar.<sup>90</sup> Já Eduardo Arriada, usando fontes similares, aponta três casos de escravizados fugidos daquela fluída região fronteiriça:

O crioulo Manoel (estatura menor que ordinária, beijudo, boca grande, gago e coxo, precedido da quebradura de uma coxa, lavrador e tocador de viola, idade 40 anos), escravo de Manuel Correia Mirapalmete, fugiu em dezembro de 1847 para o Estado Oriental e apresentou-se à força do coronel Juan Barríos.

O angola Antônio (estatura baixa, cara comprida, cabeça pequena, campeiro), escravo de Faustino José da Costa, fugiu em janeiro de 1849, apresentou-se em Santa Tereza ao comandante Bernardino.

O angola Antônio (preto, estatura regular, cara redonda, cabeça grande, campeiro), escravo de José Bernardo da Costa, fugiu em janeiro de 1849, apresentou-se em Santa Tereza, ao comandante Bernardino.<sup>91</sup>

Individualmente ou em grupo, escravizados manejavam a fronteira, se aproveitando das disputas fronteiriças, se arriscando a serem soldados nas lutas intestinas uruguaias.

Em 18 de agosto de 1859 o inspetor Bernardino José Borges, da Alfândega da cidade do Rio Grande, acusava o recebimento do ofício do chefe de polícia José Antônio Vaz de Carvalhaes, o qual trazia ponderações do subdelegado de polícia de Santa Vitória do Palmar sobre a necessidade de vigilância “nas praias do mar grosso

---

<sup>90</sup> ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Desafiando a Escravidão*. Fugitivos e insurgentes negros e a polícia da liberdade nas fronteiras do Rio da Prata. Tese (Doutorado em História) – Campinas, Unicamp, 2016.

<sup>91</sup> ARRIADA, Eduardo. *Da Coxilha do Palmar de Lemos à Cidade de Santa Vitória do Palmar*. Porto Alegre, Pacartes, 2015: pp. 69/70.

ou barra do Chuí, contra a possibilidade de algum desembarque de africanos nesta província”. Bernardino relatava que era:

[...] extremamente difícil operar o desembarque de que se trata desde o Pontal da Barra até as imediações do Albardão, por ser todo este espaço muito habitado, e porque os desembarcados só podem recolher-se a esta cidade ou seguirem por terra para o Rio São Gonçalo, que além da grande distância e péssimo caminho, estão expostos a serem observados e descobertos. Não acontece outro tanto, porém, ao local da Costa desde o ponto denominado Aldardão até o Chuí, cuja distância anda por cerca de [...] léguas, tendo apenas 3 ou 4 habitações em toda a extensão e que por existir entre a Costa do mar e a lagoa mirim uma comprida lagoa conhecida pela lagoa do Albardão, com ilhas pelo centro circuladas de matos, que oferecem esconderijos a grande número de pessoas, e sendo pequena distância da costa do mar a dita lagoa, facilmente se atravessa em canoas e lanchas, podendo depois deste ponto tomarem em iates um destino qualquer.<sup>92</sup>

O pavor do tráfico transatlântico ilegal, principalmente após a lei Euzébio de Queiroz, de 1850, e o desembarque clandestino de Capão dos Negros, de abril de 1851<sup>93</sup> continuava assombrando as autoridades, e aquela região, por seu isolamento, distância dos centros urbanos, proximidade com a fronteira uruguaia e forte presença de escravizados e escravizadas, se configurava em um ponto de difícil controle.

Estes *campos neutrais* ainda demandam muitas pesquisas e nossa intenção aqui foi apontar a sólida sociedade escravista que ali vicejava, apontando números e nomes e visibilizando estratégias de resistência e sobrevivência.

---

<sup>92</sup> AHRS. *Registros da presença negra no Arquivo Histórico do RS - Fundo Polícia*. Documentação avulsa (1826/1888). São Leopoldo: Oikos, 2023: p. 504/505.

<sup>93</sup> BARCELLOS, D. M. de; CHAGAS, M.; FERNANDES, M.; FUJIMOTO, N.; MÜLLER, C.; MOREIRA, P.; VIANNA, M.; WEIMER, R. *Comunidade negra de Morro Alto*. Historicidade, identidade e territorialidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

# A PECUÁRIA ESCRAVISTA VOLTADA PARA A PRODUÇÃO DE CHARQUE (Bagé, século XIX)

Marcelo Santos Matheus<sup>94</sup>

## Introdução

No dia 9 de julho de 1864, na Matriz de Bagé, contraíram matrimônio o pardo liberto João Batista Grillo, filho natural de Luíza, nascido e batizado em *Pelotas*, e Petrona Maria dos Santos, filha natural de Manoela, nascida e batizada em Bagé<sup>95</sup>. A primeira vez que nos de-

---

<sup>94</sup> Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor de História do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: marcelo.matheus@canoas.ifrs.edu.br

A pesquisa que possibilitou a produção deste texto contou com financiamento da Fapergs, Fomento Interno do IFRS e do CNPq.

<sup>95</sup> Arquivo da Diocese de Bagé [doravante ADB]. Registros de Casamento, livro 3, p. 111. Quando casou com Petrona Maria, João Grillo tinha cerca de 25 anos, pois

paramos com João Grillo na documentação foi em 1853. Em junho deste ano ele apadrinhou, junto com Maria Isabel, a pequena (homônima em homenagem à madrinha) Maria Isabel, filha natural de Marcelina, escrava de Alexandre Sotamino<sup>96</sup>. Não sabemos quando João Grillo migrou de Pelotas para Bagé, mas a partir do batismo de Maria Isabel sabemos que ele estabeleceu uma série de relações que o colocaram em uma posição socialmente privilegiada frente a outros indivíduos ligados ao cativeiro.

Em 1867, João Grillo serviu de testemunha de casamento de Evaristo Velloso, também natural de *Pelotas* e filho legítimo de Teodolino Velloso e Leonarda Cardoso, com Eufrásia Fagundes, filha natural da forra Felizarda<sup>97</sup>. Entre 1868 e 1871, o preto livre Evaristo Velloso apadrinha três crianças (uma “china”, filha da paraguaia Maria Valentina, e duas “brancas”), duas delas com sua esposa e uma com sua sogra, Felizarda Fagundes. No testamento conjunto dele e de sua esposa, escrito em 1875 em Bagé “na casa de Evaristo Velloso, na rua Barão do Amazonas”, ratifica-se que ele era natural de Pelotas e filho de Teodolino Velloso e de “Dona” Maria Leonarda da Conceição, mas retifica-se a informação quanto à legitimidade de Eufrásia: ela era filha legítima de Bernabé Fagundes e Felizarda Delfina Fagundes, ambos naturais de *Pelotas*. Quando Evaristo

---

cinco anos depois do casamento, em 1869, em uma Lista de Guardas Nacionais, ele foi qualificado como “casado, alfaiate, com renda anual de 300 mil réis, com 30 anos e morador no 1º distrito”. Essa renda, apesar de baixa, o colocava acima dos 41,5% dos 285 qualificados que detinham uma renda entre 100 e 200 mil réis. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo da Guarda Nacional, maço 67. Bagé, Lista de Guardas da Ativa e da Reserva, 1869.

<sup>96</sup> ADB. Registros de Batismo (doravante RB). Livro 3, p. 132.

<sup>97</sup> ADB. RB. Livro 3, p. 149v e Livro 4b, p. 111v.

faleceu, quem apresentou o testamento ao juiz e assinou o Termo de Abertura foi seu sogro, Bernabé Fagundes<sup>98</sup>.

Em Lista de Guardas Nacionais, produzida em 1862, Bernabé Fagundes foi qualificado como “proprietário, com 46 anos e com renda de 400 mil réis”<sup>99</sup>. Entre 1853 e 1864, Bernabé apadrinhou seis crianças – 4 escravas e 2 livres, sendo que em um dos registros ele foi qualificado como “preto forro” – e serviu como testemunha de casamento quatro vezes. Em uma das cerimônias o nubente foi o preto forro Dionísio José Leal, natural de *Pelotas*<sup>100</sup>.

João Batista Grillo, Evaristo Velloso, Bernabé Fagundes e sua esposa Felizarda Delfina, Dionísio José Leal e outros faziam parte de uma intrincada rede de libertos e/ou pretos livres que se estabeleceram em Bagé, na segunda metade do século XIX, utilizando o compadrio (via batismo e casamento) para produzir, ampliar e fortalecer os laços sociais entre os integrantes desse grupo, além de projeção social para fora do mesmo. Boa parte dessa comunidade de libertos migrou de Pelotas, mas não romperam os laços com a antiga localidade, refazendo os mesmos em Bagé.

Por sua vez, os irmãos Ovídio Thomas Cupertino e João Thomas Cupertino eram comerciantes que interligavam as praças de *Pelotas* e Bagé, com uma casa de negócio em cada município (a de Bagé também servia como botica), além de realizarem o correio entre ambas. Os irmãos Cupertino constantemente anunciavam alguns

---

<sup>98</sup> Registro de Testamento. Evaristo Velloso e Eufrásia Fagundes Velloso, nº 233, maço 6, estante 46, 1876.

<sup>99</sup> A renda de 40 mil réis o colocava entre acima dos 56% que detinham uma renda até 300 mil réis. AN. Série Justiça, Gabinete do Ministro, IJ1 580. ‘Relação nominal dos praças do Corpo nº 31 da Guarda Nacional pelo Conselho de Qualificação’, Bagé, 1862.

<sup>100</sup> ADB. RBIB. Livro 3, pp. 136, 137 e 145, Livro 4a, p. 215v e 231v, Livro 4b, pp. 46, 89, 90 e 100v, Livro 6b, p. 169, e Livro 7b, p. 131v. ADB. RCIB. Livro 2, p. 77, e Livro 3, pp. 47, 110v e 169. Para alforria de Felizarda: APERS. LNTN. Bagé, livro 2, p. 169.

de seus produtos e serviços nos jornais de Bagé. Em dezembro de 1861, Ovídio ofertou, para vender em *Pelotas*, “dois prédios em bom estado [...], uma chácara na estrada da costa de Pelotas e mais cinco escravos”, além de “dois prédios” no município de “Rio Grande na rua Direita – quem se julgar interessado, dirija-se a João Thomas Cupertino em Pelotas, rua 7 de setembro”. Em fevereiro de 1862, o barão de Piratini publicou no jornal *Aurora de Bagé* que

FUGIU: de *Pelotas* no dia 15 o escravo Tito, do Sr. Barão de Piratini, nascido na estância de São João, [na] Costa de Camaquã, e que há anos estava a serviço do mesmo Barão, tem idade de 18 anos, estatura regular, cabeça pontuda para trás, olhos, boca e pés grandes, nariz achatado, dentes claros, anda com passo miúdo e um pouco curvado; quem o capturar e leva-lo até Cupertino e Irmão, farmacêuticos nesta cidade, será generosamente recompensado<sup>101</sup>.

Por seu turno, em setembro de 1863, Ovídio Cupertino compareceu à igreja em Bagé para batizar José, que foi qualificado pelo padre como “pardo”, seu filho legítimo com Maria Magdalena dos Anjos Siqueira<sup>102</sup>.

Além de destino de libertos, ser foco de pequenos e médios comerciantes que a interligavam com o centro charqueador e fornecer gado diretamente para as charqueadas, Bagé era um corredor de passagem para o gado proveniente do Uruguai<sup>103</sup>, o que fazia com que parte de sua elite econômica também mantivesse estreitos laços com Pelotas. O estanceiro mais rico de Bagé ao longo no século XIX,

---

<sup>101</sup> Arquivo do Museu Dom Diogo de Souza. Fundo Jornais. ‘Aurora de Bagé’, 31 de dezembro de 1861, 5 e 26 de fevereiro de 1862.

<sup>102</sup> ADB. Livro 6b, p. 72v.

<sup>103</sup> VARGAS, Jonas. Elites, famílias e riqueza na pecuária gaúcha: o caso dos estancieros e charqueadores de Bagé (c. 1850-1930). In: ADRANDE, Gustavo; PADOIN, Medianeira Maria, ISMÉRIO, Clarisse (orgs.). *História de Bagé: novos olhares*. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2021, p. 284.

cujo patrimônio foi avaliado em mais de 88 mil libras, João Antônio Martins, teve o inventário *post-mortem* produzido no ano de 1850 em Pelotas em razão dos negócios da família atravessarem a Campanha se estendendo até o pólo charqueador da província. Nas palavras de Jonas Vargas,

Não é coincidência que muitas famílias ricas da região da campanha possuíam casas em Pelotas. O mesmo vale para João da Silva Tavares, que inclusive teve um de seus filhos, Joaquim da Silva Tavares (Barão de Santa Tecla), atuando como rico charqueador em Pelotas. João Antônio Martins, por sua vez, possuía muitas casas, armazéns e terrenos em Pelotas, além de ações no Teatro Sete de Abril, um piano e vários livros, demonstrando seu apreço pela incipiente vida cultural pelotense.<sup>104</sup>

Portanto, eram fortes as relações socioeconômicas entre Bagé e Pelotas. E isso vale tanto para indivíduos de elite, comerciantes, quanto para egressos do cativoiro.

Nesse sentido, esse capítulo trata da organização da produção pecuária na localidade de Bagé ao longo do século XIX. O produto desta atividade econômica era vendido na sua maioria para as charqueadas pelotenses, as quais estavam ligadas a mercados atlânticos mais amplos.

Contudo, a pecuária ali praticada tinha uma característica: em grande medida, ela estava assentada e dependia da exploração da mão de obra escrava de africanos e seus descendentes. Nesse contexto, iremos tratar desde a invasão e ocupação da região por luso-brasileiros, passando pela organização social, até características da utilização de escravos na lida com o gado. Para tanto, censos, documentação cartorial, registros eclesiásticos, inventários *post-mortem*, dentre outras fontes, serão cotejados e explorados.

---

<sup>104</sup> Ibidem, pp. 286-287.

## A localidade e a presença escrava

A região onde se instalou a capela de Bagé, na atual fronteira sul do Rio Grande do Sul (doravante RS), começou a ser invadida e ocupada por luso-brasileiros no final do século XVIII. Entre os anos de 1790 e 1797, quinze sesmarias foram concedidas<sup>105</sup>. Na virada do século, no contexto dos conflitos entre Portugal e Espanha, os luso-brasileiros invadiram e conquistaram os Sete Povos das Missões Orientais e avançaram “definitivamente sobre os campos neutrais até o Jaguarão, e também penetraram até o rio Ibicuí”, organizando destacamentos para proteger a fronteira. Todavia, novas sesmarias só passaram a ser concedidas a partir de 1810<sup>106</sup>.

Em um movimento típico no processo da invasão e ocupação da fronteira sul do Brasil (i.e., avanço militar e organização de um templo para servir de amparo às almas do acampamento), a partir de 1812 começaram a ser realizadas cerimônias de batismo em Bagé – no Oratório privado do Tenente Pedro Fagundes de Oliveira, onde havia uma imagem de São Sebastião, padroeiro dos militares<sup>107</sup>, o que fazia com que Pedro Fagundes estabelecesse relações de patronagem com a população local. De fato, Pedro Fagundes foi um dos primeiros potentados da localidade, recebendo carta de sesmaria em 1814. O seu inventário, realizado em 1830, tem o sexto maior monte-mor até 1850, alcançando quase cinco mil libras (ou pouco mais de 50 contos de réis). Nele, consta 32 escravos, mais de mil reses de criar, um rebanho cavalar superior a 1.500 peças (1.200 delas de éguas), 34

---

<sup>105</sup> MARTINS BRASIL, Carlos Roberto. *Sesmarias em São Sebastião de Bagé: primórdios do povoamento*. Porto Alegre: Renascença, 2009, pp. 54-55.

<sup>106</sup> OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 1990, pp. 114-115. (Dissertação de Mestrado).

<sup>107</sup> TABORDA, Tarcisio Antônio C. *A Igreja de São Sebastião de Bagé*. Bagé: s/e, 1975, pp. 25-28.

bois mansos (mais ferramentas agrícolas, como enxadas, machados, carretas, arados), 4 burros e chovores, além de mulas, demonstrando a diversidade de atividades produtivas. Ao então Capitão deviam alguns moradores, bem como a Fazenda Nacional<sup>108</sup>.

Com o crescimento da localidade, em abril do mesmo ano os moradores de Bagé enviaram um requerimento à Mesa de Consciência e Ordens, na qual constava que: “Requerereu João Manoel Boleno, Comandante do Distrito de São Sebastião de Bagé [...] e os mais habitantes daquele lugar assinados na Relação”, alegando que, sendo fregueses Capela de Caçapava, sofrem “gravíssimos incômodos” para conseguir o alento “Espiritual tanto para si como para suas numerosas famílias em razão das grandes distâncias”, que chegavam a “14 léguas”. Informavam também que o único lugar para realizar a missa ou os sacramentos era um “pobre Oratório”, mais “conveniente a Solidão do lugar do que a decência do seu alto Ministério no meio de um povo católico”<sup>109</sup>.

**Tabela 1: “Relação dos moradores, suas famílias e ofertas que os mesmos Moradores concorrem para a fatura da nova Freguesia no Distrito de São Sebastião”, 1814**

Morador	Almas	Dinheiro	Novilhos	Vacas
João Manoel Boleno	6	38\$400	10	4
Jose Francisco Moraes Fagundes	37	64\$000	16	8

<sup>108</sup> APERS. Registro de Inventário. Capitão Pedro Fagundes de Oliveira, Comarca do Rio Grande do Sul, Fundo 003, I Vara da Família, nº 18, 1830.

<sup>109</sup> AN. MCO, Código 4J, Seção de Guarda Codes/SDE: caixa 283, Criação de Freguesias e Capelas – ‘Ereção da nova Freguesia de São Sebastião de Bagé’. Todas as próximas citações são deste documento, salvo nova referência. Todos os grifos são nossos.

Pedro Fagundes	34	6\$400	-	-
Antônio de Medeiros	11	6\$400	-	-
José Gonçalves Meireles	5	-	1	-
Zeferino Fagundes de Oliveira	7	-	3	-
Maria Joana [ilegível]	7	6\$400	-	-
Manoel M. de Souza	9	6\$400	-	-
Brisida de Oliveira	17	12\$800	-	-
Manoel Rodrigues Nunes	22	12\$800	-	-
Vasco Barbosa do Couto	1	6\$400	-	-
Luis José Lima	6	2\$000	-	-
José Jacinto Pereira	21	6\$400	-	-
Manoel Antônio Severo	13	4\$000	-	-
Francisco Carneiro da Fontoura	12	12\$800	-	-
Luis Gomes Jardim	9	8\$000	-	-
Bento José Vieira	1	3\$200	-	-
Severino Teixeira Brasil	9	4\$000	-	-

Francisco de Paula Maia	5	6\$400	-	-
[Ilegível]	6	2\$000	-	-
Antônio de Ar. França	10	4\$000	-	-
Francisco Antônio de Vargas	13	\$640	-	-
Vitoriano Francisco de Almeida	6	6\$400	-	-
João Manoel Machado	8	1\$600	-	-
Elibad. Alves de Oliveira	4	1\$280	-	-
Manoel Rodrigues Pereira	8	1\$000	-	-
Francisco José de Carvalho	26	12\$800	-	-
Francisco José Farinha	5	4\$000	-	-
José Custódio Coelho Leal	5	4\$000	-	-
João José de Bastos	4	2\$000	-	-
João Gonçalves Rodrigues	10	25\$600	-	-
<b>Total – 31 moradores</b>	<b>238</b>	<b>270\$200</b>	<b>30</b>	<b>12</b>

Arquivo Nacional. Mesa de Consciência e Ordens, Código 4J, Seção de Guarda Codes/SDE: caixa 283, Criação de Freguesias e Capelas – “Ereção da nova Freguesia de São Sebastião de Bagé”.

Não era, porém, suficiente “este Socorro, perecendo muitas almas sem os Sacramentos da primeira necessidade”. Por isso, suplicavam pela “Criação de uma nova Paróquia”, tendo como divisórias ao norte as “Capelas de Caçapava e Batovi [São Gabriel] determinada a extensão de cada uma segundo o cômodo dos Moradores; pelo Sul e pelo Oeste a Linha Divisória dos domínios Espanhóis e Portugueses”; por fim, pelo leste, com a Capela de Piratini.

Para tanto, prometiam os moradores a “fabricar um templo [...], para cuja despesa se tem coletado voluntariamente cada um nas quantias em dinheiro e animais”. Como se comprometeram em construir a capela, na requisição, enviaram uma Lista com os recursos que iriam disponibilizar para tal feito, assim como quantas almas estavam sob seu poder e responsabilidade. Como demonstra a Tabela 1, a absoluta maioria (93,5% dos moradores) que contribuiriam eram homens. O montante em dinheiro recolhido (cerca de 270 mil réis) é maior do que a documentação geralmente refere sobre o que seria, naquela época, a “côngrua”<sup>110</sup> anual de um pároco, que ficava em torno de 200 mil réis. Juntamente com o dinheiro, foram arrecadados alguns animais para o sustento da mesma.

Ao pé da Lista, há uma observação em que o sacerdote certifica que “há mais Moradores neste Distrito, e que por andarem na Campanha e não saberem ler, não assinaram”. Infelizmente, como é possível observar, os moradores de Bagé não discriminaram as “almas livres” e as “almas escravas” como em requerimentos de outras localidades. No entanto, por inferência, fica óbvio que boa parte daquelas eram de cativos<sup>111</sup>.

---

<sup>110</sup> “Pensão que se concedia aos párocos para sua conveniente sustentação”. Em: FERREIRA, Aurélio B. de H. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: 1999, p. 529.

<sup>111</sup> MATHEUS, Marcelo S. *A produção da diferença Escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (c. 1820-1870)*. São Leopoldo: Oikos/IFRS, 2021., p. 72.

Em 10 de outubro de 1814, o Vigário-geral de Porto Alegre, Antônio Vieira da Soledade, anuiu com a construção da nova capela. Quase três anos depois do requerimento inicial, e apesar da resistência do Vigário de Cachoeira, Matriz a qual Bagé e Caçapava estavam subordinadas, o Visconde de Villanova da Rainha, em 13 de setembro de 1815, deu voto favorável e definitivo à criação da capela.

Apesar da aprovação em 1815, os registros eclesiásticos do novo Curato de Bagé começaram a ser produzidos somente em 1818. Contudo, durante a Guerra da Cisplatina, 1825-1828, que terminou com derrota brasileira, Bagé foi ocupada algumas vezes pelo exército oriental. Quase no final do conflito, durante a retirada das tropas de orientais da localidade, o “templo católico foi destruído”, com a documentação eclesiástica sendo perdida<sup>112</sup>. Em função deste acontecimento, os registros de batismo têm início apenas em maio de 1829.

**Tabela 2: batizados em Bagé por condição jurídica e sexo (c.1830-1870)**

-	Livres	Escravos	Forros	Total	%
<b>Homens</b>	4.979	1.580	38	6.597	50
<b>Mulheres</b>	4.998	1.577	40	6.615	50
<b>Total</b>	9.977	3.157	78	13.212	100
<b>%</b>	75.5	24	0.5	100	-

Do início dos batismos até o final do ano de 1870, mais de 13 mil pessoas foram levadas à pia batismal. Dentre elas, 24% foram escravos. Por si só, esses números já seriam significativos, contudo, ao contrário de outras localidades, nos registros de batismo de Bagé praticamente não há africanos – apenas 14 no recorte temporal mencionado.

O primeiro levantamento populacional, e único que discrimina africanos de nascidos no Brasil, realizado em Bagé foi em 1846. Nele, a população brasileira da Cisão que do Brasil de São Paulo em relação a Bagé. Rio de Janeiro: IBGE, 1951, p. 6.

duas mil almas de 1815. O percentual de escravos era de quase 30%, sendo que 1 em cada 4 cativos era africano(a).

**Tabela 3: Mapa da população por quarteirões, Bagé (1846)**

-	Livres	Escravos	Libertos	Total
<b>Números absolutos</b>	2.884	1.212	8	4.104
<b>%</b>	70	29,5	0,5	100

AHRS. *Mapas estatísticos da população dos municípios e distritos da Província do Rio Grande*. Fundo de Estatística, maço 1, 1846.

**Tabela 4: Percentual de crioulos e africanos, Bagé (1846)**

Escravos	Números absolutos	%
Crioulos	908	75
Africanos	304	25
Total	1.212	100

Ao mesmo tempo, os inventários confirmam essa representativa população africana: até 1850, 143 africanos, ou quase 30% de todos cativos legados como bens, foram arrolados nos inventários abertos na localidade. Nas duas décadas seguintes esse percentual ficou em torno de 17%. Ou seja, o número de africanos em Bagé era significativo, sendo um mistério o porquê uma parte deles não era batizada na própria localidade, como acontecia alhures.

Ao contrário do levantamento populacional realizado em 1846, o censo de 1858 traz apenas números gerais sobre a população do município. Somente o primeiro censo geral do Brasil, de 1872, traz

algumas informações mais detalhadas. Ambos os levantamentos ilustram o aumento, especialmente em números absolutos, da população cativa de Bagé.

**Tabela 5: Condição jurídica da população, Bagé (1858)**

-	nº absoluto	%
<b>Livres</b>	7.982	64,5
<b>Escravos</b>	4.016	32,5
<b>Forros</b>	344	3
<b>Total</b>	12.342	100

Federação de Economia e Estatística. *Mappa Statístico da População da Província classificada por idades, sexos, estados e condições com o resumo total de livres libertos e escravos*. In: *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS, 1803-1850*. Porto Alegre: FEE, 1981, p. 66.

**Tabela 6: Condição jurídica da população, Bagé (1872)**

-	nº absoluto	%
<b>Livres</b>	16.952	78
<b>Escravos</b>	4.816	22
<b>Forros</b>	s/r	s/r
<b>Total</b>	21.768	100

Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

Em 1858 a população escrava apresentou um crescimento substancial: saltou de 1.212 cativos para mais de quatro mil almas. Percentualmente o crescimento foi menor, indo de 29,5% para 32,5%. Embora tenha diminuído em termos percentuais para 22% em 1872, a população cativa cresceu, chegando a 4.816 escravizados, mesmo em um período em que o tráfico atlântico já estava interrompido.

Embora a exploração da mão de obra escrava se processasse na pequena área urbana, no serviço doméstico, nas agriculturas, etc., esse significativo número de cativos era destinado para a principal atividade econômica da região, a qual, como já mencionamos, abastecia em grande medida as charqueadas pelotenses: a pecuária. É a organização dessa atividade produtiva escravista que veremos no próximo tópico.

### **A exploração da mão de obra na pecuária**

Embora não fosse a única atividade econômica, já que a pequena agricultura também era praticada, a produção pecuária (bovina, de muares, ovino ou cavalari), de criadores de diferentes envergaduras, estava presente em cerca de 80% dos inventários entre 1820 e 1870<sup>113</sup>. Conforme um Censo Agrário realizado em 1858, o qual contabilizou 260 estâncias em Bagé, havia 531.640 cabeças de gado vacum na localidade, o que colocava o município como o segundo maior produtor da província<sup>114</sup>.

Bagé estava situada na região chamada de *Campanha*, cujo relevo era caracterizado por pastos propícios à prática da pecuária. Em relação ao total da população da Campanha (contabilizando as principais localidades – Bagé, Alegrete, São Gabriel, Santana do Livramento e Uruguaiana), em 1858, Bagé concentrava cerca de 30,5% da população geral e 36,5% do total dos escravos. Em 1872, estes percentuais passaram para 30,5% e 38%, respectivamente. Neste

---

<sup>113</sup> MATHEUS, Marcelo. Op. cit., 2021, cap. 3.

<sup>114</sup> Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Estatística. Maço 2. 'Mapa numérico das estâncias existentes dos diferentes municípios da província, de que até agora se tem conhecimento oficial, com declaração dos animais que possuem e criam, por ano, e do número de pessoas empregadas no seu custeio', 1858. Alegrete vinha em primeiro lugar, com 391 estâncias e com 772.232 cabeças de gado.

mesmo ano, o município era um dos nove do RS em que mais de 20% da população ainda era escravizada<sup>115</sup>.

### Mapa: Limites aproximados do município de Bagé, c.1850



Os percentuais descritos nos dois parágrafos acima repercutem nos patrimônios inventariados. Entre aproximadamente 1820 e 1870,

<sup>115</sup> FEE. *Mappa statistico*, op. cit., p. 66; <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>.

<sup>116</sup> Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/>, Acesso em 18 de julho de 2025.

foram produzidos 314 inventários que trazem o levantamento e a avaliação dos bens. O peso do valor dos escravos ficou sempre entre 22% e 30% das fortunas.

A variação desse percentual ao longo do tempo se deve a diferentes conjunturas. Entre 1820 e 1850, quando escravos alcançaram a maior valorização e os rebanhos, ao menos até 1835, também, foi marcada por duas guerras. Helen Osório ponderou que “os bens móveis sobrepujam amplamente as terras e suas benfeitorias numa sociedade em que os bens deviam poder ser rapidamente evacuados”<sup>117</sup>.

No geral, imóveis chegaram a 33,5%, sendo o bem com maior valor frente ao total das fortunas. Todavia, isto deveu-se, essencialmente, à valorização da terra após 1850, especialmente na década de 1860, pois até a metade do século os imóveis compunham 25% dos patrimônios, ficando atrás dos rebanhos e do valor dos escravos<sup>118</sup>.

---

<sup>117</sup> OSÓRIO, Helen. *O império português ao sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, pp. 67-75.

<sup>118</sup> FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2007, p. 97. (Tese de Doutorado)

**Tabela 7: Composição do patrimônio entre os inventariados (imóveis, escravos, rebanho e moeda), Bagé (c.1820-1870) – em %**

<b>Período</b>	<b>Imóveis</b>	<b>Rurais</b>	<b>Urbanos</b>	<b>Escravos</b>	<b>Apenas entre os escravistas</b>	<b>Todo rebanho</b>	<b>Rebanho bovino</b>	<b>Moeda</b>	<b>Outros</b>
c.1820-1835	25	93,5	6,5	26,5	26,5	33,5	29	2,5	12,5
1841-1850	25	85,5	14,5	29,5	31,5	26	21,5	0,5	19
1851-1860	27,5	87,5	12,5	24,5	30	31,5	28	2	14,5
1861-1870	42	78	22	22,5	28	18,5	15,5	4,5	12,5
c.1820-1870	33,5	83,5	16,5	24,5	29	24,5	21,5	3	14

APERS. Registros de Inventários. Bagé, c.1820-1870.

Obs: 314 inventários no total – 25 entre c.1820-1835, 41 no próximo período, 98 na década de 1850 e 150 entre 1861-1870.

Daqueles 314 inventários em que temos os monte-mor bruto, 245 podem ser descritos de criadores de gado vacum<sup>119</sup>, isto é, tiveram menos de uma dezena (em apenas 7 inventários encontramos 10 ou menos reses) até milhares de cabeças de gado arroladas. É com estas mais de duas centenas de criadores, que representam quase 80% do total de inventariados, que trabalhamos agora.

Embora houvesse uma concentração do gado nas mãos dos maiores proprietários, uma quantidade significativa de pequenos produtores, com ou sem a propriedade da terra, mas, de uma forma ou de outra, com acesso a ela, também ocupava aquele espaço geográfico. Na verdade, este grupo era majoritário, embora detivesse uma quantidade de gado bem abaixo de sua representatividade.

Durante todo o período aqui analisado, 220.427 reses foram arroladas, em uma média de 899,5 reses por documento. Cerca de  $\frac{1}{4}$  dos inventários apresentaram de 1 a 100 reses; em outros 89 (ou 36,5%) foram descritas de 101 a 500 reses; em 33 (13,5%), de 501 a 1.000 animais; por fim, em 62 inventários (ou 25%) mais de 1.000 reses. Assim, temos que mais de 61% eram de pequenos criadores (tinham até 500 reses), desfazendo a ideia da Campanha como um espaço ocupado apenas por grandes estâncias, onde produzia-se enormes rebanhos, algo já demonstrado pela historiografia<sup>120</sup>.

Contudo, estes quase  $\frac{2}{3}$  de pequenos criadores concentravam pouco mais de 12% do total de reses inventariadas. Consideramos o criador com até 500 reses como *pequeno*, pois a quantidade de animais que o mesmo poderia dispor alcançava, em média, cerca

---

<sup>119</sup> De novo, designamos gado vacum todas as reses, vacas, novilhos e terneiros, tratados aqui neste tópico somente por *reses*.

<sup>120</sup> FARINATTI, Luis A. Op. cit.

de 10% ao ano, ou seja, ele podia utilizar aproximadamente 50 reses anualmente sem que seu rebanho diminuísse de tamanho<sup>121</sup>.

Dentro deste grupo, de *pequenos* criadores, estão os inventários com até 100 animais. Como atestou Helen Osório para o período colonial, os produtores com menos de 100 reses nem eram denominados como *criadores* e, geralmente, desempenhavam outra atividade – estes, classificados como *mais lavoura* do que criação, tinham em média 104 reses<sup>122</sup>. Em Bagé, dentro desse grupo, de fato expressivos 62,5% tiveram essa condição (praticar outra atividade além da criação de gado vacum) anotadas em seus inventários, a partir dos critérios aqui utilizados.

Já os médios criadores (de 501 a 1.000 reses) detinham pouco mais de 10% do gado. Por sua vez, os estancieiros com mais de 1.000 reses concentravam absurdos 76,5% do rebanho, isto é, mais que o dobro de sua representatividade (25%), confirmando, a partir deste aspecto, a existência de uma enorme desigualdade.

**Tabela 8: Presença da posse de escravos entre criadores de gado, Bagé (c.1820-1870)**

Tamanho dos rebanhos	c.1820-1835	1841-1850	1851-1860	1861-1870
<b>Até 100 reses</b>	100%	85,5%	62%	77,5%
<b>De 101 a 500</b>	100%	100%	89,5%	80%
<b>De 501 a 1.000</b>	-	100%	100%	100%
<b>Mais de 1.000</b>	100%	100%	100%	100%
<b>Total</b>	100%	97%	86%	88%

APERS. Registros de Inventários. Bagé, c.1820-1870.

A exploração da mão de obra escrava estava disseminada entre esses 245 criadores. Como podemos notar na Tabela 8, todos os produtores com 501 ou mais reses tinham cativos, enquanto entre os

<sup>121</sup> Além do mais, só os machos eram vendidos (FARINATTI, Luis. Op. cit, p. 90).  
<sup>122</sup> Sobre a questão, ver a análise de Helen Osório (2008, p. 141-144).

<sup>122</sup> OSÓRIO, Helen. Op. cit., 2008, p. 82-85.

proprietários com 100 a 500 cabeças de gado tal índice variou ao longo do tempo, mas sempre com uma maioria tendo acesso a escravos.

Contudo, por mais paradoxal que seja, e mostrando como a produção da desigualdade naquele contexto era mais complexa do que a princípio poderíamos supor, o peso percentual da propriedade escrava entre os pequenos criadores era maior do que entre os grandes produtores. A Tabela 9 demonstra tal assertiva: entre os grandes criadores, a participação dos imóveis (42,5%) e do rebanho (32%) é muito superior ao dos escravos (15,5%); na outra extremidade, temos que os imóveis valem quase metade em relação aos grandes (24%), o rebanho 26% e os escravos impressionantes 35,5%.

À primeira vista, estes números nos permitem fazer algumas ponderações: o acesso à terra entre os grandes criadores era maior que entre os pequenos, o que explica (junto com as grandes extensões de suas propriedades, assim mesmo, no plural) o peso dos imóveis em suas fortunas; por outro lado, o percentual do valor dos escravos dentre os pequenos produtores ilustra que boa parte de suas fortunas estava comprometida com a posse escrava, apesar deles serem detentores de uma parte pequena dos cativos. Os dados da tabela também demonstram um movimento interessante: quanto maior o criador, há uma ordem crescente do comprometimento de seu patrimônio, começando com escravos, rebanho e terminando com imóveis; já quanto menor o criador, ocorre o movimento inverso – o percentual do patrimônio em escravos, rebanho e imóveis decresce, com os cativos tendo maior peso.

**Tabela 9: Composição do patrimônio dos criadores de gado vacum (imóveis, escravos, rebanho e moeda), Bagé (c.1820-1870) – em %**

Tamanho dos rebanhos	Imóveis	Rurais	Urbanos	Escravos	Todo rebanho	Rebanho bovino	Moeda	Outros	Total de inventários
Até 100 reses	24	91	9	35,5	26	22	2	12,5	61
De 101 a 500	26	95	5	28,5	33,5	28,5	1	11	89
De 501 a 1.000	42,5	88	12	19,5	31	27,5	1	6	33
Mais de 1.000	42,5	88,5	11,5	15,5	32	29	1,5	8,5	62
Total	32,5	91,5	8,5	25,5	31	27	1,5	9,5	245

APERS. Registros de Inventários. Bagé, c.1820-1870.

Mas estes números sofreram mudanças ao longo do tempo, especialmente em função do preço da terra. No primeiro recorte (e agora estamos trabalhando com os dados agregados entre c.1280-1850) os imóveis alcançaram 23% do total dos patrimônios apenas (15% entre os criadores com até 100 reses e 27,5% entre os com mais de 1.000 reses). A maior discrepância está no peso dos escravos: impressionantes 45,5% no primeiro grupo e apenas 20,5% entre os criadores com mais de 1.000 cabeças de gado vacum. Já o gado, que teve o maior valor total (31%) entre os bens analisados, chegou a 16% entre os pequenos (até 100 reses) e 37,5% entre os grandes criadores<sup>123</sup>.

Na década de 1850, o percentual dos imóveis subiu em todas as faixas de tamanho de rebanho, menos entre os com até 100 reses (caiu de 15% para 12%), chegando a 46,5% entre os grandes criadores. De novo o gado teve o maior peso entre as fortunas, chegando a quase 40% do total (44% e 39% entres os pequenos e médios criadores e 32,5% entres os grandes). O peso dos cativos, por sua vez, caiu entre todos os criadores, perfazendo 33,5% entre os com até 100 reses e somente 15% entre os grandes (até 1850 era de 20,5%), fato que não deixa de ser interessante, pois com o fim do tráfico, em tese, o valor dos escravos cresceu. Isto poderia representar uma queda na quantidade de escravos, mas, como vimos, não foi o que aconteceu. Talvez o crescimento de crianças escravas nos patrimônios tenha contribuído para um menor valor dos cativos, mas este fenômeno só ganhará um peso relevante na década de 1860<sup>124</sup>. Assim, talvez a melhor explicação para essa queda no valor percentual de escravos deva-se à valorização tanto do rebanho, quantos das terras nesta década.

---

<sup>123</sup> MATHEUS, Marcelo. Op. cit., p. 404.

<sup>124</sup> Ibidem, p. 203.

Por fim, na década de 1860, o peso percentual dos escravos permanece parecido entre os pequenos criadores, mas decai entre os médios e grandes produtores, o que demonstra que às vésperas da promulgação da Lei do Ventre Livre as fortunas dos menores criadores estavam mais comprometidas com a escravidão do que as fortunas dos grandes produtores. Os rebanhos, por seu turno, têm uma queda brutal, indo de 44% para 16,5% entre os com até 100 reses e de 37,5% para 24,5% entre os médios. No geral, o valor dos rebanhos diminui de 39,5% na década de 1850 para 24,5% na de 1860. Finalmente, o maior crescimento, na esteira da Lei de Terras, aconteceu entre os imóveis. De 23% no primeiro recorte, para 25% no segundo, os imóveis chegaram a expressivos 41,5% do valor das fortunas na década de 1860. Entre os pequenos criadores, com até 100 reses, quase triplicou o valor dos imóveis (de 12,5% para 34,5%), chegando a 53% entre os grandes produtores – era 27,5% e 46,5%, respectivamente, antes de 1850 e nos anos 1850<sup>125</sup>.

Restringindo ainda mais a análise, isto é, concentrando a atenção somente no topo da elite de criadores, ou, mais precisamente, apenas nos 10% com maiores rebanhos (que se resumem a 25 daqueles 62 com mais de 1.000 reses), temos que este diminuto grupo detinha cerca de 50% do total do gado vacum! Todos eles tiveram no mínimo 2.300 cabeças de gado arroladas nos seus inventários, com dois deles, Serafim Correia de Barros e Domingos de Souza Netto, detendo cerca de 8 mil reses cada um<sup>126</sup>.

---

<sup>125</sup> Ibidem, p. 404.

<sup>126</sup> APERS. Registro de Inventário. Serafim Correia de Barros. Comarca de Rio Pardo, Fundo 007, I Vara de Família, nº 57, 1848; APERS. Registro de Inventário. Domingos de Souza Netto. Comarca de Bagé, Fundo 010, I Vara Cível e Crime, nº 43, 1870.

**Tabela 10: Concentração de gado vacum entre os 10% maiores criadores, Bagé (c.1820-1870)**

-	Criadores	%	Gado	%
<b>Total</b>	245	100	220.427	100
<b>10% maiores</b>	25	10	107.439	49

APERS. Registros de Inventários. Bagé, c.1820-1870.

Todos os integrantes desta elite produtora tinham bens imóveis rurais, sendo que 21 eram proprietários de imóveis urbanos na vila de Bagé. E quase todos (24) diversificavam suas ações, praticando duas ou mais atividades econômicas. Dentre estes 25 criadores, 7 estão no grupo dos 12 inventários com monte-brutos acima de 10 mil libras esterlinas. Outros 6 tiveram seus bens avaliados em mais de 7 mil libras<sup>127</sup>.

Cerca de 50% (12) tiveram um ou mais escravo descrito como *campeiro*; 8 detinham cativos com algum *ofício* (carpinteiro, pedreiro); e outros 9 eram proprietários de escravos *roceiros*. Deste modo, resta questionar: esta elite criadora integrava a elite escravista na localidade? Qual o percentual de escravos que concentrava?

A documentação com que trabalhamos agora é de 219 inventários, ou apenas aqueles inventários de criadores *com* escravos. Como veremos, sim, existia uma pequena elite de criadores que concentrava boa parte dos cativos. E, de fato, como mostra a Tabela 11, por vezes ser um grande criador era sinônimo de ser um grande escravista – na verdade, 7,5% dos produtores com mais de 1.000 cabeças de gado tinham 20 ou mais escravos. Contudo, 10% deles detinham até 9 cativos somente. Da mesma forma, nem sempre ser um pequeno criador era sinônimo de ter uma pequena escravaria, embora a maioria deles

---

<sup>127</sup> MATHEUS, Marcelo. Op. cit., p. 405

tivessem até 9 cativos – 52% tinha até 9 escravos, mas 17% possuía médias ou grandes escravarias.

Analisando por recortes, percebe-se que apenas na década de 1860 é que aparece de maneira significativa grandes criadores com pequenas e médias escravarias (eram cerca de 7% até 1850 e 4,5% na década de 1850, passando para 15,5% nos anos 1860). Este movimento aconteceu em detrimento dos grandes criadores com médios plantéis, que representavam de 19,5% até 1850 passando para 7,5% e 8,5% nas décadas seguintes, respectivamente<sup>128</sup>.

Concordando com os resultados encontrados a partir da apreciação realizada acerca da envergadura dos criadores de gado (maioria de pequenos produtores) e da estrutura de posse cativa (maioria de pequenos escravistas, como demonstramos em estudo anterior), em todos os recortes temporais (até 1850 e décadas de 1850 e 1860) o predomínio foi de *pequenos criadores com pequenas escravarias*<sup>129</sup>. Até 1850, eles representavam 34% do total de 57 produtores escravistas neste período – em segundo lugar ficaram os médios criadores com escravarias entre 10 e 19 cativos (19,5%). Nos anos 1850, este percentual aumentou para 56% dentre os 66 criadores. Já na década de 1860, este grupo caiu para 46% dos 96 criadores com escravos, mas continuou a ser a maioria. Enfim, estes números demonstram que o padrão de produtor na Campanha durante todo o nosso recorte temporal foi aquele com pequenos rebanhos e pequenas escravarias, realidade bem diferente daquela visão tradicional que já mencionamos<sup>130</sup>.

---

<sup>128</sup> MATHEUS, Marcelo. Op. cit., p. 412.

<sup>129</sup> Ibidem, pp. 205-221.

<sup>130</sup> Ibidem, p. 411.

**Tabela 11: Estrutura de posse escrava entre os criadores de gado, Bagé (c.1820-1870)**

Tamanho dos rebanhos	Com 1 a 4 escravos	%	5 a 9 escravos	%	10 a 19 escravos	%	20 ou mais escravos	%
De 1 a 100 reses	21	9,5	18	8	6	2,5	1	0,5
De 101 a 500 reses	33	15	34	15,5	10	4,5	1	0,5
De 501 a 1.000 reses	15	7	13	6	5	2,5	-	-
Mais de 1.000 reses	9	4	13	6	24	11	16	7,5
<b>Total</b>	78	35,5	78	35,5	45	20,5	18	8,5

APERS. Registros de Inventários. Bagé, c.1820-1870.

Contudo, para melhor entendermos a dinâmica entre a relação *números de cativos x tamanho dos rebanhos*, e mesmo a cultura escravista que perpassava todos os estratos sociais e todos os criadores, talvez importe mais conhecer as características internas de determinada escravaria do que, efetivamente, o seu tamanho. Vejamos alguns exemplos que ilustram essa questão, mas sempre lembrando que o inventário é o final da vida do criador (ou de seu cônjuge), podendo, neste momento em que o pesquisador tem uma fotografia dos bens do produtor, a sua lógica estar em um processo inicial (com a compra de um escravo – crioulo ou africano – jovem ou a chegada em idade produtiva de um crioulo nascido do ventre de uma escrava), intermediário ou mesmo no seu auge (com a escravaria composta em grande medida por cativos em idade produtiva).

No inventário de Dona Inocência Anacleto dos Santos, seu viúvo, o Tenente Antônio Jacinto Pereira descreveu mais de 2.500

reses, cerca 200 animais cavalares e 200 ovelhas e dois campos, um na “fazenda entre o [rio] Pirai e o [arroyo] São Luís” e outro na “fazenda de Santa Maria”. Neste segundo campo havia uma casa de morada com galpão, cozinha, um cercado, benfeitorias, mangueira de pedra “no lugar aonde se acha arranchado o herdeiro Antônio”, o qual podia ajudar no pastoreio dos animais que eram criados nesta propriedade. O Tenente Antônio também anotou que o casal era proprietário de 25 escravos, 16 do sexo masculino e 9 do feminino. Dentre os homens, 7 tinham entre 15 e 45 anos e 5 destes foram descritos como “campeiros”. Outros dois jovens, “Manoel, cabra, 14 anos e “Pedro, crioulo, 12 anos” também foram qualificados como “campeiros”.

Entre os demais adultos e idosos, “José, crioulo de 70 anos”, era pedreiro, “Fidelis, africano de 50 anos”, roceiro, “Agostinho, africano, 48”, cozinheiro, “Antônio, africano”, cerca de 45 anos, roceiro, “Matias, 47, africano”, roceiro, “Mateus, africano, 36”, roceiro e “Antônio Joaquim, pardo de 48 anos”, alfaiate. Ainda havia duas outras crianças do sexo masculino com 10 anos ou menos que podiam estar sendo encaminhadas e treinadas para a lida com o gado (ou em algum ofício) pelos mais experientes. Assim, a escravaria do tenente dava conta, plenamente, do trabalho permanente que os cerca de 3.000 animais (uma média de pouco mais de 400 animais por escravos campeiro) demandavam. Do mesmo modo, quando necessitasse de mais mão de obra (para reunir o gado para marcação, castração, etc.), Antônio Jacinto poderia utilizar “o herdeiro Antônio”, os cativos roceiros, o pedreiro José ou o alfaiate Antônio Joaquim para as tarefas<sup>131</sup>.

Em situação parecida estava a escravaria de Antônio José Martins Coelho. No inventário de sua falecida esposa, Maria Lucas, Antônio José transcreveu 15 escravos, sendo 10 com menos de 15 anos e nove

---

131 APERS. Registro de Inventário. Dona Inocência Anacleto dos Santos. Comarca de Caçapava, Fundo 016, I Vara de Família, nº 133, 1857.

do sexo feminino. Dentre os adultos do sexo masculino, estavam o africano “Inácio, 50 anos, lavrador”, o também africano “Francisco, 50, sapateiro” e “Bonifácio, 30, campeiro”. A princípio, quem ajudava Bonifácio a cuidar dos quase 2.700 animais (2.250 reses) era “João, 9, crioulo” e “Cândido, 7”, campeiros – uma média de 900 animais (ou 750 reses) por escravo campeiro, com Inácio e Francisco podendo serem chamados em momentos específicos<sup>132</sup>.

Mas esta não era a realidade para boa parte dos criadores. Muitos deles contavam com uma quantidade de escravos que supria, no máximo, o tempo de cuidado e engorda do gado. Militão Carneiro da Fontoura era senhor de 6 escravos, 4 deles do sexo feminino. Para cuidar dos seus quase 2.300 animais (quase 2.000 reses, 80 mulas e 18 burros e chos), Militão contava com o crioulo Pedro, 25, e o africano Francisco. Logo, neste caso, havia a necessidade ou da contratação de mão de obra livre, da ajuda de vizinhos e/ou agregados ou mesmo o aluguel de escravos de outros senhores.

Em circunstâncias parecidas estava Maximiano José Correia, o qual legou 4 escravos – dois homens e duas mulheres. Para cuidar dos seus quase 3.000 animais (2.500 reses), Maximiano tinha dois homens adultos, o crioulo Joaquim, 30 anos, e o africano Francisco Santiago, 50, os quais, junto a seu senhor, possivelmente davam conta do trabalho diário de criação. Por outro lado, Maximiano Correia necessitava contratar mão de obra excedente em alguns momentos, ainda mais que era proprietário de campos no Brasil e na Banda Oriental, com parte de seu rebanho estando em um e outro lugar<sup>133</sup>. Aliás, esta passagem de animais e escravos pela fronteira, algo comum e necessário a boa parte dos criadores, como no caso de Maximiano,

---

<sup>132</sup> APERS. Registro de Inventário. Dona Maria Lucas. Comarca de Bagé, Fundo 010, I Vara de Família, nº 160, 1859.

<sup>133</sup> APERS. Registro de Inventário. Maximiano José Correia. Comarca de Bagé, Fundo 010, Vara de Família e Sucessão, nº 234, 1866.

podia acarretar problemas extras: por exemplo, o crioulo Feliciano, 20 anos, único escravo de Manoel Jacinto Pereira, estava “fugido há anos para a Banda Oriental”. Manoel faleceu na Guerra do Paraguai, legando, além de Feliciano (que apesar de *fugido*, foi arrolado e avaliado no inventariado), mais de 600 reses – isso é, outro caso onde o cativo supria somente a necessidade diária de mão de obra<sup>134</sup>.

Amiúde, a contratação de peões, mesmo por criadores escravistas, não é algo raro nos inventários. Um exemplo disso é o documento produzido após a morte de Manoel Rodrigue Pereira (o qual legou 4 escravos, todos do sexo masculino, sendo 2 em idade produtiva, e quase 1.200 animais), que ajuda a entender outros meandros da produção pecuária escravista oitocentista. Como seu filho menor, Quintiliano, ficou sob guarda do seu padrinho, o Major Frederico Gonçalves Jardim, há anexado ao inventário algumas prestações de contas, as quais geraram contendas em torno dos gastos advindos com o cuidado dos animais que ficaram na legítima do órfão e mesmo sobre a partilha de alguns dos bens.

O curador-geral discordou da prestação de contas apresentada pelo major, já que não eram factíveis “despesas com um peão e capataz para cuidar [de apenas] 200 reses!!”, argumentando que seria preciso de mais um peão apenas “para aquerenciar” o gado, porém, “depois de aquerenciados, são [tais despesas] supérfluas e prejudiciais ao órfão”. A resposta do tutor é ilustrativa: primeiro, ele expõe que “uma só pessoa não podia administrar tal fazenda, mangueiras, pastoriando o gado sem evitar o seu descaminho e já finalmente curando terneiros, que após o seu nascimento se abixam”; depois, sobre o valor gasto

---

<sup>134</sup> APERS. Registro de Inventário. Manoel Jacinto Pereira. Comarca de Caçapava, Fundo 016, Vara de Família e Sucessão, nº 283, 1870. Sobre a questão da fronteira e escravidão, ver: MATHEUS, Marcelo S. *Fronteiras da Liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos/Unisinos, 2012, capítulo 4.

com o peão e com o capataz, pondera que não se tratava do “primeiro ano em que era aquerenciado o gado e, portanto, costeado [...], mas vê-se que do segundo e terceiro anos em que os desfrutos do gado aumentaram”; por fim, não deixa de ser esclarecedor que o Major Frederico chama tais despesas de “extraordinárias”<sup>135</sup>.

Mas Frederico Gonçalves não teve apenas que responder perante ao juízo. O padrinho do órfão também entrou com um embargado contra o inventariante que, notadamente, era irmão natural de Quintiliano. Nele, dentre outras denúncias, Frederico reclama que havia gado suficiente em Bagé para suprir a legítima do órfão, contudo o inventariante lançou na partilha parte do gado existente no Estado Oriental. Em função disso, Frederico teve gastos extras, pois teve que trazer

algum gado do Estado Oriental para Bagé (no que teve a ajuda de um escravo) e, quando os animais já estavam costeados e aquerenciados, despediu o peão, ficando um outro na qualidade de capataz, visto que alguns vizinhos desse lugar e amigos do embargante, coadjuvaram-no no mais serviço preciso este ponto específico.

Nos conflitos descritos acima temos várias informações que ajudam a compreender a dinâmica da produção pecuária escravista naquele contexto fronteiriço. Primeiro, para cuidar de 200 animais não havia a necessidade de mais de um trabalhador. Todavia, quando o rebanho começasse a procriar, em momentos como a cura de bicheiras, mesmo em uma propriedade com uma pequena quantidade de gado, a ajuda de outro peão era necessária. Da mesma forma, para conduzir um pequeno rebanho pela fronteira era preciso ao menos dois trabalhadores. Depois que os animais estivessem “aquerenciados”,

---

<sup>135</sup> APERS. Registro de Inventário. Manoel Rodrigues Pereira. Comarca de Bagé, Fundo 010, Vara de Família e Sucessão, nº 199, 1863.

somente um peão dava conta dos afazeres, ainda mais se “vizinhos” e “amigos” ajudassem nas tarefas.

No inventário do casal Jacinto Mendes de Oliveira e Dona Suplícia Mendes da Silva foram arrolados, dentre outros bens, quase 900 animais (510 reses) e um escravo, o africano Onofre 35 anos, o qual além de ter como tarefa o cuidado com os animais, provavelmente também ajudava na pequena produção agrícola. Cerca de um ano depois, em uma avaliação do estado dos bens do casal, as 510 reses haviam fornecido uma “produção” de 10% (52 novos animais, fora 16 reses que haviam sido carneadas), as ovelhas 18,5% e 6 potros haviam nascido. Para tomar conta de um rebanho dessa monta (de médio para grande porte), além da provável utilização de Onofre foi contratado o capataz Bento Luís por 8 meses (24 mil ao mês), 3 peões a 4 mil réis por dia cada (“para o trabalho da contagem dos animais”), um peão por um mês de serviço (16 mil réis), outro peão por dois meses (32 mil réis), além de terem sido comprados um ponche, duas camisas, 2 ceroulas e dois chiripas (tudo por 44 mil réis) para “o escravo pertencente aos órfãos”, isto é, Onofre<sup>136</sup>.

De fato, a mão de obra livre complementar era muito importante. Antônio Jacinto Pereira, no inventário de seu sogro, o Sargento-Mor Anacleto Francisco Gularte, declarou ter gasto “com peões e capatazes” – isto que o sargento legou 25 escravos, 16 deles do sexo masculino e em idade produtiva, e menos de 2.220 reses<sup>137</sup>. A viúva Eugênia das Chagas Ribeiro, no inventário de seu falecido esposo Zeferino Maximiano Ribeiro, relatou ter tido diversas despesas com

---

<sup>136</sup> APERS. Registro de Inventário. Jacinto Mendes de Oliveira e Dona Suplícia Mendes da Silva. Comarca de Bagé, Fundo 010, Vara de Família e Sucessão, nº 253, 1868.

<sup>137</sup> APERS. Registro de Inventário. Sargento-Mor Anacleto Francisco Gularte. Comarca de Bagé, Fundo 010, Vara de Família e Sucessão, nº 253, 1868.

peões, sendo que o casal detinha 16 escravos, *dez* deles homens entre 15 e 45 (com um rebanho de pouco mais de 500 reses)<sup>138</sup>.

Enfim, eram raros os criadores que não contavam com algum escravo adulto (i.e., em idade produtiva), embora boa parte deles precisasse, em alguns momentos, de mais trabalhadores para tarefas específicas, já que a pecuária se caracterizava por sazonalidades quanto à necessidade de mão de obra. De todos os 219 produtores escravistas, apenas em 26 casos (ou menos de 12%) o criador não tinha algum escravo do sexo masculino com 14 (ou mais) anos. Dentre esses 26, só um tinha mais que 700 reses, isto é, o trabalho familiar não seria suficiente para as lidas diárias com o gado. Por fim, apenas nove não eram proprietários de um escravo crioulo com menos de 14 anos, os quais poderiam estar sendo encaminhados para o cuidado dos rebanhos.

Nestes termos, e já encaminhando para o final deste texto, cumpre repisar algo que ficou mais ou menos explícito nas análises das escravarias dos criadores. Como vimos, na de Antônio José Martins Coelho foram arrolados “João, 9 anos, campeiro” e “Cândido, 7 anos, campeiro”<sup>139</sup>. Poderíamos passar parágrafos e mais parágrafos citando casos de *crianças* com 7, 8, 9, 10 anos que foram descritas como “campeiros”. Em trabalho anterior, mas com foco em Alegrete, encontramos o mesmo padrão conforme os inventários, assim como a partir da Lista de Classificação de Alegrete<sup>140</sup>.

Logo, temos aqui outra característica da pecuária: além de exigir menos braços que outras atividades econômicas, ao que parece, ela assimilava ao trabalho cativos jovens mais cedo do que outros tipos

---

138 APERS. Registro de Inventário. Zeferino Maximiano Ribeiro. Comarca de Bagé, Fundo 010, Vara de Família e Sucessão, nº 159, 1849.

139 APERS. Registro de Inventário. Dona Maria Lucas. Comarca de Bagé, Fundo 010, I Vara de Família, nº 160, 1859.

140 MATHEUS, Marcelo. Op. cit., 2012, cap. 1.

de produção. Com isso, a importância da reprodução natural como elemento estrutural para a reprodução da escravidão no contexto aqui analisado, ganha uma nova dimensão. Muitos senhores investiam nela para que sua mão de obra, ao menos aquela necessária para o serviço permanente, fosse constantemente recomposta, o que implicava um bom cuidado com sua escravaria<sup>141</sup>.

O resultado deste tipo de comportamento por parte dos senhores é facilmente comprovado através do cruzamento dos inventários com os batismos. Os exemplos são muitos: José, nascido em 1832, filho de Matildes (escravos de Antônio Madeira) em 1851 aparece como “campeiro”; Luís, filho de Francisca e batizado em 1843, é descrito como “campeiro” no inventário de sua senhora, em 1863 (o único assim descrito, em um conjunto de bens com pouco mais de 300 animais); Pedro, nascido em 1848, filho de Lauriana e cativo de Alexandre da Silva Lemes, foi descrito como “campeiro” aos 19 anos<sup>142</sup>.

Logo, naquele contexto, ter escravas em idade produtiva, incentivar e/ou permitir a elas que produzissem laços afetivos mais significativos – seja apenas se amasiando, seja em alguns casos casando perante a igreja católica com parceiros de escravaria, com cativos de outros senhores ou mesmo com homens livres (já que era o ventre que definia a condição jurídica de seus filhos) – e, por fim, exercer um bom tratamento aos recém-nascidos e às crianças de modo geral

---

<sup>141</sup> MATHEUS, Marcelo S. Batismos de escravos e a reprodução da escravidão (Bagé, século XIX). *Métis: Historia & Cultura*, Caxias, v. 19, p. 32-53, 2020.

<sup>142</sup> Para José, que aparece como campeiro em um processo-crime, acusado de assassinar uma índia: ADB. RBIB. Livro 1, p. 19v e APERS. Processo-crime, Bagé, I Vara do cível e Crime, nº 3336, 1851; para Luís: ADB. RBIB. Livro 2, p. 47 e APERS. Registro de Inventário. Cândida Maria da Fonseca. Comarca de Bagé, Fundo 010, Vara de Família e Sucessão, nº 20, 1863; Pedro: ADB. RBIB. Livro 3, p. 98 e APERS. Registro de Inventário. Alexandre Silva. Comarca de Bagé, Fundo 010, Vara de Família e Sucessão, nº 227, 1866.

era um dos pré-requisitos para que os criadores vissem sua mão de obra se reproduzir no tempo. Tudo isto, é claro, tinha profundas implicações à vida dos escravos e eles sabiam muito bem disso.

Interessante notar que esta utilização de jovens cativos na pecuária tinha raízes ainda no tráfico atlântico. O Capitão Luís Beltrão de Almeida, em memória escrita no início do século XIX, relata que “os escravos dos habitantes do Rio Grande são outros tantos cavaleiros: estes colonos vão e compram escravos de mais de dez anos para os ensinarem a passar a vida a cavalo”, isto é, o ensino e o uso de cativos com cerca de 10 anos no pastoreio foi uma praxe na Campanha ao longo do século XIX<sup>143</sup>.

Ademais, o que importa e deve ser ressaltando e retido é que, até quando foi possível, os criadores utilizaram largamente escravos na lida com o gado. Nestes termos, podemos concluir que a estância sulina oitocentista foi uma empresa não-capitalista, pois dependia em grande medida de uma relação de trabalho baseada na força, na violência e na coação da mão de obra, agregava pouca tecnologia e dependia da assimilação de novas áreas para sua reprodução no tempo. Foi apenas na virada da década de 1860 para a de 1870 que novos métodos de produção começaram a ser utilizados: conforme Paulo Zarth, por volta de 1870, provavelmente, que novas raças foram inseridas; já Graciela Garcia aponta que também nos anos 1870 iniciam os cercamentos dos campos, fenômeno que se intensifica na década

---

<sup>143</sup> Citado por BERUTE, Gabriel S. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c.1790-c.1825*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2006, pp. 64-65. (Dissertação de Mestrado). Sobre a questão, ver também: FONTELLA, Leandro G, FARINATTI, Luís Augusto E. e MATHEUS, Marcelo S. Malunginhos: tráfico de africanos e pecuária escravista na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (c.1820-1840). *Esboços*, Florianópolis, v. 30, n° 54, pp. 237-257, 2023.

de 1880<sup>144</sup>. Confirmando essas observações, o primeiro inventário que encontramos um campo cercado com arame é do ano de 1866<sup>145</sup>.

Para finalizar, e voltando a restringir a análise naqueles 10% da elite de criadores (25 inventários), temos que 10 deles se faziam presentes na elite escravista e outros 10 estavam entre os médios proprietários de cativos – confirmando o afirmado neste tópico: nem sempre ser um grande criador era sinônimo de ser um grande escravista. Sete daqueles 10 com maiores escravarias tiveram seus inventários produzidos depois de 1850 e apenas 3 enquanto o tráfico ainda estava em vigor. Logo, o fim do comércio de escravos não foi um baque para estes produtores, já que uma parte significativa de suas escravarias era formada por crioulos.

**Tabela 12: Concentração de escravos entre os 10% maiores criadores, Bagé (c.1820-1870)**

-	Criadores	%	Escravos	%	Escravos apenas entre os criadores [e %]	%
<b>Total</b>	245	100	2.144	100	1.862 [87%]	100
<b>10% maiores</b>	25	10	464	21,5	464	25

APERS. Registros de Inventários. Bagé, c.1820-1870

Com efeito, praticamente nenhuma característica de suas escravarias se destacam em meio à totalidade da propriedade cativa. O percentual de cativos em idade produtiva ficou em 41,5%, menor que a média geral (47%) e também menor que a média na década de 1860 (42,5%), a mais baixa para todos os recortes, o que demonstra que a

<sup>144</sup> ZARTH, Paulo A. *Do Arcaico ao Moderno. Transformações no Rio Grande do Sul do século XIX*. Ijuí: Editora Unijuí, 2002, pp. 259-267; GARCIA, Graciela B. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha gaúcha, grande e médio sertão, Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2005, pp. 17 e 162. (Dissertação de Mestrado)*

<sup>145</sup> APERS. Registro de Inventário. Capitão Vasco Marques de Souza. Comarca de Nongaba, aqueles que se encontram em sua topografia, entre os criadores

concentravam mais de 1/5 dos escravos inventariados em Bagé e 1 em cada 4 cativos entre os seus pares. A razão de sexo nessas escravarias era de 134 homens para cada 100 mulheres, semelhante a encontrada até 1850 (137,5) – mas se contabilizarmos apenas os 7 inventários até esta data (1850) este percentual aumenta para 160,5 homens<sup>146</sup>.

De resto, comparando a análise que procedemos a partir da Tabela 10, que mostra a concentração de animais nas mãos destes 10%, com os números apresentados agora, fica nítido que esta (pequena) elite de criadores concentrava boa parte dos recursos disponíveis na localidade (cerca de 50% do gado, 25% dos escravos, todos eram proprietários de imóveis rurais e 21 de imóveis urbanos na vila de Bagé). Não à toa, 7 estão no grupo dos 12 inventários com montes brutos acima de 10 mil libras esterlinas e outros 6 tiveram seus bens avaliados em mais de 7 mil libras<sup>147</sup>.

Este ponto deve ser realçado, pois explica não só a estrutural desigualdade existente naquela realidade, mas a própria história da região, eivada de conflitos bélicos e agrários<sup>148</sup>: a concentração de terras, gado vacum e, em menor medida, de escravos por parte dos grandes criadores foi a tônica da Campanha ao longo do século XIX. Processo que começou no século XVIII – Helen Osório, analisando requerimentos endereçados ao governador da capitania, descreve contendas em que litigantes acusavam alguns poucos indivíduos de tentarem “apossar-se de toda campanha” – e adentrou o século XIX, pois conforme a mesma autora, entre 1790 e 1810, “reforçou-se o padrão vigente de apropriação da terra, [isto é,] a grande propriedade para a pecuária”<sup>149</sup>, ao menos até 1850, quando a legislação para

---

146 MATHEUS, Marcelo. Op. cit., 2021, cap. 4.

147 MATHEUS, Marcelo. Op. cit., 2021, p. 405.

148 GARCIA, Graciela. Op. cit.

149 Em outra passagem, Helen Osório cita correspondência, de 1803, em que o novo governador da capitania do Rio Grande do Sul, Paulo da Gama, relata ao Ministro

comprovar a propriedade rural foi alterada, embora o avanço dos grandes proprietários tenha continuado, mas sob outros termos<sup>150</sup>.

### Considerações finais

O complexo pecuária-charqueada que se formou ao sul do Brasil estava ligado a mercado atlânticos mais amplos, exportando o produto (charque, couro, graxa, etc.) para outras partes do Brasil, Cuba, EUA, Europa, dentre outros. A geração de riqueza a construção de fortunas familiares foi tamanha que algumas delas se prolongaram no tempo através de gerações<sup>151</sup>.

Contudo, tal processo só foi possível a partir de dois fenômenos. O primeiro, a invasão e apropriação das terras (e gado) dos guaranis missionários, que há muito ocupavam boa parte do Rio Grande do Sul. E, também, a exploração da mão de obra escrava e seus descendentes.

Naquele contexto agrário, se formou a mais importante produção e gado do Brasil oitocentista. Tal produção tinha uma característica marcante: ela dependia, estruturalmente, da exploração da mão de obra escrava de africanos e seus descendentes. E isso vale tanto para os pequenos produtores, quanto para os maiores criadores.

Contudo, é importante realçar que os maiores produtores concentravam a maior parte das terras, gado e, também, escravos. Esta concentração de recursos e poder fez com que os estancieros fossem essenciais ao poder central ao longo do oitocentos. Como diversos autores já demonstraram, havia um limite ao poder do rei português

---

do Ultramar algumas políticas a serem adotadas em prol “destes miseráveis povos sacrificados à abominável ambição dos abastados estancieros”. Em: OSÓRIO, Helen. Op. cit., 1990, p. 83, 108 e 116-117.

<sup>150</sup> GARCIA, Graciela. Op. cit.

<sup>151</sup> VARGAS, Jonas M. *Os Barões do charque e suas fortunas: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, séc. XIX)*. São Leopoldo: OIKOS, 2016; MATHEUS, 2021, op. cit.

e, depois de 1822, ao governo do Império do Brasil em impor seus ditames naquele espaço fronteiriço<sup>152</sup>. Mais: precisavam daqueles fazendeiros para legitimar seu poder, assim como para arregimentar tropas quando de conflitos com estados vizinhos.

Como contrapartida, o Império atendia aos seus interesses (por exemplo, quando da reivindicação do retorno de escravos fugidos pela fronteira), inclusive entrando em guerra com nações vizinhas, legitimando seu poder e a própria existência e reprodução da instituição escravista. Ao rés do chão, as relações sociais e de poder entre estes potentados e subalternos (escravos, agregados e homens livres pobres em geral) eram baseadas em uma reciprocidade entre desiguais, ou seja, entre indivíduos/famílias com posições sociais e recursos díspares.

Enfim, essa elite agrária e escravista se constituiu através da invasão de terras alheias e da exploração do trabalho de outrem. Bem diferente do que parte da memória social reproduz ainda hoje.

---

<sup>152</sup> OSÓRIO, Helen. Op. cit., 1990 e 2008, op. cit.; GUAZZELLI, Cesar Augusto B. *O horizonte da Província: a república rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 1998 (Tese de Doutorado); FARINATTI, Luís. Op. cit.; ALADRÉN, Gabriel. “*Sem respeitar nem tratados*”: *escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777 - 1835)*. Niterói: PPGH/UFF, 2012. (Tese de Doutorado); VARGAS, Jonas. Op. cit., 2016. Ver também: FRAGOSO, João et al (orgs). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; e FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. *Tempo*, Niterói (UFF), v. 8, n.º. 15, pp. 11-36, jul./dez. 2003.

# A ESCRAVIDÃO NEGRA NA FRONTEIRA SUL

avanços e perspectivas dez anos  
depois da primeira edição de  
“O Solo da Liberdade” (2013)

Jônatas Marques Caratti

## **Primeiras palavras**

Este texto tem por objetivo apresentar um mapeamento bibliográfico que aponta para os avanços e também para as novas perspectivas referentes ao tema da escravidão negra em regiões de fronteira. Aqui, o termo *fronteira* remete às experiências de escravizados localizados na província do Rio Grande do Sul e que circularam pelas repúblicas do Uruguai e/ou Argentina ao longo do século XIX. Dos muitos processos subsidiados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) e que tratavam de escravização ilegal de negros livres ou libertos pelas leis abolicionistas uruguaias, selecionei dois deles para analisar de maneira acurada. Surgiu dessa decisão o trabalho

apresentado como dissertação de mestrado em História no ano de 2010: “O Solo da Liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pelas fronteiras rio-grandenses em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862)”.

Antes de apresentarmos os avanços da pesquisa acadêmica sobre o tema da escravidão negra em zonas de fronteira, quero expor ao leitor os motivos que me fizeram escolher pela investigação dos casos de escravização ilegal da preta Faustina e do pardo Anacleto. Considero importante também narrar as façanhas e desventuras dos protagonistas, pois o impacto e a riqueza de suas histórias ultrapassam em muito os aspectos estritamente locais, nos permitindo entender a complexidade de ser escravo em regiões de fronteira. Acompanhando seus passos através dos vestígios históricos foi possível vislumbrar, de um lado, quão terrível, cruel e bárbara foi a escravidão, e de outro, um cenário vasto de possibilidades de resistência e liberdades.

### **Escravizações ilegais na fronteira: os casos de Faustina e Anacleto**

Seria impossível e até inadequado apresentar aqui as histórias de Faustina e de Anacleto em toda sua extensa dimensão histórica e (des)humana. O que farei neste momento será uma breve descrição de suas trajetórias, do que pude averiguar ao longo do mestrado, ao juntar e comparar outras fontes documentais. A possibilidade de analisar histórias de vida nos permite esse saboroso movimento: a montagem de uma espécie de quebra-cabeça humano, com peças eternamente faltantes, daquilo que foi ou poderia ter sido. O historiador precisa ser honesto consigo mesmo e com seus pares, reconhecendo que todo seu esforço em reconstruir uma vida por meio da análise histórica nunca será, e nem poderia ser, definitiva. Não existem pontos finais na história. E ainda hoje paira, para mim, uma incômoda e necessária

incógnita sobre seus destinos finais. Digo isso para além do que eu concluí a partir das pistas fornecidas.

Tudo começou com uma motivação pessoal, um interesse em entender o significado das histórias de homens e mulheres negros habitantes em regiões de fronteira. Minha família por parte de pai era oriunda de Santana do Livramento e Dom Pedrito, de modo que as memórias fronteiriças ouvidas na época da infância (década de 1980) ressurgiam em nova data e lugar: em 2005, no setor de pesquisa histórica do APERS. Minha curiosidade e inquietação sobre os sentidos e significados de ser negro na fronteira poderiam naquele momento ser encontrados e respondidos de modo ímpar.

Ao realizar a consulta a centenas de processos criminais das comarcas de Rio Grande e Pelotas, mapeei pelo menos trinta casos de escravização ilegal relacionados a questões do processo abolicionista uruguaio (1842-1862). No entanto, meu olhar se fixou nos processos nº 422, de Pelotas e nº 160, de Rio Grande. O motivo: a farta documentação encontrada, a verificação de diversas fontes anexadas e boas respostas dos réus e vítimas no rol de testemunhas; isto apontava por um interesse das próprias autoridades em entender a condição incerta de indivíduos nascidos ou que trabalharam no Uruguai após a abolição da escravatura.

Explicado este contexto, posso narrar brevemente as histórias de Faustina e Anacleto. Faustina era filha de Joaquina Maria, africana da Costa, escravizada de Maria Duarte Nobre, de Jaguarão e nasceu no Uruguai entre 1842 e 1843. Joaquina fugiu de seu cativo brasileiro e rumou para Melo, capital do departamento de Cerro Largo, onde casou com Joaquim Antônio, homem africano que reconheceu, por meio de registro batismal, Faustina como sua filha. Após dez anos de aparente tranquilidade, lá por 1853, a casa de Joaquina e Joaquim foi invadida por quatro indivíduos que raptaram Faustina, justificando mais tarde que sua senhora havia contratado um capitão do mato

para resgatá-la. O capitão do mato era Manoel Marques Noronha, capitão da Guarda Nacional, que aproveitou o Tratado de Devolução de Escravos (1851) e a passagem do Barão de Jacuí por aquelas terras, para sequestrar Faustina a mando de sua senhora.

Feito isso, o capitão Manoel Noronha levou Faustina para a senhora Maria Duarte Nobre que, por motivos não explicados no documento, resolveu não ficar com a menina. Diante de tal circunstância, Noronha resolveu vendê-la em Pelotas e lá Faustina permaneceu dois anos servindo primeiramente a Henrique Rochmann e em seguida a José Pinheiro. Após a acusação de que Faustina estaria em cativeiro ilegal ter chegado à polícia é que se abriu o processo nº 422, buscando investigar de onde vinha Faustina e sua condição, se livre ou escrava. Ao longo do processo se percebe uma importante atuação do cônsul uruguaio para a libertação e extradição de Faustina. E após provar sua liberdade, mostrando o assento de batismo, Faustina foi enviada novamente aos seus pais e, até onde sabemos, gozou de sua liberdade de nascimento.

O caso do pardo Anacleto é ao mesmo tempo semelhante e diferente do caso de Faustina. Ao compararmos suas histórias foi possível identificar com mais precisão de que modo suas histórias se entrelaçaram. E isso que queremos evidenciar agora. Anacleto era filho da escravizada Marcela, propriedade do Sr. Antônio Escouto, estancieiro de Encruzilhada. Antônio tinha muitos irmãos e irmãs (ao todo eram onze, sendo cinco homens). Januário, seu irmão mais velho, possuía em sua escravaria os cativos Isabel e Nazário, que eram padrinhos de Anacleto. Segundo o inventário, Antônio e Januário eram vizinhos, e por isso trocavam ferramentas e escravizados conforme a demanda da estância. Um dos filhos de Antônio, chamado Ismael, era responsável pelas terras do pai em Tupambaé, departamento de Cerro Largo, Uruguai.

De modo que no ano de 1860, os senhores acharam por bem enviarem alguns escravos que trabalhavam em Encruzilhada para

ajudar na lida da estância no Uruguai. E assim se iniciou a desventurada história de Anacleto que, separado de sua mãe e padrinhos, foi enviado como escravo para uma região livre da escravidão há cerca de vinte anos. Lá Anacleto cuidava de ovelhas e fazendo isso foi raptado por dois homens a cavalo que o esconderam no mato e posteriormente “fizeram o caminho de Jaguarão.” Mas antes de chegarem, os raptadores Crispim e José Maria mudaram o nome de Anacleto para Gregório. E fizeram isso com aviltante constrangimento e promessas de espancamento caso ele revelasse sua verdadeira identidade. Em pouco tempo, Gregório foi vendido a Manoel da Costa e Francisca Porciúncula, moradores de Jaguarão e assim permaneceu escravo por oito meses, auxiliando seu senhor em serviços de funilaria.

Após este período, Manoel da Costa se dirigiu à Rio Grande para realizar seus serviços, mas tendo em mente um objetivo maior: a venda do escravo Gregório. O comprador foi José Maria Maciel, atravessador de escravos, que em pouco tempo vendeu Gregório para José Perry de Carvalho, dono de um leilão público na cidade. Anacleto, digo, Gregório, que na época tinha nove anos de idade, se tornou peça de leilão e chamou atenção do charqueador Miguel Mathias Velho. Este o comprou e o levou para sua charqueada chamada Sagradouro. E foi ali que, por casualidade ou destino, que Gregório foi reconhecido por um tropeiro chamado Pedro, que conhecia Antônio Escouto, de Encruzilhada, e reconheceu Anacleto perante à Justiça. Houve ainda uma tentativa do promotor público, Sebastião Rodrigues Barcelos, de recorrer à liberdade de Anacleto pelo conceito de solo livre, muito utilizado por abolicionistas norte-americanos. No entanto, assim como o historiador Sidney Chalhoub demonstra em seu livro “A Força da Escravidão”<sup>1</sup>, os proprietários de escravos no

---

<sup>1</sup> CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia da Letras, 2012.

Brasil possuíam redes de influência para defenderem a manutenção da escravidão com braço forte.

### **Balanco bibliográfico: avanços e perspectivas**

Quando iniciei minha pesquisa sobre as experiências de escravidão e liberdade na fronteira sul, Brasil-Uruguai, poucos historiadores haviam se aventurado a investigar tal tema. Era o ano de 2005 e eu atuava como estagiário do setor de pesquisa histórica do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). O tema da reescravização e da escravização ilegal no contexto das leis abolicionistas uruguaias era novidade, pelo menos na historiografia rio-grandense.<sup>2</sup> E por este motivo o trato com as fontes primárias que apresentavam casos de escravização ilegal me geraram, inicialmente, certa incompreensão e perplexidade. Não estava pronto, naquele momento, para compreender tal complexidade: sujeitos que não eram escravizados nem libertos, mas transitavam numa condição juridicamente e socialmente intermediária, indefinida.

Na época alguns trabalhos foram fundamentais para que eu entendesse o tipo de negócio que estava ocorrendo com a população negra que habitava naquela fronteira-sul. Primeiramente, lembro-me da dissertação de mestrado de Silmei Petiz, que investigou as fugas

---

2 A historiadora Helga Piccolo foi a primeira a mencionar que as leis abolicionistas uruguaias impactaram as relações senhor-escravizado na fronteira. Ver PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Considerações em torno das interpretações de leis abolicionistas numa província fronteiriça: Rio Grande do Sul. In: Eurípedes Simões de Paula (Org.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo, 1973, pg. 533-563. O primeiro pesquisador a indicar documentalmente a presença de tráfico de negros livres orientais entre Brasil e Uruguai foi Vinícius Oliveira. Ver OLIVEIRA, Vinícius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: a trajetória de um africano ladino em terras meridionais (meados do século XIX)*. São Leopoldo: Unisinos, Dissertação de Mestrado em História, 2005.

de escravizados para o além fronteira; seu trabalho foi bastante original, o primeiro a estudar a fundo o perfil dos cativos fugidos e suas estratégias de sobrevivência.<sup>3</sup> Em seguida, um marco para minha pesquisa foi ler o fascinante *Esclavitud y Trabajo*, de Borucki, Chagas e Stalla. Este texto me permitiu entender os casos de escravização e reescravização ocorridos na fronteira Oeste da província de São Pedro do RS no contexto do processo abolicionista uruguaio.<sup>4</sup>

No ano que escrevi e entreguei o meu trabalho de conclusão no curso em História na Universidade Lasalle (2007)<sup>5</sup> outros pesquisadores já se somavam na investigação do tema da escravidão nas fronteiras platinas. No cenário regional, Rafael Peter de Lima desenvolvia suas pesquisas sobre a escravidão e relações políticas no Prata.<sup>6</sup> Paulo Moreira ao perseguir os passos de Aurélio Viríssimo de Bittencourt, nascido em Jaguarão, apresentou importantes dados

- 
- 3 PETIZ, Silmei. *Buscando a liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira*. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação de Mestrado em História, 2001. Posteriormente, o trabalho foi publicado pela Editora da Universidade de Passo Fundo. O Prof. Silmei Petiz foi meu professor na Universidade La Salle e orientador de iniciação científica. Fica aqui o meu agradecimento por apoiar este trabalho em seus primórdios.
  - 4 BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natalia. *Esclavitud y trabajo: Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya, 1835-1855*. Montevideo, Ed. Pulmón, 2004. No que tange a abolição da escravidão nas ex-colônias espanholas, ver: ANDREWS, George. *América Afro-Latina, 1800-2000*. Editora UFSCAR, 2007.
  - 5 CARATTI, Jônatas Marques. *Negócio de Fronteira: experiências de uma crioula oriental em terras sul-rio-grandenses*. Trabalho de Conclusão do curso de História. Centro Universitário La Salle, 2007. Orientação: Profa. Dra. Elsa Avancini.
  - 6 LIMA, Rafael Peter de. *Escravidão e Liberdade na Região Fronteiriça Brasil / Uruguai (Século XIX)*. In: *VIII Encontro Estadual de História, 2006, Caxias do Sul*. VIII Encontro Estadual de História / História e Violência. São Leopoldo: Oikos Editora, 2006. LIMA, Rafael Peter de. *O poder do sistema escravista e as redes de tráfico terrestre na fronteira do Brasil Meridional (meados do século XIX)*. In: *XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, São Leopoldo - RS*. XXIV Simpósio Nacional de História / História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo - RS: Oikos, 2007

sobre a presença negra na cidade.<sup>7</sup> No cenário nacional, a historiadora Keila Grinberg partia de seu interesse pelas ações de liberdade no Rio de Janeiro para refletir sobre a porosidade da liberdade da população negra no sul do Brasil.<sup>8</sup> Entre o ingresso no Mestrado (2008) e a defesa da dissertação (2010), contei com a contribuição destes e outros pesquisadores que buscavam compreender, assim como eu, os difusos significados de liberdade e escravidão compreendidos por sujeitos que habitavam a fronteira.<sup>9</sup>

A escrita final da dissertação de mestrado foi o fim de um ciclo de cinco anos de pesquisas sobre o tema da escravidão e da liberdade na fronteira. Não voltaria a escrever sobre o assunto, exceto em 2014. Neste ano, em virtude do lançamento da primeira edição de “O Solo da Liberdade” e do lançamento do filme “12 anos de escravidão”<sup>10</sup>,

- 
- 7 MOREIRA, Paulo. Uma Parda Infância: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo de Bittencourt / século XIX). In: *Anais do IV Encontro Escravidão e Liberdade*. Curitiba, 2009.
  - 8 GRINBERG, Keila. Escravidão e Liberdade na fronteira entre o Império do Brasil e a República do Uruguai: notas de pesquisa. *Cadernos do CHDD (FUNAG)*, v. 5, p. 91-114, 2007. GRINBERG, Keila. “Senhores sem escravos”: a propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial. *Almanack Braziliense*, v. 6, p. 01, 2007. GRINBERG, Keila. A Fronteira da Escravidão: a noção de solo livre na margem sul do Império brasileiro. In: *III Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2007, Florianópolis. Neste mesmo ano de 2007, a historiadora Keila Grinberg iniciou um projeto de pesquisa intitulado “Solo escravo, solo livre: escravidão e relações internacionais na fronteira do Império do Brasil – Séc. XIX”.
  - 9 Destaco também os seguintes trabalhos: PALERMO, Eduardo. *Tierra Escravizada: el norte uruguayo en la primera mitad del siglo XIX*. Dissertação de mestrado do PPG em História da UPF. Passo Fundo: 2008. ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1843-1884)*. Dissertação de mestrado do PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2008. FERNANDES, Valéria. *Artigo 179: escravizar pessoas livres, criminalidade e etnicidade em Pelotas, 1850-1866*. Trabalho de conclusão do curso de História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos: São Leopoldo, 2009.
  - 10 Inspirado no livro de memórias de Solomon Northup, *12 Years a Slave*, originalmente de 1853. Trata-se da narrativa de um homem negro nascido livre no estado de Nova

acabei revisitando o tema para analisar e comparar os casos de escravização ilegal ocorridos nos Estados Unidos e no Brasil.<sup>11</sup> Foi algo bastante pontual, pois já havia mudado o rumo de minhas pesquisas para o campo da história do esporte, investigando a constituição do boxe moderno na Inglaterra e nos Estados Unidos e sua recepção e ressignificação na América Latina.<sup>12</sup>

Portanto, passados dez anos da primeira edição de “O Solo da Liberdade”, senti-me impelido a escrever este texto, compreendendo os avanços e as novas perspectivas colocadas ao tema da escravidão em regiões de fronteira.<sup>13</sup> Obviamente foi necessário fazer um recorte que permitisse o sucesso de tal empreitada, já que estamos falando de treze anos de distância entre o primeiro e último texto. Para tanto, meu olhar se dirigiu para os casos de escravização ilegal e reescravização (e referências ao Art. 179 do Código Criminal do Império) em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842 a 1862) e aplicados a cidades de fronteira, especialmente Jaguarão, rota reconhecida de tráfico terrestre

---

York que é sequestrado, vendido como escravo e mantido em cativeiro por doze anos. O filme é norte-americano e foi lançado em 2013, dirigido por Steve McQueen.

- 11 CARATTI, Jônatas Marques. Vinte anos de escravidão: escravizações ilegais e reescravização na fronteira da província do Rio Grande do Sul (1842-1862). In: *XII Encontro Estadual de História da ANPUH-RS*. São Leopoldo: 2014.
- 12 CARATTI, Jônatas Marques. *Dentro e Fora dos Ringues: o processo de constituição do boxe moderno na Inglaterra e sua difusão e recepção na América Latina (Séculos XVIII-XX)*. Tese de Doutorado do PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017. Publicado em livro “Dentro e Fora dos Ringues - Volume 1”, pela Editora Appris (2022).
- 13 Duas resenhas foram feitas sobre O Solo da Liberdade, o que demonstra seu impacto positivo para a historiografia da escravidão. CAÉ, Rachel. Liberdade, escravidão e travessias pela fronteira entre Brasil e Uruguai. In: *Revista Afro-Asia*, n. 52, 2015. VOGT, Débora. Os limites da fronteira na posse dos cativos após o fim da escravidão no Uruguai. In: *História Unisinos*, volume 20, 2016. As fontes primárias utilizadas em O Solo da Liberdade foram revisitadas por Maria Eduarda Mendez. MENDEZ, Maria Eduarda. *Os limites da liberdade: escravização ilegal na fronteira Brasil e Uruguai no século XIX*. Trabalho de conclusão em História-Bacharelado da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2023.

e internacional de escravizados. Antes, um comentário para situar o leitor. Na época que fui estagiário no setor de pesquisa histórica do APERS, participei de um projeto chamado *Documentos da Escravidão*, que buscava localizar histórias da população negra através de fontes primárias.<sup>14</sup> Inicialmente, realizamos um amplo mapeamento de cartas de liberdade de todos os municípios do Rio Grande do Sul. Em seguida partimos para outros documentos: processos criminais, escrituras de compra e venda de escravos e inventários. Foi pesquisando processos criminais das comarcas de Pelotas e Rio Grande que localizei as histórias de escravização ilegal da preta Faustina e do pardo Anacleto.<sup>15</sup> Percebi, desde o início, que se tratavam de histórias extraordinárias, de pessoas comuns que viveram num contexto ímpar, complexo, onde as leis de escravidão e liberdade se alteravam e consequentemente impactaram as vidas de quem habitava as incertas regiões de fronteira.

Felizmente muitos pesquisadores e pesquisadoras continuaram investigando como a vida de senhores e escravizados fronteiriços foram impactados pela aprovação das leis abolicionistas uruguaias (1842 e 1846). De modo que este balanço historiográfico visa fazer jus ao trabalho realizado por historiadores e historiadoras que se debruçaram sobre este tema. Realizamos um mapeamento em artigos, trabalhos de conclusão, dissertações de mestrado e teses de doutorado que abordaram a escravidão na fronteira nos últimos anos. Dessa forma, faremos uma apresentação cronológica de trabalhos

---

14 RIO GRANDE DO SUL, Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da Escravidão: catálogo seletivo de cartas de liberdade*. Porto Alegre: CORAG, 2006. 1234p.

15 CARATTI, Jônatas Marques. *O Solo da Liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempo do processo abolicionista uruguaio*. Dissertação de mestrado no PPG em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2010. É importante mencionar que o caso do pardo Anacleto me foi apresentado pelo historiador Jovani Scherer, coordenador do projeto Documentos da Escravidão (APERS) e mestre em História pela Unisinos (2008).

publicados entre os anos de 2011 e 2023, finalizando este texto com uma avaliação sobre seus avanços.<sup>16</sup>

Pois bem, vamos ao que interessa. A pesquisadora Francisca Ferrer em sua tese de doutorado *Entre a liberdade e a escravidão na fronteira meridional do Brasil*, analisou as estratégias de liberdade elaboradas pelos escravos na fronteira entre os anos de 1865 e 1888, diante do cenário de instabilidade causado pelas guerras. Ferrer buscou entender como os escravizados da cidade de Jaguarão lutavam por suas liberdades antes e depois da Guerra do Paraguai. Tal fato foi para Ferrer um desestabilizador da própria escravidão brasileira, que estava cercada de países abolicionistas.<sup>17</sup>

A historiadora Mariana Thompson Flores em *Crimes de Fronteira*, dedicou um capítulo de sua tese para analisar as fugas escravas no contexto da abolição da escravidão nos países platinos. A partir da análise de fugas, observou as circunstâncias, obstáculos e também o perfil daqueles que buscavam a liberdade. Flores problematiza que a “fuga pela fronteira não era um meio garantido de evitar a reescravização”, e critica o “simbolismo de liberdade plena atribuído ao além fronteira”.<sup>18</sup> De fato, relativizei no fim do trabalho este tal solo da liberdade (Uruguai) que na verdade serviu também de solo de

- 
- 16 Menciono aqui trabalhos importantes realizados para o século XVIII e início do XIX: ALADRÉN, Gabriel. Estancieiros escravistas na fronteira rio-grandense: a estrutura de posse de escravos em regiões de pecuária (Jaguarão e Cachoeira, Rio Grande do Sul, 1799-1840). *Hermes & Clio*. Grupo de Estudos e Pesquisa em História Econômica FEA/USP. Seminário de História Econômica. Agosto de 2011; NOGUERÓL, Luiz Paulo. O Rio Grande do Sul e a Banda Oriental/Uruguai: elementos da escravidão entre 1777 e 1851. *Diálogos Latinoamericanos*, v. 25, 2016. BORUCKI, Alex. The slave trade to the rio de La Plata, 1777-1812: trans-imperial networks and Atlantic warfare. In: *Colonial Latin American Review* 20, 2011.
- 17 FERRER, Francisca Carla Santos. *Entre a liberdade e a escravidão na fronteira meridional do Brasil: estratégias e resistências dos escravos na cidade de Jaguarão entre 1865 e 1888*. Tese de Doutorado do PPG em História da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.
- 18 THOMPSON FLORES, Mariana F. da Cunha. *Crimes da Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1880)*. Tese de Doutorado. PPG-História da PUCRS, 2012, p. 217

escravidão – de continuidade da propriedade privada brasileira e/ou de casos de reescravização e escravizações ilegais.<sup>19</sup>

O historiador Marcelo Matheus em sua dissertação *Fronteiras da Liberdade* (2012) deu atenção ao acesso da alforria pelos escravizados levando em conta o cenário de fronteira. Mas para além das alforrias, Matheus também apresenta documentos de ações de liberdade que demonstram as complexas relações sociais entre senhores, escravos e suas redes sociais para a construção de uma dinâmica própria de fronteira. Isto é, como os sujeitos históricos faziam uso desta fronteira para “benefício próprio, conforme suas possibilidades.” Por fim, para Matheus “esta região podia ter múltiplas interpretações e aplicações, dependendo do interesse de quem estava envolvido”.<sup>20</sup>

A historiadora Rachel Caé investigou em sua dissertação de mestrado as tensões diplomáticas entre o Brasil e o Uruguai no que se refere ao tema da escravidão. Especificamente tratou de entender como o Uruguai, enquanto uma nova nação, se construiu a partir do processo abolicionista uruguaio. Destaque para a questão de disputas de soberania, cidadania e direitos da população negra livre uruguaia; também a discussão em torno da noção de território fronteiriço, de maneira que este espaço ambíguo oportunizava fugas de escravizados brasileiros mas também de escravizações ilegais de negros orientais livres. Lembro-me que não pude aprofundar como se deu internamente as tensões e conflitos em torno da abolição da escravatura no Uruguai, e reconheço que o trabalho de Rachel foi bastante pertinente.<sup>21</sup>

---

19 CARATTI, Jônatas Marques. *O solo da liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862)*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013, p. 381.

20 MATHEUS, Marcelo S. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil (século XIX)*. São Leopoldo: Oikos/Unisinos, 2012, p. 174.

21 CAÉ, Rachel da Silveira. *Escravidão e liberdade na construção do Estado Oriental do Uruguai (1830-1860)*. Dissertação de Mestrado, PPG em História da UNIRIO, 2012.

O livro *As fronteiras da escravidão e da liberdade no sul da América* (2013), organizado por Keila Grinberg, foi uma reunião de textos dedicados a aprofundar as complexas relações entre escravidão e liberdade nas fronteiras platinas.<sup>22</sup> Avalio este livro organizado pela professora Keila como o fechamento de um ciclo que se iniciou com seu projeto de pesquisa intitulado “Solo escravo, solo livre: escravidão e relações internacionais na fronteira do Império do Brasil”, em 2007.<sup>23</sup> A autora convidou diversos colegas (brasileiros e uruguaios) para pensar coletivamente sobre as especificidades da escravidão em regiões de fronteira, observando o seu impacto para a (des)estruturação da escravidão brasileira ao longo do século XIX. Por concentrar grande número de pesquisas, sua contribuição para a historiografia foi inestimável, sendo um marco para os interessados na temática.<sup>24</sup>

A tese de doutorado *Fronteiras da Liberdade* (2013), da historiadora Daniela Carvalho, também contribuiu para este assunto, buscando analisar experiências escravas durante a Guerra dos Farrapos (1835-1845), sobretudo sua movimentação pela fronteira, levando em conta – e testando inclusive a tese – o impacto da abolição da escravidão em solo uruguaio para os brasileiros em guerra. Carvalho deu atenção especial à mobilidade social e negociação das autoridades provinciais e imperiais para manutenção da liberdade para os cativos enquanto soldados.<sup>25</sup>

---

22 O livro foi fruto de um Seminário que ocorreu na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em 2011. Sobre este livro indico a resenha: CARATTI, Jônatas Marques. Escravidão e liberdade nas fronteiras platinas. *Revista Almanack*, v. 8, p.166-169, 2014.

23 GRINBERG, Keila. A Fronteira da Escravidão: a noção de solo livre na margem sul do Império brasileiro. In: *III Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2007, Florianópolis. Caderno de Resumos - III Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. São Leopoldo: Oikos, 2007. v. 1. p. 89-89

24 GRINBERG, Keila (Org.). *As fronteiras da escravidão e da liberdade no sul da América*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

25 CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Fronteira da liberdade: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão (Rio Grande de São Pedro, c.1835-1850)*. Tese

A dissertação *O crime de reduzir pessoa livre à escravidão nas casas de morada da Justiça no Rio Grande do Sul (1835-1874)*, de Gabriela Barreto de Sá, foi uma importante contribuição ao tema da escravidão em terras platinas por oferecer um olhar específico a partir do campo do Direito.<sup>26</sup> A autora traz à luz uma discussão do campo jurídico que se tornou fundamental para compreender as nuances das escravizações ilegais. Seu trabalho se soma a outros que apontam para a linha tênue entre escravidão e liberdade, deixando a população negra numa situação limítrofe e de precária liberdade.

Em *O Solo da Liberdade* a cidade de Jaguarão tornou-se cenário de rotas de tráfico terrestre. É importante mencionar que o historiador Rafael Peter de Lima dedicou-se em sua dissertação de mestrado a investigar estas redes, mapeando traficantes, suas principais rotas utilizadas e compradores em potencial.<sup>27</sup> A partir disso alguns trabalhos passaram a investigar especificamente a cidade de Jaguarão, que em meados do século XIX possuía uma importante população escravizada. Destaque aos trabalhos realizados no curso de História da Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão.

O historiador Tiago Rosa da Silva analisou o perfil dos trabalhadores escravizados que empreenderam fugas a partir de registros de jornais da cidade. Tiago aponta que as fugas possuíam várias motivações, pois eram atos pessoais cercados de complexidades, que demonstram que cada vida estava no limite de suas possibilidades de existência. Sua pesquisa considerou a fuga escrava como uma atitude de resistência da população

---

de Doutorado. PPG-História Social da UFRJ, 2013.

<sup>26</sup> SÁ, Gabriela Barreto de. *O crime de reduzir pessoa livre à escravidão nas casas de morada da Justiça no Rio Grande do Sul (1835-1874)*. Dissertação de mestrado do PPG em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

<sup>27</sup> LIMA, Rafael Peter de. *A Nefanda Pirataria de Carne Humana: escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868)*. Dissertação de mestrado do PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

negra jaguareense. Entre suas conclusões estão: os escravos fugidos possuíam geralmente até vinte cinco anos; as fugas eram na maioria feitas individualmente; entre as profissões, destacou-se o escravo campeiro, sua importância para o trabalho nas estâncias já havia sido apontado e desmistificado pelo historiador Thiago Leitão de Araújo (2008).<sup>28</sup>

A dissertação do historiador Gustavo Gularte coloca mais uma vez a cidade de Jaguarão no mapa, dando destaque também ao número representativo da população negra escravizada na vila à época. Lembro que no texto final da dissertação me questionei sobre porquê a cidade de Jaguarão era pouco pesquisada, levando em conta os números de escravizados e sua condição fronteiriça. Porém, foi com satisfação que percebi que ao longo dos anos a cidade ganhou relevância. Gularte atendeu uma lacuna historiográfica ao se dedicar à primeira metade do século XIX e a entender a formação da estrutura agrária e a exploração do trabalho escravizado. Seu trabalho dá destaque ao tema da escravidão, pois ao localizar um grande número de escravos listados como bens em inventários, concluiu que embora a cidade fosse fronteiriça com o Uruguai, “o trabalho escravo mostrou-se funcional àquela realidade”.<sup>29</sup>

O historiador Franklin Fernandes Pinto também deu atenção ao tema da escravidão em sua dissertação de mestrado. Ao analisar a produção e vida dos pequenos proprietários de terra e sua lógica de sobrevivência em Jaguarão, localizou o braço escravo em 88% das unidades produtivas, em média 4,6 indivíduos por domicílio, demonstrando a força da escravidão na região fronteiriça e de forte aproximação com o porto de Rio Grande. Pinto percebeu que boa parte dos cativos de

---

<sup>28</sup> SILVA, Tiago Rosa da. Uma fronteira negra: resistência escrava através das fugas anunciadas nos jornais jaguarenses (1855-1873). Trabalho de Conclusão do curso de História da Universidade Federal do Pampa. Jaguarão, 2015.

<sup>29</sup> GULARTE, Gustavo. *Fronteira de Jaguarão: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço, 1801-1835*. Dissertação de mestrado do PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015, p. 122.

pequenos proprietários era utilizada na atividade trigueira.<sup>30</sup> Assim como o trabalho de Gulate (2015), Pinto traz importante contribuição para se pensar a escravidão na primeira metade do século XIX.

A dissertação de Matheus Batalha Bom é mais um trabalho que investiga a história da escravidão em Jaguarão, desta vez, buscando compreender as experiências sociais destes cativos na segunda metade do século XIX. Bom atenta para os limites da escravidão e da liberdade, partindo de exemplos documentais para mostrar que as fronteiras porosas impactaram as concepções de liberdade dos escravizados, apontando que as relações tecidas pela população negra que nem sempre se aproximava de suas condições jurídicas. Isto é, a contribuição do trabalho de Bom – no que tange a escravidão em Jaguarão/RS – está na reflexão sobre a fluidez dos termos escravo e liberto, na atenção a reelaboração das estratégias cativas, nas fronteiras entre a escravidão e liberdade.<sup>31</sup>

O historiador Rafael Peter Lima traz importante contribuição ao tema da escravidão na fronteira com a sua tese de doutorado (2016) sobre a atuação diplomática do político uruguaio André Lamas e da Legação Oriental na Corte Imperial Brasileira, na defesa e consolidação das leis abolicionistas uruguaias.<sup>32</sup> Na leitura de seu trabalho, reconheço que o caso da preta Faustina, nascida no Uruguai nas vésperas da abolição, e que foi extraditada de Pelotas para a Banda Oriental em 1854, foi fruto de um trabalho diplomático em defesa não somente da cidadania de negros

---

30 PINTO, Franklin Fernandes. *Economia, Agregação e reprodução social entre pequenos produtores (Jaguarão/RS, 1802-1835)*. Dissertação de mestrado do PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

31 BOM, Matheus Batalha. *Porosas fronteiras: experiências de escravidão e liberdade nos limites do Império (Jaguarão - segunda metade do século XIX)*. Dissertação de mestrado do PPG em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2017.

32 LIMA, Rafael Peter de. *Andrés Lamas e atuação da Legação Oriental na Corte Imperial brasileira: escravidão e relações internacionais (1847-1869)*. Tese de Doutorado do PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

livres, mas sobretudo da política republicana. Por meio da tese de Lima, vemos que o caso de Faustina foi apenas um de inúmeros embates entre a Legação uruguaia e o Império Brasileiro. Obviamente, a atuação de André Lamas não foi impecável, inclusive sendo criticado por uruguaios e brasileiros, mas sua opção em levar os casos de escravização ilegal cometidos contra os seus cidadãos para o debate internacional, indica seu envolvimento e dedicação na causa abolicionista.<sup>33</sup>

Deixando por um pouco a historiografia rio-grandense, se percebe que no cenário nacional o tema da escravidão na fronteira – e suas especificidades aqui apresentadas – fortaleceram-se e mantiveram-se em prodigioso avanço. A historiadora Keila Grinberg foi a maior responsável pela regular divulgação de pesquisas sobre o tema da escravidão no contexto platino nos últimos anos.<sup>34</sup> Entre eles, escreveu o artigo *As desventuras de Rufina* (2016), pesquisando sequestros de negros orientais da Argentina e Uruguai para o Brasil. A partir da conhecida rede de tráfico já apontada por Rafael Peter de Lima (2010), Grinberg parte da trajetória de Rufina e sua família para explorar aspectos que indicam o evidente conluio entre autoridades

---

33 Ver também LIMA, Rafael Peter de. Nefario crimen - a fronteira sul do Império brasileiro e o tráfico de negros uruguaios ilegalmente escravizados para o Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In: *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 15, n. 2, 2022.

34 GRINBERG, Keila. Re-enslavement, Rights and Justice in Nineteenth-Century Brazil. *Translating the Americas*, v. 1, p. 141-159, 2013. GRINBERG, Keila. The Two Enslavements of Rufina: Slavery and International Relations on the Southern Border of Nineteenth-Century Brazil. *The Hispanic American Historical Review*, v. 96, p. 259-290, 2016. GRINBERG, Keila; MAMIGONIAN, B.G. . Le crime de réduction à l'esclavage d'une personne libre (Brésil, XIXe siècle) O crime de redução de pessoa livre à escravidão no Brasil oitocentista. *The Crime of Reducing a Free Person to Slavery in Nineteenth-Century Brazil. BRÉSIL(S) - SCIENCES HUMAINES ET SOCIALES*, v. 11, p. 1, 2017. GRINBERG, Keila. Emancipación y guerra en el Río de la Plata, 1840-1865: hacia una historia social de las relaciones Internacionales, *Historia Mexicana*, v. 69, p. 693-742, 2019. MAMIGONIAN, Beatriz; GRINBERG, Keila. O crime de redução de pessoa livre à escravidão no Brasil oitocentista. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 13, p. 1-21, 2021.

brasileiras e traficantes. Lembro-me que Vinícius Pereira (2005), Rafael Lima (2008) e eu havíamos localizado documentos que apresentavam essas redes, porém, com o passar do tempo, compreendemos melhor o que representavam tais redes de tráfico terrestre e o seu significado para a manutenção da escravidão brasileira, a última a ser abolida nas Américas. Creio que a historiadora Keila Grinberg conseguiu sintetizar isso ao longo de sua trajetória acadêmica.<sup>35</sup>

A dissertação de mestrado de Carlos Jarenkow, *Fugindo para os orientais*, retoma o tema das fugas para o Uruguai, surgidas com Petiz (2001), porém, o autor não utilizou a lista de escravos fugidos, e sim o cotejamento de relatórios do presidente da província, inventários e processos criminais.<sup>36</sup> Com o uso de tais documentos o autor apresenta diversos casos de fugas dentro de contextos específicos das guerras platinas e do processo abolicionista uruguaio. É interessante notar que o trabalho de Jarenkow também afirma, assim como Caratti (2010) e Silva (2015), que os escravizados “agiam no limite de suas possibilidades e que buscavam melhorar as condições nas quais se encontravam”. Essa percepção valoriza a inteligência e motivação do escravizado enquanto sujeito de sua história.<sup>37</sup>

A historiadora Carla Menegat buscou analisar a relação entre produção pecuária e a mão de obra escrava entre proprietários

---

35 GRINBERG, Keila. As desventuras de Rufina: escravidão, liberdade, e tráfico de seres humanos nas fronteiras sul do Brasil no século XIX. *Esclavage et subjectivités*, Open Edition Press, 2016.

36 Sobre o número de fugas de escravizados a partir de um processo-crime, ver: CARATTI, Jônatas Marques. “Em busca de posse cativa: o Tratado de Devolução de Escravos entre a República Oriental do Uruguai e o Império brasileiro a partir de uma relação nominal de escravos fugidos da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1851)”. *Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba, 2009.

37 JARENKOW, Carlos. *Fugindo para os orientais: as fugas de escravos pela fronteira meridional brasileira (Brasil e Uruguai, 1846-1870)*. Dissertação de mestrado do PPG em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018, p. 119.

brasileiros em terras uruguaias. Menegat utilizou como exemplo os recrutamentos de negros e pardos brasileiros (livres e escravos) nos exércitos orientais e as fugas – e pedidos de extradição – nos períodos de guerras, para salientar os diversos mecanismos acionados por parte dos senhores para a defesa e garantia da posse escrava.<sup>38</sup> Seu trabalho se soma a pesquisa de Rafael Peter de Lima (2016), elucidando que embora o conceito solo livre tenha oportunizado pontualmente a liberdade de escravizados que foram ilegalmente capturados na fronteira, a manutenção da escravidão pelos senhores brasileiros foi extensa e implacável ao longo da segunda metade do século XIX.

O historiador Paulo Staudt Moreira, que é uma das principais referências nacionais para o estudo da escravidão, também localizou em suas pesquisas casos de indivíduos de difícil definição, que nos permitem pensar sobre os limites de nossa interpretação às ações escravas, classificações por vezes formais e engessadas. O caso do peão Cândido, apresentado por Moreira, que foi vítima de escravização ilegal, desafia nossa compreensão. Sendo negro, livre, estudado e bom vaqueano, atravessando a linha divisória com autonomia, mesmo assim o peão Cândido enfrentou desventuras para defender sua liberdade.<sup>39</sup>

O trabalho do historiador Thiago Araújo (2016), *Rastilhos da Mina - conspirações escravas, o Rio da Prata e abolição do tráfico de africanos no Brasil*, é um bom exemplo de avanço nas pesquisas sobre a escravidão na fronteira Brasil-Uruguai. Sua tese de doutorado, que virou livro pela Editora da Unicamp (2025), apresentou uma nova tese sobre o fim do tráfico de africanos para o Brasil, ao entrelaçar

---

<sup>38</sup> MENEGAT, Carla. “*Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha*”: atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai (1845-1865). Tese de Doutorado. PPG-História da UFRGS, 2015.

<sup>39</sup> MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. “Abusando da fraqueza e da simplicidade do ofendido: significados da liberdade e da escravidão, trabalho e ensino na fronteira meridional do Império Brasileiro (Século XIX). In: *Canoa do Tempo*, v. 11, 2019.

a expansão da escravidão no Rio Grande do Sul, as conspirações escravas na década de 1840, com o processo abolicionista uruguaio. Tais conexões nos permitem um novo olhar para as motivações e impacto da famosa Lei Eusébio de Queirós (1850). Seu trabalho de quase duas décadas estudando o tema da escravidão, e o próprio avanço de trabalhos realizados nos últimos anos, mostra a importância do trabalho coletivo de pesquisa de historiadores e historiadoras.

Finalizo este panorama das pesquisas realizadas nos últimos anos sobre a escravidão e liberdade nas fronteiras platinas, trazendo questões a partir de um importante artigo das historiadoras Keila Grinberg e Beatriz Mamigonian.<sup>40</sup> Neste texto, as autoras que há tempos se dedicavam à investigação das ações de liberdade, notaram que existiam regularidades e associações possíveis no que tange a escravização de pessoas livres no Brasil. Ao longo prazo, perceberam que tais escravizações ocorriam de três maneiras: a) africanos trazidos ilegalmente depois da proibição do comércio atlântico; b) os libertos que tiveram suas alforrias desconsideradas; c) negros livres uruguaiois que foram sequestrados e vendidos como escravos no Império. Note-se que os casos de reescravização e escravizações ilegais que me deixavam perplexos nos idos de 2005, agora foram compreendidos pelas autoras a partir do argumento de que proprietários de escravos estavam estendendo a permanência da escravidão negra no Brasil.

---

<sup>40</sup> GRINBERG, Keila. MAMIGONIAN, Beatriz. O crime de redução de pessoa livre à escravidão no Brasil Oitocentista. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 13, 2021. De acordo com as autoras, “Se os escravizadores fossem punidos pelo crime de escravização ilegal, o impacto potencial dessas condenações seria muito maior, podendo inclusive colocar em risco a própria sobrevivência das relações escravistas, principalmente depois do fim do tráfico atlântico de escravos. Diante desse quadro, ao garantir impunidade aos escravizadores a cada nova fase das relações entre os escravos, os senhores e o governo imperial, o Judiciário brasileiro dava sustentação a um verdadeiro pacto pela manutenção da escravidão. (GRINBERG, Keila; MAMIGONIAN, Beatriz. Op. cit., 2019, p. 20).

## Últimas palavras

*O Solo da Liberdade*, originalmente apresentado como dissertação de mestrado em 2010 e publicado pela primeira vez em 2013, pretendia demonstrar por meio de duas trajetórias “escravas” a precariedade da liberdade de pessoas negras que habitavam e atravessaram as fronteiras; o impacto e a relativa força das leis abolicionistas para a extradição de negros orientais; a complexidade de suas condições, a vulnerabilidade de escravos brasileiros diante de um cenário de incertezas.

Com o passar dos anos, historiadores e historiadoras levaram adiante suas pesquisas e satisfatoriamente puderam cooperar com a apresentação de novas fontes primárias que nos indicassem o “olhar do todo”<sup>41</sup>; embora as verdades históricas devam ser constantemente superadas, tal balanço bibliográfico é um exercício de síntese necessário como parte da avaliação do nosso trabalho.

Lembro-me de ter finalizado o último capítulo da dissertação com o seguinte trecho: que o solo de liberdade poderia ser também o solo da escravidão. Comparando as trajetórias da preta Faustina, que retornou ao Uruguai na condição livre, com a do pardo Anacleto, que retornou a escravidão em Encruzilhada/RS, se percebe que os casos documentados em maior número foram àqueles que formalizaram a manutenção da escravidão e, em casos muito específicos, como o de Faustina, as liberdades foram asseguradas.

---

<sup>41</sup> Sobre novas pesquisas ver: SANTOS, Michele dos. Fronteiras do Cativo: significados transnacionais de liberdade e escravidão (Brasil/Uruguai, segunda metade do século XIX). In: *31º Simpósio Nacional de História*, Rio de Janeiro/RJ, 2021. SOUZA, Leonardo Felipe Santos. *Escravidão como um problema das relações internacionais: possibilidades interpretativas a partir dos casos de solo livre do Segundo Reinado no Brasil*. Trabalho de Conclusão do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2022.

# HISTÓRIAS DE ESCRAVIDÃO, HISTÓRIAS DE LIBERDADE

**alforrias, gênero e identidades diaspóricas  
na sociedade oitocentista de Pelotas/RS**

Natália Garcia Pinto<sup>1</sup>

Em sete de maio de 1850, Joaquina, foi escravizada de Antônio José de Oliveira Castro, dirigiu-se com este até o cartório da cidade de Pelotas para obter finalmente o papel da liberdade devidamente registrado pelo tabelião local. Em sua carta de manumissão consta que era uma africana, de nação Tapa. Joaquina pagou a quantia de quinhentos mil réis a Antônio José de Oliveira Castro para obter a sua liberdade.<sup>2</sup> Joaquina alcançara a porta estreita da liberdade ainda em contexto histórico marcado pelo poder da força moral dos

---

<sup>1</sup> Doutora em História (UFRGS). Professora do Curso de Licenciatura em História UFPEL/UAB. e-mail: nataliag.pinto@gmail.com

<sup>2</sup> Carta de Alforria concedida em 04/03/1850 e registrada em 07/05/1850. Livro 03, fl. 45v. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (doravante APERS).

senhores escravistas, os quais tinham o direito exclusivo de ofertar a liberdade ou não aos seus escravizados, visto que estes faziam parte essencial do direito inviolável de propriedade no Império.<sup>3</sup> Joaquina viveu como liberta em uma sociedade que estava sofrendo mudanças, onde o direito sagrado da propriedade escravizada começava aos poucos a sofrer violações perante a intromissão do Estado na questão da liberdade dos cativos.

Todavia, Joaquina não assistiu à aprovação da Lei do Ventre Livre, devido ao seu falecimento. Em 1864, encontramos essa liberta como Joaquina Oliveira de Castro, ainda residindo na cidade de Pelotas, onde elaborou seu testamento.<sup>4</sup> Declarou ser forra, africana e viver no estado de solteira. Relatou que tinha tido três filhas que ainda continuavam “no estado de cativas”, duas ainda permaneciam em posse de seu antigo senhor, o escravista Antônio José de Oliveira Castro e outra em poder de Domingos Soares Paiva. Quanto ao seu patrimônio, resumia-se apenas a uma morada de casas. A respeito de suas relações de parentesco, declarou que depois da sua morte a casa deveria ser vendida e o produto advindo dessa transação utilizado para a compra da liberdade de suas três filhas.

Os fragmentos narrativos contidos nestes esparsos documentos que cotejei sobre as experiências da africana Joaquina de Oliveira Castro exemplificam vários dos temas que serão tratados nesta investigação. Vestígios documentais diversos e entrecruzados permitem-nos analisar trajetórias de escravidão e liberdade experimentadas pelas vivências de uma mulher que passou pela experiência da escravização, da diáspora transatlântica, da organização de uma vida em senzala,

---

3 CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. Segunda edição revisada e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

4 Testamento de Joaquina de Oliveira Castro. Número 1719. Ano 1864. Pelotas. APERS.

da afetividade, da maternidade, da obtenção da alforria e da dura vida como forra. Não foram experiências isoladas, mas coletivas. Não foram experiências únicas ou raras, mas múltiplas e conectadas.

Ao examinar algumas trajetórias de africanos libertos no que tange aos projetos de liberdade e suas relações familiares, no período de 1850/1888, constatei que os africanos ocidentais conhecidos como minas dominavam o mercado da liberdade, pagando altas quantias pelas cartas de liberdade e, em alguns casos, agenciando a liberdade de outros parceiros étnicos. Esse seleto grupo de africanos ocidentais tinha o monopólio da liberdade na sociedade escravista de Pelotas, todavia naquele período da investigação não eram a maioria da população escravizada analisada nos registros paroquiais e dos inventários *post-mortem*.<sup>5</sup>

Assim sendo, este trabalho tem como objetivo analisar as buscas pela liberdade projetadas por escravizados e suas famílias, durante o período de 1850/1888. O foco da análise são “as experiências de emancipação” num período ainda escravista -, ou seja, de perceber como forjaram estas experiências de liberdade, de cativo e emancipação do grupo de afro-ocidentais, constatando formas intermediárias entre estas categorias. Não só os projetos emancipacionistas são familiares, mas as próprias experiências, já que raramente toda uma família se alforriava junta, mas não raramente havia um parente ainda preso ao cativo. Não se está exagerando na importância de 1888, mas tratando esta data com o respeito devido, e percebendo que as experiências ambíguas de cativo e liberdade alimentam as expectativas a respeito. Ou seja, a pesquisa não aborda as experiências de cativo e liberdade como categorias dissociadas uma da outra, mas como práticas e significados que só podem ser apreciadas e compreendidas através de uma análise relacional.

---

<sup>5</sup> Os inventários *post-mortem* foram coletados a partir dos dados disponibilizados pelo Catálogo seletivo de Documentos da Escravidão realizado pelo APERS.

Investigo, sobretudo, a passagem da escravidão para a liberdade, tratando dos padrões de alforria e da inserção social dos libertos, especialmente, o grupo de africanos ocidentais emancipados. Entre as questões que norteiam a pesquisa uma central é de analisar quais foram os mecanismos da alforria agenciados pelos cativos afro-ocidentais, pautando o gênero, a procedência e os ofícios dos investigados.

O cenário da história destas personagens será o município de Pelotas, localizado na parte meridional do sul do país. A respeito da localidade, ela foi palco que abrigou um dos maiores contingentes de população escravizada na então Província do Rio Grande do Sul. O surgimento da cidade se deu junto com o nascimento das charqueadas, unidades produtivas dedicadas à produção de carne salgada.<sup>6</sup> Todavia, o universo produtivo de nosso lócus é plural, não contemplando apenas charqueadas (onde estavam as maiores escravarias), tendo também unidades produtivas ligadas a pequenas roças e produção de gêneros de lavoura e pecuária, além de um não pouco consistente setor urbanizado,<sup>7</sup> visto que na década de 1850 começam a surgir na cidade os primeiros jornais, tipografias e variadas fábricas como curtumes, cervejarias, chapéus, velas, sabão, etc.<sup>8</sup>

Embora fossem distintos os caminhos percorridos para a conquista da liberdade, os libertos que dão vida a essa trama adquiriam sua carta de liberdade trabalhando por um determinado tempo a seus antigos proprietários, ou a um familiar deste outros obtiveram a manumissão em mãos depois de anos amalhando recursos e

---

6 KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.

7 PINTO, Natália Garcia. *A benção Compadre: experiências de parentesco, escravidão e liberdade em Pelotas, 1830/1850*. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2012. (Dissertação de Mestrado).

8 MÜLLER, Dalila. *“Feliz a população que tantas diversões e comodidades goza”*: espaços de sociabilidade em Pelotas (1840-1870). São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2010, p. 18. (Tese de Doutorado).

finalmente pagando por sua liberdade. Alguns (muitos, aliás) conseguiram atravessar a porta estreita da liberdade com a ajuda de parentes que auxiliavam com módicas quantias em dinheiro, aliado ao apoio ofertado para enfrentar as durezas e as mazelas da vida em cativeiro. A passagem da escravidão para a liberdade foi um processo lento e árduo na vida destes sujeitos. A manumissão nem sempre era garantia absoluta de uma vida com melhores condições.<sup>9</sup> Muitas vezes os libertos viviam em condições de miséria e precariedade,<sup>10</sup> somado a isso tinham sempre seus passos vigiados pelas elites, sempre temerosas de uma possível revolta de seus subalternos ou de da busca por uma autonomia tal que desorganizasse os esquemas de controle social arquitetados.<sup>11</sup>

### **Perfil dos escravizados alforriados**

Para analisar de forma mais acurada os tipos de alforria, é preciso analisar os dados com a respectiva origem dos alforriados. Mas antes desse exercício é necessário averiguarmos primeiro quem eram os alforriados, ou seja, quantos homens e quantas mulheres foram beneficiados com a carta de liberdade.

---

9 LIMA, Henrique Espada. “Sob o domínio da precariedade: escravidão e o significado da liberdade de trabalho no século XIX”. In: *Revista Topoi*, v. 6, n.11, jul-dez, 2005, p.289-326.

10 CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista*. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

11 MACHADO, Maria Helena P.T. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da Abolição*. 2ª edição. São Paulo: EDUSP, 2010; AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda Negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – Século XIX*. 3ª Edição. São Paulo: Annablume, 2008.

**Tabela 1 – O sexo e a Origem dos alforriados em Pelotas/RS, 1850/1888**

Períodos	Africanos			Crioulos			Não Identificados		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
1850/1859	71	62	133	60	103	163	33	51	84
1860/1869	81	58	139	75	141	216	30	78	108
1870/1879	133	66	199	104	221	325	93	208	301
1880/1888	153	21	174	478	352	830	936	495	1.431
Total	438	207	645	717	817	1.534	1.092	832	1.924
%	67.9	32.1	100	46.7	53.3	100	56.8	43.2	100

*Fonte: Catálogo Seletivo de Cartas de Alforrias. Tabelionatos de Pelotas de 1850/1880. APERS*

Observando as informações da tabela acima, temos duas questões pertinentes. A primeira é de que a maioria dos escravizados alforriados foram os crioulos (chegando a 70,4% se levarmos em consideração apenas os registros em que consta explicitamente a origem dos alforriados). A segunda informação de destaque é que levando em consideração o sexo, foi possível perceber que as mulheres alforriadas se sobressaíam aos homens escravizados no quesito quanto a origem crioula<sup>12</sup>, visto que para todo o período analisado encontramos 53,3% dos dados para as mulheres dessa naturalidade no município. Neste ponto, a pesquisa vem corroborar o muito que já se têm salientando na historiografia brasileira acerca do tema, pois “realmente, uma das poucas unanimidades entre os historiadores é

<sup>12</sup> EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989, pp. 255-314; KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre (1800-1835)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

a de ter sido a mulher privilegiada no acesso à manumissão, apesar de ser menos numerosa na população escrava”.<sup>13</sup>

Contudo, aponto uma terceira informação pertinente apresentada na tabela referente aos alforriados de origem africana. É comum na historiografia a ressalva de que tanto mulheres africanas e crioulas tinham o privilégio da conquista da carta. Ao analisarmos com mais acuidade os nossos dados, observamos que em todas as décadas a predominância de alforriados de origem africana se deu entre os homens e não para as mulheres, visto que para todo o período da análise foi computado 67,9% de indivíduos libertos de origem africana do sexo masculino. Interessante destacar que entre o período costumeiro da prática da alforria os africanos do sexo masculino eram predominantes, todavia sem grandes disparidades numéricas. Ao passo que na década de 1870 a 1879 verificou-se 66,8% de africanos homens, já na seguinte entre 1880 a 1888, esse percentual aumenta para 87,9%.

Comparando com pesquisas para outras localidades do Brasil império, percebe-se algumas singularidades, por exemplo, a pesquisa de Alysson Jesus apontou que, entre no município de Rio Claros, a população crioula era mais representativa na conquista da liberdade. Aponta que as mulheres tanto africanas como as crioulas dominavam o mercado da alforria. No que tange às africanas no período de 1830 a 1888, Jesus anotou que 10,36% dos dados investigados eram referentes às liberdades concedidas às africanas, ao passo que apenas 8,97% eram para africanos.<sup>14</sup> Almeida pontuou que entre os anos de 1850 a 1871, em Rio das Contas, 58,5% dos dados eram referentes a liberdade de mulheres. Segundo a análise de Almeida,

---

13 FARIA, Sheila. *Sinhás pretas, damas mercadoras*: as pretas minas na cidade do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). Departamento de História da UFF, Niterói, 2004, p. 111. (Tese – Professor Titular).

14 JESUS, Alysson. *No sertão das Minas: escravidão, violência e liberdade (1830-1888)*. São Paulo: Annablume, 2007, p. 167.

a origem foi um fator determinante para a passagem da escravidão para a liberdade nessa região baiana, pois em todas as modalidades de alforria os crioulos foram predominantes, sendo as mulheres as que tiveram maior êxito.<sup>15</sup> Interessante que Almeida encontrou em sua investigação que apesar da população cativa de origem africana não ser muito expressiva nessa localidade, os africanos adquiriam mais a liberdade pela compra da alforria, seguida das alforrias gratuitas. Por sua vez, Thiago Araújo, verificou também uma predominância de mulheres libertadas na região de Cruz Alta.<sup>16</sup>

Pelotas na segunda metade do século XIX apresenta um cenário distinto das demais regiões do Império brasileiro, visto que apresenta mais cativos afro-ocidentais do que em relação aos cativos africanos oriundos da África Central Atlântica, como frequentemente é apontado pela historiografia.<sup>17</sup> Além dos afro-ocidentais terem uma presença expressiva nas escravarias, era destaque também na obtenção da liberdade, via a alforria. Proporcionalmente pagavam mais pelo papel da liberdade do que os escravizados crioulos na região pesquisada.

Assim sendo, cruzando as variáveis de origem, sexo e tipologia das alforrias registradas nos cartórios da cidade, percebe-se que a população liberta entre os crioulos era mais significativa do que a dos africanos. Quando comparo as maneiras como os africanos e

---

15 ALMEIDA, Kátia Lorena. *Alforrias em Rio das Contas – Bahia- Século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 124.

16 ARAÚJO, Thiago. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila da Cruz Alta, Província do Rio Grande de São Pedro, (1834-1884)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2008, p. 196. (Dissertação de Mestrado).

17 FLORENTINO, Manolo. “Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871”. In: *Tráfico, Cativo e liberdade: Rio de Janeiro, Séculos XVII e XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 331-366. 2005, p. 331-366; SCHERER, Jovani. *Experiência de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, Século XIX*. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2008. (Dissertação de Mestrado).

crioulos conseguiram atravessar “a porta estreita da liberdade” no oitocentos com as distintas tipologias das cartas a questão torna-se mais complexa ainda. Essa população de origem africana vivia sob o cativo e a liberdade passava pelo crível do mando senhorial. A liberdade era conquistada no dia a dia, seguindo muitas vezes caminhos longos e difíceis. Ser livre ou liberto em uma sociedade escravista imperial não era tarefa fácil. Ao excluir os dados referentes aos alforriados que não conseguimos obter as informações sobre a origem temos esse seguinte cenário:

**Tabela 2 - Sexo e Origem dos Escravizados Alforriados pelo tipo de alforria na cidade de Pelotas/RS, 1850/1888<sup>18</sup>**

	Africanos			Crioulos		
	H	M	T	H	M	T
Paga Incondicional	147	110	257	108	286	394
Gratuita	165	76	241	183	253	436
Condicional	113	20	133	346	207	553
Paga com Condição	13	01	14	22	12	34
Total	438	207	645	717	817	1.534
%	67,9	32,1	100	46,7	53,3	100

*Fonte: Catálogo Seletivo de Cartas de Alforrias.  
Tabelionatos de Pelotas de 1850/1880. APERS*

De acordo com essa tabela acima, os crioulos eram proporcionalmente mais contemplados nas alforrias condicionais, naquelas em que os senhores estipulavam uma cláusula de prestação de serviços por um determinado tempo, ou que continuassem a trabalhar até a morte do proprietário. Em segundo lugar, para o grupo dos crioulos

<sup>18</sup> Apenas constam os dados referentes às alforrias em que pudemos verificar a origem dos libertos.

as alforrias gratuitas, aquelas sem condição alguma foram também mais favorecidos em relação aos africanos. Salta aos olhos que grande parte das manumissões contempladas para os africanos foram às pagas, e que os homens obtiveram mais êxito nessa empreitada dos que as mulheres. As diferenças observadas entre africanos e crioulos, a partir da variável de como conquistaram a liberdade demonstram, em tese, a grande capacidade e agência dos africanos na arte de lutarem pela condição de serem sujeitos libertos na ordem escravista de outrora. Para analisar de forma mais satisfatória os tipos de alforria, é necessário cruzar os dados com o sexo e a origem dos alforriados, com o objetivo de investigar quais as possibilidades entre o grupo de africanos diferenciadas na conquista e negociação quanto à questão da liberdade no Oitocentos.

**Tabela 3 - Sexo e Alforria dos Africanos Alforriados,  
Pelotas/RS, 1850/1888**

	Paga Incondicional			Gratuita			Paga Condicional			Condicional			Total		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
1850/1859	24	30	54	30	25	55	04	00	04	13	07	20	71	62	133
1860/1869	46	35	81	21	15	36	03	01	04	11	07	18	81	58	139
1870/1879	53	39	92	68	24	92	06	00	06	06	03	09	133	66	199
1880/1888	24	06	30	46	12	58	00	00	00	83	03	86	153	21	174
Total	147	110	257	165	76	241	13	01	14	113	20	133	438	207	645
%	57.2	42.8	100	68.5	31.5	100	92.9	7.1	100	85.0	15.0	100	67.9	32.1	100

*Fonte: Catálogo Seletivo de Cartas de Alforrias.  
Tabelionatos de Pelotas de 1850/1880. APERS*

Observa-se na tabela que, duas informações pertinentes a respeito da conquista da liberdade. A primeira é o sucesso dos africanos do sexo masculino no quesito de compra da carta da liberdade, tendo um percentual expressivo na década de 1870-1879, com 57,6% dos casos investigados. Tal período em que a política de alforriar sofreu forte intervenção do Estado, assim como uma maior movimentação na malha do sistema engendrado pelos cativos para se libertarem do cativeiro. A tabela demonstra que os homens africanos sobrepuseram, as mulheres africanas nas distintas modalidades de alforria, obtendo, respectivamente, 57,2%, 68,5%, 92,9%, 85% das pagas incondicionais, das gratuitas, das pagas condicionais e das condicionais.

Pode-se concluir que, para os africanos, a liberdade era possível na medida em que conseguiram amealhar recursos próprios (ou com a ajuda de terceiros) para pagar por sua alforria, como também souberam negociar com seus senhores a obtenção da liberdade via gratuita. É o caso de João, africano, nação nagô, o qual pagou 300\$000 réis ao charqueador Joaquim Antônio Barcellos pela sua carta de liberdade,<sup>19</sup> e de Justino também africano de origem mina, que teve a sua liberdade concedida sem ônus ou condição alguma por Porfírio Balbuíno de Aguiar.<sup>20</sup>

Enfim, a maioria dos estudos concorda que, em sua maioria, os escravizados nascidos na África tiveram menos oportunidades de alforria.<sup>21</sup> Contudo, foi possível observar sobre a origem no município de Pelotas que este quadro ganhou uma nova configuração, visto a predominância de alforriados de origem africana obtendo

---

19 Carta de alforria concedida em 03/03/1878 e registrada em 12/03/1878. Livro 09 (1873 a 1880), fl. 70v. Livro de Registros Ordinários de notas. Segundo Tabelionato da Cidade de Pelotas. APERS.

20 Carta de alforria concedida em 22/08/1879 e registrada em 23/08/1878. Livro 09(1873 a 1880), fl. 78v. Livro de Registros Ordinários de notas. Segundo Tabelionato da Cidade de Pelotas. APERS

21 ALMEIDA, Kátia. Op. cit., p. 138-144.

êxito em determinadas modalidades de alforria. Não obstante, a análise sobre a origem ainda pouco nos diz sobre o perfil dos libertos. Por isso, é importante detalhar os grupos de procedência quem tinha mais vantagens no processo de manumitir-se da escravidão. Como destaca o historiador Florentino “a heterogeneidade étnica era um traço fundador da escravidão brasileira, e os padrões de alforrias dos africanos refletiam-na”.<sup>22</sup>

Analisando os dados, pode-se constatar que os afro-ocidentais tinham o predomínio do mercado das alforrias pagas na região estudada. Eram, 82,9% dos libertos alforriados que conquistaram o papel da liberdade via o pagamento. E do total dos grupos de procedência<sup>23</sup> que foram libertados, os afro-ocidentais destacam-se, pois 66,9% desses indivíduos receberam a carta de liberdade nas diferentes modalidades pesquisadas. Importante destacar também no que se referem às alforrias pagas, os afro-ocidentais do sexo masculino dominavam o cenário da conquista da liberdade, visto que 61,8% deles compraram sua alforria, ao passo que as afro-ocidentais do sexo feminino tiveram a representatividade de 38,2% das alforrias pagas. Uma das possíveis causas dessa presença significativa de africanos

---

<sup>22</sup> FLORENTINO, Manolo. Op. cit., p. 351.

<sup>23</sup> Mariza Soares sugere a utilização do termo grupo de procedência, pois ele permitiria a compreensão da organização dos indivíduos não levando em conta apenas a sua saída da terra natal (aldeia, reinos, tribos), mas também a reestruturação de suas vidas depois da diáspora, neste caso, no Brasil. Segundo ela “Esta noção [grupo de procedência], embora não elimine a importância da organização social e das culturas das populações escravizadas no ponto inicial do caso deste estudo, portanto, o fundamental é pensar como esses grupos de procedência se organizam na cidade do Rio de Janeiro no século XVIII. O que me leva a alterar o enfoque da análise dos deslocamentos de escravos da África para o Brasil é que as formas de organização dos pretos africanos têm tanto ou mais a ver com as condições do cativo do que com seu passado tribal. Os critérios de filiação a este ou aquele grupo são definidos aqui, e não na África”. SOARES, Mariza. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 116.

ocidentais, sendo libertados é que eles “produziram um cenário étnico de aglutinação no mercado de trabalho que lhes garantia acesso a recursos para, assim, ter acesso a outro mercado: o da liberdade”.<sup>24</sup>

O êxito atribuído ao grupo dos afro-ocidentais<sup>25</sup> na obtenção pela liberdade seria a possibilidade de conseguirem amealhar recursos próprios, o pecúlio, trabalhando ao ganho ou a aluguel, mas também pela capacidade de organizarem-se em torno de “irmandades e outros tipos de associações”.<sup>26</sup> Florentino pontua em seu estudo sobre as alforrias, que o sucesso auferido ao grupo de africanos ocidentais se deve a experiência do trabalho urbano e mercantil desenvolvido na África e como escravizado ladino nas cidades brasileiras, como Rio de Janeiro e Salvador, inseridos em “setores estratégicos (isto é, mais lucrativos) do pequeno comércio e dos serviços da Corte. Não é difícil de imaginar o quanto a capacidade de formação de pecúlio e, por meio dela, o reforço da identidade étnica, devia a essa peculiar forma de inserção”.<sup>27</sup> Mas o que de fato realmente tornava esses escravizados de origem afro-ocidental do sexo masculino tão dissonante na conquista da liberdade?

É possível que pela predominância mina e masculina no campo das alforrias pagas sugere uma capacidade de acumulação de renda seja no campo individual ou no campo da aglutinação étnica, como as irmandades, associações ou a família. Todavia é importante destacar também que tal eficiência na aquisição da liberdade comprada tenha vínculos e raízes com a cultura trazida da região da África Ocidental, a qual tinha características de urbanizada e mercantil em relação às

---

24 FARIAS, Sheila. Op. cit., p. 118.

25 MAMIGONIAN, Beatriz. África no Brasil: mapa de uma área em expansão. Topoi, v.5, n.9, p.33-53, 2004.

26 ALADRÉN, Gabriel. Op. cit., p. 69.

27 FLORENTINO, Manolo. Op. cit., p. 355.

demais regiões da África.<sup>28</sup> Além de atentar para a importância do padrão cultural africano para a nova realidade destes indivíduos, é pertinente pensarmos também como se deram as migrações internas desses escravizados dentro do território brasileiro através do tráfico interno. Isso ajudaria a tentar solucionar esse quebra cabeça.<sup>29</sup>

Infelizmente não foi possível saber com precisão se estes afro-ocidentais provinham pela mão do tráfico de Salvador, Rio de Janeiro ou Pernambuco até o porto de Rio Grande para posteriormente serem enviados para Pelotas. Quiçá os minas investigados, proviessem destes grandes centros escravistas e negreiros do país, ladinizados nestes lugares desembarcavam na sociedade de Pelotas imbuídos de experiências acumuladas no meio urbano e mercantil (África e nos centros urbanos do país) que os singularizava no campo da conquista da liberdade. São hipóteses passíveis de serem analisadas. O que a pesquisa sugere é que a relevância da conquista da liberdade dentro do grupo de afro-ocidentais não é apenas de predominância do gênero feminino, mas também da agência dos homens, fato antes nunca apontado na historiografia brasileira.

Ao vislumbrar os dados referentes a procedência, o gênero e o tipo das cartas de liberdade, obtive o seguinte cenário na sociedade escravista pelotense:

---

28 CRUZ, Maria Cecília Velasco. “Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905- 1930”. *Afro-Ásia*, 24, 2000, p. 261.

29 Segundo Berute (2006), ao analisar os portos de origem de africanos ladinos que adentravam pelo porto de Rio Grande na Província do Rio Grande do Sul, os escravizados de origem afro-ocidental “são quase 16%, com destaque para os minas, que são pouco mais de 12% do total de escravos com origem identificada”. BERUTE, Gabriel. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro no Rio Grande de São Pedro do Sul (1790-1825)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2006. Dissertação de Mestrado.

**Tabela 4- Grupos de Procedência e Gênero dos Alforriados em Pelotas/RS.1850/1888**

Tipos	África Ocidental				África Central Atlântica				África Oriental			
	H	%	M	%	H	%	M	%	H	%	M	%
Pagas	86	62.8	45	55.5	08	16.3	18	36.7	-	-	01	33.3
Gratuitas	33	24.1	32	39.5	27	55.1	24	49.0	05	71.4	02	66.7
Condicionais	13	9.5	02	2.5	14	28.6	07	14.3	02	28.6	-	-
Paga Condicional	05	3.6	02	2.5	14	-	-	-	-	-	-	-
Total	137	100	81	100	49	100	49	100	07	100	03	100

*Fonte: Catálogo Seletivo de Cartas de Alforrias. Tabelionatos de Pelotas de 1850/1880. APERS.*

Percebe-se pelos dados acima expostos que, entre os homens alforriados, os de procedência afro-ocidental, em 62,8% deles obtiveram a liberdade por pagamento e sem nenhuma cláusula de condição à liberdade conquistada. Por sua vez, nesse mesmo grupo analisando as alforrias concedidas gratuitamente, observou-se uma predominância (ínfima) de africanas afro-ocidentais sendo mais contempladas nessa categoria de alforria. Fica evidente também que os africanos afro-ocidentais tinham mais êxito de negociação nas alforrias pagas e gratuitas, visto que as alforrias condicionais obtiveram dados poucos expressivos. Há uma grande disparidade entre os africanos da África Ocidental e da África Central Atlântica quando comparamos as alforrias conquistadas através de pagamento. É notório que, os alforriados da região central Atlântica tinham maior êxito no campo das gratuitas e das condicionais. Esmiuçando com mais detalhe apenas as liberdades conferidas aos afro-ocidentais no município podemos observar que os homens de nação mina levavam maior vantagem dentro do próprio grupo.

**Tabela 5- Os Africanos Ocidentais e o  
Tipo de Alforria em Pelotas/RS, 1850/1880**

Tipo	África Ocidental (Mina)				África Ocidental (Nagô)			
	H	%	M	%	H	%	M	%
Paga Incondicional	70	64.2	50	79.0	14	56	06	46.2
Gratuita	26	23.0	11	17.0	07	28	02	15.4
Paga Condicional	02	1.8	01	1.0	03	12	01	7.7
Condicional	12	11.0	02	3.0	01	4	04	30.7
Total	109	100	63	100	25	100	13	100

*Fonte: Catálogo Seletivo de Cartas de Alforrias. Tabelionatos de Pelotas de  
1850/1880. APERS*

Salta aos olhos a predominância de alforrias pagas pelos cativos minas. Apesar de as mulheres terem se sobressaído na mostra dos dados, os homens afro-ocidentais minas, obtiveram mais êxito na compra da carta. Entre os homens, os de nação mina levaram vantagem de 64,2% das liberdades pagas sem condição alguma. Homens e mulheres de nação mina se destacaram nesse processo de conquista da liberdade dentro do próprio grupo de procedência, com uma leve vantagem para eles, comparando com outras pesquisas sobre a demografia da liberdade. Outra nação que teve um predomínio de homens dentro do grupo dos afro-ocidentais foram os de nação nagô com 56% das liberdades compradas, seguidas das alforrias gratuitas. Ao que parece pelos dados averiguados que os afro-ocidentais dominavam tanto a demografia da liberdade em Pelotas pelas alforrias via pagamento pecuniário ou via a gratuidade pelos bons serviços prestados a seus senhores.

A historiografia tem demonstrado que as mulheres de nação mina sobressaíam com mais vantagens em relação aos africanos do mesmo grupo na questão da liberdade. Sheila Faria, em *Sinhás*

*pretas, Damas mercadoras*, salienta que principalmente as mulheres minas foram às protagonistas do projeto de serem “senhoras de si”. Segundo a autora, “a maioria das alforrias onerosas foi custeada, ao que tudo indica através do resultado do trabalho da própria beneficiada – através de suas agências”.<sup>30</sup> Acrescido a isso, a pesquisadora Sheila Faria argumenta que as africanas ocidentais eram possuidoras de qualidades advindas da herança cultural trazida da África, “para superar a condição de escravos, a que foram obrigados a se submeter. Para completar resalto apenas que coube às mulheres minas, mais do que aos homens, estas qualidades”.<sup>31</sup>

Todavia o mercado da liberdade no município de Pelotas era dominado pelos homens de nação mina. Como por exemplo, a história de Manoel, africano, nação mina, cor preta, cativo que foi de Serafim Rodrigues Barcelos, que pagou a quantia de 250\$ mil réis para sair do cativeiro.<sup>32</sup> Gabriel, nação mina, escravizado de Custodio Gonçalves Belchior pagou a importância de 700\$ mil réis por sua liberdade.<sup>33</sup> Por sua vez, Pedro, também mina, com 40 anos, foi escravizado de José Fortunato de Farias, desembolsou 1:600\$ mil réis para ser senhor de si.<sup>34</sup> Contudo, alguns cativos afro-ocidentais tiveram que além de desembolsar uma quantia significativa para livrar-se do cativeiro, prestar algum serviço a mais para ter a liberdade de fato.

---

<sup>30</sup> FARIA, Sheila. Op. cit., p. 130-131.

<sup>31</sup> Idem, p. 129.

<sup>32</sup> Carta concedida em 10/02/1852 e registrada em 14/05/1853. Livro 06 (1853/1854), fl. 6v. Livro Notaria de Registro Ordinário. Primeiro Tabelionato da Cidade de Pelotas. APERS.

<sup>33</sup> Carta concedida em 12/08/1861 e registrada em 21/08/1861. Livro 08 (1860/1867), fl. 3v. Livro Notarial de Registro Ordinário. Primeiro Tabelionato da Cidade de Pelotas. APERS.

<sup>34</sup> Carta concedida em 24/02/1862 e registrada em 27/02/1862. Livro 08 (1860/1867), fl. 9r. Livro de Registro Notarial. Primeiro Tabelionato da Cidade de Pelotas. APERS.

É o caso do africano, nação mina, era pedreiro na propriedade do charqueador Domingos Soares Barbosa, o qual só foi alforriado além do mediante pagamento da carta, ficando obrigado a prestar serviços na charqueada ou em outro estabelecimento no prazo de três anos e meio. Cumprido tal determinação estaria livre de seu cativeiro.<sup>35</sup>

Seria oportuno averiguar as ocupações que exerciam esses indivíduos alforriados, com o objetivo de relacionar a possibilidade de formação de pecúlio, e com este a possibilidade concreta da possibilidade da compra do papel de liberdade. Dos ofícios listados nas cartas de alforria tivemos esse seguinte resultado:

**Tabela 6 - Ofícios dos Alforriados do sexo masculino em Pelotas/RS, 1850/1888**

<b>Ofício</b>	<b>N.</b>	<b>%</b>
Carneador	148	24.6
Campeiro	81	13.5
Pra todo o serviço	54	8.9
Cozinheiro	50	8.3
Copeiro	28	4.7
Marinheiro	26	4.3
Pedreiro	25	4.2
Roceiro	24	3.9
Boleeiro	23	3.8
Carpinteiro	22	3.7
Salgador	19	3.2
Chapeleiro	15	2.5
Sapateiro	10	1.7

<sup>35</sup> Carta concedida em 28/01/1872 e registrada em 06/09/1875. Livro 11 (1871/1876), fl. 152r. Livro Notarial de Registro Ordinário. Primeiro Tabelionato da Cidade de Pelotas. APERS.

Alfaiate	10	1.7
Graxeiro	09	1.5
Serviços de charqueada	08	1.3
Oleiro	07	1.2
Tanoeiro	06	0.9
Cocheiro	05	0.8
Serviços domésticos	02	0.3
Tripeiro	02	0.3
Pintor	01	0.2
Calafate	01	0.2
Quitandeiro	01	0.2
Lavadeiro	01	0.2
Mucamo	01	0.2
Total	601	100

*Fonte: Catálogo Seletivo de Cartas de Alforrias.*

*Tabelionatos de Pelotas de 1850/1880. APERS.*

A maior parte dos cativos alforriados trabalhava predominantemente em atividades ligadas ao estabelecimento das charqueadas, como carneadores, marinheiros, pedreiros, carpinteiros, salgadores, oleiros, tripeiros, graxeiros, serviços de charqueadas. Outros trabalhavam em atividades rurais como os campeiros e roceiros, mas certamente alguns também executavam atividades urbanas especializadas e serviços domésticos como sugerem os dados da tabela. Descobri ao cruzar as ocupações dos escravizados alforriados com a origem que 51% dos que desempenhavam o ofício de carneador e que destes, 13 casos eram africanos afro-ocidentais, sendo que 11 alforriados de nação mina e dois de nação nagô. Em alguns casos verificados constatou-se que além da ocupação de carneador, o escravizado alforriado desempenhava ora o ofício de marinheiro.

O que talvez seja interessante é que entre estes 13 libertos afro-ocidentais, todos foram alforriados mediante indenização pecuniária, isto é, mediante compra de sua liberdade com o pecúlio auferido possivelmente com a renda de seus trabalhos. A arte de carnear a carne salgada, produto rei da economia local, exigia habilidades do trabalhador que executava tal função, pois um sequer erro cometido por ele causaria prejuízos irreversíveis para a venda da mercadoria. Não sei se está exagerando, mas possivelmente os carneadores estivessem no topo da hierarquia social das escravarias que pertenciam, sendo que tal ocupação os diferenciava dos demais companheiros de cativeiro.

As alforrias pagas por esse grupo social foram as mais altas, além disso, não era de todo fácil para o senhor alforriar essa mão de obra, visto o prejuízo que poderiam ter ao perder esse trabalhador com habilidades tão notórias. Este é o caso do charqueador Vicente Lopes dos Santos, que ao alforriar André, africano, nação nagô, estipulou a seguinte condição:

A carta foi concedida mediante o pagamento, pelo escravo, de 2:500\$, mas “com a condição do mesmo André ficar trabalhando em carnear e beneficiar durante o tempo de duas safras, terminando em a safra de 1871, sendo eu obrigado a pagar-lhe \$500 por cada vez que o mesmo carnear”.<sup>36</sup>

A tática do charqueador Vicente Lopes dos Santos para não perder de vista o seu trabalhador, negociou com o afro-ocidental André, que ficasse por mais duas safras em seu estabelecimento e para tal pagaria a quantia de 500\$ mil réis pela tarefa de carnear os animais nas safras vindouras. Segundo o historiador Roberto

---

<sup>36</sup> Carta concedida em 22/09/1869 e registrada em 01/10/1869. Livro 08 (1869/1873), fl. 8r. Livro Notarial de Registro Ordinário. Primeiro Tabelionato da Cidade de Pelotas. APERS.

Guedes a ocupação diferenciava cativos e libertos, e evidenciava que o “trabalho propiciava mobilidade social expressa na cor”.<sup>37</sup> A alforria era sem dúvida alguma uma prerrogativa senhorial em que bons trabalhos prestados resultavam em uma liberdade futura seja pela submissão ou pela cooperação com o proprietário. Talvez os bons anos de serviços prestados a Vicente Lopes dos Santos resultaram nessa negociação para a efetivação da liberdade do africano André, que além de ser fiel e obediente ao senhor foi favorecido por sua especialização ocupacional, a arte de carnear animais nas charqueadas. É provável que o exercício de uma atividade tenha contribuído não só a liberdade do africano André, ou quem sabe uma mobilidade social como egresso da escravidão no mundo dos brancos por intermédio da diferenciação entre a comunidade cativa e a liberta.

### **Considerações Finais**

Os africanos afro-ocidentais experimentaram uma linha tênue entre a fronteira da escravidão e da liberdade. Muito dos espaços que circulavam na sociedade escravista eram limitados. Eram vistos como estrangeiros perigosos em território brasileiro. As alforrias investigadas de grupo de africanos ocidentais indicam que em grande parte a ruptura do cativo se deu pela compra da carta de liberdade, denotando a agência desses homens e mulheres, todavia isso não era garantia de uma liberdade plena e tranquila, pois o temor da revogação da carta era uma constante em suas vidas.

A pesquisa permitiu constatar as condições específicas de Pelotas com o tráfico de escravizados, em que foi possível identificar uma forte presença de africanos oriundos da África Ocidental, os escravizados

---

<sup>37</sup> GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, 1798-1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008, p. 91.

identificados como “minas” ou nagôs”, especialmente os escravizados do gênero masculino. Em relação aos ofícios dos africanos libertos, se destaca a incidência de carneadores, em que grande parte pagou quantias substanciais pelo papel da liberdade. As lutas e os embates que estas personagens investigadas travaram no cotidiano de uma sociedade escravista pautados pela reconstrução de suas autonomias, sendo acionando o parentesco étnico e as relações de afetos e amizades para sobreviverem e resistirem às agruras da liberdade em uma sociedade marcada por hierarquias raciais no século XIX.

# MULHERES ESCRAVIZADAS QUE TECEM A CONQUISTA DA LIBERDADE POR CARTAS DE ALFORRIAS

(Pelotas, Rio Grande do Sul, 1871-1888)

Marina Ribeiro Cardoso<sup>1</sup>

O conhecimento sobre a história que se pretende abordar aqui ocorreu durante a construção de pesquisas já realizadas e retomadas atualmente, onde reconstruir a trajetória de uma mulher atravessada por sua cor e condição jurídica tornou-se um dos principais itens a ser investigado. O registro mais antigo da existência de Catharina está atrelado a família senhorial a qual pertenceu durante uma parte da sua vida. O inventário *post-mortem* do major José de Azevedo e Souza

---

<sup>1</sup> Graduada em História Bacharelado pela Universidade Federal de Pelotas, graduanda em História Licenciatura e mestranda no Programa de Pós-Graduação em História na mesma instituição.

aberto na cidade de Porto Alegre no ano de seu falecimento (1848) e conduzido por um de seus filhos mais novos, Pedro de Azevedo e Souza, revelou aspectos sobre a juventude de Catharina e seus primeiros descendentes. Através desta fonte foi possível realizar algumas inferências sobre os caminhos trilhados por ela durante os últimos anos em que viveu como escravizada na região sul do Império.

O uso de diversas tipologias documentais leva-nos a reconstrução dos pequenos vestígios<sup>2</sup> que deixou nos lugares em que esteve. Além de possibilitar-nos refletir sobre os efeitos interseccionais<sup>3</sup> sofridos por ela em virtude de suas características pessoais, como gênero, raça e condição jurídica, como igualmente sofriam e ainda sofrem mulheres pretas e pardas no Brasil e em outros lugares do mundo. Entretanto, o foco principal é investigar a conquista da liberdade via Carta de Alforria, a qual está inteiramente ligada à história da nossa personagem. Em meio aos fragmentos que revelam aspectos da vida de Catharina serão feitas menções sobre o contexto no qual estava inserida, tanto relacionadas ao recorte temporal quanto espacial. Estas pequenas informações sobre ela demonstrar-se-ão importantes para refletirmos sobre emancipações, resistências e laços afetivos que partem de mulheres e as colocam como protagonistas. Assim, a investigação quantitativa e qualitativa das cartas de alforrias irá

---

<sup>2</sup> Keith Jenkins pontua no livro *A história repensada*, que o historiador não obtém uma totalidade do passado ao qual se pesquisa, apenas fragmentos dele. Ver: JENKINS, Keith. *A história repensada*. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Contexto, 2001.

<sup>3</sup> CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Cruzamento: raça e gênero. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2295749&forceview=1>. Acesso em: 14 fev. 2024

nos possibilitar a realização de reconstruções<sup>4</sup> e inferências<sup>5</sup> acerca daquilo que não poderemos afirmar, mas apenas imaginar, de forma controlada, como pode ter ocorrido.

### **Entre distintas documentações, uma história**

Em 1848, na cidade de Porto Alegre, província do Rio Grande do Sul, faleceu o major José de Azevedo e Souza, deixando a viúva dona Desidéria de Oliveira Pinto Bandeira, filhos e netos. Com sua morte, Desidéria decide, no mesmo ano, proceder com o inventário dos bens do casal e, em sequência, a partilha destes bens entre os herdeiros. Como se sabe, durante o período da escravidão, os escravizados que pertenciam a família eram avaliados juntamente com os bens materiais que estariam arrolados no documento<sup>6</sup>. Em vista disso, no mês de setembro do ano de 1848 a dita senhora apresentava os escravizados que portava naquele momento. Entre eles estava a crioula Catharina<sup>7</sup>, de 25 anos, junto de suas filhas Quiteria, de aproximadamente 10 anos, e a recém nascida Benta, de mais ou menos 3 meses. Ao que parece, naquele momento Catharina estava vivendo na casa de dona Anna Eulalia de Azevedo, a quem seria herdada logo em seguida. Ela

---

4 Em “O nome e o como”, Carlo Ginzburg e Carlo Poni argumentam que o método onomástico de pesquisa, o qual consiste no cruzamento entre distintas tipologias documentais, possibilita ao pesquisador a reconstrução de trajetórias individuais e/ou coletivas. Ver: GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A Micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989. p. 169-178.

5 Natalie Zemon Davis, ao investigar a trajetória de três mulheres diferentes em *Nas margens: três mulheres do século XVII*, apropria-se de distintas tipologias documentais para inferir informações que não se encontram explícitas nas fontes. Ver: DAVIS, Natalie Zemon. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

6 Processo nº: 1622, ano: 1848. Livro de inventários, APERS. Localidade de Porto Alegre. I Vara Cível e Crime.

7 Ora o nome de Catarina aparece escrito desta maneira, ora descrito como Catharina.

era a segunda filha mais velha do casal, com 53 anos. Sem marido e filhos, talvez Catharina, Quitéria e Benta - que estavam, também, sob a posse de dona Anna Eulália - fossem as suas únicas companhias<sup>8</sup>. Entretanto, houve um momento que não conseguimos identificar exatamente, que dona Anna Eulália de Azevedo decidiu vender ou doar Catharina para um de seus primos, o também nomeado, em homenagem ao tio, José de Azevedo e Souza<sup>9</sup>. Por conta disso, Catharina viaja, ao que pode-se presumir<sup>10</sup>, longos dias de Porto Alegre para Pelotas para trabalhar nas propriedades de Azevedo.

Ela era uma mulher jovem, sabia lavar e cozinhar muito bem<sup>11</sup>, o que, possivelmente, resultou no valor de um conto de réis sob o qual foi avaliada pouco tempo antes de sua vinda para a cidade de Pelotas. Além, é claro, de estar inserida em um contexto marcado pelos efeitos da promulgação da Lei Euzébio de Queirós de 1850, sobre o qual entra em questão o aumento no valor da mão-de-obra

---

<sup>8</sup> Processo nº: 1622, ano: 1848. Livro de inventários, APERS. Localidade de Porto Alegre. I Vara Cível e Crime.

<sup>9</sup> Segundo Jonas Moreira Vargas (2016), a família Azevedo e Souza pertenceu, na primeira metade do século XIX, ao grupo das famílias mais ricas da cidade de Pelotas. Estavam envolvidos tanto no comércio quanto na política, o que os contemplava com prestígio social e econômico. Além disso, foi possível analisar nos registros de casamento da Paróquia São Francisco de Paula de Pelotas, do ano de 1822, que estavam estabelecendo relações familiares com os Rodrigues Barcellos, os quais eram portadores do mesmo nível de riqueza que os Azevedo e Souza, mantendo, assim, o prestígio da família e concentrado os bens nesta “cadeira” familiar, o que era bastante comum entre a elite, como Vargas (2016) analisa.

<sup>10</sup> É válido destacar o apontamento que Alisson Balhego faz sobre o tempo de viagem de Canguçu para Pelotas. Segundo ele, as viagens de carroça, como era comum na época, duravam até um dia, considerando a distância e condições das estradas que interligam as cidades. Assim, pode-se presumir o possível tempo que duraria uma viagem de Porto Alegre a Pelotas. Ver: BALHEGO, Alisson Barcellos. *Para o bem e fielmente, sem dolo, nem malícias: ações de liberdade em Canguçu (1868-1887)*. 2020, 193 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020, p. 50.

<sup>11</sup> Processo nº: 1622, ano: 1848. Livro de inventários, APERS. Localidade de Porto Alegre. I Vara Cível e Crime.

escravizada<sup>12</sup>. Este importante aspecto sobre o meio em que ela estava inserida pode ter, também, influenciado uma possível venda ou doação de Catharina para seu primo – o que, até então, não podemos comprovar – uma vez que a Lei dificultou a obtenção de mão-de-obra cativa por escravizadores. Isso nos provoca a pensar sobre possíveis negociações familiares de escravizados, fazendo com que os trabalhadores se movimentassem no interior das famílias. Por exemplo, pesquisando um processo-crime datado do ano de 1880, verificamos o “empréstimo” de uma escravizada entre membros da família Azevedo e Souza com a finalidade de, ao que inferimos, auxiliar no cuidado de uma recém nascida<sup>13</sup>. Portanto, empréstimos, doações e vendas poderiam ser comuns entre eles. Além do mais, saber o exercício de suas especializações - lavadeira e cozinheira - possibilita-nos deduzir que seu cotidiano permaneceu com trabalhos no interior da casa senhorial, mesmo após a mudança.

O primeiro registro encontrado, que nos mostra que Catharina já estava vivendo na mencionada cidade, data de 1856, quando batizava o bebê que veio em seu ventre durante a viagem de Porto Alegre. Sobre Benta e Quitéria nada foi encontrado. Infere-se que tenham permanecido residindo em Porto Alegre - como será discutido posteriormente - o que marca, sobretudo, a separação da família. Já Christina nasceu de parto natural no dia 25 de maio de 1856, em Pelotas e, poucos meses depois, em 12 de dezembro, Catharina a batizava. Apadrinhada pelo forro João de Deos e a escravizada Silveira de Ana Gonçalves Pires, Christina tinha firmado, a partir daquele momento,

---

12 VARGAS, Jonas Moreira. *Os barões do charque e suas fortunas: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

13 Processo nº: 1138, ano: 1880. Livro de Processos Crime, APERS. Localidade de Pelotas. Tribunal do Júri.

o seu compromisso com a Igreja Católica<sup>14</sup>. É importante atentar-se aqui para as distintas condições jurídicas de seus padrinhos, o que demonstra que Catharina estava estabelecendo relações afetivas com pessoas dentro e fora da escravidão, representando, também, uma possível mobilidade na localidade onde passou a morar.

A presença do preto, já alforriado, João de Deos no registro de batismo de Christina chamou-nos a atenção e, por conta disso, averiguou-se seu envolvimento em outros registros datados da década de 1850. Ele foi encontrado batizando outras seis crianças, além dela, enquanto era escravizado da família Azevedo e Souza e, também, após a conquista da liberdade. João de Deos torna-se uma figura importante não só por seu envolvimento em diversos registros de batismos, mas também pela escolha do sobrenome que adotou ao conquistar a alforria. Ele possivelmente indica que o liberto estava ligado a espaços religiosos<sup>15</sup> de sociabilidade. Igualmente, os numerosos registros de batismos ao qual está inserido podem revelar que o mesmo talvez fosse alguém com uma rede de afetos mais extensa. Em relação ao fato de que João é mencionado ora como escravizado de Luiz de Azevedo e Souza, ora como de José de Azevedo e Souza<sup>16</sup>, possibilita refletir sobre a mobilidade dos escravizados no interior da família senhorial, o que parecia ser bastante comum entre a família mencionada, uma vez que, assim como João de Deos<sup>17</sup>, Catharina também foi entregue a outros membros da família enquanto ainda era escravizada. Isso poderia facilitar a troca de informações entre eles,

---

14 Livro de Batismos de Escravos de Pelotas 1853-1859, livro 3, p. 139v.

15 Melina Perussatto em seu capítulo no livro *Pós-abolição no sul do Brasil: associativismo e trajetórias negras* utiliza o termo para desenvolver sua reflexão acerca do sobrenome escolhido por Joana da Conceição e Silva.

16 Livro de Batismos de Escravos de Pelotas. Livro 3 (1853-1859), p. 139v.

17 Natália Garcia Pinto verificou, nas documentações registradas em Pelotas que João de Deos alforriou-se em 16 de março de 1856 e, em 25 de setembro de 1868 contraiu matrimônio. Ver: PINTO, Natália. Op. cit., p. 180.

aumentando as chances de êxito nos agenciamentos e nas práticas de resistência, como a conquista da alforria.

Poucos anos depois, no dia 2 de janeiro de 1859, Catharina batizava sua quarta filha, Martinha. Nascida, também, de parto natural em 31 de maio de 1858, possivelmente nas propriedades do senhor José de Azevedo e Souza, foi apadrinhada pelo escravizado Irineo, de José Tomaz Vieira da Cunha, e pela escravizada Sabina, de Ignez Rodrigues<sup>18</sup>. Martinha, assim como Christina, tinha como padrinhos duas pessoas que ainda eram acometidas pelo sistema escravista, o que reforça a mobilidade de Catharina pelos espaços da nova cidade onde vivia e a forma como estava estabelecendo laços afetivos com as pessoas que estava conhecendo, criando relações de amizade e compadrio, formando uma nova família<sup>19</sup>. Assim como a preta Teresa, que teve sua história narrada no livro *Os Calhambola dos General Manoel Padeiro: práticas quilombolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835)* onde foram dispostas algumas de suas participações em batismos e apadrinhamentos, por meio das quais estabelecia vínculos com pessoas escravizadas após a conquista da liberdade<sup>20</sup>.

Catharina era uma mulher escravizada, como tantas outras milhares de mulheres que haviam sido trazidas, por captura, do continente africano através do tráfico atlântico, ou nascidas dos ventres destas mulheres. Entretanto, a excepcionalidade de sua história encontra-se em como a sua figura pode ter sido importante na vida de seus descendentes. Esta pressuposição, no entanto, não surge aleatoriamente. Como a importante ativista e feminista negra

---

18 Livro de Batismos de Escravos de Pelotas, livro 4 (1857-1859), p. 40v.

19 Sobre a formação da família nas senzalas do Império e na colônia, ler: SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. 2 ed. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2011.

20 PINTO, Natália Garcia; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *Os Calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas quilombolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835)*. 2 ed. São Leopoldo: Oikos, 2020.

Angela Davis descreveu em sua obra *Mulheres, raça e classe*, muitas mulheres negras preocuparam-se, sobretudo, com o legado que deixariam para os próximos que viriam, essencialmente para as mulheres, pois desejavam que herdassem e aprendessem sobre força, a importância de resistir e de exigir o seu lugar e os seus direitos em uma sociedade racista.

Mulheres negras e pardas, como Catharina, lutaram de formas sutis e explícitas contra as diversas formas de opressão que vivenciavam cotidianamente não só na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, mas em todas as localidades do Império. Isabel Cristina Ferreira dos Reis<sup>21</sup>, em suas reflexões sobre a escravidão na Bahia, aborda as fugas e abortos como alguns dos caminhos de resistência encontrados por elas, quando acometidas pela maternidade, por exemplo. Apesar de estar distante desta província, estando situada no sul do Império, como demonstra a Figura 1, o que faz com que Pelotas, cidade onde a preta Catharina viveu por alguns anos de sua vida, seja uma cidade semelhante às grandes metrópoles citadas, é o fato de que obteve, durante o século XIX, grande reconhecimento por sua forte produção de charque e a riqueza que dispôs proveniente desta prática econômica e de outras as quais gozava e, também, com muito êxito. A fabricação de carne seca na região sul do Império abastecia as propriedades açucareiras e cafeiras do Império e para além dele<sup>22</sup>. À medida em que o comércio exigia produção e cresciam as famílias charqueadoras na localidade, mais pessoas africanas e descendentes dê eram trazidas por meio do tráfico atlântico e interprovincial para

---

21 REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. “Uma negra que fugio, e consta que já tem dous filhos”: fuga e família entre escravos na Bahia. *Afro-Ásia*, n. 23, p. 27-46, 1999.

22 VARGAS, Jonas Moreira. *Os barões do charque e suas fortunas: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 11.

trabalharem nos ofícios que giravam em torno das charqueadas<sup>23</sup>, como igualmente na construção das mesmas<sup>24</sup>.

**Figura 1: Localização de Pelotas no Estado do Rio Grande do Sul**



Imagem disponível em: [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Locator\\_map\\_of\\_Pelotas\\_in\\_Rio\\_Grande\\_do\\_Sul.svg](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Locator_map_of_Pelotas_in_Rio_Grande_do_Sul.svg). Acesso em: 27 set 2023

<sup>23</sup> Sobre o perfil do trabalhador escravizado das charqueadas pelotenses, ver: VARGAS, Jonas. Op. cit., p. 103-117.

<sup>24</sup> VARGAS, Jonas. Op. cit.

Este importante aspecto histórico da cidade, foi um dos fatores que levaram ao elevado número de escravizados que habitavam Pelotas mesmo nas décadas finais da escravidão, possuindo uma população escravizada e liberta compatível com a população branca e livre da cidade. Em 1874, por exemplo, a cidade contava com 8.141 pessoas em condição de escravidão<sup>25</sup>, trabalhando tanto nos galpões de charquear, quanto nas casas de senhores e estabelecimentos em geral. Estavam pelas ruas da cidade trabalhando no comércio, na quitanda e em outras atividades as quais exigissem os proprietários, mas também no interior das casas desses senhores. Como era o caso da preta, africana, Teresa. Quitandeira, trabalhava nos espaços urbanos de Pelotas, os quais lhe possibilitavam ampla mobilidade social. Conquistou a sua alforria em novembro de 1880, quando já tinha 49 anos. A carta foi registrada mediante ao pagamento de 500\$000 mil réis pelo preto, liberto, Jerônimo de Castro. Não se sabe ao certo qual a relação de ambos, se era amorosa ou apenas afetiva. No entanto, o que se tem certeza é da importância deste personagem na vida de Teresa<sup>26</sup>.

Assim como Teresa, as mulheres eram vistas realizando as árduas obrigações do dia e, muitas delas, com seus filhos ainda bem pequenos junto a si ou sem eles por terem sido tirados de seus braços para que elas exercessem a função de amas de leite, por exemplo. Ainda há àquelas com histórias marcadas pela decisão de não tê-los ao verem herdarem a sua condição jurídica, tornando-se escravizados logo que nascessem. O *partus sequitur ventrem* marcou a vida destas mulheres de maneira cruel, tornando-as “responsáveis” pela

---

25 Relatório da Diretoria Geral de Estatística apresentado ao Ministério do Império pelo Conselheiro Manoel Francisco Correa. Rio de Janeiro: Tipografia Franco-Americana, 1874.

26 Carta concedida em 12 de novembro de 1880. Registrada em 14 de dezembro de 1888. Livro 2, p. 42 r. Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade, APERS. Livros Notariais de Registros Ordinários. Terceiro Tabelionato de Pelotas.

continuidade do sistema escravista, uma vez que geravam novos trabalhadores<sup>27</sup>. Mas ainda que saibamos disso, é importante, também, não homogeneizar a trajetória da mulher escravizada, lembrando que nem todas tiveram suas vidas atravessadas pelas mesmas questões, como a própria maternidade.

Em meio a movimentação cotidiana da cidade e a ampla população sob condição de escravidão, estava Catharina. Não se sabe, ao certo, quais caminhos estava optando por trilhar neste momento, mas sabe-se que, em 1873 já era uma mulher cuja liberdade havia conquistado. Isso porque, no dia 23 de março de 1872, na propriedade do senhor José de Azevedo e Souza, uma menina de onze anos, mais ou menos, possivelmente se alegrava com a notícia de que o proprietário José estava a caminho do cartório para registrar sua carta de liberdade. Ao chegar no local, o escrivão ajudante Miguel Cardoso de Souza tomou nota do que dizia José de Azevedo e Souza. O mesmo justificou, entre as linhas do documento, que sua liberdade se devia à sua mãe, Catharina, por ter-lhe prestado bons serviços *enquanto* ainda era sua escravizada. A descrição da carta de Joana provoca-nos a refletir sobre a importância tanto de laços sanguíneos, quanto dos que estabeleciam com pessoas dentro e fora da escravidão ao longo de suas vidas. Além, também, de alguns aspectos particulares que discutiremos logo adiante.

Como, ao que parece, Catharina havia conquistado sua liberdade, Joana provavelmente voltou aos cuidados de sua mãe até que pudesse viver sobre si e independentemente. Não se tem, ainda, informações de onde passaram a residir após a libertação ou se permaneceram na residência do antigo senhor. Tem-se, no entanto, a informação de que Catharina tinha outros filhos os quais ainda se

---

<sup>27</sup> Sobre a temática, ver: COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidade de Havana e Rio de Janeiro*. Editora Unicamp: Campinas/SP, 2018, p. 108-119.

encontravam em condição de escravidão na propriedade do senhor José de Azevedo e Souza. Além de Benta e Quitéria, mencionadas no início deste capítulo, que talvez tenham permanecido servindo e residindo na casa da senhora Anna Eulália que em 1872 já tinha 77 anos. Considera-se que por ser idosa e solteira, talvez tenha optado por ficar com as meninas, por serem mais jovens, e entregue a mãe das mesmas (Catharina) para prestar serviços ao senhor José de Azevedo em sua residência na cidade de Pelotas.

Apesar disso, Catharina seguiu lutando contra a condição jurídica que acometia seus filhos. De certo, prestar bons serviços à família de Azevedo e Souza tenha sido uma estratégia encontrada por ela para alcançar a conquista da liberdade tanto para si, quanto para os seus. Neste sentido, a carta de alforria representa um importante exercício de *resistência* exercido tanto por mulheres como ela, quanto por homens, durante todo o período em que o sistema escravista esteve em vigência no Brasil<sup>28</sup>. E para que sua conquista fosse possível articulavam *agências*<sup>29</sup> distintas e minuciosas contra este sistema que tanto as oprimiu. Por conta disso, vê-se a alforria de escravizados como uma conquista de suas negociações e agires ao longo de seus cotidianos, como muito bem pontua Natália Garcia Pinto<sup>30</sup>. Reflete-se, assim, sobre a trajetória de Catharina através destas perspectivas de posicionamentos teóricos e, sobretudo, quanto

---

28 MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Justificando o cativeiro: a cultura de resistência escrava. In: *Império*. v. 2. Méritos, p. 215.

29 HAACK, Marina Camilo. *Sobre silhuetas negras: experiências e agências de mulheres escravizadas (Cachoeira do Sul, c. 1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019, p. 27.

30 PINTO, Natália Garcia. *Gerações de senzalas, gerações de liberdade: experiências de liberdade em Pelotas/RS, 1850/1888*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

sendo uma mulher com uma história atravessada pela conquista de liberdades e talvez liberdades nunca conquistadas, até 1888.

### **De uma carta de alforria surge uma trajetória**

Durante as análises das cartas de alforrias registradas em Pelotas entre 1871 e 1888, nas quais foi possível localizar Joana, preocupou-se em investigar aspectos particulares das vidas das mulheres alforriadas após a promulgação da Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, e como esta pode ter influenciado nos processos de libertação das mesmas. A lei que objetivava libertar o ventre das mulheres escravizadas o qual era acometido, desde a instauração do sistema na colônia portuguesa no início do século XVI, pelo *partus sequitur ventrem*, isto é, o “o status legal da criança seguia o ventre”<sup>31</sup>, agora seria livre. No entanto, o seu desenvolvimento sucinta algumas reflexões, a começar pelas questões relacionadas às crianças. O parágrafo 1º do artigo 1º da lei estabelecia que os menores deveriam permanecer sob tutela dos senhores de suas mães, que teriam a obrigação de cuidá-los, até os oito anos de idade. Poderiam exigir, após esse período, o valor de 600\$000 mil réis do Estado ou utilizar-se dos serviços desta criança até os vinte e um anos como forma de “indenização” pela sua libertação<sup>32</sup>.

Aqui ficam evidentes dois aspectos. O primeiro que enfatiza a não liberdade de fato destas crianças, uma vez que nasciam e permaneciam tuteladas por um escravizador. O que demonstra as

---

<sup>31</sup> COWLING, Camillia. Op. cit, p. 109.

<sup>32</sup> Presidência da República. Casa civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim2040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm).

contradições presentes na lei como muitos historiadores já demonstraram<sup>33</sup>. O segundo refere-se a algo aqui já mencionado, relacionado a questão da maternidade. Sem dúvidas, ser mãe e ter sua realidade atravessada por sua cor e condição jurídica era algo extremamente complexo. Lembrando que a condição da maternidade poderia não ter sido concebida por sua vontade, mas sim, fruto de um abuso. O que enfatiza que, para além da condição de mães, o gênero era algo definidor em suas vivências e experiências, tanto dentro quanto fora da escravidão, uma vez que, quando libertas, ainda teriam que lutar contra as marcas deste sistema. Neste sentido, Maria Helena Machado pontua que as mulheres escravizadas experienciaram em seus cotidianos vivências muito distintas das dos homens, uma vez que sofriam diferentes formas de opressão<sup>34</sup> como a exploração do corpo da mulher e sua sexualização<sup>35</sup>. Essas questões são discutidas por Angela Davis em *Mulheres, raça e classe*, onde pontua a importância de compreender que a raça, a classe - condição jurídica - e o gênero caminhavam juntos, e ainda caminham. Segundo ela, para compreender e refletir sobre as vivências de mulheres escravizadas e como agenciavam-se e resistiam a escravidão, é necessário ter estabelecido estes atravessamentos como ponto de partida.

---

33 PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Como se de ventre livre nascesse: experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão - Rio Pardo/RS, c.1860 - c.1888*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010; MACHADO, Maria Helena; BRITO, Luciana da Cruz; VIANA, Iamara da Silva; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Ventres livres?: gênero, maternidade e legislação*. São Paulo: Unesp, 2021.

34 MACHADO, Maria Helena. MULHER, CORPO E MATERNIDADE. In: GOMES, Flávio; SCHWARCZ, Lília (Org.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das letras, 2018, p. 334-340.

35 GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

Outra questão a ser pontuada sobre a Lei do Ventre Livre está atrelada ao acúmulo de pecúlio e compra da carta de alforria. A historiadora aqui já mencionada, Camillia Cowling<sup>36</sup>, ressalta que anteriormente ao estabelecimento da dita lei no Império, a população escravizada não possuía o direito de comprar a sua liberdade mesmo que obtivesse o valor necessário para isso. Portanto, a lei passou a proteger aqueles que visassem a conquista de sua alforria através do pagamento<sup>37</sup>. Assim, o seu artigo 4º garantia o acúmulo de pecúlio e deixava sob responsabilidade do governo providências que garantissem a proteção do mesmo<sup>38</sup>. Cabe, ainda, lembrar que anteriormente a este estabelecimento, era comum que as alforrias fossem revogadas<sup>39</sup> por “ingratidões”<sup>40</sup>, por exemplo, ou que o dinheiro que guardassem, gerado de seu trabalho árduo, simplesmente desaparecesse ou fosse tirado de si. Para além disso, a lei foi um fator central para que ocorresse um aumento nas conquistas de alforrias em Pelotas. Segundo Jonas Vargas<sup>41</sup>, houve uma queda expressiva no número de pessoas em condição de escravidão nas décadas finais de vigência do sistema,

---

36 COWLING, Camillia, op. cit., p. 114.

37 O termo pecúlio é utilizado para designar o que seria a poupança formada pelo escravizado. Para saber mais, ler: PERUSSATTO, Melina Op. cit., p. 183-191.

38 Presidência da República. Casa civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim2040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm).

39 LIMA, Henrique Espada. Da escravidão à liberdade na Ilha de Santa Catarina. In: *História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013. p. 197-223.

40 No livro *A interessante narrativa da vida de Olaudah Equiano*, cuja história é narrada por ele mesmo, um africano escravizado, o autor traz passagens sobre revogações e tentativas de reescravização de pessoas em condição jurídica como a dele. Ver: EQUIANO, Olaudah. *A interessante narrativa da vida de Olaudah Equiano ou Gustavo Vassa, o Africano, escrita por ele mesmo*. Tradução e notas de João Lopes Guimarães Júnior; Posfácio de Vincent Carretta; Roteiro de leituras e notas adicionais de Carlos da Silva Jr. São Paulo: Editora 34, 2022, p. 270.

41 VARGAS, Jonas. Op. cit, p. 120.

passando de 7.556 no em 1876 para 5.918 em 1884. Obviamente, este número ainda era bastante alto, mas reconhecer sua queda como uma vitória tanto do movimento abolicionista quanto dos próprios escravizados e descendentes dê que lutavam pela liberdade, é algo importante. Isso porque a pressão de ambos os lados foi uma estratégia definidora para tais mudanças tanto em Pelotas, como no Império como um todo.

A partir disso foi estabelecido o recorte temporal que partiria de 1871 e foram iniciadas as pesquisas na fonte. Para que fosse possível analisá-la quantitativamente, foi organizada uma base de dados em *Excel* com todas as informações contidas nas cartas registradas no período. O objetivo é extrair o máximo possível de dados sobre as mulheres alforriadas em Pelotas entre 1871 e 1888. Seguiu-se, portanto, os passos de análise quantitativa de Katia Mattoso<sup>42</sup> e Natália Garcia Pinto<sup>43</sup>, averiguando as tipologias das alforrias, os valores das pagas e os ofícios das escravizadas. Partiu-se do questionamento de como estas especializações poderiam estar auxiliando no processo de busca e conquista da liberdade das mulheres, tanto as suas próprias quanto no auxílio da obtenção da carta de alforria de outras pessoas. Em meio a isso, o estabelecimento de uma relação entre as informações verificadas nas manumissões com os relatórios do DGE, possibilitaram hipóteses quanto a divisão dos gêneros nas cartas. Como mencionado anteriormente, a população que vivia em condição escravizada na cidade, em 1874, totalizava 8.141 pessoas. Enquanto os homens representavam 62,6% (5.104) desta estatística, as mulheres eram apenas 37,3% (3.037)<sup>44</sup>.

---

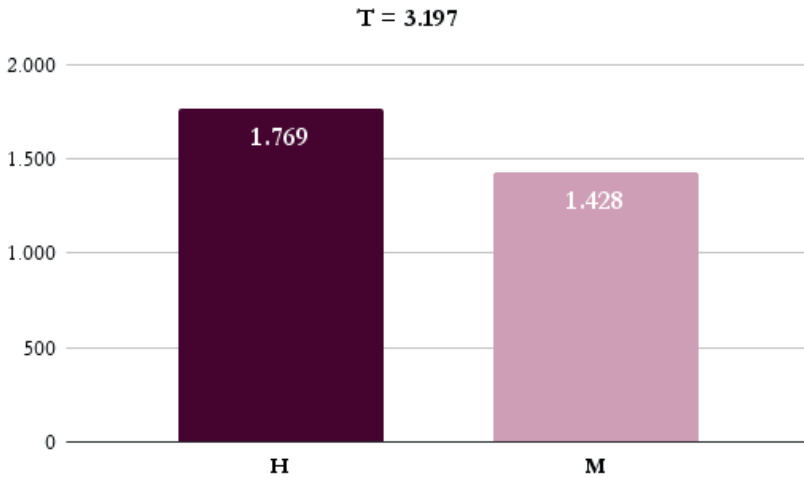
42 MATTOSO, Katia. Op. cit.

43 PINTO, Natália. Op. cit.

44 Relatório da Diretoria Geral de Estatística apresentado ao Ministério do Império pelo Conselheiro Manoel Francisco Correa. Rio de Janeiro: Tipografia Franco-Americana, 1874.

Os reflexos desta distinção entre os gêneros no âmbito populacional dos escravizados que viviam na cidade ficam presentes também nas cartas de alforria das pessoas que estavam as conquistando no período de 1871 a 1888. Ao verificar a totalidade dos documentos, observou-se que entre as 3.197 manumissões registradas na época, 1.769 eram de homens e 1.428 eram de mulheres. O gráfico a seguir demonstra a distribuição dos dados:

**Gráfico 1: Cartas de alforrias por gênero em Pelotas, Rio Grande do Sul**



Fonte: Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade, APERS, Tabelionato do Município de Pelotas. Notas: T = Total; H = Homens; M = Mulheres.

Esta distinção também foi observada por Natália Garcia Pinto<sup>45</sup> quando analisou as cartas de alforrias de ambos os sexos em um período de 1850 a 1888. Entretanto, a historiografia tem demonstrado

<sup>45</sup> PINTO, Natália Garcia. op. cit. p. 85.

para outras regiões, até mesmo fronteiriças com Pelotas, o contrário. Pesquisadores como Melina Perussatto<sup>46</sup>, Marcelo Matheus<sup>47</sup> e Alisson Balhego<sup>48</sup> têm averiguando o que é pontuado em pesquisas como as realizadas por Kátia Mattoso<sup>49</sup>. Em seus trabalhos, nos quais apresenta discussões amparadas pelos dados que obtém sobre as manumissões da região da Bahia, demonstra a conquista da liberdade sendo realizada predominantemente por mulheres.

Na província do Rio Grande do Sul, Alisson Balhego<sup>50</sup> demonstrou, para a região de Canguçu, localizada próxima a cidade de Pelotas, que as mulheres totalizam um número maior nas cartas do que os homens, representando 56% delas. Assim como Marcelo Matheus<sup>51</sup> também averigua para a localidade de Alegrete, localizada a 474 km<sup>52</sup> de distância de Pelotas e 407 km de Canguçu. O autor parte de 1832 a 1871 para demonstrar as mulheres em um percentual de 60% nas cartas de alforrias da cidade. De fato, as estatísticas variam de acordo com a realidade de cada região, o que permite-nos inferir que as diferenciações nas manumissões da cidade de Pelotas comparadas com outras cidades do Rio Grande do Sul, se dá em virtude das mulheres estarem em menor número, também, na população escravizada que vivia na cidade.

---

46 PERUSSATTO, Melina. Op. cit.

47 MATHEUS, Marcelo. Op. cit.

48 BALHEGO, Alisson. Op. cit.

49 MATTOSO, Katia M. *Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2016, p. 199-222.

50 BALHEGO, Alisson. Op. cit, p. 138.

51 MATHEUS, Marcelo S. *Fronteiras da Liberdade: escravidão, hierarquia e alforria no extremo sul do Império brasileiro (província do Rio Grande de São Pedro, Alegrete, 1829-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020, p. 119.

52 Informação obtida através da plataforma do Google Maps.

Adentrando na fonte com recorte de gênero foi possível analisar, também, e com base na tabulação das informações constatadas no documento, a divisão das tipologias entre as mulheres. Vejamos a tabela 1 inserida a seguir:

**Tabela 1: Tipologias das cartas de alforrias de mulheres (1871-1888)**

Tipologias	T	%
Condicional	618	43,2
Gratuita	419	29,3
Paga	391	27,3
Paga Condicional	5	0,3

Fonte: CARDOSO, Marina Ribeiro. *O que revelam as Cartas de Alforrias de mulheres escravizadas? Uma análise dos ofícios constados nas manumissões (Pelotas, Rio Grande do Sul, 1871-1888)*. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

Como é possível verificar, as alforrias pagas estavam em menor número se comparadas com as condicionais e as gratuitas, ficando à frente somente das pagas condicionais<sup>53</sup>, que representavam apenas 0,3%. Pressupõe-se, a partir desta observação, que a conquista da alforria por pagamento não era algo tão fácil mesmo após a promulgação da Lei do Ventre Livre. Isso porque exigia que, por negociação, a escravizada trabalhasse para fora recebendo alguma quantia pelo ofício que executasse. Ainda, o valor recebido por ela era dividido com o proprietário, que ficava com a maior parte da quantia recebida pelos serviços prestados à terceiros. Com isso, levaria algum tempo

---

<sup>53</sup> Esta última categoria encontrada na fonte representava o pagamento somado a uma condição para que o escravizado pudesse conquistar a emancipação.

para que conseguisse acumular o valor estabelecido junto ao senhor para o pagamento de sua manumissão que, como veremos a seguir, eram relativamente altos. Apesar disso, muitas mulheres (e homens também) recebiam o auxílio de outras pessoas no processo de busca da tão esperada liberdade. Junto àqueles com os quais criaram laços afetivos, estabeleciam articulações para obterem o pecúlio para a alforria, como igualmente estas pessoas juntavam-se para que fosse possível comprar uma - ou mais - alforria. O filme *Quanto vale ou é por quilo?*<sup>54</sup> traz, na história de Lucrecia, um caro exemplo das formas de agências que estas mulheres estabeleciam pela conquista da liberdade. Ele demonstra que até mesmo as práticas como empréstimos, eram formas de agir e resistir contra a opressão da escravidão buscando a liberdade.

Neste sentido, exercer bons serviços como Catharina exerceu, também poderia representar estes importantes caminhos de resistência silenciosa. Por exemplo, à medida que Catharina preocupou-se com a excussão de suas atividades diárias na residência do senhor José de Azevedo e Souza, inseria sua filha Joana, de apenas 11 anos, entre as 419 cartas conquistadas de forma gratuita por mulheres e crianças entre o período de 1871 a 1888. Elas representavam 29,3% da totalidade e indicam, sobretudo, que esta via de conquista não se dava de forma gratuita, mas sim com muito esforço e, ainda, pelos anos de trabalho que prestavam em condições precárias de escravidão. Além disso, ainda há aquelas que precisaram prestar um tempo a mais de trabalho escravizado para obterem suas manumissões, que seria o caso de mulheres que obtiveram a manumissão mediante a condições, totalizando 43,2% das alforrias.

---

<sup>54</sup> QUANTO VALE OU É POR QUILO?. Diretor: Sérgio Bianchi. Roteiro: Sérgio Bianchi, Newton Cannito, Ataliba Benaim. 2005. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MsSACLRIDes&t=4s>. Acesso em: 27 set 2023.

O próprio fato de não desistirem perante a todos os percalços impostos pela classe senhorial para que fosse possível manter, por eles, a propriedade sobre estas pessoas, é um indicativo fortíssimo de resistência. Tomamos as alforrias pagas como exemplo. A Tabela 2, exposta a seguir, demonstra os valores altíssimos que estavam pagando, dentro do período, por suas manumissões.

**Tabela 2: Valores das alforrias pagas por mulheres (1871-1888)**

<b>Preço das alforrias</b>	<b>V</b>
Menos de 100\$000	7
100\$000	24
200\$000	34
300\$000	31
400\$000	37
500\$000	40
600\$000	34
700\$000	22
800\$000	46
900\$000	10
Mais de 1:000\$000	70
Mais de 2:000\$000	1
3:300\$000	1

Fonte: CARDOSO, Marina. Op. cit.

Vejamos, entre 1871 e 1888, 70 mulheres chegaram a pagar 1:000\$000 (um conto de réis) por sua carta de alforria ou pela alforria de outra pessoa. Seguidas pelas 46 mulheres que tiveram suas manumissões avaliadas em 800\$000 (oitocentos mil réis). Para que se possa compreender o tempo que possivelmente levariam para acumular

esse valor em pecúlio, menciona-se o exemplo apresentado por Katia Mattoso em uma de suas reflexões sobre os valores das manumissões conquistadas na região de Salvador, na Bahia. A autora pontua que

Comumente em Salvador, um escravo devia 1/3 de seu salário ao senhor. Supondo que não gastasse nada, dado que o preço médio de uma carta de liberdade era 100.000 réis para homens e 80.000 réis para mulheres, seriam precisos quatro anos de trabalho para pagar a liberdade ou cinco ou seis anos se tivesse de pagar o preço médio do cativo no mercado de escravos.<sup>55</sup>

Mesmo que estejamos referindo-nos a uma realidade muito distinta da cidade de Pelotas, pode-se, através deste apontamento, supor que o tempo que levariam para a obtenção de 1:000\$000 seria relativo, principalmente se não houvessem muitos recursos a serem explorados por elas, pois vale lembrar que suas possibilidades eram, ainda, muito particulares. Em meio a isso, os vínculos com pessoas de distintas condições jurídicas, poderiam tornar-se definidores em situações como estas. A construção desses laços representava, para além de um possível auxílio na obtenção do documento de liberdade, mas uma resistência perante a tentativa da classe senhorial de provocar os afastamentos. Como pontua Paulo Moreira<sup>56</sup>, a afetividade construída e partilhada era um importante meio de sobreviver à opressão escravista.

No entanto, ainda que Catharina tenha conseguido impulsionar e conseguir, de fato, auxiliar na liberdade da filha Joana, viu seus outros dois filhos mais velhos cumprindo tempo de serviço para a obtenção da alforria, podendo, talvez, auxiliar apenas no valor de ambas as cartas estabelecido pelo senhor José de Azevedo e Souza. O mesmo havia determinado no dia 06 de setembro do ano de 1884 que

---

<sup>55</sup> MATTOSO, Katia M. de Queirós. Op. cit., p. 215.

<sup>56</sup> MOREIRA, Paulo. Op. cit.

a preta Christina, de 29 anos, natural da província do Rio Grande do Sul e filha de Catharina, deveria prestar mais quatro anos de trabalho, ao contar deste dia, para que conquistasse a sua carta de alforria. Entretanto, mencionou na carta, assinada a rogo pelo seu filho José de Azevedo e Souza Filho “por falta de vista”, que ela poderia “remir o serviço que faltar preencher o poderá fazer, indenizando-me ou a meu representante na razão de 150\$ por ano o prazo que faltar decorrer”<sup>57</sup>. Para que isso fosse possível, Christina dispunha de algo importante: o ofício de lavadeira que aprendeu em seus não muitos anos de vida. A lavagem de roupas para terceiros poderia proporcionar-lhe uma quantia em dinheiro que, acumulada, poderia pagar sua manumissão. Ainda, se levarmos em consideração o fato de que sua mãe também era portadora de saberes específicos assim como ela, um conhecimento que talvez tenha sido transmitido de uma para outra, Catharina poderia utilizar deste como agenciamento pela liberdade de Christina, auxiliando-a na obtenção do valor.

No mesmo dia, também era entregue a carta de alforria de seu filho mais velho Álvaro, de 31 anos, também nascido na província do Rio Grande do Sul<sup>58</sup>. Como a irmã, conquistou sua liberdade via carta condicional mediante a um tempo mais extenso de trabalho escravizado a ser cumprido que o de Christina, totalizando seis anos de trabalho. No entanto, assim como ela, também poderia pagar a quantia de 150\$000 réis pelo tempo que faltasse. Atenta-se, na carta de Álvaro, ao tempo que lhe foi estabelecido, o qual se difere ao de Christina por dois anos de diferença. Talvez isso esteja associado à

---

57 Concedida em 06 de setembro de 1884. Registrada em 10 de setembro de 1884. Livro 9, p. 7r. Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade, APERS. Livros Notariais de Registros Ordinários. Terceiro Tabelionato de Pelotas.

58 Concedida em 06 de setembro de 1884. Registrada em 10 de setembro de 1884. Livro 9, p. 5r. Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade, APERS. Livros Notariais de Registros Ordinários. Terceiro Tabelionato de Pelotas.

idade do mesmo no momento em que obteve o documento de liberdade. Neste contexto, Álvaro era ainda bem jovem e, como a historiografia demonstra, proprietários de escravizados optavam sempre por aqueles que tivessem capacidade maior para o trabalho<sup>59</sup>. Além disso, pode representar a tentativa de mantimento, por um tempo maior, de um escravizado homem do que uma escravizada mulher, possivelmente pelo que já foi apontado anteriormente sobre o ventre destas mulheres em relação à lei 2.040.

Diferentemente da irmã, na carta de alforria de Álvaro não consta a especialização em um ofício, o que, de fato, não define que ele não se ocupava de pelo menos um. Mas supondo que ele não fosse especializado, isso fazia com que a estratégia de uso do ofício como agência não estivesse a seu alcance. No entanto, como pontuado anteriormente, sua mãe os exercia, e nisso havia uma possibilidade, uma vez que ela poderia auxiliá-lo assim como pressupomos para Christina. Esta inferência torna-se possível pelas ditas atividades que Catharina exercia em seu cotidiano e que a classificavam como uma mulher liberta especializada. Os ofícios que ela aprendeu na sua juventude e o acompanharam ao longo de sua vida, exerciam a função de um caminho para a liberdade, uma vez que através deles ela poderia auxiliar outras pessoas, neste caso os filhos, no acúmulo de pecúlio para a compra da alforria. Além do mais, só foi possível averiguar a importância destes ofícios especializados ao analisá-los de forma quantitativa nas cartas de alforria. Ao investigar a documentação, verificou-se a menção à ofícios em 333 das 1.428 cartas contabilizadas no período que abrange esta pesquisa. É importante constar que muitas destas cartas continham mais de um ofício, como é o caso da carta de alforria da parda Emilia, de 26 anos, conquistada de forma

---

<sup>59</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o RJ, séculos XVIII E XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

condicional em 1884<sup>60</sup>. Em sua manumissão, o escrivão mencionou que ela lavava roupas, engomava-as e preparava as refeições da casa da senhora Maria do Carmo Pereira. Portanto, Emilia fazia parte das 11 mulheres, mencionadas na tabela 3 a seguir, que engomavam roupas, das 36 que lavavam e das 70 que cozinhavam.

**Tabela 3: Os ofícios das mulheres alforriadas entre 1871 e 1888 na cidade de Pelotas/RS**

Ofícios	Paga	Condicional	Gratuita	P/C	T
Costureira	9	37	11	-	<b>57</b>
Cozinheira	9	47	14	-	<b>70</b>
Serviços domésticos	17	42	11	-	<b>70</b>
Lavadeira	7	17	12	-	<b>36</b>
Engomadeira	2	8	1	-	<b>11</b>
Mucama	9	30	4	-	<b>43</b>
Para todo o serviço	2	29	-	-	<b>31</b>
Rendeira	-	1	-	-	<b>1</b>
Quitandeira	1	-	-	-	<b>1</b>
Servente	-	18	2	-	<b>20</b>

Fonte: CARDOSO, Marina. Op. cit.

Durante a constatação das informações contidas nas manumissões e da tabulação das mesmas, preocupando-se em inserir na tabela principalmente os ofícios das mulheres, notou-se a predominância das escravizadas classificadas como serviços domésticos e cozinheiras,

<sup>60</sup> Concedida em 11 de setembro de 1884. Registrada em 01 de outubro de 1884. Livro 15, p. 1v. Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade, APERS. Livros Notariais de Transmissões e Notas. Primeiro Tabelionato de Pelotas.

como é possível observar. No entanto, como esta pesquisa objetivou analisar, especialmente, as alforrias pagas para compreender como os ofícios exercidos pelas mulheres, alforriadas por esta tipologia, poderiam estar auxiliando na conquista da liberdade, atentou-se aos serviços domésticos. Como demonstra a tabela, eles estavam em 17 das cartas registradas neste período. Certamente, ele envolvia todas as necessidades de uma casa, como a lavagem das roupas, engoma-las, cozinhar, costurar, etc. Portanto, a presença deste na manumissão poderia indicar que a mulher exercesse mais de uma atividade no interior da casa senhorial.

Apesar de serem muitas atividades a cumprir diariamente pelas mulheres que se ocupavam dos serviços domésticos, estes poderiam indicar uma proximidade maior com a carta de alforria. Através do bom relacionamento que poderiam estabelecer com a família senhorial, juntamente com estratégias de negociação, poderiam traçar a conquista da liberdade para si e/ou outrem, como demonstramos através dos fragmentos da história de Catharina. Na cidade de Rio Grande, por exemplo, Ana Paula Costa<sup>61</sup> verificou que, nos anos finais da escravidão eram muitas as mulheres que encontravam, no interior da casa dos senhores, o seu sustento ou a possibilidade de acumular um pecúlio necessário para a compra da(s) manumissão(ões). No entanto, esta especialização também poderia indicar perigos e dificuldades em seus cotidianos. Ao estarem mais próximas da família corriam o risco de terem os seus corpos explorados, sofrendo abusos sexuais.

Além disso, nos anos finais da escravidão os governantes das províncias do Império estavam buscando estabelecer a “ordem” sobre este ofício que era praticado tanto por mulheres escravizadas quanto por libertas - como meio de emancipação - por via de regulamentos.

---

61 COSTA, Ana Paula. Criadas e amas de leite: regulamentação do serviço de criada-gem na cidade do Rio Grande (1887-1894). *Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*, Porto Alegre, n.4, v.2, p. 113-120, 2009.

A mesma autora menciona que o Regulamento dos Criados de Servir tinha exato objetivo e, com isso, estabeleceu normas que deveriam ser cumpridas por estas trabalhadoras, essencialmente no que tange às libertas. Entre as exigências estava a utilização de cadernetas que cumpriam, basicamente, o mesmo papel que as carteiras de trabalho que conhecemos atualmente. A documentação informava os dados pessoais das mesmas e sobre suas condutas como trabalhadoras, isto é, os motivos pelos quais foram dispensadas da última casa onde alugaram-se e como executavam as atividades diárias na mesma. No entanto, esta fonte não foi encontrada para a cidade de Pelotas. Ao que se sabe, a região mais próxima a possuir tal documentação é Rio Grande<sup>62</sup>, que localiza-se a 60,2 km da cidade e foi responsável por transportar o charque produzido em Pelotas para outras províncias do Império e, também, para fora dele, uma vez que era a única cidade portuária do Rio Grande do Sul no século XIX.

Para finalizarmos e entrarmos no último tópico deste capítulo, é importante e necessário destacar que mulheres escravizadas, e também libertas, resistiram e lutaram dia após dia contra, não só a esta tentativa de controle, mas todas as outras que vivenciavam. Além do fato de que não lutavam sozinhas, mas sim ao lado de outras tantas mulheres que uniam-se por melhores condições de vida e por seus direitos. Veremos, a partir desta reflexão, os últimos apontamentos a serem discutidos aqui.

## **Considerações finais**

A produção deste capítulo, com base nos fragmentos da história de uma mulher preta que foi atravessada pela condição de escravizada no Rio Grande do Sul, onde viveu nas décadas finais da escravidão

---

62 COSTA, Ana Paula. Op. cit.

no Império, propuseram-nos a analisar experiências distintas de conquista da liberdade partindo de diferentes lugares. Entre eles as relações de gênero, os ofícios, a possível influência da faixa etária no processo de busca e obtenção da alforria, além da importante existência dos laços afetivos nas vidas destas pessoas. Sem dúvidas, todos estes fatores agiam de formas singulares no cotidiano de cada um e nas vivências que teriam enquanto teciam a conquista da liberdade via carta de alforria. Isso porque, de fato, mesmo que estas mulheres fossem atravessadas pelo gênero, raça e condição jurídica, suas experiências não eram “homogeneas”. Assim como suas agências também dependiam e partiam das possibilidades que tinham de articulação e mobilidade no interior e no exterior do sistema escravista. Como viu-se, com base nos fragmentos da história de Catharina, os ofícios que aprendiam ao longo de suas vidas, umas com as outras, poderiam funcionar como estratégias significativas na luta pela documentação e na resistência contra a escravidão.

Ainda que enfrentassem dificuldades cotidianas, a trajetória brevemente narrada aqui - a qual faz parte de uma pesquisa de monografia - de uma mulher com uma história marcada por interseccionalidades e outros atravessamentos, como a maternidade, enfatiza a luta de homens e mulheres contra este sistema que os oprimiu durante três séculos neste território. De formas simples e sutis, como a formação de redes de proteção, colocavam-se contra as tentativas senhoriais de torná-los apenas mão-de-obra, desumanizando-os. Por conta disso, e também pelo que foi abordado na historiografia durante algum tempo, esta pesquisa buscou enfatizar, sobretudo, a conquista da liberdade quanto uma luta não só individual, mas essencialmente coletiva. Demonstrando os processos que enfrentavam e como articulavam-se uns pelos outros, as discussões objetivaram causar no leitor este sentimento, de olhar através de uma perspectiva de uma luta não tão solitária assim.

# AS MÚLTIPLAS FACES DO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO

**gênero, família e liberdade em uma  
cidade de fronteira (Jaguarão – segunda  
metade do século XIX)**

Matheus Batalha Bom<sup>1</sup>

Parte-se da premissa que está cada vez mais difícil pensar o conceito de liberdade, no contexto de escravidão e pós-emancipação, desvinculado da análise de gênero<sup>2</sup>. Observam-se, ultimamente, através

---

<sup>1</sup> Doutor em História (UNISINOS). E, Professor de História da Prefeitura Municipal de Guaíba.

<sup>2</sup> A utilização do conceito de gênero tem relação com a “rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou diferença sexual”. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995. P. 72. Para Guacira Lopes Louro “é necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda

dos programas brasileiros de pós-graduação, um número crescente de trabalhos no que diz respeito aos temas de gênero e raça. Tendo isso em vista, defende-se que o conceito de liberdade, quando analisado dentro de um contexto de escravidão e pós-emancipação<sup>3</sup>, precisa levar em consideração as várias ramificações e entrecruzamentos com outros conceitos e categorias históricas.

A sociedade, dependendo da sua organização, estabelece normas e padrões a serem seguidos. Tais elementos estruturais não são produtos passivos e homogêneos advindos das relações humanas. Ao contrário disso, o ordenamento social se constrói através do conflito. E, a dificuldade de estabelecer, por parte de quem exerce o poder<sup>4</sup>, o controle sobre o(s) outro(s), se dá, em grande medida, pelo fato das

---

o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos”. LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 6ª Edição, 2003. P. 21.

- 3 Para o leitor entender melhor, o conceito de pós-emancipação, aqui utilizado, tem relação com um processo coletivo de liberdade possibilitado fundamentalmente pela Lei do Ventre Livre de 1871. Contudo, o pós-emancipação não se restringe apenas a esse marco temporal, mas faz referência às experiências negras de liberdade ainda durante a vigência da escravidão. Diferente do pós-abolição que começa em 1888, o pós-emancipação inicia antes. O pós-emancipação foi construído pelas pessoas negras através de muitas lutas por liberdade formal, e também, na busca por melhores condições de vida dentro da condição legal da liberdade. Portanto, o pós-emancipação foi marcado, dentro do período escravista, por experiências conjuntas de pessoas negras na condição de escravizadas, livres e libertas.
- 4 Aqui não se pensa o poder como se alguém o possuísse, mas como uma rede relacional onde o poder se distribui conforme uma série de fatores. Obviamente que se acredita em uma relação desigual na distribuição das posições de poder, e isso fazia com que muitas pessoas obtivessem privilégios e, outras, por outro lado, sofressem uma variedade de opressões. De acordo com Foucault “não se trata de analisar as formas regulamentares e legítimas do poder em seu centro, no que possam ser seus mecanismos gerais e seus efeitos constantes. Trata-se, ao contrário, de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais [...]”. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. P. 102.

peças terem o potencial de resignificar os condicionamentos sociais. Por isso, para além de um conceito abstrato/filosófico, a liberdade pode ser analisada através de seu componente social.

Dessa forma, neste texto, o conceito de liberdade será analisado através daquilo que foi experienciado pelos agentes históricos. Serão explorados alguns níveis de experiência de liberdade. A conquista da liberdade jurídica<sup>5</sup> não foi o começo, muito menos o ponto final da trajetória daquelas pessoas negras. As instâncias da liberdade foram múltiplas e complexas. A intersecção entre os níveis analisados se dava em dois planos, isto é, no estrutural e no circunstancial<sup>6</sup>. A ampliação ou restrição das experiências de liberdade se deu dentro desses dois grandes campos. E, importante lembrar, que esses campos sempre se relacionam, não estão, portanto, separados.

Para o melhor entendimento do que foi dito, pode-se, de forma didática, trazer a seguinte situação hipotética: uma família negra, em um contexto de escravidão, sofria, no nível estrutural, com as tentativas de subjugação impostas por aqueles que os escravizavam. Concomitantemente, conviviam internamente no núcleo familiar com outros tipos de restrição, isto é, a mulher negra poderia ter seu trânsito na liberdade ameaçado pelas concepções patriarcais do

---

5 *Liberdade jurídica* significa aquela liberdade conquistada pelos escravizados de maneira formal e legal, em que, muitas vezes, essa conquista era representada pela obtenção da alforria. A *liberdade jurídica* também foi possível através da abolição da escravidão em 1888. Já a liberdade *não jurídica* é aquela que os escravizados conquistavam no cotidiano, isto é, quando negociavam e lutavam por melhores condições de vida mesmo dentro do cativeiro.

6 *Estrutural* tem relação com todos os movimentos históricos, econômicos, sociais e culturais, que criaram padrões e fenômenos, que tenderam a perdurar mais no tempo, influenciando as ações das pessoas e dos grupos sociais. Já quando se menciona casos *circunstanciais* são aquelas situações mais particulares e específicas de um dado momento, ou seja, casos que dificilmente irão se repetir ao longo da história.

companheiro<sup>7</sup>. Concepções estas que eram informadas por ideias de masculinidade<sup>8</sup> que atravessavam os níveis estruturais e circunstanciais. A qualidade da liberdade, portanto, dependia de uma série de fatores e agentes sociais<sup>9</sup>.

- 
- 7 Aqui, neste trabalho, o foco está mais nas mulheres negras livres, durante a escravidão. No entanto, existem trabalhos focados na escravidão que tratam de casos de homens negros violentando mulheres negras. Exemplo disso é o estudo de Marina Haack. Segundo a autora: “A violência expressa por homens escravizados às suas companheiras de escravidão ou nos relacionamentos sexo-afetivos pode ser um indicativo de busca dessa ‘hegemonia’ ou ‘fuga’ da ‘subalternidade’”. HAACK, Marina Camilo. Sobre silhuetas negras: experiências e agências de mulheres escravizadas (Cachoeira, c. 1850-1888). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2019, p. 197.
- 8 Os estudos apontam que não se pode pensar no conceito de masculinidade do ponto de vista singular e homogêneo, pois existem várias masculinidades. Desse modo, é “impossível também falar de masculinidade de maneira genérica, uma vez que existem masculinidades, com modelos diversos de ser homem”. AGUIAR, Luiz Henrique Machado De; DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling. Estudos sobre masculinidades e seus impactos no trabalho com homens autores de violência. *GÊNERO*, Niterói, v.17, n.2, p. 81 – 94, 2017. P. 86. *Ver também: CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.
- 9 Quando utilizo o termo *agentes sociais* faço referência não somente a indivíduos isolados. Mas sim que esses indivíduos, com suas identidades, vontades, desejos, práticas, pensamentos, comportamentos, entre outros, construíam seus perfis através da interação social, sendo influenciados pelo social e, sobretudo, redefinindo as características dos grupos sociais. Entre outras palavras o que se faz aqui é uma história social, ou seja, “a história das relações entre pessoas e grupos”. GRENDI, Edoardo. *Microanálise e história social*. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de e ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2009. P. 36.



da Lagoa no ano de 1802, a vida em comunidade se fortaleceu “ganhando impulso com a distribuição de 30 terrenos para moradores a partir de 1812”<sup>11</sup>. Já no final do século 18, a localidade constituía-se como uma “Guarda de fronteira com pouco mais de 200 soldados, que ao final do século 19, estará transformada numa cidade com 12.172 habitantes”<sup>12</sup>.

As pesquisas apontam que, ao longo do século XIX, a economia da cidade foi alimentada pelos setores da agricultura, da pecuária e do comércio<sup>13</sup>. Durante quase todo o século XIX, essa tríade de elementos econômicos dialogou fortemente com a estrutura escravista da cidade<sup>14</sup>. Em termos de escravidão, Jaguarão apresentou números

---

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2015. P. 70

- 11 FRANCO, Sérgio da Costa. *Origens de Jaguarão (1790-1833)*. Porto Alegre, Instituto Estadual do livro, Universidade de Caxias do Sul: 1980, p. 7.
- 12 MARTINS, Roberto Duarte. *A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguay: a construção da cidade de Jaguarão*. 2001. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Politécnica da Catalunha, Barcelona, 2001, p. 56.
- 13 Gabriel Aladrén argumentou que a economia em Jaguarão, entre os anos de 1777 e 1835, de forma geral, baseava-se na criação de gado e na agricultura. ALADRÉN, Gabriel. *Sem respeitar fé nen tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)*. Rio de Janeiro, PPGH: UFF. 2012. (Tese de Doutorado), p. 87. Roberto Duarte Martins afirmou que, no final dos anos 80 do século XIX, a cidade jaguarenses caracterizava-se por ser um pequeno núcleo urbano, tendo como principal atividade econômica a pecuária e o comércio. MARTINS, Op., Cit., p. 142. Ver também: BOM, Matheus Batalha. *Liberdades Racializadas: gênero, trabalho e crime na fronteira meridional (Jaguarão, 1870-1905)*. Tese (Doutorado em História) – PPGH: UNISINOS, São Leopoldo, 2022.
- 14 Francisca Carla Santos Ferrer defendeu que a escravidão em Jaguarão “representava o sustentáculo econômico de manter o poderio político, militar e social dessa região”. FERRER, Francisca Carla Santos. *Entre a liberdade e a escravidão na fronteira meridional do Brasil: estratégias e resistências dos escravos na cidade de Jaguarão entre 1865 a 1888*. Tese (Doutorado em História) - PPGH: USP. São Paulo, 2011, p. 208.

significativos de pessoas escravizadas<sup>15</sup>. Essas estavam inseridas nas mais diversas atividades socioeconômicas, desde a produção charqueadora até as mais variadas formas de serviço doméstico<sup>16</sup>. Os escravizados e as escravizadas se faziam presentes na área urbana e rural. Certamente, portanto, durante o período escravista, em algum ponto geográfico da cidade, fosse possível encontrar algum trabalhador ou trabalhadora escravizada<sup>17</sup>.

É um engano, no entanto, pensar que durante o século XIX a totalidade da população negra estava reduzida a condição de escravizados. Na verdade, em paralelo à escravidão, havia uma massa de pessoas negras na condição de livres e libertos. De acordo com Sidney Chalhoub, o recenseamento de 1872 apontou para “uma população livre de cor de 4.245.428, ou seja, 42,75% dos habitantes do país eram

---

15 Através dos dados analisados por Thiago Leitão de Araújo, entre 1872 e 1873, Jaguarão contava com 3702 escravizados *rurais* e 890 escravizados *urbanos*. No que diz respeito aos *rurais*, a cidade só estava atrás de Porto Alegre (5741) e Pelotas (5219). Em contrapartida, Jaguarão era a quarta cidade com maior número de escravizados *urbanos*. Ficava atrás apenas de Porto Alegre (3229), Rio Grande (2641) e Pelotas (2468). Isso demonstra a relevância da mão-de-obra escravizada para aquela localidade. ARAÚJO, Thiago Leitão de. Novos Dados sobre a Escravidão na Província de São Pedro. *Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2001, Porto Alegre, RS, p. 1-19.

16 Em relação às charqueadas, por exemplo, no ano de 1854 funcionavam nove charqueadas. Além disso, ao analisar o “Quadro das charqueadas existentes no Município de Jaguarão nos anos de 1854 e 1855” (AHRs. Fundo Autoridades Municipais. Correspondência expedida. 1855-1856) chega-se a informação que as charqueadas abateram 35163 reses no ano de 1854, e 41697 reses no ano de 1855. Jaguarão, portanto, era uma cidade com bastante protagonismo no que diz respeito à produção do charque. Como lembra Jonas Moreira Vargas, “Pelotas não era a única região charqueadora do sul da província. Os municípios de Jaguarão e Rio Grande similarmemente recebiam grandes levas de gado”. VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese (Doutorado em História) - PPGH: UFRJ, Rio de Janeiro, 2013, p. 286.

17 BOM, Matheus Batalha. *Porosas fronteiras: experiências de escravidão e liberdade nos limites do Império (Jaguarão – segunda metade do século XIX)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH: UNISINOS, São Leopoldo, 2017.

indivíduos livres de cor”<sup>18</sup>. Desse modo, se naquele ano de 1872 os números de pessoas negras livres eram muito significativos, nos anos posteriores a tendência foi aumentar esses índices, sobretudo pelo impacto da Lei do Ventre Livre<sup>19</sup>. Através desta, em alguns anos, o Brasil não teria mais pessoas negras escravizadas, mas apenas pessoas negras livres.

Em relação à cidade de Jaguarão, o Censo de 1872 trouxe os dados de duas freguesias (Freguesia Espírito Santo de Jaguarão e Freguesia Nossa Senhora de Arroio Grande), ficando uma de fora (São João Baptista do Herval). Com isso, na soma das duas freguesias que tiveram os dados informados chegou-se ao número de 10514 pessoas livres. Destas, 3056 foram declaradas como não brancas (Pretos, pardos, caboclos)<sup>20</sup>. Portanto, 29,1%, não eram brancas. Contudo, os pesquisadores reconhecem que dentro da categoria dos *brancos*, muitas pessoas com descendência africana e indígena podem estar presentes, uma vez que, essas classificações de *cor* eram cruzadas por parâmetros socioculturais<sup>21</sup>.

---

18 CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social*, Campinas, n.9, 2010., p. 3.

19 “[...] essa Lei, que declarava livres os filhos de escravos nascidos a partir daquela data, marcava o começo do dismantelamento oficial da escravidão”. CUNHA, Manuela Carneiro Da. Sobre os Silêncios da Lei: lei costumeira e lei positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. *Dados* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 28, n.1, p. 45-60, 1985, p. 46. Ver também: CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

20 Ver: Recenseamento do Brasil de 1872 (IBGE).

21 Hebe Mattos declarou, ao estudar a população de negros livres, libertos e escravizados, que a noção de *cor* “herdada do período colonial, não designava, preferencialmente, matizes de pigmentação ou níveis diferentes de mestiçagem, mas buscava definir lugares sociais, nos quais etnia e condição estavam indissociavelmente ligadas”. MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista. (Brasil, século XIX)*. 3ª Ed. Campinas: Editora Unicamp, 2013, p. 106. Acredito que havia um jogo complexo entre as definições de *cor* e posição social. Não acredito na superioridade total de uma definição sobre a outra, pois

É notório que havia negro(a)s livres e libertos ainda na vigência da escravidão. Nesse contexto, pessoas negras com liberdade formal conviviam com pessoas escravizadas. E, esse compartilhamento de experiências entre condições jurídicas diversas acabava criando um jogo social muito complexo, pois as fronteiras entre liberdade e escravidão estavam sempre sendo reconfiguradas<sup>22</sup>. Dessa maneira, é de se imaginar que a entrada no mundo da liberdade formal se dava através de uma luta muito difícil<sup>23</sup>. Por trás das liberdades concedidas em inventários, testamentos, cartas de alforrias, se escondia uma longa conquista da comunidade negra. Mesmo aquelas pessoas

---

apesar dos contextos, sempre as duas definições mantiveram uma relação próxima. Por exemplo, em produção acerca de um período diferente do qual analiso, Roberto Guedes afirmou que “não se deve congelar a posição social pela *cor*”, já que “era mobilidade social, ascendente e descendente conforme as circunstâncias sociais, que transforma um pardo em branco, um branco em pardo, um pardo em negro...”. GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativo*: trabalho, família, aliança e mobilidade social. (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008, p. 102. Entretanto, para o período próximo ao da abolição, acredito que, muitas vezes, a posição social não era garantia de um “branqueamento” nas classificações de *cor*. Muitas vezes, justamente pelo processo acentuado de racialização da sociedade, pessoas de prestígio social e material eram declaradas pejorativamente através de termos como *crioulo*, *mulato*, entre outros. Portanto, a posição social não assegurava absolutamente as definições de *cor*. Para Marcus Vinicius de Freitas Rosa é preciso analisar um “amplo conjunto de situações e relações sociais verticais e horizontais em que as referências à cor escura, não apenas enquanto fatores de negação de cidadania, mas também enquanto expressões de distinção, suspeição e principalmente enquanto insulto e inferiorização, incidiram sobre os negros, à revelia de suas vontades e escolhas, tornando-os absolutamente visíveis nas fontes”. ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-Abolição (1884-1918)*. Tese (Doutorado em História) - UNICAMP, Campinas, 2014, p. 17.

22 FRAGA, Walter Fraga. *Encruzilhadas da liberdade: histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910*. Tese (Doutorado em História) – UNICAMP, Campinas, 2004.

23 Para saber mais sobre todos os desafios que as pessoas negras tinham de encarar para provar suas liberdades, é indicado ver: SCOTT, Rebecca J; HÉBRARD, Jean M. *Provas de liberdade: Uma odisseia atlântica na era da emancipação*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

negras, que já nasciam livres por serem filhos de negros(a)s livres, só conseguiram experimentar tal condição porque seus familiares travaram uma longa luta em prol da liberdade.

As produções historiográficas que se debruçaram sobre o tema da alforria indicam que a luta por liberdade, na maioria das vezes, era um projeto familiar e comunitário<sup>24</sup>. Além disso, sabe-se que os conceitos de família negra e de liberdade caminham de mãos dadas. Por exemplo, nos tempos da escravidão, muitos negro(a)s livres conviviam com familiares na condição de escravizados. E, se durante ou após 1888, uma família negra, na sua totalidade, fosse livre, ainda assim precisavam imprimir significados outros à liberdade que experimentavam, uma vez que, tinha de lidar com os processos de racialização<sup>25</sup> que estavam em curso.

---

24 E esse projeto familiar, normalmente, dava atenção, primeiramente, à mulher. A historiadora Sheila Siqueira de Castro Faria, ao estudar as alforrias no Rio de Janeiro e São João del Rey, entre 1700 e 1850, afirmou que “uma das poucas unanimidades entre os historiadores é a de ter sido a mulher privilegiada no acesso à manumissão, apesar de bem menos numerosa na população escrava”. FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Aspectos demográficos da alforria no Rio de Janeiro e em São João del Rey entre 1700 e 1850. *Comunicação apresentada no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, Caxambu (MG), 29 de set. a 3 de out. de 2008.

25 Para Lilia Moritz Schwarcz “o termo raça é introduzido na literatura mais especializada em inícios do século XIX, por Georges Cuvier, inaugurando a ideia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos”. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*: São Paulo: Companhia das Letras, 1993. P. 37. Um comentário importante a respeito do conceito de racialização é que ele faz parte de um processo em que os indivíduos racializam uns aos outros, ou a si mesmos, de forma positiva ou negativa. Ver: MONSMA, Karl. Racialização, Racismo e mudança: um ensaio teórico, com exemplos do pós-abolição paulista. In: *XXVII Simpósio Nacional de História*, 2013, Natal. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, 2013. P. 6. Cabe aqui o acréscimo realizado por Fernanda Oliveira da Silva, em que ela acredita na importância de: [...] interpretar a racialização pela face negra, que não apenas reage a uma racialização imposta, mas articula formas de lidar com racialização criando e conferindo novos significados a códigos impostos”. SILVA, Fernanda Oliveira da. Perspectivas sobre a racialização: a experiência dos clubes sociais e centros culturais na diáspora negra ao sul do Atlântico (Brasil-Uruguai). In: *XXVII Simpósio Nacional de História*, 2013,

O conceito de família negra é complexo, e para melhor compreendê-lo é preciso situá-lo em contextos de análise. Para os casos que serão observados aqui, é preciso pensar a família através de alguns parâmetros. Em primeiro lugar, não diz respeito apenas a uma concepção patriarcal, onde a figura masculina protagoniza e comanda as ações do lar. Em segundo, não se restringe aos laços de consanguinidade. Terceiro, é necessário levar em consideração a liderança feminina nas famílias, em que o protagonismo era exercido por uma matriarca. Quarto, os laços sexuais/afetivos, muitas vezes, não eram registrados oficialmente via casamento religioso. Quinto, e talvez o mais complicado de entender, a concepção de família para aquelas pessoas era informada, paralelamente, por valores autônomos e tradicionais/conservadores<sup>26</sup>.

Um lembrete muito importante a se fazer é que a família negra é humana. Por muito tempo essa condição foi negada à população negra, assim como foi negada e/ou julgada pejorativamente a forma como constituíram suas famílias<sup>27</sup>. Em virtude disso, pode-se afirmar

---

Natal. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, 2013. P. 3. Portanto, a racialização é um processo, e não algo estanque. Wlamyra Ribeiro de Albuquerque postula que se ganha muito ao utilizarmos o termo *racialização* em vez de *raça*, pois indica um discurso sempre em construção e à mercê das circunstâncias de cada tempo e lugar. ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. P. 35. Ver também: FASSIN, Didier. *Nem Raça, nem Racismo: O que Racializar Significa*. In: Lilia Schwarcz & Maria Helena Machado. *Emancipação, inclusão e exclusão: desafios do passado e do presente*. São Paulo: EDUSP, 2018.

26 Essa relação entre valores autônomos e conservadores, no que diz respeito às concepções de família, será explicada ao longo do texto.

27 Florestan Fernandes, na tentativa de compreender os problemas que impediam a integração do negro na sociedade de classes, argumentou que “não foi a família que se desintegrou, como instituição social, e em consequência emergiram certas inconsistências na socialização dos indivíduos, mas, a própria família que não se constituiu e não fez sentir seu influxo psicossocial e sociocultural na modelação da personalidade básica, no controle de comportamentos egoísticos ou anti-sociais e na criação de laços de solidariedade moral. Comprova-se isso, historicamente, por uma

que se houve muita união, solidariedade, e comunhão de projetos de vida, também ocorreu uma série de conflitos, desentendimentos e tristezas na construção da família negra. Não há nada de errado nisso, pois são questões próprias dos humanos. O problema é quando se acredita, ou se acreditou, no princípio degenerativo e pejorativo da família negra. Certamente, as tentativas históricas de subjugação da população negra, assim como os imensuráveis problemas raciais, fizeram com que o conceito de família negra (escravizada, liberta e livre) ganhasse uma conotação especial de análise. No entanto, na prática familiar a presença de *flores e espinhos* foi uma constante.

Robert Slenes, em sua obra, mostrou como Charles Ribeyrolles estava equivocado ao afirmar que “nos cubículos dos negros, jamais vi uma flor: é que lá não existem nem esperanças nem recordações”<sup>28</sup>. Slenes, em contrapartida, evidenciou “que as relações de parentesco constituem um nexa importante para a (re)criação das esperanças e das recordações das pessoas: isto é, para a formação de memórias, projetos, visões de mundo e identidades”<sup>29</sup>. O autor foi extremamente

---

simples referência à política central da sociedade senhorial e escravocrata brasileira, que sempre procurou impedir o florescimento da vida social organizada e da família como instituição integrada no seio da população escrava. A inexistência da família como instituição social integrada ou, então, o seu funcionamento inconsistente, por estar se formando em condições sumamente adversas, é que vem a ser, do ponto de vista sociológico, os elementos centrais”. Fernandes, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vol. 1. (3.ed. São Paulo: Ática, 1978). P. 182. Mais tarde, com mais estudos produzidos sobre a família negra (livre ou escravizada), ficou nítido que, embora bem intencionado, a obra erudita de Fernandes acabou, de certo modo, fortalecendo estereótipos que as pessoas negras tinham famílias desajustadas e desorganizadas socialmente. É preciso saber que as famílias negras não podem ser estudadas, do ponto de vista histórico, através de padrões ditos *burgueses e brancos* para definir conceitualmente a família.

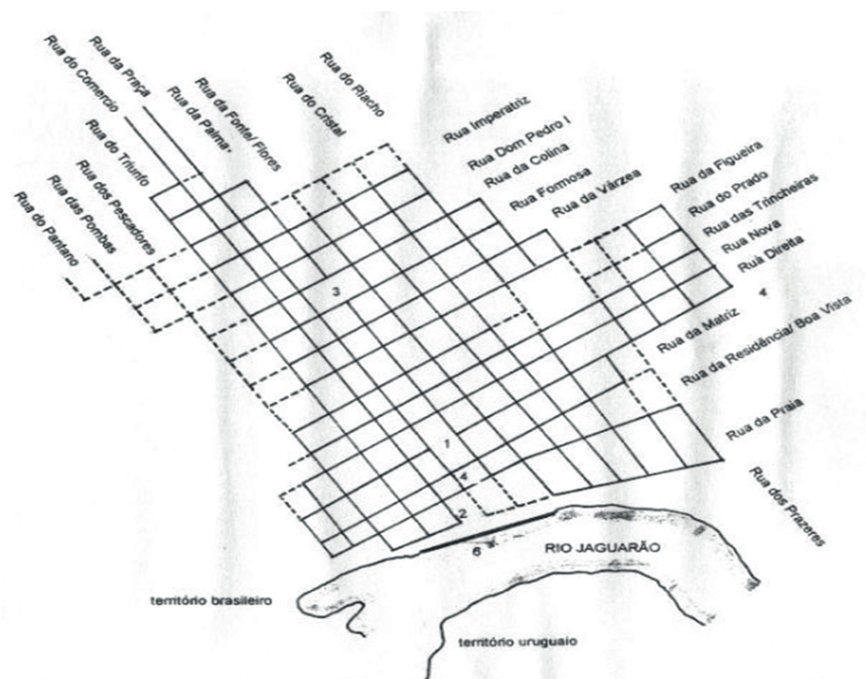
28 Ver: RIBEYROLLES, Charles. *Brazil Pittoresco: Historia-Descrições-Viagens-Instituições-Colonização*. Rio de Janeiro. Typographia Nacional. 1859.

29 SLENES, Robert Wayne. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. 2 Ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011. P. 27.

importante para a historiografia ao demonstrar que mesmo dentro da instituição escravista havia famílias negras, e muito mais do que isso, pois essas mesmas oportunizaram a criação e reconstrução de todo um universo simbólico e sociocultural que permitiu com que conhecêssemos a rica história da população negra.

## MASCULINIDADES VERSUS MULHERES NEGRAS

Figura. 2. Estrutura urbana de Jaguarão nos anos 1880.



MARTINS, Roberto Duarte. A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguay: a construção da cidade de Jaguarão. 2001. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Politécnica da Catalunha, Barcelona, 2001. P. 189.

O núcleo urbano da cidade de Jaguarão foi formado próximo ao rio Jaguarão. Com o passar dos anos a cidade foi se expandindo, porém até hoje o mapa da cidade mostra que a vida urbana se restringe a limites não tão distantes do rio Jaguarão. Além disso, uma característica geográfica predominante do município é que ao redor do pequeno núcleo urbano é possível encontrar vastos quilômetros de campos e vegetações. Tendo isso em consideração, quando se mencionar aqui neste artigo o termo *rural*, significa que se está falando dessa extensa região de terras. Em contrapartida, o termo *urbano* faz menção apenas ao núcleo urbano da cidade.

Foi em local nominado pela comunidade da época de “Passo do Telho”, na área rural de Jaguarão, que se deu um conflito entre “o pardo Martiniano Mauricio Pereira” e o “preto liberto Manoel Gonçalves”. Exatamente no dia 11 de fevereiro de 1880 estava acontecendo um evento muito comum nas comunidades rurais da cidade, isto é, as corridas de cavalo<sup>30</sup>. E, lá estavam Martiniano e Manoel. Este último, durante o evento, estava encostado “na carreta de negocio de um oriental de nome Maldonado”, quando percebeu que Martiniano vinha em sua direção proferindo ofensas verbais. De acordo com o relato de Manoel, Martiniano além de ofendê-lo começou a provocá-lo, mas mesmo assim não se deixou levar pelas ofensas, pois “com calma e prudência procurou evitar o conflito”<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> Além do entretenimento proporcionado pelas carreiras de cavalo, esses eventos reuniam muitos apostadores e somas de dinheiro consideráveis, fazendo com que o ambiente também fosse tenso e perigoso, uma vez que, muitos conflitos ocorriam e não era de se espantar se esses encontros acabassem em violências físicas. Ver: PEREIRA, Ester; MAZO, Janice; LYRA, Vanessa. Corridas de Cavalo em Cancha Reta em Porto Alegre (1852/1877): uma prática cultural esportiva sul-rio-grandense. *Revista da Educação física/UEM (Online)*, v. 21, p. 655-666, 2010.

<sup>31</sup> APERS. Fundo Comarca de Jaguarão. Subfundo 1ª Vara Cível e Crime. Processo-crime nº 2637. 1880.

Martiniano, aparentemente não demonstrou o mesmo comportamento de Manoel, e na intenção de uma disputa viril “sacou um facão e o feriu”. Manoel, ao ser atingido e, consciente da gravidade das lesões, procurou fugir, mas foi perseguido e logo em seguida recebeu quatro tiros de revólver. Por sorte, Manoel não faleceu, mas teve sua saúde gravemente afetada. A grande motivação para tal violência foi revelada no depoimento de Manoel, em que atribuiu o atentado ao fato de ter surpreendido Martiniano, já que este abusou “da confiança dele respondente em sua própria caça tentando violentar uma sobrinha dele respondente, o que não conseguiu por ter ella se escapado pulando uma janella”<sup>32</sup>.

No depoimento de Martiniano a versão foi outra, pois ele se opôs a declaração de Manoel, declarando que “tinha relações” com a sobrinha “com o consentimento de seu tio dito Manoel Gonçalves”<sup>33</sup>. Do ponto de vista analítico, não interessa saber quem exatamente declarou a versão correta, mas sim tentar entender o conteúdo desses relatos. A sobrinha de Manoel tanto podia ter uma relação consensual com Martiniano, quanto podia ter sofrido tentativas de abusos. O que é importante destacar é o quanto a masculinidade se constituiu em relação/oposição ao feminino, e/ou junto a isso, se construiu com base na violência. Homens, com dificuldade de lidar com suas fragilidades e conflitos emocionais/sentimentais, acabavam utilizando, como ferramenta de resolução de problemas, a violência física e verbal<sup>34</sup>.

---

32 APERS. Fundo Comarca de Jaguarão. Subfundo 1ª Vara Cível e Crime. Processo-crime nº 2637. 1880.

33 APERS. Fundo Comarca de Jaguarão. Subfundo 1ª Vara Cível e Crime. Processo-crime nº 2637. 1880.

34 É importante salientar a diferença entre masculinidades enquanto experiência e como categoria de análise. No primeiro caso, quando se faz referência às masculinidades, significa que se fala em comportamentos, práticas, pensamentos e decisões dos homens no seu cotidiano. Já no segundo caso, é a reflexão teórica sobre masculinidades. Portanto, quando se afirma que os homens, muitas vezes, eram violentos, baseia-se nas análises das experiências dos mesmos. Aqui no caso,

Tal violência era exteriorizada contra outros homens, como também contra mulheres. E, dependendo do corte interseccional<sup>35</sup>, a violência assumia outras faces e tinha consequências diferentes. No caso analisado, dois personagens foram vitimados, ou seja, um homem negro e uma mulher negra. O autor da violência também era um homem negro<sup>36</sup>, que logicamente não estava dentro do grande

---

afirma-se isso através da leitura da documentação. Relevante apontamento sobre essas diferenças foi realizado por Soraya Barreto Januário, quando argumentou que “até então, e ainda hoje, para pessoas não sensibilizadas pelos estudos de gênero, a masculinidade é entendida como atributo ‘natural’ do homem. É frequentemente associada a características como força, virilidade, agressividade, dominação, entre outras. Esses valores, associados a uma suposta natureza da masculinidade, encontram a sua justificação em condutas irracionais e sexistas como a violência doméstica, discursos homofóbicos e atitudes machistas que persistem na vida quotidiana e nas relações sociais”. JANUÁRIO, Soraya Barreto. *Masculinidades em (re)construção: Gênero, Corpo e Publicidade*. Covilhã: Labcom Books, 2016. P. 13.

- <sup>35</sup> Ver: AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade*. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
- <sup>36</sup> Os homens negros, embora racializados pelos brancos, e informados por valores hegemônicos do patriarcado, souberam construir códigos próprios de masculinidade. Muitas vezes, nos conflitos contra outros homens, e também contra as mulheres, o que estava em jogo eram a virilidade e atributos semelhantes. Interessante se atentar para os comentários de bell hooks: “os homens negros escravizados foram despojados do status patriarcal que caracterizava a sua situação social em África, mas não estavam despojados da sua masculinidade” [...] “todos os argumentos populares que alegavam que os homens negros eram figurativamente castrados, em toda a história da escravatura da América os homens eram autorizados em manter alguma aparência do seu papel masculino definido socialmente por si mesmos” [...] “nos tempos coloniais como no tempo contemporâneo, a masculinidade denota possuir atributos de força, virilidade, vigor e poder físico. Era precisamente a ‘masculinidade’ dos homens africanos que os escravagistas brancos procuravam explorar”. hooks, bell. *Ains’t I a Woman*. Black Women and feminism (Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo). Tradução livre para a Plataforma Gueto. 1. Edição, 1981. Pág. 17. Sobre virilidade: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Orgs.). *História da virilidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013; No que diz respeito às masculinidades negras, Alan Augusto Moraes e Deivison Mendes Faustino afirmam que elas “podem ser reposicionadas como práticas complexas e polissêmicas, como processos sócio-históricos ambivalentes, como relações de poder e práticas culturais contextuais, como processos de subjetivação multifacetados e como experiências tensas, difusas e diversas de

espectro da masculinidade branca, mas de alguma forma foi informado por lógicas brancas do que significava ser homem. Essas diferenças entre as masculinidades<sup>37</sup> são encontradas em diversas situações, isto é, nos desentendimentos entre homens negros e brancos, onde o componente racial de alguma forma sempre era lembrado pelo homem branco ao racializar negativamente o homem negro.

Se nos momentos conflituosos se estabelecia uma relação entre homem branco versus homem negro<sup>38</sup>, na comunidade negra os conflitos internos eram dados na relação somente homem versus homem. Isso valia para a relação entre homens e mulheres quando todos eram negros. No entanto, quando o total de pessoas compartilhava a mesma origem étnico-racial a tendência era que as diferenças se acentuassem nas questões de gênero. A sobrinha de Manoel, naquela ocasião em específico, estava vulnerável<sup>39</sup> mais do ponto de vista de

---

socializações”. FAUSTINO, Mendes Deivison. RIBEIRO, Alan Augusto de Moraes. Negro tema, negro vida, negro drama: estudos sobre masculinidades negras na diáspora. *Revista Transversos*, v. 10, p. 163-82, 2017; P. 14.

- <sup>37</sup> Para João Gomes Junior “falar em masculinidades é falar sobre modelos sociais, culturais e políticos diversos, atravessados por historicidade e relações de poder e constituídos ao longo da colonialidade. As masculinidades são construções elaboradas a partir do que se espera dos homens, por sistemas de poder específicos, e sobre eles impostas e marcadas. Contudo, é preciso saber que se tais marcadores e categorias podem ser construídas e impostos, eles também podem ser desconstruídos e refeitos”. João Gomes Junior. *Masculinidades colonizadas: a construção do homem negro pelo sistema colonial moderno. Enfoques*, Vol. 19, nº 1, pp. 67-80, 2023. P. 11.
- <sup>38</sup> Quando se fala em homem negro e homem branco a ideia não é essencializar as categorias, mas apenas exemplificar que dentro de tantas nuances e diferenças das masculinidades, os processos de racialização criavam grupos que tinham os homens brancos de um lado e os homens negros do outro. Sobre os problemas da essencialização de brancos e negros, ver: PEREIRA, Marcos Emanuel; ÁLVARO, José Luís; OLIVEIRA, Andréia C.; DANTAS, Gilcimar. “Estereótipos e essencialização de brancos e negros: um estudo comparativo”. *Revista Psicologia & Sociedade*, nº 23, v. 1, p. 144-153, 2011.
- <sup>39</sup> É perceptível na documentação que a comunidade negra reconhecia os perigos que recaíam sobre a mulher negra, por isso, sujeitos, como Manoel, por exemplo,

gênero, do que propriamente racial. Mas, diga-se de passagem, isso sempre mudava de acordo com as circunstâncias e os personagens envolvidos, o que não impedia com que as mulheres negras fossem afetadas estruturalmente, durante toda a trajetória de suas vidas, com os problemas raciais e de gênero operados intrinsecamente.

Estudando os processos criminais, fonte que já contém muitos vestígios de violência experienciada por aquelas comunidades, pode-se inferir que a relação de homens negros e mulheres negras, mesmo com histórias violentas, ainda assim carregava algumas formas de sentimento entre os envolvidos. Havia casos em que um homem negro, ao apreciar uma mulher negra, tentava se aproximar com o intuito de estabelecer uma relação sexual/afetiva, e muitas vezes, essas mulheres estabeleciam um contato curto ou mesmo rechaçavam o pretendente logo no início. Contudo, essas negativas<sup>40</sup> não eram bem digeridas pelos homens negros, que em muitas ocasiões acabavam utilizando a violência para obrigar essas mulheres a terem algo com eles.

No ano de 1877, por volta das 7 horas da manhã do dia 6 de setembro, o português Manoel Dantas Araujo Vianna, tomava seu café em um estabelecimento urbano de Jaguarão, situado “á rua dos Andradas, esquina da do Conde D’eu”, quando “vio passar uma preta gritando que tinham matado uma mulher”. Naquele instante, o português demonstrou curiosidade pelo fato e acompanhou a multidão para onde se deslocavam, e ao chegar a uma casa específica “vio o pardo Alberto, degolado e cahido ao pé da porta da varanda que dá

---

tendiam a vigiar a mobilidade da sobrinha, e com quem ela se relacionava. No entanto, do ponto de vista feminino, muitas vezes esse controle masculino gerava uma série de incômodos, e em algumas ocasiões, até mesmo em violência física e psicológica.

<sup>40</sup> Sobre a capacidade e poder feminino de decidir quais parceiros queriam para si, isto é, para se relacionar/amasiar/namorar/casar com algum homem específico, ver: GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não*: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

para fora o pateo, após vio também a preta Micaela no corredor da casa de Raymundo de Oliveira, no chão com uma vella na mão<sup>41</sup>”.

Já segundo o “cabo da esquadra do terceiro batalhão de infantaria Cypriano Cyriaco Adolfo” no caminho do trabalho encontrou na “Rua General Caxias, com Raymundo Antonio de Oliveira, que lhe pareceo estar bastante assustado, e este lhe pedio a ella testemunha que acudisse uma preta que estava sendo esfaqueada”. Com essa informação resolveu se dirigir “para a casa que lhe foi indicada, e chegando a porta, vio o pardo Alberto no interior da casa de faca na mão”. Na versão de Raimundo Antônio de Oliveira aconteceu o seguinte: “tendo ido ao mercado e ao voltar para sua casa, ouviu dizer que na casa de sua visinha preta liberta Maria Micaela havia um barulho”, e ao chegar a sua casa encontrou sua vizinha “Camila Lopes de Oliveira e sua filha em fraldas de casemira, dizendo-lhe que em sua casa e ao pé da cama em que dormia, o pardo Alberto estava apunhalando a preta Micaela<sup>42</sup>”.

Porém, é na versão feminina representada por Camila que se encontra um pouco mais de informações sobre o caso, a ver:

[...] disse que no dia seis, as sete horas mais ou menos da manhã, estando ella respondente ainda deitada com sua filha, foi por esta acordada, gritando-lhe que “estvão matando gente dentro de casa” a este grito acordou ella respondente e vio com efeito a preta Micaela perto da cama já referida e vio tambem Alberto que tendo ido ao fundo da casa, voltou a sala e ainda a vista d’ella, Alberto deu lhe tres ou quatro facadas, dizendo “que ali mesmo havia de acabar com ella”, a vista do que assustada sahio para a rua com sua filha e refugiu-se em casa de seu vizinho Raymundo Antonio de Oliveira, ficando Alberto e Micaela em

---

41 APERS. Fundo Comarca de Jaguarão. Subfundo 1ª Vara Cível e Crime. Processo-crime nº 3017. 1877.

42 APERS. Fundo Comarca de Jaguarão. Subfundo 1ª Vara Cível e Crime. Processo-crime nº 3017. 1877.

casa dela respondente. Disse mais que momentos depois ella respondente vio entrar também em casa de Raymundo e ao entrar no corredor cahio quase morta. Disse mais que Alberto depois de haver praticado aquelle crime foi para a casa em que morava Micaela e dali voltou e feixou a porta da casa dela respondente por dentro, e que momentos depois o mesmo Alberto encontrado morto na varanda dela respondente. Perguntada se sabe ou ouviu dizer a razão porque se deu aquelle facto? Respondeo que não sabe<sup>43</sup>.

Quando o corpo de delicto foi realizado o perfil de Micaela foi classificado como “uma mulher de côr preta mostrando ter trinta e seis annos mais ou menos”. Já Alberto “representava ter cincoenta e quatro annos mais ou menos, estatura regular, côr parda”<sup>44</sup>. Todas as evidências levam a crer que esse caso acabou em um assassinato e um suicídio. Uma obviedade ao ler a fonte, porém, não se pode apontar com absoluta segurança, que Alberto e Micaela tenham tido um caso sexual/afetivo, mas o que fica evidente é o fato das mulheres negras estarem sempre em situações altamente vulneráveis. E por outro, a presença da violência masculina na relação com as mulheres<sup>45</sup>.

---

43 APERS. Fundo Comarca de Jaguarão. Subfundo 1ª Vara Cível e Crime. Processo-crime nº 3017. 1877.

44 APERS. Fundo Comarca de Jaguarão. Subfundo 1ª Vara Cível e Crime. Processo-crime nº 3017. 1877.

45 Estudando outra localidade e com objetivos diferentes, Bruna Letícia de Oliveira Santos pensou como a ideia de gênero racializado é relevante para se pensar essas violências, pois os homens negros informados por códigos da masculinidade branca também acabavam praticando uma variedade de violências contra as mulheres negras. De acordo com a autora: “Assim, questionamo-nos se existia, pelo menos na análise específica desses casos, um padrão de comportamento exercido por homens, sejam eles escravizados, libertos ou livres, em relação à forma como tratavam às mulheres escravizadas. As características dos processos que nos levaram a essa inquietação reúnem homicídios, ofensas físicas, espancamento e mutilação, e podem dar materialidade para pensarmos que na ação violenta desses homens contra mulheres negras escravizadas, haveria um significado de gênero racializado que constrói masculinidades. O que permitia, em determinadas

Podem-se apontar muitas diferenças de comportamento dos homens negros e dos brancos para com as mulheres negras. Em primeiro lugar, o branco inferiorizava a mulher branca de muitas maneiras, mas em relação às negras se somava o fator racial. A desumanização da mulher negra operada pelo homem branco se dava em uma dimensão muito maior do que contra a mulher branca. Em segundo lugar, os homens negros rebaixavam as mulheres negras dentro do campo de gênero e não do racial. Todavia, ainda assim as mulheres negras se encontravam, recorrentemente, em situações de fragilidade estrutural. Em virtude da racialização do gênero, as mulheres negras tinham de lidar e se instrumentalizar de várias formas para lutarem contra tal opressão.

Os perigos os quais as mulheres negras tinham de enfrentar já surgiam na tenra idade. Em 1887, por exemplo, a menina negra chamada Andressa, com seus 10 anos, classificada na época na categoria dos “ingênuos”, em virtude da Lei do Ventre Livre, sofreu uma violência horrenda praticada por um homem branco. Quando foi chamada pelas autoridades policiais e judiciais para narrar o fato que lhe ocorrera, apresentou-se da seguinte forma: “Respondeu chamar-se Andressa com

---

situações e circunstâncias, que mulheres negras fossem espancadas, violadas e mortas”. SANTOS, Bruna Letícia de Oliveira dos. *“Os brancos não falam a verdade contra mim. Porque ele é homem e não havia de passar o trabalho que as fêmeas passam”*: Maria Rita e a interseccionalidade na experiência de mulheres escravizadas (Comarca de Rio Pardo, século XIX). Dissertação (Mestrado em História) – UNISINOS, São Leopoldo, 2020. P. 202. Para saber mais sobre masculinidades e violências nas relações sexuais/afetivas, ver: BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1999; SILVA DE CARVALHO, Veruska Lauriana da. *A cidade e a masculinidade. Tornar-se homem em Parnaíba-PI de 1900 a 1950*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Piauí, Teresina-PI, 2011; BLAY, Eva Alterman. *Feminismos e masculinidades. Novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014; BARBOÇA, Carla Adriana da Silva. *“José casou com Maroca e Antônio casou-se com Fina”*. Relações de gênero e violência afetivo-sexual no Sul do Brasil (RS, 1889-1930). Tese (Doutorado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2015.

dez annos de idade, estado solteira, filha de Maria, preta, residindo na casa do Alferes Filadolpho Alencar de Sucupira, natural desta província, profissão mucama e não sabe ler e escrever”<sup>46</sup>.

Andressa estava na condição de criada de Filadolpho, e sua mãe, provavelmente era uma mulher escravizada, pois quando Filadolpho respondeu um questionamento das autoridades, declarou o seguinte: “em que qualidade e condições tem a testemunha em sua casa a menor Andressa?”, na qualidade de criada, que tendo-lhe sido entregue pela senhora da mae da mesma menor de nome D. Joanna Rolhano”<sup>47</sup>. Desconhece-se a natureza dessas relações, mas não é de se duvidar que Joana tenha colocado a menor Andressa para trabalhar para outro, com o intuito de angariar alguma vantagem econômica. O que se tem relativa certeza é que essa menina estava longe de sua mãe, e para piorar, esta última estava presa a sua senhora pois ocupava a posição de escravizada.

Essa menor, certamente, fazia uma variedade de tarefas domésticas na residência de Filadolpho. Desse modo, dentro de sua rotina laboral precisou ir até a “venda do Portugues Manoel, para comprar vinagre”. No momento em que ela estava no interior do estabelecimento, o português “agarrou-a por um braço, fazendo-a entrar para dentro do balcão, dizendo-lhe que ia dar-lhe goiabada e deitando-a no chão levantou-lhe o vestido e tentou viola-la afim de cumprir seu intento”. Andressa reagiu e “gritou pela dor que sentio”, mas “o dito Manoel agarrou pela mão” e disse “vou te botar para o cachorro e fazendo-a sair pela porta que dá sahida para o pateo a levou junto do cachorro que a agarrou do vestido que continuando a gritar vio

---

46 APERS. Fundo Comarca de Jaguarão. Subfundo 1ª Vara Cível e Crime. Processo-crime nº 2720. 1887.

47 APERS. Fundo Comarca de Jaguarão. Subfundo 1ª Vara Cível e Crime. Processo-crime nº 2720. 1887.

o menino Maia e duas mulheres brancas que não conhece, e que a isto sahiu pelo muro da casa [...]”<sup>48</sup>.

O réu chamava-se Manoel Rodrigues dos Reis, tinha “31 anos, comerciante, português”, e ao ser interrogado sobre a acusação, apenas declarou os dados de sua identidade e negou praticamente todas as perguntas que faziam menção a violência praticada contra Andressa. E, aquele que era responsável por Andressa, isto é, seu patrão, ao ser questionado sobre quais razões do não prosseguimento da acusação contra o denunciado, respondeu: “por não ter defloração, e em segundo, justamente por achar-se ausente a mãe e a senhora da crioula”. Mas não se encerrou por aí o interrogatório, uma vez que, foi questionado como sabia que não ocorreu o defloração, e acabou respondendo: “em consequencia do exame a que procedera uma tia velha da mesma crioula”<sup>49</sup>.

A história de Andressa demonstra como a liberdade para os negros livres, ainda na vigência da escravidão, era precária, sobretudo quando se tratava do gênero feminino. Ela, já muito cedo, estava exposta a todos os perigos que uma mulher negra tinha de enfrentar naquela sociedade. Sua mãe, certamente, sabia dos perigos que sua filha corria, mas logicamente não sonhava com uma vida tão precária para o fruto do seu ventre. Os intentos sexuais e os estupros praticados pelos brancos contra as mulheres negras era um fato constante naquela sociedade. Andressa foi obrigada desde muito nova a trabalhar em uma casa longe da proteção de sua mãe. Na condição de criada ficou a mercê de estranhos, e de pessoas brancas que lhe exploravam em

---

<sup>48</sup> APERS. Fundo Comarca de Jaguarão. Subfundo 1ª Vara Cível e Crime. Processo-crime nº 2720. 1887.

<sup>49</sup> APERS. Fundo Comarca de Jaguarão. Subfundo 1ª Vara Cível e Crime. Processo-crime nº 2720. 1887.

todos os sentidos, isto é, na vida laboral, e do ponto de vista social, racial e de gênero<sup>50</sup>.

É muito difícil, no contexto escravidão e pós-emancipação, pensar o conceito de liberdade e a experiência da mesma, desconectado da concepção de família negra. Essas famílias, ainda na escravidão, lutaram pelas alforrias pensando nas relações de parentela. E, no processo de experiência de liberdade (na condição de livres e libertos), organizaram e sonharam com condições de vida muito melhores daquelas que lhes eram habituais. No entanto, o conceito de família negra tem de ser pensando como uma prática dinâmica para aquelas pessoas. A família estava em permanente mudança, restabelecendo laços, compartilhando afetos e conflitos internos, cultivando, dessa forma, *flores e espinhos*.

É anacrônico e errôneo, analiticamente, ao se deparar com os problemas das famílias negras, acreditar que tais famílias fossem desajustadas e degeneradas. Não se podem estudar as famílias negras através de parâmetros ideais de família que nunca existiram na prática. Também, não é interessante romantizar a família negra ao ponto de negar as contradições e conflitos internos que eram recorrentes. Com isso, se por um lado, a família negra foi fundamental para a união de forças em busca de experiências mais qualificadas de liberdade, por outro, a organização interna era altamente complexa, em que a

---

50 O padrão de Andressa, Filadolpho, mostrou, nas entrelinhas, que não tinha praticamente nenhuma responsabilidade com o que aconteceu com a menina. Isso era um sintoma do que se pensava em relação às mulheres, isto é, que elas deviam se responsabilizar por uma variedade de tarefas. Para Karine Teixeira Damasceno isso tem a ver com a *cultura do cuidado*, em que as mulheres tinham a obrigação de cuidar, principalmente, dos familiares, crianças e dos afazeres domésticos. E, quando ocupavam posições mais subalternas, essa cultura do cuidado ganhava mais peso ainda. Ver: DAMASCENO, Karine Teixeira. *Para serem donas de si: mulheres negras lutando em família* (Feira de Santana, Bahia, 1871-1888). Tese (Doutorado em História) – PPGH, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019, p. 219 e 220.

condição de gênero era um termômetro constante da relação familiar. Não eram raras às vezes em que os homens negros faziam com que a experiência de liberdade das mulheres negras fosse ainda mais difícil. Também, não é necessário acrescentar mais comentários no que diz respeito aos problemas que os homens brancos causavam as mulheres negras.

## CONSCIÊNCIA DO GÊNERO RACIALIZADO

É de se imaginar que a condição que o gênero racializado colocava às mulheres negras<sup>51</sup> as fazia pensar sobre as condições e o futuro dos seus filhos. Essas mulheres, na maioria das vezes, eram os centros operacionais e decisórios dos rumos da família negra. A documentação permite pensar que as mulheres negras, independente se fossem mãe, avó, tia, entre outras, eram as protagonistas nas decisões e estratégias familiares. A busca por alforria, por exemplo, envolvia todo o espectro familiar, em que as mulheres negras eram agentes primordiais na luta por liberdade. Dessa maneira, os projetos de liberdade e, as construções e lutas por autonomia negra, passavam pelas mentes pensantes das mulheres negras.

---

51 De acordo com Sueli Carneiro, “A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil. O mesmo se pode dizer em relação à solidariedade de gênero intragrupo racial que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros”. CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17, (49) 2003. P. 120. Sobre como as mulheres negras foram exploradas nos níveis de gênero, raça e classe, ver: DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe* [recurso eletrônico] / tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

Embora a precariedade fosse imensa se tratando das pessoas negras livres, durante a escravidão, elas, mesmo assim, tentavam organizar e planejar suas vidas. Os casos violentos que são encontrados nos processos criminais indicam uma série de aspectos que podemos problematizar. Mas, para além da reflexão da violência e suas consequências, ao trabalhar nas entrelinhas das fontes e, em alguns conteúdos documentais despercebidos, é que se consegue captar alguns valores que orientavam os comportamentos daquelas pessoas. A relação entre valores autônomos e conservadores era complexa, mas é compreensível que, dependendo das decisões e projetos particulares das pessoas, ora um valor conservador era acionado, outrora era um valor mais autêntico e autônomo.

É difícil definir uma fronteira entre valores conservadores e autônomos, mas para ser inteligível pode-se pensar como conservadores todos aqueles pensamentos, ideias e crenças que estavam em acordo com as normas vigentes e o *status quo*. Por outro lado, os valores autônomos são aqueles que muitas vezes eram considerados como estranhos, diferentes e até mesmo subversivos às normas. Estes últimos têm relação com a criatividade humana em recriar valores que na prática geravam comportamentos diferentes dos ditos “normais” e mais aceitos pela sociedade. Todavia, como foi alertado anteriormente, não existe uma divisão rígida entre as duas categorias valorativas, pois estão sempre se intercambiando e sofrendo metamorfoses.

As mulheres negras acionavam muitos valores quando orientavam seus comportamentos e decisões. Elas planejavam a suas vidas e as de muitos familiares, sobretudo aquelas que eram referência familiar. Exemplificação dessas assertivas teóricas encontra-se na trajetória de uma mulher negra chamada Manoela. Esta, no ano de 1886, contava 42 anos de idade, e era a matriarca da família. Ela tinha uma filha chamada Gertrudes, de 16 anos, e um menino chamado Atanásio. A história dessa família chegou até nós através

da abertura de uma investigação sobre uma morte de um recém-nascido. Posteriormente transformou-se em um processo criminal o qual investigava a matriarca Manoela.

O ano era 1886. A parteira Francisca Machado, “parda, solteira, cinquenta anos mais ou menos”, narrou que estava na casa de Antônio Castro “fazendo marmelada”, quando foi solicitada pelo menino Atanásio, avisando-a que sua irmã “estava com dôres”<sup>52</sup>. Francisca, sem saber ao certo qual era o motivo de ter sido chamada, concluiu, logo em seguida, ao adentrar a casa de Manoela, que se tratava de um parto. Em depoimento, acrescentou:

[...] se deparou então com a filha de Manoela deitada em uma cama parecendo accuzar grandes soffrimentos, sendo que n’esse acto ella respondente soube para que vinha, isto as oito e meia horas da manhã do dia dois do corrente dando Gertrudes filha de Manoela a luz a uma criança do sexo masculino quase pelas duas horas da tarde, a qual nasceu viva, e que levando a criança vestido e dando-lhe um chá do que costuma aplicar n’esses casos, deitou-a na mesma cama que se achava a mãe do recém nascido, retirando-se para a casa de Zeca Raymundo afim de lavar a criança filha deste. Perguntada, se não voltou mais em casa de Manoela? Respondeu que no dia seguinte pela manhã voltou com o fim de ver a criança que batendo a porta por espaço de mais de meia hora, não appareceu ninguém afim de abril-a [...].<sup>53</sup>

No mesmo dia do parto, por volta das 22 horas, “o sentinela” da Cadeia Civil da cidade, João Jorge da Silva, percebeu que uma mulher e um menino seguiam em direção ao rio Jaguarão, sendo que a primeira carregava algo consigo. Já na manhã do dia seguinte, o praça do 3º Batalhão de Infantaria, Antônio José do Nascimento,

---

52 APERS. Fundo Comarca de Jaguarão. Subfundo 1ª Vara Cível e Crime. Processo-crime nº 2703. 1886.

53 APERS. Fundo Comarca de Jaguarão. Subfundo 1ª Vara Cível e Crime. Processo-crime nº 2703. 1886.

disse que “veio uma mulher na guarda da Cadeia chamar a elle testemunha, dizendo que havia uma criança dentro d’agua”. Tratava-se do filho recém-nascido de Gertrudes. Dessa forma, durante toda a investigação e coleta de depoimentos, todas as suspeitas se direcionaram para a avó da criança, isto é, Manoela<sup>54</sup>.

Detectou-se em corpo de delito “que a morte do feto podia ter sido devido a asphixia por estrangulações ou por submersão”. Dadas as suspeitas que autora do crime era Manoela, uma das estratégias policiais no inquérito foi pressionar o filho mais jovem da ré, ou seja, Atanásio, a falar tudo o que ele sabia do caso. Assim, em seu depoimento, contou que “já estava dormindo quando sua mãe o acordou chamando-o para ir com ella, que acompanhou-a até o rio nos fundos da cadeia, e que ella levou a criança consigo, e ahi depois de atar um lenço no pescoço atirou a dentro d’agua e depois disto voltarão para casa”<sup>55</sup>. Esse depoimento incriminou ainda mais a investigada. Em contrapartida, Manoela construiu outra narrativa.

Manoela afirmou que “no mesmo dia a noute estando ella respondente muito amedrontada, vendo passar pela rua um preto velho, chamou-o, oferecendo-lhe quinhentos reis para dar sepultura a referida criança, este asseitou e seguiu conduzindo-a”. O tal “preto velho” era conhecido como Caetano Gonçalves, africano, solteiro, e tinha 60 anos de idade. Este negou a versão de Manoela, assim como não confirmou que tivesse feito o serviço. As investigações

---

<sup>54</sup> Nesse caso não se tratava de mulheres escravizadas e sim de mulheres negras livres. No entanto, para quem quiser compreender um pouco mais sobre maternidade entre as mulheres escravizadas, ver: MACHADO, Maria Helena. *Mulher, Corpo e Maternidade*. In: Lilia Schwarcz; Flávio Gomes. (Org.). *Dicionário da Escravidão e da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Já sobre infanticídio e seus vários significados, é indicado: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; HAACK, Marina Camilo. O crime de Leopoldina: relações familiares e resistência em um contexto de escravidão (Cachoeira, século XIX). *História Unicap*, v. 3, p. 399-415, 2016.

<sup>55</sup> APERS. Fundo Comarca de Jaguarão. Subfundo 1ª Vara Cível e Crime. Processo-crime nº 2703. 1886.

prosseguiam, porém, no final do processo, Manoela foi absolvida, uma vez que, não existiam provas do que realmente aconteceu, bem como quem foi o autor(a) do crime.

Desconhece-se como foram os pormenores do andamento do processo e da investigação, mas ao analisar o conteúdo dos interrogatórios é de se presumir que a grande suspeita era Manoela. Entretanto, o resultado final do julgamento não interessa, mas sim uma declaração específica, ou seja, quando Manoela afirmou que não queria que sua filha lhe desse um neto, pois “que sendo sua filha muito moça ainda, e como ella interrogada tinha suas intenções de fazel-a casar, não queria que aquella criança apparecesse”<sup>56</sup>.

Para Manoela, portanto, algo importante para o planejamento familiar era fazer sua filha casar. Manoela não era casada, algo comum à época. No entanto, o casamento era valorizado naquela sociedade, pois para além de um símbolo social e religioso, estar oficialmente com alguém garantia uma série de benefícios e proteção social. Casar era importante, uma vez que, permitia que a pessoa tivesse a possibilidade de dividir propriedades, bem como herdá-las. Também, colocava os cônjuges em uma rede social mais ampla, dando a eles a chance de estabelecer alguns vínculos protetivos.

É evidente que os amasiamentos eram reconhecidos, muitas vezes, pela comunidade local<sup>57</sup>. Porém, dentro dos valores conservadores, o ideal era casar e registrar isso oficialmente, sobretudo para as mulheres, já que eram comumente controladas e julgadas caso apresentassem alguma liberdade afetiva/sexual. Dito isto, pode-se afirmar que Manoela era conservadora? Acredita-se que não, mas por ser a matriarca da família e, por ser aquela que pensava

---

<sup>56</sup> APERS. Fundo Comarca de Jaguarão. Subfundo 1ª Vara Cível e Crime. Processo-crime nº 2703. 1886.

<sup>57</sup> AREND, Silvia. *Amasiar ou casar? A família popular no final do século XIX*. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

estrategicamente o futuro de seus dependentes e consanguíneos, necessitava encaixar-se socialmente, mesmo que isso a custasse a adoção de valores conservadores.

Manoela, provavelmente, queria uma vida diferente para sua filha Gertrudes, ao ponto de, talvez, assassinar seu neto recém-nascido<sup>58</sup>. E isso não tem nada de conservador, já que se para aquela sociedade ela praticou um crime horrendo, por outro lado, do ponto de vista analítico, é possível argumentar que sua atitude foi informada por valores autênticos e autônomos. O infanticídio praticado geralmente pela mãe do recém-nascido, dependendo do caso, carregava motivações diversas, e conjuntamente, envolvia um complexo drama de sentimentos, emoções e rituais. Esse era o momento que a mulher passava uma mensagem à sociedade, que no final das contas, quem mandava em seu corpo era ela mesma. Desse modo, isso era uma afronta ao *status quo* e aos valores conservadores.

Manoela não era mãe do recém-nascido, mas sim a avó. Ela conseguiu em uma mesma situação reunir valores conservadores e autônomos. Não se sabe quais conflitos familiares surgiram, a partir daquele dia, quando Manoela decidiu por Gertrudes o que fazer com

---

<sup>58</sup> Na historiografia é mais comum encontrar casos em que as mães praticavam o aborto. Porém, pode-se pensar que Manoela, a avó, vivenciou a maternidade junto a sua filha, e como matriarca da família, decidiu sobre o futuro de sua filha e do seu neto. Bruna Letícia de Oliveira dos Santos pensou e estudou o infanticídio mais no contexto da escravidão, porém os apontamentos da autora servem para refletirmos sobre a decisão de Manoela. De acordo com a autora “podemos pensar o infanticídio como uma das várias respostas possíveis dentro do espectro da maternidade negra. Uma ação de resistência à opressão interseccional, vivida pelo grupo de mulheres escravizadas, mas subjetivada por elas de formas distintas, complexificando a própria ideia de resistência ao sistema escravista. Desse modo, acreditamos que o infanticídio teve diferentes significados, de acordo como cada mulher viveu o sentimento de maternidade diante das combinações interseccionais e o contexto de possibilidades de emancipação disponíveis ou não a elas”. SANTOS, Op., Cit. P. 173. Também ver: MACHADO, Maria Helena. *Mulher, Corpo e Maternidade*. In: Lília Schwarcz; Flávio Gomes. (Org.). *Dicionário da Escravidão e da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

o recém-nascido. De repente, pelo poder simbólico e material, sobre seus consanguíneos, Manoela se sentia no direito de decidir a respeito do futuro da família. Talvez, tivesse consciência da precariedade da liberdade<sup>59</sup> e da condição da mulher negra, naqueles anos. Essa consciência, da liberdade precária e do gênero racializado, permitiu com que ela acionasse valores conservadores e autônomos para decidir, em uma situação limite, o futuro da filha.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas pessoas negras, após a condição de escravizadas, não tiveram seus postos de trabalho totalmente modificados, pois continuaram trabalhando para antigos senhores e/ou pessoas próximas a esses. Embora houvesse a possibilidade de circular em um território de fronteira<sup>60</sup>, muitos negros estavam ligados por vínculos familiares à cidade de Jaguarão. Certamente existiram rearranjos sociais nessas famílias negras, mas mesmo assim, precisaram lidar com os processos de racialização em curso, nos quais as pessoas brancas insistiam em desumanizá-las. Se os homens negros sabiam que seus desafios eram enormes, considerando a condição de homem racializado, em contrapartida, as mulheres negras tinham consciência da fragilidade que se encontravam do ponto vista estrutural, e para isso, precisavam encontrar, na vida diária, inúmeras maneiras de resolver seus problemas, e com isso, acionavam alguns valores como referenciais comportamentais.

---

59 Ver: CHALHOUB, Precariedade estrutural... Op., Cit. E também: LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi* (online): revista de historia, Rio de Janeiro, v. 6, n.11, p. 289-326, 2005.

60 Sobre as formas e os manejos dos recursos oferecidos pela fronteira, ver: FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Tese (Doutorado em História) - PPGH: PUC-RS, Porto Alegre, 2012.

Portanto, o planejamento estratégico das famílias negras era fundamental, pois a experiência de liberdade exigia muitos desafios. E isso não era diferente na cidade de Jaguarão durante o período estudado. A precariedade material, os processos de racialização e os problemas de gênero eram obstáculos difíceis de transpor. Embora dentro de um campo de luta por sobrevivência, as pessoas negras não deixaram de pensar estrategicamente suas trajetórias. Manoela, a matriarca da família, se utilizou de valores conservadores para proteger e planejar um futuro mais seguro para sua filha, mas para isso precisou tomar uma decisão limite, através de valores femininos e autônomos, quando procurou dar um sumiço na criança recém-nascida.

# A PRESENÇA E A CIRCULAÇÃO DAS CRIANÇAS ESCRAVIZADAS NO EXTREMO SUL DO IMPÉRIO

(séc. XIX)

José Ricardo Marques Resende Júnior<sup>1</sup>

Debruçamo-nos a respeito da história das crianças escravizadas desde a graduação, buscando acrescentar alguma contribuição dentro da extensa produção acerca da diáspora africana no Brasil. Este capítulo é fruto da nossa investigação de mestrado, com alguns acréscimos de descobertas recentes da pesquisa de doutorado (ainda em andamento). Sendo assim, o objetivo deste estudo é atentar o leitor sobre a figura da criança negra no *pampa*, um estereótipo já conhecido para quem contemplou atento, ainda que brevemente, o folclore gaúcho: *O Negrinho do Pastoreio*.

---

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas

Reza a lenda que um estancieiro, em um dia muito frio de inverno, mandou que um de seus jovens cativos fosse pastorear os cavalos e potros que acabara de comprar. Quando o *Negrinho* volta, o estancieiro diz faltar um cavalo: “*Você vai me dar conta do baio, ou verá o que acontecerá*”. Sob ameaça, retorna à procura na noite escura e fria, finalmente o Negrinho encontra o baio, mas ao laçá-lo a corda se arrebenta e o menino acaba por perdê-lo, o que mais tarde resultaria em sua tortura e morte: o estancieiro lhe castigou com chibatadas e o amarrou nu sobre um formigueiro. No dia seguinte, quando o estancieiro foi ver o estado de sua vítima, o menino estava lá, de pé, com a pele curada, sem nenhuma marca das chibatadas e ao seu lado estava a imagem da Virgem Nossa Senhora. A história do negrinho do pastoreio foi recontada por gerações, imortalizada no início do século XX pelas palavras de Simões Lopes Neto.

A lenda do negrinho do pastoreio é uma das principais inspirações para a constituição deste trabalho, que apesar disso, não tem o intuito de debater a formação desse mito, ainda que seja inevitável pensarmos nas proximidades em que trechos dessa história dialogam com os relatos garimpados entre as fontes trabalhadas. Quirino foi um menino negro escravizado de apenas 14 anos, nascido e criado na cidade de Rio Grande, morto em 1877 após sofrer um castigo severo de seu senhor e ser obrigado a trabalhar depois<sup>2</sup>.

Afim de atentar o leitor sobre a relevância das infâncias negras no Brasil Meridional, neste estudo trabalharemos sob duas perspectivas/objetivos. Primeiro: um estudo quantitativo a partir dos inventários *post-mortem* e mapas populacionais, para traçar uma estimativa da presença das crianças negras no sul do Império, focando em uma análise comparativa de dois municípios específicos:

---

<sup>2</sup> Processo Crime nº 80, Localidade: Rio Grande – Subfundo II Vara Cível e Crime (1877), disponível no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

Pelotas e Piratini. A escolha vem da nossa investigação de mestrado e dos dados levantados durante o processo de doutoramento, onde pesquisamos essas regiões. Além disso, Pelotas e Piratini apresentam características econômicas diferentes, sendo a primeira uma região de intensa produção de carne salgada e derivados, que circularam por todo Império e além, cuja concentração de mão-de-obra negra foi massiva até as últimas décadas do século XIX, e a segunda uma região de economia agropecuária mais voltada para o mercado local, com outros nuances a respeito da escravidão, estes que possibilitam uma visão mais concentrada e complexa sobre o lugar das crianças no cativo. Segundo: um estudo qualitativo utilizando relatos de jornais para refletir sobre a circularidade dessas crianças. Nesse recorte, não vamos nos prender nas regiões mencionadas anteriormente e expandiremos para todo o sul. Seguindo a riqueza dessas fontes, tentaremos incorporar a disputa pela rua e o espaço público, suas possibilidades e consequências.

### **As disputas a respeito da infância**

Uma discussão que movimentou os primórdios da história social da infância, diz respeito as “idades da vida”, das variadas e relativas noções sobre categorias etárias. Neste segmento do capítulo, apresentaremos uma contextualização sobre os diversos agentes envolvidos na disputa a respeito da infância negra no extremo sul do Império. Introduzimos esse debate remontando a própria historiografia da infância:

Um homem do século XVI ou XVII ficaria espantado com as exigências de identidade civil a que nós nos submetemos com naturalidade, assim que nossas crianças começam a falar, ensinamos-lhes seu nome, o nome de seus pais e sua idade, ficamos muito orgulhosos quando Paulinho, ao ser perguntado sobre sua idade, responde corretamente que tem dois anos e meio.

De fato, sentimos que é importante que Paulinho não erre: que seria dele se esquecesse sua idade?<sup>3</sup>.

O nome pertence ao mundo da fantasia, enquanto o sobrenome pertence ao mundo da tradição. A idade, quantidade legalmente mensurável com uma precisão quase de horas, é produto de um outro mundo, o da exatidão e do número. Para a contemporaneidade, os hábitos de identidade civil estão ligados ao mesmo tempo a esses três mundos. Ariès (1978), pioneiro na investigação da infância, resgata diversas interpretações das fases da vida, com características plurais e mutáveis. A noção de idade que compõe o que entendemos hoje como infância, juventude, maturidade e velhice, é interpretada de forma correlacionada a fatores como: época, região e cultura.

Na savana africana a idade é ainda uma noção bastante obscura<sup>4</sup>, algo não tão importante a ponto de não poder ser esquecido. Mas em nossas civilizações técnicas, como poderíamos esquecer a data exata de nosso nascimento, se a cada viagem temos de escrevê-la na ficha de polícia do hotel, se a cada candidatura, a cada requerimento, a cada formulário a ser preenchido, e Deus sabe quantos há e quantos haverá no futuro, é sempre preciso recordá-la. Paulinho dará sua idade na escola e logo se tornará Paulo N. da turma x.<sup>5</sup>

---

3 ARIÈS, Philippe. *História Social da criança e da família*. 1a ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p.30.

4 Palavras do autor, mas considerações importantes a respeito da infância na complexidade do imenso continente africano devem ser colocadas. Lembramos, portanto, do exemplo das escarificações e tatuagens das culturas da Costa da Mina, que em solo brasileiro tornam-se presentes nos povos Mina/Nagô. Esses rituais marcam a transição para a vida adulta, materializando as transformações entre as etapas da vida. Para compreender mais sobre o debate dos ritos de passagem ler: VAN GENNEP, Arnold. *Ritos de passagem*. 11ª ed. Petrópolis, Vozes, 2014. Para compreender sobre a diáspora africana e cultura iorubá: BASTIDE, Roger. *As Américas negras: As civilizações africanas no Novo Mundo*. São Paulo: Difel, 1974.

5 ARIÈS, Philippe. Op. cit., p.30.

O caso fictício de Paulo é relevante, pois contrasta uma concepção contemporânea e ocidental de “idade” com outras possibilidades de interpretação das fases da vida. Nesse mundo, a idade compreende uma individualização a partir de um marcador cronológico das etapas da vida. Mas não se resume apenas a um processo fisiológico/biológico. A idade não é um conceito neutro e estático, é uma construção social e cultural. Em outras palavras, varia do ponto de vista temporal, espacial, cultural, como também se refere a categorias definidas com base na legislação (laica/eclesiástica), que pode variar, dependendo do local ou época<sup>6</sup>

A historiografia da infância no Brasil foi iluminada com o projeto *Quatro Séculos da História Social da Infância no Brasil*, idealizado por Maria Luiza Marcílio e o Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina da USP. Desta reunião surgiram diversos trabalhos, como Marcílio (1998), Venâncio (1991) e Falci (1991).<sup>7</sup> Também é importante destacar a importante coletânea *História das crianças no Brasil*<sup>8</sup> e outras obras que trataram da especificidade da infância pobre, negra, indígena e desvalida: *Crianças desvalidas, indígenas e negras*.<sup>9</sup> Para o contexto do extremo sul, destaco a fundamental

---

6 SCOTT, Ana Sílvia V. História da infância, da juventude e da família: quais caminhos percorrer? In: *História das crianças no Brasil Meridional*. Editora Unisinos, 2016, p.31.

7 MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998. VENÂNCIO, Renato Pinto. A riqueza do senhor: crianças escravas em Minas Gerais do século XIX. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro n. 21, p.97-108, dez. 1991. FALCI, Miridan B. *Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais (Piauí, 1826-1888)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 1993

8 PRIORE, Mary Del (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

9 RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

produção *História das Crianças no Brasil Meridional*, entre diversas outras pesquisas também relevantes.<sup>10</sup>

A infância negra, no desenrolar dos Oitocentos, foi um conceito em disputa. A categorização a respeito das crianças cativas perpassava as autoridades policiais, curadores, juristas, negociantes de grosso trato, senhores, médicos e por suas próprias famílias também: mães, pais, padrinhos e madrinhas. A partir da metade do século XIX, no Brasil, são decretadas uma série de medidas emancipatórias à população escravizada, que produz um debate público, envolvendo o olhar desses diferentes agentes e suas interferências diretas na vida dessas crianças.

Ainda nas primeiras décadas do século, antes mesmo da Lei Eusébio de Queiroz (1850), a influência do abolicionismo inglês no tráfico atlântico, apontou para um aumento considerável de criança a bordo dos negreiros, desembarcadas nos principais portos: Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. 1811-15<sup>11</sup> (c.27%), 1816-25 (c.37%), 1826-35 (c.48%), 1836-45 (c.59%) e 1846-50 (c.35%).<sup>12</sup> Gutiérrez (1989) indica que essa expressividade também segue para outras rotas de tráfico, o autor salienta o caso de Cuba: que registra para as décadas de 1790-1820 uma porcentagem de crianças nos carregamentos de escravos que atinge 43% do total.<sup>13</sup>

Pensando a demografia das regiões de sequestro dessas crianças, sendo relativamente baixa a densidade populacional da África Centro-Ocidental comparada com a África Ocidental, é razoável supor que

---

10 CARDOSO, José C. et al. *História das crianças no Brasil Meridional*. São Leopoldo. Oikos; Editora Unisinos, 2016

11 Os autores mostram que no século anterior a porcentagem não chegava a 5%.

12 FLORENTINO, Manolo; VILLA, Carlos. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil (1810-1850). 2016. *História (São Paulo)*. V.35 e 78, 2016, p.15.

13 GUTIÉRREZ, Horácio. O tráfico de crianças escravas para o Brasil no século XVIII. *Revista História, São Paulo*, 120, p.59-72. jan/jul. 1989.

o tráfico provocou uma certa exaustão demográfica, principalmente da população masculina africana em idade produtiva, fomentando o surgimento de novas formas de escravização que vitimavam pessoas desprotegidas ou pertencentes aos degraus mais baixos dos laços de dependência das sociedades organizadas em linhagens.<sup>14</sup> Porém, um contraponto interessante foi levantado por Villa e Florentino (2020):

(...) a interferência através de investimento de capital dos grandes traficantes, entre 1809 e 1830, também no comércio interno, formando um grande movimento de tráfico constituído pelo atlântico e o interprovincial. Na diacronia, refletindo o interesse cada vez maior do mercado por crianças e mulheres adultas, a média anual de famílias despachadas cresceu constantemente, passando de 1,7 entre 1809 e 1818, para 12,2 de 1819 a 1826, 22,3 entre 1826 e 1830, alcançando 33,3 nos primeiros anos após o fim do tráfico legal.<sup>15</sup>

Sendo assim, não foi apenas uma condição demográfica de falta de homens adultos em África, mas uma procura dos comerciantes e senhores sobre essas crianças. Pensando especificamente sobre o Brasil Meridional e nas crianças africanas remanejadas pelo comércio interno, os dados levantados por Berute (2006) dizem respeito às crianças trazidas dos principais portos para o sul do Império:

(...) a elevada participação de infantes ou crianças entre a escravaria importada pelo extremo sul da América portuguesa na Fase B do mercado(...) considerando como crianças os escravos entre 0-14 anos (...) a partir dos escravos com idades informadas, chegamos às cifras a seguir. No que diz respeito aos escravos importados, entre 1788 e 1802, constatamos que as crianças representavam

---

14 CARVALHO, Marcos. Estimativa do tráfico ilegal de escravos para Pernambuco, na primeira metade do século XIX. Recife, *CLIO*, UFPE, 2018, p.140.

15 FLORENTINO, Manolo; VILLA, Carlos. Op. cit., p. 26.

quase 36%; os adultos pouco mais de 11%; os idosos não chegavam a 1% e quase 53% deles não tiveram a idade informada.<sup>16</sup>

A partir dessas considerações, não parece exagero considerar que desde as primeiras décadas do século XIX as crianças assumem uma posição relevante (em concentração ao menos) dentro da estrutura da escravidão no Brasil. Além das crianças africanas, com o fim do tráfico atlântico, a reprodução seria o meio de perpetuação do sistema escravista de trabalho, ao menos até a Lei do Ventre Livre (1871).

Mas não foram só os comerciantes de grosso trato que disputaram a infância negra, salientamos, a partir das Ordenações e Códigos, a perspectiva dos agentes jurídicos a respeito da infância (sobretudo a desvalida e negra). Durante os Oitocentos, tivemos três códigos em vigência, consecutivamente: Ordenações Filipinas, Código Criminal do Império e o Código Penal – já no final do século XIX. No primeiro caso, está na lei: tendo idade entre dezessete e vinte anos, fica ao arbítrio do Julgador aplicar a pena total, ou diminuí-la. Da mesma forma se menor de dezessete anos. Se bem que a pena capital dizia o regramento, nesse caso, teria de ser mitigada; aplicar-se-ia uma pena não extremada como a máxima.<sup>17</sup> Para o segundo caso: o Código de 1830, previsto em seu artigo 10 “não podiam ser condenados os menores de quatorze anos”.

A partir da década de 1830, podemos pensar na atividade jurídica se consolidando, sendo também bastante plural e complexa, no então independente Império do Brasil que manteve a mão-de-obra escrava e também previu a mudança da punibilidade privada (senhorial) para à punibilidade pública (juízes, curadores, entre outros agentes), o que

---

16 BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para o porto do sul: características do tráfico negreiro de São Pedro do Rio Grande do Sul, c. 1790-c. 1825*. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2006, p.59.

17 PASCUIM, Luiz Eduardo. *Menoridade Penal*. 1º ed. Curitiba. Juruá, 2006, p.29.

possibilitou que o campo jurídico se transformasse, cada vez mais, em um ambiente de disputa também para os escravizados.

Pirolla (2012), ao analisar a Lei de 10 de junho de 1835, apresentou-nos o caso do Cantagalo, que ilumina esse debate jurídico sobre as condições atenuantes dos crimes, neste caso, a menoridade. Um dos réus que foi julgado por matar seu senhor, confessou ter sido incitado por outro cativo mais velho sobre o pretexto de “espaçar a punição da lei”, em detrimento da sua idade.<sup>18</sup> Durante a nossa pesquisa de mestrado quantificamos alguns processos criminais que envolviam menores como réus com desfechos semelhantes.<sup>19</sup> No *Caso da Rua da Igreja*, dois menores chamados André e Lino são acusados de matarem uma outra criança escravizada, o tutor de Lino advoga em sua defesa: “O crioulo menor de quatorze annos e por isso deve espaçar a punição da lei, por falta de intenção e conhecimento do mal (..) Esteja ainda o suplicante convencido que o escravo é seu pupilo não tem ainda nem a idade nem o discernimento necessário para ser responsável por seus atos”.<sup>20</sup> Ainda que raros, os casos de menores escravizados como réus, nos permitem pensar nas possíveis brechas da lei, as quais foram usadas por estes ou por seus responsáveis. O argumento da “intencionalidade do mal” como circunstância atenuante esteve presente na constituição do Código Penal, décadas depois.

O Código Penal de 1890 diminuí ainda mais a maioridade penal, chegando a 9 anos em seu texto original. Investigando essa

---

18 PIROLLA, Ricardo. *A lei de 10 de junho de 1835: justiça, escravidão e pena de morte*. Tese de Doutorado em História. PPGH. UNICAMP. Campinas. 2012.

19 RESENDE JR, José. “*Crianças pretas passeiam em liberdade*” um estudo sobre infância e escravidão: Pelotas e Rio Grande (1820-1870). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

20 RESENDE JR., José. Op. cit., p. 125. Segundo consta no Processo Crime nº 444, I Vara Cível e Crime, cidade de Pelotas 1854, disponível no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

discussão na Câmara de Deputados encontramos uma argumentação tendenciosa e bastante curiosa: “A comissão estabeleceu essa taxa para a penalidade dos menores, segundo diz, em virtude do aumento crescente dos crimes por eles cometidos”<sup>21</sup>. No final do século XIX, podemos notar uma crescente influência do *biodeterminismo* e da antropologia criminal, que encontrariam seu ápice nas primeiras décadas do século XX, também com a ascensão da classe médica em paralelo ao processo de modernização, aonde se refinam as políticas higienistas e a segregação racial, estas que marcaram diretamente a experiência das crianças negras.

Na criança de um ano é, às vezes, possível já reconhecer o futuro criminoso. É na primeira infância, ou na puberdade, que se revelam as primeiras tendências para as atitudes anti-sociais, que se concretizam e agravam progressivamente, sob a influência geral do ambiente. Existem, na criança, os chamados ‘sinais de alarme’ de tais predisposições e tendências ao crime, sinais que podem ser de natureza morfológica, funcional ou psíquica.<sup>22</sup>

A citação do médico e professor Leonídio Ribeiro expõe a radicalidade do discurso da Escola Positiva. Desde a mais tenra infância, o médico enquanto agente do Estado, identifica no corpo da criança seus potenciais futuros crimes. Os positivistas herdaram de Lombroso a preocupação com a infância no combate à delinquência<sup>23</sup>. Essa noção de “precaução” foi solidificada por parte da classe médica

---

21 ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 7 de agosto de 1897, Rio de Janeiro, p.111.

22 CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista, BP: EDUSF, 1998, p. 60-61.

23 FERLA, Luis Antonio C. *Feios, sujos e malvados sob medida: Do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945)*. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2006, p.245.

no pós-abolição, justificando a constante vigilância à circulação e ocupação dos menores desvalidos no espaço público.

Existe um intenso debate na historiografia a respeito da categorização e diferenciação entre crianças e jovens durante o século XIX. Costumeiramente, as idades da criança escrava aparecem assim escalonadas, conforme atestam alguns autores: as “crias de peito” eram os bebês até um ano de idade, enquanto as “crias de pé” eram crianças muito novas, mas que já sabiam andar. “Menino” e “menina” eram termos usados para designar as crianças até aproximadamente oito anos de idade, e “moleque” e “moleca” indicavam que a criança tinha entre treze e quatorze anos<sup>24</sup>. Neste trabalho, apenas para fins quantitativos, consideramos crianças e jovens<sup>25</sup> de até 14 anos.

### **A presença das crianças nas escravarias de Pelotas e Piratini (1820-1870)**

Durante o século XIX, ocorrera a consolidação das elites sulistas e grande parte destes proprietários rurais desenvolviam a produção do charque. A primeira metade da década de 1830 será a da institucionalização da localidade hoje conhecida como Pelotas. Até então, apenas mais uma freguesia cortada por água, de terrenos banhados, mas de pouca importância das elites regionais. O crescimento de Pelotas está intrinsecamente ligado com a tendência do período regencial de aliar as políticas locais e nacionais, ao entorno do mercado

---

<sup>24</sup> NEVES, M. de F. R. *Infância de faces negras: a criança escrava brasileira no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, 1993, p.56.

<sup>25</sup> Aqui se faz necessário outro adendo: a diferenciação entre as noções de infância e de juventude. Para a introdução dessa discussão ler LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (org.). *História dos jovens: da antiguidade à era moderna*. Vol 1. São Paulo. Companhia das Letras, 2016.

escravista, que vai alicerçar a cidade nas práticas da produção de charque. De acordo com Vargas (2011):

Concentrando milhares de cativos e abatendo milhões de reses, Pelotas destacou-se como grande complexo charqueador da região. Localizado no sudeste da província, há alguns quilômetros do porto marítimo de Rio Grande, o município é cortado por vias fluviais que favoreceram o escoamento da produção e propiciaram o enriquecimento dos charqueadores locais<sup>26</sup>.

O que favorece o sucesso da produção de charque na região de Pelotas, é sua geografia fluvial que permitia o escoamento da água, sua proximidade com o porto de Rio Grande fortalecia a estrutura do comércio. A cidade de Pelotas ganharia destaque no cenário da Província do Rio Grande de São Pedro, pela sua promissora produção charqueadora que acarretaria numa prosperidade econômica que por sua vez, construiria a fama da vida refinada aos moldes europeus.

Piratini localizada no chamado escudo rio-grandense, banhada pelo rio que leva seu nome, durante os Oitocentos possuía uma economia agropecuária, sem a presença de grandes plantations e voltada para o abastecimento do mercado interno, a comparação entre essas regiões próximas, porém economicamente diferentes, nos permitirá contextualizar em diferentes realidades a presença das crianças escravizadas no extremo sul do Império. Foram quantificados 920 inventários *post-mortem*, 665 para Pelotas e 255 em Piratini, apenas aqueles com presença de cativos entre 1820 e 1870 (em razão das vésperas da Lei do Ventre Livre), analisaremos os dados a seguir:

---

<sup>26</sup> VARGAS, Jonas. *Os charqueadores de Pelotas, suas estratégias familiares e a transmissão de patrimônio (1830-1890)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo, julho 2011.

**Tabela 1 – Adultos e crianças nos inventários, Pelotas (1820-1870)**

<b>Escravizados inventários <i>post-mortem</i></b>	<b>1820-1830</b>	<b>1831-1840</b>	<b>1841-1850</b>	<b>1851- 1860</b>	<b>1861-1870</b>
<b>Adultos</b>	1036 (76%)	512(79%)	908 (62%)	1362 (66%)	1243 (66%)
<b>Crianças</b>	272 (19%)	111 (17%)	256 (17%)	417 (20%)	466 (25%)
<b>Sem Informação de idade</b>	106 (7%)	18(3%)	291 (21)	276 (14%)	173 (9%)
<b>Nº total de inventários</b>	665				

Dados levantados a partir dos inventários *post-mortem*, disponíveis no APERS

**Tabela 2 – Adultos e crianças nos inventários, Piratini (1820-1870)**

<b>Escravizados inventários <i>post-mortem</i></b>	<b>1820-1830</b>	<b>1831-1840</b>	<b>1841-1850</b>	<b>1851- 1860</b>	<b>1861-1870</b>
<b>Adultos</b>	155 (70%)	170 (67%)	188 (58%)	158 (53%)	388 (60%)
<b>Crianças</b>	65 (30%)	85 (33%)	136 (42%)	143 (47%)	257 (40%)
<b>Nº total de inventários</b>	255				

Dados levantados a partir dos inventários *post-mortem*, disponíveis no APERS

A partir do levantamento através dos inventários *post-mortem*, encontramos um aumento percentual de 6% da concentração de menores em Pelotas, acompanhando as leis emancipatórias que reestruturam o lugar social das crianças no cativo. Ainda que percentualmente pareça um tímido aumento, o número bruto de

crianças escravizadas ascende 272 (1820) – 466 (1870) um crescimento bastante razoável. Existem outras fontes possíveis para reflexão acerca da demografia pelotense no XIX, o Mapa Populacional de 1833<sup>27</sup> e o Censo Geral de 1872<sup>28</sup>. Para o segundo, de 1872, ainda que tenha sido feito depois da Lei do Ventre Livre, nos aponta para uma presença mais marcante de crianças nas escravarias: foram encontradas 1311 crianças escravizadas, de uma população escrava de 3575<sup>29</sup>, ou seja, as crianças representavam 36% dessa população.

Com o fim do tráfico atlântico, a população infantil nas escravarias de Piratini encontrara seu ápice, atingindo quase a metade da população total de escravizados levantados a partir dos inventários *post-mortem* na década de 1851-60, no expressivo percentual de 47%. A economia mais internalizada e de bastante trabalho voltado para o campo pode ter sido um fator condicionador para essa presença mais latente de crianças escravizadas em Piratini, sobre tudo para os médios e pequenos senhores que não se abasteciam do comércio interno, mas da reprodução endógena. Quando analisamos paralelamente a presença de crianças e mulheres em idade reprodutiva esse argumento fica mais nítido:

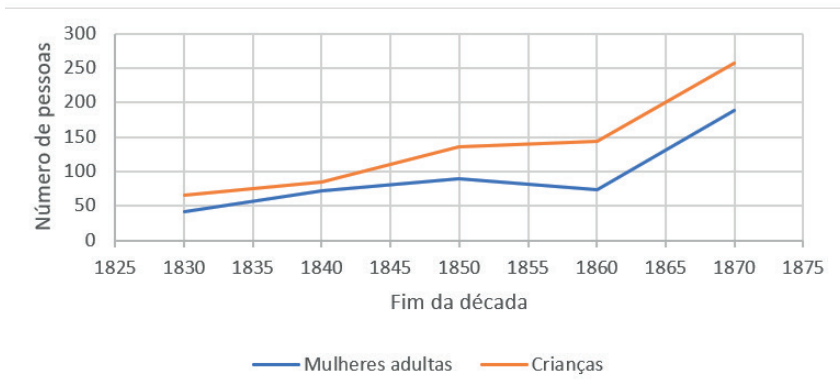
---

27 Fonte: Biblioteca Pública de Pelotas (reproduzido por ARRIADA, Eduardo. *Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano*. Pelotas: Armazém Literário, 1994, p. 98)

28 Censo geral de 1872. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>

29 Robert Slenes aponta que a população cativa sul-rio grandense fora bastante subestimada neste censo (SLENES, Robert. O que Rui Barbosa não queimou: Novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. *Estudos econômicos*, v.13, n.1, jan/abril.,1983, p.117-149).

**Gráfico 1. Presença de mulheres adultas e crianças nos inventários, Piratini (18200-1870)**



Dados levantados a partir dos inventários *post-mortem*, disponíveis no APERS

O Gráfico 1 materializa o argumento do estímulo à formação de família, como forma de manutenção da escravidão, frente ao fim do tráfico atlântico. Ainda que saibamos que a estrutura familiar para as pessoas escravizadas, possuía vários outros significados, inclusive de maior proteção e possibilidades de novos horizontes de liberdade.

Para ambas as regiões, ao dividir meninos e meninas, encontramos uma paridade de gênero na população cativa infantil. Das origens, quase que 100% das crianças descritas nos inventários entre 1820-1870 foi categorizada como crioula, de cor sobre tudo parda, em raros casos aparecendo como preta ou descrita como cabra. Porém, ao resgatar o Mapa Populacional de Pelotas de 1833, conseguimos criar hipóteses que problematizam essas descrições, pois nessa fonte das primeiras décadas do XIX, a grande maioria das crianças (937) foi arrolada como preta, o que corresponderia à 80,2% da população infantil. Não é possível saber com exatidão o percentual de africanos entre as mesmas, mas é possível que várias das crianças fossem

africanas, uma vez que 67% dos escravizados quantificados no Mapa tinham atravessado o atlântico.

Dividimos as crianças em dois grandes grupos etários: Crianças A (0-8 anos) e Crianças B (9-14 anos), para as duas regiões no recorte temporal proposto encontramos uma média de Crianças A (60%) e Crianças B (40%). Várias hipóteses podem ser levantadas, referente aos poucos dados levantados, mas ao comparar com outras pesquisas já citadas no trabalho sobre as crianças escravizadas podemos pensar, que para além das relações de incentivo às famílias escravizadas em manterem relações afim de gerarem novos filhos e consolidar a mão de obra escravizada, através destas crianças, posteriormente ao fim do tráfico atlântico de escravizados. Podemos pensar em duas possibilidades para este fenômeno.

A primeira hipótese gira entorno do alto índice de mortalidade infantil para a segunda metade do século XIX. Em Pelotas, 66,7% dos ingênuos<sup>30</sup> faleceram até os nove meses de idade.<sup>31</sup> Para as últimas décadas do século XIX as maiores causas de morte destas crianças negras livres foram causadas pelos problemas com sistema digestivo devido à má condição de amamentação. Além disso, havia o *mal dos sete dias* ou tétano umbilical, outra das maiores causas de morte das crianças negras nas últimas décadas do século XIX. Portanto, uma das hipóteses seria que estas crianças nunca crescessem, poucas atingiriam a maioria e por isso a diferença entre a concentração de crianças novas e crianças mais velhas seria tão marcante. O inventário da senhora Floriana Rodrigues da Silva, aberto em 1852, arrolou entre

---

30 Categoria criada para os filhos do ventre livre, pesquisados por Paulo Moreira e Natália Pinto em registros de batismo e óbito entre 1871 a 1888, para cidades de Pelotas e Porto Alegre.

31 MOREIRA, Paulo; PINTO, Natalia. Sem lar, viviam abrigados sob o teto das casas. In *História das crianças no Brasil Meridional*. Editora Unisinos. 2016, p.178.

seus bens 6 escravos, entre os quais estavam as crianças Guilhermina e Guilhermino, ambas descritas como doentes.

A segunda hipótese poderia ser de que essas crianças, ao atingirem uma idade mais elevada, aquela mais próxima da inserção no mundo do trabalho, que ocorria em variadas idades, mas principalmente entre os 7 e 9 anos, fossem negociadas para abastecer escravarias de outras regiões. É possível que os senhores buscassem por esses meninos, em cidades de agricultura de subsistência com a economia mais internalizada, principalmente após a metade do século XIX, pelo seu valor e também pela extensão do seu trabalho. Fizemos um comparativo entre Pelotas e Piratini para elucidar esse argumento (Tabelas 3 e 4).

**Tabela 3. Crianças divididas por faixa etária, Pelotas (1841-1860)**

<b>Crianças nos inventários <i>post mortem</i></b>	<b>1841-1850</b>	<b>1851-1860</b>
<b>Crianças A (0-8 anos)</b>	156 (60%)	288 (69%)
<b>Crianças B (9-14 anos)</b>	100 (40%)	129 (31%)
<b>Nº total de inventários</b>	665	665

Fonte: Dados levantados a partir dos inventários *post-mortem*, disponíveis no APERS

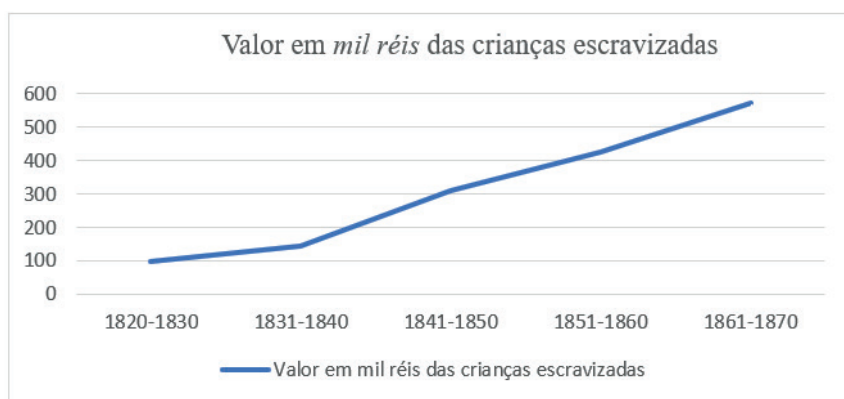
**Tabela 4. Crianças divididas por faixa etária, Piratini (1841-1860)**

<b>Crianças nos inventários <i>post mortem</i></b>	<b>1841-1850</b>	<b>1851-1860</b>
<b>Crianças A (0-8 anos)</b>	98 (72%)	83 (58%)
<b>Crianças B (9-14 anos)</b>	38 (28%)	60 (42%)
<b>Nº total de inventários</b>	665	

Fonte: Dados levantados a partir dos inventários *post-mortem*, disponíveis no APERS

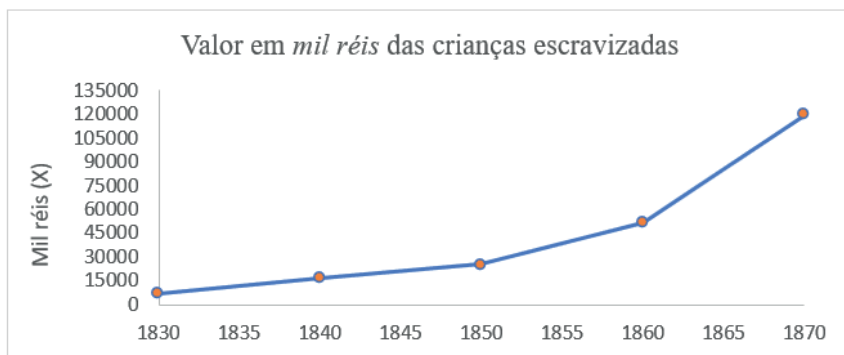
Podemos perceber, com as Tabelas 3 e 4, o contraste nas duas regiões pesquisadas. Sendo Pelotas aquela de economia mais potente, com maior concentração de mão-de-obra cativa, diminuindo o número de crianças em idade produtiva se comparado a Piratini, que para a mesma época tem um acréscimo de 14% dos menores nessa faixa etária. Sabemos que os meninos eram aqueles mais procurados pelos senhores para reabastecer as pequenas e médias escravarias, dessa forma, faz-se necessário um adendo interessante: Piratini apresenta paridade entre meninos e meninas durante todo período, mas Pelotas nas três últimas décadas pesquisadas revela uma queda na população de meninos. Entre 1841-50 (56%), 1851-60 (43%), 1861-70 (36%). A seguir apresentaremos os valores que essas crianças foram descritas nos inventários:

**Gráfico 2 – Preço das crianças em mil réis nos inventários, Pelotas (1820-1870)**



Fonte: Dados levantados a partir dos inventários *post-mortem*, disponíveis no APERS

**Gráfico 3 – Preço das crianças em mil réis nos inventários, Piratini (1820-1870)**



Fonte: Dados levantados a partir dos inventários *post-mortem*, disponíveis no APERS

Não podemos deixar de considerar que os preços das crianças escravizadas são muito variáveis, relativizando a partir da sua condição física e do olhar dos avaliadores que compuseram os inventários, respeitando a fragilidade dessa fonte para que possamos ter uma ideia do valor monetário de mercado dessas crianças. Aliado a esta perspectiva, a padronização de preço por idade é bastante relativa. Para mesma década, por exemplo, na abertura do inventário do senhor Manuel Soares da Silva, encontramos, dentre outras pessoas escravizadas, a crioula Josefa com apenas 5 anos de idade e avaliada na quantia de 180\$000 mil réis. Para a mesma época, quando aberto o inventário do senhor Francisco de Guimarães, encontramos a figura da pardinha Januária, com a mesma idade de Josefa (5 anos), porém, avaliada na quantia de 500\$000 mil réis, quase o triplo do valor de Josefa. Fatores de diferenciação no preço dessas crianças quando inventariadas, além do olhar do avaliador, sua condição de saúde, mas uma tendência que parece sim estar presente e que é plausível, as crianças avaliadas nos valores mais altos são aquelas que constam a profissão dentro do inventário, predominantemente a de *campeiro*.

As crianças em Pelotas e Piratini se concentravam em sua maioria em médios plantéis, essa tendência também se manifestou para outras regiões do Império, segundo pesquisas na mesma temática:

Lançamos três possíveis razões para as porcentagens obtidas nessas pequenas posses: a) devido ao menor número de escravos (muitas vezes não ia além da unidade) e considerando a dificuldade de enlaces entre escravos de propriedades distintas, as pequenas escravarias eram menos propícias à formação de famílias e, conseqüentemente, menos propícias à reprodução; b) a conservação de escravos mais produtivos e venda das crianças (um pequeno escravista nem sempre tinha condições de manter crianças sem que estas dessem retorno à produção); e c) cada criança nascida e mantida na pequena posse aumenta a possibilidade de que esta mesma posse passe de pequena a pequena-média escravaria (seis a dez escravos).<sup>32</sup>

Além do principal ofício de campeiro, essas crianças foram descritas com diversas outras atividades como: costureira – a mais exercida pelas meninas –, cozinheira, sapateiro, servente, alfaiate, correeiro e ferreiro. Entre os 7 e 9 anos as crianças começavam a aprender seus ofícios, mas não em raros casos, as atividades destes infantes também variavam entre diversas jornadas que envolviam a circulação pela cidade, como a entrega de recados, busca por suprimentos, etc. Por estarem mais presentes a partir da metade do século XIX, essa circularidade foi sentida e perseguida, muitas vezes expondo essas crianças ao perigo.

---

<sup>32</sup> TEIXEIRA, Heloisa. A não-infância: crianças como mão-de-obra em Mariana (1850-1900). Tese(doutorado) PPHE. USP. 2007.

## A circularidade das crianças escravizadas no extremo sul do Império

Durante os Oitocentos a rua resguardava um caráter sinuoso, que mesmo com a presença estatal da seguridade e do monopólio da violência, nas cidades policiadas, que assim eram para amenizar o medo branco da sensação de perigo e incerteza. Esse profano corpo encantado das ruas<sup>33</sup>, de espírito dúbio, formava um ambiente que flertava com aspectos da imoralidade, nutridos pelas concepções de vadiagem, da prática de ofensas e delitos. Para a população infanto-juvenil, essa questão estava relacionada à existência de centenas de meninos e meninas que, mesmo ligados à família, mestres de ofício ou senhores (no caso de escravos), faziam das ruas o espaço de trabalho, de divertimento, de peraltices, de jogos e brincadeiras. Ao lado dos indivíduos sem eira nem beira, os moleques vadios eram vistos com desprezo e hostilidades pelos bem nascidos<sup>34</sup>

Uma citação do jornal *Chronica*<sup>35</sup> relatando a procissão do Senhor dos Passos até a igreja matriz, nos ajuda a elucidar essa ideia: “Ia o povo com fartura, e como a noite é de todos, os gatos são pardos, mas antes são pretos, os moleques metiam-se entre a gente branca e os rapazes brancos, queriam passar por moleques, coisa que me metia pena”<sup>36</sup>. Havia, portanto, um incômodo das pessoas bem nascidas quanto à circularidade dos moleques<sup>37</sup> pobres nas ruas. Para Gilberto Freyre (1990), o aspecto prisional dos sobrados oitocentistas, protegidos por cães ferozes, portões, muros altos e encimados por afiados pedaços de

---

33 SIMAS, Luiz. *O corpo encantado das ruas*. Civilização Brasileira. 2019.

34 FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. Campinas: Hucitec, 1996, p.111.

35 *Chronica* Porto Alegre, 20 mar. 1853, p.10.

36 *Chronica* Porto Alegre, 20 mar. 1853, p.10.

37 Segundo Reis (1991, p.111) o termo moleque era empregado para identificar negros jovens. Assumimos assim uma ótica de racialização ao analisar esse termo.

vidro, deveu-se à intenção de preservar a família patriarcal urbana, da plebe da rua: os sedutores, os ladrões e sobretudo, os moleques.<sup>38</sup>

Mas não muito podiam fazer as autoridades, não só durante os dias santos, porque durante os Oitocentos, no extremo sul do Império, esses moleques circulavam quase que livremente pela cidade, brincando no cais, correndo entre vielas e campos, acompanhando outros escravos mais velhos em seus ofícios, juntando agulhas para costurar agasalhos, selando cavalos, pregando tábuas, cruzando a cidade para entregar recados ou até mesmo indo comprar mate.<sup>39</sup>

Essa circularidade dos moleques, quando relatada pelos jornais da época, não raramente vinha acompanhada de alegoria e uma felicidade temperada por peraltices:

Depois da tropa vinham uns quinhentos negros e negras, moleques e molecas, além de outros tantos que iam na frente e aos lados da procissão (...) Começaram os fogos, quadros iluminados, rodas com fogo de cores, dois soldados a baterem-se em guerrilha, dois barcos de combate, e um vapor a passar e repassar pela fortaleza, fazendo e recebendo fogo. Esta última peça foi a que todos gostaram mais, assim o fizeram saber os moleques e rapazolas com seus assovios e alegria (...) Depois do fogo veio o bumba-meu-boi, esse divertimento cheio de espiritualidade e elegância que entrou em moda agora. Os moleques e crioulos divertiram-se a seu gosto: atropelaram senhoras, passavam por cima de crianças, riam e davam pinotes, breve se achavam no quinto céu da felicidade (...) Grandes fardões lhe diziam “atrás!” arregalavam os membros da Irmandade, seus olhos multi-cores, foi preciso seus irmãos de ópa meter bico no negócio e então obedeceram. **Parece incrível: os moleques tem mais medo das tochas, do que das espadas policiais:** é pela estupidez que os caracteriza<sup>40</sup>.

---

38 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1990, p. 205.

39 RESENDE JR, José. Op. cit. 2021, p.129.

40 Chronica Porto Alegre, 20 mar. 1853, p.10-14 (*grifo nosso*).

Não era incomum o deboche à presença dos moleques nas festas de dias santos. Nas comemorações de virada do ano 1859, ocorria na missa do galo, realizada na igreja matriz de Pelotas, um escândalo relatado pelo jornal *Brado do Sul*, orquestrado pela ma-landragem e fanfarra de um grupo de moleques.

“Nos anos anteriores, presenciemos alguns escândalos, mas não foram eles tão patentes e tão descarados como o presente. Na porta que a sacristia passa para a igreja, vimos meia dúzia de moleques (é verdade que eram moleques de luvas e casaca) de tal maneira apertar uma mulher, que quis entrar, que no final conseguiram derrubá-la no chão. Conhecemos os heróis dessa façanha e pode garantir que de alguns deles, não se deveria esperar tal procedimento, principalmente de um, que está empregado em uma das principais casas dessa cidade e cujo amo é um modelo de respeito e cordialidade<sup>41</sup>.

Naquele mesmo ano e local, no domingo de 22 de maio, fora relatado mais uma vez pelo jornal um escândalo ocorrido no leilão do Espírito Santo. Quando famílias lotavam a igreja matriz, apareceu uma dezena de moleques, que segundo o relato, se divertiam em cortar os vestidos e capas das senhoras, que correram ao delegado de polícia clamando pela punição dos mesmos. A maioria das freguesias centrais possuía sua malta de peraltas, muitos desses menores estavam ligados a algum ofício, mas com frequência conseguiam impor o próprio ritmo ao trabalho alternando as obrigações com as aventuras que a rua oferecia.<sup>42</sup> Sem sombra de dúvida, que dias festivos e santos e as multidões que aglutinavam as ruas, serviam como chamariz para as travessuras desses jovens, mas não seria inconcebível pensar que

---

<sup>41</sup> BRADO DO SUL, 2 jan. 1859, p. 2.

<sup>42</sup> FRAGA FILHO, Walter. Op. cit., p. 112-113.

através dessa branda permissividade e circularidade, vários desses moleques incrementavam suas rotinas com jogos e brincadeiras.

O Constitucional, no dia 28 de julho de 1873, separou uma sessão em sua página principal para clamar as autoridades que acabassem com as aglomerações e jogatinas dos moleques nas ruas. “Ontem observamos, na praça da alfândega, um imenso número de negros, moleques e crianças, entretidos na jogatina (...) Essas crianças pervertem-se, os negros e moleques faltam as suas obrigações, para com seus senhores e amos. Disperse a polícia, como é conveniente, semelhantes grupos de jogadores vadios, evitando além do exposto, desordens ou conflitos, que se podem dar”.<sup>43</sup> Dizia ainda que essa reunião de jogatina sempre resultava grandes algazarras e desordens com prejuízo para os pais e senhores. Na segunda metade do século XIX, o que se compreendia como vadiagem de menores estava relacionado aos meninos e meninas ocupados em ofícios considerados pouco dignos. Eram vendedores de bilhetes de loterias e os condutores de cegos cuja ligação com o jogo e a mendicância os aproximava da condição de vadios<sup>44</sup>.

Para Fraga Filho (1996), esse desprendimento com o espaço familiar e a lida, acompanhado de um apego à rua e ao desacato, era uma forma de rebelar-se contra as imposições do mundo adulto. Rebeldia que se expressava no desprezo pelo trabalho, na preferência pela rua em detrimento da casa e no gosto por bebidas alcoólicas<sup>45</sup>. Não raro encontramos anúncios, principalmente de pessoas mais pobres, idosos e casais sem filhos, que quando descritos em jornais procuravam por moleques de “bons costumes e sem vícios”. “Aluga-se um moleque para serviço de um casal sem família, é preciso que seja

---

<sup>43</sup> O CONSTITUCIONAL, 28 jul. 1873, p. 3.

<sup>44</sup> FRAGA FILHO, Walter. Op. cit., p.112.

<sup>45</sup> FRAGA FILHO, Walter. Op. cit., p.112.

de bons costumes, no armazém da rua Boa Vista n.4 (...) Vende-se um moleque de 16 anos de idade, muito sadio e sem vícios: cozinha e faz todo serviço de uma casa”.<sup>46</sup> Retomando o relato do jornal O Constitucional, “essas crianças pervertem-se”, existe nessa citação uma alusão aos negros e moleques induzindo crianças (aqui podemos lê-las como brancas) ao hábito dos vícios e jogatinas. Certamente essa ideia estava intrinsicamente ligada à construção da narrativa contra a vadiagem e a favor da segregação desses indivíduos, cuja presença era vista, pelos bem nascidos, como um atentado à moral e aos bons costumes.

Portanto, durante as últimas décadas do Oitocentos já pairava uma inquietação para com o acesso desses grupos marginalizados às ruas, que culminaria em toda política higienista de segregação e aprisionamento das populações negras no pós-abolição. Essas tensões, pelo lado dos pressionados, muitas vezes se manifestavam em desacato, que encontravam na rebeldia uma forma de expressão. As ruas, ao longo do século XIX, parecem realmente assumir esse espírito dúbio, onde se celebram as festividades públicas, que são reivindicadas pelas pessoas bem nascidas, sob um maquiado pretexto de moralidade e bons costumes, mas nessas ruas sinuosas espreitou-se uma nuvem negra de aglutinados trabalhadores, moleques, jogadores, vadios, sedutores e prostitutas que debocham da repulsa das classes privilegiadas.<sup>47</sup> Ainda que esses marginalizados tenham sofrido com a perseguição dos patrões, senhores, amos e polícia, não eram eles apenas os detentores da violência e da prática de delitos, apesar de

---

<sup>46</sup> O RIO GRANDENSE, 22 jan – 10 mar. 1851, p. 3-4.

<sup>47</sup> Para entender melhor essa relação complexa e os cenários sociais da marginalidade, deboche e criminalidade no extremo sul do Império ler: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre (1868-1888)*. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 1993.

serem os vadios e moleques aqueles onde a construção estereotipada do perigo pairou, através das teorias racialistas e de todo projeto político de genocídio do negro brasileiro, intensificado no pós-abolição.

Ainda assim, a circularidade desses jovens e crianças nas ruas, no século XIX, nem sempre esteve atribuído aos deboches, brincadeiras ou jogatinas, essa condição, na maioria das vezes, os tornava expostos a sofrer das mais hediondas violências. Nos últimos dias do mês de fevereiro de 1851, por exemplo, Don Pablo de Goyochea, morador do Largo do Poço, na cidade de Rio Grande, encaminhou ao jornal Rio Grandense uma denúncia de desaparecimento de um de seus escravizados, a qual foi relatada em página daquele exemplar: “Desapareceu no dia 19 do corrente mês um moleque de nome Pedro, de 13 à 14 anos de idade, magrinho, cor retinta, levou calça riscada azul e camisa de algodão americano, fala muito depressa, beijos finos, nariz chato e levantado, pés delgados e compridos”.<sup>48</sup> Por fim, o senhor solicitou que o moleque fosse entregue em sua residência.

Diferente da maioria dos relatos sobre esses assuntos, a denúncia foi descrita como *desaparecimento* e não como *fuga*, o que nos leva a crer que Don Pablo não acreditava que Pedro tenha arquitetado seu escape e que possivelmente tinha uma boa relação com o pequeno ou talvez com sua família. Essa argumentação ganha corpo ao destacar as palavras de Don Pablo “protesto contra quem o açoitar”.<sup>49</sup> Ainda que o jornal possuísse uma boa circulação entre os senhores, o mistério sobre o desaparecimento de Pedro seguiu ao longo de todo mês de março daquele ano. Somando-se a essa aflita trama, mais moleques foram retratados como fugidos ou desaparecidos, também uma escravizada que pertencia ao relojoeiro morador do beco do Carmo, Sr. Braz Bellon “cuja casa a tempos foi desenterrada pela polícia uma

---

<sup>48</sup> RIO GRANDENSE, 28 fev. 1851, p. 4.

<sup>49</sup> RIO GRANDENSE, 28 fev. 1851, p. 4.

criança morta”.<sup>50</sup> Talvez aquela sociedade tenha naturalizado o desaparecimento, fuga e morte dessas crianças, sobretudo as escravizadas, devido ao alto índice de mortalidade infantil da época.

Também é possível que a única preocupação genuína em relação a vida dessas crianças provinha de seus grupos familiares, aquelas que o tinham. Ainda assim, o mistério sobre o desaparecimento das crianças e da mulher só veio à tona na madrugada do dia primeiro de abril. Naquela noite, quando provavelmente a maioria dos escravizados tinham se recolhido de suas funções e a viúva Sra. Gonçalves Braga resguardava-se na tranquilidade de seus aposentos, todos despertaram alvoroçados, ouvindo o tocar dos portões, acordaram já acendendo velas para iluminar o mistério de quem havia chegado em hora tão avançada da noite. Tratava-se de um dos moleques dessa mesma senhora que havia desaparecido (provavelmente durante o mês de março), relatando que não só ele, mas outro moleque e uma cativa adulta haviam sido sequestrados por Antônio dos Santos da Costa. “Costumava este sujeito acoutar escravos de ambos os sexos fugidos, e por eles seduzidos, para depois vende-los. Para que não fossem conhecidos à primeira vista, riscava-lhes a cara em diversas direções à guiza dos negros nagôs”<sup>51</sup>.

Quando a polícia invadiu a casa em que Antônio da Costa residia com sua mulher, Francisca Xavier Ferreira, na rua da Caridade, encontrou sob a cama, tábuas que escondiam “uma espécie de espelunca, onde os metia (os sequestrados) para que não fugissem durante a noite”.<sup>52</sup> Dentro dessa espelunca estavam a escravizada do Sr. Braz Bellon, que o documento não nos permite conhecer o nome, mas que a anuncia como mãe da criança morta que fora desenterrada. No local

---

50 RIO GRANDENSE, 2 abr. 1851, p. 3.

51 O RIO GRANDENSE, 2 abr. 1851, p. 3.

52 O RIO GRANDENSE, 2 abr. 1851, p. 3.

também foi encontrado o moleque Pedro, que “foi achado vestido de mulher, com as orelhas furadas, e brincos”.<sup>53</sup> A Sra. Francisca Xavier foi interrogada e confessou o crime, “lançando o seu procedimento sobre as desgraças desse mundo”. Antônio dos Santos da Costa foi preso às 12 horas da noite do dia 2 de abril de 1851. Todos esses relatos foram tirados das descrições do jornal que acompanhou os desaparecimentos e conclusão de todo o caso, culminando na prisão dos dois envolvidos nas torturas e sequestros. Não foi encontrado ou talvez nem sequer tenha sido gerado um processo criminal, para que fosse possível dissertarmos com mais detalhes sobre essa nefanda tragédia, ainda assim, esses tristes relatos atentam nossa imaginação quanto à exposição dessas crianças e as violências a elas cometidas.

“Para que não fossem conhecidos à primeira vista, riscava-lhes a cara em diversas direções à guiza dos negros nagôs<sup>54</sup>”. Essa citação abre um leque de interpretações, tendo em vista o crime ter ocorrido em 1851, após a proibição do tráfico atlântico. A tentativa de Antônio de imprimir as marcas de escarificação, características de alguns povos iorubás da região da Costa da Mina, poderia camuflar o sequestro do pequeno crioulo Pedro, que provavelmente muito pouco

---

53 Uma consideração relevante: não nos passou despercebido sua descrição, que elenca uma necessidade cada vez maior dos estudos a respeito das temáticas de gênero e sexualidade. Considerando o refinado trabalho do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, APERS LGBT+, com os processos de 1942-1964, refletimos a necessidade também de investigações que retomem o século XIX com a perspectiva interseccional que pense gênero, sexualidade e condição jurídica.

54 Os iorubás são considerados um dos maiores grupos etnolinguístico e ocupam a Nigéria, República do Togo e a República do Benin. São divididos em subgrupos - Egba, Egbado, Oyo, Ijesa, Ijebu, Ife, Ondo, Ilorin, Ibadan, Sabe, Ketu, Awori, Ifonyin, Ohori, Idaisa, Isa, Manigri e Ajase. No Brasil são conhecidos como nagôs e em Cuba são os lacumis. Os subgrupos compartilham alguns aspectos culturais, sociais e principalmente o ato de realizar marcas tribais que apresentam uma grande variação e sempre com objetivo de afirmar a identidade dos membros. (CAMELO, Monique. *Escarificação: da construção de identidade à memória*. Trabalho de Conclusão de Curso. UFMG, Belo Horizonte, p.17. 2015)

tinha de relação com a cultura Nagô, mas uma vez marcado, seus contemporâneos o enxergariam como de origem africana e, portanto, estaria mais tempo em solo brasileiro, tendo chegado hipoteticamente antes da proibição do tráfico. Essa cruel estratégia foi aplicada de uma forma diferente na Banda Oriental. O estudo de Boruck (2009) detalha os relatos de negros africanos trazidos disfarçadamente como “colonos” para serem escravizados do outro lado do oceano, mesmo depois da proibição do tráfico.

En Uruguay, el gobierno local contrató con mercaderes brasileños la introducción de “colonos” africanos en 1832-1834. Los traficantes pagaron una enorme suma al gobierno para obtener la licencia para introducir estos “colonos,” que tenían que ser menores de 16 años. Una vez en Uruguay, los mercaderes vendían el derecho sobre el trabajo de estos “colonos” para cubrir los gastos de su transporte más los dividendos. Este operativo permitió el desembarco de niños africanos en Montevideo para servir como esclavos. En Montevideo, las contradicciones entre la edad de estos colonos, la mayoría niños, y la condición de colonos libres, dejaba en evidencia a la empresa esclavista. Asimismo, los traficantes brasileños utilizaron el subterfugio de los “colonos” africanos para defenderse en los casos en que sus naves fueran capturadas y enviadas a la Corte de Comisión Mixta Anglo-Brasileña, y de este modo recuperar los navíos esclavistas capturados por la armada británica<sup>55</sup>.

A explicação sobre a escolha de “menores de 16 anos” não reflète apenas sobre a desestruturação demográfica ocorrida na região da Costa da Mina, frente ao sequestro massivo de homens adultos para serem escravizados nas Américas, mas de que a procura por crianças e jovens servia como forma de camuflar suas origens, uma vez que

---

55 BORUCKI, Alex. *Abolicionismo y tráfico de esclavos em Montevideo tras la fundación republicana (1829-1853)*. Montevideo: Biblioteca Nacional : Universidad de la Republica, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación , 2009, p.80.

estes ainda não teriam passado pelos rituais de escarificação, que ocorriam na passagem para a vida adulta.

A estratégia de Antônio de sequestrar crianças para depois vendê-las, não parece ser um caso isolado, essa mesma logística foi operada pelos contrabandistas que sequestravam negros uruguaios libertos, para serem *reescravizados* no sul do Império brasileiro. Lima (2010), que estudou esses crimes na fronteira, aponta que a *nefanda pirataria de carne humana* tinha como principal alvo as crianças e mulheres, tendo grande parte desses processos sido descobertos em Pelotas.<sup>56</sup> No mesmo ano do sequestro de Pedro em Rio Grande, em 1851, caso similar ocorreu no município vizinho: Pelotas, onde não há muito tempo residia Senhorinha Maria da Conceição, vinda de terras pernambucanas para o extremo sul do Império, trazendo consigo seu filho Francisco José dos Santos, pardo, de apenas 7 anos, também livre. Francisco fora sequestrado enquanto brincava despreziosamente em uma praça no centro da cidade. Durante quatro anos Senhorinha Maria da Conceição ficou sem saber o paradeiro que tivera seu filho, se fora raptado, ou mesmo se estava vivo. Apenas no ano de 1854, através de um conhecido, Fermino Rodrigues da Rocha, a pernambucana teve notícias de seu filho. Fermino diz tê-lo visto em Encruzilhada. Quando perguntado ao seu suposto senhor, respondeu-o que tinha comprado o menor faziam poucos anos. Senhorinha recorreu à delegacia de Pelotas, para que socorressem seu filho que fora sequestrado. O delegado João Álvares de Souza encontrou Francisco, em Encruzilhada, na casa de Daniel Mascate. “Costumava este sujeito acoutar escravos de ambos os sexos fugidos,

---

<sup>56</sup> Para uma análise mais aprofundada dessa temática ler: CARATTI, Jonathas. *O Solo da Liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História (UNISINOS). São Leopoldo. 2010.

e por eles seduzidos, para depois vende-los”. Antônio e sua esposa Francisca tornaram-se conhecidos pelos sequestros. Para eles, o rapto daquelas crianças era um negócio, tendo em vista todas estratégias tomadas para disfarçar os cativos afim de não gerar desconfianças nos seus possíveis futuros compradores.

A exposição desses menores e sua circularidade nas ruas proporcionaram uma nociva condição de perigo, em contraponto aos pequenos delitos cometidos por esses moleques, é nítida a conclusão: eles sofriam muito mais violências do que cometiam. Quantificamos o número de 156 processos-crimes que envolviam crianças escravizadas em todo Rio Grande do Sul, entre 1820-1870, em sua densa maioria essas fontes descreveram as crianças como vítimas.<sup>57</sup>

### **Considerações finais**

A virada do movimento abolicionista inglês, as constituições das independências nas américas, as medidas emancipatórias para população negra no Brasil, entre outros, movimentaram a estrutura da escravidão no Império durante o século XIX. Nesse trabalho, que foi um acúmulo de diversas experiências junto a esses menores, tentamos abordar a infância em disputa, sobretudo a negra e desvalida. A partir de um levantamento bibliográfico, reconhecemos um aumento considerável de crianças abordo dos navios negreiros, frente ao abolicionismo inglês, que indicava não somente uma ausência de homens adultos em África, mas uma busca dos próprios senhores por esses menores que garantiriam a extensão da escravidão. No campo jurídico, o declínio etário das maioridades, diminuindo a cada Código promulgado. Mas não apenas comerciantes de grosso trato ou juristas pareceram se atentar à vida desses menores durante o Oitocentos, a

---

<sup>57</sup> RESENDE JR, José. Op. cit.

infância negra era disputada pelas famílias na diáspora, também pelas autoridades policiais que repudiavam sua circularidade, os médicos, seus próprios senhores e diversos outros agentes.

Essa circularidade e presença mais aparente dessas crianças e jovens pode ser explicada pelo cunho do termo “moleque”. Por mais que pareça representar uma identidade difusa, para o século XIX, a palavra moleque designava características bastante específicas, com marcadores sócio-raciais e etários bem determinados. Ao menos para o século XIX, o termo moleque era empregado para identificar negros jovens. Possivelmente em uma faixa etária entre o final da segunda infância e a juventude. Também essa referência, não raras vezes, foi usada nos jornais, processos e outras fontes utilizadas nessa pesquisa, atrelada à qualidade de marginalização e até mesmo vadiagem. Buscamos um exemplo a partir do contraste: uma citação interessante, do jornal porto-alegrense *O Exemplo*, importante mídia da intelectualidade negra do pós-abolição no sul do país, nos ajuda a elucidar esses marcadores sócio-raciais e etários bem definidos:

Garotagem – Com vistas à polícia. À esquina da rua Concordia com a da Republica, posta-se quase todas as noites, uma caterva de rapazes de cor branca, bem trajados, que matam o tempo divertindo-se em dirigir doestos canalhas às humildes proletárias que passam a caminho do lar, e, na falta destas ocupam-se em ludibriar a boa fé de uma pobre quitandeira de quem os marotos comem sem conta as bufarinhas com que a coitada ganha a vida; e isto conseguem, abusando da atrapalhação da africana, atrapalhação devido a sua decrepitudez. (O EXEMPLO, 24 de jun. N° 24, 1904, p.2)

A escolha das palavras “garotagem”, “rapazes” e “marotos” não foi em vão. Necessário reforçarmos que esses intelectuais negros utilizavam essa mídia para articulação e também como forma de estimular debates necessários para aquelas populações. Por mais que também versem, nessa citação, sobre a fanfarra, tal como os

moleques, foram retratados nos jornais não-negros, quando essa ação era praticada por rapazes brancos a palavra “moleque” não era utilizada, sendo assim, ao menos a partir da metade do XIX e início do XX, o termo moleque foi explicitamente racializado.

A proposta desse capítulo, como abordado na introdução, foi atentar o leitor para as crianças escravizadas, a partir de uma análise de sua presença e circularidade, tentar compreender mais sobre essas complexas experiências diaspóricas, sobretudo no extremo sul do Império. Todavia, esse trabalho resume-se em um lampejo apenas, da candeia de possibilidades quanto à História Social da Criança no Brasil.

# AS AÇÕES DE LIBERDADE DA VILA DE CANGUÇU

(1868-1887)

Alisson Barcellos Balhego<sup>1</sup>

## Introdução

Na segunda metade do século XIX o sistema escravista brasileiro finalmente entrava em declínio. Associado a isso, diversas formas de resistência perpetuadas pela população escravizada ebuliam por todo o território brasileiro. Essas ações fragilizavam ainda mais esse sistema, mas mais do que isso, denotavam projetos de liberdades de diversas conotações. No extremo sul brasileiro, mais propriamente na Vila de Canguçu, diversas pessoas em condição social de escravidão buscaram a liberdade através da Justiça. Nessa perspectiva, iremos

---

<sup>1</sup> Doutorando em História no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas. Bolsista Capes

apresentar ao leitor durante o texto uma análise sobre as **ações de liberdade** impetradas na Vila de Canguçu.

O capítulo está estruturado em uma compreensão historiográfica que atenta para a perspectiva da História Social da Escravidão no Brasil e é resultado de um estudo mais amplo realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, e que resultou na Dissertação de Mestrado intitulada como “Para o bem e fielmente, sem dolo, nem malícia: Ações de Liberdade em Canguçu (1868 – 1887)”, defendida em setembro de 2020.

A fonte documental central de investigação é um conjunto de 64 ações de liberdade entre o período de 1868 a 1887, um tipo de procedimento jurídico que será explicado mais à frente e que fez parte do mundo da escravidão e de suas interfaces com o campo do Direito, pois o objetivo era a conquista da liberdade dos cativos por vias legais. Esses documentos tratam-se de uma amostra do que foi preservado com o tempo, não sendo possível sabermos quantos mais destes processos foram abertos em Canguçu na época, pois muito dessa documentação se perdeu. Ainda assim, é importante elucidar que uma ação de liberdade traz consigo várias características das pessoas que suplicavam através desse recurso. Nesse ângulo, dentro do grupo a maioria são procedimentos individuais, enquanto alguns poucos são compostos por duas ou mais pessoas. As mulheres eram maioria no conjunto documental, contabilizando mais de 51% do total (34 processos). Os homens eram 44%, 30 documentos, já as crianças e recém-nascidos eram o menor contingente.

Na historiografia do Rio Grande do Sul as ações de liberdade são um tipo de fonte ainda pouco explorado, mas que evidenciam múltiplas experiências daquele contexto social e também das relações escravistas de trabalho. Visto que as e os requerentes o faziam em busca do que entendiam por direito. A partir desse entendimento, eles utilizavam os mecanismos de acesso à Justiça para essas

proposições, transformando o ambiente judicial em uma arena de disputas entre desiguais.<sup>2</sup>

Os embates travados nessas arenas têm desfechos tanto positivos, como negativos para as pessoas escravizadas e também para os senhores ou as senhoras. O que evidencia que avançar nesse trajeto implicava dificuldades para quem requeria uma ação de liberdade, no sentido de que para considerar esse procedimento em sua projeção era necessário calcular os diversos riscos envolvidos no movimento.

As ações de liberdade ganharam respaldo com a implementação das leis abolicionistas, em especial a lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, também conhecida como lei do Ventre Livre. Em seu texto a normativa no artigo quarto estabelecia que estava outorgada a formação de pecúlio, sem a anuência do senhor, por parte de pessoas em condição social de escravidão. A formação desses montantes era atingida de formas variadas como por doações, heranças, através de trabalho próprio e das economias. Com isso, a população escravizada tinha um suporte jurídico que contribuía, no caso dos documentos aqui citados, na resistência contra o regime escravista brasileiro.

No que diz respeito ao conteúdo, ou ao tipo de situação mais assídua nas solicitações feitas através das documentações de Canguçu, a maior parte estava enquadrada na lei do Ventre Livre, enquanto outras são referentes a questões legais que envolviam o atravessamento da fronteira com o Uruguai e algumas poucas estão relacionadas a contextos de herança. Diante disso, no próximo tópico apresentaremos informações sobre a localidade em que a disputa judicial ocorre, para depois exibir alguns casos que demonstraram a singularidade desse conjunto documental e que abordam as duas normativas mais utilizadas pelos proponentes das ações de liberdade.

---

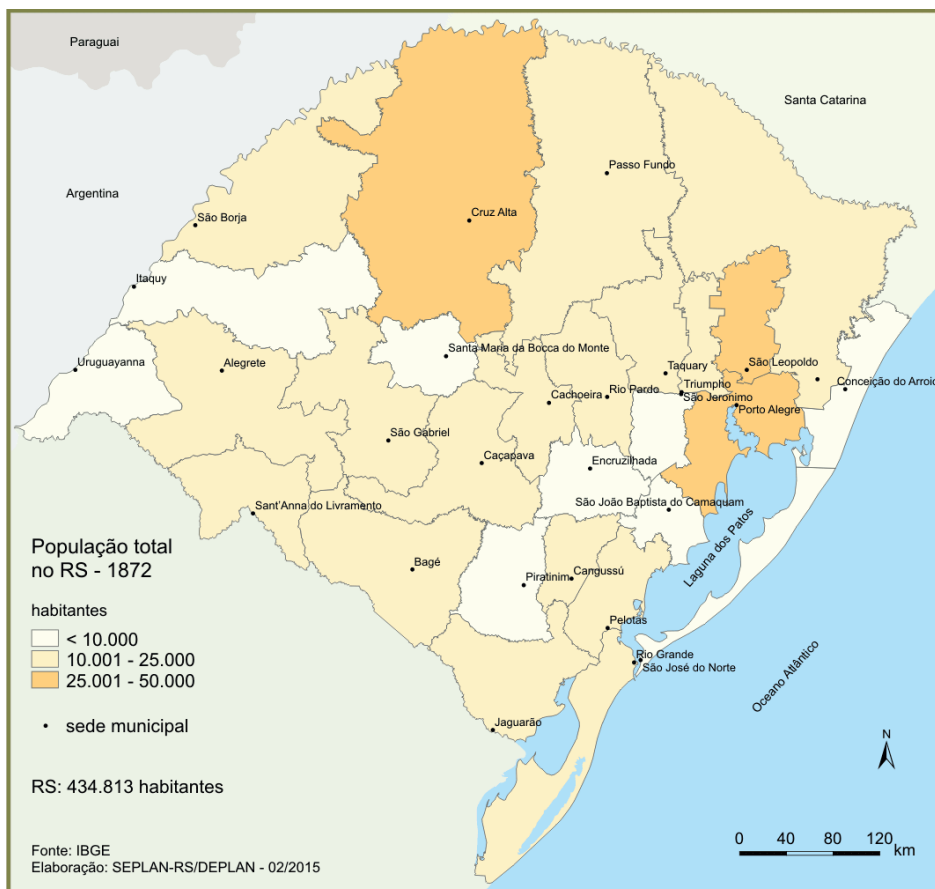
2 THOMPSON, Edward. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

## **A Vila de Canguçu, sua localização, características demográficas e sociais.**

Canguçu é uma região que reúne no interior de suas divisas parte da Serra dos Tapes, entre os rios Piratini e Camaquã. Essa localização denota a importância estratégica de outrora, pois a Vila está situada no escudo granítico rio grandense. E mãos, a Serra dos Tapes é a formação geológica mais antiga do Estado e compreende a região dos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul. Dada as suas características geográficas, é um ambiente de difícil locomoção, principalmente para quem não conhece os detalhes do local. Além do que, a sua Planície Costeira potencializa essa importância, por oferecer uma inserção na bacia hidrográfica litorânea.

No entanto, se pensarmos o território a partir de uma perspectiva do Império do Brasil, podemos também pensar que ela era uma região fronteiriça, logo, existia ali um fluxo de transeuntes, mercadorias e também de trocas culturais diversas, o que caracteriza a localidade. Com o tempo, a vila dinamizou e transformou a sua produção agropecuária de algo mais relacionado à subsistência local para uma produção de abastecimento voltada para as charqueadas de Pelotas e a população urbana dessa cidade. Esses vínculos de produção para o mercado interno local tornaram Canguçu um importante município escravista da região, uma vez que esse desenvolvimento econômico se deu com a utilização de mão de obra escravizada. No mapa a seguir, poderemos vislumbrar a posição geográfica de Canguçu:

## Localização de Canguçu no Rio Grande do Sul (1872)



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul Disponível em:< <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/midia/imagem/mapa-hist-pop-1872>>: Acesso em agosto de 2024.

O desenvolvimento da freguesia recebeu forte impulso com o surgimento das charqueadas em Pelotas. As terras canguçuenses passaram a ser ocupadas por povos distintos dos originais a partir de meados do século XVIII, um movimento que ocorreu através do agraciamento de sesmarias e datas. Essa distribuição de lotes, era uma destinação de terras para militares, prática recorrente em nosso país.

Situação que criava uma cadeia de obrigações recíprocas como disponibilidade para o serviço régio, pedido de mercês em retribuição de serviços prestados, engrandecimento, atribuição de status, entre outros elementos<sup>3</sup>. Ao longo da Segunda metade do XIX o cenário sofre algumas transformações que incluíram toda a região platina, como a expansão da utilização de arames, introdução de novas raças de bovinos e ovinos e melhorias no sistema de transportes. No Rio Grande do Sul essas mudanças não foram tão latentes como em outras regiões do Prata e o processo de absolutização de propriedade se estabeleceu na medida que as relações capitalistas de produção se concretizam<sup>4</sup>.

Freguesias como Canguçu foram sendo erguidas por todo o solo brasileiro, em virtude do crescimento populacional, da expansão das fronteiras agrícolas e da grande entrada de africanos escravizados no território. A partir dos anos 1820 e 1830, a expansão da economia açucareira e cafeeira do sudeste brasileiro, (com destaque para Rio de Janeiro e São Paulo), impulsionou o mercado de produção de alimentos, dedicado para o abastecimento interno. João Fragoso foi um dos autores que argumentou de forma eloquente contra as teses clássicas que negavam a existência/importância desse mercado interno. Trabalhando com o principal porto brasileiro, o do Rio de Janeiro, entre 1790 e 1830, o historiador demonstra que havia uma articulação comercial intensa, tanto de caráter exportador, quanto do comércio interno.<sup>5</sup>

---

3 BICALHO, Maria Fernanda. *Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime*. Almanack Braziliense, n. 2, Novembro, pp. 21-34, 2005.

4 AITA, Edsiana Belgrado. *“Entre a lagoa e o mar”: propriedade e mercado de terras em Santa Vitória do Palmar (1858-1888)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

5 FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M.; FARIA, S. C. *A economia colonial brasileira (séculos XVI-XIX)*. 3. ed. São Paulo: Atual, 1998.

No período estudado por Fragoso, o porto do Rio de Janeiro alcançava as maiores cifras da exportação brasileira. No entanto, o autor demonstrou as atividades do mercado interno, com as relações comerciais que ocorriam entre o porto do Rio e as distintas províncias do centro-sul do Brasil, assim evidenciou que elas não eram as únicas a movimentar aquela praça mercantil. Sendo assim, a economia interna produzia acúmulos que ficavam aqui, ou seja, construía grandes lucros com os comerciantes sediados na praça mercantil do Rio de Janeiro. A parte mais significativa dessa acumulação endógena, fruto do mercado interno, ficava na praça mercantil do Rio de Janeiro. Ainda assim, isso não impediu que processos de acumulações diversas existissem, dentro deste circuito, mas fora da Corte. O que favoreceu um enriquecimento de muitos proprietários espalhados nas distintas províncias.<sup>6</sup>

Outros autores demonstraram que novas freguesias e vilas, como Canguçu, estavam ligadas ao comércio de abastecimento foram e sendo criadas nesse mesmo contexto. Para a primeira metade do século XIX, André Corrêa<sup>7</sup> observou que o mesmo fenômeno ocorreu em Caçapava, enquanto Gustavo Gularte<sup>8</sup>, Leandro Fontella<sup>9</sup>, Luís

---

6 FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M.; FARIA, S. C. *A economia colonial brasileira (séculos XVI-XIX)*. 3. ed. São Paulo: Atual, 1998.

7 CORRÊA, André do Nascimento. *Ao sul do Brasil oitocentista: escravidão e estrutura agrária em Caçapava 1821-1850*. Tese (Doutorado em História) Universidade do Vale do Rio Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo (RS), 2013.

8 GULARTE, Gustavo da Silva. *Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiro, 1801-1835*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2015.

9 FONTELLA, Leandro Goya. *Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missionário (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828-1860)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2013.

Farinatti<sup>10</sup> e Marcelo Matheus<sup>11</sup> demonstraram fenômenos semelhantes respectivamente em Jaguarão, São Borja, Alegrete e Bagé. Em todas elas a escravidão negra foi fator estrutural e de uma forma ou outra a pecuária constituiu-se em principal atividade econômica.

Portanto, Canguçu teve destaque como uma localidade fornecedora de gêneros de subsistência, pela agricultura desenvolvida nas áreas de serras e matas, e de gado, pelas estâncias localizadas nas áreas planas e de campo. Para mais, o território do município sempre foi entendido como um ponto estratégico<sup>12</sup>. Uma vez que a historiografia local aponta alguns marcadores espaciais da ocupação como de cunho transitório, caracterizado pelas investidas militares, haja visto que desde a guerra guaranítica a região era parte de um trajeto instituído por militares que se deslocavam de Rio Grande a Rio Pardo, entre outras rotas.

O Censo de 1872 indica que os números populacionais de Canguçu quando relacionados aos de cor e condição (escravizado ou livre), apontam que das 11.014 pessoas que residiam em Canguçu em 1872, 17% (ou 1.867) eram pardas e destas 8% estavam escravizadas, enquanto 24% (ou 2.614) eram pretas e destas, 17% estavam em condição de escravidão. Portanto, os dados sobre cor dão conta de que a população de pessoas pretas e pardas em condição de escravidão somam 25% (ou 2.796 pessoas), já as livres atingiam 16% (ou um contingente de 1.685). Sendo assim, em Canguçu, observando cor

---

10 FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro. 2007.

11 MATHEUS, Marcelo Santos. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. Oikos Editora, 2012.

12 RUBERT, Rosane Aparecida (Org.). *Relatório antropológico de caracterização histórica, geográfica, econômica e sociocultural da comunidade remanescente de quilombos de Maçambique (Canguçu-RS)*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas; Fundação Simon Bolívar, 2015.

e condição social, as pessoas escravizadas formavam o maior montante se comparadas às libertas e livres de cor, mas a presença desse último grupo na sociedade local servia como horizonte de projetos de liberdade aos escravizados e, certamente, não estava apartado do contingente cativo<sup>13</sup>.

Logo, no espaço territorial canguçuense, havia uma concentração de pessoas negras em distinta condição social, o que é peculiar a Canguçu e diversas localidades próximas, pois o Censo de 1872 também indica uma importante concentração de população preta e parda escravizada e liberta nos municípios de Jaguarão, Piratini e Pelotas.

A Vila também estava vinculada ao mercado interno como região produtora de alimentos e matéria-prima para o provimento de grandes estâncias, charqueadas e centros urbanos da região sul, com a contrapartida do abastecimento de mercadorias não produzidas ali. Dessa maneira, esses vínculos mercantis e essa proximidade com grandes centros escravistas como Pelotas também colaboraram para um maior acesso à mão de obra escravizada que desembarcava, via tráfico atlântico, em Rio Grande.<sup>14</sup>

Thiago Araújo, analisando a região de Cruz Alta, indicou que a representatividade da população não branca para a região significava um percentual de 44% dos habitantes da localidade, sendo que os pretos e pardos (libertos ou cativos) corresponderiam a 32% da população, dados que variaram conforme a freguesia do município. Jovani Scherer<sup>15</sup>, ao analisar a cor da população livre de

---

<sup>13</sup> BALHEGO, Alisson. *Para o bem e fielmente, sem dolo, nem malícia: Ações de Liberdade em Canguçu (1868 - 1887)*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de pós graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

<sup>14</sup> Ibidem.

<sup>15</sup> SCHERER, Jovani de Souza. *Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX*. Dissertação (Mestrado em História),

Rio Grande, através do censo, aponta que somando os contingentes populacionais não brancos de Rio Grande chegava a estimativa de 38,9% da população local. Sendo que destas 52% estavam em condição de escravidão e 47% eram livres quadro semelhante a outros locais nas Américas e províncias brasileiras, divergindo da suposta peculiaridade sulina, em que a escravidão não teria sido expressiva, assim sendo a descendência africana no Estado não teria um peso demográfico importante<sup>16</sup>.

Relacionando a concentração de pessoas pardas e pretas livres e em condição de escravidão em Canguçu no ano de 1872, dentro de um contexto provincial, ela se coloca como protuberante. Nesse ínterim, Wagner Pedroso<sup>17</sup> aponta que dentro do percentual de “pretos e pardos” dos municípios da Província de São Pedro, apenas sete dos 27 municípios tinham um percentual igual ou superior a 40% de pardos e pretos, sendo eles Encruzilhada 43,2% (3.647), Porto Alegre 43,1% (18.965), Bagé 43% (9.359), Jaguarão 41,9% (5.772), Piratini 41,4% (2.692), Canguçu 40,7% (4.481) e Pelotas 40% (8.507).

Consequentemente, havia uma população negra de grande densidade na Vila, assim como em localidades próximas. Esse contexto corrobora para uma reflexão sobre a circulação de informações relacionadas ao momento político do país, como a respeito das leis abolicionistas que estavam sendo debatidas no Brasil e da pressão para o fim do escravismo, pois em países vizinhos como o Uruguai,

---

Programa de Pós Graduação em História, Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo (RS), 2008.

16 ARAÚJO, T. L. de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884)*. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

17 PEDROSO, Wagner de Azevedo. *Escravos, senhores, posses, partilhas e um plano insurrecional na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, RS (1863)*. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

a Argentina e o Peru o fim da escravidão já era uma realidade. No Uruguai, a abolição ocorreu em 1846, na Argentina em 1853 e no Peru em 1854, já as leis do Ventre livre de cada um desses países foram promulgadas em 1825, 1813 e 1821, respectivamente.

As ações de liberdade ganharam um respaldo maior por conta das leis abolicionistas, especialmente a Lei do Ventre livre que estabeleceu o direito de pecúlio. A maior parte dos processos judiciais pesquisados da Vila de Canguçu são fundamentados no Ventre Livre enquanto outros tem vínculo com a fronteira, ou seja, levavam em conta a Lei Feijó de 1831<sup>18</sup>. Em virtude disso, a próxima secção do texto disporá dois casos o de Rosa e o de Antônio que abordam essas leis respectivamente.

### **O episódio vivido por Rosa**

No dia 1 de dezembro de 1875, Rosa compareceu ao cartório da Vila de Canguçu. Lá, Vicente Ferrez de Almeida, Coletor de Rendas Gerais do município, requereu ao Juiz para que autuada fosse sua petição e que junto a isso houvesse a notificação de José Joaquim de Oliveira, para que na primeira audiência daquele juízo fossem nomeados avaliadores a sua escravizada<sup>19</sup>. No texto do documento, Rosa foi descrita como de cor parda, solteira, com 24 anos de idade, com profissão de costureira, que estava classificada para ser liberta com o auxílio dos fundos de emancipação, pois a mesma havia depositado a quantia de duzentos e noventa e quatro mil réis para esse fim.

---

18 MAMIGONIAN, Beatriz. Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil. Editora Companhia das Letras, 2017.

19 Arquivo Centralizado do Judiciário. Arbitramento. Rosa, escrava – suplicante. José Joaquim de Oliveira, senhor da dita – suplicado. Juízo Municipal Termo de Canguçu. 1875.

Antes de prosseguir para a acusação feita pelo Coletor de Rendas Gerais, importa explicar que a lei Rio Branco de 1871 estabeleceu um Fundo de Emancipação Nacional para libertar escravizados, principalmente, mulheres com filhos. Na década de 1880, momento em que o movimento abolicionista estava mais preponderante, foram organizados fundos de emancipação privados ou municipais que também davam primazia as mulheres com filhos ou mulheres jovens<sup>20</sup>.

Sendo assim, esse tipo de processo judicial dependia de alguns requisitos para o seu seguimento. O fundo deter verba era um elemento importante, ainda assim as pessoas que acessavam a esse libelo poderiam pagar por sua liberdade. Além disso, uma ação de liberdade necessitava da assinatura de alguma pessoa livre. Esta poderia ser um curador, alguém próximo ou até alguém pago para assinar o documento judicial.

Retomando, depois de feita a acusação, o juiz propôs o acordo entre Rosa e seu senhor, mas não houve aceitação sobre o valor. Na sequência, o meritíssimo indicou Idalino Campos da Luz para ser o avaliador de Rosa e dar sequência ao procedimento. O senhor da libertanda disse que para o mesmo fim apontava Albino Pereira Machado. O Juiz então determinou a necessidade da louvação de um terceiro arbitrador para caso de discordância e para isso declarou o senhor Manoel Pinto de Sampaio Azevedo.

No dia 20 de dezembro aconteceu a primeira avaliação, mas os arbitradores não concordaram com o valor da liberdade de Rosa. Um dia depois, o terceiro louvado concordou com o primeiro avaliador, estabelecendo que a quantia de remuneração necessária seria de 1 conto de réis. O fim do processo aconteceu no ano seguinte, mais

---

<sup>20</sup> COWLING, Camilia. O fundo de emancipação “Livro de Ouro” e as mulheres escravizadas: gênero, abolição e os significados da liberdade na Corte, anos 1880. XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana; GOMES, Flávio. Mulheres negras: no Brasil escravista e do pós-emancipação. São Paulo: Selo Negro Edições, p. 214-227, 2012.

especificamente no dia 8 de janeiro de 1876. Rosa foi declarada liberta em audiência do Juízo do Termo de Canguçu e o Juiz entregou a ela a respectiva carta de liberdade. Na sequência do documento, José Joaquim de Oliveira solicitou o montante apresentado por Rosa para a composição do seu pecúlio.

Atentar a agência de Rosa significa debruçar o olhar sob a condição de uma mulher negra escravizada, que viveu no extremo sul do país e acumulou condições para consumir um projeto de liberdade. Tratava-se do desejo de livra-se do cativo para vivenciar uma experiência de vida menos atingida pelas agruras do sistema escravocrata brasileiro. Iniciar uma ação de liberdade e levar esse processo a frente necessitava um trânsito entre os livres e diferentes agentes sociais, pela necessidade de ter alguma pessoa livre para iniciar o recurso, além de informações compatíveis com a conjuntura vivenciada pela pretensa requerente. Em outras palavras, ela necessitava estar inserida em redes que acessassem o mundo branco, relações que de certa forma estariam distantes dela. Nesse aspecto, ainda era preciso ter o conhecimento de quem poderia auxiliar entre as pessoas cativas, libertas, assim como aproveitar eventuais disputas locais.

O protagonismo de pessoas que assim como Rosa desenvolveram projetos de liberdade e os submeteram através de recursos como as ações de liberdade foram cruciais no alargamento jurídico do Estado brasileiro, pois essa era uma possibilidade para batalhar perante a lei a sua condição de liberdade, da mesma maneira que essas pessoas faziam o uso desse recurso para requerer sobre seus direitos.<sup>21</sup> Agindo dessa forma, ela fez com que o Estado atuasse em uma relação que alguns anos antes era compreendida como privada, submetida aos desmandos senhoriais. Logo, a Lei e a capacidade de Rosa de acumular

---

21 GRINBERG, Keila. Reescravização, direitos e justiças no Brasil do século XIX. Direitos e justiças no Brasil: *Ensaio de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 101-128, 2006.

pecúlio se constituíam em uma via legal de luta pela liberdade, por direitos, e se estabelecia como uma forma de resistência contra a escravidão. Além disso, demonstrava como a Justiça servia de arena para disputas entre senhores e pessoas escravizadas, incentivando tantas outras a seguirem o exemplo de Rosa.

Compreender a agência dessa costureira cativa passa por levar em conta as muitas dificuldades que uma mulher escravizada do extremo sul do país enfrentava ao lutar contra o cativo. Desse modo, a ideia aqui é apreender que Rosa levou a frente o caminho mais concreto em relação as suas possibilidades.

Nesse sentido, o ato de resistir, de sobreviver ao ambiente escravocrata estava ligado a diversas formas de ação como fugas, recorrer as autoridades, pressionar para que leis que atendiam a anseios dessas pessoas fossem respeitadas, aumentar as redes de auxílio, entre outros, eram formas de se insurgir contra o sistema escravista. Assim sendo, a escolha de ação de quem resiste, está alicerçada nas possibilidades concretas existentes para cada pessoa:

[...] não havia uma dicotomia radical entre a negociação diária e os rompimentos frontais entre senhores e cativos. Revolta e negociação cotidiana não eram planos antagônicos, mas estratégias de resistência/sobrevivência colocadas em ação conforme as possibilidades de êxito ou fracasso verificadas pelos atores sociais em determinados contextos, num misto de adaptação e revolta<sup>22</sup>.

Ao optar pelo embate na arena jurídica, Rosa utilizou alguns elementos da lei do Ventre Livre a seu favor, nesse caso especialmente o pecúlio. Entretanto, o valor atribuído na maior parte desses casos, assim como no dessa requerente é alto. Situação que ajudou a

---

22 MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Justiçando o Cativo: a cultura de resistência escrava*. PICCOLO, Helga. PADOIM, Maria Medianeira (org.). *História Geral do Rio Grande do Sul – Volume 2, Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 215

tornar nítida a utilização de redes de solidariedades que poderiam ser extremamente úteis para a coleta de informações sobre a lei e o recurso judicial, mas também o auxílio para o acúmulo monetário.

Além disso, a divisão do trabalho por meio do gênero significava que as mulheres africanas e crioulas escravizadas, assim como as libertas e livres pobres, produziam o acúmulo para a subsistência de seus senhores e para aqueles que as alugavam.<sup>23</sup> No entanto, esse tipo de labuta deixava essas mulheres expostas a vários tipos de aproximações sexuais, formas diretas de coerção, ameaças por parte de senhores, senhoras, familiares e de outros livres que tivessem autoridade sobre elas.<sup>24</sup>

Logo, transpassar um sistema que aplicava situações de violências distintas para as pessoas negras, em razão de diferenças de gênero, implicava que construir um projeto de liberdade passava por uma estratégia caracterizada pelo factível, em experiências de êxito e falha de outras mulheres e homens em condição próxima. Ou seja, agentes sociais que vivenciaram momentos de espera, de negociação, de fuga, ou medidas mais abruptas, de acordo com a possibilidade mais viável verificada por esses atores sociais.<sup>25</sup>

Os elementos da Lei do Ventre Livre que favoreceram o agir de Rosa e outras mulheres em condição social de escravidão estavam relacionadas ao pecúlio e ao fundo de emancipação. A normativa organizou a situação do pecúlio, liberou a população escravizada brasileira da anuência do senhor para formar suas economias. Além

---

23 TELLES, Lorena Feres da Silva. *Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX)*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2019.

24 MORGAN, Jennifer L., *Some Could Suckle over Their Shoulder': Male Travelers, Female Bodies, and the Gendering of Racial Ideology, 1500–1770*, *William and Mary Quarterly*, 3rd ser., 54 (January 1997), p. 167-92.

25 MOREIRA, 2006.

disso, fundos de emancipação foram criados para auxiliar na libertação dessas pessoas, através de indenização aos senhores.

Aliado a isso, aquela região fazia parte de uma zona de solidariedade, ou seja, existia uma ideia de coletividade que constituía a ação de Rosa, pois a percepção de sujeito dessas pessoas é muito distinta da de um indivíduo contemporâneo, assim sendo, estamos dissertando sobre pessoas que tendiam a se movimentar em grupo, ou que minimamente faziam uso de informações, mesmo que simplórias, da possibilidade de acesso à Justiça, obtidas por uma rede de auxílio.<sup>26</sup>

Essa solidariedade é nítida ao observarmos as diferentes formas de resistência apresentadas por pessoas escravizadas na região. O Quilombo itinerante de Manoel Padeiro, muito bem trabalhado na obra “Os Calhambolas do General Manoel Padeiro” é um exemplo disso.<sup>27</sup> Na Serra dos Tapes, o quilombo liderado por Manoel Padeiro circulava por vários ranchos e formava complexas relações de trocas com sitiantes, taberneiros, escravarias de chácaras e charqueadas. Ou seja, além de saques, a sobrevivência do bando era estruturada através de pequenas roças, também itinerantes.<sup>28</sup>

Nesse ínterim, a formação da agência das pessoas escravizadas que buscam resistir ao sistema que estava vigente e que as oprimia, através de ações de liberdades ou outras formas de resistência, era constituída de territorialidades, solidariedades e afetividades tramadas

---

26 BALHEGO, 2020; MATHEUS, Marcelo Santos. Fronteiras da Liberdade:escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império brasileiro (província do Rio Grande de São Pedro, Alegrete, 1829-1888). 2012. 239 p. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História) –Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

27 MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; AL-ALAM, Caiuá Cardoso; PINTO, Natália Garcia. Os calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas quilombolas na serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835). Oikos Editora, 2013.

28 Ibidem.

ao longo de décadas, herdadas e reconstruídas em cada época, mas que certamente estavam ativas nos anos 1860 e 1870. Tudo isso foi realizado em um momento de aflição por parte dos cativos, que poderiam ser vendidos para charqueadores pelotenses, entre outros tipos de adversidades.<sup>29</sup>

Assim sendo, existia ali uma rede de auxílio, de cooperação, uma complexa rede de relações sociais que envolvia pessoas de diferentes núcleos e proximidades. Estas colaboram entre si em diferentes níveis e momentos nesse embate entre pessoas escravizadas e senhores. Ou seja, um campo negro.<sup>30</sup>

### **Antônio e a fronteira**

O caso tem seu começo no dia 2 de agosto de 1885 oportunidade em que Antônio se apresentou no cartório da Vila de Canguçu e explicou que Joaquim Nunes da Rosa, morador do mesmo distrito, o mantinha injustamente no cativo desde o ano de 1844, data em que foi transportado para o Brasil, em virtude da guerra civil naquela província. Em razão disso, ele exerceu a função de suplicante, pois estava ciente do direito que o assistia pela Lei lavrada de 1831. A Lei Feijó de 1831 considerava livres os escravizados vindos de fora do império, e estipulava uma punição a ser aplicada aos responsáveis pela importação de pessoas, de acordo com o Código Penal brasileiro. Além disso, havia um decreto que impunha a ampla classificação de quem fosse considerado importador, incluindo os comandantes das embarcações, os financiadores das viagens e os compradores. A punição seria a multa de duzentos mil réis por cabeça de cada um

---

<sup>29</sup> BALHEGO, 2020.

<sup>30</sup> GOMES, Flávio dos Santos. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. - ed.rev. E ampl. - São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

dos escravizados importados, além do pagamento das despesas da reexportação para qualquer parte da África, reexportação que seria provida pelo Governo de forma breve, contando com o apoio das autoridades africanas<sup>31</sup>.

Na sequência o juiz requisitou que nomeado fosse um curador que pugnaria por seus direitos, pois ele era pessoa miserável e incapaz de estar em juízo. Além disso, protestou desde o início, pelos salários a que tinha direito e mais algumas prerrogativas.

Em 15 de agosto de 1885, Joaquim Nunes da Rosa foi intimado para que houvesse o prosseguimento do processo judicial de Antônio. Cinco dias depois, foi divulgada a primeira data para que Antônio pudesse começar a aproveitar sua vida em liberdade, sem condição alguma, pois Joaquim declarou que tinha interesse em atribuir uma ponderação.<sup>32</sup> O manuscrito em que ocorreu a breve negociação entre o senhor e o seu escravizado demonstra que inicialmente Joaquim indicou que libertaria Antônio se ele continuasse a prestar serviços a ele e sua família ou a quem fosse de seu desejo, no espaço de 7 anos, mas depois reconsiderou e decidiu libertar o escravizado sem contrapartida. Finalmente, foi determinada pelo Juiz a liberdade e que por saber que o autor não era letrado, pediu ao Sr. Manoel de Paula Silveira que o fizesse e assinasse. No entanto, o intervalo entre uma decisão e a outra deve ter sido de angústia para o Antônio, que tinha as suas artimanhas para conseguir fazer o seu senhor ceder. Vejamos.

Ao longo do processo, Antônio e o réu se indagaram, estipularam parâmetros. Joaquim Nunes da Rosa tentou manter Antônio

---

<sup>31</sup> COWLING, Camilia. O fundo de emancipação “Livro de Ouro” e as mulheres escravizadas: gênero, abolição e os significados da liberdade na Corte, anos 1880. XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana; GOMES, Flávio. Mulheres negras: no Brasil escravista e do pós-emancipação. São Paulo: Selo Negro Edições, p. 214-227, 2012.

<sup>32</sup> Arquivo Centralizado do Judiciário. Ação de Liberdade do escravo Antonio, de propriedade de Joaquim Nunes da Rosa. Juízo Municipal Termo de Canguçu. 1885.

prestando serviços e apontou uma condição de servidão por mais sete anos para depois conceder a liberdade, já Antônio reclamava salários não pagos. Pela data do documento e o momento que o país vivia, as colocações do senhor são excêntricas, todavia, como o costume social estava baseado em um regime de trabalho forçado e de direito à propriedade de pessoas que ainda persistiam nacionalmente e em especial naquela localidade, a afirmativa condiz com o que aconteceu nesse local, até porque o imaginário de libertação estava sendo lapidado.

A solicitação dos salários não pagos desaparece ao fim do acordo manuscrito na ação, o que aponta que a retirada desse pedido foi um dos motivos que ajudou a sustentar o compromisso firmado entre as partes. Além disso, havia diferença econômica entre os senhores da localidade, logo, alguns eram mais abastados do que outros. A agência de Antônio foi marcada pela sutileza, pois ele observou a condição financeira do senhor naquela ocasião, para o forçar, através do recurso da ação de liberdade, um processo que tinha um custo alto e que seu senhor talvez não conseguisse bancar. Além disso, ele ainda trazia para o debate jurídico o peso das atribuições punitivas da Lei de 1831, no que diz respeito a fronteira e as dificuldades relacionadas a política internacional entre Brasil e Uruguai. A estratégia deu certo.

Esse tipo de ação de liberdade apresenta complexidade por levar à frente uma proposição judicial que atendia a um desejo de liberdade em uma região do Brasil que tinha dificuldades na lida com essas questões, ou seja, por apresentar uma denúncia que envolve Brasil e Uruguai. O Uruguai já havia abolido a escravidão no período em que decorre a ação de liberdade de Antônio e exercia certa pressão para que o Brasil abolisse esse sistema.<sup>33</sup>

---

<sup>33</sup> BALHEGO, 2020.

E mais, quando Antônio apresentou informações sobre o local em que residia, essa explicação impactaria em sua condição social, pois atravessar a fronteira modificaria sua condição jurídica, visto que em terras brasileiras a definição de território estava acompanhada da possibilidade de adquirir direitos. Logo, no momento em que o território criava direitos, conceituar escravidão no século XIX, significava reconhecer os limites da legitimidade jurídica desse sistema, limitados pelo Estado moderno independente e pelo conceito de nação e cidadania outorgados a ele:

O que o trânsito de escravos na região fronteira do extremo sul do Império do Brasil e as disputas dele decorrentes e a variedade de decisões jurídicas e políticas tomadas por diferentes autoridades ao longo do século XIX deixam entrever, portanto, é que a condição do indivíduo pode mudar dependendo do lugar onde ele está, do lugar onde vive, do lugar onde nasceu. No Brasil, mesmo que contra a vontade da maioria das autoridades e legisladores, a definição do território esteve atrelada à possibilidade de aquisição de direitos (e não à sua negação, como nos Estados Unidos). Se o território criava direitos, conceituar escravidão neste período implicava em reconhecer os limites de sua própria legitimidade jurídica, delimitados pelo Estado moderno independente e pelos conceitos de nação, nacionalidade e cidadania a ele atribuídos. Por isso, a reflexão sobre a escravidão no Brasil século XIX deve trazer implícita a noção de fronteira. Afinal, estar do lado certo ou do lado errado, para muita gente, fez toda a diferença.<sup>34</sup>

Nessa circunstância, a Lei Feijó de 1831 foi crucial para estratégias e projetos de liberdade de muitas pessoas escravizadas. Algumas décadas após sua implementação, integrantes das alas mais radicais do

---

<sup>34</sup> GRINBERG, Keila. A fronteira da escravidão: A noção de "solo livre" na margem sul do império brasileiro. 3º *Encontro ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL*. Florianópolis, 2007, p.10-11.

movimento abolicionista levantaram um debate sobre o desrespeito à normativa como um argumento para comprovar a ilegalidade da escravidão. E no final da década de 1860, abolicionistas como Luiz Gama utilizaram essa lei para fundamentar argumentações em prol da liberdade de escravizados importados ilegalmente. Luiz Gama e vários outros abolicionistas empregaram essa Lei e incomodaram autoridades brasileiras que entendiam esse argumento como radical. Então, mesmo com problemas de implementação, a Lei Feijó foi usada por advogados que a consideravam matéria clara e positiva.<sup>35</sup>

Assim como Luiz Gama, muitos abolicionistas passaram a se empenhar em torno das batalhas judiciais, não apenas incentivando a curatela dos escravizados africanos, mas também organizando em clubes em que a atuação jurídica estava estruturada na lei de 1831. Esse trabalho não passou despercebido e Luís Gustavo Cota comenta que em edição de 11 de maio de 1882, o jornal abolicionista carioca *Gazeta da Tarde*, de propriedade de José do Patrocínio, noticiou que a diretoria do Centro Abolicionista Ferreira Menezes, havia estabelecido uma comissão de advogados para estudar caminhos jurídicos para que a entidade propusesse nos tribunais a punição dos senhores que estivessem mantendo pessoas livres em cativeiro ilegal, e a libertação de todas aquelas pessoas, que possam ter em seu favor a presunção de terem entrado no país após a Lei de 7 de Novembro de 1831.<sup>36</sup>

E com o avançar das décadas e o decréscimo de prestígio do sistema escravocrata brasileiro, ocorreu um aumento de normativas do Brasil que estabeleceram elementos favoráveis aos escravizados. A título de exemplo, a promulgação da Lei do Ventre Livre trouxe

---

35 COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da liberdade: escravidão, liberdade e abolicionismo em Ouro Preto e Mariana (1871 a 1888)*. Tese. (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2007.

36 COTA, 2007.

mais respaldo às ações de liberdade, ainda que existissem várias dificuldades que precisavam ser vencidas para dar início a uma ação de liberdade. De toda forma, documentos como essa ação auxiliam a instituir nitidez a agência de pessoas que viveram em condição social de escravidão e utilizaram a justiça para garantir direitos como salários, melhores condições de trabalho e também a liberdade.

O protagonismo dessas pessoas estava diretamente associado a um projeto de liberdade. O projeto de Antônio levava em consideração uma série de questões como quem poderia entre as pessoas cativas, livres, ou libertas dar algum tipo de auxílio, ou até aproveitar disputas locais de seu antigo senhor com outros senhores, homens de histórico militar que exerciam a função de autoridade responsável pelo julgo dessas causas no âmbito judicial.

Essas redes de solidariedade e articulações chamam atenção quando observamos o potencial econômico da Vila de Canguçu, assim como as organizações das pessoas escravizadas naquela localidade, como os quilombos, e aos pecúlios apresentados em algumas ações de liberdade, as vezes formados por valores que aumentavam rapidamente ou de curiosas peças de valor monetário. Sendo assim, existe uma cooperação de vários sujeitos sociais para a libertação de algumas pessoas escravizadas. Nesse aspecto, ocorria empatia entre as pessoas negras libertas e que haviam fugido com aqueles que ainda viviam a rotina do cativo. E mais, existia o conflito de interesses entre as pessoas do mundo branco, que também perpassava essas situações, assim como o auxílio de setores emancipacionistas e os projetos de liberdade, tanto individuais, como das famílias negras.<sup>37</sup>

E por último, havia a crise econômica que ocorria na região. Para dimensionar a agudeza da situação basta observar o que acontecia na cidade de Pelotas, vizinha de Canguçu, que tinha alguns setores

---

<sup>37</sup> BALHEGO, 2020.

de sua produção econômica vinculados as terras canguçuenses. Em Pelotas, a concentração de renda aumentou na década de 1870 e com isso houve uma concentração de cativos e conseqüentemente um aumento da distância entre as maiores e as menores escravarias nos inventários post-mortem do município. Observando os inventários de charqueadores entre 1846 e 1885, em períodos de 10 anos, fica exposto que, entre 1846 e 1855, 14% dos inventários possuíam 30% dos escravos, mas no período de 1865 a 1875, 16% detinham 49% dos cativos. No decênio seguinte, 2 charqueadores (28% dos inventariados) possuía 60% dos escravizados.<sup>38</sup> Ou seja, se a concentração entre os charqueadores havia aumentado, o que restava para os pequenos escravistas da região.

Além disso, a crise das charqueadas tendia a afetar os setores de abastecimento do interior de Pelotas e dos municípios vizinhos. Ou seja, a região não vivia seus melhores momentos e isso significou, de forma prática, um distanciamento cada vez maior de riquezas entre essas pessoas, dessa maneira, manter mão de obra escravizada se tornava uma condição difícil de sustentar e enfrentar um processo judicial seria ainda mais complexo.

## Considerações Finais

O presente texto teve como intuito apresentar um pouco da riqueza e complexidade que as ações de liberdade da Vila de Canguçu carregam. Através dessa documentação pudemos observar um pouco das dificuldades que as pessoas escravizadas do sul brasileiro vivenciaram em uma região de fronteira. Dada a dificuldade que uma

---

<sup>38</sup> VARGAS, Jonas. Das charqueadas para os cafezais? O comércio de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. In: XAVIER, Regina Célia Lima. ESCRAVIDÃO E LIBERDADE: TEMAS, PROBLEMAS E PERSPECTIVAS DE ANÁLISE. São Paulo: Alameda, 2012. pp. 275-302.

ação de liberdade carregava, no sentido de ser levada a frente, todas as pessoas que buscaram na Justiça sua liberdade e direitos relativos ao trabalho, tiveram acesso a informações conquistadas por diversos agentes sociais. E as conjugaram com suas vivências.

É nítida a organização que existia entre as e os requerentes desses procedimentos e suas redes de auxílio. Minimamente, é possível inferir que informações sobre a utilização desse recurso judicial em outras regiões circulavam, além de conhecimento sobre as normativas escravistas que atendiam ao projeto de liberdade de cada pessoa que compreendia a Justiça como um caminho viável para realizar o desejo de liberdade.

As circunstâncias corroboraram para que os personagens dos documentos projetassem sua vida em liberdade de forma minuciosa. Em razão de o sistema escravocrata ser espinhoso e possuir diversas amarras, controles que poderiam ser braçais, mas também psicológicos. Ou seja, nem todas as pessoas encontravam na fuga, por exemplo, uma opção que abarcasse seu projeto de liberdade. E mais, quando se observava a Vila de Canguçu, um espaço territorial que está relativamente próximo da Banda Oriental, é possível elucubrar que existia ali um grupo de senhores com poderes significantes, tanto pela necessidade de controle territorial que existia na época e que por eles era exercida, como pela acumulação de funções que esses senhores detinham. Nesse sentido, um homem abastado do local poderia ter poder por conta de sua riqueza, de posições que ocupou no exército ou na Guarda Nacional e por funções que exerceu na Câmara de Vereadores da Vila, por exemplo.

Entretanto, movimentações como a de Luís Gama chamaram atenção e constituíram informações essenciais tanto no sentido de salientar uma pressão que estava sendo feita contra o sistema escravocrata de forma mais ampla no país, pois a Justiça é um elemento simbólico e reconhecido socialmente, então o impacto dessas atitudes

no imaginário da população era singular. E na prática divulgaram o uso de leis e da própria instância judicial para a libertação de indivíduos em condição social de escravidão. Informação circulava e inevitavelmente atingia as redes de auxílio, que podemos compreender como organizações abolicionistas espalhadas pelo Brasil, como conjunto de advogados, como instituições de cunho religioso, entre outros. A partir disso, os agentes sociais trabalhavam esse conhecimento em defesa de seus interesses.

Os proponentes das ações de liberdade projetaram na arena jurídica seus desejos de liberdade e sua confiança em redes de auxílio, no suporte jurídico que as leis abolicionistas da época ofereciam. Rosa fez uso da Lei do Ventre Livre e angariou recursos monetários por meio de seu trabalho de costureira para formar seu pecúlio e acessar a Justiça. Antônio tinha domínio do texto da Lei de 1831 que o beneficiaria ao longo do processo, funcionando como uma ameaça contra o senhor que insistia em mantê-lo no cativeiro.

Portanto, esses dois casos assistem aos leitores no sentido de demonstrar formas distintas de enfretamento do sistema escravista do Brasil, contornando ideias ventiladas, com certa recorrência, que apontavam apenas para formas mais ríspidas de ação (e que, de fato, ocorreram) contra esse sistema. Rosa e Antônio também personificam as dezenas de milhares de cativos que tinham no seu horizonte a esperança da liberdade e suas histórias também contribuem para superarmos de vez uma antiga compreensão de que no Rio Grande do Sul a incidência de pessoas escravizadas era muito baixa.

# **SOBRETUDO OS ESCRAVOS ONDE TEM A MOLÉSTIA FEITO MAIS TERRÍVEIS ESTRAGOS**

**perfil dos sepultamentos de  
escravizados/as no cemitério em  
Jaguarão (1855-1865)<sup>39</sup>**

Caiuá Cardoso Al-Alam<sup>40</sup>

No final do ano de 1855, Jaguarão sofria um profundo abalo em relação a chegada do “cholera morbus” na cidade. Segundo os dados do Relatório do Presidente da Província de 1856, Jaguarão teria sido a quarta localidade com maior impacto de mortes da doença. Na província, foram registradas 3.011 mortes. A primeira cidade

---

<sup>39</sup> A transcrição dos dados do livro do cemitério deste texto, contou também com a participação de Taiane Naressi Lopes, Marcel Liscano e Edegar Alonso Junior, no antigo projeto PET-História do campus Jaguarão.

<sup>40</sup> Professor Associado na Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão. Email: [caiuaaalam@unipampa.edu.br](mailto:caiuaaalam@unipampa.edu.br).

mais impactada foi Porto Alegre com 1.405 pessoas, seguida por Rio Grande com 485, Pelotas com 446, e depois Jaguarão com 329 falecidos/as<sup>41</sup>. No relatório, é feita a ressalva que as mortes devem ter sido maiores, chegando a mais de 4 mil na província, pois não teria havido “[...] escrúpulo por parte dos incumbidos dos enterramentos em fazer os necessários assentamentos”. A cólera, segundo o Relatório, teria chegado no início de novembro em Rio Grande, no porto local, que já estava em quarentena antes, motivado pelas notícias do espalho da doença no país, contando com um pequeno lazarento. Segundo relato, um vapor chamado “Imperatriz”, vindo do Rio de Janeiro que teve escala em Santa Catarina, aportou com doentes, que se escaparam da vigilância, espriando a “peste”. Teria sido depois disto, no mês de novembro “[...] que se desenvolveu a epidemia nas charqueadas de Pelotas, estendendo-se sem demora à cidade, e logo ao Jaguarão, Rio Grande, à esta capital...”.

De fato, esta pista de propagação da cólera pelo sul da Província, que teve forte lastro pelas charqueadas, evidencia que as principais vítimas da doença foram os/as escravizados/as. No final de novembro de 1855, o jornal O Jaguareense, trazia a seguinte informação em texto: “Desgraçadamente a epidemia tem se desenvolvido terrivelmente e com toda a intensidade no malfadado Jaguarão; o número de vítimas tem crescido diariamente; sobretudo os escravos onde tem a moléstia feito mais terríveis estragos.”<sup>42</sup>. Aquelas pessoas que viviam a situação de escravidão, padeceram com a moléstia, uma

---

41 Relatório com que o Conselheiro Barão de Muritiba entregou a Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Presidente e Commandante das Armas, Conselheiro e General Jeronymo Francisco Coelho no dia 28 de abril de 1856. Porto Alegre. 1856. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Extraído no dia 20 de fevereiro de 2024, do seguinte link: [https://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1856\\_00001.pdf](https://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1856_00001.pdf). p. 10.

42 Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (IHGJ). O Jaguareense. Dia 28 de novembro de 1855.

“doença bacteriana infecciosa intestinal aguda” que atacava o intestino, advinda do consumo de água e alimentos contaminados<sup>43</sup>. Era a situação de precariedade que a escravidão delimitava que acabou tornando escravizados/as as maiores vítimas da doença.

Desde setembro do mesmo ano, com a informação da propagação da cólera na Bahia, Jaguarão vinha lidando com a aprovação de novos códigos de posturas que pudessem atacar a insalubridade enquanto propagadora de doenças. Dr. Ubatuba<sup>44</sup>, presidente da Comissão de Higiene da Província, esteve na localidade para orientar medidas que pudessem cercear a propagação dos agentes causadores de enfermidades, como as que tratavam da limpeza das ruas, recebendo algumas reações políticas críticas das lideranças da Vila<sup>45</sup>. A cidade vivia as contradições dos interesses dos agentes da higiene pública, das lideranças políticas locais, dos interesses comerciais e dos costumes peculiares da população em geral. O jornal *Jaguareense*, em novembro de 1855, trouxe outra informação que fazia referência

---

<sup>43</sup> Segundo o site do Ministério da Saúde: “A cólera é uma doença bacteriana infecciosa intestinal aguda, transmitida por contaminação fecal-oral direta ou pela ingestão de água ou alimentos contaminados. Frequentemente, a infecção é assintomática ou causa diarreia leve. Pode também se apresentar de forma grave, com diarreia aquosa e profusa, com ou sem vômitos, dor abdominal e câibras. Quando não tratada prontamente, pode ocorrer desidratação intensa, levando a graves complicações e até mesmo ao óbito. A doença está ligada diretamente ao saneamento básico e à higiene.”. Extraído no dia 5 de março no site: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/colera#:~:text=A%20c%C3%B3lera%20%C3%A9%20uma%20doen%C3%A7a,assintom%C3%A1tica%20ou%20causa%20diarreia%20leve>.

<sup>44</sup> Dr. Manuel Pereira da Silva Ubatuba, era também deputado na Assembleia Legislativa. Foi vereador em Jaguarão, chegando a compor a presidência da Câmara. Formou-se em medicina no Rio de Janeiro e também foi médico naquela Câmara Municipal. MARTINS, Roberto Duarte. **A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguay: a construção da cidade de Jaguarão**. Universidade Politécnica da Catalunha, 2001. (Tese de Doutorado). p.120.

<sup>45</sup> ROSA, Eleandro Viana. **Cólera, uma visita indesejada: Medo, Religiosidade e Medicina na Jaguarão de 1855**. Jaguarão: UNIPAMPA, 2015 (Trabalho de Conclusão de Curso em História). p. 23.

a forma como as autoridades lidaram com a doença, abandonando a localidade e a assistência da população pobre do lugar. As exceções, foram dois médicos, descritos como Jacutinga e Azevedo, um farmacêutico chamado Penedo, e o subdelegado Silva Junior, que também buscava auxiliar no combate à doença. O jornal batia firme nas autoridades, que dispararam da cidade, vulnerabilizando ainda mais a situação da população mais pobre:

É uma miséria que esses Srs. devendo ser os primeiros a se apresentar em campo em tal conjuntura, para providenciarem e coadjuvarem os distintos facultativos e assim também alentar o público que se acha eivado de terror, sejam os primeiros a abandonarem o povo entregue a seus males, e covardemente esconderem-se à desgraça que talvez em seus mesmos esconderijos os vão acometer também<sup>46</sup>.

A situação em Jaguarão era dramática devido a forma como se desenvolvia a epidemia e as autoridades eram acusadas de não responder a altura para tratar de estratégias de minimizar o alastramento da doença. No meio disso, mesmo com risco, certamente alguns escravizados aproveitaram a dispersão das autoridades e senhorios, e buscaram tirar vantagem da situação. No dia 18 de dezembro de 1855, o jornal *O Jaguareense*, anunciava uma fuga coletiva, algo difícil e complexo a ser empreendido por escravizados na fronteira. Zacarias, escravizado “crioulo” nascido em São Paulo, descrito como “moço bem parecido”, e Antonio, escravizado da “Costa da África”, “de meia idade e cambaio, com falta de unha no dedo polegar de uma mão”, fugiram, provavelmente em direção ao Uruguai: “[...] seguiram em uma canoa grande pintada de cinzento, de bancos furados para mastros: em companhia deles foram um escravo e uma escrava preinha, da Viscondessa de Jaguary”. O anúncio de fuga ainda clamava “Quem

---

<sup>46</sup> IHGJ. *Jornal O Jaguareense*. Dia 28 de novembro de 1855.

der notícias certas apreende-os, será bem gratificado”<sup>47</sup>. Observe-se que havia um casal de escravizados, e a mulher escravizada, sem identificação de seu nome, estava à espera de seu/sua filho/a. Quiçá, aquela família buscasse, em meio ao corre-corre de senhores/as e autoridades alarmados pela cólera, o sonho de viver naquele conhecido “solo da liberdade”, do outro lado da fronteira<sup>48</sup>.

Em outra abordagem do jornal O Jaguareense, em dezembro de 1855, é descrito a tragédia da imagem que eram vários corpos falecidos acometidos pela cólera estarem insepultos, expostos onde faleceram, sem serem levados ao cemitério. Um serviço de transporte destes corpos fora contratado, mas não fora executada a tarefa, fazendo com que ficassem “[...] muitos cadáveres por sepultar por 24 horas e mais, reduzidos alguns a um estado de putrefação impossível de descrever”<sup>49</sup>. Isso afetou toda a estrutura de organização de Jaguarão, que em novembro de 1855, acabara de ser reconhecida como município. O impacto foi tão grande, que inclusive o antigo cemitério localizado no quadrante das atuais ruas Marechal Deodoro, Coronel Deus Dias, Dos Andradas e Barbosa Neto, quarteirão cortado pela rua Marechal Rondon, hoje no centro da cidade, teve que ser removido, devido ao receio da contaminação de maior número da população. Os restos mortais que estavam no antigo cemitério, foram levados para o novo, conhecido como Cemitério das Irmandades. O novo campo santo foi uma iniciativa das Irmandades do Santíssimo Sacramento e da de Nossa Senhora da Conceição. Foi no mesmo ano da cólera que o

---

<sup>47</sup> SILVA, Tiago Rosa da. **Uma fronteira negra**: resistência escrava através das fugas anunciadas nos jornais jaguarenses (1855-1873). Jaguarão: UNIPAMPA, 2015 (Trabalho de Conclusão de Curso em História). p. 41.

<sup>48</sup> CARATTI, Jônatas Marques. **O solo da liberdade**. As trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862). São Leopoldo: UNISINOS, 2010 (Dissertação de Mestrado).

<sup>49</sup> IHGJ. Jornal O Jaguareense. Dia 18 de dezembro de 1855.

cemitério começou a receber corpos e ossadas do antigo, mas apenas inaugurado oficialmente em 1858<sup>50</sup>.

A documentação do Cemitério das Irmandades, teve um destino que impede hoje de acessarmos um maior conjunto de fontes. Segundo Natália Affonso<sup>51</sup>, há registro no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, que os documentos foram organizados por aquela instituição e devolvidos na década de 1990 para o cemitério novamente, que hoje é uma entidade privada. A autora registrou também, através de fonte oral, que muitos documentos teriam sido queimados por uma ex-funcionária do Cemitério, ficando registros esparsos da instituição. No Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, encontramos três livros de registros de sepultamentos da cidade, de 1852 até 1892. O que tratarei neste texto está marcado como sendo o “Nº 2”, correspondendo aos anos de 1852 a 1866. Provavelmente existia outro livro antes, de número 1, mas não se encontra mais no Instituto. Este “Nº 2”, que trabalharei, corresponde a uma conjuntura que abarca o período da epidemia da cólera, que afetou toda a província em 1855. Ano que, como comentado aqui, foi trasladado o primeiro cemitério da localidade.

Importante enfatizar que, conforme relatos das fontes, muitas pessoas, principalmente escravizados/as, no surto da cólera, provavelmente foram enterrados em lugares diferentes do que o espaço do cemitério. O livro de sepultamentos a ser trabalhado neste texto, consta o exercício que famílias, e principalmente senhores/as de escravizados/as, faziam, inclusive financeiro, para o enterro destas pessoas

---

50 PIÑEIRO, Liana Nadine Gonzalez. **Arte e discursos do Cemitério das Irmandades de Jaguarão nas primeiras décadas da República**. Jaguarão: UNIPAMPA, 2018 (Trabalho de Conclusão de Curso em História). p. 19.

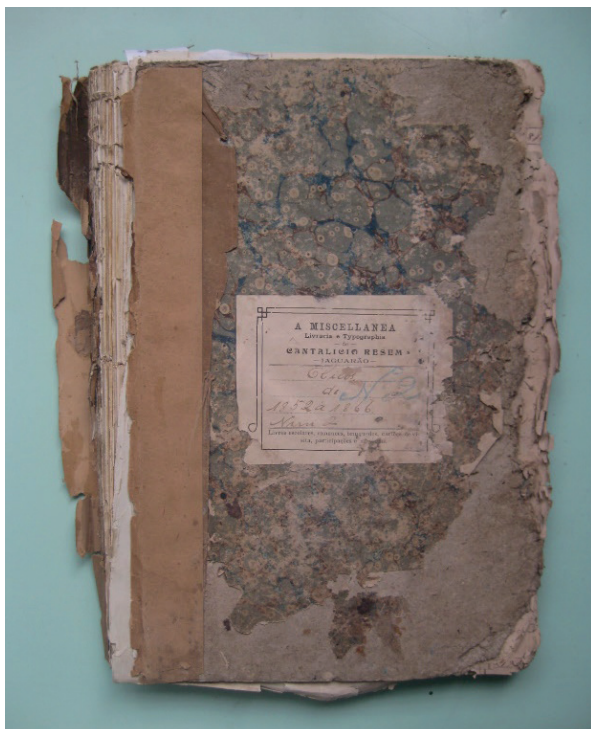
51 AFFONSO, Nathalia de Oliveira. **“Aqui esvaece orgulho, ódio e vaidade. Reina a paz, o sossego e a igualdade”**: uma análise sobre o Cemitério das Irmandades – Jaguarão. Jaguarão: UNIPAMPA, 2015 (Trabalho de Conclusão de Curso em História).

em campo santo. Para além do que era previsto por lei, certamente, se alguns senhores e senhoras “livravam-se” dos corpos de seus/suas escravizados/as, para não gastarem dinheiro, outros/as provavelmente pagavam estes sepultamentos respeitando arranjos cotidianos com as comunidades de escravizados/as. Importante observar que morrer e ter garantido o seu sepultamento com dignidade, não era elemento fundamental da passagem para o outro mundo apenas para pessoas livres, inclusive brancos/as, mas também para pessoas em situação de escravidão<sup>52</sup>. Portanto, o livro de sepultamentos carrega uma amostragem das pessoas sepultadas nas décadas de 1850 e 1860 em Jaguarão, mas aquelas que correspondem a institucionalidade do registro do campo santo. Vou trabalhar com os dados a partir de outubro de 1855, pois de 1852 até esta data, os registros das causas mortes não eram realizados. Interessante que depois que começam os casos da cólera, o livro do cemitério passa a detalhar as causas mortes. Trabalharei, portanto, os dados de 1855 até o final de 1865, uma amostragem de dez anos. Não é à toa, que o detalhamento das doenças corresponde ao surto da cólera, o que evidencia a preocupação relacionada ao perfil das doenças se transformando no período.

---

<sup>52</sup> REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

**Figura 1: Livro de Registro de Sepultamentos do Cemitério  
“Nº 2” (1852-1866)**



Nas décadas que abarcam o livro do cemitério, Jaguarão destacava-se pela presença da mão-de-obra escravizada. No relatório do Presidente da Província de 1859, que trata do “Resumo Estatístico do Mapa da População da Província do Rio Grande do Sul” relativo ao ano de 1857 para 1858, Jaguarão é a segunda maior população escravizada da província com 5.056 pessoas submetidas a escravidão, sendo 2.929 homens e 2.127 mulheres<sup>53</sup>. A primeira a se destacar com maior

---

<sup>53</sup> Relatório Apresentado à Assembleia Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul na 2ª Sessão da 8ª Legislatura pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes

número de pessoas escravizadas, é Porto Alegre com 8.417 pessoas em situação de escravidão. E a terceira é Pelotas com 4.788 pessoas escravizadas. É bom lembrar, que durante todo o século XIX, Jaguarão se destacou concentrando um grande número de pessoas escravizadas. Em 1833, por exemplo, na publicação do primeiro censo realizado pela Câmara Municipal local, foram listadas 5.457 pessoas, e dentre elas, 2.601 foram tidos como “pretos”, o que evidenciava a condição da escravidão<sup>54</sup>. Mesmo após a mortandade da cólera, continuava expressivo o contingente de pessoas escravizadas na localidade. Em 1873, com o levantamento das listas de matrículas de escravizados, determinadas pela Lei do Ventre Livre de 1871, Jaguarão aparece como a quarta maior população escravizada da província, com 4.592 pessoas, diante de Porto Alegre com 8.970, Pelotas com 7.687, e Rio Grande com 5.417<sup>55</sup>. Ainda, nestes dados de 1873, chama atenção que 890 escravizados/as estavam vinculados/as ao trabalho urbano e 3.702 ao trabalho rural, evidenciando a importância do trabalho escravizado nas estâncias, na criação de gado fundamentalmente.

Jaguarão na década de 1850, contava ainda com os distritos de Arroio Grande e Herval. Como sede, contava com a maior concentração urbana desta pequena região, mas ainda tinha muito impacto das atividades rurais. Estes homens e mulheres escravizados/as trabalhavam nas atividades urbanas onde estava localizada a sede do lugar, na beira do Rio Jaguarão, ocupavam os espaços dos saladeiros,

---

Leão. Porto Alegre. 1859. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Extraído no dia 20 de fevereiro de 2024, do seguinte link: [http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263\\_1859\\_00002.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1859_00002.pdf). P. 182.

54 MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Uma Parda Infância: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo de Bittencourt / Jaguarão, século XIX). **Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Curitiba: UFPR, 2009. P.1-17. p. 3.

55 ARAÚJO, Thiago Leitão de. Novos Dados Sobre a Escravidão na Província de São Pedro. In: **Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Porto Alegre, 2011. p. 1-19. p. 6.

as charqueadas da região, mas fundamentalmente compunham o trabalho nas estâncias, na criação de gado vacum<sup>56</sup>. Eram cerca de 22 fazendas que compunham a sede de Jaguarão naquela conjuntura da década de 1850. As charqueadas foram importantes para a produção local e sazonalmente também complementavam as demandas da região, incluindo o norte do Uruguai<sup>57</sup>. Segundo Paulo Moreira, em 1854, antes da pandemia, existiam funcionando 9 charqueadas, duas encerraram as atividades no ano de 1855. Segundo o mesmo autor, trabalhando informações enviadas pelos vereadores à Presidência da Província, mesmo ocorrendo o fechamento de dois estabelecimentos, a quantidade de reses abatidas aumentou de 35.163 em 1854, para 41.697 em 1855<sup>58</sup>. Na sede do município, se destacava o maior comércio da região, como dito, e contava com muito trabalhadores especializados, dentre eles vários escravizados/as: “[...] é na sede que se encontrava grande parte das lojas e dos trabalhadores especializados: barbeiros, chapeleiros, funileiros, correeiros, alfaiates, carpinteiros, marceneiros, sapateiros, ferreiros, tipógrafos, armadores, etc. Num total aproximado de cerca de 345 oficiais, sendo livres 228 (66,09%) e escravos 117 (33,91%)”<sup>59</sup>. Portanto, é evidente o quanto Jaguarão fora uma cidade negra, importante referência para os estudos do Atlântico Negro, contando com um número contundente de homens

---

56 BOM, Matheus Batalha. **Porosas fronteiras: experiências de escravidão e liberdade nos limites do Império (Jaguarão – segunda metade do século XIX)**. São Leopoldo: UNISINOS, 2017 (Dissertação de Mestrado).

57 LIMA, Andréa da Gama. **Territórios do charque em Jaguarão, RS: patrimônio, memória e diáspora africana na fronteira meridional do Brasil**. Pelotas: UFPel, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, 2020 (Tese de Doutorado).

58 Moreira, 2009, p.6.

59 Idem, p. 7.

e mulheres escravizados/as, e com procedência africana referencial na história da ocupação do extremo sul da América<sup>60</sup>.

De 1855 até 1865, o livro conta com 1.789 registros. Destes, foram possíveis mapear algumas tipologias de marcação sobre as pessoas que as condicionavam ao sistema da escravidão e também estavam acompanhadas dos nomes de seus/suas respectivos/as senhores/as. Foram evidenciados para as mulheres o registro “escrava” com o número de 248, “escrava crioula” com 1, “escrava inocente” com 1 e “Africana” também com 1; para os homens, foram os registros de “escravo” para 277, “escravo preto” para 1 e “inocente escravo” também para 1. Somando estes registros, observa-se terem sido encontrados 251 registros para mulheres escravizadas e 279 registros para homens escravizados<sup>61</sup>. Ainda, destacam-se outros marcadores de cor, que se relacionam a serem descritíveis a pessoas negras que viviam em liberdade, tais como: Crioulo, Forra, Forro, Liberta, Liberto, Livre, Parda, Pardo, Preto, Preto forro, Preto liberto, Preto livre. As categorias “crioulo”, “pardo/a” e “preto”, nos registros trataram-se de pessoas livres, sem vinculação a senhor ou senhora. Portanto, dos

---

<sup>60</sup> Ver: AL-ALAM, Caiuá Cardoso; LIMA, Andréa da Gama. Territórios negros em Jaguarão: revisitando o Centro Histórico. In: **Ensino de História no Conesul: Patrimônio Cultural, Territórios e Fronteiras**. Jaguarão: Evangraf, 2012. p. 261-272; MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton. **Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013.

<sup>61</sup> Relacionando com a informação de que na década de 1850 em Jaguarão, havia maior número de homens escravizados do que mulheres escravizadas, observa-se que houve um número proporcional em razão de sexo nos sepultamentos. Caratti (2010, p. 56) nos argumenta que, ao analisar as cartas de alforrias entre 1830 e 1860, a maioria das cartas foram pagas ou concedidas às mulheres, o que evidencia, em acordo com padrão da bibliografia que analisa a escravidão no Brasil, que as mulheres conseguiram organizar de forma mais contundente seus agenciamentos pela liberdade. Se levarmos em conta que o sepultamento em campo santo, fazia parte do reconhecimento de dignidade perante o mundo material e a cosmo visão da morte, tanto no catolicismo como nas religiões de matriz africana, pode-se inferir que as mulheres estavam mais articuladas na agência para seus sepultamentos.

1.789 registros, temos 530 pessoas vinculadas a escravidão, o que dá cerca de 29,62% dos dados do livro de sepultamentos.

Buscando pegar primeiramente os registros das mulheres escravizadas, abaixo podemos pensar a idade das 251 falecidas enterradas no cemitério. Destas, 26 mulheres não foi possível descrever a idade.

**Tabela 1 – Idade Mulheres Escravizadas Sepultadas**

<b>Idade</b>	<b>Número</b>
0 a 12 meses	60
1 ano a 10 anos	49
11 a 20	22
21 a 30	31
31 a 40	22
41 a 50	16
51 a 60	14
61 a 70	7
71 a 80	4
Não consta	24
Ilegível	2
Total	251

Observando-se os dados, as mais jovens aparecem em maior número, concentrando os sepultamentos no campo santo nas crianças meninas com até dois anos de idade. Ainda, até os 10 anos, morreram muitas crianças, tendo um número proporcionalmente grande de sepultamentos também no intervalo que vai de 21 a 40 anos. Em primeiro lugar, vem as sepultadas com até 12 meses em número de 60, depois de 1 a 10 anos com 49 óbitos, após as de 21 a 30 anos com 31 mortas. O perfil geral foi de mulheres escravizadas bem jovens sendo enterradas no campo santo de Jaguarão.

Em relação a naturalidade, são poucos os registros de fato. “Africanas” foram 3<sup>62</sup>, de “Nação” foram 4 pessoas<sup>63</sup>, e de “Nação Mina” foi 1 registro<sup>64</sup>. Nestas informações, interessante perceber que Naeta, de 20 anos, “Nação Mina”, foi registrada falecendo em 1859, evidenciando ser uma africana que foi trazida depois da lei de 1831, o que mostra provavelmente ter sido uma mulher que morreu em uma situação de submissão a escravidão ilegal. Outro registro importante é o do falecimento de Maria Delfina, de 8 meses, descrita como de “Nação”. O registro da idade e procedência pode ter sido feito errado ou se trata de uma menina africana submetida à escravidão após as duas leis de abolição do tráfico. Elementos a se refletir sobre os usos da ilegalidade do tráfico transatlântico na região.

**Tabela 2 – Naturalidade Mulheres Escravizadas Sepultadas**

Naturalidade	Número
Africana	4
Nação	3
Nação Mina	1
Sem registro	243
Total	251

Para a construção de uma análise das causas das mortes relacionadas no livro do cemitério, busquei referência no trabalho de Mary Karasch (2000), que realizou uma sistematização dos perfis

de doenças dos/as escravizados/as falecidos/as no Rio de Janeiro.

<sup>62</sup> Antonia, escravizada de José da Silva Veiga, com 40 anos, falecida de bexigas; Catarina, escravizada de Os. Maria Magdalena Rocio, de 65 anos, falecida de queimadura; Maria Rosa, escravizada de Boaventura Alvas Ferreira, de 54 anos, falecida de iplamito (sic) crônico.

<sup>63</sup> Delfina, escravizada sem registro de senhorio, de 50 anos, falecida de laringite; Maria Delfina, escravidão relacionada às condições precárias que tinham no cativeiro, combinada com a agressividade do frio e da umidade da região. As doenças infecto-parasitárias, com 39 ocorrências, e as

<sup>64</sup> Naeta, escravizada do Capitão Francisco José Gonçalves da Silva, de 20 anos, falecida de gastro.

relacionadas ao sistema digestivo, com 29 registros, evidenciam os problemas frente a higiene dos espaços de vida das pessoas em situação de escravidão e também a precariedade relacionada a alimentação destas. Karasch<sup>65</sup> afirma que nos registros de mortes no Rio de Janeiro, da mesma época desta pesquisa, as mulheres escravizadas tinham tendência maior de letalidade pela tuberculose. Na tabela abaixo, se percebe um número alto das nomenclaturas “Tísica Pulmonar” e “Tuberculos”, que eram diretamente vinculadas a esta doença.

**Tabela 3 – Causas Mortes Mulheres Escravizadas Sepultadas<sup>66</sup>**

<b>Doenças Infecto-parasíticas</b>	<b>39</b>
Tísica pulmonar	11
Tuberculos (tuberculose)	5
Epidemia (cólera)	4
Disenteria	4
Tétano	3
Meningite	3
Tísica	3
Bexigas	2
Tuberculos pulmonares	1
Cólera	1
Coqueluche	1
Tifoide	1
<b>Sistema Respiratório</b>	<b>52</b>

<sup>65</sup> KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. p. 211.

<sup>66</sup> Os nomes das doenças de causas das mortes, foram preservados conforme a fonte. Alguns nomes tratam de doenças que naquela época tinham identificação diferentes, mas que hoje são localizadas em uma só nomenclatura. Por exemplo: tísica, tísica pulmonar, tubérculos, que hoje são referenciais à tuberculose.

Pulmonia	22
Pneumonia	6
Pumonia	6
Bronquite	4
Pummunia	3
Bronco Pneumonia	2
Congestão Pulmonar	2
Pleura Pneumônica	1
Bronco Pneumonia	1
Pelmonia	1
Tosse	1
Bronquite aguda	1
Constipação	1
Laringite	1
<b>Sistema Digestivo</b>	
	<b>29</b>
Gastro Enterite	12
Enterites	6
Gastro	3
Gastro Hepatite	2
Peritonite	1
Gastro Hepatite Enterite	1
Gastro Meningite	1
Enterite Aguda	1
Diabetes	1
Diarreia em Estado de Marasmo	1
<b>Causa Conhecida (Doenças Variadas)</b>	
	<b>11</b>
Moléstia Conhecida	10
Angina Caseiforme	1

<b>Sistema Circulatório</b>	<b>7</b>
Congestão	3
Hipertrofia	1
Hipertrofia do Coração	1
Lesão Orgânica do Coração	1
Endocardite	1
<b>Sistema Nervoso</b>	<b>5</b>
Apoplexia	3
Congestão Cerebral	1
Hemiplegia	1
<b>Causas de Mortes Mal Definidas</b>	<b>24</b>
Hidropexia	8
Repentinamente	6
Anasarca	2
Marasmo	2
Ascites	1
Ceribenta	1
Febre	1
Pontada Maligna	1
Abcessão por Congestão	1
Moléstia Não Conhecida	1
<b>Morte Violenta ou Acidental</b>	<b>2</b>
Afogada	1
Estrangulada	1
<b>Mal formações congênicas</b>	<b>1</b>
Pasmo	1

<b>Gravidez, Parto e Puerpério</b>	<b>1</b>
Parto	1
<b>Sistema Geniturinário</b>	<b>1</b>
Consumptira	1
<b>Doenças Reumáticas</b>	<b>1</b>
Reumatismo	1
<b>Vazias</b>	<b>63</b>
<b>Ilegível</b>	<b>15</b>

O cólera teve 1 registro apenas numa mulher escravizada, era a menina Caridade, de 14 anos, enterrada no dia 10 de maio de 1859, escravizada de Zeferino Porto. Portanto, fora do ano da crise da doença, que foi em 1855. No entanto, vale a pena abrir uma janela na argumentação deste texto, para falar especificamente dos registros relacionados à cólera. Em relação à um homem escravizado, o registro é de 19 de dezembro de 1855, a morte de Victor, escravizado de Manoel Alves. Duas pessoas escravizadas, num universo de 9, contando com pessoas livres, que aparecem com causa morte ligada ao “Cholera”, “Cholera Morbus” ou “cólera morbus”. Mortos por “epidemia” e “epidemia reinante”, contado todo o perfil da população registrada no livro, são 55 registros entre novembro de 1855 e janeiro de 1856. São 4 escravizadas e 5 escravizados. Entretanto, quando observamos os registros de sepultamento no livro, fica evidenciado um grande salto entre final de novembro e todo mês de dezembro. Para termos uma ideia, vejamos os números de registros de sepultamentos do conjunto da população como um todo no livro entre 1855 e 1856: Janeiro 1855 = 15; fevereiro 1855 = 7; março 1855 = 11; abril 1855 = 10; maio 1855 = 8; junho 1855 = 15; julho 1855 = 13; agosto

1855 = 15; setembro 1855 = 8; outubro 1855 = 11; novembro 1855 = 54; dezembro 1855 = 101; janeiro 1856 = 11. Ao todo, levando em conta os registros de causa morte como epidemia ou cólera, chegamos ao número de 64 pessoas, mas observando o aumento de registros de sepultamentos entre novembro e dezembro, e que algumas causas mortas não foram anotadas no livro, é provável que estes números fossem maiores.

É possível também, que os corpos das pessoas infectadas tenham sido enterrados longe do campo santo municipal, ou seja, distantes do meio urbano. O próprio Cemitério das Irmandades, que ficava fora do perímetro urbano, no Cerro que leva o mesmo nome, ainda assim demandava circulação de pessoas, e provavelmente corpos contaminados foram sepultados mais longe. Estamos diante de registros que são efetivamente daquelas pessoas que tiveram a possibilidade de serem enterradas no campo santo municipal, e nas condições de higiene e salubridade que eram minimamente respeitadas na época. O que não era pouco, pois como dito já, para além do respeito a legislação, bem morrer, ser enterrado num campo santo, era elemento primordial para a entrada no reino dos céus. Paulo Moreira, chama atenção para a facilidade do enterro de cadáveres de escravizados/as feitos de forma ilegal, e cita um ofício de 12 de dezembro de 1871, do Vigário Joaquim Lopes Rodrigues, de Jaguarão, para o Presidente da Província, que evidencia isto: “[...] quanto a estatística dos óbitos, não pode ser fiel em sua totalidade, visto como pela Campanha existem vários intitulos – Campos Santos – onde sem formalidade alguma e conhecimento das Autoridades, se faz os enterramentos de quase a maior parte dos Paroquianos que por lá falecem”<sup>67</sup>.

---

<sup>67</sup> MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. “Portanto, os senhores exigindo dos escravos mais do que podem, cometem um homicídio” Vida e morte de indivíduos cativos nos oitocentos através dos registros de óbito (Porto Alegre /RS) **Espaço Plural**, vol. XI, núm. 22, 2010, p. 79.

Voltando aos registros de escravizados, em relação aos homens, estes foram encontrados sepultados como “escravo”, “escravo preto”, “inocente escravo”, somando no total 279 homens e meninos escravizados. Destes, dois não foram legíveis as idades, 28 ficaram não preenchidas em relação a esta informação.

**Tabela 4 - Idade Homens Escravizados Sepultados**

<b>Idade</b>	<b>Número</b>
0 a 12 meses	66
1 ano a 10 anos	55
11 a 20 anos	21
21 a 30 anos	22
31 a 40 anos	25
41 a 50 anos	21
51 a 60 anos	19
61 a 70 anos	9
71 a 80 anos	6
81 a 90 anos	3
110 anos	1
120 anos	1
Não Consta	28
Ilegível	2
Total	279

Nos dados acima, que delimitam uma média por faixa etária, podemos observar que meninos escravizados são os que aparecem em maior número, sugerindo uma infância com vida extremamente vulnerável para aqueles submetidos à escravidão. Dos 0 aos 10 anos, concentra-se 121 registros, a metade do número de escravizados sepultados no cemitério que conseguimos identificar a idade. Karasch<sup>68</sup>

---

<sup>68</sup> Karasch, 2000, p. 154.

encontrou no Rio de Janeiro também um alto índice de óbitos de crianças com até 10 anos de idade. Paulo Moreira em Porto Alegre (2010) também encontrou alto índice de crianças falecidas entre escravizados/as com até 7 anos nos Registros de Óbitos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. O próprio autor faz uma reflexão sobre os relatos de como eram tratadas as mulheres escravizadas recém mães, em espaços pequenos e úmidos, sem alimentação adequada, em que “[...] as crianças cativas já atravessavam os primeiros anos de vida lutando para sobreviver. Talvez a atribuição da sociedade dos oitocentos a esta faixa etária (até os 7 anos de idade) a condição de infância estivesse em parte atrelada à fragilidade desses entes. Seria esse um período de certa expectativa em que não se sabia se o menino ou menina vingariam.”<sup>69</sup>. Alguns senhores aparecem enterrando crianças com até 7 anos de idade em maior número, como João Antonio de Moura Cunha, que enterrou três crianças, duas acometidas por pulmonia e um por gastro hepatite, e Francisco Diana, que também enterrou três, um por pulmonia, um por tétano e outro sem identificação. Dos falecidos com até 10 anos de idade, pelo menos metade das mortes foram relacionadas ao sistema respiratório e sistema digestivo. O que evidencia a mesma tendência geral de mortes registradas no livro, que é a precariedade relacionada a forma como viviam os trabalhadores escravizados, inclusive crianças.

---

<sup>69</sup> Moreira, 2010, p.85.

Sobre a naturalidade, observa-se que como “africano”, foram feitos 5 registros<sup>70</sup>. Registrados como sendo de “Nação”, foram 2<sup>71</sup>. E 1 registro foi feito de “Nação Africana”<sup>72</sup>. Certamente, afirma-se aí, a maioria absoluta de escravizados chamados de “crioulos”, aqueles nascidos no país.

**Tabela 5 - Naturalidade Homens Escravizados Sepultados**

Naturalidade	Número
Africano	5
Nação	2
Nação Africana	1
Sem registro	271
Total	279

Em relação às doenças, conforme se pode observar abaixo, há um equilíbrio dos registros relacionados ao sistema respiratório com 48 causas, as doenças infecto-parasitárias com 43 mortes, e o sistema digestivo com 41 causas mortes. Diferente dos registros de causas das mortes das mulheres escravizadas, vemos os homens escravizados sendo acometidos mais por doenças do sistema digestivo. Ainda, as doenças infecto-parasitárias também se destacam como causas de mortes entre os homens. Seria uma generalização avaliar que os homens escravizados teriam pior acesso à comida e higiene do

que as mulheres escravizadas, pois teríamos que cruzar com outras fontes, mas, é uma possibilidade evidente. Além das diferenças nas

causas de morte, há uma possibilidade de serem os espaços de trabalho, que podem ter sido piores do que a maioria das mulheres escravizadas, como as ligadas ao lida, com o gado, o trabalho nas charqueadas, e outros que demandavam maior

exposição do corpo e esforço físico. Chama atenção nos dados, a causa de morte por tétano (sic) número alto, o que segundo médicos do século XIX era por que os escravizados andavam descalços, pisavam

(sic).

em instrumentos, pedaços de ferro que os feriam, e também, por andarem sem calçados, eram picados por animais<sup>73</sup>. As causas mortes de gastro enterites e hepatites, eram vinculadas a má nutrição e vermes.

**Tabela 6 – Causas Mortes Homens Escravizados Sepultados**

<b>Doenças Infecto-parasíticas</b>	<b>43</b>
Tétano	9
Meningite	5
Tísica pulmonar	3
Epidemia (cólera)	5
Tuberculos (tuberculose)	4
Tuberculos pulmonares	3
Bexigas Confluentes	2
Disenteria	2
Varíola	2
Bexigas	1
Escarlatina	1
Febre tifoide	2
Meningite Encefálica	1
Cólera Morbus	1
Sífilis	1
Tifoide	1
<b>Sistema Respiratório</b>	<b>48</b>
Pulmonia	27
Pneumonia	7
Pumonia	5
Bronquite	1

---

<sup>73</sup> Karasch, 2000, p. 216.

Broncho pummonia	1
Bronco Pulmonar	1
Pleumonia Crônica	1
Pleura Pneumônica	1
Polmonia Crônica	2
Polmonia de Polmonia	1
Pumonia Aguda	1
<b>Sistema Digestivo</b>	<b>41</b>
Gastro Enterite	20
Enterite	2
Gastro Hepatite	6
Gastro	3
Gastrite	2
Gastrite e Pneumonia	1
Gastro Enterite Aguda	1
Gastro Meningite	1
Hepatite	1
Hepatite Aguda	1
Hepatite Crônica	1
Enterite Aguda	1
Eschericia	1
<b>Causa Conhecida (Doenças Variadas)</b>	<b>13</b>
Moléstia Conhecida	6
Angina Gangrenosa	5
Angina Pelliculosa	1
Angina	1
<b>Sistema Circulatório</b>	<b>2</b>

Hipertrofia	2
<b>Sistema Nervoso</b>	<b>9</b>
Apoplexia	4
Congestão cerebral	1
Congestão	2
Convulsões	1
Paralisia	1
<b>Causas de Mortes Mal Definidas</b>	<b>23</b>
Ascites	2
Febre	1
Anasarca	2
Marasmo	2
Repentinamente	3
De repente	3
Morte natural	2
Faleceu de repente	1
Hérnia Enginol	1
Hydropexia	1
Moléstia natural	1
Morte repentina	1
Velhice	1
Complicação?	1
Moléstia Crônica	1
<b>Morte Violenta ou Acidental</b>	<b>10</b>
Afogado	3
Asfixia	1
Asfixiado	1

Estrangulado	1
Faleceu de submersão	1
Ferimento	1
Queimadura	1
Garrotilho	1
<b>Mal formações congênicas</b>	<b>3</b>
Dentição	2
Pasmo	1
<b>Vazias</b>	<b>72</b>
<b>Ilegível</b>	<b>15</b>

Quanto aos senhores e senhoras de escravizados/as recorrentes no levantamento de dados, ou seja, os/as que mais apareceram no livro enterrando seus/suas escravizados/as, foram os/as seguintes:

**Tabela 7 – Senhores/as de Escravizados/as Sepultados/as**

Francisco José Gonçalves da Silva	8
João Antonio de Moura Cunha <sup>74</sup>	7
Joaquim dos Santos Polvora	6
Maria Angelica Barbosa (Barboza) de Figueiredo <sup>75</sup>	6
Boaventura Alves Ferreira <sup>76</sup>	6
Agostinho Barboza de Alencastro	5
Francisco Diana ou Dianna	5
Gabriel Gonçalves da Silva	4
Manoel Bernardino Soares	4
Silvestre Nunes Gonçalves Vieira	4

Peguei dois exemplos para pensar o cruzamento de informações sobre os sepultamentos e número recorrente de senhores. Francisco José Gonçalves da Silva, é o que mais aparece, com 8 registros. Temos informação apenas de 4 causas mortes, que são diversas, não há um padrão. Três faleceram no período do crescimento da cólera, no final de novembro. Em relação à idade, foram pessoas mais velhas, maioria a partir dos 30 anos<sup>77</sup>. Segundo Matheus Batalha Bom (2016),

<sup>74</sup> Dos 7 registros, 6 eram de crianças que faleceram com até 5 anos de idade: Maria e Noé, recém nascidos; Henrique, 5 anos; Antonia, 3 anos; Boaventura, 10 meses; Estevão, 3 meses; e Julia, 30 anos. Dos 5 registros de causa morte que tem realizado no livro, 4 foram relacionados ao sistema respiratório e 1 ao digestivo.

<sup>75</sup> Maria Angelica Barbosa (Barboza) de Figueiredo: foram 6 registros: Porfíria, 30 anos; Porfíria, 50 anos; André, 36 anos; Paulino, 13 anos; Manoel, 50 anos; Maria, recém nascida. Quatro deles tem a causa da morte, sendo 2 delas relacionadas ao sistema digestivo e 1 ao sistema pulmonar. Ainda, 2 pessoas morreram no auge da pandemia do cólera e sem registro de causa morte.

<sup>76</sup> Boaventura Alves Ferreira, é descrito como Cirurgião Mor numa relação de contribuintes voluntários para o combate à cólera no jornal O Jaguareense, disponibilizando 10\$000 réis. IHGJ. Jornal O Jaguareense. Dia 25 de dezembro de 1855.

<sup>77</sup> Patrícia, 40 anos; Joaquim, 50 anos; Sebastiana, 25 anos; Naeta, 20 anos; Domingos, 50 anos; Pedro, 28 anos; Caitano, 50 anos; Candido, 36 anos.

o Comendador Francisco José Gonçalves da Silva, nasceu em 1786 na cidade de Braga, Portugal. Foi casado com Maria Joana Barbosa Vieira Braga, natural de Rio Grande e irmã do futuro Conde de Piratini. Em seu inventário, datado de 1865, o monte-mor contabilizado foi de 241:357\$005 réis. Tinha casas, armazéns e terrenos na zona portuária de Jaguarão, como também na área rural, possuindo a “[...] Estância São João do Rincão de Jaguarão e Juncal com fundos para a Lagoa Mirim, além de casas e uma charqueada”. Possuía ainda terrenos e casa em Pelotas e campos no Uruguai. Era dono ainda de “[...] 111 reses de gado manso leiteiro; 300 reses de gado de cria; nove bois mansos; 30 cavalos mansos; 221 éguas de cria e 200 ovelhas”<sup>78</sup>. Em relação aos/as escravizados/as, foram listados/as 32 pessoas em sua posse, “[...] do total, 62,5% eram homens e 37,5%, mulheres”<sup>79</sup>.

Joaquim dos Santos Polvora, aparece sendo replicado em 6 registros de sepultamentos. Apenas existe um registro de causa morte, onde está escrito: “faleceu repentinamente”. Mas 4 destes escravizados faleceram em meio a pandemia da cólera, no final de novembro. As idades também foram esparsas<sup>80</sup>. Ele foi um português, casado com Febronia Jerônima de Almeida, filha de Liberato Firmino de Almeida, um charqueador e proprietário importante da região. Em 1854, foi aberto o inventário de Febrônia, e com a distribuição das riquezas aos herdeiros, ficamos sabendo dos bens do casal. Andrea da Gama Lima, informa que “Entre os bens de raiz do casal, constavam uma morada de casas na Praça da Matriz, uma morada e um lote na Praça da Marinha, um terreno na Rua da Flores e uma casa no

---

78 BOM, Matheus Batalha. Entre o controle e a autonomia: um ensaio sobre as últimas décadas da escravidão em Jaguarão (1870-1888). **Anais do XIII Encontro Estadual de História da ANPUH-RS**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2016. p. 2.

79 GUTIERREZ, Ester. Fortins e fazendas: patrimônio ibero-americano sulino. Jaguarão. RS. **Anais do IV SIMP: Memória, patrimônio e tradição**, 2010. p. 389.

80 Rosa, de 30 anos; Pedro, de 40 anos; Bagre, de 50 anos; Constancia, de 26 anos; Brasília, de 40 anos; Francisco de 4 meses.

Estado Oriental. Também foi identificado entre seus bens um galpão de olaria e a charqueada na Costa do Rio Jaguarão, esta avaliada em 16:000\$000.<sup>81</sup> Segundo a mesma autora, esta charqueada, posteriormente, foi comprada por Zeferino Lopes de Moura, liderança importante do futuro Partido Republicano Riograndense local, e ainda hoje é possível observar suas ruínas. Foram listados 42 escravizados/as no inventário, 30 homens, 9 mulheres e 2 crianças sem identificação. Cruzando as informações do livro de sepultamentos e as do inventário de Febrônia, encontramos as seguintes pessoas escravizadas falecidas e sepultadas por Joaquim: Constança e Rosa, avaliadas em 600\$000 réis no inventário; e Francisco Tanoeiro, avaliado em 1:000\$000 réis<sup>82</sup>. Se corresponderem às mesmas pessoas escravizadas de fato, o prejuízo aos herdeiros de Febrônia foi grande, devido a valorização dos três, principalmente de Francisco, que carregava em seu nome a especialização do seu trabalho: construir barris, tonéis.

Uma outra questão que chamou a atenção no livro, foram os 7 registros de sepultamentos de indígenas, que seguem abaixo e podem auxiliar pesquisas futuras. Chama atenção algumas destas pessoas serem registradas com o nome completo e outras não, significaria alguma diferença de status social?! Ainda, aparecem registros de 3 pessoas sendo qualificadas como “china”<sup>83</sup>.

---

81 LIMA, Andréa da Gama. **Territórios do charque em Jaguarão, RS**: patrimônio, memória e diáspora africana na fronteira meridional do Brasil. Pelotas: UFPel, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, 2020 (Tese de Doutorado). p. 89.

82 Idem, p. 90.

83 Em 1861, Maria do Carmo da Conceição, de 80 anos, China, viúva, falecida de meningite crônica; no mesmo ano, Maria Florisbella, de 29 anos, China, falecida de varíola confluyente; em 1865, Anna Maria da Conceição, de 46 anos, China, Solteira, falecida de gastro enterites.

**Tabela 8 - Indígenas Sepultados/as**

<b>Ano</b>	<b>Nome</b>	<b>Cor</b>	<b>Idade</b>	<b>Causa Morte</b>
1852	Jose	Índio	Não consta	Não consta
1854	Francisco Antonio	Índio	50	Não consta
1861	Izido	Índio	20	Gastro Enterite
1862	Clara Rodrigues Prates	Índia	62	Reumatismo
1863	Manoel Francisco da Costa	Índio	75	Hidropexia
1863	Maria Lúcia	Índia	30	Bexigas
1864	Paula da Silva	Índia	30	Gastro Enterite

Outros registros podem ser úteis às pesquisas relacionadas à História do Crime ou das instituições normativas, como Polícia e Exército. Por exemplo, as que remetem a pessoas que foram encarceradas e morreram no espaço prisional, como o escravizado Noé em 1855, registrado morto na prisão, provavelmente por cólera, já que não há causa morte, mas esta foi no aumento da doença, em novembro. Outro caso em 1859, o branco Claudir Martins, de 21 anos, morto por tísica pulmonar, preso na cadeia civil. Em 1861, outro exemplo, Antonio Gomes de Carvalho, de 36 anos, casado, preso sentenciado, falecido por tétano, provavelmente perante violência sofrida no ato de prisão ou na cadeia civil. O soldado do destacamento, em 1856, Francisco Luis Gonçalves, que morreu de “tubérculos”. Em 1860, uma situação inusitada, registro de morte de Antonio Domingues Fussiel, integrante da 1ª Companhia do Batalhão 12º de Infantaria, que foi fuzilado, constando no documento uma observação: “Aplicada a pena de fuzilamento a que estava condenado”.

Muitos elementos podem ser trabalhados com os livros de sepultamentos do cemitério, obviamente que sendo cruzados com outras fontes históricas, o que renderia muitas páginas que não cabem neste texto. Mas no geral, o que percebo, é que as condições de vida e de trabalho extremamente vulneráveis, espaços de moradia

ruins, péssimos lugares para dormir, falta de roupas adequadas, inadequada alimentação, saúde pública precária das localidades, tudo isso combinado com as baixas temperaturas e alta umidade da região onde fica Jaguarão, fechavam um circuito problemático que levava à morte de homens e mulheres escravizados/as.

**Tabela 9 - Causas Mortes de Escravizadas e Escravizados Sepultados/as**

Sistema Respiratório	100
Doenças Infecto-parasíticas	82
Sistema Digestivo	70
Causas de Mortes Mal Definidas	46
Causa Conhecida (Doenças Variadas)	24
Sistema Nervoso	14
Morte Violenta ou Acidental	12
Sistema Circulatório	9
Mal formações congênitas	4
Gravidez, Parto e Puerpério	1
Sistema Geniturinário	1
Doenças Reumáticas	1
Vazias	135
Ilegível	31

Observando a tabela acima, somadas todas as causas mortes, entre homens e mulheres que viviam submetidos à escravidão, vemos que as doenças do sistema respiratório foram maiores como causas de mortes, seguido de doenças infecto-parasíticas e depois as do sistema digestivo. Informações importantes, pois divergem um pouco das que Mary Karasch (2000) encontrou no Rio de Janeiro, onde as infecto-parasitárias eram as que mais mataram, seguidas do sistema digestivo e depois o sistema respiratório. É possível que o clima do sul, da fronteira

com o Uruguai, marcado pela umidade alta e frio intenso no outono e inverno, potencializasse as doenças respiratórias. Nikelen Witter apresenta uma síntese das formas como o extremo sul era visto na relação com a natureza e o clima, idealizado por ser supostamente mais salubre que outras províncias no século XIX. Mas analisando os relatos de cronistas, em que é afirmado o rigor do inverno, a autora observa que as formas de enfrentar a estação por parte da população, muitas vezes não era adequada, e a suscetibilidade a doenças vinculadas ao frio e umidade era grande: “A estação fria era vista como uma época em que inúmeras doenças podiam se manifestar. O inverno trazia maior suscetibilidade a gripes frequentes e doenças bronquio-pulmonares [...]”<sup>84</sup>. Outro elemento, além do clima, era o tamanho do espaço urbano, maior no Rio de Janeiro obviamente e mais propenso a falta de higiene, a insalubridade concentrada na urbe, que facilitou o acúmulo de doenças parasitárias e vinculadas ao sistema digestivo. Trazendo a comparação mais para o sul, Paulo Moreira em Porto Alegre, nos registros de óbitos da Santa Casa de Misericórdia, encontrou em primeiro lugar as causas de mortes vinculadas ao sistema infecto-parasitário, em segundo o do sistema digestivo, sendo o sistema respiratório apenas o quarto com maior número de mortes.<sup>85</sup> Evidencia-se, neste sentido, que a região da fronteira sul, carregava, e carrega até hoje, o enfrentamento das consequências do frio e da umidade.

Busquei aqui trazer elementos de contribuição para uma abordagem da História Social da Escravidão na fronteira sul do Brasil, através da utilização do livro de sepultamentos do cemitério da cidade de Jaguarão entre 1855 e 1865. Certamente, muitos outros elementos podem ser problematizados relacionados a outras tipologias de fontes. O que fica evidenciado, é que a vida de escravizados e escravizadas

---

<sup>84</sup> WITTER, Nikelen Acosta. Apontamentos para uma história da doença no Rio Grande do Sul (séculos XVIII e XIX). **História em Revista**, v. 11, n. 11, 5 jul. 2017. p. 20.

<sup>85</sup> MOREIRA, 2010, p. 85.

na fronteira sul, na precariedade das condições materiais de vida relacionadas com o clima frio e úmido, fez das suas vidas uma longa resistência, e na morte, fica evidente que nem todos/as conseguiam ser enterrados/as em campo santo, mas aqueles/as que conseguiam, evidenciam, quiçá, as agências que suas redes de protagonismo eram capazes de realizar , mesmo submetidos à escravidão.

## **Bibliografia:**

- AFFONSO, Nathalia de Oliveira. **“Aqui esvaece orgulho, ódio e vaidade. Reina a paz, o sossego e a igualdade”**: uma análise sobre o Cemitério das Irmandades – Jaguarão. Jaguarão: UNIPAMPA, 2015 (Trabalho de Conclusão de Curso em História).
- AL-ALAM, Caiuá Cardoso; LIMA, Andréa da Gama. Territórios negros em Jaguarão: revisitando o Centro Histórico. In: **Ensino de História no Conesul: Patrimônio Cultural, Territórios e Fronteiras**. Jaguarão: Evangraf, 2012. p. 261-272.
- ARAÚJO, Thiago Leitão de. Novos Dados Sobre a Escravidão na Província de São Pedro. In: **Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Porto Alegre, 2011. p. 1-19.
- BOM, Matheus Batalha. Entre o controle e a autonomia: um ensaio sobre as últimas décadas da escravidão em Jaguarão (1870-1888). **Anais do XIII Encontro Estadual de História da ANPUH-RS**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2016. P. 1-19.
- \_\_\_\_\_. **Porosas fronteiras**: experiências de escravidão e liberdade nos limites do Império (Jaguarão – segunda metade do século XIX). São Leopoldo: UNISINOS, 2017 (Dissertação de Mestrado).
- CARATTI, Jônatas Marques. **O solo da liberdade**. As trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862). São Leopoldo: UNISINOS, 2010 (Dissertação de Mestrado).
- GUTIERREZ, Ester. Fortins e fazendas: patrimônio ibero-americano sulino. Jaguarão. RS. **Anais do IV SIMP**: Memória, patrimônio e tradição, 2010. p.381-395.
- KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

- LIMA, Andréa da Gama. **Territórios do charque em Jaguarão, RS**: patrimônio, memória e diáspora africana na fronteira meridional do Brasil. Pelotas: UFPel, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, 2020 (Tese de Doutorado).
- MARTINS, Roberto Duarte. **A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguay**: a construção da cidade de Jaguarão. Universidade Politécnica da Catalunha, 2001. (Tese de Doutorado).
- MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton. **Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Uma Parda Infância: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo de Bittencourt / Jaguarão, século XIX). **Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Curitiba: UFPR, 2009. P.1-17.
- \_\_\_\_\_. “Portanto, os senhores exigindo dos escravos mais do que podem, cometem um homicídio” Vida e morte de indivíduos cativos nos oitocentos através dos registros de óbito (Porto Alegre /RS) **Espaço Plural**, vol. XI, núm. 22, 2010, p. 78-89.
- PIÑEIRO, Liana Nadine Gonzalez. **Arte e discursos do Cemitério das Irmandades de Jaguarão nas primeiras décadas da República**. Jaguarão: UNIPAMPA, 2018 (Trabalho de Conclusão de Curso em História).
- REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- ROSA, Eleandro Viana. **Cólera, uma visita indesejada**: Medo, Religiosidade e Medicina na Jaguarão de 1855. Jaguarão: UNIPAMPA, 2015 (Trabalho de Conclusão de Curso em História).
- SILVA, Tiago Rosa da. **Uma fronteira negra**: resistência escrava através das fugas anunciadas nos jornais jaguarenses (1855-1873). Jaguarão: UNIPAMPA, 2015 (Trabalho de Conclusão de Curso em História).
- WITTER, Nikelen Acosta. Apontamentos para uma história da doença no Rio Grande do Sul (séculos XVIII e XIX). **História em Revista**, v. 11, n. 11, 5 jul. 2017. p.1-29.

# A “PRETA DISSOLUTA E MENTIROSA”

a representação de mulheres negras  
acusadas de crimes nos jornais pelotenses  
do final do século XIX

Geza Carús Guedes<sup>1</sup>

## Introdução

A análise da representação das mulheres negras *criminosas* na imprensa de Pelotas se torna relevante à medida que rascunha um dos tantos perfis da sociedade escravocrata. A pesquisa comportamental desses sujeitos, como se deslocam pela cidade até suas casas, cortiços e bares demonstra que as relações e conflitos não perpassavam apenas pelos “excluídos”, mas incluíam também as elites locais; não se tratava unicamente de uma camada da sociedade, mas da relação

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFPEL

delas dentro do espaço urbano. Com esse intuito foram escolhidas histórias de crimes envolvendo mulheres, por se compreender que ainda existe espaço para discussões e trabalhos que se dediquem a mulher negra – escravizada ou liberta – nos anos finais da escravidão. Para isso, foram utilizados os conceitos de representação empregados por Carlo Ginzburg, em *Olhos de Madeira*.<sup>2</sup>

Durante os anos de 1860 a 1890, Pelotas obteve um papel de destaque na economia da Província do Rio Grande do Sul, gerada pela produção e exportação de charque.<sup>3</sup> Nascida desta economia charqueadora, surge uma aristocracia escravocrata, que investia e desejava consumir cultura; para contemplar estas necessidades os jornais se multiplicavam na segunda metade do século XIX. Assim, este texto pretende analisar fragmentos desses jornais, em específico os artigos publicados no *Onze de Junho*, *A Discussão*, *Diário de Pelotas* e *Rio-Grandense*, no final do Império e início da República.

A escolha do recorte temporal tem relação com o momento político e econômico em que se encontrava o Brasil, os movimentos abolicionistas, a Lei Áurea, o fim do Império e a Proclamação da República, que contribuíam para um período de intensas mudanças. A substituição do trabalho escravo pelo livre estava em voga na maioria dos periódicos; a cidade de Pelotas não era diferente do restante do país, no que tange as discussões abolicionistas<sup>4</sup> e conflitos políticos entre Liberais e Conservadores. Tanto o partido Conservador, quanto o Liberal mantinham sob seu poder a redação de vários

---

2 GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira: Nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

3 MAGALHÃES, Mario Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: AdUFPel/Livraria Mundial, 1993.

4 O primeiro jornal pelotense a defender a abolição foi *A Voz do Escravo* em 1881, alicerçado no ideário nascido no jornal que se organizou o Clube Abolicionista. O grupo defendia o fim da escravidão baseado em uma negociação pacífica.

jornais pelotenses. Para tanto, investigar os artigos significa também compreender essa disputa política que se encontrava na essência da maioria das publicações.

O jornal *Onze de Junho*,<sup>5</sup> por exemplo, circulou entre os anos de 1868 a 1889 e durante esse período recebeu apoio de várias vertentes políticas. Em 1868 foi financiado pelo Partido Conservador, precisando ser interrompido em 1878. Em 1881 retomou as atividades, sem apoio político declarado. Não escondia sua defesa à abolição e manteve críticas ferozes à força policial, principalmente a partir de 1884, quando o então redator do jornal, Antônio da Silva Moncorvo Jr. foi ameaçado.<sup>6</sup>

Em 1885 Antônio da Silva Moncorvo Jr. passou a dirigir o *Rio-Grandense*, que circulou entre 1885 a 1889, o qual defendia, ferrenhamente, os ideais partidários Conservadores. Com o objetivo muito claro, endossou os discursos e condutas das autoridades policiais indicadas pelo mesmo partido.<sup>7</sup>

A *Discussão* nasceu em 1881, autointitulava-se “Folha Popular” e, durante a campanha abolicionista, foi um dos primeiros periódicos brasileiros que se negou a publicar anúncios sobre escravizados.<sup>8</sup> Com frequência envolveu-se em polêmicas e divergências políticas com os rivais contemporâneos *Diário de Pelotas* e *Correio Mercantil*. Extinguiu-se em fins de janeiro de 1888.<sup>9</sup>

O *Diário de Pelotas* teve uma importância singular no período, circulando de 1866 a 1889. As vertentes partidárias do jornal se

---

5 LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena; MAGALHÃES, Mario Osório (Orgs.). *Dicionário de História de Pelotas*. Pelotas: UFPel, 2010. p. 206-207.

6 Idem, p. 106-107.

7 Possuía formato 50x32; sua assinatura custava 18\$000 e 22\$000.

8 LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena; MAGALHÃES, Mario Osório (Orgs.). Op. cit., p. 107-108.

9 Possuía um formato de 55x38cm; sua assinatura custava 20\$000 e 24\$000.

alternaram entre o Partido Liberal e uma linha mais neutra.<sup>10</sup> Em setembro de 1888, tornou-se um Órgão do Partido Liberal da Província, transferindo a coordenação do noticioso ao Clube Liberal.<sup>11</sup> Defendeu abertamente os funcionários da polícia e judiciário que representavam sua posição partidária.

A opinião dos jornais sobre determinados crimes, na maioria das vezes, corroborou com a sua vinculação partidária. Quando se tratava de um policial, Delegado ou Subdelegado, indicados por Liberais ou Conservadores, que havia cometido um ato de negligência ou abuso contra libertos ou escravizados, a conduta era severamente criticada pelo jornal de oposição, pois a filiação correligionária estava em primeiro lugar nesse jogo político. Dessa forma, os principais personagens desse drama do cotidiano são relegados a segundo plano. O desafio está em retomar o protagonismo desses sujeitos “excluídos”, ao retomar os atores e eventos conflituosos. Os negros são representados como espelhos de brutalidade, falta de civilidade e, no imaginário da elite, a violência é entendida como um *câncer* que necessita ser tratado. Fruto de uma ordem bárbara que precisa ser controlada com medidas, que não emergem unicamente do Estado, mas que estão também sob a responsabilidade da própria sociedade. Sendo assim, é possível observar que entre os anos de 1880 a 1890, os jornais de todo o país e, por conseguinte, a imprensa pelotense, davam um amplo destaque aos crimes hediondos cometidos por negros e negras, com ênfase em tudo aquilo que lhes parecesse um espetáculo grotesco de morte.

---

<sup>10</sup> Possuía um formato de 55x38cm; sua assinatura custava 20\$000 e 24\$000.

<sup>11</sup> LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena; MAGALHÃES, Mario Osório (Orgs.). Op. cit., p. 105-106.

De acordo com Marinalva Barbosa,<sup>12</sup> a partir dos anos 1890, os jornais no Rio de Janeiro, para ganhar mais leitores, passaram a dedicar um espaço às notícias de natureza policial e de cunho sensacional. Nesse mesmo período, deve ser considerada a representatividade que a imprensa tinha no imaginário popular. Para tanto, “expressar conceitos e opiniões, era de fato possuir poder”, transformando o que se publicava em verdade inquestionável.<sup>13</sup> A imprensa seria, portanto, propagadora de ideias e formadora de consenso e de conceitos. A introdução de inovações editoriais e uma preocupação mercadológica foi característica dos jornais do final do século XIX, “para conquistar maior número de leitores, dedicam mais espaço a um tipo de notícia que, até então, estava relegada a segundo plano: a de natureza policial”.<sup>14</sup> Embora a autora ressalte que, somente a partir de 1890, tenha se observado esses traços de sensacionalismo nos jornais do Rio de Janeiro, é possível constatar estas particularidades nos artigos investigados em Pelotas, já a partir de 1880.<sup>15</sup>

Além das delimitações da data do início do aparecimento de notícias sensacionalistas, é preciso relativizar também o próprio conceito de sensacionalismo, o qual pode ser considerado um conceito errante, que ainda necessita de discussões, mesmo para aqueles autores que o definiram e que servem como base para atuais reflexões. Pode-se citar duas explicações: a formulada por Angrimani Sobrinho<sup>16</sup> para o qual o sensacionalismo é tornar sensacional um fato jornalístico

---

12 BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)*. INTERCOM: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 20, n. 2, 1997.

13 Idem.

14 Ibidem.

15 ANGRIMANI, Sobrinho Danilo. *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa*. São Paulo: Summus, 1995, p. 20.

16 Idem, p. 16

que em outra circunstância seria considerado corriqueiro, “sensacionalizar aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se para isso de um tom escandaloso, espalhafatoso”. Já Rosa Pedroso,<sup>17</sup> adiciona um elemento de construção de subjetividade e identidade na figura do leitor; é um modo de narrativa que corresponde ao “meio de libertação de desejos reprimidos e censurados, permitindo a projeção da culpabilidade do ato, que o leitor realiza na imaginação, sobre as personagens dos acontecimentos”. A autora ainda afirma que esse modo de produção discursiva, prima pelos critérios de “intensificação e exageros gráficos, temáticos, linguísticos e semânticos” elaborados num contexto de representação social.<sup>18</sup> Dominique Kalifa ao discutir sobre a construção do imaginário do crime, aponta que as notícias desse gênero eram carregadas de ficção narrativa, com significativa presença do sensacionalismo.<sup>19</sup>

Tais definições permitem avançar na discussão, pois o dilema está em escolher um único conceito para dar conta de todas as estratégias que foram usadas para gerar sensações nos leitores e que estão claramente presentes nas notícias de crimes ocorridos em Pelotas. Nos artigos analisados a referência feita às *delinquentes* utilizou-se frequentemente do caráter dramático e trágico dos atos cometidos. Termos que descreviam não só os indivíduos, como também os eventos; na rua “era numeroso o concurso de povo que acompanhou a criminosa, desde a secretaria de polícia até à casa da câmara, onde teve lugar o interrogatório”, essa “fera humana”, entre tantos outros adjetivos e descrições utilizadas pelos jornais.<sup>20</sup> No caso em que a

---

17 PEDROSO, Rosa Nívea. *A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista*. São Paulo: Annablume, 2001, p. 51.

18 Idem, p. 123.

19 KALIFA, Dominique. *A tinta e o sangue: narrativas sobre crimes e a sociedade na Belle Époque*. Editora da Unesp, 2019, p. 9.

20 BPP. CDOV. *Onze de Junho*, Pelotas, ano XIII, n. 906, 19/04/1882, p. 2.

vítima e a autora eram forras o tom de exagero poderia mudar de acordo com o repertório de influências sociais que estas libertas possuíam. Se possuíam a estima de seus senhores ou se já haviam cometido crimes anteriores. Conforme se verifica no jornal *Onze de Junho* “Só ontem é que foi posta incomunicável esta criminoso de morte, depois de talvez já aconselhada no que deve declarar em sua defesa por pessoas que a protegem”.<sup>21</sup>

Conflitos de amor, de ódio, acerto de contas e desavenças, também foram constantes nas narrativas construídas pelos editores. Ao publicar esses casos, a imprensa buscou enfatizar que as *criminosas*, escravizadas e libertas, por estarem imersas em uma realidade violenta, rodeadas de todo o tipo de criminosos e malfeitores, estavam fadadas a decadência moral, o que justificaria o seu fim trágico e de suas famílias. A denominada *família negra* foi incessantemente retratada; era nela que ocorriam as desavenças, o palco, “propício para assassinatos e cenas de violência em geral, sendo que as mais diferentes personagens pareciam participar dessas ações”.<sup>22</sup>

Nos jornais de Pelotas as notícias investigadas possuem três focos principais, ou caracterizam-se pelos crimes cometidos por escravizadas e libertas contra seus senhores, nestes casos a tônica central é a caracterização dos senhores como vítimas virtuosas, em oposição ao negro que é mencionado como um sujeito monstruoso e perigoso. Em contrapartida, os crimes efetuados por brancos contra escravizadas e libertas, justificam-se como uma necessidade de equilíbrio no cotidiano de uma sociedade escravocrata. No centro, entre estes dois polos, encontram-se os delitos cometidos entre cativas e libertas, em que as negras se configuram como vítimas e agressoras; nestes a

---

21 BPP. CDOV. *Onze de Junho*, Pelotas, ano XIII, n. 905, 17/09/1882, p. 2.

22 SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 232.

imprensa local tratou de representar ambos os lados como indivíduos imersos na violência.

### **Lucinda, Rita, Maria da Conceição e Sebastiana: representação das mulheres negras nos jornais de Pelotas.**

Sendo assim, no espaço urbano a sociabilidade entre escravizados, escravizadas, libertos e libertas era compreendida pelos órgãos disciplinadores como potencialmente perigoso. De acordo com o zoneamento, as ruas pertencentes ao eixo norte-sul eram reservadas às casas da aristocracia pelotense, já a região leste-oeste era habitada pelos marginalizados.<sup>23</sup> Paulo Moreira<sup>24</sup> afirma que a “polícia passou a ser considerada uma ótima alternativa ao chicote”. Na comparação dos valores gastos pelo orçamento autorizado pelo presidente de Província para o reforço da organização policial, a cifra saltou de 273:460\$970 no final dos anos de 1877 a 1878, para 475:645\$800 no ano 1888, o que correspondia a um aumento de 73,9% da verba<sup>25</sup> no período que antecedia a Abolição. Mesmo assim, diversos municípios permaneciam com problemas no controle dos conflitos. Além disso, aos olhos do judiciário, os escravizados homens que desempenhavam trabalho nas charqueadas continuavam sendo indivíduos ameaçadores. Conforme aponta Sandra Pesavento<sup>26</sup> no processo criminal examinado pela pesquisadora, o escravizado Benjamin é julgado por degolar sua vítima com uma faca, “abrindo

---

23 GUEDES, Geza Carús. *Criminalidade feminina: mulheres negras e os homicídios em Pelotas (1880-1890)*. Pelotas: Editora da UFPEL, 2017. p. 41.

24 MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais de criminalidade popular em Porto Alegre*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009. p. 33.

25 Idem, p. 321.

26 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Visões do cárcere*. Porto Alegre: Zouk, 2009. p. 211.

um talho que praticamente separou a cabeça do corpo”. O manuseio de armas credenciava previamente, aos olhares das autoridades, esses indivíduos a atos de perversidade contra seus senhores e seus pares. Certamente as discussões que antecediam à abolição fomentaram as notícias de tentativa de assassinato e brigas, reiterando o discurso *da onda negra e o medo branco*<sup>27</sup> nos jornais de toda a Província. Conforme vemos no artigo referente a tentativa de assassinato de que é acusada Lucinda.

No dia 5 de março de 1882, a mucama Lucinda, de 26 anos, teria tentado envenenar a sua senhora, Eulália Mendonça de Azevedo e Souza. De acordo com o processo judicial,<sup>28</sup> a escravizada teria administrado o veneno verde-paris<sup>29</sup> em uma xícara de chá e dado a

---

27 Termo foi cunhado por Maria Célia do Azevedo no livro *Onda negra, medo branco: o Negro no Imaginário das Elites no século XIX*, publicado em 2004, pela editora Anna Blume.

28 Embora o crime tenha ocorrido em 1882, o resultado da sentença ocorreu somente em 1885, conforme documento disponível no Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Sul (APERS). Processo Crime número 1231, maço 35, na estante 36. Durante o período de 1882 a 1885, provavelmente, Lucinda tenha permanecido na Casa de Correção de Pelotas aguardando o resultado do processo. Entretanto, não foi possível verificar tal indício, já que a documentação referente à prisão de Pelotas foi extraviada. Vale ressaltar que no livro *Documento da escravidão: processo crime: escravo como vítima ou réu*, publicado pelo APERS, o processo de Lucinda é mencionado, conforme: “ré foi acusada de, no dia 5 de março, tentar assassinar a vítima envenenando seu chá. Conclusão: Absolvida.” Entretanto, Lucinda foi condenada a 20 anos de prisão com trabalho análogo ao seu sexo, graças ao Decreto de 27 de maio de 1885, a pena foi comutada de pena de morte para prisão.

29 “O Arsênico apresenta-se em várias formas de sais, o mais comum é o anidrido arsenioso, que é um pó branco e fino de sabor ácido. É introduzido no organismo de forma oral ou inalatória. Utiliza-se como raticida, corante (verde-paris) [...]. Produz vaso dilatação intensa e altera a permeabilidade capilar provocando edema subcutâneo, diarreia sanguinolenta profusa com conseqüente hipotensão e choque. Acumula-se nos ossos e fâneros e é eliminado principalmente pela urina. Sintomas principais: vômitos hemorrágicos, diarreia com sangue, edema pulmonar e palpebral, odor alíáceo, edema cerebral com confusão mental e cefaleia. Achados de necropsopia: edema pulmonar, sangue no trato digestivo, edema cerebral e necrose do fígado”. WOELFERT, Alberto Jorge Testa. *Introdução à Medicina Legal*. Canoas: Editora da ULBRA, 2003. p. 117.

sua senhora. Lucinda recebeu sentença aplicada somente às mulheres, tendo sido condenada a 20 anos de prisão, com trabalho análogo a *seu sexo*.<sup>30</sup> Nesse caso, a distinção de gênero era considerada um elemento diferenciador na aplicação da pena de *galés*. Evidentemente, Lucinda foi condenada com tamanha severidade por haver cometido o crime contra sua senhora. Certos da ineficiência e fragilidades do sistema de dominação paternalista a que estavam inseridos, os senhores desde sempre temeram os ataques domésticos dos cativos,<sup>31</sup> sobretudo o envenenamento que se tornou um perigo iminente. O paternalismo consiste na necessidade de restringir efetivamente a liberdade de escolha pela coerção, não se tratando de um simples conselho, e o objetivo principal está em cercar a liberdade em benefício de outrem.<sup>32</sup> Mesmo com o Código Penal da República de 1890, o discurso continuava a doutrinar para a instituição da família patriarcal<sup>33</sup> e o modelo de honra baseado nas relações de gênero e raça. O próprio Código Criminal do Império de 1830, art. 14 § 6º demonstra claramente suas vertentes paternalistas ao definir como “dos crimes justificáveis” não tendo “lugar a punição”, “quando o mal consistir no castigo moderado, que os pais derem aos seus filhos e os

---

30 De acordo com o Código Criminal do Império Comentado de 1830, na jurisprudência de apelação de 1875, ressalta-se que “[...] A pena de prisão imposta à escrava que, por causa do sexo, não deve sofrer a de galés, não pode ser comutada em açoites”. TINÔCO, Antônio Luiz Ferreira. *Código Criminal do Império do Brasil Annotado*. Ed Fac-sim. Brasília: 2003, p. 70.

31 O termo cativo aqui usado não se refere a capturado, mas como sinônimo de escravizado, diferentemente do observado por Hebe Mattos em seu livro *Memórias do Cativo*.

32 HART, H. L. A. *Law, liberty and morality*. Stanford: Stanford University Press. 1963. p. 30.

33 Mary G. Castro e Lena Lavinias ressaltam que não se faz necessária a defesa teórica do uso do termo patriarcal, por ser usado de forma adjetiva como: “família patriarcal”. CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

senhores aos seus escravos [...]”.<sup>34</sup> Nesse sentido, a relação entre ser um *bom* pai e ser um *bom* senhor de escravo estavam muito próximos dentro do sistema paternalista.

Imerso nesta representação construída pela elite intelectual, o envenenamento ocorrido na casa do charqueador Heleodoro de Azevedo de Souza foi noticiado por vários jornais, entre eles: o *Onze de Junho*, *Diário de Pelotas* e *Gazeta de Porto Alegre*. Conforme descrição do jornal *Onze de Junho*:

A Exm. Sr. D. Eulália Mendonça de Azevedo e Souza, digna e virtuosa esposa do Sr. comendador Heleodoro de Azevedo e Souza, ia sendo na noite de anteontem, vítima da perversidade de sua escrava de nome Lucinda, que tentou envenená-la dissolvendo uma dose de Verde-paris, numa xícara de chá.

Graças a providência, que velou pelos dias dessa virtuosa Sra. o monstruoso crime, não chegou a perpetrar-se, por que o veneno acusando o seu mau gosto, impediu a realização do infame atentado dessa péssima escrava que pagou com o mais hediondo dos crimes, a confiança e a estima que gozava na casa de seus senhores.

Ainda assim, a Exma. Sra. D. Eulália, ingeriu dois ou três goles, cujos efeitos foram imediatamente neutralizados pelos prontos socorros médicos de seu digno genro, o Sr. Dr. Miguel Rodrigues Barcellos.

Não se tendo consumado esse terrível crime cuja perpetuação roubava à sociedade pelotense os tesouros de um bondoso coração e de uma alma caritativa, à sua Exma. Família significamos o nosso contentamento.<sup>35</sup>

A forma como foi descrita a “virtuosa senhora” a qual foi “vítima da perversidade de uma escrava” anuncia que os papéis de ré e vítima

---

<sup>34</sup> TINÔCO, Antônio Luiz Ferreira. *Código Criminal do Império do Brazil Annotado*. Ed Fac-sim. Brasília: 2003, p. 70.

<sup>35</sup> BPP. CDOV. *Onze de Junho*, Pelotas, ano XIII, n 749, 7/03/1882, p. 2.

já estavam estabelecidos pelo próprio redator. O jornal, sem nenhuma apreensão determinou a *verdadeira culpada* pelo “monstruoso crime”. Ao particularizar cada detalhe, o jornalista montou uma ordem textual em que o leitor podia construir uma imagem: com lugares familiares, relatos que provocavam reciprocidade e construíam no leitor uma representação do fato. A tentativa de assassinato passava, portanto, a ser um elemento secundário na trama, dando lugar a detalhes sobre a personalidade da vítima, da acusada e do cotidiano que cercava os personagens, tal estratégia possuía um único objetivo: transformá-las em indivíduo por quem se tem um sentimento, uma sensação e não apenas, em alguém distante do leitor.

Além disso, deve-se analisar o posicionamento político-ideológico do próprio *Onze de Junho*, para que a partir dele seja possível construir relações com a representação formulada para o crime. Embora, o *Onze de Junho* tenha se caracterizado por um discurso abolicionista e por críticas às práticas truculentas da polícia, tendia a censurar severamente as negras que teriam cometido delitos.

O uso de venenos por escravizados e libertos foi utilizado como estratégia de resistência, tema tratado no livro *Muzungas: consumo e manuseio de químicas por escravos e libertos no Rio Grande do Sul (1828-1888)*, o qual abordou os processos criminais referentes ao manuseio e consumo de substâncias químicas, desde venenos e feitiços até drogas. Sobre Pelotas, o autor tratou do crime de Josefa Eulália da Cunha, envenenada em 1853, pela escravizada Maria. Suas observações sobre o crime restringiram-se ao medo recíproco entre senhor e cativo, discussão frequente na historiografia sobre escravidão e criminalidade.<sup>36</sup>

---

<sup>36</sup> SILVA, Róger Costa da. *Muzungas: consumo e manuseio de químicas por escravos e libertos no Rio Grande do Sul (1828-1888)*. Pelotas: EDUCAT, 2001. p. 53.

Durante a primeira metade do século XIX, o Estado protegia-se buscando como estratégia impedir a organização de revoltas e rebeliões; o policiamento na Província esteve voltado a reprimir os crimes públicos<sup>37</sup> que infringiam o Código de 1830. Os delitos foram agrupados por tipos penais, tais como: os “crimes contra a segurança interna do Império e pública tranquilidade”, no qual estavam incluídos a conspiração, a rebelião, a sedição, a insurreição e a resistência.<sup>38</sup> Já na segunda metade do século XIX, os homicídios tornaram-se a maior preocupação do Ministro da Justiça. Os Presidentes das Províncias remetiam ao Ministério demandas relacionadas aos assassinatos frequentes de senhores de escravizados. A região de Pelotas era potencialmente perigosa e de difícil controle, por encontrar-se em uma posição geográfica estratégica, por estar praticamente ao lado da cidade portuária de Rio Grande (RS) e das fronteiras com o Uruguai. O Rio Grande do Sul estava situado numa região de intenso tráfico com o Atlântico, sistema que recebeu restrições, mas que se mantinha pujante mesmo após 1831.<sup>39</sup> A vigilância nas ruas aumentava à medida que mais e mais escravizados e escravizadas conquistavam a liberdade.

---

<sup>37</sup> Os crimes públicos são descritos nos Relatórios de Presidente de Província como aqueles que afetam a sociedade ou comunidade. Disponível em: [http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio\\_grande\\_do\\_sul](http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul), acesso em: 20 maio 2023.

<sup>38</sup> TINÓCO, Antônio Luiz Ferreira. *Código Criminal do Império do Brasil Annotado*. Ed Fac-sim. Brasília: 2003, p. 185.

<sup>39</sup> Robert Conrad, no livro *Tumbeiros*, analisou profundamente o tráfico de escravizados e observou algumas características que foram preservadas até o fim desse lucrativo sistema, que persistia até mesmo depois de decretada sua ilegalidade. Segundo o autor, a associação lucrativa entre o tráfico e a exportação de produtos como: açúcar, ouro, diamantes, café, algodão tornava vantajosa a venda de escravizados. Além disso, existia uma demanda constante, gerada pela baixa expectativa de vida pelo trabalho forçado a que eram submetidos, conforme descreve o autor (CONRAD, Robert. *Tumbeiros. O tráfico de Escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985).

Outro crime que obteve repercussão nos jornais pelotenses foi noticiado pelo *Onze de Junho*, no dia 20 de setembro de 1882, a escravizada de nome Rita de 26 anos, teria administrado verde-paris na xícara de leite de sua senhora Clara Paiva de Sá,<sup>40</sup> esposa do Coronel Joaquim de Sá Araújo. Sobre o caso o noticioso destacou:

Acaba de ser vítima da perversidade de sua escrava, que tentou contra os dias de sua preciosa existência, subministrando uma substância tóxica [...] a criminosa que é uma parda de nome Rita, cria da casa realizou este bárbaro atentado. [...] Parece, porém e há muitas razões, para assim crer, que Rita tem um cúmplice. Quem lhe facultou o veneno?<sup>41</sup>

A imprensa reiterou que os delitos vinham das mãos de “cria[s] da casa”, *traíçoeras* essas escravizadas estariam tramando dentro do espaço privado do lar, suas estratégias de resistência. Já o jornal *A Discussão* relatou que “Rita era muito estimada e merecia toda a confiança, causando por isso grande admiração, [pelo] seu infiel procedimento”.<sup>42</sup> A dualidade entre gozar de “confiança” e ser “infiel” carregam os leitores a uma descrição binária e maniqueísta da relação e conduta estabelecida entre a escravizada e seus senhores. Essas práticas discursivas emergem de um imaginário que associa as polaridades de boa e má, fiel e infiel, branco e negro, estruturas já estabelecidas pela sociedade escravocrata e que encarceram papéis sociais. Para o esposo de Clara Paiva de Sá, não existiam justificativas para a atitude da escravizada. A relação de credibilidade que nutriam pela cativa rompeu-se quando o veneno fora colocado naquilo que

---

<sup>40</sup> Clara Paiva de Sá era irmã de Israel Soares de Paiva, o qual a socorreu no momento do envenenamento. Foi eleito suplente a deputado provincial em 1835. Tinham como irmã a Condessa de Porto Alegre, a qual também estava presente do dia do crime.

<sup>41</sup> BPP. CDOV. *Onze de Junho*, Pelotas, ano XIII, n 909, 22/09/1882, p. 1.

<sup>42</sup> BPP. CDOV. *A Discussão*, Pelotas, ano II, n 212, 21/09/1882, p. 2.

parecia ser algo inofensivo, como uma xícara de leite. Segundo o redator, a escravizada “arreatou da mão de sua Sra. o pires dizendo que nada havia no leite; mas ficando D. Clara com a xícara, e observando que o resíduo continha Verde-paris”.<sup>43</sup> Em depoimento, Rita afirma que não tirou o pires da mão de sua senhora e reitera que em uma festa ocorrida na casa, solicitou a uma “criada alemã de nome Augusta” que pegasse leite na dispensa. Colocou o leite no fogo com o intento de aquecê-lo, na ocasião perguntou ao cozinheiro João, “este lhe dissera que [o] tinha fervido e que caíra cinza”.<sup>44</sup> No dia 24 de setembro de 1882, o *Onze de Junho*, retomou a questão do cúmplice de Rita, afirmando que João (40 anos) havia sido preso.<sup>45</sup> Neste ponto é possível relativizar a participação do escravizado. Seria ele feiticeiro?

Diferente de Lucinda, Rita foi inocentada, mesmo com a dedicação ferrenha de Heleodoro de Azevedo e Souza em transformar o inquérito em processo.<sup>46</sup> Heleodoro mirou em Rita para se vingar de Lucinda e o que ela teria feito a sua esposa Eulália de Azevedo e Souza. Os indícios da vida e os caminhos percorridos por Lucinda e Rita, se cruzam. Teriam elas se conhecido? Não parece curioso e intrigante que ambas usaram verde-paris; que ambas atingiram suas senhoras; que ambas eram criadas da casa com apenas 26 anos de vida e que ambas deram algo para beber a suas senhoras. Para Carlo Ginzburg os documentos permitem desenhar “linhas que convergem para o nome e dele partem, compondo uma espécie de teia de malha

---

43 BPP. CDOV. *A Discussão*, Pelotas, ano II, n 212, 21/09/1882, p. 2.

44 BPP. CDOV. *Onze de Junho*, Pelotas, ano XIII, n 915, 30/09/1882, p. 1.

45 BPP. CDOV. *Onze de Junho*, Pelotas, ano XIII, n 911, 24/09/1882, p. 2.

46 *Idem*

fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”.<sup>47</sup>

O cruzamento de fontes de jornais e processos criminais permite uma visão mais ampla das *criminosas* e de suas vítimas. Nos jornais investigados tanto no caso de Eulália Mendonça de Azevedo e Souza, quanto no de Clara Paiva de Sá, os termos que as retratavam são *clichês*; com isso, a palavra “preciosa” torna-se um signo adjetivado de repetição, muito presente no gênero sensacionalista. O roteiro da narrativa deveria provocar efeitos emocionais quase obrigatórios, ao estimular a reciprocidade entre a vítima e as leitoras. Neste ponto, o gatilho provocado pelo gênero sensacional se completa. O discurso sobre o fato reproduzido nos jornais e escrito por um *homem letrado*, universaliza a conduta das mulheres negras. Sobre isso Roger Chartier<sup>48</sup> salienta que as representações do mundo social, embora desejem à universalidade de um retrato da razão são sempre determinadas pelas aspirações dos grupos que a forjam. Dessa forma, mesmo sendo um jornal que se dizia abolicionista, findava por reafirmar os estereótipos.

Vale ressaltar que as estratégias de resistência de Rita e Lucinda foram recorrentes. A historiografia sobre Pelotas em consonância com a produzida no Brasil, tem demonstrado que os escravizados não permaneceram passivos em sua condição, à mercê das vontades de seus senhores. Suas experiências foram construídas coletivamente, a partir dos contatos com diversos saberes, língua e costumes, os quais escravizadas e libertas trocavam diariamente nas ruas e charqueadas da cidade. Ao observar a construção de sociabilidade, nas experiências de religiosidade, nos conflitos de gênero, morais e de

---

<sup>47</sup> GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.

<sup>48</sup> CHARTIER, Roger. *A história Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1987. p. 17.

justiça, todas estas nuances possivelmente estivessem presentes no dia a dia de Rita. Entretanto, é possível inferir que uma escravizada teria dificuldade em conseguir sozinha um veneno como verde-paris; provavelmente, suas amigas ou laços de parentesco lhe permitiram obter algo que não era de livre acesso a todos os escravizados. Rita, teria relação com um feiticeiro ou feiticeira que manuseasse substâncias químicas? Hipótese que delinea a rede de cooperação estabelecidas por estes cativos.

Lorena Gill, ao analisar o tema da feitiçaria nos jornais pelotenses, verificou que estas práticas estavam associadas, na maioria das vezes, a homens e mulheres negras. A mesma autora investigou o caso de Ali, que sofreu prisão por utilizar suas habilidades como feiticeiro, as quais baseavam-se nos “livros árabes”.<sup>49</sup>

O fato da escravizada Rita ou outro criado(a) da casa ter atentado contra a vida de sua senhora usando como instrumento um veneno, demonstra uma certa sutileza no uso da violência, mas também pode significar ampliação do alcance do envenenamento, à medida que o verde-paris atingiria mais de um integrante da família, sendo por esse motivo utilizado tão frequentemente.

Em 31 de maio de 1887, por volta das seis e meia da noite, um guarda da força policial recolheu à Casa de Correção de Pelotas a liberta Maria da Conceição, e sua afilhada, a costureira menor Sebastiana. O motivo da detenção, segundo o Delegado teria sido embriaguez. No *habeas corpus* referente ao caso,<sup>50</sup> não ficaram claros os motivos que levaram a autoridade a prendê-las.<sup>51</sup> Entretanto, as alegações

---

49 GILL, Lorena Almeida. *O mal do século: tuberculose, tuberculosos e política de saúde em Pelotas/RS 1890-1930*. Pelotas: EDUCAT. 2007. p. 209.

50 APERS. Comarca de Pelotas. *Habeas corpus* nº 302, maço 38, estante 36.

51 De acordo com o Art. 340 do Código de Processo Criminal que nos termos mais amplos dispôs que “todo o cidadão o qual entender que ele ou outrem sofre uma prisão ou constrangimento ilegal em sua liberdade, tem direito de pedir uma ordem

presentes no documento, demonstram os meios empregados pela autoridade, tendo havido “violência e a ilegalidade” na execução da prisão.<sup>52</sup> Na ocasião, Maria da Conceição e sua afilhada, Sebastiana, “foram francamente surpreendidas em seu trajeto”,<sup>53</sup> já que estariam retornando à casa, provavelmente após uma entrega de costura. Há que se considerar que o grande número de pessoas escravizadas e libertas davam um tom dinâmico a cidade, mesmo esta caldeira étnica, poderia parecer, em primeiro momento, um colorido inocente, mas causava uma inquietação à elite charqueadora. Era preciso controlar os conflitos gerados por essa insegurança ligada à diversidade e que poderia nascer do convívio próximo entre indivíduos que lutavam pela liberdade.

De acordo com a análise de outros processos judiciais do mesmo período envolvendo mulheres libertas costureiras é possível verificar indícios de que as entregas de costura eram feitas, à noite ou ao entardecer.<sup>54</sup> O trabalho de agulha realizado, na maioria das vezes, na residência da própria liberta, rendia-lhe o provento e dos filhos. Para tanto, é interessante perceber que o trabalho de Maria da Conceição permitia-lhe uma vivência do espaço urbano e o reconhecimento dos diferentes recantos da cidade. Seu cotidiano de labuta exigia-lhe experiência, já que precisava circular constantemente pela *urbe*. Para Maria Izilda, as mulheres trabalhadoras na segunda metade do século XIX se engajavam em ofícios, os quais possuíam

---

de *habeas corpus* em seu favor”. TINÔCO, Antônio Luiz Ferreira. *Código Criminal do Império do Brasil Annotado*. Ed Fac-sim. Brasília: 2003, p. 344.

52 Idem

53 APERS. Comarca de Pelotas. Habeas corpus nº 302, maço 38, estante 36.

54 GUEDES, Geza Carús. *Criminalidade feminina: mulheres negras e os homicídios em Pelotas (1880-1890)*. Pelotas: Editora da UFPEL. 2017. p. 221-222.

alguma relação com as atividades do âmbito doméstico, como: lavar, passar, cozinhar e costurar.<sup>55</sup>

O caso de Maria da Conceição e Sebastiana provocou um longo debate estabelecido entre os dois jornais, *Diário de Pelotas*, de vertente Liberal, e o *Rio-Grandense*, órgão do Partido Conservador. Os artigos tiveram como foco a atuação da Polícia, mas finda por expressar a visão desses veículos sobre as negras libertas e a posição ideológica dos partidos que lhes davam sustentação e apoio.

O jornal *Diário de Pelotas* fez uma série de críticas ao Delegado Major Joaquim de Alves Macedo, por conta de uma prisão arbitrária realizada contra a forra Maria da Conceição. Acusada de embriaguez, solta através de um *habeas corpus* proposto pelo então redator do *Diário de Pelotas*, o jornal acusava o Delegado de possuir interesses sexuais na afilhada de Maria da Conceição, de nome Sebastiana. O posicionamento do delegado, no que diz respeito ao desejo de explorar sexualmente a menina Sebastiana se manifesta pelo direito de colonizar o outro, tomar para si o que lhe é de direito, neste caso o corpo dessa criança liberta. Sendo assim, se faz necessário abordar questões para além do sistema escravista, mas das intersecções entre raça e gênero que estão imbricadas nessas relações.

A partir desse incidente, vários insultos foram trocados entre o *Diário de Pelotas* e o *Rio-Grandense*. Sobre a atitude do Delegado, o *Diário de Pelotas* declarou que existiam fatos os quais a imprensa não poderia se calar por mais que quisesse manter-se esquivada, pois precisava exercer seu ofício e se manifestar. Um indivíduo como o Major Joaquim de Alves Macedo não deveria continuar ocupando um cargo de Delegado em uma cidade importante como Pelotas. Em resposta, o *Rio-Grandense* publicou:

---

55 MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: EDUSC, 2002, p. 95.

A torpe invenção de uma preta dissoluta e mentirosa não nos obrigará a esquecer o respeito que devemos a sociedade e aceitar a luta no terreno em que a colocou a imprensa política apaixonada [...]

Podíamos aqui dizer ao colega quem é e o que vale a preta que ele defende.

Mas nestas questões de quitadeiras temos sempre por costume admirar de fora a coragem dos que as discutem e comentam.

São duas pretas, conhecidas da polícia pela incontinência do hábito, as constituintes do Diário de Pelotas.

São elas que falam, que gritam daquelas colunas contra o delegado de polícia, em represália ao corretivo que sofreu uma delas por atrevida e insolente.

Pois um jornal que se presa, que tem alguma conta a sociedade que o lê, pode estar continuamente a dizer que as pretas mentiram? Que se prestam a serem exploradas pela política tacanha e desleal dos nossos adversários?

Não!

Nesta questão não nos terá por contendores o Diário de Pelotas.

Inventem uma outra coisa qualquer contra o delegado de polícia, e nós aqui estamos prontos a travar com o colega as armas da discussão em terreno limpo e decente.

Com as duas infelizes, que o sentimento da paixão partidária converteu em instrumento de vingança, não gastaremos palavras.<sup>56</sup>

O *Rio-Grandense* defendeu fervorosamente o Delegado, acusando o colega redator do jornal *Diário de Pelotas* de ser como “a preta que ele defende”, ou seja, uma figura sem caráter. A invenção da “preta dissoluta e mentirosa” não possuía nenhum valor moral, segundo o redator. Além disso, é importante observar que o *Rio-Grandense* não mencionou o nome da *preta*, aquelas que “não gastaremos palavras”.

---

56 BPP. CDOV. *Rio-Grandense*, Pelotas, ano III, n 644, 5/06/1887, p. 1.

Não existe uma identificação entre os leitores, Maria da Conceição e Sebastiana, ao passo que o Delegado, não nomeado, por sua vez deveria ser de público conhecimento. É importante notar que o redator utiliza o exemplo da preta sem nome, idade ou filiação como representação de todas aquelas mulheres negras e desordeiras, as quais circulavam pelas ruas e necessitavam de controle e disciplinamento. Ainda afirma que: “São elas que falam, que gritam daquelas colunas” e foram punidas por serem “atrevida[s] e insolente[s]”. A representação construída pelo jornal *Rio-Grandense* das acusadas recai no estereótipo de gênero e raça, ressaltando que se tratava de “duas pretas, conhecidas da polícia pela incontinência do hábito”. Os hábitos evidenciados pelo periódico remontam a insubmissão de algumas mulheres, as quais são imediatamente associadas a *má vida*, a indisciplina e a falta de conduta.

Recorrendo aos mesmos princípios ideológicos que fundamentam as afirmações pode-se apontar as teorias lombrosianas. O médico Cesare Lombroso publicou o livro *L’Uomo delinquente* em 1876; em 1881 o jurista Enrico Ferri escreveu *I nuovi orizzonti del diritto e della procedura penale*; em 1885 o jurista Raffaele Garafalo iniciou a sua obra *Criminalità*. Em *L’Uomo delinquente* (O Homem Delinquente), traçou um perfil dos envenenadores que na sua maioria são de classes abastadas e de cultura elevada, são “simpáticos e persuasivos”, o que mais os motiva é a “impunidade, é uma espécie de volúpia no delito; impulsiona-os a golpear mais pessoas e operar quase sempre sem uma razão”. Na sua maioria foram levados pela “cupidez, o amor, porém mais ainda a luxúria. Hipócritas, calmos, dissimuladores”, defendem ferrenhamente sua inocência. Nos casos analisados não encontrou nenhum que envolvia um cúmplice. O perfil de envenenadores criado por Lombroso *não se* encaixava com os procedimentos verificados nas notícias de Rita e Lucinda. Com relação as medidas do crânio ele demonstra a fragilidade

em seus critérios de anomalias craniana e fisiognomônicas, já que a amostragem de “dementes morais” era pequena. Em 14 deles foram encontradas a “capacidade crânica em 1.450 nas mulheres, 1.538, nos homens, com o máximo de 1.693 e mínimo de 1.518”. O autor salienta que a principal característica fisionômica nas mulheres criminosas é a virilidade e o “ângulo facial baixo”

No século XIX e início do século XX criminologistas, médicos e policiais brasileiros, como Viveiros de Castro (1862-1906) e Leonídio Ribeiro (1893-1976), discutiam a Antropologia Criminal. Em *A Nova Escola Penal* (1894), no capítulo referente a “O Papel da Mulher na Etiologia do Crime”, Viveiros de Castro, criminologista, retoma as teses de inferioridade da mulher defendidas pelos conceitos lombrosianos. De acordo com estas teorias, a *estreiteza da inteligência* da mulher a impediria de cometer crimes e principalmente de planejá-los. Essa seria a explicação para o menor número de mulheres criminosas. Os argumentos confirmados pelo pensamento médico do período apontavam a constituição fisiológica da mulher como o fator que “produz nela um caráter menos impetuoso, menos agressivo”. De acordo com o saber médico, as paixões não se apresentam nela com tanta intensidade quanto no masculino. O argumento fundamentado nas diferenças biológicas entre os gêneros encontrava alicerces nas vertentes científicas positivistas do final do século XIX. Segundo tal teoria, tudo que desviasse a mulher de sua conduta normal, deslocando-a do “santuário do lar para a agitação da vida pública, tendia a provocar um aumento da participação feminina na criminalidade”. Dessa forma, a imoralidade seria a justificativa para o maior índice de mulheres criminosas no meio urbano, e menor no campo.

Margareth Rago aponta que estas produções científicas fundamentadas nas diferenças biológicas foram utilizadas para justificar a opressão dos homens sobre as mulheres, além de

servirem como justificativa para exclusão das mulheres da vida pública em um momento que se falava de direitos e cidadania

A epilepsia também foi uma suposição aventada por Lombroso como causa da criminalidade. O periódico *Rio-Grandense* em 17 de janeiro de 1888, também propagava este tipo de ideia e associou a raiva a epilepsia; essa seria, portanto, um estágio anterior a perda de consciência comumente presente na patologia mental das criminosas e criminosos. A *estreiteza da inteligência* da mulher defendida pelas teorias lombrosianas são reafirmadas no artigo referente ao crime cometido por Rita, a qual teria recebido a ajuda intelectual de um cúmplice, pois a escravizada não seria capaz de articular e planejar sozinha o ilícito.

Retomando o debate entre os jornais, destaca-se a justificativa utilizada pelo *Rio-Grandense* para defender o Delegado: o *Diário de Pelotas* estava interpretando as normas da Reforma Judiciária de maneira equivocada, pois segundo o *Rio-Grandense*, “Prisão ilegal é [aquela] que sofre o indivíduo sem culpa formada e sem que se lhe impute a autoria ou coparticipação num fato criminoso”; já a prisão correcional, segundo o jornal, é destinada àqueles indivíduos “ébrios e turbulentos, os vagabundos, e os tratantes da baixa estafa, facultada às autoridades policiais pelo regulamento número 120 da Lei de 3 de dezembro de 1842”.

Dessa forma, o Delegado apenas cumpriu seu dever, segundo o *Rio-Grandense*, ao prender a citada preta.

Em resposta, o *Diário de Pelotas* reforçou sua posição acusando o Delegado por utilizar arbitrariamente de sua autoridade.

Apesar do que diz o *Rio-Grandense* sustentamos que o Sr. major delegado de polícia fez essa prisão para chegar à menor afilhada de Maria da Conceição, que ia em sua companhia e a quem há muito tempo o Sr. major delegado de polícia **requestava**,

oferecendo-lhe como um bom princípio uma casa alta, de duas janelas e uma porta, bem mobiliada, etc., onde a madrinha podia viver na companhia da afilhada.

Como fosse repellido por uma e muitas vezes, o Sr. major delegado de polícia declarou que ia tirar a menor da companhia da madrinha para metê-la numa casa de *família*, afim de não perder-se.

A prisão não era só para Maria da Conceição, era também para a menor, e como essa fugisse, o Sr. major não pode às 7 horas da noite levá-la *para uma casa de família*, aonde S.S. queria tomá-la sob sua *paternal* proteção.

Os benefícios materiais oferecidos pelo Major Joaquim de Alves Macedo, em troca da afeição da menor Sebastiana, são ironizados pelo *Diário de Pelotas*, que mesmo satirizando o adversário político – o *Rio-Grandense* – se utiliza de um modelo de discurso de comportamento definidos para mulheres negras. Em contrapartida, o modelo de masculinidade utilizado pelo jornal para representar o Delegado, o define como uma figura disposta a fornecer-lhe uma “casa de família” e para além disso, “tomá-la sob sua paternal proteção”. A observação mais apurada ao conteúdo da notícia permite conferir um patamar específico para quem deve ocupar o lugar do sujeito e do objeto nas ações em questão.

Para Martha de Abreu Esteves, no Brasil, o sexo constituiu-se no final do século XIX e início do século XX como um assunto de Estado, um tema de interesse de todo o corpo social, em função das exigências e padrões de normalidade

Vale ressaltar que ao analisar a representação das mulheres negras na imprensa pelotense, reflexões sobre a interseccionalidade. O termo interseccionalidade foi utilizado primeiramente por Kimberlé Crenshaw sob uma perspectiva da teoria feminista antiracista . Os estudos baseados na interseccionalidade, de acordo com

Patrícia Hill Collins privilegiam a análise “das relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, [que] não se manifestam como entidades distintas e mutualmente excludentes”.

Nesta perspectiva o trabalho de Bruna Santos revê a condição social e jurídica de Maria Rita que fora ré por ter matado suas duas filhas degoladas, *poupado* seu filho homem e posteriormente tentado suicidar-se. Em depoimento, Maria Rita declarou que não matou o filho menor “porque ele é homem e não havia de passar os trabalhos que as fêmeas passam”. O lugar social em que se encontravam as escravizadas era distinto ao dos escravizados homens. Para tanto, no que tange as fontes, os jornais possibilitam observar os mecanismos de poder que atravessam as categorias gênero e raça, manifestando através de artigos, os perigos da mistura étnica na sociedade do final do século XIX. Para Anne MacClin-tock, a representação do “sangue *ruim*” advinha da biologia, mas a degeneração era menos um fato biológico do que uma figura. Assim, “As fronteiras corporais eram sentidas como perigosamente permeáveis e demandavam contínua purificação”, dessa forma, “a sexualidade, em particular a das mulheres, era isolada como principal transmissor do contágio racial, portanto, cultural” . As miscigenações culturais correspondiam a maior preocupação, pois romperiam as fronteiras representando perigo para a propriedade e para o poder da elite.

Claudia Mauch ao analisar o jornal a *Gazetinha* de Porto Alegre, também observou a forma como eram descritas as “crioulas sem casaco” que se engalfinhavam pelas ruas da capital, trocando obscenidades. O redator do jornal destacava que “desgraçadas mulheres que chegaram ao ponto de não ser nem solteiras, nem casadas e nem viúvas, [que] transitam de continuo pelas praças e ruas, dirigindo gracejos aos contumazes dândis esquineiros”

. Os redatores de tais jornais, primavam pela forma pejorativa com que representavam em seus artigos as “crioulas”, além, de indicar um modelo e padrão social comumente compartilhado pelos *letrados* da época.

A briga entre os jornais, anteriormente mencionada, obteve tanta repercussão local que, cinco dias após a prisão de Maria da Conceição, o periódico *A Ventarola* publicou uma ilustração sobre o duelo “em defesa da honra de nossas autoridades”, entre os jornais *Diário de Pelotas* e o *Rio-Grandense*. Na imagem, o redator do *Diário de Pelotas* armado de uma vassoura, com o nome do jornal impresso no cabo, tenta espancar os dois oficiais, o Major Joaquim de Alves Macedo e o Subdelegado, os quais podem ser identificados pelo quepe da força policial. O Subdelegado se defende com outra vassoura; o jornal serve como escudo de proteção dos delegados, no qual está escrito *Rio-Grandense* e, mantém na outra mão uma espada. As vassouras empunhadas pelo oficial e pelo redator representam a tentativa de ambos os lados de limpar a sujeira, gerada pela violência nas ruas. Mesmo em posições ideológicas diversas, os dois utilizam o mesmo instrumento da vassoura reprisado inúmeras vezes nos discursos imagéticos. Os jornais *A Discussão* e *Correio Mercantil* apenas observam com *neutralidade* o confronto. O humor visual de um modo geral “se pode provocar riso ou sorriso, traz também em sua própria substância motivo para reflexões nem sempre superficiais”, mesmo que a finalidade do desenho humorístico seja fazer rir, ele traz consigo os conflitos cotidianos.<sup>57</sup>

---

<sup>57</sup> LIMA, Herman. História da caricatura no Brasil. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1963. p. 25-26.



Figura 01: Disputa entre os jornais pela honra do Delegado.

Legenda: “Os órgãos liberais e conservadores, disputando a honra das nossas autoridades. E os jornais neutros estão em expectativa do resultado para dar um prêmio ao vencedor”.

Acervo: Biblioteca Pública Pelotense. CDOV. A Ventarola. Pelotas, n. 9, 5/06/1887, p. 5.

Além disso, é possível observar que nenhuma das mulheres envolvidas no conflito foi representada pelo periódico ilustrado *A Ventarola*, nem Maria da Conceição, nem Sebastiana. O que torna clara a intenção de invisibilizar as mulheres de classes subalternas. Assim, nessa como em outras notícias do período, a imprensa utilizou determinados indivíduos para reforçar discursos, que neste recorte se delineiam como manifestação partidária, projetada através dos ideais do Partido Liberal e do Partido Conservador. Vale ressaltar que o assunto em pauta tratado por vários jornais em circulação referia-se aos cargos da polícia.

Segundo Francisco Rüdiger<sup>58</sup> o nascimento do jornalismo político-partidário gaúcho, no final do século XIX, estava diretamente relacionado à forma como a classe política vinculava a imprensa ao mundo partidário. O autor aponta que, inclusive após a Revolução Federalista de 1893, muitos tipógrafos alcançaram cargos públicos, logo a propriedade de um jornal significava um meio de ascensão política. Guiados por esta conjuntura, os partidos construíam suas próprias empresas jornalísticas dedicadas inteiramente a determinado segmento partidário. Este fenômeno rearticulou o perfil dos jornais fazendo com que os cargos, antes ocupados por tipógrafos e redatores fossem tomados progressivamente por políticos<sup>59</sup>.

## Conclusão

Enfim, diante dos dados apresentados, resta lembrar o que foi reiterado ao longo de todo este artigo; uma sociedade patriarcal não é indiferente às condições de cor, classe e gênero. O silêncio das mulheres marginalizadas – compreendido aqui de uma forma mais ampla – é reduzido às vozes que falam por elas, vozes de homens brancos, que as colocam em uma posição de ouvir (objeto) e não de gritar (sujeito). Entretanto, a agência dessas escravizadas e libertas está no vivido e não no narrado; Lucinda, Rita, Maria da Conceição e Sebastiana elaboraram o que E. P. Thompson (1981) denomina de *experiência* produzidas a partir da relação de forças entre as estruturas e os sujeitos.

O que se lê sobre esses sujeitos é apenas um recorte da verdade visto pelo binóculo do mundo escravista. Ao imaginar Lucinda

---

<sup>58</sup> RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: UFRGS. 1993.

<sup>59</sup> Idem, p. 35.

e Rita é quase possível vê-las circulando pelos mesmos espaços e criando estratégias de liberdade. A abstrata liberdade parece estar materializada naquela xícara de chá e em alguns goles de leite. Diferente da tentativa de uso de uma faca de cozinha, elas “optaram” por incrementar as bebidas de suas patroas. No entanto, embora ambas tenham utilizado a mesma estratégia com suas senhoras, os caminhos percorridos foram distintos.

Sendo assim, a análise dos jornais possibilita refletir sobre a história dessas mulheres negras nos múltiplos contextos em que estavam inseridas, na forma como foram descritas e o discurso que as representou. A partir da imprensa, foi possível compreender como estas personagens do cotidiano construía estratégias de sobrevivência e proteção da família. Analisar as notícias relatadas sobre os episódios discutidos no artigo nos permite vislumbrar a atuação da polícia frente a conduta de tais mulheres. Além disso, demonstram, uma tentativa de favorecimento diante da complexa e estreita relação que, muitas vezes, se estabelecia entre policiais e policiados.

# OS CRIMES E AS LUTAS POR DIREITOS ESCRAVOS EM PELOTAS

(1845-1888)

Róger Costa da Silva

Este capítulo dá ênfase à compreensão das lutas por direitos dos escravos em Pelotas. A análise recai sobre os assassinatos de patrões de iates como defesa da prerrogativa de um “bom governo dos escravos”. Os palcos desses crimes não se circunscreveram ao âmbito da produção saladeiril. Os iates são os novos cenários que surgem para compor o contexto do capítulo.

Enunciamos o problema norteador deste capítulo da seguinte forma: quais as outras noções de legitimidade expressas pelos cativos, afora a questão dos castigos físicos, ao justificarem a realização de seus crimes em Pelotas entre os anos de 1845 e 1880, na luta por seus direitos? Nosso argumento é de existir uma noção de direitos costumeiros entre escravos em Pelotas nos anos de 1845 a 1880, defendidos através da perpetração de crimes, sempre que essas normas

fossem violadas por seus senhores. Os crimes foram uma forma de reafirmação deles face às práticas estabelecidas pelo costume, mas não observadas por seus amos.

Entre os objetivos do capítulo, apontamos à busca de respostas à seguinte questão: os cativos em Pelotas cometeram crimes ao reivindicarem um bom tratamento por parte de seus senhores? As fontes utilizadas foram três processos-crime importantes na comprovação de nosso argumento de o bom trato da escravatura ser uma obrigação senhorial e o recebimento de alimentos, roupas e moradia ser concebido como um direito costumeiro. A quebra dessas prerrogativas estimulava a percepção dos direitos dos cativos e a criminalidade de forma célere.

Analisaremos os levantes e assassinatos envolvendo o patrão José de Almeida e o menor escravo Dionízio, do iate Quibebe, e o patrão Luiz Pinheiro, do iate Belizário, protagonizados pelos escravos marinheiros das duas embarcações em fevereiro de 1847. Posteriormente, no ano de 1870, trataremos do crime do escravo Miguel que vitimou Manoel Russo, patrão do iate São Jerônimo. Inicialmente teceremos algumas considerações a respeito da relação entre a produção charqueadora em Pelotas, a navegação na Lagoa dos Patos e a cidade portuária de Rio Grande.

## **A economia em Pelotas e a navegação na Lagoa dos Patos**

A cidade de Rio Grande<sup>1</sup> foi uma das principais praças comerciais do Brasil no período imperial. O único porto marítimo da

---

<sup>1</sup> Representa leitura obrigatória nesse sentido a tese de doutorado de VIANNA, Lauro de Brito. *O porto de Rio Grande no século XIX através da imprensa (1847-1857): história dos preços e das flutuações econômicas*. Tese (Doutorado em História econômica) - FFLCH, São Paulo, 2000. Em especial no 4º capítulo ele vai abordar:

província funcionou como o principal entreposto para um comércio local vigoroso, no concernente à importação e à exportação, sendo elo para ligar a província de São Pedro com outras localidades do Brasil, do Prata e do mundo atlântico, além de municípios como Pelotas, Jaguarão e Porto Alegre. Essa intensa atividade de exportação foi proveniente da condição portuária da urbe rio-grandina, destacando-se o transporte de produtos como charque, couros, aspas, sebos, graxas e outras mercadorias oriundas das charqueadas de Pelotas. Também entravam gêneros essenciais: sal, açúcar, farinha, carvão e produtos originários da Europa, assim como drogas, bebidas, tecidos, móveis, máquinas e inúmeros artigos oriundos da indústria. Igualmente chegavam imigrantes, artistas, artífices, ordens religiosas, livros e ideias.<sup>2</sup> Obviamente, não podemos esquecer-nos dos cativos.

Vinicius Pereira Oliveira, em sua tese de doutorado: *Sobre águas revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande (1835-1864)* privilegiou, em sua análise, o espaço social do navio e a região portuária de Rio Grande, situada na área central e urbana da cidade. Seu problema de pesquisa foi entender os significados da cultura maruja, enfocando sua dimensão contestatória. Seu argumento é de o protesto marujo, para além de adjetivações pejorativas, advir de práticas contestatórias portadoras de motivações e significados alicerçados em noções e valores advindos de uma cultura política marítima gestada no dia a dia do trabalho. Concluiu serem a embarcação e o mundo do trabalho dos marinheiros espaços de lutas e contradições. Segundo suas palavras: “[...] propusemos enxergar

---

“A cidade, o porto e a barra”, realizando uma reconstituição histórica desses três elementos da região e suas implicações no comércio, navegação e vida dos moradores de Rio Grande.

- 2 REGUFE, João Francisco Troina. Apresentação. In. VEREKER, Prendergast Vereker. *Vereker, 1860: roteiro da costa do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Editora da Furg, 2001.

tais trabalhadores como indivíduos e como grupo que tecia leituras políticas originais sobre o mundo do trabalho e lutava por aquilo que achava justo e adequado às suas laboriosas existências”.<sup>3</sup>

Esse autor, entre seus objetivos, ressaltou o caráter atlântico do porto de Rio Grande e sua importância na articulação da localidade a circuitos comerciais náuticos regionais, nacionais e internacionais. Segundo ele:

Por ser o único porto marítimo da província, o porto de Rio Grande constituía passagem obrigatória de embarcações nacionais e estrangeiras que entravam e saíam da Barra da Lagoa dos Patos transportando mercadorias e passageiros. O papel de intermediário no comércio de exportação e importação o inseria em circuitos amplos da navegação de cabotagem, da navegação interna e de longo curso, de forma que este porto se converteu numa referência na navegação comercial brasileira e atlântica.<sup>4</sup>

Em relação à relevância estratégica do porto da cidade de Rio Grande para o escoamento da produção charqueadora de Pelotas em um período anterior à desobstrução do canal São Gonçalo, ele fez as seguintes considerações:

Se os produtos de origem animal – particularmente o charque – predominavam entre as mercadorias exportadas via o porto de Rio Grande, tal centralização da produção econômica regional na pecuária tornou o Rio Grande do Sul dependente do comércio de importação de uma gama ampla de produtos como o sal, açúcar, doces, café, bebidas, papéis, livros, tecidos, louças, azeite, especiarias, chapéus, fumo, ferragens etc, além de escravos, situação que reforçava o vínculo portuário local com o mercado

---

3 OLIVEIRA, Vinicius Pereira. *Sobre águas revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande (1835/1864)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 262.

4 OLIVEIRA, Vinicius Pereira. Op. cit. p. 58.

nacional e internacional e acentuava o papel economicamente estratégico do entreposto portuário rio-grandino, de forma que uma série de transações comerciais de importação e exportação eram centralizadas neste enclave portuário.<sup>5</sup>

Vinicius Oliveira analisou, ainda, a navegação realizada nas águas internas à província como etapa fundamental do circuito comercial regional, realizada através de um complexo de hidrovias, onde se destacava a Lagoa dos Patos. Em suas palavras considerou que:

A Lagoa dos Patos constituía, assim, um importante espaço de integração que tinha Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande como seus principais portos de convergência. Esta última, por se constituir em passagem obrigatória no acesso ao oceano e ao conseqüente escoamento da produção provincial, desempenhava um papel fundamental na intermediação das atividades de exportação e importação.<sup>6</sup>

Já Stephen Bell apontou as dificuldades enfrentadas pelos charqueadores de Pelotas por não possuírem acesso direto ao oceano Atlântico.<sup>7</sup> Somada a essa desvantagem, o autor ainda salientou outras limitações do porto de Rio Grande, das quais a costa arenosa e as águas rasas destacavam-se por serem traiçoeiras para os navios que cruzavam a barra do Rio Grande. Até meados do século, quase todas as embarcações precisavam de um rebocador para adentrar o porto. Os navios estrangeiros padeceram com essa situação, nomeadamente os britânicos, por serem os mais pesados. Outro fator deve ser mencionado sobre a dificuldade de lá navegar, permitindo-nos acrescentar, por conhecermos razoavelmente bem o local, ser o ponto

---

5 OLIVEIRA, Vinicius Pereira. Op. cit. p. 47.

6 OLIVEIRA, Vinicius Pereira. Op. cit. p. 65.

7 BELL, Sthepen. *A campanha gaúcha: a brazilian ranching sistem, 1850-1928*. Stanford:Stanford Univesity Press, 1998, p.75.

de junção entre o mar de água doce da Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, nos dias de hoje, ainda acometido por ventos fortíssimos, possivelmente mais intensos no século XIX, quando não haviam sido construídos os molhes do Cassino e de São José do Norte.

Não temos nenhuma fonte para confirmar tal assertiva, o próprio texto do autor não afirma isso de forma categórica, porém, não parece implausível pensar que embarcações carregadas de charque viessem a afundar na dificultosa travessia transatlântica ou mesmo nas proximidades de Rio Grande ou São José do Norte. Tal possibilidade é corroborada pelos inúmeros artigos encontrados nos jornais de Pelotas relatando encalhamento ou naufrágio de embarcações na famigerada barra do Rio Grande. Torres<sup>8</sup> salientou, a partir do relato de um imigrante desembarcado no porto de Rio Grande em 1852, que a província inicialmente aparecia aos olhos estrangeiros através da perigosa travessia da “barra diabólica”. Bell<sup>9</sup> nos informa ainda da existência na época de problemas burocráticos que ajudavam a dificultar mais as coisas e conclui: “By the 1850 s, the merchants and ranchers of the region were already keenly aware that the lack a good port at Rio Grande acted as a brake on the development of the ranching industry”.<sup>10</sup>

Berenice Corsetti<sup>11</sup>, ao abordar a infraestrutura dos transportes existente no Rio Grande do Sul durante o século XIX, constatou ter o setor acarretado problemas significativos à economia gaúcha, principalmente a respeito da circulação de mercadorias. Logo, conclui

---

8 TORRES, Luiz Henrique. *Câmara Municipal de Rio Grande: berço do parlamento gaúcho*. Rio Grande: Salisgraf, 2001.

9 Ibidem, p. 76.

10 Nos anos 1850, os comerciantes e fazendeiros da região já estavam cientes de que a falta de um bom porto em Rio Grande era fonte de impedimento ao desenvolvimento da indústria pecuária”.

11 CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História), Rio de Janeiro, 1983.

a autora, o tipo de infraestrutura de transportes na província de São Pedro do Rio Grande do Sul limitava a comercialização do produto rio-grandense e onerava sobremaneira a distribuição da mercadoria. Ao mesmo tempo, tornava menos ágil a distribuição, configurando-se em fator desfavorável à comercialização do charque gaúcho em comparação com a melhor estrutura comercial dos platinos.<sup>12</sup>

Os crimes protagonizados no iate Quibebe ocorreram quase três décadas antes da desobstrução do canal São Gonçalo. Naquela época, os navios de grande calado que faziam viagens transoceânicas não aportavam em Pelotas. Portanto, para transportar a produção das charqueadas, utilizavam-se iates de pequeno calado que realizavam o baldeamento, desembarcando e reembarcando os produtos nos navios ancorados no Porto do Rio Grande.<sup>13</sup> Apesar da organização, no ano de 1847, pelo Visconde de Mauá, de uma empresa de navios a vapor para os portos da província, provavelmente o veleiro e as embarcações de remos predominaram na primeira metade do século XIX. Embarcações como as tripuladas por Salvador, Bento e Manuel, foram as prevaletentes por aqueles anos e muitos outros vindouros.

Quanto à distribuição dos cativos no espaço da produção do charque, 14% dedicavam-se ao transporte entre Pelotas e o porto de Rio Grande. Os escravos marinhaeiros eram presença certa no plantel dos charqueadores, atingindo a média de sete embarcações por senhor.<sup>14</sup> Corsetti<sup>15</sup> constata, devido à necessidade de transportar sua produção até o porto de Rio Grande e evitar o pagamento de fretes

---

12 CORSETTI, Berenice. Op. cit., p.196.

13 HALLAL, Marcos. *Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas: Editora da UFPel, 2000.

14 GUTIERREZ, Ester. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Editora Universitária/UFPel, 2001, p.91.

15 CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História), Rio de Janeiro, 1983.

aos iates, terem os charqueadores da região de Pelotas investido nas próprias embarcações. Dos trinta e um inventários compulsados por ela, 48,39 % apontaram que os charqueadores possuíam iates próprios, embora ela alerte para possíveis generalizações sobre uma amostra relativamente reduzida deles.

Feitos esses esclarecimentos iniciais, passaremos agora a focar nossa análise sobre os crimes protagonizados nos iates<sup>16</sup> e sua relação com a luta pelo direito a um “bom governo”, iniciando pelo estudo das ideias e teorias sobre a administração da escravatura ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, em regiões importantes do Novo Mundo – América portuguesa, Caribe (inglês, francês e espanhol), sul dos Estados Unidos e Cuba – de Rafael Marquese. Em seu livro *Feitores do corpo, missionários da mente*<sup>17</sup> ele evidenciou, como questão de fundo, a relação entre escravidão e modernidade. Perguntado em que medida a escravidão negra nas Américas fora compatível com instituições como o Estado Nacional Liberal ou a economia de mercado, argumentou não ter havido contradição entre esses dois polos. Seu *locus* privilegiado de análise foram as *plantations* do Novo Mundo.

Em epítome, Rafael Marquese coloca-se contra a linha de interpretação que opõe liberalismo a escravidão. O seu livro não vê contradição entre escravatura, modernidade econômica e política liberal. Baseado em John Locke, considera não haver oposição entre a existência da escravidão e uma ordem política constitucional. O escravo

---

16 “De fato, os iates eram as embarcações mais utilizadas internamente para o escoamento da produção sul-rio-grandense. Eram embarcações de dois mastros e velas latinas, menores do que aquelas comumente utilizadas em alto mar (cabotagem e longo curso), se adequando assim às pequenas profundidades características dos sistemas hidroviários e lacustres sul-rio-grandenses, mas também comportando tonelagens consideráveis. O transporte da produção charqueadora era particularmente tributário dos iates” (OLIVEIRA, Vinicius Pereira. Op. cit. p. 67).

17 MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1680-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

estaria fora da sociedade civil, portanto, “[...] não havia participado do pacto que a instituía, na medida em que não era proprietário de si mesmo. Por esse motivo, os direitos fundamentais da liberdade individual e da propriedade privada não caberiam aos escravos”. Como o cativo não participava da sociedade civil, toda a sua relação com essa esfera deveria ser mediada por seu senhor.

Dessa asserção derivou, no fundamental, o paternalismo contido nas teorias administrativas escravocratas brasileira e norte-americana. Essas teorias teriam um “[...] inegável teor moderno e, por esse motivo, podem ser tomadas como um dos desdobramentos potenciais da nova racionalidade econômica e política surgida no mundo atlântico na passagem do século XVIII para o XIX”.<sup>18</sup> Nesse sentido, o autor acha plausível falar da existência de um liberalismo escravista coadunável com as ordens nacionais escravistas e ainda aponta o Brasil e os EUA como os únicos Estados nacionais constitucionais assentados sobre o escravismo.

Marquese dialogou com os autores oitocentistas brasileiros, sendo *O manual do agricultor brasileiro*, redigido por Augusto Taunay, a reflexão mais sistemática sobre a gestão da escravaria no Brasil da primeira metade do século XIX, segundo ele. O propósito central de Taunay era o de indicar os meios mais adequados para elevar a competitividade internacional da agricultura escravista brasileira.<sup>19</sup> O grande escopo de Taunay, segundo Marquese, “[...] foi o de fixar princípios racionais para a administração dos cativos, passíveis de serem obedecidos em qualquer propriedade rural escravista no Brasil”.<sup>20</sup>

No capítulo dedicado exclusivamente à administração dos escravos, Carlos Augusto Taunay estabeleceu um conjunto de regras

---

18 MARQUESE, Rafael de Bivar. Op. cit., p. 298.

19 MARQUESE, Rafael de Bivar. Op. cit., p. 271.

20 MARQUESE, Rafael de Bivar. Op. cit., p. 267.

básicas sobre a disciplina da escravatura, a serem obedecidas por todos os proprietários rurais brasileiros, independentemente do ramo produtivo e da região. Elas cuidavam, nesta ordem, da alimentação, das vestimentas e habitação, do trabalho cotidiano, dos suplícios, da direção religiosa e moral e das relações entre cativos e cativas.<sup>21</sup> Disciplina severa e paternalismo conjugavam-se como os dois mecanismos basilares da administração dos escravos e, conseqüentemente, do sucesso econômico do proprietário rural. Nas palavras de Marquese:

A teoria oitocentista brasileira sobre administração dos escravos estabeleceu uma conjugação estreita entre disciplina e paternalismo. Esse dois eixos estiveram na raiz de todas as recomendações feitas no Brasil sobre a gestão escravista (formação de famílias, crescimento vegetativo da escravaria, usufruto das roças próprias, alimentação, vestimentas, moradia, instrução religiosa). O propósito central das normas fixadas sobre cada um desses assuntos era o de criar uma comunidade escrava, moldada de acordo com os anseios dos senhores. Na verdade, a partir de um ideal de *plantation* escravista, ordenada e produtiva, os autores brasileiros do século XIX construíram um ideal de trabalhador escravo, a ser obtido com a adoção das medidas preconizadas.<sup>22</sup>

O inegável paternalismo contido nas medidas propostas para a gestão escravista, além de servir para preservar e controlar os cativos, aumentando a eficácia econômica da escravidão, articulava-se a uma concepção mais ampla de poder político no Império do Brasil.<sup>23</sup>

Embora nosso problema de pesquisa seja diferente, a problematização de Marquese auxilia-nos a reflexionar sobre as relações entre senhores e escravos como uma relação paternal com obrigações recíprocas a serem obedecidas de parte a parte. É preciso ponderar

---

21 MARQUESE, Rafael de Bivar. Op. cit., p. 273.

22 MARQUESE, Rafael de Bivar. Op. cit., p. 292.

23 MARQUESE, Rafael de Bivar. Op. cit., p. 297.

que os ambientes nos quais os crimes foram cometidos não seriam propriedades rurais. Ainda assim, as aproximações nesse sentido podem ser efetuadas, pois consideramos que os princípios da administração dos escravos eram regras básicas a serem obedecidas por todos os proprietários, independentemente de os escravos serem marinheiros.

### **Lutas por direitos e “bom governo”**

No livro de atas da Câmara Municipal de Pelotas de 1847, encontramos a informação de o juiz municipal, no dia 19 de junho, ter enviado um ofício à Câmara exigindo ser levantada a “força em que devem ser executados os réus, Salvador, Bento e João, sentenciados à pena última”. Cabia ainda a ela responder sobre “o lugar em que deve ser levantada a força”. Esse registro escrito revela a incumbência da Câmara de Vereadores de erigir o cadafalso que colocaria termo às vidas desses cativos. Eles eram tripulantes do iate Quibebe e comparsas no assassinato do patrão do iate José Antônio de Almeida e do menor escravo Dionízio.

O presidente da província, Manoel Antônio Galvão, por meio de ofício datado de 15 de abril, encaminhou pedido de graça ao Poder Moderador. Em anexo, enviou uma cópia das sentenças proferidas no dia 23 de março de 1847 na sala de sessões do júri de Pelotas e do relatório do juiz José Cruz Seco. O juiz de direito, em cumprimento do artigo 3º do decreto de 9 de março de 1847, relata as circunstâncias ocorridas na morte de José de Almeida e de Dionízio, mortos na mesma ocasião. De forma concisa ele consegue analisar uma grande parcela dos aspectos envolvidos nesses crimes cometidos pelos escravos Salvador, Bento e João. O iate Quibebe, de “propriedade de Roberto Barker, navegava do arroio Pelotas para o Norte e Rio Grande, conduzindo cargas, tendo saído de Pelotas

em direção ao Norte carregado de carnes [...]”.<sup>24</sup> Os réus “havia entre si se ajustado para matarem o patrão com o fim de o roubarem apesar de serem bem tratados por ele. Segundo o relato do juiz, os réus já haviam premeditado sua morte na viagem para São José do Norte, “mudaram porém de tensão; depois assentaram de praticar o assassinato na volta para Pelotas”.

No dia 8 de fevereiro de 1847, “saindo já tarde para Pelotas, sendo a noite escura e o vento pouco favorável, apenas pôde chegar à baliza do Mosquito, onde o patrão pretendeu dar fundo, entregando o leme a Bento, um dos mais interessados em sua morte”. O juiz narra que a vítima seguiu em direção à proa com o objetivo de largar o ferro. Aproveitando o ensejo, Salvador “lhe deu uma pancada com um machado; caindo imediatamente por terra, foi acabado de matar pelo escravo João, que lhe deu com um espeque”. Depois disso atiraram o corpo ao mar, com uma corrente de ferro presa aos pés para o corpo não boiar. Logo após, “os réus arvoraram-se em senhores do iate, roubaram o dinheiro pertencente ao morto.”

No dia seguinte, navegaram para Pelotas e, “pouco antes de chegarem à Barra do São Gonçalo concordaram em matar Dionísio para que não depusesse contra eles, por ser a única testemunha”. Dessa forma, depois de o fazerem buscar cigarros no castelo do iate, Bento se encarregou de sua morte. Primeiramente lhe deu uma “forte pancada, lançou-o ao mar; apenas caiu na água, se agarrou a um dos lados do iate a ver se podia escapar da morte e suplicou aos réus que o não matassem; apesar porém, de todas as suas súplicas o acabaram de assassinar”. Com uma grossa vara espancaram-no e o

---

<sup>24</sup> Série Justiça – Gabinete do Ministro – IJ1575 – Ofícios da Presidência da Província do RGS dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça – 1843 e 1847. Ofício nº 31, 15.04.1847, Porto Alegre Do: PP Manoel Antonio Galvão Para: Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Essa referência foi gentilmente cedida pelo historiador Paulo Roberto Staudt Moreira.

“fizeram largar-se do iate e sumir-se”. Dionísio ainda teria recebido um laço ao pescoço antes de ser arremessado na água. Os assassinos, em seguida, conduziram a embarcação para dentro do arroio Pelotas, onde a descarregaram próximo à estacada de Inácio Barcellos. Apresentaram-se a Barker, afirmando que “o patrão havia fugido temendo ser castigado por haver morto o moleque Dionísio”. Barker, inicialmente, haveria acreditado, porém, passou a desconfiar a partir do momento em que os escravos apareceram com dinheiro “em não pequena quantidade”. As desconfianças a respeito dos crimes cometidos por esses cativos cresceram, a ponto de eles fugirem com medo de serem castigados. No entanto, em seguida, “perseguidos em todas as direções foram ultimamente presos, sendo entregues à justiça”.

No processo-crime<sup>25</sup> que redundou na condenação desses cativos à pena última, Francisco Bucelli, uma das testemunhas, natural da Itália, solteiro, 30 anos, em seu depoimento nos transmitiu uma das informações que mais nos despertou interesse. Ao ser questionado sobre João, ele assim se expressou: “Disse mais a testemunha e o réu João confirmou que ele, já em Pernambuco, ajudara a matar um feitor pelo que foi surrado três dias”. Esse aspecto mencionado pela testemunha e confirmado pelo réu suscita algumas questões merecedoras de maior reflexão. João talvez tivesse trazido para seu novo cativeiro a esperança de melhorias nas relações senhor-escravo, o que pode não ter correspondido à realidade encontrada na faina diária no iate Quibebe.

Os réus Salvador, Bento e João foram executados no dia 22 de julho de 1847. “[...] os quais com seus vestidos ordinários”<sup>26</sup> e algemados foram conduzidos da cadeia com as “formalidades do estilo pelas

---

<sup>25</sup> Processo-crime, n. 205, Cartório do Júri, Pelotas, 1847 (APERS).

<sup>26</sup> Art. 40. O réu com o seu vestido ordinário, e preso, será conduzido pelas ruas mais publicas até á forca, acompanhado do Juiz Criminal do lugar, aonde estiver, com o seu Escrivão, e da força militar, que se requisitar.

ruas mais públicas dessa cidade até a Igreja Matriz e dali ao lugar da força ao lado do cemitério, sendo lidas pelo porteiro do juiz em vozes altas e inteligíveis as sentenças em todo o trânsito até o lugar da força”. O cadafalso foi edificado ao lado do cemitério. Estavam presentes ao suplício dos réus o juiz municipal Amaro José de Ávila da Silveira; o escrivão; o médico Thomaz Rodrigues Pereira; o porteiro do juiz Martins Theodoro; uma força de primeira linha, parte da companhia de polícia desta cidade; a irmandade da Santa Casa de Misericórdia; sacerdotes e “grande porção de pessoas do povo”.<sup>27</sup>

Nos idos de fevereiro de 1847, em outro caso semelhante em alguns aspectos aos acontecimentos ocorridos no iate Quibebe, foi a vez de os marinheiros do Belizário assassinares com perfídia, o patrão desta embarcação. Esse iate dirigia-se de Rio Grande para Camaquã. Sua tripulação era composta pelos cativos André, Simão, Brás, Manoel, o patrão do iate Luiz Pinheiro e sua esposa Josefa Alves Pereira. Nas proximidades do lugar denominado Quilombo, em frente à barra do Camaquã, os escravos Brás e Manoel esfaquearam o patrão, “ao mesmo tempo que Manoel lhe dera na cabeça com malaquetas<sup>28</sup>”, “lançaram depois o corpo semimorto ao mar” e na sequência, “lavaram o sangue para não aparecer”.

Josefa conseguiu iludir os cativos com a promessa de liberdade caso ancorassem no armazém da charqueada São Lourenço. Mas, ao descerem em terra, foram presos no dia 15 de fevereiro. André Mina

---

27 Série Justiça – Gabinete do Ministro – IJ1575 – Ofícios da Presidência da Província do RGS dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça – 1843 e 1847. Ofício nº 03.07.1847. Esta referência foi cordialmente cedida pelo Profº Drº Paulo Moreira.

28 (ê) *sf* 1 Pau em que se enrola o fio dos papagaios de papel. 2 Cada um dos cabos salientes da roda do leme. 3 *Náut* Cavilha que se enfia nos fusos das mesas da amurada e da meia-nau, para dar volta aos cabos de laborar. 4 Cada uma das sementes pungentes de uma planta da África ocidental (*Aframum melegueta*), da família das Zingiberáceas, usada como condimento; pimenta-malagueta. Disponível em: <http://www.michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 17 dez. 2011.

foi condenado à pena última pelo júri da cidade de Pelotas, sendo executado somente no dia 1º de junho de 1849.<sup>29</sup>

### Figura 1 - Navegação na Lagoa dos Patos



Fonte: Wendroth 1962, fig.95ª, fl.33

Embora não fazendo referência à fonte de onde extraiu tal informação, Lopes Neto<sup>30</sup> sugere-nos que os dois iates navegavam, provavelmente, “ao mesmo tempo”, “um perto do outro”. Uma sinistra similitude pode ser percebida entre as circunstâncias envolvendo os

---

<sup>29</sup> Série Justiça – Gabinete do Ministro – IJ1576 – Offícios da Presidência da Província do RGS dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça – 1848 e 1849. Ofício nº 21, de 27.06.1849Do: PP D Andrea Para: Euzébio de Queiroz Coutinho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça. Execução do escravo André Mina – Pelotas. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

<sup>30</sup> LOPES NETO, João Simões. Revista do 1º centenário da cidade de Pelotas, 1912.

dois assassinatos. A inexpressiva força do vento deixou de insuflar as velas dos dois iates. Em relação ao Quibebe, a ausência de correntes naturais de ar proporcionou um momento oportuno para a consecução do assassinio de José Antônio de Almeida. No caso do Belizário, atrapalhou o intento dos cativos de atingirem a capital da província. “Não dando o vento, permaneceram ao mar da barra de São Lourenço”. Talvez o propósito de alcançar Porto Alegre se relacionasse à tentativa de atingir a zona portuária da capital composta por uma população parcialmente anônima e em trânsito. Como ressaltou Moreira<sup>31</sup>, o transporte fluvial nesse município, representava uma das melhores rotas de fuga para os escravos, escapulindo-se dos navios onde labutavam “ou contando com a solidariedade de algum marinheiro escravo ou livre que lhes fornecia passagem e abrigo, os cativos desembarcavam no porto da capital engrossando a massa de elementos negros”.<sup>32</sup> A relativa falta de especialização, aliada à grande mobilidade da marujada, provavelmente tenha feito com que o trabalho nas embarcações da navegação interna ou costeira da província fosse procurado por cativos interessados em refugiarem-se da polícia.<sup>33</sup>

A intenção de rumar para Porto Alegre deve ter sido ainda estimulada pela provável existência de um canal através da Lagoa dos Patos, já no ano de 1847. O Cônsul Britânico no Rio Grande, Henry Prendergat Vereker<sup>34</sup>, publicou em Londres, no ano de 1860, um roteiro náutico, dedicando seu foco primordial de análise ao Porto de Rio Grande. Intitulava-se *The British shippmaster's hand book to Rio Grande do Sul* e incluía, em suas reflexões, as práticas comerciais,

---

<sup>31</sup> MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiência negras no espaço urbano*. Porto Alegre – 1850-1888. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 71

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 69.

<sup>34</sup> VEREKER, Henry Prendergast. *Roteiro da costa dos Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Editora FURG, 2001.

abrangendo regulamentos e observações de ventos e marés. Vereker observou, de maneira “pertinaz”, o contínuo crescimento do tráfego marítimo para Porto Alegre perpassando esse canal, cada vez mais frequentado pela presença de navios brasileiros e estrangeiros.

As fugas pelo mar eram comuns a outras regiões do Brasil. Ao analisar as fugas marítimas na ilha do desterro, ou seja, aquelas nas quais os cativos fugiam para barcos como estratégia para libertar-se do cativeiro, Rebelatto<sup>35</sup> ressaltou: “[...] os escravos conheciam os meios para se chegar aos navios e fugir através do mar. E mais, sabiam que tal fuga provavelmente seria mais passível de sucesso, já que iriam para lugares longe do senhor e da comunidade que os conhecia”. As fugas através do mar eram moeda corrente para os senhores e autoridades policiais nas primeiras décadas do século XIX no Rio de Janeiro. Anúncios em jornais corriqueiramente avisavam para não serem recebidos os escravos fugitivos como marinheiros ou embarcados, porém, muitas vezes os mestres de navios não eram muito sensíveis a essas queixas.<sup>36</sup>

Em um artigo bastante conhecido, Silvia Lara<sup>37</sup> observou, com agudeza, que a obra de Genovese se “constituiu numa verdadeira ponte” entre as reflexões elaboradas por E. P. Thompson e a história da escravidão brasileira. Enfatizou, porém: a “aproximação entre Thompson e a historiografia sobre a escravidão é essencialmente teórica (e política) e não temática”. O próprio Thompson já se havia pronunciado de forma muito breve a respeito: “Mientras que la situación

---

35 REBELATO, Martha. Uma saída pelo mar: rotas marítimas de fugas escravas em Santa Catarina no século XIX, *Revista de Ciências Humanas*, n. 40, 2006.

36 GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Revoltas, Marinheiros e sistema prisional no arsenal de marinha: notas sobre o trabalho compulsório e cultura política num Rio de Janeiro Atlântico (1820- 1840). *História Social*, Campinas, n.12, 2006, p.11-33.

37 LARA, Silvia Hunold. Blowin in the Wind: E.P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *Projeto História*, São Paulo, v.16, p.25-38, 1995b.

de los esclavos y de los trabajadores pobres ingleses del siglo XVIII es difícilmente comparable, el análisis de Genovesse de hegemonía y reciprocidad – la polémica que se siguió – es de gran relevancia para los temas de este artículo”.<sup>38</sup> Então, os processos compulsados dos assassinatos ocorridos nas águas da Lagoa dos Patos permitem-nos concluir que as aproximações entre as reflexões de Thompson sobre o paternalismo na sociedade inglesa do século XVIII e a sociedade escravocrata pelotense na segunda metade do século XIX são perfeitamente possíveis.

A despeito da distância temporal e espacial, o enfoque dado por Thompson à noção de reciprocidade parece-nos extremamente apropriado para lucubrarmos as relações entre senhores e escravos. Apesar de os cativos haverem furtado 225 patações<sup>39</sup> em ouro e prata, “porção de feijão, pão torrado, arroz, açúcar, charque, um baú de duas caixas com roupas”, detectamos uma noção legitimadora no assassinato de Luiz Pinheiro. Os interrogatórios de Simão e André Mina nos inspiram a pensar dessa forma. O primeiro “[...] respondeu que o havia morto porque ele os maltratava e lhes não dava de comer nem de vestir e mais não disse”. O segundo afirmou: “Porque o patrão era muito mau e lhes não davam de comer”.

Parece-nos claro constatar, através dessas respostas, entenderem esses cativos a existência de obrigações recíprocas entre eles e seu patrão, permeadas de direitos e deveres mútuos. Nesse caso, inferimos que os escravos André e Simão concebiam não estarem alguns de seus direitos sendo devidamente respeitados.<sup>40</sup> Ou seja, agiam segundo

---

38 THOMPSON, Eduard Palmer. *Tradiccion, revuleta y consciencia de classe: estúdios sobre la crisis de la preindustrial*. Barcelona, Editorial Crítica, 1984, p.20.

39 Patacão. (De *pataca*.) S.m. Antiga moeda de cobre portuguesa de 40 réis. // *Bras*. Antiga moeda de prata de dois mil réis. Barili (1970, p. 627).

40 Gostaríamos de salientar que o crime é algo multifacetado. A motivação pode ser luta por justiça/indignação pela injustiça; mas também outros motivos podem ter sido acionados e conjugados (paixões, vingança etc). No tocante aos processos que

uma “noção de legitimação”<sup>41</sup> que demonstrava estarem defendendo direitos estabelecidos pelo costume. Também cremos verossímil supor, na cidade de Pelotas novecentista, a existência de uma “economia moral” capaz de confirmar a obrigação dos senhores de alimentarem e vestirem seus escravos. O paternalismo foi interpretado por esses cativos como uma via de mão-dupla na luta pela manutenção de conquistas firmadas pelo costume como direitos escravos.

Destarte, cogitamos a existência de um paternalismo aceito tanto por senhores como cativos, porém, com apropriações diversas, implicando obrigações mútuas, deveres e responsabilidades. No caso dos acontecimentos protagonizados pelos marinheiros escravos do iate Belizário, é possível conjecturarmos que antigos costumes serviram de base para eles cometerem os crimes a partir daquilo considerado como direitos próprios.

Essa discussão sobre as práticas paternalistas empreendidas pelos senhores de escravos em Pelotas faz-nos recordar os argumentos propostos por um dos autores do século XIX que construíram a teoria da administração dos escravos no Brasil. Miguel Calmom Almeida, formado em direito pela Universidade de Coimbra, proprietário de engenho no Recôncavo baiano e um dos principais líderes do Império na primeira metade daquele século, em capítulo dedicado a esse tema em livro de 1834, propôs, como primeiro item para um bom tratamento da escravatura, a obrigatoriedade do fornecimento de “alimentos, roupas e moradias adequados aos cativos”.<sup>42</sup> Essa teoria deixava claros os problemas advindos, caso os senhores se pautassem somente pelo medo e pela coação como eixo de superintendência dos

---

analisamos levamos em consideração exclusivamente a justificativa utilizada pelos réus ao cometerem os crimes.

41 THOMPSON, Eduard Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

42 MARQUESE, Rafael Bivar. *Op. cit.*, p. 269.

escravos. Disciplina rigorosa e paternalismo deviam ser elementos harmoniosos e sempre indissociáveis no rol de métodos de gerenciamento da mão de obra.

Esses manuais agrícolas espelham a preocupação senhorial na direção de grandes contingentes de cativos em uma conjuntura de crescente resistência escrava. As indicações dos autores brasileiros sobre a gestão escravista relacionavam-se, também, a uma concepção mais ampla de poder político no Império do Brasil. A proteção paternal do imperador tinha como extensão o paternalismo dos senhores sobre seus escravos. Esses fundamentos objetivavam a segurança pública e privada. No momento que propõem um “bom tratamento para a escravatura” reconhecem ser o respeito aos direitos uma condição precípua para amainar o destemor cativo em ebulição.

Os assassinios da José de Almeida, Dionízio e Luiz Pinheiro ocorreram justamente no auge da safra 1847-48, permitindo deduzir terem sucedido em uma época do ano quando as embarcações precisariam aproveitar ao máximo as condições climáticas favoráveis para atingir a barra do Rio Grande. Os cativos deveriam trabalhar dobrado nos dias de sol e vento em popa para navegar o mais rápido possível, objetivando amenizar os prejuízos causados pela infraestrutura de transportes existentes na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. O início do mês de fevereiro representava, com certeza, um momento de pico da exploração do trabalho nas charqueadas e parece plausível estabelecer correlação entre os assassinatos e a intensificação do ritmo de trabalho.

Aproximadamente um quarto de século depois, outro patrão de iate foi assassinado, sendo o preto Miguel, escravo do senhor José Antônio Moreira o algóz de Manoel Russo. Segundo as características fisionômicas descritas pelo quadro estatístico<sup>43</sup>, Miguel, 25 anos em

---

<sup>43</sup> Quadro Estatístico dos presos escravos recolhidos à cadeia civil de Pelotas entre os anos de 1863 a 1878. CPDOV da Biblioteca Pública Pelotense.

1870, natural de Santa Catarina, estatura regular, cor preta, nariz grosso, boca grande, com sinais de bexigas, pouca barba, era solteiro e marítimo. Apresentou-se confessando ter assassinado o patrão do iate São Jeronymo, sendo preso no dia 3 de dezembro de 1869, às 7 horas e 25 minutos. Ao ser questionado pelo delegado, “respondeu que sim que assassinou porque há muito tempo o referido patrão já o havia ameaçado de castigos”. Interrogado sobre como cometera o assassinato asseverou: “[...] na ocasião em que o referido Manoel Patrão vinha dar-lhe com uma vara, ele, réu, deu-lhe algumas facadas, sendo uma delas no peito”.<sup>44</sup>

Pelos dados do quadro estatístico, “entrou em julgamento a 6 de julho de 1870, foi pelo júri sentenciado à pena última, foi apelado pelo juiz presidente do tribunal. Em 1870, seguiu para a capital da província, por ordem do juiz municipal para cumprir a sentença”. Acreditamos ter o cativo Miguel trazido algo de novo em suas respostas, ou seja, o fato de sofrer ameaças de castigo e depois a tentativa para surrá-lo de Manoel Russo talvez tenha sido capaz de ultrapassar o que considerava justo. Não foi necessário sofrer castigos excessivos para cometer o assassinato do patrão, nesse caso a “dimensão simbólica” não precisou ser atingida para o cativo agir na defesa de seus direitos.

### **Considerações finais**

Julgamos que as histórias aqui contadas validem nosso argumento de a cessação do direito ao “bom governo” poder acarretar uma criminalidade violenta contra patrões de iates. As considerações esboçadas neste tópico auxiliam-nos a perceber a existência, entre os cativos, de noções de certo e errado, justo e injusto, advindas dos

---

44 Processo-crime, n. 875, Cartório do Júri, Pelotas, 1870 (APERS).

costumes e já discutidas como de bom alvitre na gestão dos escravos mesmo um período anterior ao de nossa pesquisa.

Por último, merece ser destacado que os crimes e direitos escravos em Pelotas não se circunscreveram as charqueadas. A luta por direitos esteve espalhada em outros cenários sociais. Os iates que faziam o transporte da produção saladeiril foram locais onde os cativos afirmaram os seus direitos ao “bom governo”. O bom tratamento da escravatura – alimentação, vestimenta, moradia – era uma obrigação senhorial e um direito dos escravos estabelecidos pelo costume e pelos textos oitocentistas brasileiros sobre a gestão da escravaria. Disciplina severa e paternalismo conjugavam-se como mecanismos essenciais para um “bom governo” dos escravos. O rompimento dessas prerrogativas, como vimos, acarretou a imposição desses direitos através de assassinatos de patrões.

Nos processos trabalhados, parece-nos clara a compreensão de que os escravos assassinaram seus senhores quando entenderam que seus direitos não estavam sendo considerados. Os crimes dos patrões de iates foram uma forma de reivindicarem um “bom governo”. Para chegarmos a essa conclusão, a utilização de processos criminais foi crucial na nossa pesquisa. Pois, ela oferece múltiplas possibilidades de análise do cotidiano das relações de dominação e exploração na Pelotas do século XIX.

# ACABOU DE MATAR DIZENDO-LHE QUE TINHA LHE ACABADO COM A CASTA

conflitos entre senhores e escravizados  
através de autos criminais  
(Rio Grande, década de 1870)

Douglas Reisdorfer<sup>1</sup>

## Introdução

Apolinário Franciso de Oliveira e sua família aguardavam ansiosamente a refeição do dia 6 de dezembro de 1871. A comida consistia num terneiro não nascido, preparado pela cozinheira escravizada Felícia, de dezesseis anos, alugada para o serviço doméstico daquela

---

<sup>1</sup> Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Mestre e Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição. Bolsista CAPES. E-mail: dglsreisdorfer@gmail.com

residência. Assim que começaram a apreciá-la, os Oliveira, um a um, tiveram diversos sintomas de mal-estar. Vômitos, enjoos, prostração, diarreia, resfriamento e manchas na pele, ardência na garganta, entre outros. Para lidar com aquele súbito adoecimento, o médico Joaquim Guilherme Martins de Freitas foi convocado. Além de prestar os primeiros socorros, ele sugeriu que a causa do problema era envenenamento por ácido arsênico. A principal suspeita foi, claro, Felícia, que teve seus serviços dispensados pelo médico enquanto este cuidava da família, recorrendo a uma escravizada de sua confiança. Dias depois, presa e interrogada, ela confessou ter introduzido no alimento uma farinha, que lhe fora entregue por uma conhecida dos Oliveira, a preta forra Maria Manuela da Conceição.<sup>2</sup>

O caso, ocorrido em Rio Grande, espantou a todos, levando à instauração de um processo-crime para investigar e julgar uma tentativa de assassinato senhorial por propinação de venefício. Na década de 1870, outros escravizados desta cidade também atentaram contra a vida de seus senhores, familiares destes ou prepostos, fossem eles trabalhadores do espaço rural, urbano ou marítimo. Em anos anteriores, a maior parte dos autos criminais cometidos por escravizados tiveram como vítimas sujeitos da mesma condição jurídica ou libertos, que já haviam experienciado o cativeiro. A intensificação da criminalidade direcionada à casa-grande localiza-se especialmente na penúltima década de existência da escravidão, quando mudanças jurídicas e políticas importantes voltaram-se contra o poder senhorial. Mulheres e homens como Felícia, Maria Manuela, Hilário, Narciso e Anastácio enxergaram no confronto vertical – que se traduziu em criminalidade – um caminho para resistir ao cativeiro que se lhes impunha, do que resultou uma valiosa documentação criminal.

---

2 APERS. Rio Grande, Processo Crime, II Vara Cível e Crime, Auto 4518, 1871.

Através dos vestígios produzidos por casos como este, desejo analisar<sup>3</sup> os conflitos entre escravizados e o mundo senhorial em Rio Grande, centrando-me no contexto específico década de 1870.<sup>4</sup> Como já apontado, este período significou uma importante mudança no perfil das vítimas dos delitos perpetrados por réus escravizados, e não só nesta cidade, que direcionaram seu descontentamento contra figuras ligadas aos senhores. Mais particularmente, neste texto, procuro explorar transformações significativas nas expectativas que circundavam as relações entre senhores e escravizados, abordando aspectos como a prática do castigo físico, a resistência daqueles sujeitos à escravidão,<sup>5</sup> as mudanças legais ocorridas naquela década<sup>6</sup> e o modo como tais conflitos se configuraram em espaços tão diferentes como o meio rural, urbano e marítimo. Desde já, ressalto que os ares de mudança tão fortes daquela década foram percebidos pelos sujeitos presentes nos autos; em alguns casos, empregaram-nos em seu intento de sobreviver à violência da escravidão. Na primeira parte do texto, faço uma exposição acerca da criminalidade na urbe riograndina, explorando as principais características sociais daquela cidade e demonstrando a particularidade da

---

<sup>3</sup> Este trabalho é parte da pesquisa de Mestrado que desenvolvi junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPel, na qual examinei a relação entre escravidão e criminalidade em Rio Grande, entre 1850 e 1888.

<sup>4</sup> A utilização de fontes criminais no estudo da escravidão já está muito bem assentada na historiografia. De modo geral, os historiadores procuram empregar tal documentação para obter informações sobre o universo social de escravizados e libertos, analisando seus depoimentos, versões, as contradições destas, o relato das testemunhas. Ver: WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

<sup>5</sup> Parto da perspectiva historiográfica que se consolidou a partir da década de 1980, conhecida como o “paradigma da agência”. Tal ótica valoriza a agência de trabalhadores escravizados no entendimento de processos históricos e da conformação das relações sociais do cativeiro. Ver: CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, p. 14-45, 2009.

<sup>6</sup> Refiro-me, em especial, à lei do Ventre Livre, promulgada em 1871.

década de 1870. Na segunda seção, investigo casos criminais específicos, procurando ver na documentação indícios que permitam compreender melhor o aumento dos crimes voltados ao mundo senhorial.

### **“Areia, areia, e mais areia!”: a Cidade de Rio Grande e os crimes perpetrados por escravizados**

Areia, areia, areia. Assim começa a descrição do viajante Arsène Isabelle, que passou pelo Rio Grande do Sul entre 1833 e 1834.<sup>7</sup> O francês fez notar uma das características mais marcantes do território da região sul da província, no qual se localiza a Cidade de Rio Grande: seu solo arenoso. Situada em região de dunas, não raro a areia se sobrepunha às suas vias, e, caso acreditemos no relato impressionante de Isabelle, às casas menores, sepultando-as. Apesar do desagradável cenário de uma cidade arenosa, lidando constantemente com as areias que desafiavam o dia a dia dos habitantes do lugar, o viajante, ainda na década de 1830, ressaltou sua pujança comercial. Era lugar de ricos comerciantes: vê-se “pela opulência dos habitantes, que os negócios são bons nessa parte da província”.<sup>8</sup> Uma parcela significativa desta riqueza advinha, é claro, de seus empreendimentos comerciais, portuário que era este enclave do extremo-sul do Brasil. Na desembocadura da Laguna dos Patos para o Oceano Atlântico, a urbe riograndina realizava as atividades de exportação e importação dos bens fundamentais para a província do Rio Grande do Sul. Eram exportados produtos como o charque (para as regiões sudeste e nordeste) e o couro (para a América do Norte e a Europa); e eram importados produtos diversos, como o sal, o açúcar, a madeira, o vinho, a farinha, além, é claro, de trabalhadores

---

<sup>7</sup> ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006. p. 256.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 257.

escravizados.<sup>9</sup> Em função disso, a cidade tinha vínculos com muitas outras praças mercantis brasileiras e estrangeiras, com ênfase para as europeias e norte-americanas. Integrava-se, portanto, ao Atlântico.

Para além de sua dimensão marítima, a cidade, até meados do século XIX, caracterizava-se por forte presença demográfica de africanos escravizados e libertos. Como em outras partes, a escravidão foi bastante significativa no cômputo populacional até a metade do Oitocentos – a partir daí, sua proporção decaiu, uma consequência tanto do fim do tráfico atlântico de escravizados quanto do aumento da população livre:

**Tabela 1** - População livre e escravizada de Rio Grande, século XIX.

Ano	Livres		Escravos		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº
1814	2245	62,53%	1119	31,17%	3590
1819	2855	61,73%	1770	38,27	4625
1842	3866	58,24%	2772	41,76%	6638
1858	15541	78,02%	4369	21,98%	19910
1872	16605	79,5%	4282	20,5%	20887
1875	16747	75,56%	5417	24,44%	22164

**Fontes:** Números de 1814 a 1872 de SCHERER, Jovani de Souza. *Experiências de busca de liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008. p. 25; DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Relatório anexo ao do Ministério dos Negócios do Império, de 1875*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinto, Brandão & Comp., 1875.

<sup>9</sup> Sobre a exportação de produtos como o charque e o couro, ver: VARGAS, Jonas Moreira. **Os barões do charque e suas fortunas:** um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016. Sobre a pauta de importações da Cidade de Rio Grande, ver: BERUTE, Gabriel Santos. **Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro:** negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850). Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

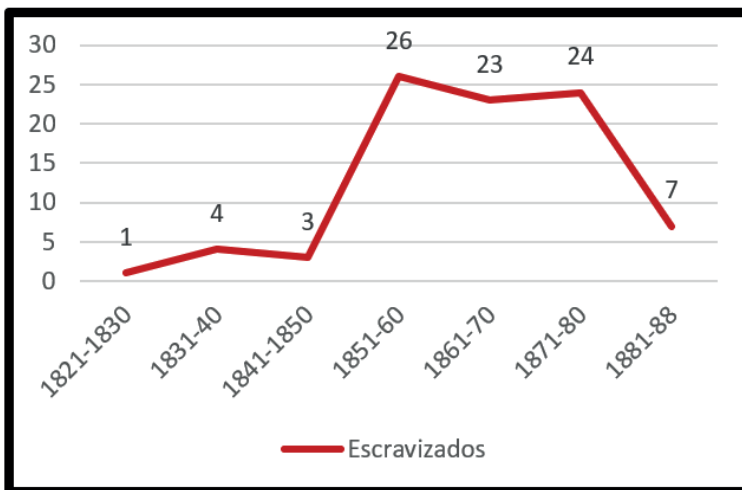
O ápice da escravidão na cidade – do ponto de vista percentual – foi na década de 1840, quando escravizados foram 41,76% de toda a população. Para além disso, é importante notar que a africanidade desempenhou papel bastante significativo ainda nas décadas de 1850 e 1860, destacando-se na conquista da manumissão. Quanto a isso, destaco uma particularidade de Rio Grande: nesta urbe, ao contrário de outras regiões do Império, os africanos foram maioria entre os que se libertavam, especialmente aqueles identificados como mina, nagô ou mina-nagô.<sup>10</sup>

Africanos e crioulos, homens e mulheres, trabalhadores do campo, da cidade, do espaço doméstico, do ganho ou das águas – qualquer que fosse sua origem, sua pertença étnica ou sua inserção laboral, o fato é que criaram estratégias para resistir, se adaptar, tensionar e sobreviver ao cativo. Elas podem ser examinadas por diversos tipos de vestígios, como as alforrias, os inventários *post-mortem*, os testamentos, a imprensa e a documentação criminal, que será o enfoque deste trabalho. A criminalidade, fenômeno do qual os processos-crime resultam, foi ela mesma expressão de conflitos os mais diversos. Furtos, roubos, assassinatos senhoriais, agressões físicas, fugas e castigos imoderados foram algumas das situações nas quais os escravizados de Rio Grande se envolveram. Uma análise quantitativa pode demonstrar as flutuações e o perfil dos crimes perpetrados por aqueles que estavam sujeitos à escravidão:

---

<sup>10</sup> SCHERER, 2008, *op. cit.*

**Gráfico 1 - Variação geral de crimes cometidos por escravizados (Rio Grande, 1820-1888).**



**Fonte:** *Documentos da Escravidão no RS - O escravo como vítima ou réu* (2010).

O gráfico 1 apresenta a variação dos processos-crime que têm escravizados como réus ao longo do século XIX. Pode-se dividi-lo em duas partes: a primeira, entre 1820 e 1850, período em que a documentação é escassa; a segunda, entre 1850 e 1888, em que o número de casos se avoluma vertiginosamente. Cada uma delas engendra seu próprio conjunto de questões.

O aspecto mais evidente é o salto das décadas de 1840 e 1850, quando ocorreu um notável aumento na documentação: de 3 para 26 processos-crime. O que pode explicá-lo? Teria a criminalidade aumentado nesta proporção, ou seria isso o resultado de outros fatores sociais e/ou institucionais? Acredito que quatro fatores explicativos agiram para gerar o quadro delineado no gráfico 1. Com a ação do tempo, as fontes nem sempre se preservam; mais, sua perda não se dá, necessariamente, de modo linear. Para alguns períodos, a documentação sobrevive; para outros, menos. Assim, é possível que, em

Rio Grande, poucos processos-crime da primeira metade do século XIX tenham chegado até o presente: nesse caso, o incremento da criminalidade seria muito menor. As transformações demográficas constituem outro aspecto a ser observado. Como evidenciado pela tabela 1, entre os anos de 1840 e 1850, houve um expressivo aumento populacional naquela cidade, que foi de 6638 habitantes em 1842 para 19910 em 1858. Embora o número percentual de trabalhadores escravizados em relação à população total tenha decaído, seu número absoluto cresceu: de 2772 para 4369. Assim, em partes, o incremento dos autos criminais entre os anos de 1840 e 1850 explica-se pela dinâmica demográfica do município.

Mas isso não é suficiente. O crescimento da população escravizada entre as décadas de 1840 e 1850, acima apontado, foi da ordem de 57,6%. O aumento do número de processos-crime foi de 766,6%, de sorte que o incremento populacional não é o bastante para explicá-lo. Outros dois fatores podem ter contribuído para isso. Por um lado, é possível que tenha ocorrido uma intensificação dos conflitos: nesse sentido, o multiplicar-se dos autos criminais de uma década para outra seria expressão de um processo da realidade social, na qual as disputas do cativo se acirraram. Mas a produção da documentação criminal não paira no ar. Acredito que parte significativa do movimento quase vertical presente no gráfico 1 seja resultado, também, da judicialização das relações sociais. O que isso significa? Ora, na primeira metade do século XIX, as tensões da escravidão eram, tanto quanto possível, resolucioadas no âmbito do poder senhorial, que disciplinava e punia seus subordinados. A partir dos anos de 1850, observa-se um processo em que, cada vez mais, as autoridades policiais e judiciárias intrometem-se nas relações sociais da escravidão, seja pela própria expansão e conformação do aparato judiciário, seja pela tendência senhorial de entregar seus escravizados para a Justiça. Assim, com estes quatro aspectos – preservação documental, mudanças

demográficas, amplificação dos conflitos e judicialização do social – podemos compreender a expansão vertiginosa da documentação criminal na primeira metade do Oitocentos.

A segunda parte do gráfico 1, de 1850 a 1888, suscita menos questões. Aqui, comparar a trajetória da criminalidade riograndina com a de outras regiões faz-se muito importante. Na segunda metade do século XIX, cidades como Franca, São Paulo e Mariana possuíram tendência similar: estabilização da quantidade de autos, com decréscimo acelerado a partir dos anos de 1880, quando a escravidão encontrava seu fim.<sup>11</sup> Em outras áreas, como Campinas, Juiz de Fora e Pelotas, a criminalidade continua a aumentar até a década de 1870, no que os conflitos entre senhores e escravizados se acentuaram.<sup>12</sup> Que correlações podem ser estabelecidas entre estes municípios? A condição mais urbana ou rural não explica o fenômeno. Se Franca e Mariana caracterizam-se por suas economias de produção agrícola, Rio Grande tem na zona portuária sua força motriz. Entretanto, os municípios de Campinas e Juiz de Fora têm em comum o fato de serem zonas de *plantation*, voltadas à exportação; Pelotas, embora seja marcada por uma economia voltada ao mercado interno, compartilha de algumas das características das duas anteriores, como

---

11 FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Crimes em comum: escravidão e liberdade sob a pena do Estado imperial brasileiro (1830-1888)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011; MARTINS, Lidia. *Entre a lei e o crime: a atuação da justiça nos processos criminais envolvendo escravos - termo de Mariana, 1830-1888*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2012; WISSENBACH, 1998, *op. cit.*

12 GUIMARÃES, Elione. *Violência entre parceiros de cativo: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX*. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2006; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2018; RAMOS, Amanda Ciarlo. *Cruzando a linha em tempos de incerteza: crimes de cativos em Pelotas no contexto de intensificação do tráfico interno (segunda metade do século XIX)*. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

a forte concentração de escravizados nas charqueadas. Assim, ao que tudo indica, a elevação da criminalidade até a década de 1870 é um traço de lugares cuja economia funda-se em grandes plantéis de escravizados, agregados no âmbito das *plantations* exportadoras ou da produção pelotense do charque.

**Tabela 2 - Vítimas de crimes contra a segurança individual cometidos por escravizados (Rio Grande, 1850-1888)**

Vítimas	1851-1860		1861-1870		1871-1880		1881-1888		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Escravizados e libertos	14	60,9%	9	60%	10	43,5%	1	20%	34	51,5%
Senhores, família senhorial ou prepostos	5	21,7%	4	26,7%	10	43,5%	0	0%	19	28,8%
Outros livres	4	17,4%	1	6,65%	3	13%	4	80%	12	18,2%
Livres de cor	0	0%	1	6,65%	0	0%	0	0%	1	1,5%
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>100%</b>	<b>15</b>	<b>100%</b>	<b>23</b>	<b>100%</b>	<b>5</b>	<b>100%</b>	<b>66</b>	<b>100</b>

**Fonte:** *Documentos da Escravidão no RS - O escravo como vítima ou réu* (2010).

Se as duas trajetórias são dessemelhantes quanto à quantidade de autos, elas aproximam-se em outros aspectos. Em especial, ressalto o perfil das vítimas, que passou por importante transformação na década de 1870. A tabela 2 apresenta as vítimas de crimes contra a segurança individual (homicídios e ofensas físicas) cometidos por escravizados. Separei-os em quatro categorias. “Escravizados e libertos” congrega aqueles que vivenciavam ou vivenciaram o cativeiro em algum momento de suas vidas. Embora existam diferenças notáveis na experiência social de escravizados e libertos, agrupá-los torna-se

razoável na medida em que, no Brasil oitocentista, os mundos da escravidão e da liberdade se aproximavam.<sup>13</sup> “Senhores, família senhorial ou prepostos” abarca os proprietários, suas famílias e todos aqueles que trabalhavam na disciplina e no controle de seus trabalhadores escravizados; isso inclui, é claro, feitores, capatazes e administradores. Adicionamos também os contramestres: no contexto do mundo laboral marítimo, eram eles os responsáveis por reger o dia a dia de trabalho nas embarcações, ocupando uma posição similar à de um capataz no trabalho rural. Por fim, “Outros livres” abrange aqueles que não eram nem senhores e nem representantes do poder senhorial; e “Livres de cor” contabiliza os livres que puderam ser identificados como pretos ou pardos.

Estes números indicam dois momentos distintos na segunda metade do século XIX. Nas décadas de 1850 e 1860, a criminalidade cometida por aqueles que estavam sob o cativo direcionava-se sobretudo contra outros escravizados e libertos: respectivamente, foram 60,9% e 60% das vítimas. Na década de 1870, por outro lado, o perfil das vítimas mudou. “Escravizados e libertos” caíram para 43,5% das vítimas e a categoria dos “Senhores, família senhorial ou prepostos” subiu para, também, 43,5%. O que mudou? Por que a criminalidade se voltou aos senhores? Antes de procurar respostas, é importante notar que isso também foi observado em outras localidades. Em Mariana, durante a maior parte do período que vai de 1850 a 1888, as principais vítimas de réus escravizados também foram os que compartilhavam desta condição jurídica.<sup>14</sup> Nos anos de 1870, os senhores, familiares e prepostos cresceram entre os vitimados, indo de 1 para 8. Em Pelotas, observa-se algo similar aos números da tabela

---

<sup>13</sup> CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História social*, n. 19, 2010, p. 33-62.

<sup>14</sup> MARTINS, 2012, *op. cit.*, p. 101.

2, com um aumento dos senhores que foram alvo da criminalidade na década de 1870.<sup>15</sup>

O que explica esta dinâmica? Nas décadas de 1850 e 1860, as tensões do cativeiro se intensificaram. A grande entrada de africanos escravizados na última década de vigência do tráfico atlântico fez sentir suas consequências: ao passo que a cidade portuária oferecia um espaço para a junção de um pecúlio e para a conquista da liberdade, também era lócus de tensão, competição e disputa por recursos escassos. Já na penúltima década de existência do escravismo, o fim do tráfico atlântico e suas consequências demográficas, econômicas e sociais atingiam a legitimidade da escravidão. O abolicionismo avançava com suas demandas, capilarizava-se e fazia sentir seus ecos entre a própria população escravizada, que reconhecia cada vez mais a possibilidade de recorrer às autoridades para resolver os conflitos com seus senhores. É importante notar um aspecto. Se na segunda metade do século XIX a criminalidade tendeu a diminuir ou a crescer em algumas áreas, a depender de suas características, a mudança de “alvo” dos homicídios e ofensas físicas – direcionando-se para os proprietários escravistas – foi um processo observado em todo o Império, não sendo exclusividade de zonas menos dinâmicas da economia nacional ou de zonas de *plantation*. É, em certo sentido, o que havia de comum entre todas estas regiões: a crescente resistência da sociedade civil ao regime de trabalho escravizado, levada adiante nas mais variadas instâncias. Resta observar como este contexto se apresenta em casos específicos de homicídio contra senhores e seus prepostos.

---

<sup>15</sup> RAMOS, 2018, *op. cit.*, p. 81.

## **Crimes de escravizados em Rio Grande: tensões nos espaços rural, urbano e marítimo**

A família de Apolinário Francisco de Oliveira, sobre a qual me referi na introdução, sobreviveu. Naquele dia, 6 de dezembro de 1871, Felícia estava na frente da residência quando Maria Manoela da Conceição, preta forra, passou por ali. Ela lhe ofereceu uma farinha para engrossar caldo, dizendo que seria recompensada se a colocasse no alimento. A escravizada acusada de introduzir a substância na comida não sabia de nada. Não se pode afirmar o mesmo a respeito de quem a forneceu. De acordo com algumas testemunhas do processo, a liberta e seu companheiro, o africano forro João Miguel, tinham razões para se vingarem dos Oliveira. Apolinário tivera como ama de criação uma escravizada chamada Maria Portuguesa, madrinha da principal suspeita deste processo. Anos depois, ela encontrou-se em situação de miséria, quando a afilhada e seu amásio a recolheram da rua. Seu falecimento foi o estopim que provocou o rancor de Manoela da Conceição. Apolinário garantiu o enterro da mulher que o criara, mas queria para si os seus pertences, guardados em um baú que estava na casa dos dois libertos. Ao chegar lá, viu que a arca já fora aberta, restando apenas algumas roupas. Ultrajado com o que acreditava ser um furto, ameaçou recorrer à Polícia.<sup>16</sup>

A lógica paternalista do escravismo pode nos ajudar a compreender as ações desse proprietário. Ora, as relações entre senhores e escravizados eram marcadas por expectativas de direitos e deveres. Nesse sentido, Apolinário acreditava que, por ter garantido o enterro de Maria Portuguesa e alguma proteção na velhice (bastante insuficiente, diga-se de passagem), tinha direito aos bens daquela mulher. O que ele esperava encontrar no baú? Sua antiga ama de criação tinha

---

16 APERS. Rio Grande, Processo Crime, II Vara Cível e Crime, Auto 4518, 1871.

“algumas joias”, e o proprietário desejava encontrá-las lá. Manoela da Conceição, entretanto, afirmou tê-lo aberto em busca de alguma roupa para vestir sua madrinha no enterro, e não para se apropriar de seus pertences mais valiosos. Alguns dias depois daquele senhor ter ido à casa dos libertos mina, sua casa teria recebido a visita da escravizada Justina. Ela avisou a família para que não levassem a situação às autoridades, pois o casal de libertos não hesitaria em se vingar.<sup>17</sup>

Na verdade, é provável que sequer tenha havido envenenamento. Em março de 1872, os três réus – Felícia, Maria Manoela da Conceição e João Miguel – foram pronunciados no artigo 192 do Código Criminal. Na elaboração do corpo de delito, um dos peritos fora Joaquim Guilherme Martins de Freitas, o médico que socorreu os Oliveira. Todavia, os outros dois especialistas discordaram de suas conclusões. Recomendaram, sim, que se realizassem análise química mais detalhada para definir se o mal-estar tinha realmente sido provocado por venefício. Nenhuma investigação do tipo foi realizada durante o inquérito. Por isso, o promotor Bernardino de Moura apresentou ofício no qual questionava as evidências que apontavam a tese de propinação de veneno. Quando foram realizados os exames na família, um dos peritos sugeriu a possibilidade de contaminação por falta de limpeza adequada do alimento. A fragilidade da acusação levou as autoridades a revogarem-na.

Não temos mais informações sobre os réus, se passaram por outras investigações ou procedimentos jurídicos. De uma forma ou de outra, tudo aponta que o caso se tratou mais de pânico senhorial do que de uma tentativa de homicídio. É sintomático que uma situação do tipo tenha ocorrido nos anos de 1870. A intensificação dos conflitos entre senhores e escravizados, acredito, pode ter contribuído para o temor em torno de práticas como o manejo do venefício, o

---

17 APERS. Rio Grande, Processo Crime, II Vara Cível e Crime, Auto 4518, 1871.

“amansar senhor”, a “feitiçaria”, etc. A transformação de um caso de intoxicação em uma tentativa de assassinato é um reflexo dos mais profundos temores senhoriais. Conforme os escravizados resistiam e contestavam suas condições de vida cada vez mais abertamente, homens como Apolinário Francisco de Oliveira sentiam-se ameaçados.

Embora a tentativa de assassinato dos Oliveira fosse, no melhor dos casos, uma suposição, outros proprietários viram seus medos se tornarem realidade. Para o Tenente Coronel Feliciano Antônio Pires, o dia que iniciava o ano de 1874 começou com uma surpresa desagradável. Na verdade, sequer começou. Na noite do dia 1 de janeiro daquele ano, seu escravizado Hilário, crioulo de 50 anos de idade, assassinou-o. As circunstâncias do crime foram alvo de forte discordância entre os envolvidos no processo. Vejamos a versão apresentada pelo círculo familiar mais próximo da vítima. Segundo o primeiro filho de Antônio Pires, Feliciano Antônio Pires Jr., o escravizado de seu pai cometeu o homicídio em reação aos castigos que se lhe impunham:

[...] o escravo Hilário lhe disse que tendo seu senhor o mandado ver o gado se tinha saído do curral [...] tinha lhe ordenado que lhe viesse dar parte do que ia fazer e que ele indo ao curral encontrou duas reses fora do curral e as botou para dentro, porém que deixou de ir participar a seu senhor e que por esse motivo o seu senhor o chamou e mandou-o entrar para dentro do seu quarto, ali o castigando com um rebenque e ele metendo o braço para se defender, o seu senhor pegando de uma faca que tinha em cima de uma cômoda deu-lhe uma punhalada, e então ele também puxou de sua faca e agarrando-se com ele levou-o sobre a cama e ali o acabou de matar dizendo-lhe que tinha lhe acabado com a casta.<sup>18</sup>

---

18 APERS. Rio Grande, Processo Crime, II Vara Cível e Crime, Auto 4539, 1874.

Antônio Pires ordenara que Hilário fosse checar o gado do curral e depois se apresentasse, informando ao proprietário sobre o que fizera. Depois de realizar a tarefa, no entanto, o escravizado não foi até seu senhor, o que este interpretou como uma afronta. Tal desobediência, na perspectiva dele, deveria ser punida, e assim o fez.

O relato acima deve ser lido menos pelas evidências que apresenta sobre o caso e mais pelos significados sociais que evoca. Ressalto duas questões. O proprietário de Hilário era, sem dúvida, um senhor de poucos escravizados.<sup>19</sup> Em tais condições, o exercício da disciplina e do controle diferia-se do que se passava em propriedades grandes ou médias, nas quais eram contratados feitores, administradores e capatazes. Nesses tipos de empreendimentos, eram os prepostos do senhor que mais diretamente vigiavam os passos de seus escravizados, ditando o dia a dia de trabalho. Consequentemente, os trabalhadores canalizavam seu desagrado contra os “representantes” senhoriais: o proprietário, assim, poupava-se de maiores riscos. Nas pequenas chácaras, ao contrário, era o próprio senhor que precisava impor ritmos de trabalho, ditar o cotidiano de afazeres de seus subordinados e punir suas faltas.<sup>20</sup> Tal é o significado da ordem de Antônio Pires para que Hilário fosse “dar parte do que ia fazer”: uma forma de vigiar, passo a passo, tarefa a tarefa, a consecução das atribuições daquele que considerava seu subordinado. Logo, não é por acaso que, em uma pequena propriedade como a da família Pires, muitas eram as ocasiões que tensionavam as relações entre senhores e escravizados, levando estes a confrontos diretos.

---

<sup>19</sup> A escravaria de Antônio Pires era pequena. Na propriedade, havia cinco escravizados, contando com Hilário. A quantidade de escravizados desse senhor pode ser consultada na lista de inventários do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Ver: RIO GRANDE DO SUL (Estado). *Documentos da escravidão: inventários. O escravo deixado como herança*. Vol. II. Porto Alegre: CORAG, 2010. p. 273.

<sup>20</sup> A diferença entre os dois tipos de propriedade já foi apontada por Maria Helena Machado. Ver: MACHADO, 2018, *op. cit.*

Outro aspecto refere-se à forma como o primogênito da família narrou a cena do crime. Não acredito que tal depoimento seja simplório. Depois do ato de insubordinação, Hilário foi chamado para o quarto de Antônio Pires. Com um rebenque, o senhor começou a sevirá-lo, mas não sem resistência. Narrada pela testemunha, a ideia de um escravizado que interditou o castigo senhorial com as próprias mãos representa mais do que a sua personalidade insubmissa. Penso que, ao relatar o crime desta forma, o filho da vítima aludia ao contexto de crítica ao direito senhorial de castigar. Naqueles anos de 1870, a legitimidade da escravidão era cada vez mais questionada. A Lei do Ventre Livre, de 1871, colocou limites ao poder senhorial e reconheceu algumas das demandas dos escravizados já sedimentadas no âmbito dos costumes.

Vejamos como o testemunho de Feliciano Antônio Pires Jr. pode se relacionar com os debates daquele período. De acordo com o primogênito, Hilário disse que, depois de matar seu senhor, “tinha lhe acabado com a casta”. O último termo é relevante. Os dicionários daquele período afirmavam que palavra era originalmente empregada no sentido de “linhagem” ou “geração”. Entretanto, os contemporâneos de Antônio Pires a utilizavam mais como “casta, raça de animais; e só dizemos ‘homem de má casta’, mau”.<sup>21</sup> Com isso, não creio que o primogênito quisesse indicar a intenção do escravizado de exterminar a linhagem específica de seu senhor, sua família e seus descendentes. Acredito que o sentido visado pelo termo “casta” seja, aqui, o de “casta senhorial”, referindo-se ao grupo dos senhores, conjunto de “homens maus”. A descrição do homicídio apresenta um réu aberto acerca de suas intenções: extirpar a casta à qual a vítima pertencia. Assim, Feliciano Antônio Jr. parece apontar para o fato de

---

<sup>21</sup> Ver: SILVA, Antônio de Moraes e. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia de M. P. de Lacerda, 1823.

que, com os escravizados revoltando-se contra o direito do senhor de castigar – como Hilário, que colocou o braço para defender-se do rebenque do senhor – e com as autoridades públicas transigindo ou omitindo-se de puni-los, colocava-se um fim à classe senhorial. Desta forma, reportava-se aos temores e receios deste grupo, quiçá, com a finalidade de alcançar mais facilmente a solidariedade do responsável por julgar o crime.

Todavia, a versão apresentada acima refere-se à do núcleo familiar. De acordo com Hilário, o crime ocorreu de modo muito diferente. Em seus depoimentos, o escravizado disse que o assassinato havia sido planejado pela própria família de Antônio Pires, que o queria morto. Naquela noite de 1 de janeiro de 1874, a então esposa da vítima, Fermina Maria Gonçalves, fez-lhe uma proposta notável: caso participasse do plano, daria-lhe uma carta de alforria. Para tanto, ela deu-lhe uma faca e abriu a porta do quarto onde dormia o patriarca da casa. Ao entrar no recinto, Hilário viu que seu senhor estava dormindo, aproveitando a oportunidade para esfaqueá-lo nas costas. Antônio Pires acordou, virou-se e, então, recebeu golpes no peito e no pescoço; para defender-se, agarrou seu escravizado, tirou a faca de suas mãos e conseguiu feri-lo, mas logo faleceu. Este foi o primeiro depoimento de Hilário. Posteriormente, no segundo, ele alterou seu relato e acrescentou a participação de dois dos filhos da vítima: o primogênito Feliciano Antônio Pires Jr., já citado, e Joaquim Radesivel Pires. Neste testemunho, ele confirmou o protagonismo da esposa da vítima na organização do crime, mas apresentou outra versão sobre o homicídio. Hilário foi encarregado de segurar seu senhor para seus senhores-moços o assassinarem; uma das facadas que estes descarregaram contra o pai acertou o escravizado. Em razão deste depoimento, Fermina, Feliciano e Joaquim foram considerados réus.

Por que a família arquitetou o crime? O que os depoimentos das testemunhas informam é que a violência daquele patriarca não

se restringia apenas a seus escravizados. Antônio Pires era um pai e marido cruel, e esta não havia sido a única tentativa de assassiná-lo. De acordo com Leopoldina Pires Vianna, filha da vítima, que já não mais morava na casa, seu pai, algum tempo antes, havia adoecido subitamente. Segundo ouviu dizer, ele havia sido envenenado. O lavrador José Maria Antônio da Costa, por sua vez, relatou o desejo de Joaquim Radesivel de matar seu próprio pai, manifestado a ele em diversas ocasiões; ademais, a própria viúva Fermina dizia-lhe que “seu marido lhe pagaria os maus tratos que lhe dava”.<sup>22</sup> Assim, a família da vítima e o escravizado Hilário, cada qual com seu próprio entendimento da situação, optaram por dar um fim às crueldades às quais estavam submetidos, forjando uma breve e frágil aliança. O conluio durou pouco. As promessas de liberdade não foram cumpridas. Hilário faleceu por causa do ferimento que adquiriu no ato e os outros integrantes do plano saíram ilesos de qualquer consequência legal.

O testemunho de Feliciano Antônio Pires Jr., como vimos, está imbuído de forte significação política, relacionada, por certo, aos debates em torno do direito senhorial de castigar. Mas não só no meio rural se observam indícios de que os tempos estavam mudando. O processo em que foi réu o marinheiro escravizado Anastácio é um exemplo disso.<sup>23</sup> No dia 18 de agosto de 1873, o africano nagô rebelou-se contra o contramestre<sup>24</sup> do navio em que labutava, o patacho

---

22 APERS. Rio Grande, Processo Crime, II Vara Cível e Crime, Auto 4539, 1874.

23 Já analisei este caso em outro trabalho. Aqui, além de aprofundar a discussão e relacioná-lo ao contexto específico da década de 1870 (junto de outros processos-crime), procurarei realizar algo que não havia feito: comparar a realidade encontrada na marinha mercante com o que a historiografia tem observado para a Armada Imperial. Ver: REISDORFER, Douglas. As fraturas da Hidra: escravidão marítima através de um auto criminal (Rio Grande, 1873). *Revista Discente Offícios de Clio*, vol. 6, n. 11, jul./dez., p. 183-202, 2021.

24 A hierarquia naval comportava inúmeros cargos, funções e especializações. As mais comuns eram, sem dúvida, as de capitão, de piloto e de contramestre. Capitães eram as maiores autoridades a bordo das embarcações. Tinham a palavra final

*Sublime*. Vejamos a versão apresentada por José Alves Vianna, como se chamava o oficial. Ele requisitara a presença do marinheiro logo pela manhã, para que o auxiliasse na limpeza do navio. Saindo do rancho e subindo a bordo da embarcação, o escravizado passou por seu superior hierárquico sem o cumprimentar com o “louvado” que era costume no *Sublime*. Isso foi interpretado pelo contramestre como uma afronta, como se o marujo desejasse desrespeitar sua autoridade. Não satisfeito, ele ainda urinou sobre o convés (quando Vianna higienizava a embarcação!), em uma postura de completo desprezo pela hierarquia do patacho.

Tais provocações – se assim podemos considerá-las – não haviam começado naquele dia. Ao que tudo indica, marujo e contramestre indispunham-se desde o começo da viagem. Este, segundo testemunhou, já observava há algum tempo a “má disposição para trabalhar” do africano, porque “o olhar dele não era natural”.<sup>25</sup> A perspectiva de Vianna não deve ser tomada como verdade. Significados muitos se sobrepunham à leitura que fazia da tal indisposição para o trabalho, olhares que muitos dos contemporâneos tinham a respeito dos marinheiros: insubordinados, indisciplinados, ociosos, ébrios. O preconceito com a cor e com a origem social de boa parte dos trabalhadores do mar estava no cerne das falhas morais que as

---

nas decisões relativas à viagem, desempenhando funções como a de contratação dos marinheiros, pagamento do soldo, comandar o navio. Pilotos tinham uma atribuição chave: eram os profissionais especializados em dirigir a embarcação para seu destino. Por sua importância sem igual, não era incomum que os navios trouxessem substitutos para esse cargo, caso o piloto principal morresse ou ficasse inabilitado por doença ou ferimento. Contramestres, por fim, tinham atribuição semelhante à de capatazes no trabalho em terra: coordenar, comandar e organizar os marujos em seus afazeres no convés. Também eram responsáveis por fazer a baldeação do navio. Para mais informações, ver: ANGRA, Barão de. *Diccionario marítimo brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1877; RODRIGUES, Jaime. Um perfil de cargos e funções na marinha mercante luso-brasileira, séculos XVIII e XIX. *Anos 90*, v. 22, n. 42, 2015.

25 APERS, Rio Grande, Processo Crime, Tribunal do Júri, Auto 303, 1873.

elites lhes reputavam.<sup>26</sup> Para o marujo, o “olhar que não era natural”, a falta de prontidão para as tarefas do navio e o “louvado” que deixou de prestar tinham, certamente, outro sentido: de resistir; de contestar a autoridade embarcada; de demarcar a linha a partir da qual a exploração não seria mais tolerada.

Indignado, Vianna foi tirar satisfações com Anastácio, que parecia negar qualquer reverência diante dos ritos cotidianos do navio. Suas palavras atestam ainda mais o fato de que a afronta atingira seu objetivo. Chegando perto do marujo, disse-lhe: “[...] ô preto tu não sabes que aqui se dá louvado ao oficial que anda no convés como é que tu não o fazes e ainda em cima vai verter água contra a amurada a minha vista quando vês que estou tratando da limpeza do navio? [...]”. A resposta do marinheiro, transcrita pelo escrivão, sugere – embora não me seja possível afirmar, posto que não posso saber o tom com que falou – ainda mais desprezo pela autoridade embarcada: “o que é?”. Vianna se enfureceu. O desafio, posto por um homem que pelas condições racial e jurídica considerava inferior, foi-lhe inaceitável. O contramestre foi ágil em puni-lo. Desferiu-lhe uma chicotada, e ao tentar acertar o segundo golpe, Anastácio reagiu, manejando a faca que utilizava para os serviços de bordo. Os dois enfrentaram-se, e o oficial terminou com um leve ferimento. Os outros trabalhadores do *Sublime* correram para socorrer Vianna, imobilizando o marítimo e cessando o confronto.<sup>27</sup>

Essa retórica – de um marinheiro respondão, atrevido e insubordinado - foi partilhada pelas testemunhas, marinheiros da embarcação.

---

<sup>26</sup> A perspectiva que viajantes, cronistas e observadores da época tinham a respeito dos marinheiros foi analisada por Oliveira. Ver: OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *Sobre águas revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835 a 1864)*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. p. 197-204.

<sup>27</sup> APERS, Rio Grande, Processo Crime, Tribunal do Júri, Auto 303, 1873.

Em sua maioria portugueses, alinharam seus depoimentos de acordo com o do contramestre. Não é possível afirmar que os testemunhos foram combinados; também não posso discernir as razões que tinham as testemunhas para concordar com o oficial. De qualquer forma, a versão apresentada pelo réu foi muito diferente. Vejamo-la. Anastácio subira a bordo imediatamente, atendendo ao chamado de seu superior. Assim que chegou no convés, dirigiu-se a uma vassoura, a fim de auxiliar na tarefa de limpeza do *Sublime*. Vianna, então, aproximou-se e atirou um balde d'água sobre a cabeça do africano, exigindo-lhe que, depois do cumprimento de suas obrigações, fosse lhe dar louvado. O marujo foi urinar no lugar reservado para isso, e o oficial acertou-lhe “quatro lambadas”, seguidas por uma “grande cacetada” que o derrubou. Para defender-se e cessar as agressões, o marinheiro resolveu assustar Vianna com uma faca, mas a artimanha não funcionou. O restante da tripulação aproximou-se para conter o conflito, e o contramestre “mandou espancar pelos parceiros”; terminado o castigo, o marujo foi imobilizado.<sup>28</sup>

As duas versões apresentam tanto pontos em comum quanto em contradição. Entretanto, quero destacar especialmente um aspecto. No depoimento do oficial e dos outros marinheiros, a única punição recebida pelo réu por ignorar o louvado devido a Vianna foram algumas chicotadas. No testemunho apresentado pelo africano, além de uma forte pancada, ele foi seviciado por seus companheiros de trabalho. Ora, o ambiente em que Anastácio trabalhava, o mundo do trabalho marítimo, era caracterizado por uma naturalização dos castigos corporais. Somava-se a isso a condição jurídica do réu, para a qual a prática da punição física como instrumento de controle era legitimada.<sup>29</sup> Nesse caso, que motivo teriam a vítima e as teste-

---

<sup>28</sup> APERS, Rio Grande, Processo Crime, Tribunal do Júri, Auto 303, 1873.

<sup>29</sup> Embora, Código Penal do Império, o Estado já se colocasse como o único capaz de exercer a prerrogativa de punir e penalizar, o suplício era previsto como um “crime

munhas para minorarem o grau da punição infligida a Anastácio? Ao contrário, qual seria o intuito do réu para aumentá-lo em seu depoimento (no caso de não estar falando a verdade)? Não é minha intenção procurar a verdade sobre um acontecimento irrecuperável, perdido no tempo. Importa, sim, analisar as dissensões presentes nos autos para compreender que indícios eles nos trazem acerca das transformações – e tensionamentos – pelas quais a legitimidade do castigo passava.

Uma breve incursão pela prática de punir na Marinha de Guerra pode evidenciar ainda mais a singularidade desse caso. Esta instituição tinha normativas próprias, as quais estabeleciam as punições e os métodos de disciplinamento a serem empregados pelos comandantes a bordo dos navios. De acordo com Álvaro Pereira do Nascimento, a existência de regras não significava que eram cumpridas à risca. Em geral, os comandantes tinham interpretações próprias a respeito da lei, balizando-se mais nos costumes instituídos entre os oficiais do que na literalidade das normas. Em princípio, os Artigos de guerra restringiam o suplício às faltas mais leves, como embriaguez, desordem, jogatina, entre outras. Atos mais graves, como o homicídio, deveriam ser julgados pelo Conselho de Guerra. Além disso, estabelecia-se um limite diário de 25 chibatadas. Mas a praxe dos oficiais era outra. Os comandantes frequentemente desrespeitavam tais disposições, impondo castigos para faltas que deveriam ser julgadas por instância superior – algumas delas muito graves – ou excedendo muito as 25 chibatadas por dia.<sup>30</sup>

---

justificado”, tal como o castigo que “[...] os pais derem a seus filhos, os senhores a seus escravos, os mestres a seus discípulos [...]”. Ver: *Código Criminal do Império do Brasil de 1830*. Anotado pelo Dr. Braz Florentino Henriques de Souza. Recife (PE): Thyphographia Universal, 1858. p. 17. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/221763>. Acesso em: 23 abr. 2024.

<sup>30</sup> NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Entre o justo e o injusto: o castigo corporal na Marinha de Guerra. In: LARA, Sílvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes

Se o oficialato não se viajava seus subordinados de acordo com os preceitos regimentalmente estabelecidos, qual a lógica que seguia? Vejamos. Segundo Nascimento, o objetivo primordial da reprimenda era corrigir o marujo. Para isso, esperava-se que surtisse determinado “efeito”: qual seja, “a dor e o desespero de quem estava sendo castigado”.<sup>31</sup> Além disso, deveria ser imbuído de exemplaridade, infundindo medo e apreensão entre os que assistiam à cena. Para atingir tais objetivos, alguns critérios eram considerados. A proteção que o marítimo poderia ou não vestir deveria ser levada em conta, para se ter uma ideia da eficácia da punição. Já a quantidade de açoites dependia da constituição física do marujo, o quanto poderiam aguentar e se eram fortes ou franzinos. Para alguns, a quantidade de golpes prevista nas normativas era o suficiente; para outros, chegava-se a 500 chibatadas! Ademais, os comandantes procuravam tanto quanto possível apenar os transgressores sob o convés, sem recorrer a instâncias superiores. O motivo era simples: caso fossem para o Conselho de Guerra, poderiam ser condenados à prisão por muitos anos. As dificuldades de recrutamento para a Marinha eram significativas; portanto, qualquer marinheiro que fosse preso – e retirado do serviço – era um braço a menos para a labuta.<sup>32</sup>

Os marujos – ao menos no contexto da Marinha, sobre a qual Nascimento se concentrou – também tinham um entendimento próprio a respeito da punição corporal. Passar por uma rigorosa correção sem demonstrar sofrimento era motivo de orgulho; trazia respeito, fama de valentia e coragem. Tais valores, contudo, não eram pura demonstração de virilidade, e sim uma forma de defender-se. Resistindo aos suplícios sem se resignar, o marinheiro dava um

---

(orgs.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. p. 267-302.

31 *Ibidem*, p. 275.

32 *Ibidem*, p. 279.

indicativo de que não se deixaria submeter aos oficiais, e, por seu destemor, não deveria ser perturbado.<sup>33</sup> A situação presente a bordo do brigue *Sublime* foi outra. Entretanto, não temos razões para supor que, na marinha mercante, a chibata cantava a partir de costumes muito diferentes: havia uma forte circulação dos sujeitos entre os dois universos, de modo que práticas e significados eram, ao menos em parte, compartilhados.

O que, então, explica as disparidades entre as duas versões, acima aludidas? Acredito que duas circunstâncias contribuíram para tensionar os sentidos relacionados à prerrogativa da punição corporal neste processo. Anastácio tinha como senhor o proprietário da embarcação: Joaquim Pereira Marinho da Bahia, o conhecido traficante de escravizados.<sup>34</sup> Marinheiros cativos apareciam sobre o convés em três situações: na do trabalhador de que tratamos, em que eram de propriedade do dono do navio em que estavam empregados; alugados ou como trabalhadores do ganho; e como posse de algum oficial.<sup>35</sup> Ora, o capitão tinha como uma de suas atribuições cuidar da embarcação e de sua carga, posses daquele negociante. Não tenho dúvidas de que o marujo africano se enquadrava nisso. Para seu senhor, ele era um bem muito valioso, especialmente na década de 1870, quando o fim do comércio transatlântico de escravizados fazia sentir seus efeitos e o preço da mão-de-obra atingia um patamar elevado. Quando consideramos esse contexto, a situação torna-se mais compreensível. Os oficiais temiam expor os castigos severos aplicados sobre a propriedade de Pereira Marinho, pela qual deveriam zelar; por certo, o contrabandista

---

<sup>33</sup> Ibidem, p. 285.

<sup>34</sup> Para mais informações a respeito, ver: XIMENES, Cristiana Ferreira Lyrio. *Joaquim Pereira Marinho: perfil de um contrabandista de escravos na Bahia, 1828-1887*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

<sup>35</sup> RODRIGUES, Jaime. *No mar e em terra: história e cultura de trabalhadores escravos e livres*. São Paulo: Alameda, 2016.

não ficaria satisfeito ao saber que colocavam seu escravizado em risco. Anastácio, por outro, reconhecia sua situação, e não hesitou em evidenciar diante das autoridades as violências que sofria, possivelmente na expectativa de publicizar a todos – inclusive para seu senhor – o tratamento recebido a bordo do *Sublime*.

A postura da Justiça e das autoridades públicas também pode estar relacionada com a contradição entre os depoimentos. Como já mencionei no caso de Hilário, nos anos de 1870, o movimento abolicionista avançava sobre a legitimidade da instituição servil. Na imprensa, nas ruas e, também, nos tribunais. Era tempo de mudanças, tensões e imposição de limites à política de domínio dos senhores. Como demonstrou Ricardo Pirola, as décadas de 1870 e 1880 foram marcadas por fortes críticas ao direito senhorial de punir seus escravizados.<sup>36</sup> Os trabalhadores cativos – e, claro, os senhores – estavam cientes do contexto de mudanças. É possível que Vianna e os marinheiros do brigue também soubessem dessa discussão. Isso explicaria o receio dos envolvidos em admitir a severidade dos castigos aplicados em Anastácio. Quiçá, temiam que o marujo pudesse se livrar da pena – ou, ao menos, diminuí-la – caso as autoridades tomassem conhecimento

---

<sup>36</sup> Ricardo Pirola, debruçando-se a respeito da lei de abolição da pena de açoites de 15 de outubro de 1886, analisou três casos de grande repercussão ocorridos nas duas últimas décadas de existência da escravidão. O argumento do autor é o de que, além do contexto antiescravista internacional, os debates parlamentares que levaram à referida lei relacionam-se com um contexto mais amplo de crítica ao castigo senhorial, muito presente na imprensa e nos tribunais nas décadas de 1870 e 1880. Em alguns casos, magistrados procuraram condenar senhores que aplicaram castigos em seus escravizados, produzindo debates e jurisprudência a respeito do tema. Além disso, nas palavras do autor, as “críticas públicas ao ato de castigar [...], somadas à divulgação de interpretações que reconheciam direitos aos cativos no que se referia àquela questão, certamente animaram muitos a recorrerem a delegados, promotores ou juízes em busca do que consideravam justo”. Ver: PIROLA, Ricardo Figueiredo. O castigo senhorial e a abolição da pena de açoites no Brasil: Justiça, imprensa e política no século XIX. *Revista de História (São Paulo)*, n. 176, p. 1-34, 2017.

do espancamento a que o africano foi submetido. Ele, por sua vez, pode ter entendido que a existência de castigos imoderados o favoreceria entre as autoridades, que poderiam absolvê-lo ou aplicar-lhe pena menos severa.

As críticas ao castigo físico não foram as únicas fissuras abertas no poder senhorial. A lei do Ventre Livre de 1871 também trouxe uma importante ruptura. A historiografia já discutiu exaustivamente algumas de suas disposições, como a libertação do ventre, a obrigatoriedade da manumissão pecuniária (que não seria mais uma decisão do senhor) e o fundo de emancipação. Mais recentemente, a matrícula geral dos escravizados, prevista na Lei do Ventre Livre e levada a cabo em 1872, tem sido objeto de discussões. Ressalto, sobretudo, suas consequências jurídicas. De acordo com Mamigonian, um exame mais cuidadoso das implicações da matrícula permite pensar a instabilidade da propriedade escravista após a lei de 1831, que tornava ilegal o tráfico atlântico de escravizados. Como argumentou a autora, embora a posse de escravizados obtidos após a referida lei estivesse garantida pelo Estado, diversos foram os exemplos em que seu caráter legalmente ambíguo produziram tensões, inclusive de natureza diplomática. Assim, um dos sentidos da matrícula dos escravizados foi legitimar – ou, se quisermos, legalizar – uma propriedade ilegal, pois, ao registrar os trabalhadores cativos do Império, ela era sedimentada em bases concretas, tornando possível a identificação precisa e inconfundível da condição jurídica daqueles que foram registrados.<sup>37</sup>

Apesar de dar segurança à propriedade dos senhores escravistas, a matrícula também produziu outros efeitos. Chalhoub chamou a atenção para a inversão que ela proporcionou. Antes de 1872, a responsabilidade de comprovar a condição jurídica de pessoa

---

<sup>37</sup> MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. O Estado Nacional e a instabilidade da propriedade escrava: a Lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872. *Almanack*, Guarulhos, n. 2, p. 20-37, 2011.

suspeita de ser escravizada recaía sobre esta. A Polícia agia segundo a conhecida orientação de Euzébio de Queiroz, que fora Chefe de Polícia da Corte na década de 1830: não sendo possível discernir a condição jurídica de pessoa preta ou parda, presumia-se que era escravizada. Quando não fosse o caso, o suspeito deveria comprovar que era livre ou liberto, e para isso precisava dispor de documentação nem sempre acessível, como a manumissão ou o registro de batismo. Dessa forma, a ambiguidade legal em que se assentava a propriedade escravista favorecia os senhores.<sup>38</sup> Com a matrícula dos escravizados, isso mudou. O ônus da prova não era mais daqueles sobre os quais recaía a suspeição, e sim sobre os proprietários, que eram obrigados a matricularem seus cativos.

As consequências desta inversão se fizeram sentir até mesmo no âmbito dos tribunais. Tal é o caso de Narciso, escravizado – ou liberto? – acusado de atentar contra a vida de seu senhor. Em 4 de fevereiro de 1874, o africano do Congo, pertencente a Fernando Afonso de Freitas Noronha, entrou na cozinha da residência de seu senhor e começou a discutir com Maria, sua parceira de cativo. Segundo seu testemunho, a discussão havia sido ocasionada por um dinheiro que ela desejava lhe tirar. Seu senhor ouviu o barulho e foi até a cozinha para pedir silêncio, mas Narciso respondeu contando-lhe qual era a razão da briga. Insatisfeito com a resposta, Freitas Noronha agarrou-o pela barba, pegou uma faca de serviço e ameaçou cortá-la. Temendo a reação de seu proprietário, o escravizado colocou a mão sobre o instrumento e implorou para que ele o largasse. Mas ele não recuou: envergou a faca, lutou contra seu escravizado e, no ato, caiu, ferindo-se nas costas. Depois do conflito, Narciso fugiu de casa com intenção de se entregar às autoridades.<sup>39</sup>

---

<sup>38</sup> CHALHOUB, 2010, *op. cit.*

<sup>39</sup> APERS, Rio Grande, Processo Crime, Tribunal do Júri, Auto 321, 1874.

O depoimento da vítima difere em alguns pontos. Freitas Noronha afirmou que, ouvindo a resinga da cozinha, foi até lá e mandou seu escravizado ir dormir. Como ele desobedeceu, o senhor foi até a sala para pegar uma bengala e, quando retornou à cozinha, viu Narciso já com uma faca na cintura e “ar ameaçador”. A vítima retirou a arma do réu e acertou-o com a bengala no ombro, quebrando-a. O africano aproveitou que o objeto se quebrara e, com uma faca da cozinha, foi para cima de seu senhor, tentando acertar vários golpes dos quais Freitas de Noronha desviou. Durante o confronto, o proprietário caiu sobre um baú e, assim, o réu o esfaqueou. Eles ainda lutaram por alguns minutos, até que as pessoas da casa acudiram o senhor e apartaram a briga. Quando saíram para chamar a Polícia, Narciso aproveitou a oportunidade e escapou, ameaçando os que ficaram em casa. Uma das testemunhas acrescentou outros detalhes. José Luis da Silva, soldado de Polícia, afirmou que o réu, levemente embriagado, confessara-lhe ter atentado contra a vida do senhor: tinha a intenção de o assassinar, pois este se recusava a dar-lhe a alforria.<sup>40</sup>

Independentemente das diferenças entre os depoimentos, mais relevante é o que aconteceu depois de instaurado o inquérito. Ao longo do processo, as autoridades judiciais pediram que Fernando Afonso de Freitas Noronha apresentasse a matrícula de Narciso. O senhor argumentou que o escravizado pertencera ao seu pai, Manoel de Freitas Noronha, e este não o havia matriculado na âlfandega da cidade; disse também que, averiguando os documentos dele, encontrou a matrícula escrita (a qual não havia sido levada a cabo), e a entregou às autoridades para que elas pudessem julgar o caso. A ausência do registro de Narciso não é irrelevante. Considerando o crime de que era acusado, atentar contra a vida de seu senhor, ele seria julgado de acordo com a lei de 10 de junho de 1835. Ser processado neste corpo

---

40 APERS, Rio Grande, Processo Crime, Tribunal do Júri, Auto 321, 1874.

legal era significativo, posto que não teria direito a um conjunto de garantias legais do Código de Processo Penal de 1832.<sup>41</sup> Contudo, o fato de não ter sido matriculado fez com que a pronúncia fosse reformada. Por isso, Narciso foi julgado como liberto, e não como escravizado, sendo incurso no artigo 205 do Código Criminal.

Trata-se de um exemplo claro da inversão proporcionada pela matrícula de 1872, com consequências significativas para o andamento de um processo penal. Ao passo que ela legalizava uma propriedade que em sua origem era ilegal (e Narciso pode muito bem ter sido um dos africanos traficados no período pós-1831), ela estabelecia uma base concreta para discernir quem era ou não cativo. Não sabemos se o africano era um liberto que fora reescravizado ou se a historieta contada por Freitas de Noronha era verdade e seu pai havia mesmo esquecido de registrá-lo. Sabemos, sim, que antes era o liberto que precisava comprovar sua condição de liberdade; agora, o senhor precisava ter prova documental da escravidão dos que o serviam. Ao final do processo, o africano foi de fato julgado como liberto, sendo condenado a quatro anos e meio de prisão com trabalho e multa correspondente à metade do tempo.

## Conclusão

Neste texto, procurei explorar os conflitos entre senhores e escravizados ocorridos na cidade de Rio Grande, localizada no extremo-sul do Império. Centrei-me em especial na década de 1870, momento em que a escravidão já se encaminhava para o seu fim. Procurei apresentar o devir da criminalidade escravizada ocorrida naquela urbe, buscando algumas explicações para seu grande aumento

---

<sup>41</sup> Ver: PIROLA, Ricardo Figueiredo. *A lei de 10 de junho de 1835: justiça, escravidão e pena de morte*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

entre as décadas de 1840 e 1850. Destaquei, sobretudo, os aspectos demográficos, sociais e institucionais daquele período. À análise da criminalidade acrescentei dados sobre as vítimas de réus escravizados, no que se destaca a alteração ocorrida na penúltima década em que a “instituição servil” vigorou. Os anos de 1870 foram marcados por um aumento das vítimas vinculadas ao mundo senhorial, fossem elas os próprios senhores, seus familiares ou seus prepostos.

Para compreender como este fenômeno se traduzia em casos concretos, recorri ao exame de alguns processos-crime que tinham escravizados como réus e figuras do mundo senhorial como vítimas. O contexto de tensão, mudanças e enfrentamentos pôde ser observado nas histórias de Felícia e Maria Manoela da Conceição, Hilário, Anastácio e Narciso. Contestações aos castigos corporais, o medo que o universo senhorial nutria diante de tentativas – reais ou imaginárias – de homicídio e as consequências jurídicas da matrícula dos escravizados de 1872 foram investigadas através da documentação criminal. Se o movimento abolicionista avançava, os trabalhadores cativos também ampliavam suas estratégias de resistir à escravidão. Ressalto que os tensionamentos ultrapassaram a senzala e a casa-grande para adentrarem os tribunais, nas quais os réus e seus curadores buscaram formas de garantir a absolvição, minorar as penas ou anular os procedimentos jurídicos instaurados.

# TERRITORIALIDADES QUILOMBOLAS EM SÃO JOSÉ DO NORTE, RIO GRANDE DO SUL

Claudia Daiane Garcia Molet

Desde 2008 quando comecei a pesquisar as comunidades quilombolas do Litoral Negro do Rio Grande do Sul<sup>1</sup> almejo mapear os imóveis negros da região, a partir dos vários indícios e silenciamentos das mais diversas fontes: memória quilombola, registros paroquiais de terras, recenseamentos, plantas, mapas, testamentos, inventários e demais processos que envolvem a terra. E como buscar estes imóveis negros ao longo dos séculos? Uma possibilidade é o cruzamento de várias fontes. Desse modo, aos poucos, foi possível perceber territorialidades quilombolas que têm origem ainda no cativeiro e que atravessam os séculos chegando à atualidade.

---

<sup>1</sup> MOLET, Claudia Daiane Garcia. *O litoral negro do Rio Grande do Sul: campesinato negro, parentescos, solidariedades e práticas culturais (do século XIX ao tempo presente)*. São Leopoldo: Oikos, 2020.

Aciono inicialmente a geógrafa Daniela Vieira (2017), que investigou a territorialidade negra no espaço urbano, na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 1800 a 1970, a partir do cruzamento de fontes diversas como jornais, documentos históricos, fotografias, crônicas e narrativas, visando construir uma cartografia negra. Vieira argumenta que inicialmente os territórios negros estavam localizados na área central, mas paulatinamente foram deslocados para as bordas da cidade. Para esta autora, a territorialidade “está diretamente associada aos sentidos e significações que se deseja, ou que se rejeita, para determinado espaço”.<sup>2</sup>

Ao que se refere aos territórios negros, Vieira, argumenta que eles são espaços físicos habitados por pessoas negras, mas também são espaços simbólicos “repletos de sentidos e significados relacionados às práticas ali existentes, a uma ancestralidade negra, a uma memória negra, a um modo de ser e estar negro”. Isso por que, as pessoas negras que os habitam produzem neles práticas e relações, “sobre eles constroem laços entre si, laços de pertença com o espaço, com as instituições ali presentes – terreiros, sociedades negras, escolas, salões de baile, clubes de futebol, blocos e entidades carnavalescas – e com as práticas nelas desenvolvidas”.<sup>3</sup>

Desse modo, podemos falar de territorialidades quilombolas que surgem ainda durante a escravidão e se estendem na emancipação e pós-Abolição a partir de diferentes formas de ocupações e representações daqueles imóveis outrora listados em testamentos. Para este artigo, analisarei terras quilombolas no município de São José do Norte.

---

2 VIEIRA, Daniele Machado. *Territórios Negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano*. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFRGS, 2017.

3 VIEIRA, Daniele Machado. Op. cit., p. 42-43.

Aciono a Fazenda Figueira, cujas terras contíguas foram herdadas na primeira metade do século XIX por pessoas negras escravizadas e que são ancestrais das comunidades remanescentes quilombolas locais: Casca, Beco dos Colodianos e Teixeiras. A Fazenda da Figueira situava-se, pelo menos no começo dos anos de 1900, contígua à área urbana de Mostardas. No século XVIII, as terras eram denominadas de Campos da Figueira e estavam próximas a Caeira, onde encontra-se atualmente a comunidade quilombola de Teixeiras. Os Campos da Figueira foram recebidos por Francisco Xavier Ferreira Velho, em troca de outras terras estabelecidas nas proximidades do município. Posteriormente, Francisco vendeu a propriedade para o espanhol Miguel José de Larra casado com Ana Joaquina da Silva.

Em leito de morte, na década de 1830, Ana deixou registrado, em seu testamento, alguns bens a seus escravizados, além da carta de liberdade e um Rincão de terras, contígua ao terreno na Figueira. Posteriormente, estas terras foram registradas pelos herdeiros negros no Livro de Registros Paroquiais de Terras, na década de 1850, onde inclusive apontam os limites do legado. Para além deste achado, o referido livro possui registros de terceiros que mencionam o imóvel negro como limite de suas propriedades.

Adentrando o pós-Abolição, em 1905 há uma planta de demarcação da área urbana de Mostardas que contempla as fazendas dos arredores, incluindo a Fazenda da Figueira. E o rol de documentos segue para 1920, época do recenseamento onde encontramos quatro pessoas proprietárias residindo no Rincão da Figueira, não por acaso, três delas, possuem o sobrenome Figueira, uma prática de nomenclatura comum para pessoas negras que após adentrarem pela porta da liberdade escolhiam seus sobrenomes relacionados, às vezes, aos sobrenomes dos antigos proprietários ou ainda localidades.<sup>4</sup> Atual-

---

4 MOLET, Claudia Daiane Garcia. Op. cit.

mente, na comunidade quilombola de Teixeira, há famílias negras que têm este mesmo sobrenome remetendo ao Campo da Figueira lá do século XVIII.

### **Nas trilhas, traços e rastros dos quilombos**

Na narrativa da história da Figueira, apresentada anteriormente, expus as fontes que foram encontradas ao longo de mais de 10 anos de pesquisa e organizei de acordo com uma linha do tempo, do século XVIII à atualidade, mas cabe pontuar que estes documentos foram desvendados, aos poucos, pois paulatinamente conhecemos um pouco mais da Figueira e das famílias negras.

Quais caminhos percorridos em buscas de indícios sobre os imóveis negros no Litoral do Rio Grande do Sul, em especial da Fazenda da Figueira? Muitos e diversos. Caminhos, descaminhos, encruzilhadas, frestas, becos, pequenos indícios que juntos nos possibilitam conhecer as territorialidades quilombolas.

Quando comecei a pesquisar sobre imóveis quilombolas, estava detida em vasculhar as páginas em busca de informações específicas das comunidades quilombolas da região do litoral, porém sempre chamou a atenção a existência de outros grupos de libertos, que a princípio não estavam diretamente relacionados aos quilombos investigados. Aos poucos, percebi que era necessário, em algum momento, mapear outras experiências narradas nas diversas fontes, mesmo que, na maioria das vezes, fossem pequenas informações e muitos silenciamentos. Um Litoral Negro marcado por tantas tramas de pessoas negras, escravizadas e libertas necessitava de cartografia quilombola, com as terras herdadas localizadas nos mapas, e todas as perdas que ocorreram ao longo dos séculos. Além disso, mapear as práticas culturais, as trocas, as redes, afinal todas estas experiências

fazem o Litoral Negro ter uma territorialidade quilombola específica e muito longínqua.

O material que apresento neste texto é o resultado de muitas idas, vindas e lidas em documentos. Começo esse vai e vem com o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) onde encontrei os livros de Registros Paroquiais de Terras, da década de 1850. Nestes documentos eu buscava alguns indícios das terras negras, pois até esse momento, eu já tinha acesso a testamentos e inventários referentes à conquista das terras pelas famílias negras do quilombo de Casca, herdeiros de Quitéria Pereira do Nascimento, pelas famílias negras do quilombo de Teixeiras, legatários do Campo da Caieira. Mas, ainda havia mais a descobrir. Nos referidos livros, era possível, pensava eu, encontrar aquelas terras negras citadas como limites de outras propriedades brancas. E, como estes limites e referências da vizinhança quiçá fosse possível colocar estes imóveis no mapa e identificar a proximidades das terras negras. Entretanto, fui surpreendida ao ler o material digitalizado, da localidade de Mostardas, quando me deparei com o registro que começa com as seguintes palavras “Relação das terras que possuímos nós escravos que fomos da falecida Dona Quitéria Pereira do Nascimento, na Freguesia de Mostardas”.<sup>5</sup>

Este novo documento apontava o conhecimento dos legatários a obrigatoriedade do registro do legado nas paróquias locais. O registro ainda tinha outros detalhes surpreendentes. O primeiro deles demonstrava que alguns anos após o testamento, as terras das famílias negras já eram menores do que aquela área registrada por Quitéria, pois aparecem outros lindeiros. O segundo, havia uma denúncia naquele mesmo registro: “Um pedaço de campo, no lugar

---

5 APERS. Registro 217. Livro de Registro Paroquial de Terras de São José do Norte, freguesia de São Luís de Mostardas.

denominado Barros, que duvidamos a conta das braças, porque ainda não nos foram entregues”.

Após a leitura dos referidos registros, identificamos outras terras negras, citadas como imóveis dos “negros forros que foram de José Carneiro Geraldês” e dos “negros forros que foram de Inácio de Souza Magro” e a partir destas informações foi necessário retomar a outros documentos e identificar em registros de batismos, casamentos, inventários e testamentos onde estavam estas propriedades e quem eram as famílias negras.

Dia após a dia, a pesquisa foi realizada no site <https://www.familysearch.org/pt/> tanto nos registros quanto nos catálogos e, aos poucos, as árvores genealógicas foram sendo construídas e as tramas apontaram para intensas redes destes grupos com os demais quilombos da localidade. Uma tarefa bem árdua, afinal sabemos da inconsistência dos dados registrados, da dificuldade para leitura, quando por exemplo, colocavam muita tinta na caneta ou uma caligrafia muito rebuscada, ou registros quase apagados. Também encontramos nomes escritos com grafias diferentes. Dados que necessitam de cruzamento de fontes, identificação de outros membros da família, ou ainda a quem aquela pessoa estava atrelada e a idade aproximada. A partir de dados de nascimento, do nome da mãe, do pai, da avó, do avô, aos poucos, surgem ancestrais que ficaram ali naquelas páginas aguardando que suas histórias fossem lembradas.

Diante das informações coletadas, várias vezes, olhei os mapas e plantas de diferentes períodos, do Litoral Negro, buscando uma lagoa, um rincão, um arroio, uma localidade que me remetesse às experiências negras na região, mas em nenhum deles encontrei aquelas famílias quilombolas. Estrategicamente este silenciamento parece ter uma função de não destacar este protagonismo. Quando focamos nas lagoas, que aliás são várias, naquele espaço, as mesmas nomeiam as antigas propriedades, como no caso da lagoa dos Barros

(antiga propriedade Barros Vermelhos, de Quitéria, onde hoje está assentada o quilombo de Casca) e da lagoa da Figueira (Fazenda da Figueira, já mencionada neste texto). Ainda encontramos o arroio da Caieira (remetendo a antiga localização das pedreiras de cal, onde escravizados trabalhavam e aos Campos da Caieira, onde parte das terras foram legadas pelo quilombo de Teixeiras).

Retornando aos imóveis quilombolas, como traçá-los nos mapas? São tantos fragmentos que se conectam, mas ainda eram necessárias mais informações. Fui ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) em busca dos documentos referentes às medições oriundas dos registros paroquiais de terras e da Lei de Terras de 1850. Chegando lá, encontrei um único registro. Uma mistura de sentimentos tomou conta. Com tantos imóveis na região, com tanta terra de preto, como poderia haver um único processo de medição? Como eu faria o mapa apontando as terras negras? Quando abri a caixa, mais uma frustração, o processo não era da localidade de Mostardas, enfim eu estava sem nenhuma documentação.

Porém, eu já estava no arquivo e necessitava seguir a minha pesquisa, comecei a vasculhar os instrumentos de buscas e verificar se havia medições daquela região em algum período. De tanto revirar a lista, encontrei uma medição de 1905, que a princípio não me chamou a atenção, mas solicitei o material. Comecei a retirar aqueles papéis do interior da caixa. Cada pasta uma surpresa, até que em uma delas havia uma planta da área urbana de Mostardas, do começo do século XX. Quando abri aquela planta, para além do traçado urbano havia as fazendas aos arredores e para minha surpresa, lá estava a Fazenda da Figueira, sem nenhuma menção que era imóvel de negros e de negras. Entretanto, cruzando com os dados encontrados aquele traçado que estava na minha frente era uma terra de pessoas libertas. Anexo a esta planta há um conjunto documental que contém as informações sobre a medição que surgiu em decorrência de impasses

com um imóvel e desse modo, foi necessário remarcar a planta de 1824, onde ocorreu tal impasse.

A partir desta planta e dos 43 lotes listados na povoação de Mostardas, em 1824, mais as demarcações que existiam em 1905 e ainda as datas de terras e fazendas das cercanias é possível localizar, outras terras negras que não por acaso estavam nas cercanias da Figueira. Temos, portanto as terras das famílias da Figueira, da Caieira e de Casca. São estas conexões que iremos abordar na sequência deste artigo a partir de uma cartografia quilombola.

### **Por uma cartografia quilombola**

No ano de 1905, em Mostardas, em decorrência das divergências entre alguns moradores, houve uma demanda para medir dois terrenos: o logradouro do Passal<sup>6</sup>, pertencente até então à igreja católica e o Rincão Guamaz, propriedade da família Collares. De acordo com o Memorial de Medição, inicialmente, os moradores confrontantes a estes terrenos foram chamados por um edital específico para apresentar a documentação dos imóveis. Posteriormente, o medidor passou a analisar os memoriais e construir a planta das medições do ano de 1824, que parece ser o período que ocorreu as divisões dos terrenos. O medidor informou que a Fazenda da Figueira, demarcada nas cercanias da povoação, a princípio não foi medida, visto que a ordem para tal feito chegou tardiamente. Além disso, mesmo com a ordem, não teria sido possível, realizar de imediato, pois a fazenda localizada em área muito baixa, estava inundada pelas enormes chuvas que assolaram a localidade. Na planta 1, na sequência,

---

6 Segundo o dicionário Michaelis, Passal é um “terreno de cultivo anexo e pertencente a uma paróquia”. <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=passal> Acesso em 31 de maio de 2022.

podemos observar que a referida fazenda está traçada e a partir de sua localização podemos identificar outras terras de famílias negras.

Retomando à história da Fazenda da Figueira sabemos que as terras, inicialmente faziam parte dos Campos da Figueira. Miguel José de Larra adquiriu estas terras e parece que estabeleceu a referida fazenda. No ano de 1787, Miguel registrou 13 pessoas escravizadas<sup>7</sup> que na relação dos escravos da freguesia: Vicente, João, Joana, Angélica (filha de Joana), Lourenço, Manoel, Lourenço, Sebastião, João, Manoel, Manoel, Joaquim e Joana. Dos 13 escravizados matriculados, dez eram homens e três mulheres; do total, havia sete africanos e seis crioulos, sendo cinco naturais do Brasil e um da Europa. Pela idade, nota-se que há desde Angélica, filha de Joana, com 18 meses, até Joaquim, com 40 anos de idade.

No século XIX, a partir de dados de batismos encontrei algumas tramas familiares, das pessoas escravizadas na Figueira, época em que Ana Joaquina da Silva, viúva de Miguel, estava casada com Inácio de Souza Magro. Mescia ou Mexias, pois aparece com diferente grafia nos registros, esteve no cativo como escravizada de Inácio, neste período, teve, pelo menos, três crianças: Balbina que nasceu no mês de outubro do ano de 1819, Simião, que nasceu sete anos após sua irmã e Theodoro que foi parido em julho de 1829. Infelizmente desconhecemos quem era o pai das crianças, afinal os registros de batismos, quando se tratam de apontar dados de pessoas escravizadas comumente não inserem dados de paternidade, o que não nos impede de defender que a família negra também era construída pela figura paterna.

Não encontramos ainda os dados de Mexias, de onde era? Seria africana ou nascida no Litoral ou outra parte do Rio Grande do

---

<sup>7</sup> Série Justiça – Africanos. Código do Fundo “AM”, Seção de guarda “CODES”, notação “IJ6”, maço 934. “Relações dos Escravos das freguesias de São Nicolau da Cachoeira, Triunfo (1788/1789) e Mostardas (1787)”. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Sul, ou Brasil? Qual sua idade? Possivelmente estes dados e outros possam ser encontrados no inventário de Ana Joaquina da Silva que ainda não pesquisamos. Em, 1835, Ana Joaquina da Silva registrou seu testamento e nele está o nome de Mescia, conforme consta:

Declaro que possuo os escravos seguintes: João Mina, Pedro, Narciso, Luiz, José, Eugênio, Laurindo, Semião, Theodoro, Serafim, Maria [?], Mescia Maria, Vitória, Simiana, Dionísia, Balbina, Perpétua parda, os quais todos deixo libertos, por minha morte, aos que não tiverem vinte e cinco anos **continuarão a residir na minha casa da Fazenda da Figueira** e sujeitos a Eleutério Rodrigues da Silva, até completarem a sobredita idade a quem **encarrego a educação dos crioulos, digo dos sobreditos crioulos e para a subsistência dos referidos meus escravos lhes deixo uma data de terra, denominada o Rincão, que está contígua às terras do meu estabelecimento da Figueira e esta data irá ficando de uns a outros, sem que em tempo algum possam alienar.** Declaro que meu testamenteiro dará a cada um dos meus escravos acima mencionados, entrando igualmente neste número o pardo Francisco, filho da crioula Simiana, quinze doblas, digo quinze reses de criar, quatro éguas, dois cavalos e vinte ovelhas. Determino mais, **que se dê ao dito Francisco pardo, três doblas que serão para aprender a ler e algum ofício**<sup>8</sup>.

Este fragmento do testamento de Ana nos permite pensar em algumas questões das famílias negras que estavam na Fazenda da Figueira. Primeiro destaco a frase “continuarão a residir na minha casa da Fazenda da Figueira”, aos que fossem menores de 25 anos de idade, esta passagem aponta para a primeira condição imposta, indicando que os herdeiros residiam na casa do casal. A liberdade conquistada estava atrelada, neste momento, a idade, àquelas pessoas com 25 anos de idade. Outra imposição, aliás comum, neste tipo de

---

<sup>8</sup> Testamento de Ana Joaquina da Silva (1835). Livro nº 2 de Registros de Óbitos de Mostardas (1832- 1859). Grifo nosso.

documento, refere-se a não autorização de alienação das terras, mas “ficando de uns a outros”. Por fim, destaco a questão da herança, um pouco maior, ao pardo Francisco, filho de Semiana, a ele além de todos bens e liberdade, após 25 anos de idade, foi separado um valor no total de 3 doblas para que aprendesse a ler e ainda algum ofício.

De acordo o testamento de Ana, os escravizados e escravizadas residiam na casa da Fazenda da Figueira. Para tentar uma aproximação com este espaço, aciono o viajante Saint-Hilaire (2002) que esteve na região litorânea na década de 1820 e ao passar por Mostardas mencionou que na localidade havia o cultivo de trigo e de centeio. Além disso, destacou que a principal riqueza da região era a criação de carneiros, atividade comum entre os estancieiros. Com a lã oriunda destes animais, as mulheres fabricavam, no tear, ponchos, brancos com listras pardas ou pretas, vendendo inclusive para Porto Alegre, Rio Grande, entre outros lugares. Este vestuário, segundo Saint-Hilaire era usado, exclusivamente, por pessoas negras e indígenas.<sup>9</sup>

Ao dissertar sobre a Estância dos Barros, herdada em parte pelos ancestrais do quilombo de Casca e vizinha da Fazenda da Figueira, Saint Hilaire, aponta que a propriedade era menos rica e mais desguarnecida que Palmares (herdada em parte pelos ancestrais do quilombo do Limoeiro). Até chegar no Estreito, somente na Estância dos Barros comeu legumes, destacando, entre eles, os nabos. Geralmente as refeições servidas tinham um cardápio composto unicamente de “carne, aves domésticas e carne de vaca sob vários modos, assada, cozida ou guisada”. Além disso, o viajante destacou que sempre eram servidos vinhos e pães de excelente qualidade.<sup>10</sup> Podemos pensar as mulheres negras trabalhando nestas estâncias, mulheres como Mexias que cuidava das refeições da residência. O

---

<sup>9</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

<sup>10</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. cit.

trigo e o centeio, cultivados por elas e pelos demais escravizados da Figueira, eram colhidos e moídos, após preparo enchiam as mesas da Figueira. Há pouco mencionamos o elogio de Saint Hilaire, aos pães que teve oportunidade de provar em seu passeio. Para além disso, a criação de animais bem como o abate e preparo eram trabalhos de escravizados e de escravizados.

Estas atividades de cultivo, colheita, cria e abate de animais realizadas nas terras da Figueira também seguiram ocorrendo após a liberdade, mas nas terras herdadas. Cabe destacar que estas famílias negras poderiam ter sua terra, antes do registro em testamento, que apenas oficializou a conquista, ainda que Ana tenha informado que os libertos moravam na residência dela. A importância da conquista da liberdade e das terras pode ser observada quando anos mais tarde, assim como os libertos da Casca, cuja herança está atrelada ao testamento de Quitéria do Nascimento, os legatários de Ana Joaquina registraram seus campos, na paróquia de Mostardas, bem como, suas terras foram citadas como limites de outros campos, conforme segue:

**“Relação das terras que possuímos na Freguesia de Mostardas pertencentes a vários escravos que foram da falecida Ana Joaquina da Silva.** Temos um Rincão de terras contando um quarto de lagoa mais ou menos denominado Rincão do Silveira dividindo-se pelo Norte com Leocádia Joaquina de Lemos pelo Leste com Maria Luiza pelo sul com José Gonçalves de Souza Eleutério Rodrigues da Silva pelo oeste com José da Silva terra dividindo-se por um arroio. E por não sabermos escrever assina nosso arrogo Antônio Francisco da Silva a rogo de Luiz Figueira e mais herdeiros<sup>11</sup>.

Relação das terras que possuo na Freguesia de Mostardas. Mil e quinhentas braças de terras de frente, com mil e quinhentas braças de fundos, pouco mais ou menos, citas no Lugar denominado as Tunas, subdivide-se **pelo norte com os negros forros que foram**

---

11 AHRS. Registro Paroquial de Terras de São José do Norte, Registro 191

**de Manoel Teixeira**, pelo leste com os **negros forros que foram de Inácio José de Souza Magro**, pelo sul com Eleutério Rodrigues da Silva ou Arroio da Caieira, pelo oeste com os herdeiros do falecido **Inácio José de Souza Magro**<sup>12</sup>.

O registro paroquial de terras, da década de 1850, traz os herdeiros da Figueira elencando suas terras, denominadas de “Rincão do Silveira”, entretanto é possível que o rincão tenha passado a se chamar de Figueira, em data não determinada, em especial por que os legatários das famílias negras, após a liberdade, ficaram identificados de “negros forros que foram de Inácio José de Souza Magro” e, posteriormente, negros da Figueira. Na década de 1920, o censo agropecuário listou os moradores da Figueira, da Figueirinha e do Rincão da Figueira.

Segundo Motta (1998), os senhores de terra não estavam acostumados com determinações legais referentes a medições e demarcações dos imóveis. O registro legalizava a posse e para isso não era necessário nenhum documento ou testemunha, nem mesmo as extensões ou limites faziam-se necessários. Motta afirma que o declarante, ao registrar sua terra, poderia reafirmar ou não a propriedade de outrem, pelo simples fato de registrar ou não sua terra como um dos limites territoriais.<sup>13</sup> Esta afirmação torna-se importante para o apontamento dos imóveis de famílias negras oriundos, principalmente, de heranças de seus antigos senhores.

A partir destes registros podemos identificar que as terras da Figueira eram próximas do campo dos herdeiros da Caieira, ou como consta no registro dos “negros forros que foram de Manoel Teixeira”,

---

12 APERS. Livro de Registros Paroquiais de Terras de São José do Norte, da freguesia de São Luiz de Mostardas, registro nº149. Grifo nosso.

13 MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998.

ancestrais do quilombo de Teixeiras. No campo da Caieira, em Mostardas, estava a propriedade dos irmãos, Ana Tereza de Jesus, Manoel Teixeira Batista e Rosa Tereza de Jesus, que foi adquirida por Manoel ainda no século XVIII. Os três irmãos deixaram registrados em seus respectivos testamentos as terras, a liberdade e outros bens. A última irmã a falecer deixou em seu testamento as seguintes informações:

Declaro que possuo cinco escravos: José (nação Benguela), Thomaz (crioulo), Maria (Benguela), Joana (crioula), Inácia (crioula), os quais deixo libertos (...) Declaro que deixo dez braças de terras testadas e seu comprimento as quais o meu testamenteiro os entregará a cada um destes meus escravos que ficarão forros na Caieira. Declaro que as sessenta braças de terras que tocaram aos seis escravos do falecido meu irmão Manoel Teixeira Batista que ficaram libertos, o meu testamenteiro as entregará do campo da Caieira, em passando esta repartição, das dez braças para cada um, o resto do dito Campo da Caieira fica para todos os quais têm carta de liberdade, tanto os meus com os de meus falecidos irmãos e para não poderem vender, ficando de pais e mães para filho e o meu testamenteiro, ter conta para eles não venderão. Declaro que as casas e trastes e benfeitorias e a carreta que se achar fica para estes mesmos escravos, escravos que ficam libertos. Declaro que deixo quatro rezes de criar aos meus escravos a cada um, e quatro a cada escravo do falecido meu irmão Manoel dos que ficaram libertos. (...) Declaro que deixo aos escravos mais noventa e seis rezes, doze bois mansos, dez cavalos mansos, duas éguas de rodeio e cento e cinquenta ovelhas aos ditos acima libertos e declarados.<sup>14</sup>

Um ano depois do testamento, em 1827, o testamenteiro de Roza Tereza de Jesus, Manoel Antônio de Araújo, recebeu o legado dos “pretos libertos”: José, Thomaz, Maria, Joana e Inácia, no valor

---

<sup>14</sup> AHRS. Arquivo Particular do Campo dos Teixeiras, documento nº 12. Sentença Civil Formal de partilha passado à requisição dos pretos libertos José, Thomaz, Maria, Joana e Inácia.

de um conto e setecentos mil e quarenta e dois réis, distribuído da seguinte maneira: seis colheres de ferro, duas colheres com cabo de pau, uma caixa grande, duas caixas pequenas, um banco de pau usado, dois mochos de madeira, uma cadeira de sola, dois catres de madeira, uma mesa pequena, seis pratos de pó de pedra, uma panela de ferro e uma chicolateira. Além desses bens, havia alguns instrumentos para trabalhar: um moinho de mão, uma serra pequena, uma enxó de mão, um martelo pequeno, um machado velho, duas enxadas, um tear com seus pertences, um arado velho, uma roda de fiar e uma carreta velha. Somavam-se à herança dez éguas de rodeio, cinco cavalos, cinco cavalos macetas, doze bois mansos, cento e cinquenta ovelhas, noventa e uma reses de criar. Por fim, os libertos conquistaram parte das terras onde outrora fora cativo, um pedaço de mato no lugar denominado São Simão Velho, um pedaço de campo na Caieira, com casa de morada e uma casa na Povoação de Mostardas. O legado ganho para sobreviver após a liberdade incluía uma terra para residir e plantar, ferramentas para trabalhar e alguns animais.

Entre os bens herdados, há uma casa na povoação de Mostardas, o que se compreende que estaria localizada na área demarcada pelo mapa de 1824, que apresentaremos na sequência. Onde estaria esta casa? Faria parte da listagem dos 43 terrenos? Em 1824, a casa ainda pertencia a Roza Tereza de Jesus, visto que seu testamento foi redigido em 1826, mas seu nome não consta na lista. A seguir, apresentamos a planta de 1905 com traçado de 1824.

Planta 1. Demarcações de Mostardas (anos de 1824 e 1905)



Fonte: AHRs. Terras Públicas. Caixa 40

As demarcações em linha preta indicam as medições do ano de 1824, a partir destes dados encontramos 43 terrenos com seus respectivos proprietários, elencados em lista anexada ao processo. Estes terrenos delimitam, como consta em documentos da época, a povoação de Mostardas. Para além desta área, a planta contempla as datas de terras das cercanias: datas de Gonçalves, Data de Machadinho, Datas de Valin e Datas da Costa.

O único lote demarcado que menciona o termo fazenda é o da Figueira. E por que há este destaque exatamente para um imóvel que contempla em si e em seus arredores terras quilombolas? Por que a planta não menciona as terras de famílias negras? Existem outros imóveis negros? Por que a fazenda não contempla todos os limites, por que a Figueira não tem os limites ao Leste, nem ao Norte? Onde está demarcada a casa que os herdeiros de Teixeiras conquistaram? Em 1915 não estavam mais com a posse? Teriam recebido a herança dos demais legatários? Quais e quantos negros e negras ocupavam a povoação de Mostardas?

Elencamos como ponto central destes assentamentos quilombolas, para criação de uma cartografia quilombola, a Fazenda da Figueira, porque ela aparece na planta demarcada, ainda que não com a área total, mas é o primeiro indício localizados que temos das terras negras. Por algum motivo, o medidor das terras considerou importante mencionar a Fazenda da Figueira, como está traçada em linha preta ela remete a demarcação de 1824, notamos que ao lado dela, a direita da imagem, temos as datas de terras, nome dado aos lotes recebidos pelos açorianos, sem menção às fazendas. Entretanto, na década de 1820, é muito provável que já existissem fazendas, mas que não foram mencionados.

A seguir, o Quadro 1 traz os lotes demarcados em 1824 em Mostardas. Infelizmente não conseguimos ainda identificar nenhum nome de algum ancestral dos quilombos da localidade, ainda que

conforme já mencionado, sabemos que Teixeiras possuía uma casa e que a Figueira e seus arredores aglutinavam terras negras com territorialidades quilombolas.

<b>Quadro 1. Lotes concedidos e demarcados no Memorial de medição de terras de 1824</b>	
Número	Nome
1	Alexandrina Clara da Silva
2	Victalino Pinto Bandeira
3	José Dionysio da Silva
4	Ignácio José do Bonfim
5	Antônio Luis Teixeira
6	Faustino dos Santos Pacheco
7	João Ignácio Rodriguês
8	Octávio de Oliveira Machado
9	Maria José da Silveira
10	Vital Lopes Machado
11	Gabriel Teixeira Machado
12	Ramão Lucas de Souza e Camilo da Motta
13	Guilhermina Gonçalves Teixeira
14 e 17	Athamásio Ferreira de Souza
15 e 16	Hilário da Costa Chaves
18	Crescência Gonçalves Teixeira
19 e 22	Luis Cardoso Vieira
20	Ricardo Albino da Silva
21	Manoel José Alves
23	João Albino da Silva
24	João dos Santos Pacheco
25	Cezário José Duarte
26	Nicanor Gonçalves Chaves

27	Daniel Gonçalves Chaves
28	Pedro Antônio de Araújo
29	Antônio José Teixeira
30 e 31	Cândida Gomes de Souza
32	Luis Antônio da Silva
33	Serafim Manoel Líbano
34	Antônio Silveira Martins
35	Bernardino Honorato Braga
36	Avelino José da Silva e Eduardo Silveira Martins
37	Eduardo Silveira Martins
38	João Marcellino da Silva
39	João Marcellino da Silva Filho
40	José Serafim de Araújo
41	Antônio Coelho da Motta Filho
42	Luis Carlos Pontes
43	Manoel Zacharias Pereira Filho

Até este presente momento não temos dados de nenhum destes nomes listados, é uma tarefa bem árdua percorrer as prateleiras de arquivos e buscar testamentos e inventários, ou ainda buscar as árvores genealógicas. Identificamos alguns moradores com o sobrenome Teixeira, mas a princípio eles não têm nenhuma relação com os libertos quilombolas. Desse modo, sigo nesta demanda para outro texto.

Um registro da década de 1830, também de Mostardas, da localidade de São Simão Velho, onde os Teixeiras herdaram um campo próximo à Figueira, nos possibilita fazer algumas ilações sobre territorialidades negras no litoral. No ano de 1831, Inácio José de Souza Magro, um dos proprietários da Figueira, assinou, a rogo de Miguel Antônio de Araújo e de sua mulher, Elena Maria, a carta de liberdade de Manoel e José, escravizados daquele casal. Conforme consta na carta de liberdade:

“reconhecendo nós os bons serviços com que os ditos se nos tem prestado os danos por nossos falecimentos por forros [...] e nessa mesma ocasião quem quer que for nossos Testamenteiros ou herdeiros entregará a cada um 2 juntas de bois, e 10 vacas mansas, e 2 éguas mansas e 2 ditas xucras, 1machado e 1 enxada , e 1 arado, e **o arranchamento em São Simão Velho, e 70 braças de terras no mesmo lugar das casas, e se lhe entregará também das 3 partes do mato que ali nos pertence, uma delas para os mesmos escravos advertindo porém que estas terras e matos eles ditos escravos nunca as poderão vender, somente são senhores do desfrute delas enquanto viverem e por falecimento dos ditos escravos e o mais que eles a de quererem o que lhes sobrar da sua subsistência de repartirá pelos meus filhos que são meus legítimos herdeiros; advertindo que os ditos bens que eles possuírem se deve primeiramente tirar para seu enterro e lhe mandarão dizer 10 missas pela alma de cada um;** e tendo alternativamente assim cumprido como aqui levamos dito e declarado, como tal poderão reger suas pessoas e bens”. Por não saberem escrever, os senhores pediram a Inácio José de Souza Magro que a fizesse e a seu filho José Miguel de Araújo que assinasse a rogo da senhora<sup>15</sup>.

Este registro demonstra uma de tantas formas da territorialidade negra e quilombola, pois nos traz alguns elementos que merecem destaque. Primeiramente, pode-se destacar a idade dos dois homens negros, Manoel “já velho” e José “já com sua idade avançada”, ambos era de origem africana, da Guiné. Quantas experiências estes homens tiveram até chegar a este momento de conquista da liberdade, de terras e de outros bens? Quantas práticas culturais trouxeram? Como era a relação deles com a terra onde trabalharam, residiram e conquistaram a garantia de usufruir até a morte? Eram casados? Tiveram filhos? A contar pelo testamento não temos o anúncio de que as terras passariam para os filhos, ao contrário, o usufruto seria somente para os dois. A

---

15 APERS. Subfundo: 3º Distrito Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas Livro 1 - 1832 a 1851

exemplo de outros casos, podemos supor que os homens residiam nas terras antes da conquista da liberdade e desse modo, aquele arrachamento citado no documento já seria ocupado pelos dois. Além disso, o testamento aponta 70 braças de terras e um terço de um mato de propriedade do casal. Locais que Manoel e José possivelmente muito trabalharam e por lá envelheceram. Destacamos que diferentemente de outras conquistas, o testamento menciona que estes bens deveriam ser usados somente enquanto os dois estivessem vivos, não podendo vender. Após a morte dos africanos, deveria ser separado um valor para os enterros e para rezar 10 missas para cada um, o restante deveria ser repartido para os filhos do casal “que são meus legítimos herdeiros”.

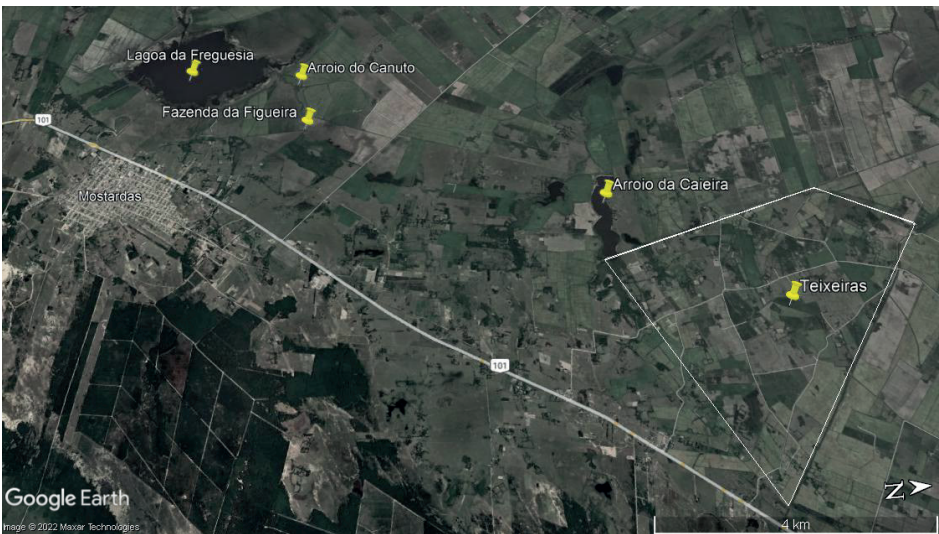
Por que, mesmo diante de uma morte possivelmente eminente, as terras foram registradas em testamento? Talvez José e Manoel já ocupassem aquelas terras e o casal decidiu apenas formalizar aquele usufruto, uma breve garantia diante dos demais herdeiros, ou como ficou registrado, os legítimos legatários. Aqueles homens pretos, africanos, assentaram na terra até a morte, ocuparam São Simão Velho, local onde estavam os libertos da Figueira e de Teixeiras, e possivelmente outros grupos. E não podemos deixar de considerar que Manoel e José tinham suas redes de solidariedade, ainda que não tivessem filhos, e com elas teceram trilhas, caminhos, marcos territoriais.

A planta de loteamento de Mostardas de 1905, que traz o traçado de 1824 nos permite perceber quais terrenos eram importantes de serem listados, medidos e mencionados e quais pessoas teriam seus nomes, sobrenomes visibilizados. Olhando a planta e os nomes de locais e de pessoas elencadas não há como não problematizar o silenciamento estratégico, ainda mais se pensarmos que a planta é resultado de uma medição de terras. A referida planta foi elaborada há 17 anos após a Abolição, mas temos que ressaltar que a experiência de liberdade e de assentamentos de famílias negras em arranchamentos, matos, campos foi uma prática muito recorrente como demonstramos anteriormente, desde pelo menos,

a primeira metade do século XIX, quando passaram a fazer parte de testamentos que talvez tenham apenas oficializado práticas costumeiras.

A partir dos dados coletados em outras fontes podemos traçar um esboço inicial de alguns imóveis negros, pois há várias lacunas e a localização na planta ainda é imprecisa. Para a localização destes pontos nos mapas usamos, principalmente, os registros paroquiais de terras, da década de 1850, uma fonte importantíssima, mas que dependia da credibilidade de quem registrasse, sobretudo os grandes proprietários que poderiam naquele momento informar as terras maiores sem comprovação documental. E, como infelizmente não tivemos ainda acesso aos processos de medições, esta situação fica mais precária. Entretanto, mesmo com estes percalços acreditamos que os registros indicam caminhos a serem percorridos, quando as próprias famílias negras registraram suas terras, ou quando foram reconhecidas pela vizinhança como libertas e proprietárias das terras legadas.

### Imóveis negros em Mostardas



A partir dos dados da planta de 1905 começamos a identificação das terras ao redor da Figueira. Para isso, optamos, neste momento, usar o *Google Earth* e demarcar alguns pontos que aparecem nos registros paroquiais de terras e na referida planta. Além disso, conto com a colaboração preciosa do quilombola de Teixeiras, Márcio Carneiro, que indicou algumas localizações muito importantes, como por exemplo o arroio da Caieira.

A Lagoa da Freguesia, como foi denominada em 1905, atualmente recebe o nome de Lagoa Capão do F e está localizada nas cercanias da área urbana. A partir desta lagoa podemos marcar o Arroio Canuto que ladeia a Fazenda da Figueira. Ainda não conseguimos precisar os limites da fazenda. De acordo com a planta de 1905, o imóvel fazia divisas com a Data dos Gonçalves, ao oeste, e com as terras de João dos Santos Pinheiro, ao sul. Entretanto, não foram demarcados os limites ao oeste e ao norte. Quando os libertos da Figueira registraram suas terras, na década de 1850, informaram que seu imóvel, localizava-se no Rincão do Silveira (possivelmente renomeado para Rincão da Figueira), ao sul de Eleutério Rodrigues da Silva. Por sua vez Eleutério estava próximo do arroio da Caieira, onde estavam assentados os Teixeiras.

Sobre a demarcação de Teixeiras, cabe ressaltar que contempla a área atual do quilombo, que em parte assemelhasse, à medição realizada na década de 1960, época em que ocorreu um processo para retirada da cláusula da inalienabilidade atrelada aos testamentos e inventários, da primeira metade do século XIX. Após as medições, as terras que tinham um documento coletivo foram fragmentadas em lotes com documentos individuais, época que famílias negras venderam suas terras e saíram do quilombo. Além disso, em um dos lotes, o lote 90 instalou-se uma cooperativa, ao que tudo indica, somente no papel, e posteriormente a comunidade perdeu as terras para terceiros.<sup>16</sup>

---

16 MOLET, Claudia Daiane Garcia. Op. cit.

E como pensar nesta cartografia quilombola? Podemos apontar algumas pessoas que assentaram suas famílias negras nestas terras, da Figueira, da Caieira, e de outras que ainda estamos identificando no mapa. Além disso, demarcar suas terras e nomeá-las permite uma cartografia que contemple a cidade de Mostardas como de fato ela é, negra e quilombola.

# O BERÇO ATLÂNTICO DO BATUQUE DE NAÇÃO

Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre

Vinicius Pereira de Oliveira<sup>1</sup>

As pesquisas sobre a história das práticas de relação com o sagrado de matriz africana no Rio Grande do Sul têm recebido especial atenção nos últimos anos, não só por parte da historiografia mas também de afro religiosos – acadêmicos ou não – em busca de densificar narrativas sobre a origem e a trajetória de suas respectivas tradições. O Batuque de Nação do Rio Grande do Sul, foco de análise neste texto, é uma dessas expressões configurada na diáspora africana nas Américas, tendo como elemento central o culto aos orixás originários da cultura nagô bem como elementos da cultura jeje.

É necessário salientar que as áreas da Antropologia, da Sociologia e do Folclore foram pioneiras no estudo da temática, sendo que apenas

---

<sup>1</sup> Doutor em História/UFRGS. Docente no IFSUL/Campus Pelotas Visconde da Graça. Omorixá da Nação Ijexá-Jeje do Batuque do Rio Grande do Sul (Vinicius de Aganju).

mais recentemente estudos historiográficos como os de Marco Lírio Mello e Paulo Moreira inauguraram um campo posteriormente explorado por alguns novos trabalhos acadêmicos.<sup>2</sup>

- 
- <sup>2</sup> O Batuque de Nação começou a ser estudado no campo das Ciências Sociais e do Folclorismo desde meados da década de 1940. A respeito, ver: BASTIDE, Roger. *Religiões africanas no Brasil: Contribuição a uma Sociologia das Interpenetrações de Civilizações*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo. Vol 2. 1971; HERSKOVITZ, Melville. The Southernmost outposts of New World africanismos. *American Anthropologist*. New Series vol. 45, October-December., No. 4, part 1, 1943; LAYTANO, Dante. *Folclore do Rio Grande do Sul: levantamento dos costumes e tradições gaúchas*. Caxias do Sul, EDUCS; Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Martins Livreiro Editor, 1984. No contexto do centenário da abolição da escravidão Carlos Galvão Krebs publicou um pequeno recorte de suas pesquisas realizadas nas décadas de 1940 e 1950 em terreiros de Nação de Porto Alegre: ver KREBS, Carlos G. *Estudos de Batuque*. Porto Alegre: IGTF, 1988. Posteriormente, os antropólogos Norton Corrêa e Ari Oro elaboraram estudos igualmente referência para o tema, bem como os estudos do etnomusicologista Reginaldo Gil Braga: CORRÊA, Norton F. *O Batuque do Rio Grande do Sul. Antropologia de uma religião afro-rio-grandense*. 3ª Ed. São Luís: Cultura e Arte, 2006; ORO, Ari. Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul: Passado e Presente. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, nº 2, 2002, pp. 345-384; BRAGA, Reginaldo Gil. *Batuque Jêje-Ijexá em Porto Alegre: a música no culto dos Orixás*. Porto Alegre: FUMPROARTE/SMC-PMPA, 1998 e BRAGA, Reginaldo Gil. *Tamboreiros de Nação: música e modernidade religiosa no extremo sul do Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013. No campo da História temos os estudos pioneiros de MELLO, Marco A. L. de. *Reviras, batuques e carnavais: a cultura de resistência dos escravos de Pelotas*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 1994, bem como os diversos trabalhos de Moreira que ao longo de sua obra analisou uma diversidade de documentos que retratam experiências religiosas africanas e de afrodescendentes, especialmente em Porto Alegre, demonstrando a ocorrência e a diversidade dessas expressões religiosas ao longo do século XIX no RS e relacionando-as com aspectos diversos das experiências afrodescendentes e escravistas (MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre (1868-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 1993; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Feiticeiros, Venenos e Batuques: religiosidade negra no espaço urbano (Porto Alegre - século XIX)* In: GRIJÓ, Luiz A. (Org.) *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 147-177; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Lealdades compartilhadas: alforrias, etnicidades e família na sociedade escravista meridional (Porto Alegre-1748-1888)*. *História Unisinos*. Volume 11 (3), Setembro/Dezembro

Uma questão que emerge deste debate - particularmente importante para o campo afro religioso - e que dialoga diretamente com o fazer historiográfico é a busca de precisar a data e o local do primeiro terreiro ou casa de nação no estado, em uma tentativa de situar no tempo e no espaço a antiguidade da prática e, conseqüentemente, qual cidade seria o “berço” do Batuque de Nação do Rio Grande do Sul.

O antropólogo Norton Corrêa, referência no estudo desta prática por ter realizado densa etnografia em casas de Batuque a partir de 1969, sugeriu a hipótese de que as primeiras casas desta vertente religiosa teriam sido possivelmente fundadas em Rio Grande ou Pelotas entre 1833 e 1859<sup>3</sup>. Mas é necessário ter em mente que o aprofundamento da questão estava longe de seus objetivos e de seu campo

---

2007, p. 374-377; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Etnicidade e Liberdade: As nações africanas e suas práticas de alforria. *Ciências e Letras* (Porto Alegre), v.44, p. 167-186, 2008; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. O preto feiteiro Sete Cabeças: a circularidade de crenças e religiosidades na sociedade escravista do XIX. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, v. 28, p. 14-33, 2016; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Manipanços, feitiçarias, alcorões: africanos muçulmanos no Brasil Meridional (Porto Alegre, século XIX). *História em Revista*. Vol 24, Março 2019. Pelotas: Ed. UFPEL). Do mesmo autor, em parceria com Caiuá Al-Alam, temos ainda um artigo sobre a afro religiosidade negra na Pelotas escravista: MOREIRA, Paulo R. S.; AL-ALAM, Caiuá Cardoso. Já que a desgraça assim queria um feiteiro foi sacrificado: Curandeirismo, etnicidade e hierarquias sociais. (Pelotas / RS 1879). *Afro-Ásia*, UFBA, 2013. Os seguintes trabalhos também vão contribuir com o tema: DIAS, Glauco. *Batuque de negros forros em Porto Alegre: um estudo das práticas religiosas de origem africana na década de 1850*. TCC, IFCH, Depto de História, UFRGS, 2008; SCHERER, Jovani de Souza. WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *No refluxo dos retornados: Custódio Joaquim de Almeida, o príncipe africano de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS, 2021; OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. SCHERER, Jovani de S. GOMES, Denis P. *Histórias de batuques e batuqueiros: Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre*. Pelotas: Ed dos autores, 2021; bem como as publicações não acadêmicas de afro religiosos a seguir referidas: OYÓ, Mestre Cica de. *O batuque de nação Oyó no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Hucitec, 2020; e COUTINHO, André L. FL. *Vozes ancestrais do batuque*. Porto Alegre: Printcenterbr, 2023.

3 CORREA, op.cit., p. 49.

disciplinar, configurando-se em hipóteses baseadas em relatos orais. E além do mais, devemos considerar que no momento das investigações levadas a cabo pelo antropólogo carecia-se de um acúmulo de pesquisas historiográficas atinentes às populações afro-brasileiras que na atualidade dão suporte para novas leituras do passado local.<sup>4</sup>

Para além do interesse historiográfico, esta discussão se articula, para muitos afro religiosos, com uma disputa simbólica e político-identitária a respeito de qual cidade teria vivenciado o surgimento do Batuque, ou seja, qual seria o berço desta prática em solo meridional. Se na atualidade Porto Alegre aparece como principal centro difusor de um modelo predominante (ainda que não absoluto) de estrutura ritualística do Batuque, segmentos nas cidades de Rio Grande e Pelotas contestam a invisibilidade que teria se sobreposto à antigas lideranças locais e às suas trajetórias e perpetuação de tradições geradas, reivindicando reconhecimento de suas importâncias míticas na origem e atualidade do Batuque.

Na sequência deste texto proponho um breve apanhado sobre os registros históricos a respeito da (re)construção das práticas de relação com o sagrado de matriz africana no Rio Grande do Sul do século XIX, focando particularmente as cidades de Pelotas e Rio Grande e estendendo brevemente o olhar até Porto Alegre como forma de pensar, a partir do passado, esta questão do presente que dá título a este artigo.

---

<sup>4</sup> O próprio autor deixa claro que devido «a inexistência de dados específicos sobre as origens do Batuque, o local, época e circunstâncias de fundação dos primeiros núcleos, a solução é partir para o terreno instável das suposições» (CORREA, op.cit., p. 47). O também antropólogo Ari Oro (ORO, op.cit., p. 349) igualmente sugeriu esta hipótese, porém cabe informar que o enfoque de ambos era caracterizar etnograficamente a estruturação e a dinâmica do culto na perspectiva do momento, não se propondo a colocar em prática uma perspectiva histórica/diacrônica sobre a formação do Batuque.

## Territórios negros e práticas com o sagrado de matriz africana no Rio Grande do Sul

“[...] se eu estou aqui hoje, é porque alguém esteve antes de mim.”

(Iyalorixá Gisa de Oxalá, Pelotas, 2021)<sup>5</sup>

A documentação histórica como os processos criminais, os inventários, as cartas de alforria, levantamentos populacionais e os registros paroquiais demonstram que Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, ao longo do período escravista, foram não apenas cidades negras, mas cidades africanas, visto o grande percentual de livres e escravizados oriundos do continente em questão.<sup>6</sup> E dentre as diversas formas de resistência negra na diáspora podemos encontrar diversos vestígios de práticas religiosas de matriz africana, ainda que nem sempre seja fácil mapear e estabelecer o vínculo exato com o que conhecemos hoje como a tradição do Batuque ou outras tradições africanas específicas.

Um posto de observação privilegiado para observar historicamente as experiências com o sagrado das populações afrodescendentes no Brasil é a análise dos territórios negros das cidades atlânticas. Não é de hoje que tais áreas têm sido percebidas pelo campo dos estudos de

---

<sup>5</sup> Gisa Elena Soares de Freitas, 64 anos, mulher negra, natural de Pelotas, Mãe de Santo do CBTT Caboclo Rompe Mato – Ilê Axé Xangô e Oxalá (Nação Cabinda). Trecho da entrevista concedida à antropóloga Marília Kosby em fevereiro de 2021 e publicado em: KOSBY, Marília; OLIVEIRA, Vinicius P. de. *Mapeamento das casas de religião de matrizes africanas no Rio Grande do Sul: módulo 2 – Pelotas, Rio Grande e Jaguarão (relatório final)*. Porto Alegre: Superintendência do Iphan no Rio Grande do Sul, 2021, p. 60.

<sup>6</sup> Para Rio Grande e Pelotas, ver dados sobre a presença escravizada e africana em: AL-ALAM, Caiuá. C.; OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. “Disse que era marinheiro”: marujada escravizada em Pelotas (XIX). In: LOPES, Aristeu E. M; VARGAS, Jonas M. (Org.). *Capítulos de História de Pelotas*. Porto Alegre: Casalettras, 2020, p. 81-102. Para Porto Alegre, ver MOREIRA, op.cit., 2003.

humanidades como espaços de resistência material e imaterial, áreas que incluíam não só a moradia e o trabalho como também a vivência simbólica das ruas, das encruzilhadas, das matas, das pedreiras, dos rios e dos oceanos. Locais de convívio com outros “iguais” sobre os quais se constituíam e se compartilhavam identidades e experiências não só no período escravista, mas igualmente no pós-emancipação e que foram fundamentais ao processo de reconstituição de religiosidade de matriz africana em terras brasileiras.<sup>7</sup>

É importante ressaltar que grande parte do aporte documental utilizado para o estudo das práticas afro religiosas, ao tachá-las pejorativamente de feitiçaria ou magia, revela *uma* visão dos acontecimentos, devendo seu conteúdo ser entendido como narrativas parciais de indivíduos socialmente situados (senhores, autoridades policiais e judiciárias, jornalistas), expressão de leituras emanadas de um determinado pertencimento de classe, poder e identidade, estando assim impregnadas de concepções morais e ideológicas parciais. De maneira que se torna necessário um esforço de leitura crítica de seus interstícios, buscando desvelar informações ocultas na busca de apreender as questões discutidas sob os diversos pontos de vista envolvidos, particularmente no que se refere às motivações e significados dos afro religiosos e dos grupos populares para suas ações e práticas, distanciando-se assim do risco de julgamentos etnocêntricos.

\*\*\*

---

7 Existe uma gama enorme de trabalhos sobre os territórios negros no RS e no Brasil. A título de exemplo cito o trabalho sobre Porto Alegre, onde podem ser encontradas uma diversidade de referências sobre outros estudos: VIEIRA, Daniele Machado. *Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970): geografia histórica da presença negra no espaço urbano*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Porto Alegre: PPGG/UFRGS, 2017.

No dia 22/03/1885, o jornal *Diário de Pelotas* estampava a seguinte notícia:

“Prisão de Feiticeiros - A polícia particular efetuou anteontem, ás 10 horas da noite, na várzea, a prisão de uma *tribo* de feiticeiros, ou antes, de larápios industriosos; porque os feiticeiros desapareceram na mesma ocasião em que se ocultaram para sempre os astrólogos.

Agora só há feiticeiras, e estas a polícia só cumpre-lhe tratá-las gentilmente.

O comandante da polícia particular que pensa do mesmo modo, e sabe distinguir as cousas, conhece bem a diferença que existe entre *feiticeiros* e feiticeiras.

Por isso mesmo, anteontem ás 10 horas penetrou na casa de um *feiticeiro* e surpreendeu-o no momento em que, precedido de sua corte, trajava vestimenta imperial, semelhante a um imperador de comédia.

Pois assim mesmo trajado, o Sr. Comandante da polícia particular o fez seguir para o xadres.

E não houve apelação nem agravo, imperador e Corte lá foram a caminho da prisão.

Bravo!

A polícia virou a republicana.

Guerra de morte aos imperadores... feiticeiros.

- Dizem-nos que este imperador já foi preso no Rio Grande, pelo subdelegado de polícia, Sr. Tigre Junior.

É um desgraçado o tal imperador.»<sup>8</sup>

Tratava-se de um relato sobre a ação repressiva da polícia particular da cidade contra uma moradia onde estavam reunidas diversas pessoas em culto à sua religiosidade. A casa se localizava na região à

---

<sup>8</sup> Fonte: Biblioteca Pública Pelotense (BPP - CEDOV). Jornal *Diário de Pelotas* de 22/03/1885, p. 2. Citado por Al-Alam (2018, p. 323).

época denominada de Várzea, área contígua ao espaço portuário e que compreende os atuais bairros do Porto, Baixada, Fátima, Navegantes e Balsa. As fontes são riquíssimas para a reconstrução da presença negra e popular nesta região da cidade, na qual até os dias de hoje é possível verificar a permanência de grupos populares em grande parte afrodescendentes, bem como de um significativo número de terreiros ou casas de religiosidade de matriz africana, bem como o uso cotidiano do espaço público para a consagração de oferendas.

A Várzea, juntamente com as margens do Arroio Pelotas, do Arroio Santa Bárbara e do Canal São Gonçalo são recorrentemente visualizadas nas fontes históricas do século XIX e XX como áreas de moradia, trabalho e religiosidade popular e afro-brasileira na cidade de Pelotas. Tinham em comum não apenas o fato de serem regiões propensas a alagamentos em momentos de chuva, mas também por serem pontos carregados “de simbolismo religioso e de investimentos em parentescos étnicos”<sup>9</sup>.

As referências mais antigas que se tem sobre possíveis práticas religiosas africanas em Pelotas são oriundas de memórias de dois viajantes estrangeiros. Carl Friederichs August Seidler, mercenário alemão vindo ao Brasil para lutar na Guerra Cisplatina, relata um evento que presenciou quando seguia embarcado de Pelotas para Porto Alegre. Devido ao mal tempo, a embarcação foi ancorada às margens do Canal São Gonçalo, propiciando que os tripulantes presenciassem uma festa de casamento de “negros e mulatos” em uma “pobre venda de uma família de negros” ali situada. O ano era 1827:

“Mal era meio-dia, surgiram os esperados hóspedes, na maioria negros e mulatos, em geral enfeitados de trapos multicores e toda espécie de bugigangas, além disso trazendo máscaras negras, de papel, que aplicavam ao rosto, apenas com aberturas para os olhos

---

9 MOREIRA E AL-ALAM, op.cit., p. 135-136.

e o nariz. Dois homens fortes carregavam um grosso pedaço de tronco oco, revestido de couro, no qual logo um deles entrou a bater com os pés como num tambor; outros instrumentos, de sons que casavam com o do tambor, apareceram pouco a pouco e rompeu uma música pela qual certamente teria manifestado respeito o próprio tambor-mor Rossini. Acompanhava à música um berreiro de alegria, muito pior que o de mil papagaios na floresta virgem brasileira e ameaçava romper-nos o aliás rijo tímpano do ouvido. Começou depois ao ar livre um baile, que regulava com a música e a cantoria. Imaginem-se as mais detestáveis contrações musculares, sem cadência, os mais indecentes requebros das pernas e braços seminus, os mais ousados saltos, as saias esvoaçantes, a mímica mais nojenta, em que se revelava a mais crua volúpia carnal – tal era a dança em que, desde o começo as graças se transmudavam em bacantes e fúrias.”<sup>10</sup>

Para além do olhar carregado de etnocentrismo do narrador, diversos fragmentos da experiência popular afro-pelotense vêm à tona neste registro: o uso de um tambor, a dança, a mescla no uso do espaço público e do privado (moradia), a referência ao uso vestimentas específicas e a autonomia da comunidade negra em seu território.<sup>11</sup>

---

10 SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2003.

11 Para uma análise do olhar etnocêntrico e da pretensa superioridade civilizatória do olhar europeu, ver o artigo de Al-Alam, onde são discutidas as representações e formas de escrita pelas quais foram retratados os africanos e os afrodescendentes nos relatos de viajantes e reportagens de jornais do século XIX: AL-ALAM, Caiuá. A estigmatização da comunidade negra em narrativas do século XIX: viajantes, jornalistas e “feiticeiros” em Pelotas/RS. In: VENDRAME, Maíra I.; MAUCH, Cláudia; MOREIRA, Paulo R. Staudt. *Crime e justiça: reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2018.

## Dança de negros em Pelotas, 1852 - (Aquarela de H. Wendroth)



A segunda referência mais antiga a respeito de toques de tambores por afrodescendentes em Pelotas nos é possível conhecer nos relatos do viajante francês Nicolau Dreys sobre sua viagem pelo Brasil realizada entre 1818 e 1827. Em meio os aspectos da sua passagem por Pelotas, retratou o ambiente das charqueadas, referindo a ocorrência de batuques: “não é raridade vê-los [os escravizados] consagrar a seus batuques as horas de repouso que decorrem desde o fim do dia até o instante da noite em que a voz do capataz se faz ouvir”<sup>12</sup>.

Talvez a mais célebre afro religiosa que as fontes históricas tenham permitido conhecer para o século XIX em Pelotas tenha sido a “preta Elvira”. No dia 12/06/1878, a residência onde Elvira comandava um ritual, situada na Várzea, foi invadida pela Polícia,

---

<sup>12</sup> DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: IEL, 1961.

tendo esta apreendido “diversos objetos de que se serviam”. A maior parte dos presentes conseguiu fugir, sendo preso apenas um único “devoto” do “*manipanso*”. Em diversas outras datas, Elvira aparece nas fontes, sendo reprimida em suas práticas religiosas, sugerindo que fosse uma liderança frente à comunidade negra afro religiosa<sup>13</sup>.

Um desses registros ocorreu no dia 07/07/1879, quando o jornal *Correio Mercantil* relatava que, em pleno dia, fora apanhada pelos lados da Várzea a preta forra Elvira em flagrante delito por feitiçaria. A reportagem afirma ainda que, apesar de detenções anteriores, Elvira permaneceu a praticar sua fé, “chamando os incautos dos dois sexos e das três condições [escravizado, livre e forro] aos redes da sua *ciência*”. O texto continua afirmando ter a polícia encontrado “a mesa posta” com diversos objetos que foram apreendidos:

“No centro o Manipanso com a sua borla encarnada ao pescoço, rodeado de ovos de cágado, pedras *preciosas*, chifres de veado, contas, orações, breviários, cabeleiras, o *rabo do diabo* [...] e uma imensidade de bugigangas semelhantes”.

Ainda fora apreendido um *manipanso*, que era “um boneco de louça próprio para adorno de mesa”. Tais materiais foram queimados numa fogueira no pátio do quartel da polícia. Esta morada estaria localizada na rua Ythay (atual Gonçalves Chaves). Junto a Elvira foi encontrada uma escravizada de Francisco Xavier de Oliveira, sendo a mesma “convenientemente reprimida”<sup>14</sup>.

Elvira volta a ser notícia no ano seguinte, pois na noite do dia 25/07/1880 o subdelegado de polícia do 1º distrito deu uma batida na casa da “muito conhecida feiticeira” Elvira, na rua 24 de Outubro (atual Tiradentes). Nela estavam presentes 14 pessoas, que segundo a

---

<sup>13</sup> MONQUELAT, A. F. *Pelotas dos excluídos (subsídios para uma história do cotidiano)*. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2014.

<sup>14</sup> *Ibid*, p. 73-75 e 90-91.

imprensa dançavam “ao som de berimbau e uma gaita”, sendo presos os que não conseguiram fugir (Monquelat, 2014, p. 90-91). A notícia é vaga, não sendo possível precisar se tratar de um ritual sagrado ou apenas de um momento lúdico da comunidade negra. Mas de qualquer forma, constituía um espaço coletivo deste grupo, na casa de uma conhecida liderança afro religiosa<sup>15</sup>.

Para além da Várzea, outras regiões contíguas à área central igualmente conheceram forte ocupação negra, seja como moradia, espaço de trabalho, lazer ou religiosidade. São diversas as referências que ajudam a compor o mosaico dos territórios negros na cidade, evidenciando a Pelotas do século XIX como um território afro religioso. O *Jornal do Comércio*, em agosto de 1875 por exemplo, informava que na Rua 24 de Outubro (atual Rua Tiradentes), esquina com Rua General Vitorino (atual Rua Anchieta), aconteceria todas as noites reuniões com grande número de “homens brancos, pretos, negras livres e escravas”, e que os objetivos destes encontros “forçosamente não deve ser bom”, pois suspeitava-se que tal “casinha seja algum templo do famoso *Manipanso*”<sup>16</sup>.

No dia 24 de maio de 1879, em uma “pocilga” da Rua 16 de Julho (atual Rua Dr. Cassiano), foram “presos quatro pretos e cinco pretas” por estarem de batuque. Em 23/07/1880, a polícia prendeu o forro Braz, preto Mina que residia em um casebre na rua Paysandu (atualmente Rua Barão de Santa Tecla, esquina com a Rua Santo Antônio (atual Senador Mendonça), sob a acusação de estar fornecendo “drogas e fazendo milagres a troco dos cobres dos crentes que lhe frequentavam o *templo*”. Braz é referido pela reportagem jornalística como sendo um *Juca Rosa* de Pelotas, em uma alusão ao famoso *feiticeiro* que atuou no Rio de Janeiro da época e que ficou conhecido

---

15 Ver ainda o artigo sobre um conflito envolvendo acusação de “feitiçaria” e afro-descendência em Pelotas: MOREIRA E AL-ALAM, op. cit., 2013.

16 MONQUELAT, op.cit, p. 27.

nacionalmente por relatos publicados na imprensa<sup>17</sup>. A reportagem informa que a polícia, após invadir o *templo*, *profalhou-lhe os deuses* e prendeu o preto mina. As *bugigangas* apreendidas foram jogadas no canal São Gonçalo<sup>18</sup>.

As margens do Arroio Santa Bárbara eram igualmente ponto de encontro de trabalhadores pobres e escravizados. Este curso d'água cruzava a atual Praça Cipriano Barcelos até a década de 1960, quando teve seu leito desviado para fora da área urbana mediante uma obra de grande impacto<sup>19</sup>. Tratava-se de área costumeira de encontro para as lavadeiras negras escravizadas ou libertas, que ali se reuniam diariamente para executar seu ofício, de forma que a Rua Prof. Araújo, contígua a atual Praça Cipriano Barcelos, era conhecida à época como Rua das Lavadeiras. Interessante salientar que esta praça ficou conhecida popularmente como Praça dos Enforcados, visto ter sido vizinha ao palco da execução por enforcamento de um escravizado condenado pela Justiça<sup>20</sup>.

---

17 SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *A história do feiticeiro Juca Rosa: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro imperial*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2000.

18 MONQUELAT, op.cit, p. 72, 88-90.

19 PETER, Glenda. D. *Santa Bárbara: o braço morto do arroio que ainda vive na memória*. Monografia (Especialização em Conservação de Patrimônio em Centros Urbanos). Porto Alegre: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

20 Segundo Maciel é “possível que esta proximidade da força com o terreno ocupado pela Praça Cipriano Barcelos e alguns casos de suicídios por enforcamento no século XX na própria praça tenham se fundido no imaginário popular e resultem no nome pelo qual a praça é conhecida: Praça dos Enforcados. Ver: MACIEL, Leticia Nörnberg. “*Tem lamentos desses negros que foram enforcados aqui*”: *Estudo arqueológico da Praça Cipriano Barcelos (Pelotas, RS)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2017, p. 36-37). Sobre as condenações judiciais por enforcamentos na cidade de Pelotas no século XIX e a localização dos patíbulos, ver: AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A negra força da princesa: Polícia, Pena*

Um salvamento arqueológico realizado em 2014 na Praça Cipriano Barcelos encontrou diversos objetos que podem estar relacionados à prática afro religiosa<sup>21</sup>. Dentre eles, se destaca o conjunto de objetos abaixo retratado, possivelmente despachados em um rito funerário<sup>22</sup>.

---

*de morte e Correção em Pelotas (1830-1857)*. Pelotas: Edição do Autor, Sebo Icária, 2008.

- 21 LOUREIRO, André G.; ROSA, Estefânia J. da. Relatório final de prospecção intensiva e resgate arqueológico na área de revitalização da Praça Cipriano Barcelos, Centro Histórico do Município de Pelotas, RS. Pelotas, 2014.
- 22 Segundo MACIEL (op.cit, p. 120), nesta escavação foram, ao todo “[...] reconhecidas as formas de 109 objetos – dos 230 presentes. Destes 109, ao menos 40 poderiam ter uso associado de alguma forma à rituais religiosos de matriz africana. Trata-se de vasos, bacias sem qualquer tipo de esmaltação e quartinhas”. Ainda no campo da arqueologia, cabe referir os achados da equipe de pesquisa coordenada pelo professor e arqueólogo da UFPEL Lúcio Menezes Ferreira junto ao sítio da Charqueada São João/Pelotas, que ao escavar a antiga senzala encontrou-se objetos possivelmente relacionados com práticas sagradas afro religiosas atribuídas aos orixás Bará e Ogum: FERREIRA, Lúcio M. Tecnologias ancestrais: arqueologia afro-brasileira e suas contribuições para a história material da América Latina. *Colonial Latin American Review*, 31 (4), 2022, p. 599–606. Nesta mesma charqueada, durante a limpeza de um oratório católico localizado ao ar livre, foram descobertas duas imagens entre as pedras e conchas que ornamentam a estrutura: um homem negro sem camisa e calça branca, e uma mulher negra de vestido vermelho e branco. Lúcio Ferreira informa que esta estrutura possivelmente data de meados do século XX e que as estatuetas são industrializadas, ao que parece de gesso. Pode-se estabelecer, como hipótese, que tais elementos tenham sido inseridos na estrutura do oratório por afrorreligiosos que prestavam trabalho para o estabelecimento. O trabalho de Rosa analisa tais estatuetas, sugerindo sua semelhança com outras por ela verificadas em casas de umbanda: ROSA, Estefânia Jaékel da. *O Feitiço da Preta Velha tem (Re) existência de Preta Nova: Uma Etnografia Arqueológica da Materialização do Sagrado Afro-diaspórico na Vida Cotidiana das Periferias de Bagé e Pelotas, RS*. Dissertação (PPG Antropologia - Área de Concentração em Arqueologia). Pelotas: UFPEL, 2019, P. 140-142. É possível que representassem alguma forma de sincretismo entre as divindades afro religiosas Xangô e São João (este último emprestando nome à charqueada), e Iansã com Santa Bárbara (nome de um Arroio localizado em outra região da cidade).

## Artefatos na configuração em que foram identificados em campo<sup>23</sup>



Relatos de cronistas, publicados na primeira metade do século XX, revelam o uso dos entornos da atual Praça Cipriano Barcelos, às margens do antigo curso do Arroio Santa Bárbara, para práticas de rituais fúnebres da comunidade negra pelotense:

“Batuques –

Desde épocas muito remotas, a população africana aqui, então representada por alguns milhares de pretos, hoje aliás raríssimos, todos os domingos e dias santos do meio-dia à noite, exhibia-se publicamente em danças e cantigas usadas entre os gentios. O ponto dessa reunião era sempre à grande sombra de cinco de nossas frondosas figueiras, dispostas em amplo círculo que

---

<sup>23</sup> Fonte: MACIEL, op.cit, p. 199.

indicava o traço de um antiqüíssimo curral, oferecendo, por essa amplitude, franca área e todas as condições para a diversão. Essa localidade é além do Arroio Santa Bárbara, à esquerda da ponte da Rua Riachuelo, entre a Manduca Rodrigues e o referido arroio. À hora acima indicada, do centro da cidade partia o grande grupo de africanos, cantando em altas vozes, ao som de rudes tambores, chocalhos, guizos e de estranhos instrumentos feitos de grandes porongos, revestidos de elevado número de contas, búzios, pequenos caramujos e miçangas. O vestuário era esquisitíssimo, constituído de tangas, turbantes, capacetes, mantos, tudo das mais vivas e variadas cores. À frente, vestida no mesmo estilo, seguia o Rei, por todos acompanhado até o lugar do batuque como eles denominavam. Todo esse cerimonial era também executado nos velórios, assim como nos enterros até o defunto baixar à sepultura”.<sup>24</sup>

Importante salientar que até os dias de hoje o espaço da praça é utilizado pelos praticantes de religiões de matriz africana, sendo possível observar frequentemente o depósito de oferendas em sua área, inclusive de recipientes como os alguidares de cerâmica.

\* \* \*

Na vizinha cidade portuária de Rio Grande, parte vital do complexo portuário-charqueador-escravista sulino, chegou às mãos do Delegado de Polícia da década de 1850 o seguinte pedido:

---

<sup>24</sup> Observação originalmente presente em uma nota de rodapé do livro *A Cidade de Pelotas*, de Fernando Luis Osório, citado por: BARBOSA NETO, Edgar R. *A Máquina do Mundo: Variações sobre o Politeísmo em Coletivos Afro-Brasileiros*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012, p. 5-6. Outro registro semelhante a respeito do mesmo espaço foi publicado em: Magalhães, originalmente publicado com o título “Minas” na *Revista Princesa do Sul*, por Euclides Franco de Castro, 1951: MAGALHÃES, Nelson Nobre. *Pelotas Memória. Fascículo I*. 1989, p. 8-9.

“Ilmo. Exmo. Sr. Chefe de Polícia

Diz Antônio Bezerra, preto forro, proprietário nesta cidade, que querendo brincar candomblé com seus patrícios, de nação Mina, extramuros da cidade, por espaço de um ano, nos dias de santa guarda, vem submissa e respeitosa implorar a V. S.Sa. concessão para tal, atento que é o único divertimento que a triste e miserável posição do africano pode implorar, outrossim por terem nesse mesmo divertimento o tirarem esmolas entre os seus para a liberdade de um em final de ano”.<sup>25</sup>

Trata-se de um interessante registro que demonstra não apenas o paralelismo temporal de práticas africanas de fundo religioso em Pelotas e Rio Grande, mas que também o papel da comunidade mi-na-nagô a partir da qual se formaria a tradição do Batuque de Nação.

De forma similar a tantas outras cidades, a imprensa *denunciava* a presença de práticas religiosas de matriz africana. O Jornal *Gazeta Mercantil* do dia 03/04/1877, por exemplo, noticiou a realização de “sessões” de magia levadas a cabo por uma preta “especialista nos milagres do amor”:

“Ali há fumigações, trípodes, catentanhas e bugigangas; um gato preto, um galo da mesma cor e uma pira ardente onde se queimam os fragmentos dos vestidos daqueles sobre quem se pretende fazer valer a influência do feiticeiro.

Grandes desordens podem lavar no seio das famílias incautas e desprevenidas, se algum de seus membros, levados pela ignorância ou fanatismo, se deixarem possuir das sentenças de tal bruxa [...] Às autoridades policiais recomendamos a inspirada preta, para que façam cessar tão torpe especulação».<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (doravante AHRS), Fundo Polícia, Requerimentos, maço 95. Citado por MELLO, *ibid.*, p. 52) com base em MOREIRA, *op.cit.*, 1993.

<sup>26</sup> Jornal *Gazeta Mercantil*, Rio Grande, 03/04/1877. Citado por MELLO, *op.cit.*, 1994.

O tom condenatório era a tônica da abordagem jornalística da época. Outro episódio que ilustra a presença de práticas religiosas de matriz africana em Rio Grande ocorreu em agosto de 1877, quando o preto Joaquim, de apelido Camundongo, escravizado de Augusto Cesar do Valle, é preso após ficar três meses fugido. Joaquim fora encontrado de posse de uma trouxa contendo “manipansos, pernas de galinha, cabeças de galos pretos, etc, próprios da profissão de feiticeiro que exercia o tal pretinho”, e juntamente com ele foi preso o “preto Manoel Monteiro”, residente na rua Uruguaiana e acusado de *acoutar* neste local “o grande Manipanso”<sup>27</sup>.

Jovani Scherer, em dissertação de mestrado em História onde investigou as experiências de busca de liberdade na Rio Grande escravista, encontrou uma interessante referência a um “*tambor de negros de nação*” entre os bens de Balbina Maria da Conceição, provavelmente nascida livre. Em seu inventário, aberto em 1859, Balbina legava a seus herdeiros cinco lances de meias águas cobertas de telhas, sendo uma delas com paredes de tijolos, e as demais de pau-a-pique, localizadas na Rua da Alfândega, tendo como vizinha a preta forra Isabel. Entre os bens restantes, constava um “*tambor de negros de nação*”<sup>28</sup>. O pesquisador informa não ter encontrado nenhuma referência a este tambor enquanto elemento de práticas afro religiosas, mas a observação de que o mesmo era “de nação” evidencia sua origem africana.

Por entre a próspera cidade comercial, com seus belos sobrados, armazéns e casas comerciais, havia uma Rio Grande popular, constituída de pequenas e baixas moradas, muitas delas cabanas

---

<sup>27</sup> MELLO, *ibid*, p. 33.

<sup>28</sup> SCHERER, Jovani de Souza. *Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX*. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo, PPGH/Unisinos, 2008. p. 173-174.

feitas de barro e cobertas de palha como a de Balbina<sup>29</sup>. Ao longo do século XIX, situavam-se nas proximidades do centro financeiro e do porto da cidade de Rio Grande. Denominados como “casebres” ou “cortiços”, costumavam se caracterizar por pequenas habitações ocupadas por diversos moradores e constituíam os territórios negros da cidade de então.

Na zona portuária de Rio Grande havia ainda outros espaços que se destacam como territórios cotidianos das vivências afrodescendentes. Um deles era o Mercado Público, ponto central do comércio de gêneros alimentícios situado às margens do cais e que abrigava botequins ou casas de pasto que ofereciam hospedagem e refeições ligeiras e para onde confluíam trabalhadores diversos<sup>30</sup>.

Alguns dos locais preferenciais do convívio social popular eram as praças, poços e fontes públicas d’água, espaços privilegiados para se observar diversos aspectos da constituição da cultura afrodescendente na diáspora. Em Rio Grande, uma de suas principais fontes d’água ficava na Praça da Geribanda<sup>31</sup>, espaço intensamente

---

29 MOLET, Claudia Daiane Garcia. *Na escuridão da noite... Autonomia e transgressões de cativos marinhos nas ruas e becos da cidade do Rio Grande (1868-1870)*. Trabalho de conclusão do curso (Graduação em História). Rio Grande: FURG, 2007.

30 AHRS, Fundo Autoridades Municipais, Rio Grande, Maço 207-A. Apesar do projeto de *Regulamento Policial para a Praça do Mercado*, de 1844, restringir a pernoite nos quartos do Mercado apenas aos locatários e a seus sócios, caixeiros ou escravizados, na prática o estabelecimento passou a contar com espaços que acolhiam trabalhadores diversos. Um mapa com a indicação dos territórios negros aqui citados pode ser encontrado em: OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *Sobre águas revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835 a 1864)*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2013.

31 Trata-se da atual Praça Tamandaré, renomeada com este nome em 1865 em homenagem a Joaquim Marques Lisboa, o Almirante Tamandaré, nascido em Rio Grande em 1807 (ver: TORRES, Luiz Henrique. Cronologia básica da cidade de Rio Grande (1737-1947). *Biblos*, Rio Grande, 22 (2): 2008, p. 12). Não se sabe exatamente porquê do uso do termo “geribanda” para designar este espaço, mas os significados apresentados por dicionários são sugestivos. Geribanda seria o mesmo

vivenciado por escravizados e libertos que diariamente abasteciam barris para seus senhores ou para vendê-los de porta em porta, bem como por marinheiros de todas origens e condições jurídicas que iam repor suas embarcações. O local era ainda fortemente marcado pelo trabalho e sociabilidade feminina, uma vez que as lavadeiras escravizadas e libertas faziam uso das águas dos poços e das lagoas que se formavam com as chuvas para o exercício de suas atividades.

Outro espaço destacado na geografia popular da cidade e igualmente próximo à região portuária era o Largo de São Pedro, conhecido popularmente como o *Largo das Quitadeiras* por se constituir como local de desempenho desse ofício (atualmente é a Praça Júlio de Castilhos, na esquina das ruas Luiz Lorea e Andradas). A historiografia tem demonstrado que a atividade da quitanda era típica dos espaços urbanos coloniais, e ainda que no Brasil constituísse trabalho também desempenhado por homens, era um nicho ocupacional predominantemente marcado pela presença de população feminina (africana e crioula, livre e escravizada). Estudos apontam a dimensão atlântica das quitadeiras, buscando demonstrar como esta prática social de origem banto foi transportada para a outra margem do oceano mediante a diáspora africana<sup>32</sup>.

---

que *sarabanda*, a qual apresenta duas definições: dança antiga, popular e desenvolta; ou ainda repreensão, censura (FIGUEIREDO, Candido de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: A. M. Teixeira, 1913). *Sarabanda* significaria “música e dança alegre com meneios de corpo um pouco indecentes”. Alguns dicionários ainda definem estas palavras como tumulto, agitação, descompostura (conforme SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Régia, 1831, Tomo II, p. 692).

<sup>32</sup> PANTOJA, Selma. A dimensão atlântica das quitadeiras. In: FURTADO, Junia Ferreira (org). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 45-67; bem como PANTOJA, S. Conexões e Identidades de Gênero no caso Brasil e Angola - Séculos XVIII-XIX. In: *X Congresso Internacional Cultura, Poder e Tecnologia: África e Ásia face à Globalização. X Congresso ALADAA*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2001b. v. 1; e GOMES, Flávio dos Santos; SOARES,

Neste texto interessa constatar os usos do espaço do Largo da Quitanda pela população afrodescendente da cidade e os significados a ele atribuídos. A documentação relativa à ofensiva efetuada pelas autoridades municipais contra as atividades ali desenvolvidas é reveladora. Em 23/07/1855 o Fiscal do 1º Distrito informava à Câmara ser verdadeira a informação de que teria ele:

[...] proibido que no Largo de S. Pedro em frente as casas de Victorino Ferreira da Silva Sebroza se fizesse da rua cozinha, por que estando o teatro fazendo obra que aformoseará algum tanto aquele Largo muito afeara junto ao mesmo edifício a fumaça das cozinhas, as tripas de peixe, e uma multidão de negras quitandeiras<sup>33</sup>.

Victorino Sebroza, negociante e proprietário na Praça de S. Pedro por detrás do teatro, havia dias antes contatado a Câmara informando que:

[...] ali se acham umas quitandeiras que fazem comedorias, e agora são mandadas retirar, o supp.e requer a V. S. se lhe concedem licença para que ali se conservem, pois que no lugar em que é não incomodam o trânsito público, e são de grande utilidade para a pobreza que não tem outros recursos, e o supp.e se encarrega de manter a boa ordem [...]. Rio Grande 16 de julho de 1855<sup>34</sup>.

É possível extrair duas dimensões que permeavam o Largo das Quitandeiras. Primeiramente, são revelados indícios sobre os seus usos

---

Carlos E. Líbano. “Dizem as Quitandeiras...”. Ocupações urbanas e identidades étnicas numa cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, jul/dez. 2002, pp. 3-16.

33 Arquivo Público e Histórico Municipal de Rio Grande, Câmara Municipal, Caixa 237, Documento remetido pelo Fiscal do 1º. Distrito informa à Câmara Municipal em 23/07/1855.

34 APHMRG, Câmara Municipal, Caixa 237, Documento remetido por Victorino Ferreira da Silva à Câmara Municipal em 16/07/1855.

para os trabalhadores. Agachadas por sobre seus calcanhares e em frente a panelas, fogueiras, cestos e tabuleiros – verdadeiras cozinhas como o referido Fiscal de Distrito bem apontou – as quitandeiras preparavam alimentos diversos que eram vendidos aos trabalhadores da cidade. Tratava-se de um pequeno comércio de gêneros diversos que desempenhava papel crucial na oferta de alimentação aos grupos populares. É possível ainda que, assim como na margem oriental do Atlântico, as quitandas das cidades portuárias brasileiras fossem também palco para a comercialização de produtos de poder curativo e sobrenatural, tais como ervas e amuletos chegados da África mediante encomendas feitas junto a marinheiros inseridos nas rotas oceânicas, além, é claro, de transmissão de saberes religiosos de matriz africana<sup>35</sup>.

Tal Largo, por concentrar ainda a presença de estabelecimentos comerciais, constituía um espaço privilegiado para outros trabalhadores urbanos ofertarem seus serviços, entre eles escravizados ganhadores como o preto *mina* conhecido na cidade por usar “um boné como um turbante escuro avivado de encarnado”<sup>36</sup>.

Trata-se, assim, de uma interessante interface para se pensar o mundo da sociabilidade popular atlântica, já que ao congregar uma gama polissêmica de trabalhadores urbanos, rurais e náuticos o Largo das Quitandeiras se constituía como um espaço privilegiado para se

---

35 Selma Pantoja informa que nas quitandas de Luanda “além de frutas, verduras, farinha, feijão, peixe e carne encontravam-se os produtos chamados ‘da terra’. Dentre os ‘produtos da terra’ os mais procurados eram aqueles de poder curativos e sobrenaturais: Kabomba yala, apazigua marido, ngongo amuleto de madeira com figura humana (usado para tratamento), pempa argila branca usada em rituais religiosos, etc” (PANTOJA, op. cit, p. 3). Moreira e Al-Alam, em artigo onde analisam entre outros aspectos o mercado afro-religioso de crenças e o papel dos feiticeiros/curandeiros na sociabilidade e na formação de identidades etnossociais em Pelotas – evocam as ligações desta cidade, via porto de Rio Grande, com o restante do país quando a dependência de determinados produtos mágico-religiosos: ver MOREIRA E AL-ALAM, op.cit, 2013.

36 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (doravante APERS), Processos Crime, Rio Grande, Júri, Caixa 0420, Auto 80.

pensar a constituição de diálogos atlânticos. Juntamente com outros espaços como a Praça da Geribanda, o Mercado Público, as praças e fontes d'água, tabernas, os trapiches e adjacências, constituía uma importante referência para a sociabilidade popular, seus encontros, trocas de experiências e informações, planejamento de fugas, comércio de artigos religiosos, feitura ou entrega de encomendas atlânticas junto a marinheiros, contratação de serviços de adivinhação ou mediação mágico-religiosas, etc. De forma que a área central da cidade se constituiu como um território negro e em grande parte africano fundamental para se pensar a reconstrução diaspórica de práticas sagradas de origem africana ao longo do século XIX<sup>37</sup>.

---

37 Os territórios negros de Rio Grande vão se deslocar na passagem para o século XX. Se ao longo do oitocentos a existência de grandes áreas de alagadiços e de dunas de areia no entorno da região central limitaram a expansão da cidade para além do seu núcleo original, na virada deste século para o seguinte teve início a expansão urbana para as porções leste e oeste. Uma série de transformações, aliadas ao crescimento populacional, promoveram este movimento: as obras de melhoria da Barra de acesso ao Porto, a construção do Porto Novo na porção leste da cidade velha, bem como a instalação de diversas indústrias. De forma que no início do século XX foi planejada a construção do bairro *Cidade Nova*, concebido enquanto uma área de moradia para o crescente operariado. Já as obras de melhoramento da Barra de acesso à Lagoa dos Patos e a construção do Porto Novo resultaram no aterramento de uma ampla área (Salvatori, Habiaga, Thormann, 1989) originalmente reservada para a ampliação futura dos empreendimentos portuários, mas que acabou sendo rápida e progressivamente ocupada pela população trabalhadora, particularmente aquelas composta por trabalhadores portuários, estivadores, marinheiros e operários das diversas fábricas instaladas na região. Esta área, atualmente conhecida como Bairro Getúlio Vargas (BGV), foi inicialmente denominada de Vila dos Cedros e constitui um território emblemático na memória afro religiosa da cidade. Sobre o perfil dos moradores do bairro em meados do século XX, ver OLIVEIRA, Carlos. Alberto de. *Imagens de um bairro afamado: Rio Grande/RS (1945-1975)*. *CaderNAU*, 4 (1), 2014, p. 4. Sobre a construção do Porto Novo, a instalação de indústrias e o surgimento do Bairro Cedro/BGV e do Bairro Cidade Nova, ver ainda: PEDROSO, Ticiano Duarte. *Cidade nova: Narrativas do cotidiano no subúrbio operário de Rio Grande - 1950*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UFPEL: Pelotas, 2012; e NOGUEZ, Everton L. Bicca. *Gênese e transformações do Bairro Cidade Nova no município de Rio Grande/RS*. Dissertação (Mestrado em Geografia). FURG: Rio Grande, 2015.

\* \* \*

A Porto Alegre do oitocentos era igualmente uma cidade negra, escravista e africana. No que se refere às origens de possíveis práticas afro religiosas neste espaço, bem conhecida é a referência à proibição decretada pelo Vigário José Inácio dos Santos quanto a continuidade das “danças de negros” na frente e mesmo dentro da Igreja Matriz de Porto Alegre de 1809, o que teria levado a comunidade negra organizada ao redor da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário a erguer a sua própria capela anos depois<sup>38</sup>.

Outra referência recorrentemente citada quando se pensa nas origens do sagrado africano na capital foram os candombes da Mãe Rita na região da Várzea da década de 1830 citados pelo cronista Antônio Coruja:

“O Candombe da Mãe Rita era na Várzea defronte da casa e curral do antigo matadouro, mais ou menos no terreno baldio e depois ocupado pelas casas do Firmo e olaria do Juca (José de Souza Costa) ou Juca da Olaria [...] Ahi se reunião nos domingos á tarde pretos de diversas nações, que com seus tambores, canzás, urucungos e marimbas, cantavão e dançavão esquecendo as magoas da escravidão, sem que causassem maiores cuidados á polícia [...] Nesse candombe também se ensaiavão os cocumbis que pelo Natal e nas festas da Senhora do Rosário, levando a frente o Rei e a Rainha vestidos a caráter, com a juíza do ramallete e a competente aristocracia negra, ião dansar ou antes sapatear no corpo da Igreja com guizos nos tornozelos.<sup>39</sup>”

---

<sup>38</sup> CORUJA, Antônio Alvares Pereira. *Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre, Typ. do Jornal do Comércio, 1881; MÜLLER, Liane. “*As contas do meu Rosário são balas de artilharia*”: irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre (1889-1920). Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 1999.

<sup>39</sup> CORUJA, op.cit, p. 15.

Associado por muito tempo diretamente ao Batuque e ao culto aos orixás, o candombe da Mãe Rita (e por extensão as “danças de negros” na frente da Matriz) recebeu uma análise inovadora mediante a articulação com novas fontes e bibliografia referenciada na região platina. Jovani Scherer sugere que os candombes da Porto Alegre do início do século XIX eram possivelmente:

“[...] uma manifestação ligada à cultura banto, relacionados às próprias concepções africanas acerca do catolicismo, desenvolvidas por sua vez nas regiões da África Central, desde muito antes do desenvolvimento da empreitada colonial lusa e hispânica na região do Prata. Não era um terreiro de Batuque ou de Candomblé, nem se tratava de uma manifestação das tradições dos orixás ou voduns dos povos da África Ocidental no Rio Grande do Sul.”<sup>40</sup>

Ao destacar o peso dos grupos de procedência banto na configuração das práticas religiosas de então, o interessante de análises como esta é destacar a importância de se observar a diversidade de tradições culturais presentes no Rio Grande do Sul africano, não homogeneizando-as, mas sim buscando as suas origens específicas e a configuração de suas experiências na diáspora<sup>41</sup>.

Paralelamente ao aumento da presença de africanos minas-nagô na província, ocorrido progressivamente a partir da década segunda metade da década de 1830, ocorreu uma maior repressão às manifestações religiosas africanas em Porto Alegre, numa tentativa

---

40 SCHERER, Jovani de S. O Candombe, um rei Congo e as tradições africanas em Porto Alegre, no início do século XIX. In: BARROSO, Vera L. M.; MACEDO, José Rivair; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (orgs). *Racismo, relações de poder e história negra em Porto Alegre: séculos XIX-XX*. Porto Alegre: Evangraf: ISCMPA, 2023b. p. 232.

41 Para uma análise mais profunda sobre a relação dos candombes de Porto Alegre com o universo banto e com as experiências negras junto ao universo católico da Irmandade do Rosário, onde se considera o perfil demográfico dos africanos no estado (predominantemente africano central), ver SCHERER, *ibid*.

de controle das africanidades no espaço das irmandades católicas<sup>42</sup>. Esse movimento foi acompanhado pelos primeiros relatos de práticas religiosas africanas em espaços não tutelados pelo catolicismo que “em sua maioria, provavelmente ocorriam sob a liderança de africanos-ocidentais”<sup>43</sup>, demonstrando que as práticas de relação com o sagrado de matriz africana se mantinham fortes e presentes nas ruas, nas moradias populares e nas praças, cada vez mais apresentando traços que se aproximam do que hoje conhecemos como Batuque de tradição africano ocidental. Seriam as sementes a partir das quais se formaria o culto aos orixás no estado, o Batuque de Nação.

E no caso das três cidades aqui estudadas, constatou-se que os mina-nagôs eram africanos que mais conseguiram êxito no acesso ao mercado de alforrias pagas, mesmo que no cômputo geral não fosse o grupo de maior presença, de forma a serem considerados pela

---

42 Os termos mina e nagô foram utilizados como guarda-chuva étnico para designar os indivíduos de origem africano ocidental. *Mina e nagô* eram termos genéricos aplicado aos africanos ocidentais no Sul do Brasil para designar as populações provenientes de Oyó, Egba, Egbado, Ilesa, Ketu, Ijebu e outros lugares do que viria a ser a Iorubalândia. Ver: MATORY, J. Lorand. *Yorubá: as rotas e as raízes da nação transatlântica, 1830-1950*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 4, n. 9, out. 1998, p. 272. Enquanto na Bahia (principal porto de chegada dos africanos ocidentais ao Brasil) eram predominantemente denominados de nagôs, em outras províncias como o Rio Grande do Sul eram majoritariamente denominados minas. Sobre os africanos ocidentais no Rio Grande do Sul ver ainda o trabalho de Marcelo Matheus, em artigo no qual analisa a produção historiográfica atinente ao recorte: MATHEUS, Marcelo S. Os africanos minas no sul do Brasil: tráfico, liberdade e produção identitária na diáspora. In: RODRIGUES, Aldair; LIMA, Ivana S.; FARIAS, Juliana B. (org.) *A diáspora Mina: africanos entre o golfo do Benin e o Brasil*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2020.

43 SCHERER, Jovani de Souza. *A formação do Batuque no Rio Grande do Sul: religião, tradições e identidades africanas – séc. XIX*. (Dossiê de Qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em História - Orientador: Prof. Dr. José Rivair Macedo). Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2023, p. 81.

historiografia como a “nação da liberdade”<sup>44</sup>. De maneira que este aumento de iorubás na reta final do tráfico transatlântico ocasionou um importante impacto simbólico na cultura negra local, um importante passo para a compreensão da formação do Batuque de Nação<sup>45</sup>.

Indiferente das possíveis filiações culturais dos candombes da Várzea de Porto Alegre (atualmente bairro Bom Fim), o fato é que a região constituiu um dos muitos territórios negros que se formaram

---

44 SCHERER, Jovani de Souza. *Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX*. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo, PPGH/Unisinos, 2008; PINTO, Natália Garcia. *Gerações de Senzalas, Gerações de Liberdade: experiências de liberdade em Pelotas: 1858-1888*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre, PPGH/UFRGS, 2018; MOREIRA, Paulo R. S. Lealdades compartilhadas: alforrias, etnicidades e família na sociedade escravista meridional (Porto Alegre-1748-1888). *História Unisinos*. Volume 11 (3), Setembro/Dezembro 2007, p. 374-377.

45 Existiram espaços associativos em Rio Grande e Pelotas da segunda metade do oitocentos identificados pelos termos mina e nagô, como o *Club Carnavalesco Nagô* de Pelotas ou o *Club Mina* de Rio Grande, ambos tendo se apresentado nos carnavais de suas cidades com seus batuques e referências à liberdade; bem como se verifica a permanência, no início do século XX, de práticas de coletividades socialmente identificadas como “minas”, como pode ser verificado nos relatos já citados de rituais fúnebres de “africanos minas” em Pelotas, nas procissões das “negras minas do Bonfim” em Rio Grande (ver: OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. SCHERER, Jovani de S. GOMES, Denis P. *Histórias de batuques e batuqueiros: Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre*. Pelotas: Ed dos autores, 2021). Ou ainda nas memórias atinentes ao território negro da Rua do Cordão (cidade de Jaguarão), onde teriam vivido “negros minos” que organizavam o bloco carnavalesco “Cordão das Minas” e na qual ocorriam procissões funerárias realizadas por africanos e seus descendentes: NUNES, Juliana dos Santos. “Somos o Suco do Carnaval!” *A Marchinha Carnavalesca e o Cordão do Clube Social 24 de Agosto*. Monografia (Licenciatura em História). UFPEL: Pelotas, 2010; AL-ALAM, Caiuá C.; LIMA, Andréa. G. Territórios negros em Jaguarão: revisitando o Centro Histórico. In: AL-ALAM, C. C.; SILVA, A. F.; FRAGA, H.; FERRER, E.. (Org.). *Ensino de História no CONESUL: patrimônio cultural e fronteiras*. Porto Alegre: Evangraf, 2012, v. 1, p. 261-272; CORREA, Nelson L. *Experiências e sensações: Um estudo de caso em um terreiro de Candomblé Angola na cidade de Jaguarão*. Monografia (Licenciatura em História) UNIPAMPA/Campus Jaguarão, 2017; TEIXEIRA, Fladiane Nunes. *O Vencato a partir da memória de seus moradores: do loteamento a construção do bairro*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Jaguarão: Universidade Federal do Pampa. 2015.

ao longo do período escravista e que se estenderam para o pós-abolição. Inicialmente situados na região central da cidade, foram espaços cotidianos das vivências afrodescendentes e populares, morada de escravizados que viviam sobre si e de libertos, ponto de encontro em seus momentos de diversão, sociabilidade, trabalho e religiosidade, abrangendo em um segundo momento territórios como a Colônia Africana, a bacia do Mont Serrat, o Areal Baronesa, a Cidade Baixa, as regiões dos bairros Santana, Azenha, Praia de Belas e Petrópolis, formando um “cinturão negro” ao redor do antigo centro colonial<sup>46</sup>.

Os estudos já citados do historiador Paulo Moreira apresentam uma gama enorme de vestígios documentais sobre religiosidades negras na capital do estado, compondo um conjunto de análises fundamental para se pensar as possíveis sementes mina-nagô da religiosidade no estado.

Em março de 1865 a polícia prendeu Venâncio, preto, escravizado de Maria Bernarda da Silva (representando ter 28 anos, pedreiro, natural de Santa Catarina e residente na casa de sua senhora na Rua da Igreja), juntamente com a escravizada Firmina (parda, escravizada de Maurícia Alves Azambuja, natural de Porto Alegre) e com Amélia Accioli Pinheiro (livre, 28 anos, viúva, de Pernambuco)<sup>47</sup>. Os três foram acusados do assassinato de Ana Ferreira, esposa de João Pereira Maciel, o qual fora amante de Firmina e pai de seu filho.

---

<sup>46</sup> BITENCOURT JR, Iosvaldyr C. Os percursos do negro em Porto Alegre: territorialidade negra urbana. In: VILASBOAS, Ilma S. (et alli). *Museu de percurso do negro em Porto Alegre*. Porto Alegre: Vinicius Vieira de Souza, 2010; VIEIRA, op.cit; Oliveira et alli, 2021.

<sup>47</sup> APERS, Sumários, Júri, Maço 37, processo 1090. Citado e analisado por: MOREIRA, Paulo R. S. Feiticeiros, Venenos e Batuques: religiosidade negra no espaço urbano (Porto Alegre - século XIX) In: GRIJÓ, Luiz A. (Org.) *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 147-177; MOREIRA, Paulo R. S. O preto feiticeiro Sete Cabeças: a circularidade de crenças e religiosidades na sociedade escravista do XIX. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, v. 28, p. 14-33, 2016.

Para além das motivações e pormenores do crime, cabe aqui destacar pistas e indícios revelados pela documentação. Primeiramente o fato de que para muitos afrodescendentes da cidade, o réu Venâncio era conhecido como “o preto feiticeiro Cabeça” e, nesta condição, ter sido contratado para intervir espiritualmente na relação de Firmina e João. Esta informação vai abrir caminho para outras relatadas no Auto de Busca efetuado na casa da ré Amélia, onde foram encontrados:

“dentro de um pequeno saco de chita, que se achava atrás da porta do quarto da varanda, pendurado na chave da mesma porta, um pano pintado de cores representando um painel com diversos objetos: um pano pintado de cores representando um painel com diversos objetos; uma figura de pau; e uma pequenina esteira com mancha de sangue no centro, e dois búzios, um em cada ponta da mesma esteira, achando-se pegado a dita mancha de sangue, uma pena pequena de ave”.

Segundo a ré Firmina, os objetos pertenciam:

“ao réu Venâncio, que os levou em uma ocasião a Casa em que mora a Ré Amélia, e que o pregou no quarto da Varanda, acendeu umas velas e falava com um boneco preto e que tem no peito um espelho, e bebendo ao mesmo tempo cachaça, borrifava no pano, o boneco que está presente e o outro boneco preto que já referiu, e [macerando] umas ervas que estava na gaveta, misturava o pó com o sangue de um pombo, cujo [...] Venâncio tinha torcido o pescoço, sendo este pombo de cor branca, e um outro que Venâncio soltou pintado de branco e preto.”

Firmina informa ainda que Venâncio fizera também cruces de giz ao redor do pano e que após fechar-se em um quarto “ouviu alguns estouros, e quando o réu Venâncio abriu o quarto estava ele esfumaçado e cheirando a pólvora”. Já Amélia, em seu depoimento, confessou que Venâncio fizera trabalhos para si, sendo um deles assim descrito: “[...] fez-lhe várias [ecisões] sobre o braço, sobre o pescoço e

sobre o peito, com uma navalha, e que lhe disse que era para livrá-la de que ninguém a enfeitiçasse”, e assim *fechou-lhe o corpo*<sup>48</sup>.

Embora pareça se tratar de um serviço espiritual de união afetiva, a ausência de maiores informações sobre o universo cultural de Venâncio torna difícil de se traduzir os significados e as origens culturais do ritual, mas evidencia juntamente com outros tantos casos já abordados pela historiografia a crescente presença de práticas de relação com o sagrado de matriz africana na Porto Alegre da segunda metade do oitocentos.

Muitos outros casos ocorridos na região de Porto Alegre já foram analisados pela historiografia, como o que envolveu o preto liberto Joaquim Mina (apontado como feiticeiro amansador de senhores em 1871); a acusação de curandeirismo contra o preto Mandu em 1880, residente no Paredão (entre Gravataí e Santa Cristina do Pinhal); a denúncia feita em 1881 de que o preto liberto Antônio passava receitas e aplicava emplastro em sua residência na Rua dos Pretos Forros<sup>49</sup>; o caso de João Francisco Bernardo, preto liberto morador do Beco do Rosário que em 1850 solicitou licença para realizar um cuicumby [sic] no período do Natal; ou ainda o caso ocorrido em 16/11/1879 em que mais de 50 pessoas, entre elas 11 pretos minas, foram presos por estarem participando de uma cerimônia religiosa em uma casa na Rua Caldas Júnior, no coração da Capital, possivelmente um ritual comandado por africanos ocidentais, ocasião em que a Polícia “apreendeu cabeças de galo e outros manipansos”<sup>50</sup>.

---

48 MOREIRA, Paulo R. S. O preto feiticeiro Sete Cabeças: a circularidade de crenças e religiosidades na sociedade escravista do XIX. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, v. 28, p. 14-33, 2016.

49 MOREIRA, Paulo R. S. Feiticeiros, Venenos e Batuques: religiosidade negra no espaço urbano (Porto Alegre - século XIX) In: GRIJÓ, Luiz A. (Org.) *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 147-177.

50 Referência das fontes, na ordem em que foram citadas: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – *Jornal Correio Paulistano*, ano 1879 – edição 06907; e AHRS,

O conjunto desses novos estudos apontam a importância de se atentar para os processos de (re)produção de identidades africanas na diáspora e dos consequentes arranjos sociais constituídos nas Américas quanto se analisa as experiências afrodescendentes e a formação de religiosidades de matriz africana e outras práticas destes grupos. A busca por construir margens de liberdade e autonomia, por territorialização física e simbólica, pela reconstrução de comunidades étnicas, pela compra de alforria, entre outras práticas abarcadas por um conceito amplo de resistência, formavam um quadro mais amplo e inter-relacional do qual as experiências de relação com o sagrado de matriz africana faziam parte.

Vai ser a partir de uma colcha de retalhos de experiências múltiplas legadas pela diáspora africana que o Batuque de Nação, tal como conhecemos hoje, vai se configurar. Mas é necessário pontuar que os achados historiográficos revelam a existência de uma diversidade de práticas de relação com o sagrado oriundas de populações africanas nem sempre fáceis de vincular com suas tradições de origem. De forma que estes fragmentos de experiências aqui brevemente referidos não podem ser automaticamente tomados como sendo o Batuque de orixás tal qual o entendemos hoje<sup>51</sup>.

---

Polícia, Requerimentos, maço 90, 1850. Citado por: SCHERER, Jovani de S. *A formação do Batuque no Rio Grande do Sul: religião, tradições e identidades africanas – séc. XIX*. (Dossiê de Qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em História - Orientador: Prof. Dr. José Rivair Macedo). Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2023.

<sup>51</sup> Importante ainda reafirmar que o Batuque não descende do Candomblé baiano, nem do Xangô de Pernambuco. Lembremos o peso das afirmações difusionistas de Roger Bastide, para quem o Batuque do de Nação seria uma versão empobrecida do Candomblé, tomado este último como o modelo mais exitoso em termos de sobrevivência das tradições africanas. Ainda que a memória batuqueira refira possíveis relações destas religiões irmãs com o Batuque, mediante alguns personagens que supostamente migraram do Nordeste para o Sul e que teriam tido papel importante nas linhagens afro-religiosas do estado, o Batuque estruturou-se localmente,

Enquanto o Batuque de Nação possui uma estrutura basicamente oriunda do universo mina-nagô, com importantes elementos dos povos jêje, as fontes trabalhadas pela historiografia sugerem a presença de tradições diversas, como evidenciado por exemplo nos pedidos de licença para festejos e manifestações religiosas públicas em torno da figura mítica da Rainha Ginga e do Rei Congo já explorados pela historiografia sul-riograndense, apontando para a reinvenção de tradições banto no Brasil Meridional<sup>52</sup>. Também deve-se apontar a presença de comunidades organizadas de africanos mulçumanos nas cidades de Rio Grande e Porto Alegre do século XIX, com seus alcorões em árabe e outros escritos no mesmo idioma<sup>53</sup>. Bem como pode-se, numa acepção mais ampla de religiosidade negra na diáspora, considerar ainda as experiências das devoções e irmandades católicas referenciadas em divindades como a Nossa Senhora do

---

fruto dos diferentes arranjos possíveis dentro do quadro da diáspora africana nas Américas. Cada uma representa um arranjo possível do que chamamos, genericamente, de religiões de matriz africana ou religiões afro-diaspóricas, presentes inclusive em outros países, como a Santeria cubana ou o Vodum haitiano.

- 52 Moreira analisa diversos pedidos de licença e faz interessantes reflexões sobre os esses folguedos e a origem mítica da figura da Rainha Ginga e do Rei Congo no continente africano (MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre (1868-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 1993; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Feiticeiros, Venenos e Batuques: religiosidade negra no espaço urbano (Porto Alegre - século XIX)* In: GRIJÓ, Luiz A. (Org.) *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 147-177. Ver ainda: DIAS, Glaucio. *Batuque de negros forros em Porto Alegre: um estudo das práticas religiosas de origem africana na década de 1850*. TCC, IFCH, Depto de História, UFRGS, 2008.
- 53 MOREIRA, Paulo R. S. *Manipanças, feiticiarias, alcorões: africanos muçulmanos no Brasil Meridional (Porto Alegre, século XIX)*. *História em Revista*. Vol 24, Pelotas: Ed. UFPEL, março 2019.

Rosário, São Benedito e Nossa Senhora da Conceição constituídas pela comunidade negra<sup>54</sup>.

\* \* \*

As três cidades negras, escravistas e africanas foco deste texto eram também cidades atlânticas, visto a intensa conexão marítimo-comercial com importantes praças portuárias brasileiras e estrangeiras acessadas pelo referido oceano<sup>55</sup>. A noção de Mundo Atlântico tem contribuído para o entendimento da diáspora africana na modernidade

---

<sup>54</sup> Na região aqui considerada existiram diversas irmandades e devoções católicas organizadas pela comunidade negra, com destacada participação de escravizados libertos (muitos dos quais eram africanos). A primeira irmandade de negros em Pelotas foi a de Nossa Senhora da Conceição (1820-1915), seguida da Irmandade de Nossa Senhora Assumpção (1829-1915) e da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1831-1915), conforme: SILVA, Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2011. Em Jaguarão, existiu uma Irmandade do Rosário, e em Rio Grande existiram as devoções a Nossa Senhora do Rosário e a São Benedito (conforme informado pelo pesquisador Jonas Klug/UFPEL), além da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, fundada por negros libertos em 1814 (conforme informado por Heitor Barcellos, membro atual desta irmandade). Em Jaguarão, uma Irmandade de Nossa Senhora do Rosário foi fundada no ano de 1860, conforme: BOM, Matheus Batalha. *Porosas fronteiras: experiências de escravidão e liberdade nos limites do Império (Jaguarão - segunda metade do século XIX)*. Dissertação (Mestrado em História). PPG em História Unisinos. São Leopoldo: 2017, p. 121. E segundo informantes locais, seus livros de registro estariam na Matriz do Divino Espírito Santo. As vizinhas cidades de Canguçu e Arroio Grande igualmente conheceram devoções a Nossa Senhora do Rosário.

<sup>55</sup> Diversos trabalhos evidenciam as conexões atlânticas da província com outras praças comerciais e escravistas do Brasil como o Rio de Janeiro, Recife e Salvador, além de portos nas Américas e na Europa. Um panorama a este respeito pode ser encontrado em: VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas Margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas/Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013 e OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *Sobre águas revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835 a 1864)*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2013.

ao tomar este oceano não como um espaço de distanciamento entre os continentes, mas sim de contatos (nem sempre isentos de conflito). Para além de mercadorias, nas embarcações que navegavam o Atlântico circulavam corpos e mentes não só brancas e europeias, mas de uma diversidade de personagens e tradições culturais protagonizadas por milhares de mulheres e homens negros, o que possibilitou a reivindicação do conceito de Atlântico Negro. Devemos considerar ainda a intensa navegação interna à província sulina, a qual conectava intensamente as localidades aqui abordadas mediante embarcações tripuladas em grande parte por marinheiros escravizados, libertos e negros livres, o que permite incluir suas teias de rios e lagoas navegáveis como igualmente constituintes do Mundo Atlântico<sup>56</sup>.

---

<sup>56</sup> Entendemos o conceito de mundo atlântico como o conjunto de processos econômicos, sociais e culturais resultantes da interação e movimento entre diferentes localidades e culturas mediadas entre si pelo espaço Atlântico e que incluíam a Europa, América do Norte, Sul e Central e África. Sobre a noção de Mundo Atlântico, ver: ARMITAGE, David. Three Concepts of Atlantic History. In: ARMITAGE, David; BRADDICK, Michael J. (edit). *The British Atlantic World, 1500 1800*. Palgrave: Macmillan, 2002; GAMES, Alison. Atlantic History: Definitions, Challenges, and Opportunities. *The American Historical Review* 111.3, 2006; REDIKER, Marcus; JIMÉNEZ, Michael. What is Atlantic History?. *CPAS Newsletter: The University of Tokyo Center for Pacific and Asian Studies*. October 2001. Abordagens interessantes a partir da ideia de Atlântico Negro podem ser encontradas em: GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001; REIS, João J. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; CARVALHO, Marcus J. M.; GOMES, Flávio dos S.; REIS, João J. *O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (1822-1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010; e LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008, os quais inserem o protagonismo africano no palco atlântico de construção da modernidade. Sobre marinheiros negros no Rio Grande do Sul escravista, ver: AL-ALAM, Caiuá. C.; OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. “Disse que era marinheiro”: marujada escravizada em Pelotas (XIX). In: LOPES, Aristeu E. M.; VARGAS, Jonas M. (Org.). *Capítulos de História de Pelotas*. Porto Alegre: Casaletas, 2020, p. 81-102.

A seguinte reflexão do historiador Jovani Scherer vai ao encontro da perspectiva do presente texto e da História do Atlântico Negro ao destacar o papel dos nexos, e não dos distanciamentos, entre diferentes espaços na construção diaspórica do Batuque de Nação:

Não se trata do estudo do Batuque em Porto Alegre, ou em Rio Grande ou em Pelotas, ou seja, em um determinado espaço territorial limitado. No lugar disso, propomos uma fluidez no foco das lentes para acompanhar o movimento dos protagonistas e agentes dessa história: africanos, africanas e afrodescendentes que chegaram ou passaram pelo Rio Grande do Sul e que, nessa região, tiveram ao menos parte de sua história registrada e relacionada a aspectos sagrados, de tradições trazidas de sua terra natal e revividas em terras americanas. Mais do que os lugares, são as pessoas que nos interessam. Essa é uma perspectiva de história atlântica, uma abordagem, segundo Alison Games, que não se atém às fronteiras estatais, “coloca as pessoas no centro, acompanhando a transmissão de todos os elementos da cultura, desde a identidade política aos bens materiais, à língua e a religião”<sup>57</sup>

Interessante observar que as memórias batuqueiras estendem o espaço de construção do Batuque para outras localidades rurais e urbanas, o que juntamente com as referências documentais escritas disponíveis têm apontado a existência de práticas de relação com o sagrado de matriz africana não só nas grandes cidades negras e portuárias do estado, mas também ramificando-se por regiões às quais se articulavam e onde havia grande presença de africanos e afrodescendentes, conformando uma grande teia de axé.

---

<sup>57</sup> SCHERER, Jovani de Souza. *A formação do Batuque no Rio Grande do Sul: religião, tradições e identidades africanas – séc. XIX*. (Dossiê de Qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em História - Orientador: Prof. Dr. José Rivair Macedo). Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2023, p. 48-49.

Neste sentido podemos referir a trajetória da família de Mestre Borel, pai de santo e tamboreiro ícone do antigo Batuque do RS e que viveu grande parte de sua vida em Porto Alegre<sup>58</sup>. Sua avó Magalí-Yala, uma africana nigeriana, residiu como escravizada em Santa Vitória do Palmar antes de sua família mudar-se para Rio Grande, cidade na qual Mestre Borel nasceu e viveu antes de rumar para a capital em meados da década de 1930. Já no município de Canguçu, próximo a Pelotas, teria vivido uma irmã de Emília Affonso de Araújo, a famosa Princesa Emília de Oyá Ladjá, mãe-de-santo e ancestral mítica das nações nagô (Rio Grande) e Oyó (Porto Alegre)<sup>59</sup>. Já na cidade de Bagé a oralidade especula que teria possivelmente vivido por um breve período de tempo o famoso africano Príncipe Custódio, patriarca da Nação Jêje. Tais referências memoriais possibilitam dialogar com a bibliografia que tem progressivamente demonstrado a importância não só do trabalho escravizado em regiões distantes dos principais circuitos mercantis regionais, mas também o peso da população africana na construção cultural e econômica dessas regiões. Constituíam as margens secas do Atlântico Negro, encharcadas de africanidades<sup>60</sup>.

---

58 Walter Calixto Ferreira, nascido em 1924 na cidade de Rio Grande, filho de Guiomar Eulália Calixto (1886) e neto materno da africana nigeriana Magalí-Yala (que teve o seu nome modificado para Domingas Calixto pelos seus senhores), escravizada que trabalhou para a família Mirapalheta Calixto em Santa Vitória do Palmar/RS. Teria sido com sua avó que Borel aprendeu o Yorubá. Fonte: <https://projetobercodobatuquers.wordpress.com/>

59 Relato colhido junto ao pai de santo Chendler de Xangô (Chendler Siqueira) da nação Nagô de Rio Grande, filho de santo de Mãe Alzenda. Sobre a trajetória da Princesa Emília, ver: OLIVEIRA, Vinicius Pereira de; SCHERER, Jovani de S. Os dois lados da realeza do Batuque: Princesa Emília de Oyá Ladjá e Príncipe Custódio de Sakpatá. In: MATHEUS, Marcelo S. (org). *Africanos minas-nagôs no Rio Grande do Sul (séculos XVIII, XIX e XX)*, São Leopoldo: Oikos, 2024, p. 241-270.

60 Sobre a presença africana fora dos grandes centros atlânticos ver: FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ, 2007; BOM, Matheus Batalha. *Porosas fronteiras: experiências de escravidão e liberdade nos limites do Império (Jaguarão - segunda metade do século XIX)*.

A discussão sobre o(s) berço(s) do Batuque adquire novo sentido se considerarmos não só a presença simultânea e multifocal de práticas de relação com o sagrado de matriz africana no estado, mas também pela percepção da ocorrência de diásporas internas de indivíduos e grupos pelo estado ao longo de diferentes momentos. Se Rio Grande e Pelotas aparecem em algumas narrativas como ponto de origem de lideranças afro-religiosas que migraram para Porto Alegre e se tornaram referência na virada do século XIX para o XX, por outro lado a partir de meados deste último período foi Porto Alegre que se configurou como o grande centro difusor de um modelo litúrgico que se tornou hegemônico no Batuque, embora não único. De forma que é possível, parafraseando Pierre Verger, identificar fluxos e refluxos de personagens e tradições batuqueiras ao longo dos tempos e das localidades sul-rio-grandenses.

Esmiuçando a questão: estudos históricos recentes têm proposto que na primeira metade do século XX teria ocorrido em Porto Alegre um processo de reestruturação ou institucionalização de um determinado modelo ritualístico do Batuque, o qual foi difundido e supostamente seguido até os dias de hoje na maior parte das casas de religião de nação<sup>61</sup>. Neste processo, lideranças se destacaram e são hoje evocadas como antepassados míticos para as nações Oyó, Ijexá,

---

Dissertação (Mestrado em História). PPG em História Unisinos. São Leopoldo: 2017; MATHEUS, Marcelo S. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (c.1820-1870)*. São Leopoldo: Oikos/IFRS, 2021; e ARAÚJO, Thiago L. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PPGH/UFRGS, 2008.

61 SCHERER, Jovani de Souza. *A formação do Batuque no Rio Grande do Sul: religião, tradições e identidades africanas – séc. XIX*. (Dossiê de Qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em História - Orientador: Prof. Dr. José Rivair Macedo). Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2023.

Jeje e Cabinda devido a propagação, a partir de então, de um modo de lidar com o sagrado para outras cidades do estado, constituindo linhagens ancestrais e descendências familiares batuqueiras. Outras vertentes igualmente legítimas, como as linhagens Nagô de Rio Grande e Pelotas, acabaram por certo tempo discursivamente relegadas a um relativo esquecimento, ainda que tenham permanecido vivas nas práticas de seus seguidores, de forma que pleiteiam o reconhecimento de suas trajetórias na origem e atualidade do Batuque.

Ademais, parcela da comunidade afro religiosa da cidade de Rio Grande reivindica o adjetivo de berço desta prática argumentando ter sido ali onde os primeiros africanos chegados à província pisaram, já que a localidade possui o único porto marítimo da região e, conseqüentemente, ter sido o local de entrada dos navios que transportavam os escravizados comercializados no estado. Foi desta localidade que partiu para a capital, em princípios do século XX, a já referida Emília Affonso de Araújo, conhecida no meio religioso como Princesa Emília de Oyá Ladjá, uma filha de africanos libertos nascida livre que virou referência para a nação Nagô na cidade e na vizinha Pelotas e que em Porto Alegre se imortalizou como ancestral ao contribuir com a estruturação de um dos braços da nação Oyó nesta capital<sup>62</sup>. Outra liderança que supostamente teria vivido em Rio Grande antes de se tornar baluarte ancestral da nação Jeje em Porto Alegre foi o Príncipe Custódio, de trajetória polêmica e controversa<sup>63</sup>.

---

62 Cabe salientar que em Porto Alegre a Nação Oyó possui basicamente duas vertentes que remetem ao início do século XX: uma referenciada na região do bairro Mont Serrat e tendo como uma de suas principais expressões o Pai Antoninho da Oxum (Antonio da Cruz Ferrari) e outra alicerçada na região do Areal da Baronesa e redondezas, justamente à qual a Princesa Emília vai se somar.

63 A controvérsia sobre a trajetória desse personagem pode ser buscada na contra-posição das seguintes obras: SILVA, Maria H. N. da. *O Príncipe Custódio e a religião afro-gaúcha*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Recife, PPGA/UFPE, 1999; e SCHERER, Jovani de Souza. WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *No refluxo dos retornados: Custódio Joaquim de Almeida, o príncipe africano de Porto Alegre*.

Também é interessante perceber que no período pós-abolição continua-se a verificar os fluxos de afro religiosos entre estas cidades berço, muitos dos quais se immortalizaram na memória batuqueira como baluartes da tradição: Mãe Gratulina de Xapanã (Nação Oyó), nascida em 1917 na cidade de Pelotas e que migrou para a capital, segundo se conta levando um assentamento da divindade Légba talvez “feito” na Nigéria ou Benin, ou mesmo por “negros minas” de Pelotas. Mas por outro lado em meados do século XX ocorreu a difusão da Nação Cabinda nesta cidade (hoje predominante numericamente) mediante a figura do babalorixá João Carlos de Oxalá Talabí, o qual teve seu aprontamento religioso realizado por Pai Henrique de Oxum Pandá Olobomi de Porto Alegre (filho de santo de Mãe Palmira de Oxum Pandá)<sup>64</sup>. E ainda a chegada de Pai João do Exu Bí a Rio Grande (o famoso Joãozinho do Bará) aproximadamente na década de 1950 e a consequente difusão do Jeje na cidade. De forma que podemos considerar a existência de uma “malha de trânsitos de axés que se espalha pela região que abrange Pelotas, Rio Grande e Jaguarão, percorrendo Porto Alegre e irradiando até mesmo pelo Uruguai e pela Argentina”<sup>65</sup>.

---

Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS, 2021.

64 Posteriormente o Babalorixá Cleon de Oxalá (igualmente de Porto Alegre e de Nação Cabinda) torna-se referência nas feituas de Cabinda na cidade. As casas de Ijexá-Jêje presentes em Pelotas, igualmente, são oriundas de feituas realizadas a partir de bacias de Porto Alegre (caso do Pai Ismar do Bará, já falecido, que deixou descendência religiosa na cidade). Tem-se ainda casas de Jêje, Oyó e da vertente Ijexá descendente de Mãe Celestrina de Oxum que igualmente remetem à ancestralidades de Porto Alegre.

65 KOSBY, Marília; OLIVEIRA, Vinicius P. de. *Mapeamento das casas de religião de matrizes africanas no Rio Grande do Sul: módulo 2 – Pelotas, Rio Grande e Jaguarão (relatório final)*. Porto Alegre: Superintendência do Iphan no Rio Grande do Sul, 2021, p. 15.

Frente a este aspecto é que se deve entender a disputa simbólica pelo título de “berço” do Batuque no estado. Defendo a impossibilidade histórica de se estabelecer enfaticamente o local e a data do primeiro terreiro ou casa de nação no Rio Grande do Sul. A ausência de documentos produzidos pelos próprios agentes dessas práticas e a conseqüente dependência de informações elaboradas pelas esferas repressivas do estado são dois fatores que baseiam a minha afirmativa, mas não as únicas. Isto porque o aprofundamento das pesquisas históricas, como evidenciamos, demonstram a presença simultânea de práticas religiosas de matriz africana em diversas localidades pelo menos desde meados do século XIX, particularmente nas três cidades negras em questão. E mais: revela também o trânsito de muitos desses agentes por entre estas localidades, construindo uma teia de axé que as conectou no passado e as mantém irmanadas no presente.

# SERVIDORAS DOMÉSTICAS

**um olhar sobre as mulheres  
trabalhadoras em Rio Grande  
(fim do século XIX)**

Ana Paula do Amaral Costa<sup>1</sup>

Nas três últimas décadas do século XIX, o trabalho doméstico mostrou-se uma importante ferramenta de análise para compreender a crise da estrutura de dominação e as mudanças que ocorriam após a abolição da escravidão nas relações de trabalho. Uma análise mais profunda das relações envolvendo o serviço doméstico possibilita uma visão mais ampla e complexa das atividades e dos relacionamentos que permeavam as ligações entre senhores/patrões e criadas(os)/trabalhadoras(es) domésticas(os), levando a um universo de múltiplos significados sobre a importância do serviço doméstico para o Brasil

---

<sup>1</sup> Mestra em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). Professora da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul.

de fins do oitocentos, ultrapassando a análise simplista de uma das categorias que englobava a maior parte dos trabalhadores citadinos.

Para tanto, o artigo versa sobre as tentativas de controle sobre os trabalhadores domésticos<sup>2</sup>, destinando um olhar específico às mulheres, numerosas na função de criadagem e importantes figuras no exercício da atividade que envolvia os espaços público e privado. O corte espacial e temporal corresponde, respectivamente, ao Rio Grande<sup>3</sup>, importante cidade portuária do sul brasileiro, e às duas últimas décadas do século XIX, momento em que a elaboração de leis e de regulamentos referentes ao disciplinamento do trabalhador passou a ocupar relevante espaço no âmbito parlamentar, devido ao advento da abolição da escravidão no Brasil.

## As esferas público e privado em fins do Oitocentos

Sob o título *Queixa*, o periódico *O Bisturi* trouxe uma reclamação de um de seus assinantes, relacionada à forma arbitrária que

- 
- 2 Um estudo sobre as relações de controle e resistência no serviço doméstico pode ser observada na dissertação de mestrado: “Criados de servir: estratégias de sobrevivência na cidade do Rio Grande (1880-1894)”, defendida em 2013 no Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Debrucei-me em uma análise direcionada ao processo de disciplinamento da mão de obra livre (no século XIX), com foco nas regulamentações sobre o serviço de criados de servir. No decorrer da análise, foram observadas as formas de controle e a interferência pública nas relações de serviço doméstico e as resistências individuais e coletivas dos trabalhadores domésticos frente ao controle sobre as suas vivências. O projeto desenvolvido no PPGH da UFPel foi financiado pela CAPES e selecionado para compor a Coleção de *Teses e Dissertações* da Editora da UFPel: COSTA, Ana Paula do Amaral. *Criados de servir*. Pelotas: Ed. UFPel, 2013.
  - 3 Localizada no Litoral Sul do Rio Grande do Sul, a cidade do Rio Grande abriga o porto marítimo brasileiro mais próximo à região do Prata. No século XIX, a movimentação portuária intensificou as relações comerciais existentes na cidade e atraiu considerável número de estrangeiros e negociantes, com o crescimento populacional da cidade, o número de trabalhadores de diversos segmentos fez-se necessário para atender às demandas essenciais.

a polícia havia procedido com sua companheira. Em cinco de junho de 1890, por volta das 11 horas da noite, o subdelegado, acompanhado por dois praças, havia conduzido a parda Paulina Esperança a sua residência, a pretexto de ser vagabunda.<sup>4</sup> Neste primeiro relato sobre a exposição do jornal, observamos a motivação policial: uma mulher parda sozinha pelas ruas noturnas não se enquadrava no estereótipo de mulher honesta e trabalhadora. Essa forma de atribuição ao comportamento das mulheres em sociedade suscita uma breve discussão sobre as questões que envolvem os ambientes público e privado, entrelaçadas com as relações de gênero, classe e raça.

A última década do Oitocentos contempla uma sociedade em busca de uma identidade republicana, distanciando-se de questões atreladas à presença da escravidão. Esse cenário achava-se envolto nas diferenciações entre público e privado. Dois conceitos presentes em diferentes processos históricos, possuindo imprecisas fronteiras. Sofia Aboim observou as variadas utilizações conceituais dos dois termos, em uma delas, encontra-se a mais propícia para a análise empreendida neste estudo. De acordo com a autora, existem propostas de vários feminismos, não apenas do feminismo, pois “desde a primeira vaga florescente na Inglaterra e nos EUA dos finais do século XIX, tendem a associar o privado à família e o público à ordem política e econômica”, tentando “demonstrar a conexão entre uma ordem de gênero desigual e a construção moderna da dicotomia artificialmente criada entre público–privado. Esta traduz a diferenciação entre homens e mulheres, reproduzindo diferenças e excluindo as segundas do espaço público”.<sup>5</sup> Aboim direciona sua análise a uma “interpretação crítica das fronteiras e espaço individual de intimidade e desigualdade

---

<sup>4</sup> *O Bisturi*, ano III. Nº 25 – Rio Grande, 28 de junho de 1890.

<sup>5</sup> ABOIM, Sofia. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(1): 344, janeiro-abril 2012. P. 97.

numa perspectiva de gênero”, baseando-se em acepções ligadas às concepções do binômio público-privado.<sup>6</sup>

Mesmo colaborando para o entendimento dos espaços público e privado como ambientes com extremas ligações, distanciando-se das análises que tomam os dois termos referentes como distintos e com fronteiras definidas, os estudos de Aboim recaem sobre a atualidade. Como o presente artigo refere-se aos momentos finais do século XIX, as apreciações sobre aquele período são relevantes. Para isso, Olívia Cunha concebe, da seguinte maneira, as análises de historiadores e cientistas sociais brasileiros, relacionadas às referidas concepções.

O modelo tradicional clássico de uma sociedade estruturada sob dois modelos de relações sociais – o público e o privado – instigou a imaginação dos historiadores e cientistas sociais brasileiros, ávidos por descortinar a complexidade das experiências e hierarquias sociais que por vezes contrapunham, mas que paradoxalmente também aproximavam livres e escravos nos espaços da casa e da rua. No final do século XIX, interpretações dedicadas a definir e singularizar a casa e o território doméstico como distintos da fugacidade, da violência e da despersonalização das ruas se prestaram a reificar a sacralização da nascente família burguesa e seus valores, ainda fortemente patriarcais, como o epicentro da sociabilidade nacional.<sup>7</sup>

---

6 De acordo com Aboim: “Tematizada por teóricos liberais fundadores como Locke ou Adam Smith, a dicotomia público-privado constitui, desde o início, um termo-chave do liberalismo, traduzindo a necessidade de regular as relações entre Estado, economia e população. É a partir dela que se produzem outras grandes diferenciações entre Estado, economia, sociedade civil, família, esta última constituindo, por oposição ao primeiro, o lugar mais privado de todos”. ABOIM, Sofia. Op. Cit., p. 97.

7 CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: Cunha, Olívia Maria Gomes da; Gomes, Flávio (orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 396-404; p. 381.

Como mostra Cunha, o público e o privado enquanto espaços distintos permearam os estudos brasileiros<sup>8</sup>, mas o uso do modelo clássico de diferenciação encontra-se em análises presentes no próprio século XIX. Dentro dessas caracterizações, as dicotomias entre as mulheres dedicadas exclusivamente à família e as mulheres trabalhadoras percorreram estudos evolucionistas.

No fim do Oitocentos, as discussões científicas baseavam-se no evolucionismo para justificar a inferioridade das mulheres em relação aos homens. Dois autores que se destacaram nessas formulações e análises foram Cesare Lombroso e Guglielmo Ferrero. Para analisar as mulheres consideradas criminosas e prostitutas, os autores partiram de características que atribuíram às mulheres consideradas normais. Em suas observações, as mulheres consideradas normais deveriam seguir determinadas regras que a própria natureza lhes imputava, pois biologicamente eram inferiores aos homens em todos os termos: físico, sexual, intelectual, moral e profissional.

Estudos sobre história das mulheres e gênero recorrem a Lombroso e Ferrero para analisar o olhar científico sobre a mulher de fins do Oitocentos, sendo que um bom exemplo é a obra de Rachel Soihet.<sup>9</sup> Nas páginas dedicadas às observações dos autores, Soihet constatou que

(...) mesmo aquelas características dadas como positivas, tais como a ternura e a piedade, geralmente identificadas ao sexo feminino, seriam encontradas na mulher em decorrência de condições que marcam, segundo os autores, sua inferioridade, seu modo de inserção na prática social que a relega à domesticidade,

---

<sup>8</sup> O público e o privado como espaços distintamente definidos pela elite burguesa de fins do século XIX e começo do XX estão presentes em estudos como o de Sueann Caulfield. CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

<sup>9</sup> SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

à dependência, à dissimulação e que a impedem de um pleno desenvolvimento físico, intelectual e pessoal.<sup>10</sup>

As generalizações feitas por Lombroso e Ferrero não colocavam em questão as relações sociais e as diferenças existentes na sociedade. Com relação a isso, Soihet alerta para a universalização da categoria mulher na abordagem dos autores, gerando “características comuns determinadas organicamente, constituindo, aquelas de comportamento diverso, versões anormais”. Algo assinalado, pela autora, como ilusório, “pois a ‘mulher universal’ tanto quanto o ‘homem universal’ são criações mentais inexistentes no terreno factual”.<sup>11</sup> As normas sociais destinadas a uma classe social não representam as mesmas exigências comportamentais de outra classe.

Desse modo, as mulheres da classe dominante possuíam características diversas das mulheres da classe subalterna. A estrutura do sistema social, definida e redefinida em diferentes épocas e culturas, atribui normas a serem seguidas socialmente. Os diferentes fatores que impulsionaram transformações no meio urbano acarretaram mudanças nas relações familiares. Os homens passaram a ter uma vida pública mais intensa, sendo que essa sociabilidade envolvia um intercâmbio entre o público e o privado. Nesse contexto, as mulheres recatadas, submissas e dedicadas ao lar serviam para promover a imagem do marido no ambiente público, enquanto um chefe de família dedicado à esposa amorosa e aos filhos.

Essas características foram atribuídas ao advento da República. Em análise sobre as *Mulheres do Sul*, Joana Pedro observou, por meio de jornais da década de 1890, o comportamento esperado das mulheres, em especial, nas capitais dos estados sulistas. De acordo com a autora, a existência de “pluralidade étnica e a consequente diversidade

---

<sup>10</sup> SOIHET, Rachel. Op. cit., p. 87.

<sup>11</sup> Ibid., p. 110.

de culturas dificultaram a homogeneização de comportamento, que definiam para as mulheres os papéis de esposa, mãe e dona de casa”.<sup>12</sup> Além disso, segue a autora, as ideias liberais que preponderavam no contexto nacional da Proclamação da República não vigoraram com intensidade no Rio Grande do Sul, pois governantes e intelectuais foram influenciados pelas ideias positivistas de Augusto Comte. Com relação aos discursos sobre o papel das mulheres em sociedade, houve a permanência das visões homogeneizadoras da “mulher como tendo uma natureza complementar à do homem”<sup>13</sup>. Mas as formulações positivistas possuíam uma diferença: recomendavam a educação das mulheres, porque o papel feminino é a formação dos filhos para o exercício de atividades públicas. Assim, a mulher não era intelectualmente inferior ao homem, mas exercia um papel de complementação do intelecto masculino.

Para o positivismo, a “mulher ideal era uma ‘filha obediente, esposa dedicada, mãe exemplar e, quando pobre, trabalhadora virtuosa’”.<sup>14</sup> Com o advento da nascente industrialização, a urbanização e novas relações existentes no espaço urbano, as mulheres das camadas populares passaram a receber maior atenção com relação ao ideário de mulher. De acordo com Pedro, as imagens idealizadas das mulheres “tornaram-se referências para o julgamento das demandas e para a aplicação de punições por parte do poder público”<sup>15</sup>, destinadas às mulheres das camadas subalternas.

Muitas dessas mulheres não possuíam proteção familiar, necessitavam circular pelos diferentes espaços para manter a sobrevivência. Diante disso, a “imagem da mulher protegida das vulgaridades ou

---

12 PEDRO, Joana Maria. Mulheres do sul. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 278.

13 *Ibid.*, p. 279.

14 *Ibid.*, p. 279.

15 *Ibid.*, p. 279.

perigos da rua era valorizada precisamente porque isso distinguia as mulheres de alguma posição das que tinham menos meios e enfrentavam sozinhas os riscos das ruas”.<sup>16</sup> Na labuta diária, os perigos e as dificuldades enfrentadas envolviam os olhares desdenhosos e, muitas vezes, os estigmas de mulheres perdidas, como aconteceu com Paulina, citada no começo do capítulo. Para Sandra Graham, “estar na rua sem uma companhia adequada era suficiente para levantar suspeitas sobre a intenção de uma mulher e sua moral”.<sup>17</sup> De acordo com as análises feitas por Graham, as ruas possuíam certa vulgaridade, envolvendo palavras, discussões e agressões físicas.<sup>18</sup>

As relações entre “mulheres escoltadas e mulheres sozinhas como as noções de casa e rua” serviam como identificação de “classes sociais amplamente diferentes”.<sup>19</sup> Ademais, segundo Graham, evidenciou as diferenças entre as criadas, na lógica dos senhores/patrões, as domésticas eram condicionadas por aquelas de funções destinadas aos afazeres de dentro das casas e as trabalhadoras que exerciam funções no ambiente da rua. No entanto, os espaços definidos pelos senhores/empregadores não possuíam o mesmo significado para as criadas. Em momento histórico posterior, o estudo de Martha Abreu Esteves<sup>20</sup> corrobora com as análises empreendidas por Graham. Esteves observou as formas de tratamento, na apreciação dos processos

---

16 GRAHAM, Sandra. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 31.

17 GRAHAM, Sandra. Op. cit., p. 60.

18 “A torrente de queixas e prisões que retrata a vida de rua, abundante em bêbados, homens e mulheres embriagados, desordeiros e vagabundos, não era tudo exagero ou alegações criadas para justificar as importunações da polícia. Segundo numerosos relatos, não apenas a linguagem mas também o comportamento nas ruas eram grosseiros ou insinuativos”. Ibid., p. 59.

19 Ibid., p.159.

20 ESTEVES, Marta Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da belle époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

de defloração e estupro, direcionadas às meninas que circulavam sozinhas pelas ruas, concluindo que a sociedade lhes atribuía uma noção de falta de honestidade sexual. As análises de Graham e Esteves referentes às diferentes visões sobre os ambientes público e privado foram observadas em estudos posteriores, como a caso de Sueann Caulfield, definindo, da seguinte maneira, os estudos das autoras:

Tanto Graham quanto Esteves acham que as mulheres da classe trabalhadora não entendiam a oposição entre o espaço público e o privado da mesma forma que os médicos, juristas e outros defensores da família “higiênica”. Graham argumenta que “a designação convencional de segurança ou perigo, limpeza ou sujeira, valorização ou degradação” colocava a casa como segura e a rua como perigosa. Para as empregadas domésticas, esses significados eram inversos. Elas eram constantemente submetidas a situações perigosas e a abusos físicos e sexuais nas casas onde trabalhavam, ao passo que a rua lhes dava uma relativa autonomia em relação aos patrões e contato com pessoas de sua própria comunidade. Da mesma forma, Esteves mostra que as mulheres da classe trabalhadora se socializavam e namoravam abertamente em locais públicos e, em geral, não sabiam que o fato de saírem sozinhas poderia comprometer sua reputação nos tribunais.<sup>21</sup>

As análises de Caulfield com relação às obras citadas reafirmam as visões diferenciadas que as mulheres da classe trabalhadora possuíam sobre os espaços público e privado, ressaltando as diversificadas visões das classes sociais sobre os dois ambientes. No entanto, mesmo com as atribuições de noções pejorativas sobre o ambiente público, as ligações entre os dois meios faziam-se presentes no universo das mulheres trabalhadoras domésticas.

---

21 CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social e da Cultura, 2000, p. 120-121.

Os perigos relacionados à rua permearam as interpretações clássicas de fins do Oitocentos, que, como afirmou Olívia Cunha, objetivavam apreciar os valores patriarcais da nascente família burguesa.<sup>22</sup> Uma das fontes possíveis para encontrar essas visões é os processos crimes<sup>23</sup>. Um processo crime que merece atenção é o de Maria Theresa da Conceição, visto que se identifica fortemente com aquelas que sabiam o valor do trabalho. Em sete de maio de 1891, ela foi detida por práticas de vadiagem. Declarando sua profissão como criada, foi perguntado os motivos para “não alugar-se a fim de ganhar os meios de subsistência” e Maria Theresa respondeu que “sabendo trabalhar não está para sujeitar-se a trabalhar por pouco dinheiro”.<sup>24</sup>

De acordo com Graham, enquanto grupo, “as criadas pertenciam à classe dos trabalhadores pobres urbanos, junto com os carregadores, mascates e vendedores do mercado, todos que empregavam de forma intermitente sua força de trabalho”.<sup>25</sup> Além disso, a autora discorre que “os próprios trabalhadores pobres distinguiram a si mesmos e eram vistos pelos outros como diferentes dos mendigos, dos vagabundos, das prostitutas e das pessoas doentes e rejeitadas”.<sup>26</sup> Considerando essas análises de Graham, em um processo crime, definir sua ocupação como serviço doméstico era vantajoso e colocava as mulheres em um nível de dignas trabalhadoras. Além disso, existiam casos

---

22 CUNHA, Olívia. Op. cit.

23 O levantamento dos processos crimes da cidade do Rio Grande foi realizado por meio da consulta on-line de documentos, disponível no site do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). O período inicial da pesquisa foi 01 de janeiro de 1870 e o final 31 de dezembro de 1900, a seleção recaiu sobre todos que apresentavam mulheres na situação de vítimas ou réus.

24 COMARCA DO RIO GRANDE. Processo Policial. Nº 4493. APERS. Inquérito Policial - 07 de maio de 1891.

25 GRAHAM, Sandra. Op. cit., p. 75.

26 Ibid., p. 75.

como o de Maria Theresa que não se submetiam aos valores ínfimos pagos pelos patrões.

O fato de trabalhar conferia lugar identificável e respeitável na sociedade, ainda que modesto. Era um lugar obtido aos vínculos de dependência dos trabalhadores com um patrão, conexões que outorgavam uma identidade social negada aos desempregados pobres, os quais permaneciam anônimos. Dessa maneira, os trabalhadores pobres, sobretudo as criadas que pertenciam de forma evidente a determinado patrão, permaneciam firmemente ligados àqueles para quem trabalhavam. No entanto, para as serviçais que ao menos parcialmente se evadiam às imposições da autoridade patriarcal, sua independência medida, oblíqua, revelava-lhes possibilidades de conduzir vidas privadas.<sup>27</sup>

De acordo com os estudos censitários da segunda metade do século XIX<sup>28</sup>, o serviço doméstico foi a segunda ocupação com maior número de trabalhadoras(es) no território nacional, atrás apenas dos lavradores. Visto como uma função exercida pelas(os) trabalhadoras(es) pobres, o serviço doméstico, como bem definiu Graham, atribuía um lugar de honestidade para as mulheres e homens frente às visões da sociedade daquela época, tanto que era a ocupação mais citada pelos jornais, quando reprimiam a vadiagem, principalmente, após a abolição da escravidão no Brasil.

### **O controle sobre o serviço doméstico**

Nos anos finais do século XIX, em um contexto emancipacionista e de pós-abolição, as relações de domesticidade e mundo externo às casas dos empregadores sofriam transformações significativas que

---

<sup>27</sup> GRAHAM, Sandra. Op. Cit., p. 76.

<sup>28</sup> NPHEd - Censo de 1872. Disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72>. Acessado em: 09 de outubro de 2016.

afetavam as relações entre criados e patrões e viabilizavam as relações contratuais e a normatização dos espaços. Com isso, de acordo com Maria Izilda Matos, “buscava-se adequar homens e mulheres de certos segmentos sociais a uma nova situação do mercado de trabalho, inculcando-lhes valores, formas de comportamento, disciplina rígida no espaço e tempo do trabalho”.<sup>29</sup>

Segundo Sandra Graham, na década de 1870, momento de proliferação das libertas na sociedade, “mulheres livres, brasileiras ou imigrantes, e escravas forras associavam-se às escravas restantes para suprir a demanda de criadas, de tal forma que, já em 1872, pode-se calcular em cerca de dois terços as mulheres livres no serviço doméstico do Rio de Janeiro”. Devido às apreensões direcionadas à liberdade, “os patrões procuravam empregados que pudessem trazer cartas com ‘boas referências de sua conducta’ ou ‘carta de confiança ou informações de pessoas idoneas’, especialmente se os ex-patrões tivessem mudado de cidade ou ido para o exterior e não pudessem, assim, fazer recomendações de viva voz”.<sup>30</sup>

As leis direcionadas aos trabalhadores, formuladas na primeira metade do Oitocentos, não incluíam artigos regulamentares sobre o serviço doméstico. Assim, as Ordenações Filipinas eram utilizadas por senhores/patrões e pelos criados como poder de negociação, principalmente, em relação aos processos de soldada. A própria lei de locação de serviços de 1879 não incluía os criados de servir em seus artigos. Só a partir da década de 1880, os legisladores começaram a direcionar a atenção para uma intervenção nas relações de serviço doméstico. Uma intervenção que ocorria por meio das regulamentações sobre a locação do serviço de criados de servir, como novas formas de subordinação do trabalhador liberto e livre devido à

---

<sup>29</sup> MATOS, Maria Izilda. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. São Paulo: Edusc, 2002, p. 173.

<sup>30</sup> GRAHAM, Sandra. Op. cit., p. 76.

desagregação do sistema escravista. Legisladores procuravam regular os servidores na tentativa de controlar libertos e livres por meio de registros dos locais de moradia e de trabalho e discipliná-los por meio dos registros de contratos de trabalho, composto pela conduta e o estado de saúde dos criados.

As definições das ocupações que estariam classificadas como criados de servir foram intensamente discutidas nas câmaras municipais das cidades brasileiras durante as duas últimas décadas do século XIX e começo do século XX. Alguns estudos direcionados ao mundo do trabalho doméstico permitem observar as ocupações incluídas pelos regulamentos na categoria de criados de servir. As definições para São Paulo, Salvador, Recife e Rio de Janeiro não possuíam grandes distinções. No caso de Porto Alegre, a ocupação de caixeiro é uma peculiaridade que não aparece em outras regulamentações. Além dessa particularidade, no Rio Grande do Sul, houve uma tentativa de criação de regulamento provincial, proposta por Rodrigo de Azambuja Villanova, 2º vice-presidente da província, no ano de 1887, com o objetivo de “chamar ao trabalho os vagabundos e reprimir a libertinagem”.<sup>31</sup> Pelo que foi constatado, a formulação de um regulamento provincial sobre a locação dos serviços de criados de servir não foi efetivada.

Com o advento da abolição da escravidão, o serviço doméstico passava a ser um problema para a polícia e para as autoridades, pois grande parte dos escravizados urbanos exercia essa ocupação, tanto que a Câmara Municipal de Desterro aprovou, em 1883, regulamento direcionado aos trabalhadores domésticos livres e escravos.<sup>32</sup>

---

31 Relatório da Província do Rio Grande do Sul – 1887. Disponível em: <<https://goo.gl/8ELc6Z>>. Acesso em: 15 set. 2014.

32 LIMA FILHO, Henrique Espada. Trabalho e lei para os libertos na ilha de Santa Catarina no século XIX: arranjos e contratos entre a autonomia e a domesticidade. *Cadernos AEL*, São Paulo, v. 14, n. 26, 2009, p. 11-45.

Nas demais cidades privilegiadas nos estudos historiográficos<sup>33</sup>, as propostas foram dirigidas às pessoas livres. Em análise sobre as elaborações de regulamentos de serviços de criados no Rio Grande do Sul, Margareth Bakos<sup>34</sup> constatou as distinções e semelhanças entre os condicionamentos das dezesseis cidades que elaboraram esse aparato de controle. A maioria das cidades, incluindo Porto Alegre, adotou o regulamento de Pelotas como modelo, pois foi o primeiro aprovado pela Província.

Importantes polos de produção e comercialização do Rio Grande do Sul no século XIX, Rio Grande e Pelotas abarcavam um considerável número populacional. Para fazer uma breve comparação entre os regulamentos das duas cidades, observamos as seguintes semelhanças e diferenças. Os regulamentos de locação de serviços de Rio Grande e Pelotas possuíam distinções, mas o consenso é que os 27 artigos presentes na norma de Rio Grande e os 11 artigos do regulamento de Pelotas apontam tentativas de permanência das relações escravistas e preocupações em regular a liberdade do trabalhador no mercado

---

33 Sobre as regulamentações, além dos estudos citados de COSTA, Ana Paula. Op. cit.; LIMA FILHO, Henrique E. Op. cit.; GRAHAM, Sandra. Op. cit., ver: CUNHA, Olívia Maria Gomes da. “Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição”. In \_\_\_\_\_; GOMES, Flávio (org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 396-404. SOUZA, Flávia. *Para casa de família e mais serviços: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX*. (Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2009) assinalaram as preocupações dos padrões relacionadas aos condicionamentos sobre criados na cidade do Rio de Janeiro. Para São Paulo e Santos ver: MATOS, Maria. Op. cit.; 2002. TELLES, Lorena. *Libertas entre sobrados: contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão*. (Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade de São Paulo, 2011). Para Recife e Salvador: SILVA, Maciel Carneiro. *Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910)*. (Tese de Doutorado em História, Universidade Federal da Bahia, 2011). Para o Rio Grande do Sul ver: BAKOS, Margareth. “Regulamentos sobre o serviço dos criados: um estudo sobre o relacionamento Estado e sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889)”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n/c, n/c, 1984, p. 94-104.

34 BAKOS, Margareth. Op. cit., 1984.

de trabalho. O prazo para os criados apresentarem a caderneta, após saírem do serviço, era de vinte e quatro horas, com pena de multa de 8\$000 por não a apresentarem, caso o criado não saldasse a multa no prazo de três dias, ele seria preso por um período de três a seis dias. A regulamentação de Pelotas previa multa de 5\$000 a 10\$000 e oito dias de prisão por retirar-se da casa do senhor sem aviso prévio. Mas, afinal, quem estava sujeito a essas normatizações, ou seja, quais trabalhadores estavam inseridos na categoria criados de servir?

O primeiro artigo dos regulamentos definia as ocupações classificadas na categoria criados de servir “(...) moço de hotel ou de casa de pasto e hospedaria, cozinheiro, copeiro, hortelão, cocheiro, lacaio, ama de leite, ama seca, e, em geral, de qualquer serviço doméstico”.<sup>35</sup> Uma especificação que pouco difere da proposta aprovada pela província para a cidade de Pelotas, as pessoas que exerciam as funções de “cocheiro, copeiro, cozinheiro, criado de servir, ama de leite e ama seca”<sup>36</sup> eram considerados criados para efeito da postura.

Para exercer a ocupação de criados era necessário possuir uma caderneta que servia para as anotações das admissões, demissões e da conduta deles. Os artigos 2º e 3º de Pelotas deixavam claro que existiam livros de inscrição e de registro e a compra das cadernetas pelos criados, no valor de 500 réis. Já o artigo 3º de Rio Grande exigia, por parte dos trabalhadores, o cumprimento dos seguintes procedimentos:

Art. 3º - Ninguém poderá exercer as ocupações de que trata o art. 1 sem inscrever-se previamente no registro de que trata o artigo 2º, e sem apresentar uma caderneta, que deverá conter a cópia desta postura e o número de ordem da inscrição, o nome, a idade, a filiação, a naturalidade, o estado, a classe de ocupação: o nome e o domicílio da pessoa a cujo serviço estiver o criado

---

<sup>35</sup> Regulamento de Locação dos Serviços dos Criados de Servir e Amas de Leite foi publicado no jornal *Echo do Sul*, Rio Grande, 29 de jun. 1887.

<sup>36</sup> BAKOS, Margareth. Op. cit., p. 98.

ou for destinado e a assinatura do secretário da Câmara, bem como o nome do pai, da mãe, do tutor ou curador do criado, quando este for menor.<sup>37</sup>

Os dois livros mencionados no artigo 3º, o livro de inscrição dos criados e das amas de leite e o livro de registro de certificados de conduta deles, juntamente com a caderneta, foram exigências dos regulamentos e serviam para garantir a eficácia do controle sobre o trabalhador. Os artigos 2º dos dois regulamentos expõem que os dois livros, de inscrição e de registro, permaneceriam na secretaria do poder legislativo local. Desses três meios, a caderneta foi o mecanismo de maior vigilância sobre os criados, ela revelava o estado de saúde e a conduta escritos pelo último contratador, servindo como prevenção para o próximo patrão.

O conteúdo da caderneta, que estava sob a posse dos trabalhadores, deveria ser transcrito para o livro de conduta dos criados. Segundo o Art. 5º, na caderneta, deveria ser escrito, pelo patrão, o contrato, o motivo da despedida e a conduta do criado durante o tempo em determinado local de trabalho, “segundo o modelo junto sob o nº. 1”.<sup>38</sup> O inciso II do Art. 5º traz a forma de assinatura do contrato, “(...) pelo contratador e pelo criado, assinando por este, duas testemunhas, no caso de não saber escrever”. Tanto contratantes quanto contratados não cumpriam rigorosamente as normas, muitos assentamentos foram registrados posteriormente ao prazo estipulado.

O Livro de Registro dos Certificados de Conducta dos Criados e Amas de Leite da cidade do Rio Grande<sup>39</sup> é um importante ins-

---

<sup>37</sup> Regulamento de Locação dos Serviços dos Criados de Servir e Amas de Leite foi publicado no jornal *Echo do Sul*, Rio Grande, 29 de jun. 1887.

<sup>38</sup> Regulamento de Locação dos Serviços dos Criados de Servir e Amas de Leite foi publicado no jornal *Echo do Sul*, Rio Grande, 29 de jun. 1887.

<sup>39</sup> Arquivo Público do Município do Rio Grande – Livro de Registro de Certificados de Conduta dos Criados de Servir e Amas de Leite – 1887-1894.

trumento de análise sobre as relações entre criadas(os) e patrões. Os registros compreendem os seguintes períodos: 1887 a 1890 / 1892 e 1893. Em junho de 1887, os contratos e as exonerações passaram a ser transcritos para o livro de certificados de conduta dos criados, apresentando um pequeno percentual de registros (dois homens e 40 mulheres contratados / quatro homens e 35 mulheres exonerados). De acordo com a análise de Margareth Bakos, a cidade do Rio Grande apresentava 844 escravos matriculados naquele ano, distribuídos nas atividades agrícola (201), artística (23) e a jornal (620).<sup>40</sup> A presença expressiva de jornaleiros (diaristas), com predominância feminina, identifica a atividade ligada ao trabalho de criado de servir ou alugados que pagavam jornal a seus senhores.

Os registros de 1888 apresentam considerável quantidade de contratos (67 homens e 307 mulheres), principalmente após a abolição. As mudanças substantivas promovidas pela abolição afetaram o regime de trabalho, desapareciam os anúncios de aluguel de escravos e proliferavam os anúncios à procura de criados, nesse sistema, de grande oferta de trabalho, a liberdade propiciava a escolha do local de trabalho, levando a uma troca contínua de emprego. Os registros de 1888 apresentam uma considerável rotatividade dos criados, como observado nas exonerações (35 homens e 145 mulheres).

O reduzido número de contratos e exonerações de 1889 (17 homens e 67 mulheres contratados / 11 homens e 61 mulheres exonerados) expressa a calma, após a efervescência do 13 de maio de 1888. O ano de 1890 foi ímpar, admissões (10 homens e 34 mulheres) e demissões (três mulheres) foram registrados até 07 de fevereiro daquele ano, nos demais meses, não há registros.

Após um interregno, as transcrições de contratos e exonerações, compreendendo o período de novembro de 1893 (65 homens e

---

<sup>40</sup> BAKOS, Margareth. Op. cit., p. 96.

481 mulheres contratados / um homem e 19 mulheres exonerados) e 1894 (três homens e 123 mulheres contratados / dois homens e 165 mulheres exonerados), voltam a ser registradas no livro de condutas. Comparando com os registros realizados até janeiro de 1890, há consideráveis diferenças. Até 1890, os salários possuíam um equilíbrio maior, por exemplo, as cozinheiras recebiam um ordenado em torno de 20 a 25 mil réis, enquanto, no serviço doméstico, cerca de 16 mil réis mensais. Já os contratos de 1893 e 1894 são totalmente díspares. Uma cozinheira poderia receber 10 mil réis mensais em uma casa e 30 mil réis em outra residência.

Um dos contratos presentes no livro de registro de conduta é o de Paulina, citada no começo do artigo. Ela foi contratada no dia seis de dezembro de 1893, ganhando 20\$000 mais domicílio e comedorias para ela e seus quatro filhos. Em 1890, sofreu com a repressão policial, relatada na reclamação feita por seu companheiro nas páginas do jornal *Bisturi*, é crível que essa defesa do jornal foi uma das exceções de defesa da honra da mulher das classes populares.

Nas páginas de jornais e de processos crime observamos as conturbadas relações afetivas e as formas como as mulheres foram tratadas pelas autoridades e pela moralidade, arraigada na sociedade. Na década de 1890, os jornais do Rio Grande mostravam preocupações com a vadiagem, muitos artigos exigiam medidas enérgicas da polícia frente ao número de desocupados existentes pelas ruas da cidade. A solução mais frequente apresentada pelos jornais dizia respeito à inserção dessas pessoas em ocupações ligadas aos afazeres domésticos.

Dentre os casos encontrados nos jornais, especialmente nos anos de 1890 e 1891, um pedido de fiscalização policial contra a imoralidade de “uma súcia de crioulos e crioulas ociosos e devassos”<sup>41</sup>

---

41 *Bisturi*, Rio Grande, 12 de Janeiro de 1890.

está presente nas páginas do *Bisturi*. Para essas pessoas consideradas desocupadas, o jornal citou uma ocupação que poderia ser destinada a elas: “se assim as autoridades procederem [empregando todas as medidas repressoras] não será tão difícil encontrar-se criados de servir”<sup>42</sup>. Este não é único artigo que cita a ocupação de criada(o) para o destino das(os) ociosas(os), os jornais estão recheados de artigos desse formato para aquela época.

Nessa mesma matéria, é citado, como exemplo de repressão à vadiagem, as ações da polícia da capital do estado. As questões relacionadas a novas roupagens policiais em Porto Alegre também eram recorrentes nas demais cidades brasileiras e articuladas com demais fatores, que, na visão da classe dominante, ligavam as camadas populares aos empecilhos ao desenvolvimento do país. No começo de sua dissertação, Cláudia Mauch observou as diferentes relações existentes na organização republicana para controlar as camadas populares.

A reorganização do policiamento nas cidades brasileiras na década de 1890 é correlata ao esforço dos governantes republicanos em conhecer, vigiar e impor uma ordem ao espaço urbano e a seus habitantes. Existem, então, relações entre polícia, República, ordem burguesa, ética do trabalho e implantação de relações de produção capitalistas que não podem ser ignoradas.<sup>43</sup>

O controle sobre a população pobre e os escravizados foi recorrente durante o período escravista brasileiro, mas, a partir da segunda metade do século XIX, as preocupações da classe dominante com relação ao trabalhador nacional e a ociosidade dos libertos e livres apresentaram-se com maior intensidade. Adentrando a década de

---

<sup>42</sup> *Bisturi*, Rio Grande, 12 de Janeiro de 1890.

<sup>43</sup> MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004. p. 25.

1890, os jornais exerciam uma atividade incessante em busca da moralidade pública, exigindo medidas enérgicas das autoridades policiais contra a população pobre, principalmente os egressos da escravidão e seus descendentes, como visto no exemplo citado anteriormente.

Além do interesse em pesquisar o policiamento, Cláudia Mauch dedicou espaço para as relações comparativas entre “as notícias dos jornais com o regulamento da Polícia Administrativa”, observando que, “enquanto o poder público pretendia educar o policial, tornando-o mais ‘cortês’ e ‘civilizado’ no trato com os delinquentes e a população em geral, os jornais sugeriam métodos violentos no combate à desordem e moralidade”.<sup>44</sup> De acordo com a autora, as visões preconceituosas sobre o comportamento das classes populares disseminavam-se pelas páginas dos jornais porto-alegrenses, como *Gazetinha* e *Gazeta da Tarde*.

Ao mesmo tempo que os jornais destilavam seus preconceitos contra os hábitos da classe popular, publicavam alguns artigos criticando as formas arbitrárias da polícia. Um exemplo é o caso já mencionado no começo do capítulo, a parda Paulina Esperança. Segundo o *Bisturi*, a polícia não poderia tratar como vagabunda “uma mulher que vive a expensas de um homem, que trabalha para ele, para si e seus filhos, no íntimo de seu lar”.<sup>45</sup> As palavras do jornal mostram as visões sobre as mulheres, aquelas recatadas e do lar não poderiam receber nenhum tipo de atribuição pejorativa.

É possível encontrar referências às mesmas mulheres em diferentes fontes de pesquisa. A parda Paulina Esperança, apresentada no começo do artigo, por exemplo, caracteriza um desses casos. Ela enquadra-se nas definições sobre os papéis das mulheres em sociedade, primeiramente, por não exercer atividade laboral e circular

---

<sup>44</sup> MAUCH, Cláudia. Op. Cit., 19.

<sup>45</sup> *Bisturi*, ano III. Nº 25 – Rio Grande, 28 de junho de 1890.

pelas ruas noturnas sem companhia e, em um segundo momento, por estar inserida nos afazeres domésticos.

### **Considerações finais**

A(o) trabalhadora(o) doméstica(o) esteve relegado a uma ocupação menos importante para compreender a dinâmica de crescimento do país, pois não gerava lucro. No entanto, os afazeres domésticos envolviam muitas das relações e da dinâmica de compreensão do contexto histórico brasileiro.

As décadas finais do século XIX representam um período de fortes discussões e transformações sociais, culturais, políticas e econômicas. No que tange às trabalhadoras e os trabalhadores domésticos, as questões envolvendo o controle e o disciplinamento do trabalho apresentam importantes fatores para a tentativa de submissão dos servidores. Com relação às mulheres das camadas subalternas, as imagens idealizadas de respeito à moral tornaram-se referência para o julgamento e a punição por parte do poder público. No entanto, essas mulheres necessitavam circular pelos diferentes espaços para manter a sobrevivência.

Por isso, as visões de mundo das(os) trabalhadoras(es) diferenciavam-se dos patrões. Com relação às esferas público e privado, o espaço público das ruas era visto como um local seguro e o espaço privado da casa dos patrões como local perigoso. Por representarem o segundo segmento com maior número de trabalhadores e por exercerem importante papel na dinâmica histórica brasileira, o serviço doméstico, em especial, as mulheres servidoras domésticas, é um importante setor de análise do contexto histórico brasileiro de fins do século XIX.

## **SOBRE OS AUTORES**

### **Alisson Barcellos Balhego**

Doutorando no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Mestre em História no mesmo Programa de Pós Graduação (2020), graduado em Licenciatura em História (2016) e Licenciatura em Letras – Português e respectivas literaturas (2012) pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Suas pesquisas abordam a história social, no mestrado a preocupação estava na análise de processos cíveis de liberdade do município de Canguçu-Rs entre os anos de 1875-1885, no período escravista. Já no doutorado analisou o processo de racialização das relações sociais em Pelotas-Rs no imediato pós-abolição, tendo como um de seus focos a proibição de cortiços (1888-1915).

### **Ana Paula do Amaral Costa**

Professora da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul e da rede municipal de ensino da cidade do Rio Grande. Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande e Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de

Pelotas. É autora de artigos, capítulos de livros e do livro “*Criados de Servir*”, originário de sua dissertação e integrante da Coleção Teses & Dissertações da UFPel, publicada no ano de 2013. Atualmente, dedica-se aos estudos sobre escravidão, emancipações e pós-abolição.

### **Caiuá Cardoso Al-Alam**

Professor Associado da Universidade Federal do Pampa, campus Jaguarão. Professor Colaborador no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. É licenciado em História pela Universidade Federal de Pelotas, mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É especialista nos estudos da História Social da Escravidão, das Emancipações e do Pós-Abolição, da História Pública, da História do Crime, da Polícia, das Prisões e da Justiça Criminal. Atualmente estuda as experiências e trajetórias de africanos e descendentes no extremo sul do Brasil, fronteira com o Uruguai, durante os séculos XIX e XX, com destaque para as práticas, protagonismos e instituições do associativismo negro. Dentre suas publicações, destacam-se: *A Negra Força da Princesa: Polícia, Pena de morte e Correção em Pelotas (1830-1857)* e a coautoria em *Os Calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas quilombolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835)*.

### **Claudia Daiane Garcia Molet**

Mãe do Malê, compositora de samba enredo, enredista, Doutora em História, Pós-Doutora em História Social (UFRJ/Bolsista CAPES), Pós-Doutora em História(UFPel), Doutora em História (UFRGS), Técnica em assuntos educacionais e Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Equidade (UFPel). Coordenadora do projeto de pesquisa “*Cartografia negras e quilombolas no Rio Grande do Sul*”.

## **Douglas Reisdorfer**

Graduado em licenciatura em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestre e doutorando pelo Programa de Pós-graduação em História da mesma instituição (PPGH/UFPel). Autor do livro “*Um porto negro ao sul do Império: escravidão e criminalidade em Rio Grande (1850-1888)*”. Pesquisa temas como escravidão e criminalidade, direito e escravidão, escravidão marítima e a resistência de trabalhadores escravizados. Atualmente, investiga a relação entre escravidão, criminalidade e encarceramento através das trajetórias de escravizados presos e remetidos para a Casa de Correção de Porto Alegre.

## **Geza Guedes**

É doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da UFPel e mestre pela mesma instituição. É autora do livro “*Criminalidade feminina: homicídios em Pelotas (1880-1890)*” e diversos artigos sobre a História Social do Crime, mulher e violência em Pelotas e no contexto da fronteira sul. Atuou como professora no ensino fundamental, médio e superior, bem como, no Museu Parque da Baronesa-RS.

## **Jonas Moreira Vargas**

Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Graduado e Mestre em História pela UFRGS e Doutor em História pelo PPGHIS-Universidade Federal do Rio de Janeiro. É autor de diversos artigos, capítulos de livros e livros, entre os quais “*Os Barões do charque a suas fortunas: as elites regionais a partir de um estudo das famílias charqueadoras de Pelotas, século XIX (2016)*”. Atualmente pesquisa as elites mercantis e políticas da fronteira entre o Brasil e o Uruguai, o mercado mundial de produtos oriundos da

pecuária platina, assim como a história da escravidão e do tráfico transatlântico na mesma região.

### **Jônatas Marques Caratti**

Professor Associado I - Departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação - Área de Ensino de História - UFRGS. Graduado (Unilasalle, 2007), Mestre (Unisinós, 2010) e Doutor em História pela UFRGS. Autor de *O Solo da Liberdade* (Oikós, 2013 e 2023) e *Dentro e Fora dos Ringues* (2022), fruto de suas pesquisas de mestrado e doutorado. Atualmente coordena os seguintes projetos de pesquisa: Inclusão escolar e aprendizagem para crianças e adolescentes com síndrome de down, A consciência histórica na formação inicial de professores pedagogos. Atua como professor formador nas redes de educação de municípios da região metropolitana de Porto Alegre/RS.

### **José Ricardo Marques Resende Júnior**

Doutor em História pelo Programa de Pós-graduação em História da UFPel. Mestre e Licenciado em História pela mesma instituição. Estuda escravidão, infância e a juventude negra no século XIX. Autor do livro *“Infâncias de sal e areia”: uma história das crianças escravizadas em Pelotas e Rio Grande (1820-1870)* (2023). Atualmente é Professor de História do Colégio Gonzaga – Pelotas-RS.

### **Marcelo Santos Matheus**

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com estágio doutoral na Universidade de Brown (EUA). Professor de História do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Autor das obras *“Fronteiras da Liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no*

*extremo sul do Império do Brasil*” e “*A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (c.1820-1870)*” e coautor de “*Africanos Minas-Nagôs no Rio Grande do Sul: séculos XVIII, XIX e XX*”, dentre outros textos acadêmicos. Pesquisa História do Brasil e das Américas, com ênfase nos temas Escravidão, Tráfico, Hierarquia e Desigualdade Social e Liberdade.

### **Marina Ribeiro Cardoso**

Graduada, Mestra e Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Suas pesquisas estão centralizadas na História Social da Escravidão com temáticas voltadas para a conquista da liberdade entre as mulheres e africanas minas-nagô no Rio Grande do Sul. É autora da dissertação de mestrado intitulada “*Escritas narram histórias de liberdade: as cartas de alforrias de mulheres escravizadas (Pelotas, Rio Grande do Sul, 1850-1888)*” (2025).

### **Matheus Batalha Bom**

Atualmente é professor de História da Prefeitura Municipal de Guaíba. É graduado em História-Licenciatura pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus Jaguarão. Mestrado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), e Doutorado em História pela mesma instituição. Tem experiência na área de História do Brasil atuando nos seguintes temas: História da escravidão e da liberdade; pós-emancipação; pós-abolição; História social do crime e da justiça.

### **Natália Garcia Pinto**

Professora Substituta do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas. Professora do Curso de Licenciatura à Distância da

Universidade Federal de Pelotas. Graduada em História Bacharelado pela Universidade Federal do Rio Grande e Graduada em Licenciatura em História IFSUL – Campus Pelotas. Mestre em História Universidade do Vale do Rio do Sinos e Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente pesquisa temas relativos a História social da escravidão e do pós-abolição.

### **Paulo Roberto Staudt Moreira**

Professor do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Pelotas e da Universidade Federal de Rio Grande. Doutor em História pela UFRGS. Bolsista produtividade CNPq. Tem várias publicações, entre elas: *Irmandade de Nossa Senhora do Rosario e São Benedito dos Pretos da Caxoeira (do Sul – RS): as artes da devoção afro-católica; e Registros da presença negra no Arquivo Histórico do RS*. Fundo Polícia. Atualmente pesquisa escravidão, fontes prisionais e irmandades afro-católicas.

### **Roger Costa**

Professor na rede municipal de ensino na cidade de Rio Grande e professor na rede estadual em Pelotas. Mestre em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul(UFRGS). É autor do livro “*Muzungas: manuseio e consumo de substâncias por escravos e libertos no Rio Grande do Sul no século XIX(1828-1848)*”.

### **Vinicius Cardoso Nunes**

Professor de Ensino Básico na Escola Imaculada Conceição. Graduado, Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Pelotas.

Exerceu a função de Tutor a Distância no curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pelotas – Universidade Aberta do Brasil (UAB). Pesquisa história social da escravidão no sul do Brasil, abordando temas como posse escrava, família e criminalidade.

### **Vinicius Pereira de Oliveira**

Professor do IFSUL (Campus Pelotas – Visconde da Graça). Doutor em História/UFRGS (2013). Mestre em História/UNISINOS (2005). Licenciado em História/UFRGS (2002). É autor de artigos, capítulos de livros e livros, entre os quais *“De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais”* (2016). Atualmente se dedica ao estudo da história e da memória do sagrado de matriz africana no Rio Grande do Sul, tendo ainda experiência Escravidão e Afrodescendência; Patrimônio Imaterial, Memória e Identidade; História Marítima e do Mundo Atlântico e no tema dos Lanceiros Negros Farroupilhas. Atuou em estudos para regularização de comunidades remanescentes de quilombos. Possui experiência na área de Ensino de História (níveis fundamental, médio e superior). No Batuque do Rio Grande do Sul é Vinicius de Aganju Nação Ijexá-Jeje).

APOIO:

